SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

AMUPE

Pernambuco , 30 de Dezembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco • ANO XVII | Nº 4002

ASSOCIAÇÃO MUNICIPALISTA DE PERNAMBUCO – AMUPE
DIRETORIA EXECUTIVA
BIÊNIO 2025/2027

PRESIDENTE:
Marcelo Fuchs Campos Gouveia – Paudalho

VICE-PRESIDENTE:
Pedro Ermirio de Almeida Freitas Filho - Aliança

1º SECRETÁRIO:
Elcione da Silva Ramos Pedrosa Barbosa - Igarassu
2º SECRETÁRIO:
Mirella Fernanda Bezerra de Almeida - Olinda
1º TESOUREIRO:
Ruben de Lima Barbosa - Panelas
2º TESOUREIRO:
Elioenai Dias Santos Filho - Cabrobó
SECRETÁRIA DA MULHER:
Márcia Conrado de Lorena e Sá Araújo - Serra Talhada
SUPLENTE DA SECRETÁRIA DA MULHER:
Juliana Barbosa da Silva Aguiar - Casinhas

CONSELHO FISCAL

TITULARES:
1º - Sérgio Procopio Colin da Silva Carvalho - Toritama
2º - Orlando Jorge Pereira de Andrade Lima - Limoeiro
3º - Rivaldo Alves de Souza Junior – Saloá

SUPLENTES:
1º - Ana Carolina Coelho Jordão – Ribeirão
2º - Maria Izalta Silva Lopes Gama – Ibirajuba
3º - Maria Zeneide Medeiros da Costa – Cumaru

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL - COMAGSUL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2023

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2023

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS

Que entre si celebram as Partes a seguir qualificadas:

a) De um lado o**Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 07.753.868/0001-01, Associação Pública de natureza jurídica sob a forma de Autarquia Interfederativa, instituída consoante disposições da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005, com regulamentação conferida pelo Decreto Federal nº 6.107 de 17 de janeiro de 2007, sediada na Rua 11 de Setembro, 120, Rodovia BR104 – Km 87, Agrestina, Estado de Pernambuco, CEP 55.495-000, neste ato representada por seu Presidente, **Josué Mendes da Silva**, brasileiro, casado, Servidor Público, Prefeito do Município de Agrestina - PE, portador da Cédula de Identidade n. º 1.845.201 SSP-PE, inscrito no CPF sob o n.º 212.112.054-87, residente na Rua João de Deus, n.º 136, Centro, Agrestina - PE, CEP 55.495-000, doravante denominadaCONTRATANTE, e

b) De outro lado, a**V E V LOCAÇÕES DE MAQUINAS E CAÇAMBAS LTDA,**Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.338.975/0001-88, devidamente registrada no CREA-PE, número de registro 48896, com sede na Rua Severina Maria de Oliveira, 07 A, Sala 804, Nova Caruaru, Caruaru -PE, CEP 55.014-432, neste ato representada por seu sócio administrador o**Sr. Valdênio José da Silva**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 5.934.053 SSP-PE, inscrito no CPF sob o nº 032.411.764-79, residente na Rua Carmem Miranda, nº 160, Divinópolis, Caruaru-PE, CEP 55.010-025, denominada doravanteCONTRATADA**;**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Justificativa:
Sucessivos e reiterados Termos Aditivos trimestralmente em razão da existência, ainda, de Procedimento Licitatório em andamento e não concluído devidamente justificado.

As sucessivos e reiterados Termos Aditivos de prorrogação trimestrais do Contrato Originário se operam porque o Contrato Originário foi realizado por 03 (três) meses com possibilidade renovação por igual período; e também em razão da existência de Procedimento Licitatório em andamento e não concluído, com despacho para revogação dos atos e extinção deste, para abertura de novo certame, debalde os esforços da Administração Autárquica, devidamente justificado.

O Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia e Locação de Equipamentos e Máquinas Pesadas n° 029/2023 celebrado entre o Consórcio dos Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL e a V & V Locações de Máquinas e Caçambas Ltda., tem a finalidade de manter a necessária operação do Aterro Sanitário, por se tratar de serviço público indispensável ao atendimento das normas sanitárias e ambientais de direito público, com repercussão direta em saúde pública, através de procedimento de Dispensa de Licitação.

Justifica-se a prorrogação de prazo quanto ao objeto pactuado, razão porque a Autarquia, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, contidas no Processo TCE-PE n° 23100535-0, **decidiu pela REVOGAÇÃO do 1° (primeiro) Processo Licitatório sob o n° 004/2023 - Tomada de Preço.**

Tal fato ensejou a abertura de um **2° (segundo) Processo Licitatório n° 009/2023 - Pregão Eletrônico**, que, por seu turno, restou **FRACASSADO** em virtude de nenhuma das empresas participantes desse 2° certame atendeu aos requisitos previstos no Edital.

Imperioso frisar a necessidade de se manter a continuidade dos serviços de tratamento de resíduos sólidos no Aterro Sanitário do COMAGSUL, sendo certo que já se encontra em andamento o procedimento para contratação do objeto do presente Contrato, razão porque trata-se de serviço essencial à operação do Aterro Sanitário e que não pode sofrer descontinuidade.

Nesse ínterim, a Autarquia ao revogar o 1° Certame procedeu com a abertura de novo processo licitatório, tendo sido realizado o 2° procedimento, o qual, repita-se, restou fracassado.

Tendo em vista a complexidade na elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, o novo Projeto Básico e Edital para realização do processo de contratação ensejou a necessária a prorrogação da vigência do presente Contrato n° 029/2023 neste Processo de Dispensa, até que seja homologado resultado final de licitação pública, com a observância das orientações do TCE-PE e da legislação aplicável à espécie.

Auspicioso denotar que o Consórcio Público trabalha para concretude da contratação do objeto ora pactuado, haja vista que publicou, em 08 de maio de 2024, o 3° Edital de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a locação de máquinas pesadas para suprir necessidade de operação do Aterro Sanitário do COMAGSUL.

Ocorre que, debalde os esforços envidados, a sessão prevista no sobredito Edital para ocorrer no dia 20 de maio foi remarcada para o dia 31 de maio de 2024, em atenção à impugnação oferecida, que ensejou aperfeiçoamentos no Edital do Certame.

Resta devidamente justificada a necessidade de prorrogação, por mais 03 (três) meses, do Contrato n° 029/2023, firmado **sob a égide da Lei Federal n° 8.666/93** e suas alterações, Instrumento Normativo que permite o presente Termo Aditivo.

A prorrogação do prazo de vigência do Contrato n° 029/2023, celebrado entre o COMAGSUL e a mesma empresa contratada inicialmente, dá-se também por economia processual, sendo certo que, o presente Termo Aditivo vigerá por 03 (três) meses ou até que sobrevenha homologação da Licitação que se encontra em andamento que tem como objeto, repita-se, a locação de máquinas pesadas para suprir necessidade de operação do Aterro Sanitário da Autarquia.

Considerando ainda, o expediente formulado pelo gerente do Aterro Sanitário – **Memorando 015/2024 -** solicitando providências para que o serviço ambiental de caráter essencial não sofra solução de continuidade, em anexo.

Finalmente, a Presidência do Consórcio Público, em decisão fundamentada decidiu em 10 de novembro de 2024, pela **REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 002/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024**.

Na sequência, já há autuação do Processo Licitatório 004/2024 – Pregão Presencial nº 004/2024, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA DESTINADA A LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLENAGEM COM OPERADOR PARA A OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO COMAGSUL".
Ante o andamento do Processo Licitatório nº 004/2024 – Pregão Presencial nº 004/2024 mencionado acima, o Coordenador de Projetos, Bel. Bartolomeu P. Mendonça requereu vistas ao Processo, sendo concedido pelo Agente de Contratação em 10 de abril de 2025. O Coordenador emitiu Parecer Técnico desfavorável, datado de 22 de agosto de 2025, com apontamentos específicos para análise e manifestação quanto à viabilidade da continuidade do certame, ao final recomendou a revogação dos atos praticados, a extinção do processo licitatório e adoção de providências para abertura de novo procedimento licitatório.

Ato contínuo, o Presidente da Autarquia proferiu despacho determinando a abertura de novo certame com a devida retificação dos pontos destacados no Parecer Técnico.

Diante da necessidade então existente, o 12º Termo Aditivo ao Contrato nº 029/2023, cujo objeto foi a locação de máquinas pesadas para operação no Aterro Sanitário do COMAGSUL, foi celebrado com a finalidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços de locação de máquinas pesadas na operação do referido Aterro Sanitário, garantindo a manutenção das atividades essenciais.

A celebração do presente 13º Termo Aditivo ao Contrato nº 029/2023 justifica-se em razão de encontrar-se em curso o Processo Administrativo nº 009/2025, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 002/2025, com autuação de 15 de setembro de 2025, destinado à contratação de empresa especializada na locação de máquinas pesadas e equipamentos de terraplenagem com operador para a operação do aterro sanitário do COMAGSUL, localizado na Zona Rural de Altinho, o qual já se encontra na fase de interposição de recursos e apresentação de contrarrazões, etapa que antecede a fase de disputas.

Considerando que a atividade objeto do contrato possui natureza essencial, contínua e indispensável à adequada prestação do serviço público, especialmente no que tange à gestão de resíduos sólidos, sua interrupção acarretaria grave risco à saúde pública, ao meio ambiente e ao interesse coletivo.

Dessa forma, a manutenção temporária da execução contratual, por meio do presente Termo Aditivo, revela-se medida necessária, proporcional e amparada no interesse público, assegurando a continuidade do serviço até a conclusão regular do procedimento licitatório em andamento.

ANEXO: Memória de Cálculo apresentada pela Assessora de Projetos, Maria Josete Costa, datada de 27 de novembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação e Vigência:

Prorroga-se por igual período do contrato inicial, ou seja, por mais 03 (três) meses, com base no inciso II, art. 57, da Lei n° 8.666/93, devido à natureza da prestação de serviços contínua e indispensável à operação do Aterro Sanitário do COMAGSUL, passando a *"CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo de Vigência"* do Contrato N° 029/2023, a viger com a seguinte redação:

"**CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência**

A prestação de serviços terá duração de mais 03 (meses), e vigerá no período até 27 de fevereiro de 2026, podendo ser o presente contrato prorrogado por igual período, ou seja, por mais 03 (três) meses, mediante formalização de Termo Aditivo ou até a contratação de empresa adjudicada e homologada vencedora do Certame em andamento nº 009/2025 – Pregão eletrônico nº 002/2025."

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Alteração do Valor:

Em face do presente Termo Aditivo, que prorroga o prazo de vigência do Contrato N° 029/2023, altera-se a *"CLÁUSULA QUINTA - Do Valor dos Serviços"*, que passa a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor dos Serviços

O valor global contratado para a prestação dos serviços, incluindo-se a locação de máquinas pesadas será de R$ 5.724.875,16 (cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos), somando os 03 (três) meses deste termo aditivo, perfaz 36 (trinta e seis) parcelas no valor médio de R$ 159.024,31 (cento e cinquenta e nove mil, vinte e quatro reais e trinta e um centavos), incluindo ao valor inicial os serviços dos termos Aditivos ao Contrato 029/2023 de locação de horas máquinas pesadas, cada uma, a serem apuradas através de boletins de medição mensais com base na proposta mais vantajosa apresentada pela empresa contratada.

CLÁUSULA QUARTA – Da Manutenção das Demais Condições:

As demais cláusulas originárias contidas no Contrato, Prestação de Serviços de Engenharia e Locação de Equipamentos e Máquinas Pesadas n° 029/2023, permanecem inalteradas, inclusive mantendo-se o teor do seu ANEXO ÚNICO - DOTAÇOES ORÇAMENTÁRIAS.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam as partes o presente Instrumento Contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com o Grupo Gestor da Autarquia que também assinam como testemunhas, e se comprometem de boa-fé a cumprir e fazer cumprir o transcrito no presente Pacto Negocial Público.

Sede do COMAGSUL em Agrestina.
Em, 28 de novembro de 2025.

Grupo Gestor do COMAGSUL:

JOSÉ SÁVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

LUZIENE GOMES F. B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

BARTOLOMEU MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

Visto e Aprovação Jurídica:

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Contratante:

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Presidente do COMAGSUL

Contratada:

VALDENIO JOSE DA SILVA
V&V Locações de Maquinas e Caçambas LTDA.

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2023

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS

ANEXO ÚNICO

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 97, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

1 - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SULDE PERNAMBUCO
02 - PODER EXECUTIVO
0250 - MUNICÍPIO DE AGRESTINA
025013 - SECRETARIA DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, MEIOAMBIENTE
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1804 - RESÍDUOS SOLIDOS URBANOS
18.542.1804.2050.0000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DECONTROLE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

0251 - MUNICÍPIO DO ALTINHO
025127 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL EMEIO AMBIENTE
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1844 - PROGRAMA CONSORCIAL DE RESÍDUOSSÓLIDOS
18.542.1844.2051.0000 - MANUTENÇÃO DO ATERROSANITÁRIO EM PARCERIA COM CONSÓRCIOS
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

0252 - MUNICÍPIO DE BELÉM DE MARIA
025209 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS EINFRAESTRUTURA
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.0403- CONSÓRCIOS COM MUNICÍPIOS E OUTROSENTES FEDERADOS
18.542.0403.2052.0000 - COLETA DE REJEITOS SÓLIDOS PARAATERRO SANITÁRIO, ATRAVÉS DE CONSÓRCIO PÚBLIC
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

0253 - MUNICÍPIO DO BONITO
025309 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DE
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1844 - PROGRAMA CONSORCIAL DE RESÍDUOSSÓLIDOS
18.542.1844.2053.0000 - MANUTENÇÃO NAS AÇÕES DECONTROLE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

0271 - MUNICÍPIO DE CATENDE
027126 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - CATENDE
18 - Gestão Ambiental
18.542 - Controle Ambiental
18.542.1503 - MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
18.542.1503.2065.0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DERESÍDUOS SÓLIDOS
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA
0265 - MUNICÍPIO DE CUPIRA
025509 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOSPÚBLICOS
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1807 - PROGRAMA MUNICIPAL DE DESTINAÇÃO ETRATAMENTO ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
18.542.1807.2073.0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMAMUNICIPAL DE DESTINAÇÃO E TRATAMENTO ADEQUADODE RESÍDUOS SOLIDOS
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

0260 - MUNICÍPIO DE JAQUEIRA
026014 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOSHÍDRICOS
18 - Gestão Ambiental
18.542 - Controle Ambiental
18.542.1801 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
18.542.1801.2072.0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DERESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO/URÍDICA

0255 - MUNICÍPIO DA LAGOA DOS GATOS
025508 - SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRO
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1844 - PROGRAMA CONSORCIAL DE RESÍDUOSSÓLIDOS
18.542.1844.2054.0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMACONSORCIAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

0261 - MUNICÍPIO DE PANELAS
026109 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1802 PROGRAMAS INTERMUNICIPAIS DE EDUCAÇÃOAMBIENTAL
18.542.1802.2126.0000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DELIMPEZA PÚBLICA
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURIDICA

0262 - MUNICÍPIO DE QUIPAPÁ

026207 - SECRETARIA DE SAUDE E DO MEIO AMBIENTE
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.0080 - TRANSFERENCIA FINANCEIRAS PARACONSÓRCIOS PÚBLICOS
18.542.0080.2061.0000 - MANUTENÇÃO DO ATERROSANITÁRIO EM CONSÓRCIO
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

0263 - MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE
026380 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE ERECURSO
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1880 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
18.542.1880.2128.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOATERRO SANITÁRIO
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA
0.13.03 - 910.058 - TRANSF. DE RECURSOS ATERRO - SÃO J.MONT.

0264 MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL
026420 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
18 - Gestão Ambiental
18 542 - Controle Ambiental
18.542.1805 RECICLAGEM E TRATAMENTO DE RESÍDUOSSÓLIDOS
18.542.1805.2331.0000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DECONTROLE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3. 90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA

Sede do COMAGSUL em Agrestina.
Em, 28 de novembro de 2025.

Grupo Gestor do COMAGSUL:

JOSÉ SÁVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

LUZIENE GOMES F. B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

BARTOLOMEU MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

Visto e Aprovação Jurídica:

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Contratante:

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Presidente do COMAGSUL

Contratada:

VALDENIO JOSE DA SILVA
V&V Locações de Maquinas e Caçambas LTDA.

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:8CACB57D

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 008/2025

CONTRATO Nº 008/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Que entre si celebram as partes a seguir qualificadas:

A **RB SERVICOS AMBIENTAIS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 38.110.228/0001-07, sediado na Travessa Joao Paes de Lira, 165, Centro, São Caitano-PE, CEP 55130-000, neste ato representado por seu sócio **RUAN PABLO BRANCO DE ANDRADE**, brasileiro, nascido em 16/04/1997, solteiro, empresário, CPF nº 702.288.144-80, RG/SDS-PE nº 9442992, residente e domiciliado na Rua Barão de Caruaru, 1079, bloco 02, Apt. 101, MURIBARA, São Lourenço da Mata-PE, CEP 54720683, doravante denominada **CONTRATANTE**;

1. O Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.753.868/0001-01, Associação Pública instituída consoante disposições da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005, com regulamentação conferida pelo Decreto Presidencial nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, sediado na Rua 11 de Setembro, 120, BR 104- KM 87, Agrestina-PE, CEP 55495-000, representado por seu Presidente, **JOSUÉ MENDES DA SILVA**, brasileiro, casado, Servidor Público, Prefeito do Município de Agrestina - PE, portador do Registro Geral - CPF nº 212.112.054-87, residente na Rua Mal. Candido Rondon, nº 00002 CS-A, centro, Agrestina – PE, CEP 55495-000, de agora em diante denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Regime Jurídico
O presente Contrato subordina-se às:

1. Disposições Constitucionais:
O presente pacto público tem arrimo constitucional no Art. 241 da Constituição Federal de 1988 e no Art. 97, § 2º da Constituição do Estado de Pernambuco de 1989, que preceituam a existência de Consórcios Públicos para a gestão associada de serviços públicos;

2. Normas Infraconstitucionais:
2.1 – Lei Federal n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional de Meio Ambiente;

2.2 – Lei Federal n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais;
2.3 – Lei Federal 9.795 de 27 de abril de 1999 – Política Nacional de Educação Ambiental;

2.4 – Lei n.º 12.305 de 02 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Presidencial n.º 10.936 de 12 de janeiro de 2022; e

2.5 – Lei Federal 14.026 de 15 de julho de 2020 – Marco Regulatório do Saneamento Básico, aplicando-se subsidiariamente as disposições do Código Civil Brasileiro e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto
Constitui-se objeto deste Contrato a prestação do serviço de recepção e tratamento de resíduos sólidos no Aterro Sanitário do COMAGSUL localizado no Sítio Juá, Zona Rural do Município de Altinho, de rejeitos/resíduos sólidos domiciliares, Classe II-A, numa cota mínima de 100 t (cem toneladas) por mês.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Finalidade Pública
A finalidade pública do presente Contrato está consubstanciada na necessidade do acatamento as normas ambientais, em especial à Política Nacional de rejeitos de Resíduos Sólidos e Marco Regulatório do Saneamento Básico, e particularmente as normativas contidas no projeto básico e projeto executivo do Aterro Sanitário Consorcial, localizado no Sitio Juá, financiado e aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, adequação a normas técnicas de engenharia civil e engenharia ambiental necessárias ao monitoramento de Aterros

Sanitários, por se tratar de serviço público essencial, atendendo ainda normas sanitárias e de direito público, com repercussão direta em saúde pública.

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Duração
O presente Contrato terá duração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em **1º de outubro de 2025** e seu termino ocorrerá em **31 de setembro de 2027**.

CLÁUSULA QUINTA – Do valor dos Serviços
Pela deposição dos rejeitos no Aterro Sanitário do COMAGSUL pagará a Contratante a importância equivalente a R$ 72,00 (setenta e dois reais) por tonelada de resíduos sólidos depositada.

Subcláusula única – Do Reajuste e Atualização dos Valores
Os valores estabelecidos nesta cláusula serão reajustados anualmente, no mês de janeiro de cada ano, com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E**, ou por outro índice adotado através de Resolução do COMAGSUL que melhor reflita a variação do poder aquisitivo da moeda.

CLÁUSULA SEXTA – Da Forma de Pagamento
O pagamento pela execução dos serviços a que se refere o item 2 da Cláusula Oitava – Das Obrigações da Contratante será efetuado no total do valor apurado em 30 (trinta) dias, compreendido entre os dias 1º (primeiro) e 30/31 (trinta, trinta e um) de cada mês, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente ao atesto referenciado no item 3 da Cláusula Oitava sendo o montante pago diretamente em conta bancária de titularidade do COMAGSUL, a saber: Banco do Brasil nº 001 - Conta Corrente nº 15.376-1 - Agência Agrestina nº 0196-1.

CLÁSULA SÉTIMA – Das Obrigações da Autarquia Contratada
1. Disponibilizar as instalações do seu Aterro Sanitário, no horário das 07:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 07:00h às 12:00h, localizado no Sítio Juá, Zona Rural do Município de Altinho, para o recebimento dos resíduos sólidos, Classe II-A, conforme normas da ABNT, coletados e transportados pela Contratante;

2. Operar o Aterro Sanitário de acordo com a Metodologia Executiva de Operação dos Serviços, consubstanciada nos Planos Operacionais aprovados junto a Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH;

3. Gerar Relatório Mensal, até o quarto dia útil de cada mês, contendo os quantitativos dos resíduos depositados pela Contratante no Aterro Sanitário, em toneladas, com o valor correspondente a ser pago, remetendo-o juntamente com a Nota Fiscal, para a Contratante, até o dia 10 do mês subsequente;

4. Permitir o tráfego de veículos provenientes da Contratante, transportando resíduos sólidos destinados ao Aterro Sanitário Consorcial;

5. Assegurar a perfeita operação e manutenção do Aterro Sanitário conforme especificações do Projeto Executivo, disponibilizando para tanto, recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos;

CLÁUSULA OITAVA – Das Obrigações da Contratante
1. Coletar os resíduos sólidos domiciliares e transportar para o Aterro Sanitário do COMAGSUL, ou estação de transbordo em meio ao trajeto a Altinho em veículos próprios e/ou de terceiros, adequados à finalidade, dando destinação final em cumprimento a legislação em vigor;

2. Efetuar o pagamento à Contratada no montante correspondente e indicado no Relatório Mensal;
3. Aferir, através de preposto designado, a pesagem dos resíduos transportados no momento da entrada no Aterro Sanitário do COMAGSUL e atestar o Relatório Mensal gerado pela Contratada;

4. Dar ciência ao COMAGSUL do cumprimento das obrigações acordadas neste Pacto Negocial;

5. Cumprir e fazer cumprir a atual legislação federal e estadual relativas a resíduos sólidos, e outras normas futuras pertinentes a matéria.

CLÁUSULA NONA – Da Fidelização
Durante a vigência do presente Contrato, a Contratante se obriga a não firmar contrato com terceiros cujo objeto seja igual ou similar ao ora contratado.

Subcláusula única - O descumprimento da obrigação de fidelidade sujeitará a Contratante ao pagamento de multa no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), podendo, em caso de reincidência, ensejar a rescisão antecipada do Contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Apostilamento
As cláusulas e condições consignadas no presente pacto negocial e em especial as que pertinem ao ajuste econômico do negócio, poderão ser objeto de apostilamento a cada Exercício Financeiro no mês de fevereiro, mediante autorização por Resolução do COMAGSUL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– Da Rescisão
O presente Contrato de poderá ser rescindido:

1. Pela parte contratante, caso ocorra a interrupção dos serviços essenciais realizados pelo COMAGSUL, aplicando-se a multa constante da Cláusula Penal; ou

2. Pelo **COMAGSUL**, parte contratada, em caso de inadimplência superior a 120 (cento e vinte) dias, aplicando-se ao infrator, além da multa contratual, a obrigação do pagamento prévio das parcelas já constituídas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Cláusula Penal
A parte infringente de qualquer cláusula ou condição do presente Pacto, pagará à parte inocente a quantia de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), resolvendo-se em perdas e danos os prejuízos causados pela parte, respondendo os Gestores e/ou Agentes Públicos solidariamente pelas situações ocorridas, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e/ou penais, e financeiramente pela obrigação principal, juros de mora e correção monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Disposições Finais
1. Pelo não cumprimento das obrigações pactuadas no presente instrumento, incidem os respectivos gestores em infrações capituladas no Art. 68 da Lei Federal nº 9.605/98 e Art. 11 e Incisos da Lei Federal 8.429/92;

2. Assumem deliberadamente as partes contratantes, em relação às cláusulas e condições pactuadas, os encargos da obrigação de fazer e obrigação de pagar, capituladas no Código Civil Brasileiro;

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro
As partes acatam o Foro da **Comarca de Altinho** em razão da competência por sobre a matéria ambiental, local do possível dano Ambiental, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os conflitos porventura oriundos do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinaram as partes, o presente Instrumento, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só fim e efeito, juntamente com os membros do Grupo Gestor eleitos em Assembleia Geral, os quais o assinam por disposição normativa estatutária e na condição de testemunhas, comprometendo-se de boa-fé a cumprirem o transcrito no presente Pacto Negocial Público que deverá ser publicado na imprensa oficial como requisito de validade e eficácia.

Sede do COMAGSUL, Agrestina – PE, em 1º de outubro de 2025.

Grupo Gestor DoCOMAGSUL:

BEL. FRANCISCO FABIANO
Secretário Executivo

BELA. LUZIENE FERRAZ
Coordenadora Financeira

BEL. JOSÉ SÁVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

BELA. BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coord. de Articulação Política e Institucional

BEL. MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico
Visto e Aprovação Jurídica

Partes:

RB SERVICOS AMBIENTAIS LTDA
Contratante

***BEL.* JOSUÉ MENDES DA SILVA**
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL
Contratado

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:A2FCEF0E

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 155 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 155 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o Programa Regional de Desenvolvimento Econômico – PRODECON, cria a Agência de Desenvolvimento Regional AD COMAGSUL, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - COMAGSUL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 71, XII, e em conformidade com o que dispõe o Art. 13, I e IV, ambos do Estatuto Social da Autarquia,

CONSIDERANDO a previsão constitucional da gestão associada de serviços através dos consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados para transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, prevista no art. 241 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a missão precípua da Autarquia de promover a integração regional através de ações que resultem no fortalecimento institucional, desenvolvimento econômico e bem estar social das populações do Agreste e Mata Sul de Pernambuco;

CONSIDERANDO a existência da Ferrovia Transnordestina no trecho que abrange os municípios de Cachoeirinha, Ibirajuba, Altinho, Agrestina, Belém de Maria e Catende, todos integrantes da Autarquia, fator de indução da implantação de uma Plataforma Multimodal, demandando a necessidade da criação do Programa Regional de Desenvolvimento Econômico - PRODECON;

CONSIDERANDO as formas articuladas de planejamento voltadas para o crescimento regional e criação de mecanismos conjuntos de promoção do desenvolvimento socioeconômico das regiões Agreste e Mata Sul de Pernambuco, com reflexo em todo o Nordeste Brasileiro;

CONSIDERANDO a necessidade da construção de uma Plataforma Multimodal no Agreste de Pernambuco, com a finalidade de integrar a Ferrovia Transnordestina com modais rodoviário e aeroviário, impulsionando a infraestrutura logística da região, aumentando a competitividade econômica e melhorando a qualidade de vida das populações com geração de emprego e renda;

CONSIDERANDO ser o PRODECON uma proposta estratégica na busca da mudança da realidade socioeconômica do Agreste e Mata Sul pernambucanos com a implantação de uma Plataforma Multimodal, uma estação aduaneira / Porto Seco, e a criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região, promovendo não apenas o crescimento da economia, como também a inclusão social e a sustentabilidade ambiental;

CONSIDERANDO a infraestrutura logística a ser implantada, dispondo da devida conectividade com a Plataforma Multimodal atrelada à Ferrovia Transnordestina e principais rodovias regionais, facilitando o escoamento de commodities, insumos, produtos industrializados, minerais e outros;

CONSIDERANDO a necessidade de parcerias com instituições públicas e privadas, inclusive a União, o Estado de Pernambuco e municípios pernambucanos para a busca compartilhada da Plataforma Multimodal e de novos polos industriais para garantir financiamento e apoio técnico ao projeto;

CONSIDERANDO a necessidade da gestão eficiente do PRODECON através de um Comitê Gestor composto por representantes municipais, estadual e do setor privado, responsável por acompanhar o andamento do programa, incluindo os recursos e a garantia da transparência nas ações,

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, *REFERENDOU*, aprovando e ratificando por dezesseis votos a zero, na sua integralidade a RESOLUÇÃO COMAGSUL *"AD REFEREDUM"* Nº 04/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Resolução institui o Programa Regional de Desenvolvimento Econômico – PRODECON, no âmbito do COMAGSUL, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos municípios que o integram ou outros através de instrumentos próprios de pactuação, buscar formas articuladas de planejamento voltadas para o desenvolvimento regional, criar mecanismos conjuntos para financiamentos, estudos, consultas e execução de outras atividades pertinentes aos seus objetivos.

Art. 2

º. As ações de que trata o artigo anterior têm como fundamentos a gestão pública democrática, a inclusão social e o fortalecimento econômico da sociedade civil com absoluta obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CAPÍTULO II
DAS AÇÕES PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Art. 3º. O PRODECON contemplará, dentre outras, as seguintes ações:
I – fomentar a instalação da Plataforma Multimodal no Agreste de Pernambuco até 2030, conectando a Ferrovia Transnordestina com outros modais de transporte;

II – promover o aumento na capacidade de armazenamento e escoamento de produtos agrícolas e industriais na região;

III – promover a criação de empregos diretos e indiretos nos setores logístico e industrial;

IV – promover ações de capacitação e empregabilidade com formação profissional em atividades ligadas à logística, operação ferroviária e indústria;

V – firmar parcerias com instituições educacionais e profissionalizantes para ofertar cursos voltados às necessidades do novo polo logístico e/ou industrial, possibilitando a absorção de mão de obra local para as novas demandas do mercado;

VI – buscar a redução dos custos de transporte devido à integração multimodal;

VII - promover práticas de sustentabilidade ambiental durante a construção e operação da Plataforma Multimodal, com o uso de tecnologias limpas e o tratamento adequado de resíduos, além de mitigar possíveis impactos ambientais causados pelas novas obras; e

VIII - promover a inclusão social, garantindo que as oportunidades criadas pelo desenvolvimento regional sejam acessíveis às populações mais vulneráveis, através de projetos e ações de qualificação e apoio social.

Parágrafo único. As ações do PRODECON, incluindo o fomento da implantação da Plataforma Multimodal, buscarão competitividade às empresas locais, o impulso à economia regional e a possibilidade de novas oportunidades de emprego e renda, a partir da melhoria da infraestrutura logística e integração entre as cidades do Agreste e os mercados nacionais e internacionais.

Art. 4º. Para consecução de seus objetivos de promover o desenvolvimento regional, o PRODECON poderá custear:

I - estudos e diagnósticos de viabilidade econômica;

II - estudos de impactos ambientais;

III - consultorias e assessorias técnicas;

IV - planos de trabalho;

V - instrumentos formais de acordos, convênios, contratos e outros pactos com entidades públicas, privadas ou organizações não governamentais visando cooperação técnica, científica, pedagógica e financeira;
VI - aquisição e locação de veículos;

VII - combustíveis;

VIII - passagens aéreas, marítimas, ferroviárias e rodoviárias, com comprovação;

IX - diárias e hospedagens;

X - materiais de expediente e gráficos;

XI - publicidade, fotos e filmagens;

XII - locação de equipamentos; e

XIII - participação dos servidores, empregados, contratados e voluntários em congressos, simpósios, palestras, seminários, workshops, feiras temáticas, oficinas de trabalho, visitas técnicas e pedagógicas, bem como a promoção desses eventos pelo COMAGSUL.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DE PACTUAÇÃO

Art. 5°. As pactuações de serviços do PRODECON entre os municípios que manifestarem formalmente interesse em aderir ao Programa com o COMAGSUL, serão celebradas através de Contratos de Programa.

Art. 6°. Para implementação das atividades do PRODECON poderão os Municípios-membro, através do COMAGSUL, valerem-se dos serviços prestados por pessoas físicas ou jurídicas, incluindo-se as entidades do terceiro setor.

Parágrafo único. As pactuações do PRODECON efetivadas entre o COMAGSUL e os Municípios-membro poderão admitir em instrumento multilateral as Organizações da Sociedade Civil e empresas privadas, atendido o disposto no art. 225 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV
DA ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA

Art. 7°. O Município consorciado poderá aderir ao PRODECON, mediante Manifestação Pública de Interesse e Contrato de Programa assinados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Município que firmar Manifestação Pública de Interesse em aderir ao PRODECON obriga-se a cumprir as determinações do Programa.

Seção I
Das Obrigações dos Municípios
Art. 8°. São obrigações dos Municípios aderentes ao PRODECON:

I - permanecer associado ao Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL pelo período mínimo da vigência da pactuação, cumprindo com as pecúnias exigidas para o cumprimento do pacto, e ainda, para com outras obrigações pecuniárias relativas ao rateio para custeio administrativo, demais rateios aprovados pela Assembleia Geral da Autarquia, bem como outras obrigações contraídas em Contratos de Programa, Contratos de Gestão ou outros pactos celebrados;

II – participar o Chefe do Poder Executivo ou nomear preposto para composição da Comissão de Acompanhamento e Avaliação das ações do PRODECON;

III - garantir os recursos financeiros para a execução do PRODECON, nos termos desta Resolução;

IV - alocar recursos no Orçamento Municipal em dotações próprias para fazer face às despesas com o custeio do PRODECON;

V - programar no complexo orçamentário nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto público pretendido, os recursos necessários para fins de custeio da execução do Programa;

VI - não substituir mão-de-obra, assim entendida como ato de dispensar servidor, visando a contratação por intermédio do PRODECON;

VII - manter em seu sítio oficial na internet a pactuação celebrada, com a vigência e valores desembolsados; e

VIII - exercer em sua plenitude a pactuação celebrada, não permitindo o descumprimento das cláusulas pactuadas.

Seção II
Das Obrigações do Consórcio Público

Art. 9º. São obrigações do COMAGSUL:

I - designar o Gerente do PRODECON e definir suas atribuições;

II - instituir e compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PRODECON composta pelos municípios, entidades empresariais e pelo Consórcio;

III - coordenar a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, através do Gerente do PRODECON;

IV - proceder com o monitoramento do desenvolvimento das atividades pactuadas, especialmente aos resultados obtidos em sua execução, através da emissão de relatórios quadrimestrais;

V - elaborar Planos de Trabalho, preferencialmente em conjunto com a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PRODECON;

VI - manter a ordem e guarda de todos os documentos relativos à pactuação celebrada, documentos de despesas realizadas no decorrer das ações do PRODECON, disponibilizando-os de imediato quando solicitado; e

VII - alocar rubricas no Orçamento Consorcial em dotações próprias para fazer face às despesas com ações e custeio do PRODECON.

CAPITULO V
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 10. Os recursos financeiros para custear as despesas com a implantação e desenvolvimento de ações do PRODECON são os previstos nos artigos 156 e 157 do Estatuto Social da Autarquia, os de prestação de serviços a empresas privadas e os oriundos de tributos previstos no art. 4º da Resolução COMAGSUL nº 24 de 20 de dezembro de 2019.

Parágrafo Único. O PRODECON será autossustentável e desenvolvido com receitas provenientes de Planos de Aplicação, contratos de programa, rateios específicos, substituição tributária, emendas parlamentares e demais receitas previstas no Estatuto Social, podendo receber recursos de convênios com quaisquer Ministérios do Governo Federal, com Governos Estaduais e inclusive organismos internacionais.

CAPÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO DO PRODECON

Art. 11. O COMAGSUL exercerá a administração do PRODECON em sua plenitude, a quem compete administrar todos os recursos físicos, financeiros, humanos, bens, documentos e direitos colocados à disposição, afetados ou pertencentes ao Programa.

CAPÍTULO VII
DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – AD COMAGSUL

Art. 12. Fica criada a Agência de Desenvolvimento Regional – AD COMAGSUL, vinculada à estrutura orgânica da Autarquia Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL, com o objetivo de planejar, coordenar e executar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social das regiões do Agreste e da Mata Sul do Estado de Pernambuco.

Art. 13. A AD COMAGSUL tem como finalidade:

I – promover a integração das iniciativas públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento regional;

II – fomentar a implantação de empreendimentos e a geração de empregos nas regiões do Agreste e Mata Sul;

III – apoiar a realização de estudos, projetos e ações voltadas à sustentabilidade econômica e ambiental;

IV – promover a capacitação profissional e o fortalecimento da cadeia produtiva local;

V – estimular a inovação e a adoção de novas tecnologias nas regiões atendidas; e

VI – captar recursos financeiros junto a organizações nacionais e internacionais para o financiamento de projetos regionais.

Art. 14. A estrutura organizacional da AD COMAGSUL será definida por ato normativo do COMAGSUL, devendo compreender, no mínimo:

I – Superintendência;

II – Diretoria de Planejamento e Gestão;

III – Diretoria de Captação e Investimentos;

IV – Diretoria de Desenvolvimento Sustentável.

CAPITULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. O COMAGSUL promoverá ações necessárias na busca de dotar o território do Consórcio de uma estrutura alfandegária com objetivo de atender às necessidades logísticas demandadas pelo mercado, ao tempo em que venha a promover a interiorização do desenvolvimento econômico e social das Regiões Agreste e Mata Sul do Estado.

§ 1º O Presidente do COMAGSUL baixará atos necessários à abertura de crédito especial no Orçamento Consorcial Anual relativo a cada ente federativo, para fazer face às despesas com a execução do PRODECON no corrente exercício.

§ 2º Compete a cada Município baixar os atos necessários à abertura de crédito especial no respectivo Orçamento Anual para custear as despesas com a execução do PRODECON no exercício corrente.

§ 2º O Presidente do COMAGSUL baixará atos necessários à regulamentação e/ou disciplinamento das ações e serviços pertinentes ao funcionamento, metodologia e execução do PRODECON, inclusive situações não previstas na presente Resolução.

Art. 16. O COMAGSUL envidará esforços no sentido de fomentar a instalação de empresas que venham a compor um complexo logístico a ser instalado na área de abrangência do Consórcio.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação operando-se seus efeitos a contar de 20 de junho de 2025.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA Prefeito de Agrestina
SILVIO COSTA FILHO Ministro de Estado de Portos e Aeroportos – em Apoio
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

BARTOLOMEU P. MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:4A2350A5

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 156, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 156, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Convoca a I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – COMAGSUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, XII do Estatuto da Autarquia,

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, *REFERENDOU*, aprovando e ratificando por dezesseis votos a zero, na sua integralidade a RESOLUÇÃO COMAGSUL *"AD REFEREDUM"* Nº 05/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres, a ser realizada na sede do COMAGSUL em Agrestina no dia 24 de julho de 2025, com programação a ser divulgada, sob a coordenação da Câmara Temática da Mulher do COMAGSUL.

Art. 2º A I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres tem como objetivo avaliar, discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, contribuindo com a erradicação da pobreza extrema e com o exercício pleno da cidadania pelas mulheres.

Art. 3º A I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres será presidida pela Coordenadoria da Câmara Temática da Mulher, na hipótese de sua ausência ou impedimento, por umas das Secretarias Municipais consorciadas do COMAGSUL.

Art. 4º A Coordenação da Câmara Temática da Mulher do COMAGSAL expedirá o Regimento da I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres.

Parágrafo único. O Regimento de que trata o caput disporá sobre a organização e o funcionamento da I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres, inclusive sobre o processo democrático de escolha de suas delegadas.
Art. 5º As despesas com a execução da presente Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias do COMAGSUL.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ratificando as decisões da I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

BARTOLOMEU P. MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:8E928735

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL N.º 158, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025

RESOLUÇÃO COMAGSUL N.º 158, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre os aportes financeiros decorrentes de pactuações de serviços prestados pelo COMAGSUL na cogestão da execução de Contratos de Programa, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DE PERNAMBUCO - COMAGSUL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 71, XII, do Estatuto da Autarquia,

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, *REFERENDOU*, aprovando e ratificando por dezesseis votos a zero, na sua integralidade a RESOLUÇÃO COMAGSUL *"AD REFEREDUM"* Nº 07/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Esta Resolução fixa o valor relativo aos aportes financeiros decorrentes da contraprestação pecuniária dos serviços prestados pelo COMAGSUL, no percentual de 15% (quinze por cento) nos Programas Governamentais executados através de Agentes Civis Voluntários.

Art. 2º Os valores referentes às pactuações decorrentes da prestação de serviços realizados pela Autarquia constarão dos respectivos Planos de Aplicação, não podendo o valor do aporte para cada programa ou serviço ser inferior a R$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.

Art. 3º Fica estabelecido o percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em que seja parte contratante o ente público consorciado ou não, a título de contraprestação pecuniária, relativa à adesão a qualquer Ata de Registro de Preços disponibilizada pela Autarquia, a ser pago pelas instituições e/ou empresas privadas fornecedoras.

Art. 4º Os ingressos financeiros provenientes das pactuações efetivadas servirão para custeio das despesas inerentes à atividade desenvolvida, e seus excedentes serão aportados a conta recursos próprios da Autarquia, a título de rateio especifico e contraprestação pelos serviços prestados.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial, operando-se seus efeitos a contar de 04 de setembro de 2025.

Art. 6º. Revoga-se a Resolução COMAGSUL nº 66, de 06 de dezembro de 2021.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE, em 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

BARTOLOMEU P. MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:A9E6D98B

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL N.º 159, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025

RESOLUÇÃO COMAGSUL N.º 159, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a utilização de plataforma virtual para realização de Assembleia Geral no âmbito do COMAGSUL, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DE PERNAMBUCO - COMAGSUL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 71, XII, do Estatuto da Autarquia,

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar o uso de meios eletrônicos para realização de reuniões e Assembleias Gerais com o objetivo de ampliar a participação dos representantes legais dos Municípios consorciados na apreciação de matérias, deliberações no âmbito do COMAGSUL e propiciar modernização administrativa e a adoção de ferramentas tecnológicas que promovam maior eficiência, economicidade e celeridade nos processos deliberativos do Consórcio;

CONSIDERANDO a experiência positiva de outros entes que vêm adotando reuniões virtuais como prática consolidada na gestão pública a exemplo de órgãos deliberativos como o Congresso Nacional, Câmaras e Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas, que adotam sistemas eletrônicos audiovisuais de videoconferência e realizam sessões com participação remota de seus membros, reconhecendo a legitimidade e a efetividade do uso de plataformas virtuais nos processos decisórios;

CONSIDERANDO que o ordenamento jurídico brasileiro admite o uso de meios eletrônicos em processos administrativos, nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020 e demais normativas correlatas,

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, *REFERENDOU*, aprovando e ratificando por dezesseis votos a zero, na sua integralidade a RESOLUÇÃO COMAGSUL *"AD REFEREDUM"* Nº 08/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica autorizada a realização exclusivamente de Assembleia Geral do COMAGSUL por meio de plataforma virtual, garantindo-se o exercício do direito à palavra e ao voto unicamente pelos prefeitos dos Municípios consorciados.

Parágrafo único. Poderá ser utilizada qualquer plataforma virtual disponível no mercado que atenda aos objetivos do Consórcio, indicada no edital de convocação, assegurando-se confiabilidade, estabilidade e acessibilidade.

Art. 2º O exercício da palavra e do voto proferidos por meio virtual terá o mesmo valor jurídico da forma presencial, desde que observados os requisitos de identificação inequívoca do participante e de integridade do processo deliberativo.

Art. 3º São requisitos para validação das Assembleia Gerais virtuais do COMAGSUL:

I – uso de plataforma virtual que garanta autenticação segura do participante votante e confiabilidade do voto;

II – integridade e rastreabilidade do resultado das deliberações com voto mediante *login* e senha;

III – a assinatura digital do registro da presença do prefeito firmada no período de quinze minutos antes do momento da primeira convocação e em até quinze minutos após o horário de início da segunda convocação;

IV – as matérias devem ser previamente enviadas aos prefeitos em até oito dias corridos antes da realização da assembleia, mediante protocolo pessoal de convocação ou protocolo central da prefeitura;

V – durante todo o dia e horário da realização da assembleia virtual, o COMAGSUL manterá estrutura física adequada para acesso dos prefeitos municipais à reunião, na Sede Administrativa da Autarquia.

Art. 4º O voto virtual poderá ser utilizado em reuniões híbridas ou totalmente virtuais, desde que expressamente previsto no Edital de Convocação da Assembleia Geral, obrigatório em qualquer caso a lavratura de ata escrita.

Art. 5º As convocações para as Assembleias Gerais por videoconferência deverão observar as mesmas formalidades previstas no Estatuto Social da Autarquia para as reuniões presenciais, incluindo prazos e forma de publicação.

Art. 6º Das Assembleias Gerais virtuais serão lavradas atas assinadas pelo presidente, pelo secretário da sessão e tantos quantos dela participarem e desejarem, e publicadas na imprensa oficial, podendo haver impugnação por qualquer participante, no prazo de dez dias corridos, e na hipótese de acatamento da impugnação será publicada ata com a redação corrigida por "EM TEMPO".

Parágrafo único. A gravação da reunião virtual deverá ser arquivada como parte integrante e indissociável da documentação comprobatória da realização da Assembleia.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial, operando seus efeitos a contar de 02 de outubro de 2025.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE, em 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

BARTOLOMEU P. MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:5C731E88

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 160, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 160, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Estima a receita e fixa a despesa do COMAGSUL para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias conferidas pelo art. 71, XII do Estatuto Social,

CONSIDERANDO que Projeto de Resolução n.º 001/2025 foi apreciado e aprovado na 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos desta Autarquia Interfederativa, sendo imprescindível a existência de Orçamento Público para o exercício financeiro de 2026,

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025 **APROVOU** por dezesseis votos a zero o projeto de Resolução n.º 001/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Esta Resolução estima a receita e fixa a despesa do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL para o exercício financeiro de 2026.

Art. 2º As receitas correntes e de capital da Autarquia, previstas na legislação vigente, é estimada no montante de R$ 32.784.000,00 (tinta e dois milhões e setecentos e oitenta e quatro mil reais), detalhadas a seguir:

RECEITAS	VALOR (R$)
I – RECEITAS CORRENTES	**32.184.000,00**
a) Receita Tributária	550.000,00
b) Receita Patrimonial	225.640,60
c) Transferências Correntes	31.366.359,40
d) Outras Receitas Correntes	42.000,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	**600.000,00**
a) Transferências de Capital	600.000,00
III – TOTAL DAS RECEITAS	**32.784.000,00**

Art. 3º A despesa total para o Consórcio é fixada em R$ 32.784.000,00 (tinta e dois milhões e setecentos e oitenta e quatro mil reais), detalhadas da seguinte forma:

DESPESAS	VALOR (R$)
I – DESPESAS CORRENTES	**31.740.999,99**
a) Pessoal e Encargos sociais	1.581.999,99
b) Outras Despesas Correntes	30.159.000,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	**1.043.000,01**
a) Investimentos	1.041.000,01
b) Amortização da Dívida	2.000,00
IV – TOTAL DAS DESPESAS	**32.784.000,00**

Art. 4º A despesa fixada à conta dos recursos previstos nesta Resolução está em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64, e os anexos constituem partes integrantes e indissociáveis desta Norma Orçamentária.

Art. 5º Durante a execução orçamentária, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal 4.320/64, fica o COMAGSUL autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes nesta Resolução.

§ 1º A autorização contida nesta Resolução estende-se para promover ajustes de programação por insuficiências nas dotações orçamentárias em decorrência de novas atividades desenvolvidas e das necessidades demandadas, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação parcial e/ou total de dotações.

§ 2º Para promover os ajustes orçamentários indicados no parágrafo anterior, poderá o Consórcio remanejar, transpor ou transferir total ou parcialmente as categorias de programação constantes desta Norma até o nível de grupo de natureza da despesa, a fim de ajustar a programação orçamentária aprovada às competências e atribuições definidas para a nova unidade, até o valor de trinta e cinco por cento do total do orçamento.

§ 3º serão considerados para abertura de créditos adicionais suplementares sem onerar o limite estabelecido no § 2º, do art. 5º desta Resolução:

I – recursos provenientes do superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;

II – recursos originários do excesso de arrecadação, até a sua totalidade de apuração, individualizado por fonte de recurso, conforme o art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;

III – recursos provenientes de emendas parlamentares estaduais e federais, até o limite dos valores transferidos;

§ 4º A abertura de créditos adicionais suplementares com recurso de anulação total ou parcial de dotações destinadas a atender insuficiências de dotações relativas a pessoal e dívida pública não entrará no limite no § 2º, do art. 5º desta Resolução.

§ 5º Para atendimento ao disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026, poderão ser reabertos no exercício de 2027, adequando-se a classificação orçamentária específica do orçamento vigente sem onerar o percentual estabelecido no § 2º, deste artigo.

Art. 6º As alterações ou inclusões de elemento de despesa, dentro de um mesmo grupo de natureza da despesa, não constituem créditos adicionais ao orçamento, não se incluindo no limite autorizado no § 2º, do art. 5º desta Resolução e serão efetuadas através de Resolução do COMAGSUL.

Parágrafo Único. Ocorrendo mudanças nas codificações das fontes e destinação de recursos estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e/ou pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, deverão ser atualizadas mediante Ato próprio da Presidência da Autarquia Consorcial, sem onerar o percentual estabelecido no § 2º, do art. 5º desta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2026.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA Coordenador Administrativo	***BARTOLOMEU P. MENDONÇA*** Coordenador de Projetos
BETÂNIA RIBEIRO COSTA Coordenadora de Articulação	***LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO*** Coordenadora Financeira
MARCELO ANTONIO DA SILVA Procurador Autárquico	

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:164A7543

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 161, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 161, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Estabelece os valores do Contrato de Rateio Administrativo previsto no art. 8º da Lei Federal 11.107/2005, para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias conferidas pelo art. 71, XII do Estatuto Social,

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025 **APROVOU** por dezesseis votos a zero o projeto de Resolução n.º 002/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Esta Resolução formaliza o Contrato de Rateio Administrativo convencionado entre os entes consorciados para o exercício financeiro de 2026, a ser entregue mensalmente ao COMAGSUL, nos termos do art. 8º da Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005.

Art. 2º O valor mensal do Rateio Administrativo para 2026 destinado ao custeio das despesas administrativas da Autarquia, corresponde a dois mil reais por cada município, reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulados dos exercícios de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, acrescidos de seis centavos por habitante utilizando-se como parâmetro a população medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base na projeção para o ano de 2021.

Parágrafo Único O valor de parcela mensal será entregue ao Consórcio até o dia 10 (dez) de cada mês.

Art. 3º A presente Resolução tem eficácia jurídica de Contrato de Direito Público, dotada de liquidez, certeza e exigibilidade, prestando-se como título extrajudicial a ser executado administrativa ou judicialmente em caso de inadimplemento, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Único. É dispensada a formalização de instrumento contratual entre o COMAGSUL e os Entes consorciados referente unicamente ao Rateio Administrativo, por força da supremacia das decisões consorciais tomadas em Assembleia Geral na forma do Art. 4º, VII da Lei Federal n.º 11.107/2005, c/c Art. 41 e 42 do Estatuto Social da Autarquia.

Art. 4º As decisões tomadas em Assembleia Geral são dotadas de eficácia por sobre todos os Entes consorciados.

Art. 5º Os Municípios consorciados destinarão recursos na rubrica 3.3.71.70.00 - Rateio Administrativo pela participação em Consórcios Públicos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

BARTOLOMEU P. MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:0889ECF1

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 163 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 163 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a instituição da Ouvidoria no âmbito do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - COMAGSUL**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 71, XII, do Estatuto da Autarquia, e em conformidade com as disposições contidas nas Leis Federais n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e nos arts. 13 a 17 da Lei Federal n.º 13.460 de 26 de junho de 2017 (Lei de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos),

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, **APROVOU** por dezesseis votos a zero o projeto de Resolução n.º 004/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução disciplina a organização e o funcionamento da Ouvidoria Consórcial e do Serviço de Informações ao Cidadão-SIC da administração do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do estado de Pernambuco - COMAGSUL.

Parágrafo Único – A Ouvidoria Geral do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do estado de Pernambuco - COMAGSUL, vinculada ao Gabinete do Presidente da Autarquia, como órgão responsável, prioritariamente, pelo tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou regime, pela Administração Pública Direta e Indireta, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:
I – usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;
II – serviço público: atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública;
III – agente público: quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração;
IV – manifestações: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações que tenham como objeto políticas ou serviços públicos prestados e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços;
V – reclamação: demonstração de insatisfação relativa a serviço público;
VI – denúncia: comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo;
VII – sugestão: proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pelo Município;
VIII – elogio: demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;
IX – solicitação: requerimento de adoção de providência por parte da Administração.
CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições da Ouvidoria da Autarquia:
I – atuar diretamente na defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, nos termos da Lei nº 13.460, de 2017;
II – promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
III – acompanhar a prestação dos serviços públicos, visando a garantir a sua efetividade e propor medidas para o seu aperfeiçoamento;
IV – receber, analisar e responder às manifestações a ela encaminhadas;
V – encaminhar às autoridades competentes as manifestações, solicitar informações a respeito das mesmas, acompanhando o tratamento e a sua efetiva conclusão;
VI – atender o usuário de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia;
VII – promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Art. 4º Com vistas à realização dos seus objetivos, a Ouvidoria Geral deve:
I – receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos;
II – elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

CAPÍTULO III
DAS MANIFESTAÇÕES

Art. 5º A Ouvidoria deverá receber, analisar e responder às manifestações em linguagem clara e objetiva.

Art. 6º Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Resolução sob pena de responsabilidade do agente público.
§ 1º As manifestações poderão ser identificadas, entretanto não cabe à Ouvidoria fazer exigências quanto à identificação ou que inviabilizem sua apresentação.
§ 2º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação da manifestação.
§ 3º A identificação do requerente é informação pessoal protegida com restrição de acesso nos termos das Leis Federais n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018, n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011.
§ 4º No caso de manifestação feita por meio eletrônico, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá ser requerido meio de certificação da identidade do requerente.
§ 5º As manifestações apresentadas em outros órgãos da Administração deverão ser protocolizadas e encaminhadas imediatamente à Ouvidoria Geral do Consórcio COMAGSUL, sob pena de responsabilidade do agente faltoso.

CAPÍTULO IV
DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Art. 7º As manifestações poderão ser apresentadas por meio dos seguintes canais de comunicação:
I – por meio de formulário eletrônico, disponível no site do COMAGSUL;
II – por correspondência convencional;
III – no posto de atendimento presencial exclusivo, de forma escrita ou verbal;
IV – telefone tarifado específico.
Parágrafo Único – A manifestação verbal disposta no inciso III do *caput* deste artigo será, imediatamente, reduzida a termo.

CAPÍTULO V
DO RECEBIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES

Art. 8º Recebida a manifestação a Ouvidoria deverá classificá-la como reclamação, denúncia, sugestão, elogio e solicitação, de acordo com as definições constantes nesta Resolução.
§ 1º A classificação atribuída pelo usuário quando do encaminhamento da manifestação poderá ser alterada pela Ouvidoria se verificado que não está adequada.
§ 2º As manifestações serão encaminhadas às autoridades responsáveis para as devidas providências, se for o caso.

Art. 9º O procedimento de análise das manifestações observará os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução.
Parágrafo único – A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende as seguintes etapas:
I – recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;
II – emissão de comprovante de recebimento da manifestação com o respectivo número de protocolo;
III – análise e obtenção de informações, quando necessário;
IV – decisão administrativa final;
V – ciência ao usuário.

Art. 10 A Ouvidoria deverá elaborar e apresentar resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de até trinta dias contados do recebimento, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período.
§ 1º Recebida a manifestação, a Ouvidoria deverá realizar análise prévia e, caso necessário, no prazo máximo de cinco dias, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências.
§ 2º Sempre que as informações apresentadas pelo usuário forem insuficientes para a análise da manifestação, em até dez dias a contar do seu recebimento a Ouvidoria deverá solicitar a complementação de informações que deverá ser atendida em até vinte dias, sob pena de arquivamento da manifestação.
§ 3º O pedido de complementação de informações interrompe uma única vez o prazo previsto no caput deste artigo, que passará a contar novamente a partir da resposta do usuário, sem prejuízo de complementações supervenientes.
§ 4º A Ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente aos agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de vinte dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Art. 11 Quando a manifestação for denúncia, desde que contenha elementos mínimos de autoria e materialidade, deverá ser encaminhada para o órgão de controle interno ou externo para as devidas providências.
§ 1º Esgotado o prazo de que trata essa Resolução sem a conclusão do procedimento de apuração da denúncia pelo órgão de controle interno, considera-se como conclusiva a comunicação com o encaminhamento aos órgãos de controle competentes.
§ 2º O órgão de controle interno encaminhará à Ouvidoria Geral o resultado final do procedimento de apuração da denúncia que deverá dar conhecimento ao usuário acerca dos desdobramentos da sua manifestação.

CAPÍTULO VI
DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Art. 12 A Ouvidoria Geral deverá elaborar, anualmente, no mês de dezembro, relatório de gestão, que irá consolidar as informações referentes ao recebimento, análise e resposta às manifestações recebidas e, com base nelas, apontará as falhas e sugerirá melhorias na prestação dos serviços públicos.

Art. 13 O relatório de gestão deverá indicar, ao menos:
I – o número de manifestações recebidas no ano anterior;
II – os motivos das manifestações;
III – a análise dos pontos recorrentes;
IV – as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Art. 14 O relatório de gestão será:
I – encaminhado ao Presidente do COMAGSUL;

II – disponibilizado integralmente na página oficial do Consórcio na internet, respeitando-se os limites impostos pelas Leis Federais n.º 13.709/2018 e 12.527/2011.

CAPÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO E DO CARGO DE OUVIDOR GERAL DO COMAGSUL

Art. 15 Fica instituída a Ouvidoria da Autarquia, e cria os cargos comissionados de Ouvidor Geral 01 (um) e auxiliar de Ouvidoria 01 (um), para compor a estrutura organizacional do Consórcio de Municípios do Agreste e Matra Sul do Estado de Pernambuco-COMAGSUL.
§ 1º A estrutura administrativa da Ouvidoria Geral do Consórcio será composta por: 01(um) ouvidor geral e 01(um) auxiliar da Ouvidoria, ambos servidores exclusivamente recrutados no quadro de pessoal da Administração Pública Consorcial e designados pelo Presidente para este fim.
§ 2º Os empregados designados para exercer as atividades acima descritas, poderão receber gratificação de até 50% (cinquenta por cento) do salário base conforme disposto em ato próprio do Presidente e em consonância com a resolução de vigência.
§ 3º O ouvidor da Autarquia Consorcial não pode ser membro da Diretoria Executiva, ou do Grupo Gestor do COMAGSUL.
§ 4º O ouvidor será substituído, nos seus impedimentos, em caso de férias ou afastamento de até 60 (sessenta) dias, o Presidente da Autarquia designará substituto.
§ 5º É vedado aos servidores lotados na ouvidoria, divulgar fatos e informações de que tenham tomado conhecimento em razão do exercício ou de suas atribuições, sob pena de exoneração.
§ 6º Não poderá exercer atividades junto à ouvidoria o servidor que tenha sido nos últimos cinco anos:
I – responsabilizado por atos julgados irregulares pelo Tribunal de Conta do Estado de Pernambuco ou pelo Poder Judiciário;
II – punido por ato lesivo ao patrimônio público, em processo disciplinar, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em qualquer esfera de governo.

Art. 16 O ouvidor do Consórcio COMAGSUL, para assumir as funções deverá comprovadamente:
I – possuir escolaridade de nível superior (graduação) preferencialmente nas áreas das Ciências Jurídicas ou Administração de Empresas;
II – possuir capacidade para assumir as funções previstas, envolvendo responsabilidade, discrição e organização, com os trâmites necessários para o cumprimento do que prevê esta Resolução e a luz dos seus direitos constitucionais e legais, obedecendo as normas de vigência;
III – ter desenvoltura para se comunicar com o cidadão ou a parte interessada e os setores que compões a Autarquia COMAGSUL; e
IV – buscar a promoção da cidadania, garantindo ao cidadão ou interessado em ter sua demanda efetivamente considerada e tratada, produzindo informações que subsidiam o gestor nas tomadas de decisão.

Art. 17 O mandato do Ouvidor Geral e seu auxiliar será de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido uma única vez.
Parágrafo Único – durante o mandato do Ouvidor Geral e seu auxiliar, esses terão garantia de independência funcional em suas decisões, bem como, estabilidade funcional durante todo o período de sua designação.

CAPÍTULO IX
DO CONTROLE

Art. 18 Incorrendo o Ouvidor ou seu Auxiliar em descumprimento das determinações previstas nesta Resolução, bem como em razão de afrontar o Estatuto Social da Autarquia e Legislações vigentes, a perda do mandato será submetida e decidida pela maioria absoluta da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do COMAGSUL, nos termos da Lei Federal n.º 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e demais normas aplicáveis de responsabilidade administrativa.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 A Ouvidoria construirá o seu regimento interno, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua implantação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.
Parágrafo Único – O regimento interno disporá o funcionamento da Ouvidoria, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 20 A Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Secretário Executivo, Grupo Gestor, empregados públicos, agentes civis designados, agentes políticos e os agentes civis voluntários do COMAGSUL, prestarão colaboração e informações à Ouvidoria-Geral do Consórcio nos assuntos que lhe forem pertinentes.

Art. 21 A instituição de unidades setoriais de Ouvidorias poderá ser feito ato regulamentador específico.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

BARTOLOMEU MENDONÇA
Coordenador de Projetos

BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenadora de Articulação

LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira

MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:445D60B9

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO - CONSEG

PRESIDÊNCIA
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL 17.09.2025

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO - CONSEG/PE.

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco (17-09-2025), no Auditório Centro de Vocação Tecnológica Municipal na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco, realizou-se, Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - CONSEG/PE, que teve como pontos de pauta/ordem do dia, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da Amupe os seguintes assuntos: A UMA: Aprovação dos valores a serem praticados nos Contratos de Rateio para exercício financeiro de 2025, na forma da Lei Federal 4.320/1964 e Lei Federal 11.107/2005, combinadas com a Lei Federal Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023, que mantém o FPM em relação ao resultado do censo populacional de 2022; A DUAS: Aprovação das Propostas Orçamentárias do CONSEG/PE para os projetos das LOAS dos Entes da Federação Consorciados 2025 para o exercício de 2026; A TRÊS: Aprovação do orçamento do CONSEG/PE para o exercício finaceiro de 2025, Resolução CONSEG/PE n° 055 de 17 de setembro de 2025; A QUATRO: Aprovação/ratificação da decisão colegiada do Conselho de Administração, correspondente a expedição, *ad referendum*, das Resoluções CONSEG/PE n° 043/2025, que atualizou

as regras de concessão e prestação de contas de suprimentos individuais, 047/2025, que reformulou o regimento do quadro de pessoal eletivo, comissionado e empregados públicos, bem como cedênciais de servidores, e 04/2025, que reduziu a carga horária e proporcionalmente a remuneração dos cargos eletivos e comissionados, em consequencia da inadimplência nos repasses dos recursos de rateios mensais por alguns Entes da Federação Consorciados ; A CINCO: Outros assuntos pertinentes. Registradas as presenças dos Entes da Federação Consorciados Jurema na pessoa do Chefe do Poder Executivo, Senhor Prefeito Edvaldo Marcos Ramos Ferreira e Procurador Geral do Mucicípio Dr. Alan Mendes Ventura; Betânia na pessoa do Senhor Jailton Carvalho, representante do Chefe do Poder Executivo; Cupira na pessoa do Senhor Elias Antonio e Bruno Xavier, representante do Chefe do Poder Executivo; Agrestina representando o Município e o Chefe do Poder Executivo, Sr. Paulo Fernando de Lima, CPF 381.621.304-97; Altinho o Senhor Adnailson Barbosa, Vice Prefeito e Secretário de Segurança Publica Municipal representando o Município e o Chefe do Poder Executivo, Riacho das Almas representando o Município e o Chefe do Poder Executivo o Sr. Gleydson de Oliveira Silva, CPF 983.866.544-49; todos os representantes dos Municípios e dos Chefes do Poder Executivo Municipal designados na forma do Art. 127 do Estatuto Social do CONSEG/PE, preenchendo desta forma, os requisitos do Estatuto Social do CONSEG/PE, bem como a presença dos membros do Grupo Gestor desta autarquia. Em continuidade, na forma do Parágrafo único do Art. 27 do Estatuto Social da Autarquia Interfederativa, a presidência da assembleia ao Senhor Edvaldo Marcos Ramos Ferreira, Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação Consorciado Jurema e Presidente do CONSEG/PE e ao Sr. Cletomar Simplicio Correia e Sá, Controlador Inerno desta Autarquia Interfederativa a secretaria dos trabalhos. Iniciada a Assembleia, o Presidente procedeu com a abertura formal da mesma, passando para os pontos de pauta deu a palavra para os membros do Grupo Gestor que procederam a apresentação dos valores a serem praticados nos Contratos de Rateio para exercício financeiro de 2025, considerando a Lei Federal Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023; das Propostas Orçamentárias do CONSEG/PE para os projetos das LOAS dos Entes da Federação Consorciados 2025 para o exercício de 2026; do Orçamento do CONSEG/PE para o exercício finaceiro de 2026, Resolução CONSEG/PE n° 055 de 17 de setembro de 2025; Aprovação/ratificação da decisão colegiada do Conselho de Administração, correspondente a expedição, *ad referendum*, das Resoluções CONSEG/PE n° 043/2025, que atualizou as regras de concessão e prestação de contas de suprimentos individuais, 047/2025, que reformulou o regimento do quadro de pessoal eletivo, comissionado e empregados públicos, bem como cedênciais de servidores, e 04/2025, que reduziu a carga horária e proporcionalmente a remuneração dos cargos eletivos e comissionados, em consequencia da inadimplência nos repasses dos recursos de rateios mensais por alguns Entes da Federação Consorciados e anos subsequentes. Em continuidade após a apresentação e esclarecimentos solicitados pelos presentes os pontos de pauta, um a quatro, suparacitados foram submetidos a votação e foram aprovados por unanimidade. O Presidente da Assembleia retomou a palavra e discursou sobre a reincidente inadimplência de alguns Entes da Federação Consorciados, na ocasião ficou convencionado que não haveria exposição nominal dos respectivos entes nesta assembleia e sim a interpelação individual extrajudicial e judicial, esta última se houver necessidade da preservação da receita originária e evitar o alcance de prescrição legal e renúncia de receita, o Presidente da Autarquia continuou solicitando a anuência de todos os Chefes dos Poderes Executivo presentes para tomar todas as medidas legais vigentes, no sentido de receber os valores acima informados sob pena de ser declarada a inidoneidade do Ente da Federação Consorciada. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Estando o Presidente do CONSEG/PE, autorizado a tomar as medidas legais necessárias para reaver os creditos devidos ao CONSEG/PE. Com o uso da palavra o Secretario Jurídico do CONSEG/PE, o Senhor Dr. Carlos Kley Sobral apresentou a existência de Ação Judicial de Execução de quatro (04) entes referentes aos exercícios de 2018 a 2023 e ainda o ingresso em 2026 de novas ações relativas ao exercício de 2024 4 2025, em desfavor dos mesmos entes, entretanto os representantes dos entes com cobranças administrativas e extrajudiciais que estavam presentes fizeram uso da palavra. O Sr. Paulo Fernando de Lima, reconheceu, ratificou e homolgou os valores a pagar do Município e Agrestina, com inicativa do CONSEG/PE para retomar os procedimentos e rehabilitar o respectivo município no programa de parcelamento e recupração da adimplência. Seguido pelo respresentante do Município de Altinho o Senhor Adnailson Barbosa, Vice Prefeito e Secretário de Segurança Publica Municipal, que se comprometeu em atualizar os repasses de rateio com Contrato de Parcelamento nº 003/2024, de 02 de dezembro de 2024 e do Contrato de Rateio de 2025, convencionado entre as partes que o CONSEG/PE emitirá um termo de compromisso, recupração de adimplência e ratificação dos valores vencidos e vincendos, para pagamento na forma contratual original, respectivamente. Continuando e de volta ao uso da palavra o Presidente da Assembleia passou a palavra, mais uma vez, ao Secretário de Contabilidade e Finanças do CONSEG/PE que aparesentou e informou os procedimentos de registro em dívida ativa, cobrança administrativa, cobranças extrajudiciais dos demais entes inadimplentes, os relatórios dos débitos foram homologados por todos os presentes, em cumprimento a determinação do Presidente do CONSEG/PE, na forma estatuária e ratificada nesta assembleia pelo Conselho de Administração, órgão colegiado superior desta Autarquia. Retomando a palavra, o Presidente da Assembleia, solicitou a Secretaria de Contabilidade e Finanças do CONSEGPE que procedesse na forma estatutária, da Lei 4.320/64 e da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os encaminhamentos, procedimentos e registros orçamentários. Isto posto, foi facultada a palavra aos presentes que não fizeram uso da mesma, sendo declarado pelo Presidente o encerramento dos trabalhos desta da assembleia. Sem mais, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata, que vai devidamente assinada por mim, pelo Presidente da Assembleia e demais Entes da Federação Consorciados presentes que dão legitimidade a esta Assembleia Geral Extraordonária do CONSEG/PE, tudo dado e passado no Município de Cupira, Estado de Pernambuco, em 17 de setembro de 2025.

CLETOMAR SIMPLÍCIO CORREIA E SÁ
Secretário da Assembleia
CPF. Nº 640.644.334-91

EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA
Presidente da Assembleia
Presidente do Conselho de Administração do CONSEG/PE
Prefeito do Município de Jurema
CPF. Nº 766.926.394-68

Publicado por:
Josefa Andreia Diniz
Código Identificador:5E38ED66

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL - CODEAM CONSÓRCIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025. CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO – CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO – CODEAM, CNPJ: 11.468.931/0001-35; CONTRATADA: SAMARA FERREIRA PONTES, CPF: 096.145.174-25. OBJETO: Contratação de profissional especializado para prestação de serviços técnicos na área de planejamento, condução e formalização de processos de contratação pública, incluindo análise de demandas, elaboração de documentos e acompanhamento das fases processuais, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e normativos aplicáveis ao Consórcio., pelo valor global de R$ 18.000,00. VIGÊNCIA: 10 meses contados da data de assinatura do contrato.

Garanhuns/PE, 25 de março de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:D50FC980

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

Respaldada no inciso II, do art. 75 da Lei 14.133/21 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, constatada a necessidade, RATIFICO a Contratação de profissional especializado para prestação de serviços técnicos na área de planejamento, condução e formalização de processos de contratação pública, incluindo análise de demandas, elaboração de documentos e acompanhamento das fases processuais, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e normativos aplicáveis ao Consórcio, a ser firmada com a Sra. Samara Ferreira Pontes, CPF: 09614517425, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, pelo valor global de **R$ 18.000,00** (dezoito mil reais).

Considerando a necessidade da publicação em imprensa nacional nas situações de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei 14133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 24 de março de 2025

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:54FFCDA1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 001/2025

Respaldada no inciso III, do art. 74 da Lei 14.133/21 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, constatada a necessidade, RATIFICO a Prestação de Serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contábil, financeiro e de gestão fiscal, utilizando os instrumentos e procedimentos necessários ao atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os instrumentos legais adotados pelas instâncias públicas de controle interno e externo e ainda geração de dados para exportação ao portal da transparência , diante da regularidade dos atos praticados, em favor da empresa CAAM - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 39.147.868/0001-54, no valor global de R$ 20.0000,00 (vinte mil reais).

Considerando a necessidade da publicação em imprensa nacional nas situações de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei 14133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 01 de abril de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:052BC09C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

Respaldada no inciso II, do art. 75 da Lei 14.133/21 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, constatada a necessidade, RATIFICO a contratação por meio de contrato a ser firmado com a empresa LUCICLÁUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL, pessoa jurídica de direito privada, inscrito no CNPJ sob o n. 26.770.463/0001-26, cujo objeto refere-se a prestação de serviços e consultoria jurídica especializada na área de direito administrativo, de natureza singular, destinada a dar suporte as consultas e interpretações das Constituições Federal e Estadual; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei Federal nº. 4.320/64; Lei Orgânica Municipal e a análise dos atos administrativos Municipais, visando o legal e bom andamento das ações desenvolvidas pelo Consórcio Público, especialmente as demandas judiciais e extrajudiciais.

Considerando a necessidade da publicação em imprensa nacional nas situações de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei 14133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 02 de abril de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:390AFA70

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025

Respaldada no inciso III, do art. 74 da Lei 14.133/21 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, constatada a necessidade, RATIFICO a Prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria jurídica na área de Direito Público ao Setor de Licitação e Contratos Administrativos, para realização e acompanhamento total e irrestrito dos atos pertinentes aos processos administrativos e processos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133/2021 e alterações, a serem realizados pelo Consórcio CODEAM, diante da regularidade dos atos praticados, em favor da empresa TALUCHA FRANCESCA LINS CALADO DE MELO ME, inscrita no CNPJ nº 27.613.100/0001-40, no valor global de R$ 22.0000,00 (vinte e dois mil reais).

Considerando a necessidade da publicação em imprensa nacional nas situações de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei 14133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 02 de abril de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:B7B449DC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025 DISPENSA Nº 003/2025

Respaldada no inciso II, do art. 75 da Lei 14.133/21 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicação no termo de referência, constatada a necessidade, RATIFICO a Prestação de Serviços de licenciamento de dois softwares, sendo um voltado para modernização da gestão de

resultados laboratoriais destinados ao LABAM e o outro para a gestão de resultados do Programa da Junta Médica do CODEAM Consórcio, disponível através do Portal da Transparência deste Consórcio, diante da regularidade dos atos praticados, em favor da empresa CFPINTO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.133.585/0001-71, no valor global de R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

Considerando a necessidade da publicação em imprensa nacional nas situações de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei 14133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 03 de junho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:773A0ADB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025 DISPENSA Nº 004/2025

Respaldada no inciso II, do art. 75 da Lei 14.133/21 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicação no termo de referência, constatada a necessidade, RATIFICO a a prestação de serviços de licenciamento de software, incluindo criação, customização, hospedagem, suporte técnico e manutenção do site institucional do Consórcio CODEAM, com o objetivo de promover a divulgação de informações oficiais, garantir a transparência pública e ampliar a interação com os cidadãos, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, inscrita no CNPJ nº 44.506.882/0001-37, no valor global de valor global de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais),

Considerando a necessidade da publicação em imprensa nacional nas situações de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei 14133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 03 de junho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:C7FDB43F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025 DISPENSA Nº 005/2025

Respaldada no inciso II, do art. 75 da Lei 14.133/21 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicação no termo de referência, constatada a necessidade, RATIFICO a Contratação de empresa especializada prestação de serviços de consultoria, assessoria, planejamento e gestão pública de forma especializada com a finalidade de atender o consórcio público para o Desenvolvimento da Região Agreste Meridional de Pernambuco (CODEAM) em relação a legislação federal e estadual na execução de programas e projetos que envolvam a transferência de recursos financeiros do orçamento geral da união e do estado de Pernambuco, diante da regularidade dos atos praticados, em favor da empresa ASCON ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.362.134/0001-20, no valor global de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Considerando a necessidade da publicação em imprensa nacional nas situações de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei 14133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 30 de maio de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:2C110764

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025 DISPENSA Nº 006/2025

Respaldada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicação no Termo de Referência, constatada a necessidade, RATIFICO a contratação da empresa EMERSON L DE MORAES CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 17.301.662/0001-02, para a prestação de serviços de fornecimento de licença de uso de software de gestão de ponto eletrônico, com suporte técnico, manutenção e fornecimento de equipamento em comodato, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência. O valor global da contratação é de R$ 2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais), a serem pagos em sete parcelas mensais de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Considerando a necessidade de publicação em imprensa oficial nas hipóteses de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei nº 14.133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 04 de junho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:782AAEAD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025 DISPENSA Nº 008/2025

Respaldada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicado no Termo de Referência, constatada a necessidade administrativa, RATIFICO a contratação da empresa BELFARMA LTDA, inscrita no CNPJ nº 38.014.290/0001-03, para a aquisição de materiais de consumo e insumos laboratoriais necessários à realização das atividades técnicas, análises e demais procedimentos operacionais desenvolvidos no laboratório do Consórcio CODEAM, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, no valor global de R$ 16.117,78 (dezesseis mil, cento e dezessete reais e setenta e oito centavos).

Considerando a obrigatoriedade de publicação em imprensa oficial nas situações de dispensa de licitação, a presente contratação deverá ser publicada nos moldes da Lei nº 14.133/2021, observando-se os prazos e meios legais.

Cumpra-se.

Garanhuns, 30 de junho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:7F1394F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025 DISPENSA Nº 009/2025

Respaldada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicado no Termo de Referência, constatada a necessidade administrativa, RATIFICO a contratação da empresa MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.238.558/0001-02, para a aquisição de materiais de expediente diversos, de forma parcelada, conforme demanda, destinados a suprir as necessidades administrativas do Consórcio Público para o Desenvolvimento da Região Agreste Meridional de Pernambuco (CODEAM), no valor global de R$ 31.536,46 (trinta e um mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Considerando a obrigatoriedade de publicação em imprensa oficial nas situações de dispensa de licitação, a presente contratação deverá ser publicada nos moldes da Lei nº 14.133/2021, observando-se os prazos e meios legais.

Cumpra-se.

Garanhuns, 30 de junho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:54330B77

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2025 DISPENSA Nº 010/2025

Respaldada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicado no Termo de Referência, constatada a necessidade administrativa, RATIFICO a contratação da empresa MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.238.558/0001-02, para a aquisição de gêneros alimentícios, conforme demanda, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Consórcio Público para o Desenvolvimento da Região Agreste Meridional de Pernambuco (CODEAM), no valor global de R$ 14.765,10 (quatorze mil, setecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos).

Considerando a obrigatoriedade de publicação em imprensa oficial nas situações de dispensa de licitação, a presente contratação deverá ser publicada nos moldes da Lei nº 14.133/2021, observando-se os prazos e meios legais.

Cumpra-se.

Garanhuns, 30 de junho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:AD526DB3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025 DISPENSA Nº 011/2025

Respaldada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicação no Termo de Referência, constatada a necessidade, RATIFICO a contratação da empresa RAROTEC TECNOLOGIA PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.448.657/0001-06, para a prestação de serviços técnicos especializados na Solução de Sistema de Gestão Pública, visando atender ao Decreto Federal nº 10.540/2020, que trata do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, contemplando os serviços de migração, implantação, treinamento, conversão de dados, manutenção e suporte, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

O valor global da contratação é de R$ 3.000,00 (quatro mil e quinhentos reais), a serem pagos em 06 (seis) parcelas mensais de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Considerando a necessidade de publicação em imprensa oficial nas hipóteses de dispensa de licitação, a publicação deverá seguir os moldes da Lei nº 14.133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 30 de junho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:FFD3DC71

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025 DISPENSA Nº 013/2025

Respaldada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e considerando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme indicado no Termo de Referência, e diante da necessidade devidamente constatada, RATIFICO a contratação da empresa INVESTTE ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO, inscrita no CNPJ nº 57.344.470/0001-90, para a prestação de serviços técnicos especializados para alimentação dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no sistema e-Social, em conformidade com os requisitos legais estabelecidos na legislação vigente, visando atender às obrigações legais do Consórcio CODEAM.

O valor global da contratação é de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), a serem pagos em 05 (cinco) parcelas mensais de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Considerando a obrigatoriedade de publicação oficial nas hipóteses de dispensa de licitação, a publicação deverá observar os moldes e exigências estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Cumpra-se.

Garanhuns, 30 de julho de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Samara Ferreira Pontes
Código Identificador:B6B96C57

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ITAMARACÁ
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (REGRA DE TRANSIÇÃO – PEDÁGIO 100%)

A DIRETORA PRESIDENTE DO ITAMARACAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso pleno das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.246/2013, de 19 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Regra de Transição – Pedágio 100%)** à Sra. **NECI SANTANA NASCIMENTO,** inscrita no CPF nº ***.***.104-44, no cargo de **ASSISTENTE LEGISLATIVO**, matrícula funcional nº 10, lotada na Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, *nos termos do art. 2º, inciso II, da Emenda à Lei Orgânica nº 001, de 31 de dezembro de 2021 c/c art. 20, incisos I, II, III e IV, com proventos calculados na conformidade do art. 20, § 2º, inciso I e § 3º, inciso I, da EC nº 103/2019.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ilha de Itamaracá/PE, 29 de dezembro de 2025.

EVERALDA BATISTA DA SILVA FARIAS
Diretora Presidente

Publicado por:
Wildes Alves Desouza
Código Identificador:C9F137C5

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00044/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2025, tendo como contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ/ SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, CNPJ sob o n.º 09.680.315/0001-00 e como contratada: **O FORTE DA CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **07.178.101/0001-04**, sediado(a) na Rua Severino Pessoa Cavalcante, nº 15 – D – Centro – Itapissuma – PE – CEP: 53.700-000, cujo objeto compreende: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, AÇO, PINTURA, EQUIPAMENTOS DE USO PERMANENTE E FERRAMENTAS PARA DE USO E NAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE VIAS (PAVIMENTAÇÕES, ESGOTOS, GALERIAS, ASFALTO, ETC.) PRAÇAS, PRÉDIOS E ESPAÇOS ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ/PE E SUAS SECRETARIAS.** Valor total **R$ 525.289,50** (quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), Vigência: 12(doze) meses. Data da assinatura: 15 de dezembro de 2025.

Ilha de Itamaracá/PE, 29 de dezembro de 2025

EDIELSON BESERRA LINS
Secretário de Infraestrutura

Publicado por:
Marcia Perla de Oliveira Barbosa
Código Identificador:490D075F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
AVISO DE NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

O Município de Abreu e Lima/PE vem por meio desta, NOTIFICAR a empresa UNIÃO MED LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.259.102/0001-90, no âmbito do Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 003/2025, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 019/2025, Processo Licitatório nº 062/2025, Contrato nº 161/2025, com base no parecer jurídico nº 412/2025 elaborado pela Procuradoria-Geral do Município, comunica a aplicação de penalidade de multa no total de 10% do valor total do Contrato, bem como suspensão de contratar com a Administração Pública do Município de Abreu e Lima pelo prazo de 12 (doze) meses, com fundamento no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 019/2025 e no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Fica assegurado a ampla defesa e o contraditório no prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Publicado por:
Caio Cesar Silva Dos Anjos
Código Identificador:E20899BB

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
AVISO DE NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

O Município de Abreu e Lima/PE vem por meio desta, NOTIFICAR a empresa JI CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 04.539.545/0001-21, no âmbito do Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 001/2025, referente a TOMADA DE PREÇOS n° 002/2024, Contrato nº 121/2024, com base no parecer jurídico nº 352/2025 elaborado pela Procuradoria-Geral do Município, comunico a aplicação de penalidade de multa no total de 2% do valor total do Contrato, bem como suspensão de contratar com a Administração Pública do Município de Abreu e Lima pelo prazo de 12 (doze) meses, com fundamento no instrumento Contratual e no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993. Fica assegurado a ampla defesa e o contraditório no prazo de 5 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Publicado por:
Caio Cesar Silva Dos Anjos
Código Identificador:C7BF02F1

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS

A Secretaria Municipal de Assistência Social solicita as empresas interessadas a o envio de propostas de preços, a título de cotação, até o dia 05/01/2026, visando à eventual contratação de empresa especializada para a realização do recadastramento dos beneficiários dos programas sociais do Município de Abreu e Lima/PE. Informamos, ainda, que as empresas interessadas poderão entrar em contato através do e-mail, para obter as descrições detalhadas dos itens e demais esclarecimentos necessários à elaboração das propostas. As empresas do ramo deverão encaminhar suas propostas para o e-mail: planejamentopmal@gmail.com.

Abreu e Lima, 29 de dezembro de 2025.

KLEBER GALDINO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:6C126E23

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2024 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

CONVOCAÇÃO PARA POSSE

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE ABREU E LIMA E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do Edital do Concurso 002/2024 para o cargo de Psicólogo e Assistente Social, torna pública a relação do nome dos candidatos aprovados no concurso, conforme a relação abaixo, para que se apresente para as suas respectivas ASSINATURAS DO TERMO DE POSSE no dia ***07 de janeiro de 2026,*** às 09h00min, no Auditório da Escola Professor Francisco Barros, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Abreu e Lima.

RELAÇÃO DE **CANDIDATOS (AS) APROVADOS (AS)**, APÓS ANÁLISE DA COMISSÃO TÉCNICA ORGANIZADORA E DO DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA DO MUNICÍPIO

Inscrição	Nome	Classificação	Cargo pretendido
933006864	BRUNA LINS DE ARAUJO RAMOS	16º	ASSISTENTE SOCIAL
933002688	ELIFALETE LAURO DA SILVA CORREIA	17º	ASSISTENTE SOCIAL
933010269	PRISCILLA MARIA BANDEIRA ASSIS COSTA	18º	ASSISTENTE SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CARGO PRETENDIDO
933009086	JOSUÉ LIRA DANTAS JUNIOR	34º	PSICÓLOGO
933000628	GABRIELA DE ARAÚJO BEZERRA	35º	PSICÓLOGO
933003104	JOÃO HENRIQUE MEDEIROS PRISTON	36º	PSICÓLOGO

Abreu e Lima, 29 de dezembro de 2025.

FLÁVIO VIEIRA GADELHA DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

JAQUELINE MOREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Nohelanny Mirella Silva Torres
Código Identificador:234DD037

SECRETARIA DE JUSTIÇA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

Assunto: Notificação de Desapropriação 0002417-09.2025.8.17.2100

Por meio deste, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA FAZ SABER que está conduzindo o processo de desapropriação referente ao o imóvel com área total de 0,082m² (0,082ha), localizado na Rua Joaquim Nabuco, Terreno S/N, matrícula nº 155, no Cartório de Imóveis, Bairro do Timbó, Município de Abreu e Lima/PE.

O referido imóvel será desapropriado de acordo com a legislação vigente, e consoante decisão proferida nos autos do processo nº 0002417-09.2025.8.17.2100.

Informa-se, ainda, que foi realizada a avaliação do imóvel.

Destaca-se que o prazo para apresentação de eventuais contestações, impugnações ou documentos que comprovem a titularidade, posse ou direitos sobre o imóvel é de 30 dias, a partir da data desta publicação.

LUANA L. L. FERREIRA
Procuradora-Geral do Município de Abreu e Lima

Publicado por:
Nohelanny Mirella Silva Torres
Código Identificador:1347F617

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AFRÂNIO

CÂMARA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
ADJUDICAÇÃO_HOMOLOGAÇÃO_DISPENSA_006

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Presidente da Câmara Municipal de Afrânio, no uso de suas atribuições legais, publica o resultado da licitação, processo nº 006/2025 – Dispensa Eletrônica nº 003/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação que disponha de produção integrada em ambiente web que contemple procedimentos de gestão, desenvolvimento e acompanhamento (incluído suporte técnico) necessários à transparência pública, à ouvidoria, ao acesso aos arquivos públicos e à controladoria geral do município, através de sítios eletrônicos distintos de Portal da Transparência e Sistema de Informação ao Cidadão, ambos integrados com os dados Contábeis em tempo real, além do SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e que atendam às exigências legais expressas nas resoluções vigentes do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, tendo como resultado e vencedor a empresa: **ARTUR PEREIRA DA SILVA,** CNPJ: **59.019.276/0001-64.** Valor Contratado**: R$ 19.200,00**(dezenove mil e duzentos reais) **Homologado em**: 29/12/2025.

MARLENE DE SOUZA CAVALCANTI –
Presidente da Câmara Municipal de Afrânio.

Publicado por:
Solange Gomes da Silva Tavares
Código Identificador:3FDC805F

CÂMARA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
REVERSÃO_DISPENSA_006_2025

REVERSÃO DE ADJUDICAÇÃ E HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

A Presidente da Câmara Municipal de Afrânio, no uso de suas atribuições legais, resolve REVERTER a homologação do resultado do julgamento da Dispensa de Licitação nº 006/2025, motivada pela DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO IMPETRADO CONTRA JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO **em nome de RAIANA DA SILVA SANTOS,** CNPJ: **53.493.605/0001-28.** Valor Contratado**: R$ 18.000,00**(dezoito mil reais) **Homologado em**: 17/10/2025. **MARLENE DE SOUZA CAVALCANTI** – Presidente da Câmara Municipal de Afrânio.

Afrânio – PE, 29 de dezembro de 2025.

MARLENE DE SOUZA CAVALCANTI
Presidente da Câmara Municipal de Afrânio

Publicado por:
Solange Gomes da Silva Tavares
Código Identificador:4702C6AF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AGRESTINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO N° 046/2025

Processo nº 078/2025, Dispensa nº 073/2025 Nat. Fornecimento *Objeto Descr:* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATENDER SOLICITAÇÕES DE AUXILIO FUNERÁRIOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS DA CIDADANIA, DO MUNICIPIO DE AGERSTINA-PE. Contratado: RENATA DE MELO FUNERAL-ME, inscrita no CNPJ sob o N.º 19.284.711/0001-63, com sede na Rua João Guilherme, 449/A, Centro, Agrestina-PE. **VALOR: R$ 28.735,50 (vinte e oito mil setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) conforme descritas neste contrato contidas no ANEXO I. *PRAZO:*** 12 (dose) meses ***Agrestina 22 de dezembro de 2025.*** **GISISLLAYNE FRANÇA DA SILVA. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE**, ***Informações na Sala da CPL, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: licitacaopma@outlook.com***

Agrestina/PE, 22 de dezembro de 2025.

GISISLLAYNE FRANÇA DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:0C9A633F

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA
1ª NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

PROCESSO Nº 064/2025

PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 030/2025
REFERENTE: ATA DE REGISTRO Nº 067/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRESTINA/PE
CONTRATADA: J A DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° **33.415.022/0001-71**, situada a Rua Avenida Siqueira Campos, Centro, Camocim de São Félix/PE, CEP- 55.665.000.

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: Sra. JACQUELINE MARIA DE ATAIDE.

Objeto: Registro de Preços para fornecimento parcelado de **Produtos de Limpeza, Hiêne Pessoal e Descartáveis,** destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Agrestina/PE, conforme especificações e quantitativos constantes no termo de referência.

Prezada Senhora,

Comunicamos que o processo licitatório supra citado fora devidamente homologado, restando como vencedora a proposta apresentada por vossa Senhoria, conforme documentação acostada aos autos licitatórios.

Comunicamos que foi solicitado o devido fornecimento de Produtos de Limpeza, Hiêne Pessoal e Descartáveis e que até o presente data 29 de dezembro de 2025, o pedido não foi entregue.

O pedido foi encaminhado por e-mail na data 23 de outubro de 2025, referente a Ordem de Fornecimento nº 001/2025, o qual não foi entregue. Ordem de Fornecimento foi enviada através do e-mail: mariajacq220@gmail.com

Portanto, fica convocado V.Sa, para no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da presente convocação, executar o respectivo instrumento contratual e iniciar o fornecimento do objeto ora contratado.

Em tempo, informamos que o não cumprimento acarretará em penalidades prevista na ATA Processo Licitatório nº 064/2025, no qual também costa o devido prazo para fornecimento do material solicitado.

Agrestina/PE, 29 de dezembro de 2025.**Informações na Sala da CPL, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: licitacaopma@outlook.com.**

Agrestina/PE, 29 de dezembro de 2024.

PRISCYLLA WANESSA DE MELO SILVA
Secretária de Saúde.

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:86CB8905

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 107/2022

Processo Licitatório n° 080/ Pregão Eletrônico Nº 023/2022. Nat.: serviço Objeto Descr: Contratação de empresa especializada para a Prestação dos Serviços de Locação de Licença de uso de Software, para atender as necessidades do Município de Agrestina/PE Contratado: TENOSOFT TECONOLOGIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.527.052/0001-09, situada à Rua Aurora, nº 325, apto 1011, Edificio Ebano,Boa Vista,Recife/PE **PRAZO:** Altera-se a cláusula II, prorrogando por um período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato 077/2021, passando sua vigência **12-12-2025 para 12-12-2026..** Agrestina **12 de Dezembro de 2025. JOSUÉ MENDES DA SILVA. PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA.** ***Informações no Setor de Contratos, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: setordecontratospma@gmail.com***

Agrestina/PE,12 de Dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:112FE1FD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
REGIMENTO INTERNO DA PMEERQ

Programa/Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e Quilombolas – PMEERQ.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina a organização, o funcionamento, as competências e as atribuições da PMEERQ, instituída pela **Lei Municipal nº 2026, de 18 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre a implementação da Política Municipal de Educação das Relações Étnico-Raciais e Quilombolas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º A PMEERQ fundamenta-se na Constituição Federal, na Lei nº 9.394/1996 (LDB), nas Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como na legislação municipal vigente.

Art. 3º A PMEERQ tem caráter permanente, intersetorial, educativo e participativo, sendo orientada pelos princípios da equidade, justiça social, diversidade, inclusão, respeito às identidades étnico-raciais e valorização da história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e quilombola.

C**APÍTULO II**
DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da PMEERQ:
I – promover a educação das relações étnico-raciais em todas as etapas e modalidades da educação básica;
II – combater o racismo, a discriminação racial e todas as formas de preconceito no ambiente escolar;
III – garantir a implementação do currículo que contemple a história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e quilombola;
IV – fortalecer práticas pedagógicas antirracistas;
V – assegurar formação continuada dos profissionais da educação;
VI – fomentar a participação da comunidade escolar e dos movimentos sociais na construção de uma educação inclusiva e democrática.

C**APÍTULO III**
DA ORGANIZAÇÃO DA PMEERQ

Art. 5º A PMEERQ será organizada por meio das seguintes instâncias:
I – Comitê Gestor da PMEERQ;
II – Coordenação Geral;
III – Grupos de Trabalho Temáticos, quando necessários.
CAPÍTULO IV
DO COMITÊ GESTOR

Art. 6º O Comitê Gestor é a instância colegiada responsável pela formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da PMEERQ
.
Art. 7º O Comitê Gestor será composto por representantes:
I – da Secretaria Municipal de Educação;
II – das unidades escolares da rede municipal;

III – da Secretaria Municipal de Cultura;
IV – da Secretaria Municipal de Assistência Social;
V – da Secretaria Municipal de Saúde;
VI – de conselhos municipais correlatos;
VII – de movimentos sociais, comunidades quilombolas e/ou entidades da sociedade civil, conforme a **Lei Municipal nº 2026, de 18 de dezembro de 2025.**

Art. 8º Compete ao Comitê Gestor:
I – elaborar o plano anual de ações da PMEERQ;
II – acompanhar a execução das políticas e ações pedagógicas;
III – propor estratégias de formação continuada;
IV – emitir pareceres e recomendações;
V – articular ações intersetoriais;
VI – avaliar resultados e propor ajustes.

CAPÍTULO V
DA COORDENAÇÃO GERAL

Art. 9º A Coordenação Geral da PMEERQ será exercida por servidor(a) designado(a) pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. Compete à Coordenação Geral:
I – coordenar e executar as deliberações do Comitê Gestor;
II – articular as ações entre as secretarias e unidades escolares;
III – acompanhar a implementação curricular;
IV – sistematizar relatórios e indicadores;
V – garantir a divulgação das ações da PMEERQ.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 11. Compete às unidades escolares:
I – inserir a educação das relações étnico-raciais no Projeto Político-Pedagógico;
II – desenvolver práticas pedagógicas alinhadas à PMEERQ;
III – participar das formações promovidas;
IV – registrar e monitorar ações e resultados;
V – promover a participação da comunidade escolar.

C**APÍTULO VII**
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 12. A formação continuada dos profissionais da educação será permanente e articulada às diretrizes da PMEERQ.

Art. 13. As ações formativas poderão ocorrer por meio de cursos, seminários, oficinas, encontros pedagógicos e parcerias institucionais.

CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 14. As ações da PMEERQ serão monitoradas de forma sistemática, com base em indicadores qualitativos e quantitativos.

Art. 15. Os resultados deverão subsidiar o planejamento, a tomada de decisões e a melhoria contínua das políticas educacionais.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Comitê Gestor da PMEERQ, à luz da legislação vigente.

Art. 17. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Água Preta, 22 de dezembro de 2025.

IRIS DE SOUZA CANTO BEZERRA
Secretária de Educação e Esportes

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:0757B783

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 019/2025 - Pregão Eletrônico nº 017/2025 - Objeto: **Aquisição de Medicamentos e Insumos mediante a Emenda Parlamentar Estadual nº 253/2025 destinados a atender a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Preta/PE**. Valor de Referencia **R$ 160.482,50 (cento e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e dois reais, cinquenta centavos)**. Data e hora da abertura: **14/01/2026 às 09:00 horas** (horário de Brasília/DF). Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Sede da Prefeitura da Água Preta, Sala da SLC, na Praça dos três Poderes, 3182, Centro, Água Preta/PE, ou através do site da BNC: https://bnccompras.com/Home/Login; também site do Município: www.aguapreta.pe.gov.br; Informações podem ser obtidos pelo E-mail: cplaguapreta2024@gmail.com, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Água Preta/PE, 29 de dezembro de 2025

ETEILA DE SOUZA CANTO SILVA
Gestora Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Patrícia Alves Dos Santos
Código Identificador:27B424FB

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 020/2025 - Pregão Eletrônico nº 018/2025 - Objeto: **Aquisição de Equipamentos Médico Hospitalar para atender as necessidades do Hospital Municipal Cientista Nelson Chaves, face a Emenda Parlamentar Estadual nº 1121/2025, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Preta/PE**. Valor de Referencia **R$ 389.192,01(Trezentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e dois reais, um centavo)**. Data e hora da abertura: **14/01/2026 às 11:00 horas** (horário de Brasília/DF). Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Sede da Prefeitura da Água Preta, Sala da SLC, na Praça dos três Poderes, 3182, Centro, Água Preta/PE, ou através do site da BNC: https://bnccompras.com/Home/Login; também site do Município: www.aguapreta.pe.gov.br; Informações podem ser obtidos pelo E-mail: cplaguapreta2024@gmail.com, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Água Preta/PE, 29 de dezembro de 2025

ETEILA DE SOUZA CANTO SILVA
Gestora Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Patrícia Alves Dos Santos
Código Identificador:A7319EA7

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 065, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O RECESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE FINAL DE ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA, ESTADO DE PERNAMBUCO, O Excelentíssimo Senhor **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso das atribuições legais definidas no artigo 29 da CF/88, ainda, com espeque ao que pertine a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 60, IX, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem à matéria,

CONSIDERANDO a necessidade de organização administrativa para o período de final de ano;
CONSIDERANDO a redução significativa da demanda pelos serviços públicos municipais durante o referido período;
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das atividades internas e do descanso dos servidores;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído **recesso administrativo** no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no período de **31 de dezembro de 2025 a 09 de janeiro de 2026**, retornando o expediente em **12 de janeiro de 2026**.
Art. 2º O recesso administrativo não se aplica as Secretarias de Administração (Licitação) e Finanças que trabalharão internamente, bem como, os serviços considerados **essenciais**, que deverão manter escalas de plantão;
Art. 3º Caberá aos secretários municipais organizar as escalas de trabalho e garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais.
Art. 4º Fica preservado o atendimento ao público para serviços que, por sua necessidade, forem considerados excepcionais mediante ato da Secretaria correspondente.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA, ANTONIO MANOEL DA SILVA, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:42FCB3DE

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 066, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Institui o Comitê Gestor da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola – PMEERQ, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA, ESTADO DE PERNAMBUCO, O Excelentíssimo Senhor **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso das atribuições legais definidas no artigo 29 da CF/88, ainda, com espeque ao que pertine a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 60, IX, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem à matéria,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena em todos os níveis da educação básica;

CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a implementação da Política Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais – PMEERQ e de fortalecer práticas educativas antirracistas, inclusivas e de valorização da diversidade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal de nº 2026, de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º DA INSTITUIÇÃO

Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o **Comitê Gestor da PMEERQ**, com a finalidade de planejar, acompanhar, monitorar, avaliar e promover ações voltadas à efetiva implementação da política de educação para as relações étnico-raciais na rede municipal de ensino.

Art. 2º DAS FINALIDADES

O Comitê Gestor da **PMEERQ** tem as seguintes finalidades:

I – Assessorar a Secretaria Municipal de Educação na formulação, execução e avaliação das ações da **PMEERQ**;
II – Garantir a inserção das relações étnico-raciais no currículo municipal;
III – Promover a formação continuada de professores e demais profissionais da educação;
IV – Acompanhar práticas pedagógicas e sugerir estratégias que promovam a equidade racial na educação;
V – Monitorar indicadores, metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação referentes à temática étnico-racial;
VI – Incentivar a produção e utilização de materiais didáticos que valorizem as culturasafricanas, afro-brasileiras, indígenas e quilombolas;
VII – Articular parcerias com instituições, universidades, movimentos sociais e comunidades tradicionais;
VIII – Produzir relatórios periódicos sobre os avanços da política e propor melhorias.

Art. 3º DO FUNCIONAMENTO

I – O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário;
II – As reuniões deverão ser registradas em atas;
III – O Comitê poderá criar grupos de trabalho temáticos (currículo, formação, eventos, materiais didáticos, monitoramento);
IV – As decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

Art. 4º DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal da Água Preta, Estado de Pernambuco, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:E6EBEE05

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA EXECUTIVA MUNICIPAL Nº 674, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO a servidor público municipal, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais definidas no artigo 30 da CF/88, e ainda com espeque ao que pertine a **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**, bem como **LEI 2003/2025**, que dispõe sobre a **Estrutura Administrativa** do Governo do Município e dá outras providências, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem a matéria.

RESOLVE:
Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, pelo período de 03 (três) meses, a servidora **MARIA MARGARETE DE FRANÇA**, inscrito no CPF/MF nº ***678***72, do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** matrícula nº 401, lotada na

SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, desta municipalidade.
Art. 2º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal da Água Preta, Estado de Pernambuco, aos 06 (seis) dias do mês de novembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:EF37994F

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA EXECUTIVA MUNICIPAL Nº 678, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO a servidor público municipal, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais definidas no artigo 30 da CF/88, e ainda com espeque ao que pertine a **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**, bem como **LEI 1.813/2017**, que dispõe sobre a **Estrutura Administrativa** do Governo do Município e dá outras providências, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem a matéria.

RESOLVE:
Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a servidora **LILIANE MARIA SILVA DE GÓES**, pelo período de 03 (três) meses, portadora da cédula de identidade sob o nº 3.679.218 SDS/PE e CPF/MF nº ***166***06, do cargo efetivo de **PROFESSOR,** matrícula nº 421, lotada na **SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**, desta municipalidade.
Art. 2º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal da Água Preta, Estado de Pernambuco, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:5BBAF126

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA EXECUTIVA MUNICIPAL Nº 681, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Comitê Gestor da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola – PMEERQ, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais definidas no artigo 30 da CF/88, e ainda com espeque ao que pertine a **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**, bem como **LEI 2.003/2025**, que dispõe sobre a **Estrutura Administrativa** do Governo do Município e dá outras providências, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os integrantes do Comitê Gestor da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola – PMEERQ, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo:

MARIA LUCIA DO NASCIMENTO
PRESIDENTE - CPF – 294.774.254-00

ANA CIBELLE FERREIRA CALADO
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - CPF – 975.916.964-91

DANILO AMARO DA SILVA
REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CPF – 078.122.544-29

RENATA MEDEIROS BARBOSA
REPRESENTANTE ANOS INICIAIS - CPF – 081.293.834-89

LUCAS RAFAEL SILVA ALVES
REPRESENTANTE ANOS FINAIS - CPF – 118.389.284-56

ARGENTINA BELARMINO NUNES CARNEIRO
REPRESENTANTE DO EJA - CPF – 905.378.404-78

MARIA DAS GRAÇAS SENA DA SILVA
REPRESENTANTE DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - CPF – 039.511.454-39

JANILSON SALES DA SILVA OLIVEIRA
PROFESSOR DA REDE - CPF – 029.054.504-06

JOSE MARIA DE ARIMATEIA FERREIRA
REPRESENTANTE DA **PMEERQ** LIGADO A MOVIMENTOS SOBRE PAUTA RACIAL - CPF – 078.512.624-45

FABIANA DOS SANTOS SILVA
REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS E/OU RESPONSÁVEIS - CPF – 041.022.144.9

ROSICLEIDE BARBOSA SILVA MONTEIRO
REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE SAÚDE
CPF – 045.347.364-44

MARLON MACIEL GOMES
REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
CPF – 092.396.064-32

IVALDO JOSE DE OLIVEIRA DOS SANTOS
REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR
CPF – 042.215.644.-23

JEFFERSON MARQUES DE MORAIS
SECRETÁRIO DE CULTURA
CPF: 502.099.654-87

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal da Água Preta, Estado de Pernambuco, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:19F2BF86

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 007/2025/CMC/CMAS/SALA DOS CONSELHOS

Dispõe sobre a Reunião Ordinária de Deliberação Apreciação e Aprovação do Colegiado CMAS-Conselho Municipal de Assistência Social neste Município, referente ao Plano Municipal de Assistência Social 2026/2029, Plano Anual 2026, Apreciação do PPA-Plano Plurianual 2026/2029 e Apresentação do Relatório das Visitas realizadas aos Equipamentos da Assistência Social pelos Membros Conselheiros do CMAS em Água Preta-PE

O **Presidente do CMAS-Conselho Municipal de Assistência Social** do Município da Água Preta-PE, no uso de suas atribuições:
- CONSIDERANDO, o cumprimento da **Lei Municipal nº 2.001/2024 de 11/12/2024, Art. 2º, 19. 20 e 26**
RESOLVE:
Art. 1º - Tornar público o resultado da Reunião Ordinária **do CMAS-Conselho Municipal de Assistência Social**, realizada **ás 09:00 horas da manhã, no dia 23/12/2025 na Sala dos Conselhos Municipais,** no Prédio as Secretaria Executiva Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos nesta Municipalidade;
Art. 2º - Sendo Apreciada e Aprovada por **Unanimidade do Colegiado,** o **Plano Municipal de Assistência Social 2026/2029,** o **Plano Anual 2026** e a Apreciação do **PPA-Plano Plurianual 2026/2029.**
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, em 23 de Dezembro de 2025.
Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

DANILO AMARO DA SILVA
Conselheiro Presidente
Portaria Executiva Municipal nº 086/2025 06/02/2025
Resolução nº 001/2025 de 21/02/2025

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:DDCCFA3F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI ORDINÁRIA N° 1247, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Lei Ordinária n° 1247, de 29 de Dezembro de 2025.

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do município de Águas Belas/PE com seu regime próprio de previdência social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela emenda constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Águas Belas/PE, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

§ 1º. O parcelamento e o reparcelamento a que se refere o *caput* poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.

§ 2º. Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:

I - à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e

II - às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.

Art. 2º. Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidos de juros 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no *caput* aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.

Art. 3º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º. O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento
previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

§ 1º. A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.

§ 2º. Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.

Art. 6º. O vencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no dia dez do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia dez dos meses seguintes.

Art. 7º. Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.

Art. 8º. Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o *caput*, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.

Art. 9º. A Unidade Gestora do RPPS do Município de Águas Belas/PE deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:

I - em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;

II - caso não seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, caput, pelo Município, até 10 de dezembro de 2026; e

III - se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, caput, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em Águas Belas (PE), 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ ELTON MARTINS DE SOUZA
Prefeito do Município de Águas Belas-PE

Publicado por:
Adriano Tenório Moraes
Código Identificador:15C0CF73

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI ORDINÁRIA N° 1248, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Lei Ordinária n° 1248, de 29 de Dezembro de 2025.

Cria o Programa Futuro no Âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Águas Belas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Secretaria de Educação do Município, o Programa Futuro, destinado à formação dos jovens e adultos no ensino fundamental anos iniciais e finais para aqueles que não tiveram oportunidade de concluir as modalidades do ensino básico, incluindo cursos de profissionalização de jovens e adultos, com ensino fundamental completo, ensino médio e/ou nível superior, mediante participação em oficinas pedagógicas, monitorias objetivando melhoria da educação e geração de renda com inclusão produtiva e desenvolvimento de atividades acessórias em qualquer área do serviço público no âmbito do Município através de bolsa-auxílio, com período mínimo de 24 meses de duração.

Art. 2º O ingresso do Programa Futuro dar-se-á em conformidade com Edital a ser publicado obedecendo ao princípio da universalidade, e através da matrícula, em períodos determinados e amplamente divulgados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º O Programa Futuro, oferecerá os seguintes cursos profissionalizantes de nível básico:

I - Práticas e Rotinas Administrativas no Serviço Público;

II - Preservação, Manutenção e Conservação do Patrimônio Público; Gastronomia e Nutrição Básica Aplicada à Merenda Escolar;

III - Internet e Comunicação Digital;

IV - Ensino Público: Práticas e estratégias para qualidade na aprendizagem;

Art. 4º O Programa Futuro atendendo ao objetivo de melhoria da educação com inclusão produtiva e geração de renda, deve priorizar os jovens e adultos, selecionados nos termos do Edital, que apresentem, em pelo menos, uma das situações a seguir:

I - Estejam desempregados;

II - Sejam chefes-de-família e tenham dependentes menores de idade;

III - Não tenham concluído o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais ou Anos Finais e/ou;

IV - Estejam matriculados em curso de nível superior e/ou;

V - Tenham concluído o nível superior e necessitem de estágio;

Art. 5º O Programa Futuro conterá projetos necessários à sua implementação, sendo o Programa e cada projeto criado, com execução disciplinada por Decreto Municipal - Documento Orientador, atendidas as disposições contidas nesta Lei Municipal.

Art. 6º O Programa Futuro terá aulas presenciais obrigatórias e serão realizadas, preferencialmente em horário noturno e/ou finais de semana, em espaços físicos da Rede Municipal de Ensino.

Art. 7º Os Monitores do Programa devem possuir expertise e competência nas atividades profissionais para atendimento aos estudantes nas atividades pedagógicas, pelo monitoramento e utilização dos recursos tecnológicos, pela aplicação dos instrumentos de avaliação e, quando necessário pelo desenvolvimento das práticas de aprendizagem.

Art. 8º Todo material instrumental, prático, didático e escolar necessário ao aprendizado profissional dos estudantes matriculados no Programa Futuro deverá ser disponibilizado gratuitamente.

Art. 9º O Programa Futuro e seus projetos oferecerá o máximo de vagas no âmbito da Administração Municipal com direito a Bolsa-Auxílio.

Art. 10. Serão disponibilizadas o máximo de seiscentas vagas com os respectivos valores das bolsa-auxílio e quantitativo de horas /aulas e/ou atividades semanais definidos em Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. A execução do Programa Futuro realizar-se-á em regime de mútua cooperação, mediante parceria celebrada entre a Administração Pública Municipal e a Organização da Sociedade Civil - OSC previamente selecionada observadas as seguintes exigências:

I - A convocação, habilitação e seleção de uma Organização da Sociedade Civil – OSC para formalização de termo de colaboração e execução do Programa FUTURO dar-se-á através de chamamento público realizado com fulcro na Lei Federal n. 13.019/2014;

II - O Edital de chamamento público para escolha de Organização da Sociedade Civil - OSC que irá executar o Programa FUTURO devidamente publicado na forma da Lei;

III - Formalização de parceria mediante Termo de Colaboração, para execução do programa FUTURO com Organização da Sociedade Civil - OSC que tenha, pelo menos, 3 anos de existência;

IV - A Organização da Sociedade Civil - OSC com a qual o município formalizar parceria mediante Termo de Colaboração para executar o Programa FUTURO responsabilizar-se-á juntamente com a Secretaria Municipal de Educação:

a) Pela inscrição e seleção, dos jovens e adultos que se enquadrem nos pré-requisitos exigidos para ensino e formação que serão ofertadas através do Programa Futuro, através Edital com observância do princípio da universalidade;

b) Pela contratação e capacitação dos monitores, supervisores e coordenadores utilizados no programa Futuro;

c) Pelo acompanhamento das aulas ministradas pelos monitores e pela verificação de frequência dos estudantes;

d) Pela coordenação a supervisão dos estágios e distribuição dos recursos repassados pelo Município para pagamento das Bolsa-auxílio;

e) Pela aquisição e/ou produção dos instrumentos e materiais utilizados pelos monitores e estudantes;

f) Pela distribuição instrumentos e materiais utilizados pelos estudantes;

g) Pela aquisição e/ou produção dos recursos tecnológicos utilizados na execução do programa FUTURO;

h) Pelo acompanhamento, avaliação e aferição dos resultados do programa FUTURO;

i) Pela prestação de contas dos recursos repassados pelo município para a execução de programa Futuro.

Art.12. Fica instituído no âmbito do Programa Futuro no Município de Águas Belas, o Projeto Alfaletrando, como foco na inclusão produtiva, disciplinada a sua execução através de Decreto Municipal, autorizada a utilização de agentes civis voluntários em oficinas pedagógicas e monitoria, que poderão ser ressarcidos em conformidade com as horas de atividades acessórias efetivamente desenvolvidas, mediante valores definidos em Documento Orientador.

Art. 13. A publicação consolidada do Projeto de Lei poderá ser apostilada em Processo de Chamamento Público no âmbito da Prefeitura de Águas Belas.

Art. 14. Fica o Poder Executivo através de seus órgãos superiores autorizado a baixar atos necessários ao funcionamento e execução adequada do Programa Futuro e Projeto Alfaletrando no Município de Águas Belas".

Art. 15. O total mensal das despesas por pessoa participante do Programa, a ser repassado pelo município para a Organização da Sociedade Civil - OSC selecionada para a execução do Programa Futuro, o qual deverá ser aplicado exclusivamente no pagamento dos monitores, supervisores e coordenadores utilizados no programa, na aquisição e/ou produção de instrumentos e materiais didáticos-pedagógicos, na aquisição e/ou utilização de recursos tecnológicos e nos custos indiretos necessários à execução do objeto conforme disposto no art. 46, III, da Lei Nº 13.019/2014.

Art.16. Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional especial através de Decreto, no valor suficiente ao custeio das despesas decorrentes da execução do Programa Futuro no corrente exercício.

Parágrafo único. A autorização que trata o caput deste artigo compreende a inclusão de créditos orçamentários e as correspondentes fontes de recursos para viabilizar a execução do programa Futuro.

Art. 17. Os recursos Orçamentários que farão face ao atendimento à abertura do crédito adicional de que trata o artigo 13, terão como fonte, no limite disponível, o crédito oriundo do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício anterior, os provenientes de excesso de arrecadação, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou de créditos adicionais, previsto nos dispositivos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 18. Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da abertura do supracitado crédito adicional especial, terão como fontes as receitas arrecadadas originárias de recursos próprios, de competência do Município, de transferências constitucionais do Estado e/ou da União, inclusive do MEC/FNDE.

Art. 19. Na hipótese de ocorrer insuficiência de saldo de dotações no crédito adicional orçamentária incluso no orçamento, como prevê o artigo 12, mediante Projeto de Lei enviado e aprovado pela Câmara Municipal, efetuar a suplementação dos créditos, podendo se utilizar dos recursos previstos nos incisos I a III do l 2 do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 20. O poder Executivo incluirá na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2026 e seguintes, dotações necessárias para garantir a continuidade do Programa Futuro.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em Águas Belas (PE), 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ ELTON MARTINS DE SOUZA
Prefeito do Município de Águas Belas-PE

Publicado por:
Adriano Tenório Moraes
Código Identificador:DEA1A47A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALIANÇA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA – PE EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo 3°/2025. Prorrogação de prazo. Contrato 019/2022. Processo 033/2022. Pregão Eletrônico 018/2022. Locação de veículos leves de uso administrativo, sem condutor e sem combustível, com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada. Vigência: 06/06/2025 a 06/06/2025. Empresa: ALOHA ALUGUEL DE VEÍCULOS EIRELI – CNPJ: 13.466.110/0001-95

Aliança, 29/12/2025.

TAYNE CAROLINE CABRAL FERREIRA DA SILVA –
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Evandro Severino Barbosa
Código Identificador:DE4F88FE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º114,DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ALIANÇA ,NO ESTADO DE PERNAMBUCO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS NO ART. 69, XXI DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA ALIANÇA.

CONSIDERANDO o interesse público devidamente demonstrado no Estudo Técnico e na Justificativa de Interesse Público, que apontam a necessidade de ampliação da rede de ensino municipal, com a

construção de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental no bairro Vila Teimosa;
CONSIDERANDO que o imóvel identificado encontra-se em local de fácil acesso, adequado à implantação da unidade educacional e necessário ao atendimento da demanda escolar local;
CONSIDERANDO a competência do Município para promover a desapropriação de bens por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro;

DECRETA:
Art.1º
Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel localizado na Rua Bolívia, nº 2-A, Vila Teimosa, Município de Aliança/PE, CEP 55890-000, pertencente a Edilene Rodrigues dos Passos, CPF nº 455.871.084-49, inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal sob o nº 01.08.034.0128.001, com área de 15,00m x 15,00m (225m²), conforme Boletim de Cadastro Imobiliário emitido pela Prefeitura.
Art.2º
O imóvel objeto deste decreto destina-se à implantação de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, atendendo à política pública educacional do Município de Aliança.

Art.3º
Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a promover a desapropriação, podendo para tanto:
Realizar acordo administrativo com a proprietária, com base no valor estabelecido em Laudo de Avaliação Administrativa elaborado pela Engenharia Municipal;

Não sendo possível a via amigável, ajuizar a competente ação de desapropriação perante o Poder Judiciário;
Art.4º
As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).
Art.5º
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 10 do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Aliança-PE,29 de dezembro de 2025.

PEDRO ERMÍRIO DE ALMEIDA FREITAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evandro Severino Barbosa
Código Identificador:AF736EB4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ANGELIM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGELIM CNPJ Nº 10.908.660/0001-29 AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público Nº 005/2025-FMS; Processo Administrativo nº 021/2025-FMS. Objeto: credenciamento de pessoa jurídica especializada na realização de exames laboratoriais, conforme demanda apresentada pelas unidades da rede municipal de saúde, com valores unitários fixados conforme TABELA SUS vigente. **Valor Máximo Admitido: R$ 494.649,00. A Documentação de credenciamento será recebida pelo Fundo Municipal de Saúde, através do: E-mail: secsaudeangelim@hotmail.com, ou mesmo na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Joaquim Antônio S/N, Bairro Centro, CEP 55.430-000, Angelim/PE, no período de: Início de Recebimento das Propostas e Habilitação: 05/01/2026; Fim de Recebimento das Propostas e Habilitação: 20/01/2026**. Edital disponível no Portal da Transparência Municipal: **www.angelim.pe.gov.br/**, pelo e-mail: **secsaudeangelim@hotmail.com**, ou na Secretaria de Saúde.

AMANNDA BEZERRA DE MORAIS
Secretária de Saúde

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:9291A6D2

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELIM - PE. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2025

EDITAL DE JULGAMENTO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PARCIAL DA AVERIGUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS).

1. A Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público n.º 01/2025, torna público o julgamento dos RECURSOS contra o resultado parcial da averiguação de residência dos candidatos aprovados e classificados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS), conforme discriminado abaixo:

RECORRENTE: 213.787
RECURSO APRESENTADO EM: 03/12/2025
RECURSO DESPROVIDO
A recorrente não atendeu à comprovação documental nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n. º 01/2025, o qual estabelece:

2.4. Os documentos a serem exigidos como comprovação de residência serão:
a) Fatura de energia ou de água com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
b) Fatura de cartão de crédito com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
c) Fatura de financiamento habitacional com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;

RECORRENTE: 203.318
RECURSO APRESENTADO EM: 03/12/2025
RECURSO PROVIDO

A recorrente, deveras, ficou indevidamente fora do Relatório de Averiguação de Residência, inobstante ter sido classificada. Ademais, logrou apresentar documentação que comprova residir na área da comunidade em que atuar, nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n.º 01/2025.

RECORRENTE: 215.039
RECURSO APRESENTADO EM: 03/12/2025
RECURSO DESPROVIDO

O recorrente não atendeu à comprovação documental nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n. º 01/2025, o qual estabelece:

2.4. Os documentos a serem exigidos como comprovação de residência serão:
a) Fatura de energia ou de água com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
b) Fatura de cartão de crédito com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
c) Fatura de financiamento habitacional com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;

RECORRENTE: 100.908

RECURSO APRESENTADO EM: 04/12/2025 RECURSO DESPROVIDO

A recorrente não atendeu à comprovação documental nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n. º 01/2025, o qual estabelece:

2.4. Os documentos a serem exigidos como comprovação de residência serão:
a) Fatura de energia ou de água com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
b) Fatura de cartão de crédito com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
c) Fatura de financiamento habitacional com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;

RECORRENTE: 211.986
RECURSO apresentado em: 04/12/2025
RECURSO IMPROCEDENTE

O recorrente não atendeu à comprovação documental nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n. º 01/2025, o qual estabelece:

2.4. Os documentos a serem exigidos como comprovação de residência serão:
a) Fatura de energia ou de água com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
b) Fatura de cartão de crédito com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
c) Fatura de financiamento habitacional com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;

RECORRENTE: 215.396
RECURSO apresentado em: 04/12/2025
RECURSO DESPROVIDO

O recorrente não atendeu à comprovação documental nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n. º 01/2025, o qual estabelece:

2.4. Os documentos a serem exigidos como comprovação de residência serão:
a) Fatura de energia ou de água com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
b) Fatura de cartão de crédito com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
c) Fatura de financiamento habitacional com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;

Para corroborar, observou-se que o próprio recorrente, por ocasião do preenchimento das informações cadastrais referentes à sua inscrição no certame em questão, indicou endereço residencial diverso da comunidade na qual pretendia atuar, em desacordo com o disposto no inciso I do Art. 6º da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006:

"Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público (...)"

RECORRENTE: 211.588
RECURSO APRESENTADO EM: 04/12/2025
RECURSO DESPROVIDO

O recorrente não atendeu à comprovação documental nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n. º 01/2025, o qual estabelece:

2.4. Os documentos a serem exigidos como comprovação de residência serão:
a) Fatura de energia ou de água com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
b) Fatura de cartão de crédito com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
c) Fatura de financiamento habitacional com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;

Para corroborar, observou-se que o próprio recorrente, por ocasião do preenchimento das informações cadastrais referentes à sua inscrição no certame em questão, indicou endereço residencial diverso da comunidade na qual pretendia atuar, em desacordo com o disposto no inciso I do Art. 6º da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006:

"Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público (...)"

RECORRENTE: 100.113
RECURSO APRESENTADO EM: 06/12/2025
RECURSO DESPROVIDO

O recurso é intempestivo, porquanto apresentado após o prazo assinalado para recorrer (04/12/2025). Além do mais, a recorrente não atendeu à comprovação documental nos moldes exigidos pelo Anexo VIII, item 2.4 do Edital n. º 01/2025, o qual estabelece:

2.4. Os documentos a serem exigidos como comprovação de residência serão:
a) Fatura de energia ou de água com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
b) Fatura de cartão de crédito com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público;
c) Fatura de financiamento habitacional com titularidade em nome do candidato emitidas nos últimos 12 meses a contar da data da publicação do edital do concurso público

Angelim-PE, 08 de dezembro de 2025.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 163 DE 12 DE MAIO DE 2025.

OZANO AUGUSTINHO S. JUNIOR
Presidente

DÉBORA MIRELA SANTOS SILVA
Membro

HÉLMITON RENATO N. DA SILVA
Membro

Publicado por:
Laura Luana de Amorim Cysneiros
Código Identificador:CA2367C9

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025. COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO.

RELATÓRIO DE AVERIGUAÇÃO DE RESIDÊNCIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELIM, ESTADO DE PERNAMBUCO, tendo em vista o Editaldo CONCURSO PÚBLICO nº 01/2025, por meio da Comissão Organizadora nomeada pela Portaria nº 163 de 12 de maio de 2025, diante do julgamento dos recursos apresentados em face do Relatório de Averiguação de Residência atinente aos candidatos aprovados e classificados para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, torna público o aludido relatório em caráter definitivo, cujo relatório encontra-se disponível no Portal Eletrônico da Fundação Vale do Piauí através do seguinte endereço:https://funvapi.com.br/wp-content/uploads/2025/12/Relatorio_de_Averiguacao_de_Residencia_-_ACSs_29_assinado2_29_assinado.pdf

Angelim-PE, 11 de dezembro de 2025.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 163 DE 12 DE MAIO DE 2025.

OZANO AUGUSTINHO S. JUNIOR
Presidente

DÉBORA MIRELA SANTOS SILVA
Membro

HÉLMITON RENATO N. DA SILVA
Membro

Publicado por:
Laura Luana de Amorim Cysneiros
Código Identificador:84E1651D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE .TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório/PMT n° 066/2025
Concorrência/PMT nº 008/2025

O gestor do Município de Triunfo / PE**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, considerando o Parecer Jurídico e atendendo a Lei Federal n 14.133/2021, **HOMOLOGO e ADJUDICO** o **Processo Licitatório/PMT n° 066/2025, Concorrência/PMT nº 008/2025,** cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para estruturação da Orla Do Lago João Barbosa Sitônio no Município de Triunfo/PE, DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da **COMPACTA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° 01.079.262/0001-56, representada pelo Sr. Herbert Varela Fonseca, portador do CPF sob o nº 616.531.104-06, no valor global **R$ 1.545.927,62 (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos).** Para dirimir sobre qualquer dúvida dirigir-se a sala de licitação, situada na Avenida José Veríssimo dos Santos, nº 365, Bairro Centro, Cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco, CEP: 56.870-000, no horário de expediente das 07h30min às 13h30min; Fone: 87 3846 1365.

Triunfo, 29 de Dezembro de 2025.

LUCIANO FERNANDO DE SOUSA
Prefeito

Publicado por:
Kleber Roberto Vieira Ramos
Código Identificador:922DA502

SECRETARIA DE CULTURA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 382/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOVERDE, através da Secretaria de Cultura, torna público o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 382/2025. OBJETO: Credenciamento de artistas e grupos culturais para futura contratação em eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Arcoverde. O período de inscrições: De 05/01/2026 a 15/02/2026. Acesse o edital completo: www.arcoverde.pe.gov.br Informações/Dúvidas através do e-mail: secultarcoverdeeditais@gmail.com ou na sede da Secretaria de Cultura na Av. Coronel Antônio Japiassu, s/n, Centro – Arcoverde/PE, nos dias úteis, das 08h00min às 14h00min.

Arcoverde/PE, 30 de dezembro de 2025.

PEDRO DE ALCÂNTARA BRANDÃO SIQUEIRA
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Anderson Severiano Dos Santos
Código Identificador:E984E026

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIBILIDADE N° 0019.2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 084/2025
INEXIGIBILIDADE 0019/2025

O Prefeito do Município de Barra de Guabiraba, no uso de suas atribuições, **RECONHECE e RATIFICA** o **Processo Administrativo nº 015/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025**, com fulcro no art. nº 74, Inciso II da Lei 14.133/2021 que tem como Objeto: **Contratação da empresa TATY GIRL GRAVACOES, EDICOES MUSICAIS E EVENTOS LTDA, CNPJ n° 23.268.243/0001-00, detentora de exclusividade da execução dos serviços de apresentação artística da seguinte atração: TATY GIRL, durante a Festa de São Sebastião no Município de Barra de Guabiraba/PE, no dia 30 de janeiro de 2026,** com valor total de **R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).**

Barra de Guabiraba-PE, 29 de dezembro de 2025.

DIOGO CARLOS DE LIMA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Juliana Oliveira de Moura Lima
Código Identificador:3204B8E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIBILIDADE N° 0020.2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 085/2025
INEXIGIBILIDADE 020/2025
O Prefeito do Município de Barra de Guabiraba, no uso de suas atribuições, **RECONHECE e RATIFICA** o **Processo Administrativo nº 085/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 020/2025**, com fulcro no art. nº 74, Inciso II da Lei 14.133/2021 que tem como Objeto: **Contratação da empresa TA SHOWS LTDA, CNPJ N° 43.202.769/0001-03, detentora de exclusividade da execução dos serviços de apresentação artística da seguinte atração: TARCÍSIO DO ACORDEON, durante a Festa de São Sebastião no Município de Barra de Guabiraba/PE, no dia 31 de janeiro de 2026,** valor de **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).**

Barra de Guabiraba-PE, 29 de dezembro de 2025.

DIOGO CARLOS DE LIMA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Juliana Oliveira de Moura Lima
Código Identificador:A9D1BC21

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELÉM DE MARIA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato – Publicação

Extrato do Contrato Nº. 093/2025.
Processo: 062/2025.
Partes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM DE MARIA e ABCD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 45.044.888/0001-00.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de projetos multidisciplinares educacionais e tecnológicos, laboratório de terceira dimensão (3d), ciências, matemática, robótica, mapotecas e bibliotecas para o ensino fundamental anos iniciais e anos finais como também projetos para educação infantil**,** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Belém de Maria/PE.

Valor: R$ 3.246.330,84 (Três milhões duzentos e quarenta e seis mil trezentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos).
Amparo Legal: Lei Federal 14.133/21 e posteriores alterações.
Vigência: 23/12/2025 até 22/12/2026.
Data da Assinatura: 23/12/2025.
Belém de Maria/PE, 23 de dezembro de 2025.

IRYS THYALLY DE OLIVEIRA FLORÊNCIO
Gestora do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Klebson Cristiano Cicero Dos Santos
Código Identificador:0D7F1CA7

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 096/2025

Extrato de Contrato – Publicação
Extrato do Contrato Nº. 096/2025.
Processo: 064/2025.
Partes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM DE MARIA e a CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº: 39.882.029/0001-80.
Objeto: Aquisição de materiais pedagógicos: metodologia OPEE, SAEB em foco e sim alfabetização, visando atender as necessidades da rede pública de ensino do município de Belém de Maria/PE.

Dotação Orçamentária:
9 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELEM DE MARIA
03 FUNDOS
03 80 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
038002 FUNDEB
12 Educação
12 361 Ensino Fundamental
12 361 1202 REEQUIPAMENTO DO ENSINO
12 361 1202 1036 0000 Aquisição de Veículos, móveis e equipamentos diversos

9 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELEM DE MARIA
03 FUNDOS
03 80 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
038001 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
12 361 Ensino Fundamental
12 361 1202 REEQUIPAMENTO DO ENSINO
12 361 1202 1051 0000 Aquisição de Móveis e Equipamentos Diversos

Valor: R$ 4.862.857,64 (Quatro Milhões Oitocentos e Sessenta e Dois Mil Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos).
Amparo Legal: Lei Federal 14.133/21 e posteriores alterações
Vigência: 26/12/2025 até 25/12/2026.
Data da Assinatura: 26/12/2025.
Belém de Maria/PE, 26 de dezembro de 2025.

IRYS THYALLY OLIVEIRA FLORÊNCIO
Ordenadora de Despesas Municipal de Educação
Município de Belém de Maria/PE

Publicado por:
Josivan Ferreira da Silva
Código Identificador:3518A180

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025-SEMED.

TERMO RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2024.
DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2024.

A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da sua Gestora Municipal, torna público que aderiu (“carona”) à **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 - PROCESSO Nº 014/2024 oriunda do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS – CIMESMI, INSCRITO NO CNPJ 43.863.467/0001-78**, tendo por objeto a Contratação de empresa para aquisição de projetos multidisciplinares educacionais e tecnológicos, laboratório de terceira dimensão (3d), ciências, matemática, robótica, mapotecas e bibliotecas para o ensino fundamental anos iniciais e anos finais como também projetos para educação infantil para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Belém de Maria/PE, no valor de**R$ 3.246.330,84 (Três milhões duzentos e quarenta e seis mil trezentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos)**, e que tem por Contratada a empresa**ABCD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.044.888/0001-00,** com sede à Avenida Conselheiro Aguiar, nº 2333, Bairro Boa Viagem, na cidade de Recife – PE – CEP: 5.020-020, por meio do Proc. Administrativonº 062/2025 - PMM, conforme **PARECER/ASJUR/CPL.**
Belém de Maria/PE, 22 de dezembro de 2025.

IRYS THYALLY DE OLIVEIRA FLORÊNCIO
Gestora do Fundo Municipal de Educação
Município de Belém de Maria/PE

Publicado por:
Klebson Cristiano Cicero Dos Santos
Código Identificador:F9DFD1D0

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2025-SEMED.

TERMO RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2024.
DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2024.

A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da sua Gestora Municipal, torna público que aderiu (“carona”) à**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024 oriunda do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO RIO PARDO – COMAR**,tendo por objetoa Contratação de empresa para aquisição de mobiliários escolares, equipamentos e armários, visando atender as necessidades da rede pública de ensino de Belém de Maria/PE, no valor deR$ 4.862.857,64 (Quatro Milhões

Oitocentos e Sessenta e Dois Mil Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos), e que tem por Contratada a empresa**CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n**º: 39.882.029/0001-80,** com sede na rua Gavião Peixoto, nº 124, sala 1106, Icaraí, Niterói/RJ – CEP: 24.230-101, por meio do Proc. Administrativonº 064/2025, conforme **PARECER/ASJUR/CPL.**
Belém de Maria, 22 de dezembro de 2025.

IRYS THYALLY OLIVEIRA FLORÊNCIO
Ordenadora de Despesas Municipal de Educação

Publicado por:
Josivan Ferreira da Silva
Código Identificador:659177C2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato N. 094/2025.
Processo: 059/2025.

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DE MARIA e a empresa M D S SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - CNPJ Nº 44.369.249/0001-44.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DE DUAS QUADRAS, A SER INCORPORADAS NO MUNICÍPIO DE BELÉM DE MARIA -PE.

Dotação Orçamentária:
Órgão: 03.08 – Fundo Municipal de Educação
03.80.01- Fundo Municipal de Educação
Unidade: 12.361 – Ensino Fundamental
Ação: 12.361.1203.1012.0000 – Construção, ampliação e /ou reforma de unidades escolares e quadras.
Fonte de Recursos: 001.001 – Recurso Próprios.
Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Direta.
Órgão: 03.08 – Fundo Municipal de Educação
03.80.02 - Fundeb
Unidade: 12.361 – Ensino Fundamental
Ação: 12.361.1203.1012.0000 – Construção, ampliação e /ou reforma de unidades escolares e quadras.
Fonte de Recursos: 252.005 – Complementação da união VAAT – 30%.
Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Direta.

Valor: R$ 628.170,15 (Seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta reais e quinze centavos).

Amparo Legal: Lei Federal 14.133/21 e posteriores alterações
Vigência: 23/12/2025 até 22/12/2026.
Data da Assinatura: 23/12/2025.

IRYS THYALLY DE OLIVEIRA FLORÊNCIO
Gestora do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Klebson Cristiano Cicero Dos Santos
Código Identificador:DFCFAEE8

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n° 141/2025 PREGÃO ELETRÔNICO n° 035/2025. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, por meio de locação de veículos, em atendimento a secretarias municipais de agricultura, infraestrutura e gabinete no município de Belém do São Francisco/PE**. Abertura:** 15.01.2026 às 11h. **EDITAL:** http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

MARIA APARECIDA SÁ –
Secretária Municipal de Finanças**.**

Publicado por:
Nara Miranda de Araújo Cantarelli
Código Identificador:41670BB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO 242/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO, CNPJ: 10.113.728/0001-83. CONTRATADA: RP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 04.395.619/0001-01. OBJETO: Contratação da empresa RP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA**,** para prestação de serviços de apresentação artística musical da banda NACARONA, durante os festejos do CARNAVAL 2026 da cidade de Belém do São Francisco/PE. Processo Administrativo: 143/2025. Modalidade: Inexigibilidade 049/2025. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21. Valor Global: R$ 100.000,00. Data: 29/12/2025. Assinaturas: Maria Aparecida Sá – Secretária Municipal de Finanças/ Antônio Neto Rocha Pereira - RP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA**.**

Publicado por:
Nara Miranda de Araújo Cantarelli
Código Identificador:5D99F5FB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELO JARDIM

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2025. CPL. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2025. HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE nº 04/2025, Informamos que nesta data foi homologado pela autoridade competente o processo licitatório acima epigrafado e o objeto adjudicado. Empresa: MINHA BIBLIOTECA LTDA, CNPJ nº 13.183.749/0001-63, com proposta no valor global de R$ 45.480,00 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais). Outras informações através do e-mail licitacaocontratos@aeb.edu.br, no horário das 07:30h às 13:30h.

Belo Jardim (PE), em 30 de dezembro de 2025.

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO
Diretor – Presidente da AEB

Publicado por:
Flavio Moreira Alves da Silva
Código Identificador:8307323A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 666 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Nomear os Membros do Fórum Municipal de Educação - FME, no âmbito do Município de BeloJardim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das
atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº. 9.394/2020, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e
Lei Municipal nº. 2.255/2015, que dispõe e aprova o Plano Municipal de Educação - PME.

RESOLVE:

Art. 1º - Institui o Fórum Municipal de Educação e a Comissão Avaliativa responsável pelomonitoramento e avaliação das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação, para o biênio2026-2028, composta pelos seguintes membros:

Coordenadora: MÁRCIA VALUZA CAVALCANTE DA SILVA

Secretário Executivo: JOSÉ DIEGO LEITE SANTANA

Secretárias: RAVENNA KORINA ALVES ALMEIDA e MARIANNE LEATRIZ DE LEMOSALVES

Demais Membros:

I - Representantes da Educação Infantil
- ANDRIZELY BARBOSA LEITE (Titular);
- LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA MONTEIRO (Suplente);

II - Representantes do Ensino Fundamental
- WILLIANE DE LIMA FERREIRA SILVA (Titular);
- EDYENE OLIVEIRA GALINDO CALUMBY DE ARAÚJO (Suplente);

III - Representantes da Educação e Adultos
- EMANUELLE CRISTINA DA SILVA FERNANDES (Titular);
- SOLANGE VALENCA FERREIRA (Suplente);

IV - Representantes da Educação Especial
- SANDRA REGINA DO NASCIMENTO (Titular);
- ADEILZA DE SOUZA RAMOS (Suplente);

V - Representantes do Gabinete Institucional
- CAMILLA GOMES TORRES (Titular);
- JOÃO PAULO ALBUQUERQUE (Suplente);

VI - Representantes da Secretaria Executiva de Finanças
- AUZENITA MARIA DE SOUZA (Titular);
- CLEA TARIQUE DA SILVA PONTES (Suplente);

VII - Representantes da Secretaria de Saúde
- MARIA JANAILMA DE SOUZA SANTOS (Titular);
- ALYNY RAFAELY GUIMARÃES OLIVEIRA (Suplente);

VIII - Representantes do Poder Legislativo
- HÉLDER PEREIRA CAVALCANTI (Titular);
- JEFFERSON TEOTÔNIO ALVES (Suplente);

IX - Representantes do Conselho de Alimentação Escolar
- ALINE DE OLIVEIRA SILVA (Titular);
- LAYLA EDUARDA DA SILVA MONTEIRO (Suplente);

X - Representantes do Conselho do FUNDEB
- FRANCISCO DE SOUZA ARAÚJO (Titular);
- ADRIANA SOARES DE CARVALHO (Suplente);

XI - Representantes do Conselho Municipal de Educação
- CRISTIANE BARROS DA SILVA (Titular);
- MARTA MARIA COSTA E SILVA (Suplente);

XII - Representantes do Conselho Tutelar
- TIAGO EVERTON PEREIRA ALVES (Titular);
- JOSENILSON ANTÔNIO DA SILVA (Suplente);

XIII - Representantes dos Professores da Rede Municipal
- MARTA MARIA COSTA E SILVA (Titular);
- ELISABETE COELHO DA SILVA (Suplente);

XIV - Representantes dos Estudantes
- CÍCERA MARIA DA SILVA (Titular);
- MARIA DE LOURDES ARAÚJO OLIVEIRA (Suplente);

XV - Representantes dos Pais de Alunos
- ANDRÉA DO VALE ACIOLE LOPES DOS SANTOS (Titular);
- JOSEILMA RIBEIRO DOS SANTOS (Suplente);

XVI - Representantes dos Gestores Escolares
- VERÔNICA SILVA SIQUEIRA FERREIRA (Titular);
- VERÔNICA RICARDO DE MORAIS SANTOS (Suplente);

XVII - Representantes das Escolas da Rede Estadual
- MIGUEL BEZERRA ALVES JÚNIOR (Titular);
- VALDINEIDE DA SILVA ARAÚJO FIGUEIRA (Suplente);

XVIII - Representantes das Escolas da Rede Privada
- NELSON JOSÉ FAGUNDES DE MEDEIROS VILELA (Titular);
- JACKELINE GOMES SILVA ALVES (Suplente);

XIX - Representantes do Ensino Superior
- LINDHIANE COSTA DE FARIAS (Titular);
- JUCIARA CARNEIRO GOUVEIA TENÓRIO (Suplente);

XX - Representantes do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente -
COMDEMA
- AURIBETE SIQUEIRA COSTA (Titular);
- MARCONI FELICIANO DA SILVA (Suplente);

XXI - Representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Belo Jardim - SISMUBEJA
- KEYLLA ALEXSANDRA COELHO SOUZA (Titular);
- ELISABETE COELHO DA SILVA (Suplente).

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir
dessa data, 10 de dezembro de 2025.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de BeloJardim, Estado de Pernambuco, 10 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:23AD2B15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 676 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Prorroga Sindicância Investigativa para apuração de responsabilidade de servidor no âmbito daSecretaria de Educação, Esporte e Tecnologia deste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso de
suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no art. 94, inciso II, da Lei Orgânica
do Município de Belo Jardim,

CONSIDERANDO a solicitação recebida pela Ouvidoria Municipal, para abertura da
Sindicância;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o dever de apurar as denúncias e zelarpelos serviços em prol do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 20 (vinte) dias o prazo estabelecido na Portaria nº 617/2025 de 19
de novembro de 2025, que trata de sindicância investigativa para apuração de responsabilidades, sobresuposta conduta inadequada da servidora Comissionada JAIFA KELINE DA SILVA, Matrícula nº4.0019115.14, Gestora Escolar Adjunta, lotada no Centro Municipal

de Educação Infantil BoaSamaritana, bem como, proceder ao exame de outros fatos que porventura venham a ser identificados no
curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente, iniciando-se o novo prazo a partir dodia, 21 de dezembro de 2025.

Art. 2º – Durante o prazo da Sindicância, a servidora deverá se manter afastada do local de
trabalho, que se encontra sob investigação.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia
21 de dezembro de 2025.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de BeloJardim, Estado de Pernambuco, 22 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:F1D7F6F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 677 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Prorroga Sindicância Investigativa paraapuração de responsabilidade de servidores noâmbito da Autarquia Educacional de BeloJardim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no art. 94, inciso II, da Lei Orgânicado Município de Belo Jardim,

CONSIDERANDO a solicitação recebida pela Ouvidoria Municipal, para abertura da Sindicância;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o dever de apurar as denúncias e zelar
pelos serviços em prol do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 20 (vinte) dias o prazo estabelecido na Portaria nº 621/2025 de 24 de
novembro de 2025, que trata de sindicância investigativa para apuração de responsabilidades, sobresuposta conduta irregular dos servidores efetivos ED WILSON FAUSTINO PAES, Matrícula nº3564192 e GIDEONY DIAS LUDUGERO DA SILVA, Matrícula nº 44591, ambos lotados naAutarquia Educacional de Belo Jardim - AEB, bem como, proceder ao exame de outros fatos queporventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto
presente, iniciando-se o novo prazo a partir dessa data, 24 de dezembro de 2025.

Art. 2º – Durante o prazo da Sindicância, os servidores deverão se manter afastadas do local de trabalho, que se encontra sob investigação.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 24 de dezembro de 2025.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 22 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:53987220

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 678 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Prorroga Sindicância Investigativa paraapuração de responsabilidade de servidores noâmbito da Autarquia Educacional de Belo Jardim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso desuas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no art. 94, inciso II, da Lei Orgânicado Município de Belo Jardim,

CONSIDERANDO a solicitação recebida pela Ouvidoria Municipal, para abertura daSindicância;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o dever de apurar as denúncias e zelarpelos serviços em prol do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 20 (vinte) dias o prazo estabelecido na Portaria nº 622/2025 de 24 denovembro de 2025, que trata de sindicância investigativa para apuração de responsabilidades, sobresuposta conduta irregular dos servidores efetivos JOSÉ GLEISON DE SOUZA, Matrícula nº
0.5000043.1 e GEORGE DIAS DE LIMA, Matrícula nº 0.5000199.1, ambos lotados na AutarquiaEducacional de Belo Jardim - AEB, bem como, proceder ao exame de outros fatos que porventuravenham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente,
iniciando-se o novo prazo a partir dessa data, 24 de dezembro de 2025.

Art. 2º – Durante o prazo da Sindicância, os servidores deverão se manter afastadas do local detrabalho, que se encontra sob investigação.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir dodia 24 de dezembro de 2025.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 22 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:A976F4DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 673 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Convoca os Candidatos aprovados dentro dos números de vagas disponibilizadas no processo de Seleção Pública Simplificada Edital nº 01/2023 no âmbito da Secretaria de Saúde, deste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que determina o inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o inciso VII, do Artigo 97, da Constituição do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.360 de 16 de julho de 2021, que estabelece em seu artigo 3º a necessidade de realização de processo seletivo para contratação temporária;

CONSIDERANDO o Decreto nº 15/2023 de 14 de março de 2023, que dispõe sobre a exigência de Seleção Pública Simplificada para realizações de contratações temporárias;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam convocados os Candidatos aprovados dentro dos números de vagas disponibilizadas no processo de Seleção Pública Simplificada, realizado de acordo com o Edital nº 01/2023, publicado em 01 de agosto de 2023, da Secretaria de Saúde, (50ª convocação) conforme cargos e quantitativos abaixo:

* NÍVEL TÉCNICO
- Técnico de Enfermagem Atenção Básica – 56º e 57º lugar geral

* NÍVEL SUPERIOR
- Enfermeiro Atenção Básica – 69º e 70º lugar geral
- Fisioterapeuta – 21º lugar geral
- Assistente Social Urgência / Emergência – 10º lugar geral

Art. 2º – Os candidatos deverão comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, situada na Avenida Cel. Geminiano Maciel, 672, Boa Vista – Belo Jardim – PE, até 48 (quarenta e oito) horas, após a publicação no Diário Oficial dos Municípios – AMUPE.
Art. 3º – No ato da apresentação o(s) candidato(s) deverá(ão) comparecer munido(s) de todos os documentos originais e cópias, conforme indicado no Edital.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 22 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:D1ED5994

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BETÂNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE BETÂNIA
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025
DISPENSA Nº 012/2025

Trata-se de procedimento de contratação direta instaurado por meio da Dispensa nº 012/2025, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e montagem de móveis planejados sob medida, com fornecimento integral de materiais, destinados ao atendimento das demandas funcionais e administrativas da Câmara Municipal de Betânia/PE, especialmente para equipagem dos ambientes do novo prédio legislativo.

Considerando o julgamento realizado pelo Agente de Contratação, no qual foi declarada vencedora e habilitada a empresa GUANUMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.040.792/0001-30, a qual apresentou proposta tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, no valor global de R$ 38.442,46 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos), conforme registrado em Ata de Julgamento;

Considerando que, encerrado o prazo previsto no Aviso de Contratação Direta, constatou-se que somente a empresa GUANUMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA apresentou proposta, a qual foi devidamente analisada sob os aspectos técnico e econômico, com verificação de compatibilidade de preços com o mercado;

Considerando que a análise técnica confirmou que a proposta apresentada atende integralmente às especificações constantes no Termo de Referência, especialmente quanto à execução sob medida, qualidade dos materiais, padrão de acabamento, funcionalidade, montagem e instalação;

Considerando que a pesquisa de preços elaborada pela Administração demonstra a compatibilidade do valor ofertado com os preços praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência;

Considerando que o processo encontra-se devidamente instruído com o Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Estimativa de Preços, Aviso de Contratação Direta, Ata de Julgamento e Habilitação, Razão da Escolha do Contratado, Justificativa do Preço, bem como demais documentos previstos na legislação;

AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta da empresa GUANUMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pelo valor global de R$ 38.442,46 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos), para a execução do objeto descrito no Termo de Referência, determinando o prosseguimento para emissão da Nota de Empenho e demais atos necessários à formalização do ajuste.

Registre-se. Cumpra-se.

Betânia/PE, 23 de dezembro de 2025.

AURENICE MEDEIROS ROCHA ALVES
Presidente da Câmara Municipal de Betânia/PE

Publicado por:
Vitor Mikeias da Silva Nascimento
Código Identificador:972E9BB1

CÂMARA MUNICIPAL DE BETÂNIA
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

DISPENSA Nº 012/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025

A Câmara Municipal de Betânia/PE torna público o resultado do julgamento, classificação e habilitação referente à Dispensa nº 012/2025, instaurada com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e montagem de móveis planejados sob medida, com fornecimento integral de materiais, destinados ao atendimento das demandas funcionais e administrativas da Câmara Municipal de Betânia/PE.

Encerrado o prazo fixado no Aviso de Contratação Direta, constatou-se que apenas uma empresa apresentou proposta. Após análise técnica e econômica da proposta apresentada, bem como verificação da documentação de habilitação, foi classificada, julgada vencedora e habilitada a seguinte empresa:

GUANUMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
CNPJ: 43.040.792/0001-30
Valor total ofertado: R$ 38.442,46 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

A proposta atendeu integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, apresentou preços compatíveis com a estimativa elaborada pela Administração e teve sua documentação considerada regular, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

Os autos seguirão para autorização da contratação pela autoridade competente.

Betânia/PE, 23 de dezembro de 2025.

SHARLES FELIX DA SILVA VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Vitor Mikeias da Silva Nascimento
Código Identificador:9550D699

CÂMARA MUNICIPAL DE BETÂNIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2025

A Câmara Municipal de Betânia/PE, inscrita no CNPJ nº 11.478.674/0001-12, com sede à Rua Anfilófio Feitosa, nº 16, Centro, Betânia/PE, representada por sua Presidente, Aurenice Medeiros Rocha Alves, torna público que celebrou o Contrato nº 017/2025 com a empresa GUANUMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.040.792/0001-30, com sede à Rua Luiz Bezerra Leite, nº 71, Bairro Bomba, Serra Talhada/PE, CEP 56.909-350, neste ato representada por sua administradora Anny Helloyza Nunes Furtado Alves, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 11.061.077 – SDS/PE e CPF nº 161.210.924-16, cujo objeto consiste na confecção, fornecimento e montagem de móveis planejados sob medida, com fornecimento integral de materiais, destinados ao atendimento das demandas funcionais e administrativas da Câmara Municipal de Betânia/PE, especialmente para a equipagem do novo prédio legislativo, conforme especificações do Termo de Referência; a contratação decorre da Dispensa de Licitação nº 012/2025, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021; o valor total do contrato é de R$ 38.442,46 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos); o prazo de execução é de até 30 (trinta) dias, com vigência contratual de 30 (trinta) dias, contados da assinatura; o pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato; o contrato integra o Processo Administrativo nº 017/2025.

Betânia/PE, 29 de dezembro de 2025.

AURENICE MEDEIROS ROCHA ALVES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Vitor Mikeias da Silva Nascimento
Código Identificador:75E322B2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BEZERROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2025 – PMB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025 - PMB

PROCESSO LICITATÓRIO N° 126/2025 - PMB, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025 – PMB, UASG 982337, OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de monitoramento e rastreamento veicular via SATÉLITE e GPS / GPR S, compreendendo instalação/desinstalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de configuração, capacitação, suporte técnico, manutenção e garantia de funcionamento, incluindo módulo AVL (Automatic Vehicle Location) e módulo de dispositivos de identificação do condutor, para os veículos da Prefeitura Municipal de Bezerros, durante o período de 12 meses. A Secretária de Administração do município de Bezerros torna público que ratifica e homologa a presente licitação, em favor das empresas: **1) RADIONET LTDA**, CNPJ: **03.304.610/0001-77**, com endereço na Rua Senador José Henrique, 231, Sala 1608 Empresarial Charles Darwin, Ilha do Leite CEP: 50.070-460 Recife / PE, declarada vencedora do certame com um valor global de **R$ 84.207,20 (oitenta e quatro mil duzentos e sete reais e vinte centavos).** Maiores informações pelo endereço eletrônico: bezerroscpl@gmail.com.

29 de dezembro de 2025

DANUBIA DA SILVA NEVES MELO
Secretária de Administração

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:9744E96B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2025 - PMB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2025 – PMB – SRP

PROCESSO LICITATÓRIO N° 132/2025 - PMB, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2025 – PMB - SRP, UASG 982337, OBJETO: Aquisição de 2.000 kg de milho híbrido AG 1051, destinado à doação para os agricultores do município de Bezerros. Esta iniciativa se alinha e se insere estrategicamente no âmbito do programa PRO-TERRA, visando fortalecer a produção local e apoiar os produtores que tradicionalmente realizam seus plantios para a colheita em meados do mês de junho. Valor total estimado: **R$ 78.533,33 (setenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).** A sessão acontecerá através do site www.comprasgovernamentais.gov.br e a abertura da sessão terá início no dia 13/01/2026 às 09:00h. Informação e obtenção do edital poderá ser solicitado através do e-mail: bezerroscpl@gmail.com, retirado no sítio https://bezerros.pe.gov.br, no portal de compras do governo federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, ou no endereço: Praça Duque de Caxias – Empresarial José Ferraz n.º 9 A – 1º andar.

29 de dezembro de 2025

CAYC ORIGE SENA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:913056B9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO – PROCESSO Nº 134/2025 - PMB INEXIGIBILIDADE N.º 079/2025

O Secretário de Turismo e Cultura do Município de Bezerros, nos termos do art. 74 inc. II da lei 14.133/21 torna público que ratifica e homologa a inexigibilidade de licitação para contratação de apresentação artística em favor da empresa: **LUAN PROMOCOES E EVENTOS LTDA**, CNPJ: **05.102.456/0001-86,** detentora exclusiva da atração artística **GERALDINHO LINS**, para integrar a programação do Primeiro Grito de Carnaval 2026, município de Bezerros - Pernambuco, que irá se apresentar no dia: 01/01/2026 às 18h, pelo valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**. Maiores informações pelo Fone: (81) 3728-6728, ou no endereço eletrônico: contratosbezerrocpl@gmail.com.

29 de dezembro de 2025

EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS
Secretário de Turismo e Cultura

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:A88FA165

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BOM JARDIM-PE
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 00012/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00006/2025. Serviço. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00006/2025, para Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços fúnebres, a qual forneça urnas funerárias com serviços fúnebres, e a realização de serviços de transporte, com o intuito de atender as famílias carentes economicamente. Lote 1: Plade – Serviços Funerários Ltda. CNPJ: 08.957.410/0001-37, pelo valor de R$ 427.489,00. Bom Jardim, 29 de dezembro de 2025.

MARIA ROSEMAURA DE AGUIAR.
Secretária de Assistência Social, Família e Combate À Fome.

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:83AE64D1

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO

3º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 003/2025 – FME. Processo Licitatório Nº: 0012/2024; Concorrência nº 0003/2024. Objeto: Acréscimo financeiro ao contrato cujo objeto é a Requalificação e Ampliação do prédio da Antiga Prefeitura para Implantação da Sede da Secretaria Municipal de Educação e Auditório. Contratada: BARROS & ARAUJO ENGENHARIA LTDA – EPP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.336.260/0001- 44. Valor Acrescido: R$ 88.150,86 (oitenta e oito mil, cento e cinquenta reais e oitenta e seis centavos). Valor total do contrato atualizado R$ 3.047.598,84 (três milhões, quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos). O percentual total acumulado é de 8,92% conforme 3º reprogramação. Fundamento art. 124, l, "b" e 125 da Lei Federal 14.133/2021. Bom Jardim/PE, 01 de outubro de 2025.

DANIELLY MONTEIRO DE MORAES BATISTA,
Gestora do Fundo Municipal de Educação.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:E09C46F6

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO CONTRATO

Contrato Nº 111/2025 FMS. Processo Nº 0029/2025. Dispensa Nº 0011/2025. Objeto Nat.: Aquisição. Objeto Desc.: Contratação de empresa para a aquisição de protetor solar destinado aos profissionais de saúde, especificamente Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), que atuam no Município de Bom Jardim-PE. Contratado(a): P. R. MEDICAMENTOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.256.963/0001-25. Valor Contratado R$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais) Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, Bom Jardim/PE, 26 de dezembro de 2025.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:47A049E1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2025 - FMS

Contrato Nº 106/2025 - FMS. Processo Licitatório Nº 0021/2025. Pregão Eletrônico Nº 0010/2025. Objeto Nat.: Aquisição Objeto Desc.: Registro de preços para a Aquisição de materiais médico-hospitalares diversos, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal, UPINHA de Umari, Unidades de Saúde da Família (USF) e demais setores de saúde do Município de Bom Jardim/PE, os quais serão utilizados no suporte assistencial aos pacientes em tratamento contínuo, em regime de urgência e emergência. Contratada: CIRURGICA SERRA MAR LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.908.034/0001-02. Valor Contratado: R$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais). Data da Assinatura 17/12/2025. Prazo de Vigência 12 (doze) meses. Bom Jardim/PE, 17 de dezembro de 2025.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM – PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2025 - FMS

Contrato Nº 107/2025 - FMS. Processo Licitatório Nº 0021/2025. Pregão Eletrônico Nº 0010/2025. Objeto Nat.: Aquisição. Objeto Desc.: Registro de preços para a Aquisição de materiais médico-hospitalares diversos, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal, UPINHA de Umari, Unidades de Saúde da Família (USF) e demais setores de saúde do Município de Bom Jardim/PE, os quais serão utilizados no suporte assistencial aos pacientes em tratamento contínuo, em regime de urgência e emergência. Contratada: N & J DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 58.181.756/0001-64. Valor Contratado: R$ 17.550,00 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais). Data da Assinatura 17/12/2025. Prazo de Vigência 12 (doze) meses. Bom Jardim/PE, 17 de dezembro de 2025.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM – PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2025 - FMS

Contrato Nº 108/2025 - FMS. Processo Licitatório Nº 0021/2025. Pregão Eletrônico Nº 0010/2025. Objeto Nat.: Aquisição. Objeto Desc.: Registro de preços para a Aquisição de materiais médico-hospitalares diversos, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal, UPINHA de Umari, Unidades de Saúde da Família (USF) e demais setores de saúde do Município de Bom Jardim/PE, os quais serão utilizados no suporte assistencial aos pacientes em tratamento contínuo, em regime de urgência e emergência. Contratada: ROCHA E GOES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 41.381.952/0001-80. Valor Contratado: R$ 847.035,82 (oitocentos e quarenta e sete mil, trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Data da Assinatura 17/12/2025. Prazo de Vigência 12 (doze) meses. Bom Jardim/PE, 17 de dezembro de 2025.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:5AEE7478

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO CONTRATO

Contrato Nº 204/2025 PM. Processo Licitatório Nº 0006/2025 Credenciamento Nº 0001/2025 - Objeto Nat.: Prestação de Serviço. Objeto Desc.: Credenciamento de pessoas físicas, pessoas jurídicas, artistas individuais, grupos culturais, grupos musicais e demais coletivos interessados em compor a programação das festividades, eventos, ações e projetos da Prefeitura Municipal de Bom Jardim/PE e de suas secretarias, previstos para o ano de 2025. Contratado(a) Pessoa Física: JOSELITO ANTONIO DA SILVA, portador do CPF nº 809.xxx.xxx-04. Representante da Atração: "Dody Show". Valor Contratado: R$ 1.000,00 (mil reais), referente a 01 apresentação.

Prazo de Vigência 90 (noventa) dias. Bom Jardim/PE, 22 de dezembro de 2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.
Prefeito.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:D881A361

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO CONTRATO

Contrato Nº 200/2025 PM. Processo Nº 118/2025. Inexigibilidade Nº 078/2025. Objeto Nat.: Serviço. Objeto Desc.: Contratação da banda PATUSCO para apresentação de show artístico a ser realizado no dia 18 de janeiro de 2026, durante o evento "Verão na Pedra", a ser realizado no Parque Municipal Pedra do Navio, no Município de Bom Jardim/PE. Contratado(a): FARIAS EVENTOS E PRODUCOES LTDA, inscrito(a) no CNPJ: 39.721.242/0001-00. Valor Contratado: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Prazo de Vigência: 90 (noventa) dias. Bom Jardim/PE, 19 de dezembro de 2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.
Prefeito.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:5804DECD

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO CONTRATO

Contrato Nº 201/2025 PM. Processo Nº 119/2025. Inexigibilidade Nº 079/2025. Objeto Nat.: Serviço. Objeto Desc.: Contratação da banda BRASAS DO FORRÓ para apresentação de show artístico a ser realizado no dia 10 de janeiro de 2026, em comemoração à 126ª Festa de São Sebastião no Distrito de Bizarra, Município de Bom Jardim-PE. Contratado(a): BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.657.268/0001-99. Valor Contratado: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Prazo de Vigência: 90 (noventa) dias. Bom Jardim/PE, 19 de dezembro de 2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.
Prefeito.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:93C99057

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2025 - PM

Contrato Nº 202/2025 PM. Processo Licitatório Nº 121/2025. Inexigibilidade Nº 081/2025. Objeto Nat.: Serviço. Objeto Desc.: Contratação da artista PRISCILA SENNA para apresentação de show artístico a ser realizado no dia 05 de janeiro de 2026, no Distrito de Umari, município de Bom Jardim/PE, como parte da programação das festividades em homenagem à Festa de Reis. Contratado(a): PRISCILA SENNA GRAVACOES E EDICOES MUSICAIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 34.284.509/0001-25. Valor Contratado: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) dias. Bom Jardim/PE, 22 de dezembro de 2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.
Prefeito.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:D528F930

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2025 - PM

Contrato Nº 203/2025 PM. Processo Nº 120/2025. Inexigibilidade Nº 080/2025. Objeto Nat.: Serviço. Objeto Desc.: Contratação do artista ED CARLOS para apresentação de show artístico a ser realizado no dia 11 de janeiro de 2026, durante o even**to "**Verão na Pedra", a ser **r**ealizado no Parque Municipal Pedra do Navio, no Município de Bom Jardim/PE. Contratado(a): EDILSON C. CASSEMIRO - ME, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.568.851/0001-14. Valor Contratado: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Prazo de Vigência: 90 (noventa) dias. Bom Jardim/PE, 23 de dezembro de 2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.
Prefeito.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:C2B42E87

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO

2º Termo Aditivo ao Contrato de nº 006/2025 – PM. Processo Licitatório Nº: 0075/2024; Concorrência nº 0011/2024. Objeto: Acréscimo financeiro ao contrato cujo objeto é a contratação de serviços comuns Requalificação do Prédio do Centro Educacional e Cultural Professora Marineide Braz do Bom Jardim/PE. Contratada: L. & R. SANTOS CONSTRUCOES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.408.234/0001-11. Valor Acrescido: R$ 75.286,41 (setenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos). Valor total do contrato atualizado R$ 1.423.430,93 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e três centavos). O percentual total acumulado é de 27,53% conforme 2º reprogramação. Fundamento art. 124, l, "b" e 125 da Lei Federal 14.133/2021. Bom Jardim/PE, 15 de dezembro de 2025.
JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO,
Prefeito.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:415ECDC7

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 00006/2025
CREDENCIAMENTO Nº 00001/2025
OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas, pessoas jurídicas, artistas individuais, grupos culturais, grupos musicais e demais coletivos interessados em compor a programação das festividades, eventos, ações e projetos da Prefeitura Municipal de Bom Jardim e de suas secretarias, previstos para o ano de 2025.
Conforme informações discriminadas abaixo, a Comissão Especial para organização, projeção e execução de ações visando a realização dos eventos em 2025, divulga o resultado dos credenciados na presente data:
CREDENCIADO: JOSENILDA JOSEFA ROCHA, portadora do CPF nº 068.082.194-51, nome artístico: NIL ROCHA, na categoria musical Item 01 do edital de credenciamento.
CREDENCIADO: KYÊDSON ANTONIO NASCIMENTO DE MATOS, portador do CPF nº 106.279.554-79, nome artístico: KYÊDSON MATOS, na categoria musical Item 02 do edital de credenciamento.
Bom Jardim, 29 de dezembro de 2025.

CÉLIO DE ANDRADE BORGES FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo, Cultura, Turismo e Lazer
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:19AB0234

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BREJÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n. 025/2025.
DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 010/2025.
.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.230.311/0001-63, com sede na Praça Melquíades Bernardes, Centro, Brejão/PE, neste ato representada legalmente por sua Gestora/Secretária, Sra. Luana Batista Martins de Barros, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº .*967*.-20, residente e domiciliada neste Município de Brejão/PE, o Prefeito e os Gestores do Municipio, no uso de suas atribuições legais, autorizam o Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 144/2025, a tornar público, para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO** do procedimento de **DISPENSA nº 010/2025.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO – **A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA AQUISIÇÃO DE 08 BAÚS COM 88 JOGOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ALFABETIZAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Em favor das Empresas: **R N S DE MORAIS GOMES-LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 14.949.342/0001-67,** com sede na Rua José de Souza Leite, 205, Indianópolis, Caruaru/PE, 55.024-515. com valor de **R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)**.
Esta licitação, na modalidade de DISPENSA, está amparada na Lei Federal, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores; nas Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nº 147, de 7 de agosto de 2014; em caso de Dispensa de Licitação, no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021; bem como nos Decretos Municipais nº 004, de 4 de janeiro de 2024, e nº 031, de 5 de dezembro de 2017, além da legislação pertinente, considerando eventuais alterações posteriores dessas normas.
Para a efetivação deste, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, respeitando o interesse público e com base no princípio da publicidade e demais normativos aplicáveis, será realizada a publicação do presente resultado no Portal da Transparência do Município, no Diário Oficial dos Municípios e em outros meios previstos na legislação vigente, a fim de que produza os efeitos legais cabíveis.

Departamento de Licitações e Contratos
Brejão/PE, 26 de dezembro de 2025.

JOSÉ ILDON TAVARES BEZERRA JÚNIOR
Agente de Contratação
Port. n° 144/2025

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:8C58184D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.230.311/0001-63, com sede na Praça Melquíades Bernardes, Centro, Brejão/PE, neste ato representada legalmente por sua Gestora/Secretária, Sra. Luana Batista Martins de Barros, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº .*967*.-20, residente e domiciliada neste Município de Brejão/PE.

CONTRATADO:
EMPRESA – **R N S DE MORAIS GOMES-LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 14.949.342/0001-67,** com sede na Rua José de Souza Leite, 205, Indianópolis, Caruaru/PE, 55.024-515, com valor de **R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)**.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO – **A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA AQUISIÇÃO DE 08 BAÚS COM 88 JOGOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ALFABETIZAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de dezembro de 2025.

VIGÊNCIA: 01 (um) mês.
REF: DISPENSA n° 010/2025
Processo n° 025/2025
Contrato FME n° 057/2025

Departamento de Licitações e Contratos
Brejão/PE, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ ILDON TAVARES BEZERRA JÚNIOR
Agente de Contratação
Port. n° 144/2025

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:C992791B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n. 025/2025.
DISPENSA DE LICITAÇÃP n. 0010/2025.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO – **A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA AQUISIÇÃO DE 08 BAÚS COM 88 JOGOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ALFABETIZAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.230.311/0001-63, com sede na Praça Melquíades Bernardes, Centro, Brejão/PE, neste ato representada legalmente por sua Gestora/Secretária, Sra. Luana Batista Martins de Barros, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº .*967*.-20, residente e domiciliada neste Município de Brejão/PE, **ADJUDICA** o objeto acima em favor da empresa: **Fornecedor/Prestador Serviço**: a Empresa: **R N S DE MORAIS GOMES-LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 14.949.342/0001-67,** com sede na Rua José de Souza Leite, 205, Indianópolis, Caruaru/PE, 55.024-515, com valor de **R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)**.
A **HOMOLOGAÇÃO** da presente Dispensa é realizada nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, tendo em vista a manifestação do Agente de Contratação e os Pareceres da Procuradoria Juridica e da Controladoria Geral do Municipio que, na verifcação de conformidade aos documentos apresentados pelo(a) Contratado(a), constatou o atendimento de todas as condições previstas.
As Contratadas ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.
Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente Processo de Licitação **ADJUDICADO e HOMOLOGADO** para que produza os efeitos legais e jurídicos.
Publique-se, arquive-se e junte-se aos autos.
Brejão/PE, 26 de dezembro de 2025.

LUANA BATISTA MARTINS DE BARROS
Secretária/Gestora Municipal de Educação
005/2025

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:162A285F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO e **RATIFICO** com base na Lei Federal nº 14.133, de 2021, em conformidade com os pareceres da Procuradoria e da Controladoria Geral do Município, considerando que o processo encontra-se regularmente instruído na forma da Lei de Licitações e Contratos, **Processo Licitatório nº 025/2025 – DISPENSA nº 010/2025**.
Fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; nas Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nº 147, de 7 de agosto de 2014; no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 para os casos de Dispensa de Licitação; bem como nos Decretos Municipais nº 004, de 4 de janeiro de 2024, e nº 031, de 5 de dezembro de 2017, e demais legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das normas supracitadas.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO – **A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA AQUISIÇÃO DE 08 BAÚS COM 88 JOGOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ALFABETIZAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Em favor das Empresas: **R N S DE MORAIS GOMES-LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 14.949.342/0001-67,** com sede na Rua José de Souza Leite, 205, Indianópolis, Caruaru/PE, 55.024-515, com valor de **R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)**.
DETERMINO a publicação da presente Ratificação nos Átrios da Prefeitura e no Diário Oficial, e **RATIFICO** a decisão no referido certame, para que produza os efeitos legais.
Em consequência, fica convocada a proponente para a assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores.
Brejão/PE, 26 de dezembro de 2025.

LUANA BATISTA MARTINS DE BARROS
Secretária/Gestora Municipal de Educação
005/2025

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:D52E03F1

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA DO EXECUTIVO Nº 682/2025, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI ORDINÁRIA DO EXECUTIVO Nº 682/2025, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

AUTORIZA O REMANEJAMENTO, A TRANSPOSIÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DE FONTES DE RECURSOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BREJINHO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas legais atribuições, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a efetuar o remanejamento, transposição e transferência de dotações por anulação de dotação de um órgão para outro, de uma categoria de programação para outra, de uma fonte de recurso para outro, e ainda de uma categoria econômica para outra no valor de R$ **40.000,00** (quarenta mil reais) de suplementação por anulação de dotação sobre o mesmo valor dentro do orçamento do exercício de 2025, de acordo com o Inciso VI, Art. 167, da Constituição Federal e artigo 66 da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, entende-se como:
Remanejamento: movimentação de dotações de um órgão para outro decorrente de reformas administrativas, alteração na estrutura organizacional, bem como necessidades orçamentárias do órgão;
Transposição: autorização para transferências de saldo de dotações orçamentárias, de categorias econômicas diferentes bem como de programas deferentes;
Transferências: autorizações para suplementações orçamentárias dentro da mesma categoria econômica, grupo de natureza da despesa, ou elemento econômico (desdobramento).

Art. 3º - A autorização contida no caput do Art. 1º desta Lei permitirá que o Prefeito Municipal, respeitadas as demais normas constitucionais, possa efetuar:

Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias com a finalidade de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, utilizando como fonte de recursos o previsto no inciso III, do § 1º. do Art. 43 da Lei nº 4.320/64, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos reestruturados;
Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias em caso de movimentação de pessoal de uma unidade orçamentária para outra;
Transposição de recursos de uma unidade orçamentária para outra, ou de uma categoria de programação para outra.

Art. 4º. Os valores que constam nesta Lei, segue em anexo único, para devida apreciação.

Art. 5º. Está Lei retroage ao dia 1º de dezembro de 2025 e entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brejinho – PE, 29 de dezembro de 2025.

GILSOMAR BENTO DA COSTA
Prefeito Constitucional

ANEXO I

SUPLEMENTAÇÃO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01 031 0001 2002 MANUTENCÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA
3.1.9.13 00 OBRIGAÇÕES PATRONAL 15.000,00
3.3.90.30 00 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
3.3.90.39 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15.000,00

ANULAÇÃO

02.06 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
1025 CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NO SISTEMA VIÁRIO DE BREJINHO
4.4.90.51 00 OBRAS E INSTALAÇÕES 40.000,00

Publicado por:
Jacimone Delfino de Sousa
Código Identificador:4AB5DF8E

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA DO EXECUTIVO Nº 683/2025, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI ORDINÁRIA DO EXECUTIVO Nº 683/2025, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

AUTORIZA O REMANEJAMENTO, A TRANSPOSIÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DE FONTES DE RECURSOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE 633.087,58 0 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BREJINHO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas legais atribuições, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a efetuar o remanejamento, transposição e transferência de dotações por anulação de dotação de um órgão para outro, de uma categoria de programação para outra, de uma fonte de recurso para outro, e ainda de uma categoria econômica para outra no valor de R$ **633.087,58** (seiscentos e trinta e três mil, oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) de suplementação por anulação de dotação sobre o mesmo valor dentro do orçamento do exercício de 2025, de acordo com o Inciso VI, Art. 167, da Constituição Federal e artigo 66 da Lei 4.320/64.
Art. 2º. Para os fins desta Lei, entende-se como:
Remanejamento: movimentação de dotações de um órgão para outro decorrente de reformas administrativas, alteração na estrutura organizacional, bem como necessidades orçamentárias do órgão;
Transposição: autorização para transferências de saldo de dotações orçamentárias, de categorias econômicas diferentes bem como de programas deferentes;
Transferências: autorizações para suplementações orçamentárias dentro da mesma categoria econômica, grupo de natureza da despesa, ou elemento econômico (desdobramento).
Art. 3º - A autorização contida no caput do Art. 1º desta Lei permitirá que o Prefeito Municipal, respeitadas as demais normas constitucionais, possa efetuar:
Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias com a finalidade de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, utilizando como fonte de recursos o previsto no inciso III, do § 1º. do Art. 43 da Lei nº 4.320/64, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos reestruturados;

Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias em caso de movimentação de pessoal de uma unidade orçamentária para outra;

Transposição de recursos de uma unidade orçamentária para outra, ou de uma categoria de programação para outra.
Art. 4º. Os valores que constam nesta Lei, segue em anexo único, para devida apreciação.
Art. 5º. Está Lei retroage ao dia 1º de dezembro de 2025 e entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brejinho – PE, 29 de dezembro de 2025.

GILSOMAR BENTO DA COSTA
Prefeito Constitucional

ANEXO I
SUPLEMENTAÇÃO
02.12 FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE BREJINHO - FUNPREBRE

2083 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS
3.1.90.01 APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITAR R$ 567.211,70

3.1.90.03 00 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR R$ 45.175,88

2084 MANUTENÇÃO DAS ATIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

3.1.90.11 00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$ 7.200,00

3.1.90.13 00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 2.500,00

3.3.90.35 0 SERVIÇOS DE CONSULTORIA R$ 6.000,00

3.3.90.39 0 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 5.000,00

TOTAL GERAL: R$ 633.087,58

ANULAÇÃO
02.06 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

1025 CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NO SISTEMA VIÁRIO DE BREJINHO

4.4.90.51 00 OBRAS E INSTALAÇÕES 633.087,58

Publicado por:
Jacimone Delfino de Sousa
Código Identificador:55132065

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ATO/PORTARIA BUENOSPREV Nº 0021/2025

Súmula: Dispõe sobre a concessão do benefício de: Pensão por Morte - Art. 21, Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 001/2022 [Segurado Aposentado]

O Exmo. Diretor Presidente do Fundo Previdenciário do Município de Buenos Aires-PE - BUENOSPREV, Estado de Pernambuco, conjuntamente com a Diretora Adiminstrativo Financeiro, no uso pleno de suas atribuições legais determinadas pelo Artigo 76, inciso IX e Artigo 77, inciso V da Lei Municipal n.º 638, de 24 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício PENSÃO POR MORTE, em decorrência do falecimento em 02/12/2025 do (a) segurado (a) Inativo (a) ANTONIO BERNADO DE MOURA, portador(a) do RG 2491166, SSP/PE, CPF 353.333.084-20, Inativo, no cargo de PEDREIRO, Matrícula Funcional 10140, nos termos do Artigo 40, § 7º da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/19 c/c Artigo 8º, inciso I e § 6°, Art. 21, Inciso I e Art. 22, Art. 23, Art. 25, inciso I, Art. 27, inciso V, alínea c), item 6, Art. 28, Art. 29, Art. 30 e Art. 31 da Lei Municipal Complementar nº 001 de 24 de fevereiro de 2022, conforme Processo Administrativo do Fundo Previdenciário do Município de Buenos Aires-PE - BUENOSPREV, número 019/2025, ao(s) seguinte(s) beneficiário(s):

I - MARIA DA CONCEICAO DA SILVA, companheiro(a), portador(a) do RG nº 6154744 - SDS/PE e do CPF nº 013.762.704-12, nascido(a) em 08 de Dezembro de 1961, com duração vitalícia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/12/2025, nos termos do Art. 25, inciso I, da Lei Municipal Complementar nº 001 de 24 de fevereiro de 2022 revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Buenos Aires/PE, em 09 de Dezembro de 2025.

MARIA CLÁUDIA DE SANTANA
Diretor (a) Administrativo Financeiro

GILDO MARIANO DA SILVA
Diretor Presidente
BUENOSPREV

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:3DF68DF5

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA BUENOSPREV Nº 0022/2025

Dispõe sobre a concessao do beneficio previdenciário de Aposentadoria Voluntária - Art. 50, da Lei Municipal Complementar nº 001/2022 - Pedágio [Integral], em favor do(a) servidor(a) JOSUE BARATA DE MORAES.

O Exmo. Diretor Presidente do Fundo Previdenciário do Município de Buenos Aires-PE - BUENOSPREV, Estado de Pernambuco, conjuntamente com a Diretora Adiminstrativo Financeiro, no uso pleno de suas atribuições legais determinadas pelo Artigo 76, inciso IX e Artigo 77, inciso V da Lei Municipal n.º 638, de 24 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária - Art. 50, da Lei Municipal Complementar nº 001/2022 - Pedágio [Integral] a(o) servidor(a) JOSUE BARATA DE MORAES, portador(a) do RG 3070355, SDS/PE, CPF 517.541.774-68, Efetivo, no cargo de PEDREIRO, Nível CE.1, referência 40 horas semanais, registrado sob a Matrícula Funcional n.º 10283, lotado(a) no(a) SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO, nos termos do Artigo 50, Incisos I, II, III, IV e § 2º, Inciso I, da Lei Municipal Complementar nº 001 de 24 de fevereiro de 2022, conforme os documentos do Processo BUENOSPREV - Fundo Previdenciário do Município de Buenos Aires-PE, registrado sob o número 018/2025, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - O Benefício de Aposentadoria Voluntária - Art. 50, da Lei Municipal Complementar nº 001/2022 - Pedágio [Integral] será com proventos integrais e paridade, por se tratar de segurado(a) que ingressou em 01/08/1987, portanto antes da EC 41/2003 e por ter declarado expressamente não ter feito a opção de que trata o § 16 do Artigo 40 da Constituição Federal;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Buenos Aires / PE, em 02 de Dezembro de 2025.

MARIA CLÁUDIA DE SANTANA
Diretor (a) Administrativo Financeiro

GILDO MARIANO DA SILVA
Diretor Presidente
BUENOSPREV

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:631C09E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 45/2025

EMENTA: Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação para atender ao Interesse Público a área correspondente ao ponto P01, de coordenadas N 9.142.274,76m e E 237.145,82m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA REMANESCENTE DO ENGENHO TAMATAUPE DE FLORES, com azimute de 154°46'00,77" por uma distância de 4,09m, até o ponto P02, de coordenadas N 9.142.271,06m e E 237.147,56m ; deste segue com azimute de 148°31'26,69" por uma distância de 6,50m, até o ponto P03, de coordenadas N 9.142.265,51m e E 237.150,96m ; deste segue com azimute de 139°35'20,45" por uma distância de 11,56m, até o ponto P04, de coordenadas N 9.142.256,71m e E 237.158,45m ; deste segue com azimute de 131°07'20,04" por uma distância de 10,83m, até o ponto P05, de coordenadas N 9.142.249,59m e E 237.166,61m ; deste segue com azimute de 128°20'58,46" por uma distância de 10,58m, até o ponto P06, de coordenadas N 9.142.243,02m e E 237.174,91m ; deste segue com azimute de 111°59'43,90" por uma distância de 10,07m, até o ponto P07, de coordenadas N 9.142.239,25m e E 237.184,24m ; deste segue com azimute de 115°52'13,43" por uma distância de 33,71m, até o ponto P08, de coordenadas N 9.142.224,54m e E 237.214,58m ; deste segue com azimute de 226°35'31,41" por uma distância de 5,04m, até o ponto P09, de coordenadas N 9.142.221,08m e E 237.210,92m ; deste segue com azimute de 224°48'39,76" por uma distância de 7,72m, até o ponto P10, de coordenadas N 9.142.215,60m e E 237.205,48m ; deste segue com azimute de 227°04'51,77" por uma distância de 8,24m, até o ponto P11, de coordenadas N 9.142.210,00m e E 237.199,45m ; deste segue com azimute de 224°14'18,55" por uma distância de 52,57m, até o ponto P12, de coordenadas N 9.142.172,34m e E 237.162,77m ; deste segue com azimute de 281°53'19,17" por uma distância de 19,92m, até o ponto P13, de coordenadas N 9.142.176,44m e E 237.143,28m ; deste segue com azimute de 305°56'46,71" por uma distância de 19,90m, até o ponto P14, de coordenadas N 9.142.188,12m e E 237.127,17m ; deste segue com azimute de 226°40'42,28" por uma distância de 15,95m, até o ponto P15, de coordenadas N 9.142.177,18m e E 237.115,56m ; deste segue com azimute de 223°28'40,40" por uma distância de 27,60m, até o ponto P16, de coordenadas N 9.142.157,15m e E 237.096,58m ; deste segue com azimute de 228°05'12,34" por uma distância de 11,69m, até o ponto P17, de coordenadas N 9.142.149,35m e E 237.087,88m ; deste segue com azimute de 266°33'22,00" por uma distância de 11,82m, até o ponto P18, de coordenadas N 9.142.148,64m e E 237.076,08m ; deste segue com azimute de 299°52'11,28" por uma distância de 13,48m, até o ponto P19, de coordenadas N 9.142.155,35m e E 237.064,39m ; deste segue com azimute de 306°37'14,43" por uma distância de 49,47m, até o ponto P20, de coordenadas N 9.142.184,86m e E 237.024,68m ; deste segue com azimute de 314°41'11,19" por uma distância de 15,99m, até o ponto P21, de coordenadas N 9.142.196,11m e E 237.013,31m ; deste segue com azimute de 47°16'38,60" por uma distância de 64,26m, até o ponto P22, de coordenadas N 9.142.239,70m e E 237.060,52m ; deste segue com azimute de 46°05'04,16" por uma distância de 49,70m, até o ponto P23, de coordenadas N 9.142.274,17m e E 237.096,32m ; deste segue com azimute de 134°18'59,47" por uma distância de 35,00m, até o ponto P24, de coordenadas N 9.142.249,72m e E 237.121,36m ; deste segue com azimute de 44°18'59,47" por uma distância de 35,00m, até o ponto P01, onde teve inicio essa descrição, com a finalidade de construção no local de uma ESCOLA, uma CRESCHE e uma UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS, nas proximidades do Distrito de Lagoa do Outeiro, na Cidade de Buenos Aires, para atender a necessidade de prestação de serviços públicos de na área de educação e saúde à População do Município de Buenos Aires e dá outras providências, nos termos **do art.5º, alínea "m" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM FUNDAMENTO DECRETO-LEI N° LEI 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941;

Considerando *que Conforme a lei de desapropriação* ***(LEI 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941)****, o procedimento expropriatório é conduzido exclusivamente pelo Poder Executivo com duas possíveis exceções, apenas,* ***nos casos de a desapropriação de bens de outro ente federado e a possibilidade de o Poder Legislativo tomar a iniciativa da desapropriação, caso em que cabe ao Executivo praticar os atos necessários a sua efetivação, conforme decido pelo***

***Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI- nº 969*)**,*

***Considerando** que a **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)** tem efeitos vinculantes, retroativos e podem ser modulados, e, ainda, o seu efeito vinculante atinge toda administração pública, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e Poder Executivo das três esferas de governo;*

***Considerando** que o Município enquanto ente federativo tem competência para promover a desapropriação de bens particulares para atender o interesse público;*

Considerando a necessidade de reedição do Decreto Municipal nº 45/2025, haja vista que os artigos 4º e 5º contém imagem de croqui da localização das subáreas despropriadas para construção de uma Escola, uma Cresche e uma Unidade Básica de Saúde-UBS, e tais imagens não conseguem ser publicadas pelo diário oficial dos municípios, conforme fora a informado pelo diário da AMUPE.

DECRETA:

ART.1º- Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, **a área correspondente ao ponto P01, de coordenadas N 9.142.274,76m e E 237.145,82m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA REMANESCENTE DO ENGENHO TAMATAUPE DE FLORES, com azimute de 154°46'00,77" por uma distância de 4,09m, até o ponto P02, de coordenadas N 9.142.271,06m e E 237.147,56m ; deste segue com azimute de 148°31'26,69" por uma distância de 6,50m, até o ponto P03, de coordenadas N 9.142.265,51m e E 237.150,96m ; deste segue com azimute de 139°35'20,45" por uma distância de 11,56m, até o ponto P04, de coordenadas N 9.142.256,71m e E 237.158,45m ; deste segue com azimute de 131°07'20,04" por uma distância de 10,83m, até o ponto P05, de coordenadas N 9.142.249,59m e E 237.166,61m ; deste segue com azimute de 128°20'58,46" por uma distância de 10,58m, até o ponto P06, de coordenadas N 9.142.243,02m e E 237.174,91m ; deste segue com azimute de 111°59'43,90" por uma distância de 10,07m, até o ponto P07, de coordenadas N 9.142.239,25m e E 237.184,24m ; deste segue com azimute de 115°52'13,43" por uma distância de 33,71m, até o ponto P08, de coordenadas N 9.142.224,54m e E 237.214,58m ; deste segue com azimute de 226°35'31,41" por uma distância de 5,04m, até o ponto P09, de coordenadas N 9.142.221,08m e E 237.210,92m ; deste segue com azimute de 224°48'39,76" por uma distância de 7,72m, até o ponto P10, de coordenadas N 9.142.215,60m e E 237.205,48m ; deste segue com azimute de 227°04'51,77" por uma distância de 8,24m, até o ponto P11, de coordenadas N 9.142.210,00m e E 237.199,45m ; deste segue com azimute de 224°14'18,55" por uma distância de 52,57m, até o ponto P12, de coordenadas N 9.142.172,34m e E 237.162,77m ; deste segue com azimute de 281°53'19,17" por uma distância de 19,92m, até o ponto P13, de coordenadas N 9.142.176,44m e E 237.143,28m ; deste segue com azimute de 305°56'46,71" por uma distância de 19,90m, até o ponto P14, de coordenadas N 9.142.188,12m e E 237.127,17m ; deste segue com azimute de 226°40'42,28" por uma distância de 15,95m, até o ponto P15, de coordenadas N 9.142.177,18m e E 237.115,56m ; deste segue com azimute de 223°28'40,40" por uma distância de 27,60m, até o ponto P16, de coordenadas N 9.142.157,15m e E 237.096,58m ; deste segue com azimute de 228°05'12,34" por uma distância de 11,69m, até o ponto P17, de coordenadas N 9.142.149,35m e E 237.087,88m ; deste segue com azimute de 266°33'22,00" por uma distância de 11,82m, até o ponto P18, de coordenadas N 9.142.148,64m e E 237.076,08m ; deste segue com azimute de 299°52'11,28" por uma distância de 13,48m, até o ponto P19, de coordenadas N 9.142.155,35m e E 237.064,39m ; deste segue com azimute de 306°37'14,43" por uma distância de 49,47m, até o ponto P20, de coordenadas N 9.142.184,86m e E 237.024,68m ; deste segue com azimute de 314°41'11,19" por uma distância de 15,99m, até o ponto P21, de coordenadas N 9.142.196,11m e E 237.013,31m ; deste segue com azimute de 47°16'38,60" por uma distância de 64,26m, até o ponto P22, de coordenadas N 9.142.239,70m e E 237.060,52m ; deste segue com azimute de 46°05'04,16" por uma distância de 49,70m, até o ponto P23, de coordenadas N 9.142.274,17m e E 237.096,32m ; deste segue com azimute de 134°18'59,47" por uma distância de 35,00m, até o ponto P24, de coordenadas N 9.142.249,72m e E 237.121,36m ; deste segue com azimute de 44°18'59,47" por uma distância de 35,00m, até o ponto P01, onde teve inicio essa descrição, com a finalidade de construção no local de uma ESCOLA, uma CRESCHE e uma UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS, nas proximidades do Distrito de Lagoa do Outeiro, na Cidade de Buenos Aires, para atender as necessidade de prestação de serviços públicos de educação e saúde à população do Município de Buenos Aires e dá outras providências,** nos termos **do art.5º, alínea "m" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.**

ART.2º- Fica desapropriado em decorrência da declaração de utilidade pública prevista no **artigo 1º deste decreto**, nos termos da **alínea I), §1º do art.5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**, a **área correspondente ao ponto P01, de coordenadas N 9.142.274,76m e E 237.145,82m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA REMANESCENTE DO ENGENHO TAMATAUPE DE FLORES, com azimute de 154°46'00,77" por uma distância de 4,09m, até o ponto P02, de coordenadas N 9.142.271,06m e E 237.147,56m ; deste segue com azimute de 148°31'26,69" por uma distância de 6,50m, até o ponto P03, de coordenadas N 9.142.265,51m e E 237.150,96m ; deste segue com azimute de 139°35'20,45" por uma distância de 11,56m, até o ponto P04, de coordenadas N 9.142.256,71m e E 237.158,45m ; deste segue com azimute de 131°07'20,04" por uma distância de 10,83m, até o ponto P05, de coordenadas N 9.142.249,59m e E 237.166,61m ; deste segue com azimute de 128°20'58,46" por uma distância de 10,58m, até o ponto P06, de coordenadas N 9.142.243,02m e E 237.174,91m ; deste segue com azimute de 111°59'43,90" por uma distância de 10,07m, até o ponto P07, de coordenadas N 9.142.239,25m e E 237.184,24m ; deste segue com azimute de 115°52'13,43" por uma distância de 33,71m, até o ponto P08, de coordenadas N 9.142.224,54m e E 237.214,58m ; deste segue com azimute de 226°35'31,41" por uma distância de 5,04m, até o ponto P09, de coordenadas N 9.142.221,08m e E 237.210,92m ; deste segue com azimute de 224°48'39,76" por uma distância de 7,72m, até o ponto P10, de coordenadas N 9.142.215,60m e E 237.205,48m ; deste segue com azimute de 227°04'51,77" por uma distância de 8,24m, até o ponto P11, de coordenadas N 9.142.210,00m e E 237.199,45m ; deste segue com azimute de 224°14'18,55" por uma distância de 52,57m, até o ponto P12, de coordenadas N 9.142.172,34m e E 237.162,77m ; deste segue com azimute de 281°53'19,17" por uma distância de 19,92m, até o ponto P13, de coordenadas N 9.142.176,44m e E 237.143,28m ; deste segue com azimute de 305°56'46,71" por uma distância de 19,90m, até o ponto P14, de coordenadas N 9.142.188,12m e E 237.127,17m ; deste segue com azimute de 226°40'42,28" por uma distância de 15,95m, até o ponto P15, de coordenadas N 9.142.177,18m e E 237.115,56m ; deste segue com azimute de 223°28'40,40" por uma distância de 27,60m, até o ponto P16, de coordenadas N 9.142.157,15m e E 237.096,58m ; deste segue com azimute de 228°05'12,34" por uma distância de 11,69m, até o ponto P17, de coordenadas N 9.142.149,35m e E 237.087,88m ; deste segue com azimute de 266°33'22,00" por uma distância de 11,82m, até o ponto P18, de coordenadas N 9.142.148,64m e E 237.076,08m ; deste segue com azimute de 299°52'11,28" por uma distância de 13,48m, até o ponto P19, de coordenadas N 9.142.155,35m e E 237.064,39m ; deste segue com azimute de 306°37'14,43" por uma distância de 49,47m, até o ponto P20, de coordenadas N 9.142.184,86m e E 237.024,68m ; deste segue com azimute de 314°41'11,19" por uma distância de 15,99m, até o ponto P21, de coordenadas N 9.142.196,11m e E 237.013,31m ; deste segue com azimute de 47°16'38,60" por uma distância de 64,26m, até o ponto P22, de coordenadas N 9.142.239,70m e E 237.060,52m ; deste segue com azimute de 46°05'04,16" por uma distância de 49,70m, até o ponto P23, de coordenadas N 9.142.274,17m e E 237.096,32m ; deste segue com azimute de 134°18'59,47" por uma distância de 35,00m, até o ponto P24, de coordenadas N 9.142.249,72m e E 237.121,36m ; deste segue com azimute de 44°18'59,47" por uma distância de 35,00m, até o ponto P01, onde teve inicio essa descrição, com a finalidade de construção no local de uma ESCOLA, uma**

CRESCHE e uma UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS, nas proximidades do Distrito de Lagoa do Outeiro, na Cidade de Buenos Aires, para atender a necessidade de prestação de serviços públicos de educação e saúde à População do Município de Buenos Aires e dá outras providências, nos termos **do art.5º, alínea "m" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.**

ART.3º- Na área total desapropriada, constante do art.2º desde decreto expropriatório, será construída uma ESCOLA, uma CRESCHE e uma UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS, devendo a avaliação a ser realizada por perito qualificado que deverá especificar o valor total da área desapropriada, assim como o valor individual ou separado de cada área que receberá os equipamentos públicos da educação e da saúde.

ART.4°- A subárea de construção da Escola e da Creche tem uma área de 1.3481.11m2 que corresponde a 1.3481 há.

ART.5°- A subárea de construção da Unidade Básica de Saúde-UBS tem uma área de 1475,32m2 que corresponde a 0,1475 há.

ART.6º-A presente desapropriação se dará na via judicial ou administrativa, haja vista a necessidade do Município de iniciar as obras nas áreas de educação e saúde, no local objeto da presente desapropriação.
§único- Os recursos utilizados para a presente desapropriação serão oriundos das áreas de educação e sáude, respectivamente, de acordo com a natureza de cada equipamento público a ser construído no local desapropriado.

ART.7º-A administração municipal poderá ingressar na área expropriada para o seu reconhecimento topográfico, a qual encontra-se aberta ao longo dos anos, sem muros, cercas, portões ou porteiras.

§único- Fica declarada urgência na presente desapropriação, devendo ser requerido na via judicial a tutela de urgência ou medida similar para imissão na posse do bem expropriado, haja vista a necessidade de início das obras públicas, caso a desapropriação nao se der na via administrativa.

ART.8º- A administração municipal realizará Laudo de Avaliação por meio de profissional habilitado, especializado e capacitado, e, adotará as providências para o depósito judicial do valor da avaliação do bem expropriado, em caso de a desapropriação ser na via judicial.

ART.9º- Em ocorrendo a desapropriação na via amigável ou administrativa será lavrado **Termo de Desapropriação Administrativa e procedido à transferência da área expropriada no Cartório de Registro de Imóveis para o nome do Município de Buenos Aires/PE.**

ART.10º- Em caso de a desapropriação não se efetivar na via amigável, deverá a Secretaria de Administração adotar as medidas necessárias para o ajuizamento da competente ação de desapropriação na via judicial.

ART.11- O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART.12- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Buenos Aires/PE, em 29 de Dezembro de 2025.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Prefeito de Buenos Aires

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:94DCD474

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BUÍQUE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 236/2025. **PREGÃO ELETRÔNICO N.º** 071/2025. **REGISTRO DE PREÇOS** Nº 058/2025. - **Objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FURGÃO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA, TIPO A, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Valor Máximo: R$ 3.253.075,84** (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)**. - (Global)**. A Sessão acontecerá através do site: www.bnc.org.br. Recebimento das propostas até: **15/01/2026 às 07h** (horário oficial de Brasília). Início da sessão de disputa de preços: **15/01/2026 às 09:30h** (horário oficial de Brasília). O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico acima, ou através do e-mail: cpl.buique@gmail.com. Buíque.

Buíque, 29 de dezembro de 2025.

MICHELLE CAROLYNNE HOLANDA MONTEIRO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Isabela Oliveira de Macedo
Código Identificador:2C8AC7DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUÍQUE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N.º 208/2025. **Concorrência Eletrônica N.º** 006/2025. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE BUIQUE/PE. CONVENIO CAIXA ECONOMICA N°1079571/02. **Valor Máximo: R$ 418.376,61** (Quatrocentos e dezoito mil trezentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavo) - **(Global)**. A Sessão acontecerá através do site: www.bnc.org.br. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir do dia 30/10/2025 até às 07:00 horas do dia 15/01/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 09:00 horas do dia 15/01/2026**. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10:00 horas do dia 15/01/2026. O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico acima.

Buíque, 29 de dezembro de 2025.

JOSE VALDEMIR FERREIRA
Secretária Municipal de Obras Viação e Serviços Públicos

Publicado por:
Isabela Oliveira de Macedo
Código Identificador:89F0D127

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUÍQUE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2025 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** 070/2025 **REGISTRO DE PREÇOS Nº** 057/2025 - **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DESTINADO A ATENDER AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE BUÍQUE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, **DATA DE ASSINATURA:** 23/12/2025. **EMPRESA:** JARBAS P. FREIRE JUNIOR, CNPJ: 01.936.185/0001-03. **PREÇOS REGISTRADOS:** R$ 341.220,00.

Buíque, 29 de dezembro de 2025.

DALVANIRA OLIVEIRA DE ARAÚJO LIMA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Isabela Oliveira de Macedo
Código Identificador:CB0FF51A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICIPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 1148/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.

R E S O L V E:

EXONERAR: Antônio Luiz da Silva, ao cargo, Coordenador – CC3, a partir de 15 de dezembro de 2025, com lotação, Secretaria Executiva de Agricutura, Símbolo CC3.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 15 de dezembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Thiago Jorge Alves de Oliveira
Código Identificador:89B39B1F

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 1149/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.

R E S O L V E:

EXONERAR: Gizeli Natalia da Silva Almeida, ao cargo, Chefe de Setor I – CC4, a partir de 30 de novembro de 2025, com lotação, Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo CC4.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 30 de novembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Thiago Jorge Alves de Oliveira
Código Identificador:7E9170A5

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 1150/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.

R E S O L V E:

NOMEAR: Jonas Rufino da Silva, ao cargo, Chefe de Setor I – CC4, a partir de 15 de dezembro de 2025, com lotação, Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo CC4.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 15 de dezembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Thiago Jorge Alves de Oliveira
Código Identificador:34BA7308

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0384/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.071 – SMS de 05/11/2025, Processo nº 40.714 – SMS de 22/10/2025, C.I nº 735/2025 – SEARH de 25/09/2025, Processo nº 40.714 – SEARH de 24/09/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.714 – SEARH/COLEG de 25/09/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **ADRIANA SOARES SANTOS E SILVA mat**. **30.498,** no cargo de **TEC EM ENFERMAGEM DIARISTA,** por **01 (um) mês,** referente ao 3º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:A9777360

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0385/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.071 – SMS de 05/11/2025, Processo nº 39.817 – SMS de 23/10/2025, Processo nº 39.817 – SEARH de 23/07/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 39.817 – SEARH/COLEG de 25/08/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. **HUGO FRANCISCO VIANA mat**. **31.193,** no cargo de **AUX DE FAMÁCIA,** por **01 (um) mês,** referente ao 1º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:A14533ED

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0386/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.071 – SMS de 05/11/2025, Processo nº 40.233 – SMS de 24/10/2025, Processo nº 40.233 – SEARH de 15/08/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.233 – SEARH/COLEG de 25/09/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. **MAURO AUGUSTO DOS SANTOS ARAUJO mat**. **33.021,** no cargo de **MÉDICO PEDIATRA DIARISTA,** por **01 (um) mês,** referente ao 1º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:41ABAAE1

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0387/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.071 – SMS de 05/11/2025, Processo nº 39.558 – SMS de s.d, Processo nº 39.558 – SEARH de 16/07/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 39.558 – SEARH/COLEG de 08/09/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. **VITAL JOSE DE SOUZA FILHO mat**. **31.426,** no cargo de **ENFERMEIRO DIARISTA,** por **01 (um) mês,** referente ao restante do 1º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
.
Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:3016DB44

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0388/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 991 – SMS de 21/10/2025, Processo nº 39.520 – SMS de 13/10/2025, Processo nº 39.520 – SEARH de 15/07/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 39.520 – SEARH/COLEG de 29/08/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **ABINOA ALVES DE SANTANA mat**. **12.128,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **02 (dois) meses,** referentes ao 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:AEAD3F3F

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0389/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 991 – SMS de 21/10/2025, Processo nº 40.019 – SMS de 16/10/2025, Processo nº 40.019 – SEARH de 04/08/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.019 – SEARH/COLEG de 29/09/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **KALINE ANDREZA DE OLIVEIRA mat**. **33.276,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **01 (um) mês,** referente ao restante do 1º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:30654FB4

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0390/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 991 – SMS de 21/10/2025, Processo nº 31.856 – SMS de 17/10/2025, Processo nº 31.856 – SEARH de 18/03/2024, Processo nº 36.883 – SEARH de 06/01/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 36.883 – SEARH/COLEG de 24/07/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **KATIA CILENE DA SILVA mat**. **9350,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **02 (dois) meses,** referentes ao restante do 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:7972419E

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0391/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 991 – SMS de 21/10/2025, Processo nº 40.118 – SMS de 16/10/2025, Processo nº 40.118 – SEARH de 08/08/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.118 – SEARH/COLEG de 24/09/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **ILDA LUCIA DA PENHA mat**. **6526,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **02 (dois) meses,** referentes ao restante do 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, sendo 01 mês a partir de 01/01/2026 e 01 mês a partir de 01/03/2026, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro e 01 de março de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:DCCECDC7

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0392/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.012 – SMS de 24/10/2025, Processo nº 32.726 – SMS de 14/10/2025, Processo nº 32.726 – SEARH de 24/04/2024, Folha de Despacho Protocolo nº 32.726 – SEARH/COLEG de 29/07/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **LUCIANA MARIA DE SOUZA mat**. **6564,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **02 (dois) meses,** referentes ao 3º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de

16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:13D60048

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0393/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.012 – SMS de 24/10/2025, Processo nº 39.660 – SMS de 22/10/2025, Processo nº 39.660 – SEARH de 18/07/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 39.660 – SEARH/COLEG de 11/09/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MARIA PEREIRA BARBOSA mat**. **6602,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **02 (dois) meses,** referentes ao restante do 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:678ACF94

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0394/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.012 – SMS de 24/10/2025, Processo nº 37.040 – SMS de 17/10/2025, Processo nº 37.040 – SEARH de 10/01/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 37.040 – SEARH/COLEG de 24/07/2025 e Despacho SRH s.d.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MARILUCE MARIA DA SILVA mat**. **32.010,** no cargo de **AUX DE SERVIÇOS GERAIS,** por **01 (um) mês,** referente ao 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:1E3E0ABD

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0395/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.030 – SMS de 28/10/2025, Processo nº 40.049 – SMS de 16/10/2025, Processo nº 40.049 – SEARH de 05/08/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.049 – SEARH/COLEG de 25/09/2025 e Despacho SRH de 11/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **ANA PAULA DE CARVALHO NASCIMENTO mat**. **9051,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **01 (um) mês,** referente ao 3º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:D765F9A3

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0427/2025

Ementa: Convocação dos aprovados no Concurso Público nº 01/2019 – SME

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a C.I nº 1040/2025 - SEARH de 22/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos, abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público – Edital Nº 01/2019, para preenchimento dos cargos a se apresentarem no dia **15/01/2026, às 09:00hs** no Centro de Formação de Professores do Cabo de Santo Agostinho - Elmo de Freitas. Endereço: Rua Dr. Manoel Clementino Cavalcante, 12 - Centro - Cabo de Santo Agostinho/PE, munidos de seus documentos pessoais **RG** e **CPF**, para tomar posse no cargo em caráter efetivo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRÉTE DE LIBRAS
IEDA REGINA MENDES EMIDIO
MICHELE GONÇALO SILVA SANTOS

PROFESSOR II ARTE
DENIS BATISTA RODRIGUES DE LIMA
ERLANI REGINA BEZERRA DA SILVA
ISABELA DE OLIVEIRA LUNA
VIVIANE MARIA GOMES DE OLIVEIRA

PROFESSOR II EDUCAÇÃO FÍSICA
JANICE KARLA DA SILVA ALVES
MANOEL ERMÍNIO DA SILVA NETO

PROFESSOR II GEOGRAFIA
ANTÔNIO CARLOS DA SILVA
ISABELA MARIA DE OLIVEIRA RAMOS
LUIZ CESAR NOGUEIRA OLIVEIRA
MARINALVA EDITE BEZERRA
RAFAEL DE SOUZA BITU
RAPHAEL HONORIO FERRO DA SILVA

PROFESSOR II HISTÓRIA
ATICO SOARES DANTAS NETO
SHIRLEILDE RODRIGUES DA SILVA LIMA

PROFESSOR II LÍNGUA ESTRANGEIRA- ESPANHOL
GLEIBSON GIORGE SILVA DO NASCIMENTO

PROFESSOR II LÍNGUA ESTRANGEIRA- INGLÊS
ANTÔNIO MOREIRA CABRAL
ANITA CARLA XAVIER DA SILVA
FLÁVIO DUARTE SIQUEIRA FILHO
FÁBIA GEORGIA DOS SANTOS DE MELO
VANESSA DE ARAÚJO SILVA
YANNICK CLEMON DE ARAÚJO BEZERRA

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:5A08274E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL - SMDS
PORTARIA SMDS Nº 019 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS GUARDAS MUNICIPAIS QUE PRESTAREM SERVIÇO RELEVANTE DURANTE A OPERAÇÃO PRAIA SEGURA e REVEILLON NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 58º, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a Guarda Municipal o pagamento de gratificação pela realização de trabalho relevante, em razão dos serviços prestados durante **A Operação Praia Segura e Reveillon** , a serem realizados nos dias 31 de dezembro de 2025 e 01,02,03 e 04 de janeiro de 2026, no Município do Cabo de Santo Agostinho;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 143 e 160 da Lei Estadual nº 6123/68, aplicável ao Município por força da Lei Municipal nº 1.554, de 30 de abril de 1990, bem ainda o que dispõe o art. 55 do Estatuto da Guarda Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída gratificação pela realização de trabalho relevante, em razão dos serviços prestados durante a Operação Praia Segura e Reveillon, a ser realizado nos dias 31 de dezembro de 2025 e 01,02,03 e 04 de janeiro de 2026, a ser paga aos Guardas Municipais que forem convocados e efetivamente trabalharem em seus dias de folga nos eventos oficiais promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

Parágrafo único. Não fará jus a gratificação o servidor que estiver em escala regular de trabalho ou escalado na jornada extra (Lei 2.815 de 25 de julho de 2011).

Art. 2º A gratificação de que trata este Decreto será no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e R$ 300,00 (trezentos reais), por jornada de até 6 (seis) horas de serviço contínuo, observada a efetiva escalação, presença e desempenho da função.

§1º O valor de que trata o caput corresponde a R$ 300,00 (trezentos reais) para Inspetor, R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para Sub-Inspetor e de R$ 200,00 (duzentos reais) para Guardas Municipais.

§2º A convocação dos servidores se dará mediante escala previamente definida pela Secretaria Municipal de Defesa Social e registrada junto ao Comando da Guarda Municipal.

§3º A gratificação será paga exclusivamente aos servidores que não se encontrarem em gozo de férias, licenças ou afastamentos legais no dia da prestação do serviço extraordinário.

Art. 3º A despesa decorrente da aplicação deste Decreto ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias da Prefeitura da Cidade do Cabo de Santo Agostinho.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

JULIERME VERAS DE MOURA
Secretário Municipal de Defesa Social

Publicado por:
Ademir Ferreira de Sá Leitão Júnior
Código Identificador:DDA5917C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME
PORTARIA 036/2025

PORTARIA SME Nº 036/2025

Ementa: *Dispõe sobre a criação de Comissão de Revisão do Estatuto do Magistério Público do Município do Cabo de Santo Agostinho.*

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica do Município do Cabo de Santo Agostinho, e;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.920, de 29 de dezembro de 2000, que cria o Sistema Municipal de Ensino.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Lei nº 2.280, de 31 de outubro de 2005, que dispõe sobre a alteração do Estatuto do Magistério Público da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Ensino Médio do Município do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir uma comissão que ficará responsável pelo estudo e revisão do referido Estatuto, a fim de atualização para atendimento efetivo da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - Designar os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Educação para, sob a presidência do primeiro membro titular, integrarem a referida comissão:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME			
TITULAR	**MAT.**	**SUPLENTE**	**MAT.**
Rosemberg Gomes Nascimento	31220	Erissandra Almeida de Melo	23839
Jakeline dos Santos Arcanjo	77367	Eliane Maria da Silva	90338
Regina de Lima Silva	31716	Gilzelania Roberto de Barros Marques	268
REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO CABO - SINPC			
TITULAR	**CPF**	**SUPLENTE**	**CPF**
Emerson Rodrigo de Oliveira Cardoso	013.801.744-14	Aldamare Mª da Silva Santos	401.256.884-15
Edelson de Albuquerque Silva Júnior	039.091.734-62	Ermano Ivison Hipólito de Oliveira Rocha	062.252.324-43
Welton Guimarães de Araújo Cabral	080.371.214-61	Rodrigo César de Araújo Dantas	075.601.984-22

Art. 3º - Os integrantes da presente comissão não farão jus a qualquer tipo de remuneração vinculada a esta atividade específica.

Art. 4º - Compete aos membros da Comissão de Revisão do Estatuto do Magistério Público:

I – Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, contribuindo com estudos, análises e propostas relativas à revisão e atualização do Estatuto do Magistério Público Municipal;

II – Analisar a legislação vigente, bem como normas correlatas, visando à adequação do Estatuto às necessidades atuais da Rede Municipal de Ensino e à legislação educacional em vigor;

III – Propor alterações, inclusões ou exclusões de dispositivos do Estatuto, devidamente fundamentadas;

IV – Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos da Comissão;

V – Colaborar para a construção de texto legal claro, coerente e alinhado aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI – Registrar, quando necessário, as decisões e encaminhamentos deliberados pela Comissão.

Parágrafo Único – A comissão instituída por este ato terá caráter exclusivamente consultivo e propositivo, não lhe sendo atribuída competência para deliberar, decidir ou encaminhar matérias de natureza orçamentaria, financeira ou que impliquem impacto ao erário.

Art. 5º - Os membros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas ausências ou impedimentos, assumindo integralmente suas atribuições, com direito a voz e voto durante o período de substituição.

Art. 6º - As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

Art. 7º - A Comissão poderá, sempre que necessário, convidar especialistas, técnicos ou representantes de outros órgãos para contribuir com os trabalhos, sem direito a voto.

Art. 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cabo de Santo Agostinho,29 de dezembro de 2025.

ISALTINO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Karoline Pereira da Silva
Código Identificador:162A9BD4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAETÉS

PREFEITURA DE CAETÉS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 024/2025 - FMS. Acréscimo de 24,51% no valor do contrato. Valor: R$ 3.419,10. Contratada: **ODONTO HOSPITALAR LTDA - ME.** CNPJ: 03.284.928/0001-33.

Caetés/PE, 29/12/2025.

MARCO ANTÔNIO LEAL CALADO FILHO
Secretário de Saúde

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:C6211731

PREFEITURA DE CAETÉS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 038/2025 – FMS

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 008/2025 – PMC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 – PMC
CONTRATO Nº 038/2025 – FMS

O MUNICÍPIO DE CAETÉS, através da Prefeitura Municipal de Caetés/PE, Pessoa Jurídica de Direito Público, estabelecida na Praça Rafael Brasil Pereira, s/nº - Centro – Caetés-PE – CEP – 55.360-000, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAETÉS**, estabelecido à Rua Melquiades Borrego, s/n Caetés/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 12.398.801/0001-36, resolve:

CONSIDERANDO a formalização do Processo Licitatório nº 008/2025- PMC, Pregão Eletrônico nº 007/2025 - PMC, que tem como objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias de Administração, Assistência Social e Saúde do município de Caetés/PE;

CONSIDERANDO que em decorrência da convocação remanescente advinda da não assinatura do contrato no 026/2025 – FMS, e diante da anuência por parte da empresa foi celebrado o contrato nº 038/2025 - FMS com a licitante E. CRISTINA ALMEIDA CARDOSO, inscrita sob o n° do CNPJ 44.052.317/0001-47, situada na Rua Alice Dourado, n° 100, Bairro – Heliópolis, na cidade de Garanhuns/PE, CEP: 55.298-090 endereço eletrônico: emmanuelecardoso@gmail.com tel: (87) (87) 9.9654-4954;

CONSIDERANDO que após a assinatura do instrumento contratual acima citado, a Secretaria demandante promoveu a formalização de

vários pedidos, dentre os quais, alguns foram cumpridos parcialmente e outros não chegaram se quer a ser entregues;

CONSIDERANDO que diante do descumprimento de cláusulas contratuais, a Secretaria demandante procedeu a emissão, publicação na AMUPE e envio de notificação extrajudicial para a empresa através dos meios de contato por ela fornecidos (e-mail e telefone), mantendo-se a empresa inerte;

CONSIDERANDO que o objeto do contrato, têm entre outras finalidades, a preparação das refeições que devem ser diariamente servidas aos munícipes que se encontram internados no Hospital Municipal Luiza Pereira, observando-se, portanto, que a omissão da empresa no que tange a entrega dos gêneros alimentícios tem causado transtornos na efetivação dos serviços essenciais de saúde;

Considerando, sobretudo, que o cumprimento regular do cardápio de alimentação hospitalar é um fator crucial para a recuperação do paciente, dado que através da presente conduta há a possibilidade da reposição dos nutrientes necessários à evolução clínica dos enfermos;

CONSIDERANDO o parecer jurídico opinando pela rescisão unilateral do Contrato nº 038/2025 - FMS;

CONSIDERANDO que o art. 138, inciso I, § 1° da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 permite à Administração extinguir contratos por ato unilateral em hipóteses taxativas descritas no art. 137 da referida lei;

CONSIDERANDO, finalmente, que o caput do art. 137, inciso I da lei acima citada dispõe que "*Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos."*

DECIDE

RESCINDIR UNILATERALMENTE, aplicando-se o princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos e da autotutela, o Contrato lavrado sob o nº 038/2025 - FMS, celebrado com a empresa **E. CRISTINA ALMEIDA CARDOSO**, **inscrita sob o no do CNPJ 44.052.317/0001-47,** que tem por objeto a *"*aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias de Administração, Assistência Social e Saúde do município de Caetés/PE" e todos os termos dele decorrentes, com base no inciso I do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Caetés/PE, 29 de dezembro de 2025.

MARCO ANTÔNIO LEAL CALADO FILHO
Matrícula Funcional no 14.531
Secretário de Saúde

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:4B15D9A8

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 077/2025 - PMC. Processo 029/2025 - PMC. Pregão Eletrônico Nº 018/2025 - PMC. **OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de 3 (três) veículos novos, 0 KM (antes do primeiro registro e licenciamento junto ao órgão de trânsito competente) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Caetés/PE. CONTRATADA: **GVEL GARANHUNS VEÍCULOS LIMITADA.** CNPJ Nº 10.675.197/0001-12, pelo valor global de **R$ 97.400,00.** Vigência: 12/12/2025 a 12/02/2025.
Caetés/PE, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:8D8F2348

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

10° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 115/2022. Prorrogação de prazo por 05 (cinco) meses. Contratada: **J.BENEVIDES DA SILVA EIRELLI - EPP.** CNPJ sob o nº 17.696.801/0001-36.

Caetés, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:7C6ABFFD

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

11° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 115/2022. Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses. Contratada: **J BENEVIDES DA SILVA EIRELLI - EPP.** CNPJ sob o nº 17.696.801/0001-36.

Caetés, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:05EB9EA0

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

6° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 114/2022. Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses. Contratada: **J BENEVIDES DA SILVA EIRELLI - EPP.** CNPJ sob o nº 17.696.801/0001-36.

Caetés, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:A3860C9D

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

2° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 011/2025 - PMC. Acréscimo de 5,68% no valor do contrato. Valor: R$ 41.166,20. Contratada: **SOARES SANTOS COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA.** CNPJ: 29.335.673/0001-84.

Caetés/PE, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:B08CECF2

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 021/2025 - PMC. Acréscimo de 15,90% no valor do contrato. Valor: R$ 55.124,35. Contratada: **COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES RURAIS DE CAETÉS E REGIÃO.** CNPJ: 27.911.922/0001-07.

Caetés/PE, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:1184006C

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 022/2025 - PMC. Acréscimo de 24,66% no valor do contrato. Valor: R$ 11.132,29. Contratada: **COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS E AGROPECUÁRIOS DE CORRENES - AGROCOPE.** CNPJ: 40.574.206/0001-40.

Caetés/PE, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:77D88159

PREFEITURA DE CAETÉS - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1° Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº. 001/2025 - PMC. Renovação de prazo por 12 (doze) meses. Contratada: **CLS CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** CNPJ sob o nº 21.921.643/0001-48.

Caetés/PE, 29/12//2025.

MARCELO DE SIQUEIRA TENÓRIO
Secretário de Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:2DA85E5B

PREFEITURA DE CAETÉS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 015/2025 - PMC. Acréscimo de 18,37% no valor do contrato. Valor: R$ 29.122,75. Contratada: **COMERCIAL DE ALIMENTOS WB LTDA.** CNPJ: 47.569.707/0001-87.

Caetés/PE, 29/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:424B1EF6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CALÇADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº 003/2025-FMS
Credenciamento nº 001/2025-FMS

Nat.: Serviços

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas, preferencialmente sem fins lucrativos para Prestação de Serviços Especializados em Saúde da Família (Unidades Básicas de Saúde), Serviços Médicos Plantonista, Direção Médica, Evolução Clinica (hospital), Serviços Médicos Ambulatoriais Especializados (Hospital, Equipe Multi e CAPS), Programa Mais Especialidades com a Prestação de Serviço por OCI, Serviços Médicos Especializados, pelo período de 12 meses, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALÇADO, através da Comissão de Chamamento Público/Credenciamento da Secretaria de Saúde do Município de Calçado – PE, após análises de documentos de habilitação e disponibilidade de demanda apresentado, torna Público o **CREDENCIAMENTO** da empresa: **MULTIPLUS SERVIÇOS MÉDICOS E CONSULTORIA LTDA,** Inscrita no **CNPJ nº 35.041.147/0001-04**, com sede na **Rua Artur Antônio da Silva, nº 481, Sala 1305, Pavimento 13, Bairro Universitário, Caruaru - PE**, CEP: 55.012-640, E-mail: contato@multiplus.med.br, que apresentou uma disponibilidade total da demanda.

Vale ressaltar que o presente Credenciamento permanecerá aberto durante toda vigência do mesmo, para eventual credenciamento de novas empresas que por ventura venha a ter interesse no mesmo. Sendo concedido o direito de contratação a todas as interessadas, conforme art. 79, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021.

Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado na Rua Bernardino Alves, nº 12, Centro - Calçado-PE. ou através do fone/fax: (87) 3793-1027, no horário 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira. Calçado, 29 de dezembro de 2025.

SIMONY MAGDA DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Manoliza de Sousa Ângelo
Código Identificador:EF61A534

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº 004/2025-FMS
Credenciamento nº 002/2025-FMS

Nat.: Serviços

Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas da área de saúde bucal para a prestação de serviços na confecção e fornecimento de PRÓTESES DENTARIAS para atender as demandas da Secretaria de Saúde de Calçado-PE, conforme especificações constantes no termo de referência.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALÇADO, através da Comissão de Chamamento Público/Credenciamento da Secretaria de Saúde do Município de Calçado – PE, após análises de documentos de habilitação e disponibilidade de demanda apresentado, torna Público o **CREDENCIAMENTO** da empresa: **DOUGLAS ALEMBERG TABOSA DE QUEIROZ,** Inscrita no **CNPJ nº 13.708.248/0001-53,** com sede na **Rua Ararinha Azul, nº 204, Maria Auxiliadora, Caruaru-PE**, CEP: 55.037.100, E-mail: dqodontologico@gmail.com, que apresentou uma disponibilidade total da demanda.

Vale ressaltar que o presente Credenciamento permanecerá aberto durante toda vigência do mesmo, para eventual credenciamento de novas empresas que por ventura venha a ter interesse no mesmo. Sendo concedido o direito de contratação a todas as interessadas, conforme art. 79, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021.

Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado na Rua Bernardino Alves, nº 12, Centro - Calçado-PE. ou através do fone/fax: (87) 3793-1027, no horário 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira. Calçado, 29 de dezembro de 2025.

SIMONY MAGDA DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Manoliza de Sousa Ângelo
Código Identificador:A175324C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 0016/2025-PMC
Leilão (Presencial e On-line) nº 001/2025-PMC

Objeto: Alienação de Bens (veículos), pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, no estado em que se encontram, conforme especificações constantes no laudo de avaliação, separados em lotes, conforme o Anexo I do Edital.

Após o encerramento do certame, comunica-se sua adjudicação e homologação da seguinte forma:

Lote	Descrição	Débitos	Vr. arrematado	ARREMATANTE
01	FIAT/FIORINO MODIFICAR AB1, ANO 2019/2020, COR BRANCA, ALCOOL/GASOL, PLACA QYL 8F98, CHASSI 9BD2651JHL9147260, RENAVAM 1238359229.	Ok	**34.800,00**	**José Roberto dos Santos** CPF: 198.491.308-57
02	I/M. BENZ 415 MARIMAR AMB, ANO 2012, COR BRANCA, DIESEL, PLACA PFY 0292, CHASSI 9AC906633CE065925, RENAVAM 503746983.	**R$ 1.613,61 Débitos aproximados, por conta do arrematante.**	**28.600,00**	**Fabiano de Souza Rodrigues** CPF: 898.727.116-15
03	FIAT/TORO FREEDOM MT D4, ANO 2016/2017, COR BRANCA, DIESEL, PLACA PCQ 6635, CHASSI 988226125HKA90782, RENAVAM 1117915554.	**R$ 140,51 Débitos aproximados, por conta do arrematante.**	**30.200,00**	**João Paulo de Carvalho Santos** CPF:029.503.984-13
06	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, N° DE IDENTIFICAÇÃO CAT0416ELMFG06098, ANO 2013.	**Ok**	**61.000,00**	**Antônio Adeilton da Paz Silva** CPF:035.418.364-82
TOTAL R$:			**154.600,00**	

Valor global homologado R$: 154.600,00 (cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).

Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado na Rua João Alexandre da Silva, 84, Centro - Calçado-PE. ou através do fone/fax: (87) 3793-1027, no horário 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira. Calçado, 23 de dezembro de 2025.

HÍTALO DE OLIVEIRA LIMA
Secretário de Administração e Planejamento
Ordenador de Despesas
Portaria nº 066-A/2025

Publicado por:
Hítalo de Oliveira Lima
Código Identificador:A93A2B99

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CALUMBI

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
DECRETO N°58/2025

EMENTA: Homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de gestores da Educação para atuação nas unidades educacionais da rede municipal de ensino, nos termos do Edital nº 001/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica do Munícipio
CONSIDERANDO que a educação constitui direito social fundamental, nos termos do art. 6º da Constituição Federal, e dever do Estado, conforme dispõe o art. 205 do mesmo diploma legal;
CONSIDERANDO a necessidade permanente de garantir uma gestão educacional democrática, eficiente, transparente e comprometida com os princípios pedagógicos e administrativos que regem a Administração Pública;
CONSIDERANDO a importância da seleção de gestores escolares com base em critérios objetivos, técnicos e meritocráticos, visando ao aprimoramento da qualidade da gestão das unidades de ensino da rede municipal;
CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado para Gestores da Educação, regido pelo Edital nº 001/2025, amplamente divulgado, destinado à seleção de profissionais aptos ao exercício das funções de direção, vice-direção, coordenação ou demais cargos de gestão educacional;
CONSIDERANDO que o referido certame foi conduzido em estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, razoabilidade e isonomia, assegurando igualdade de condições a todos os candidatos participantes;
CONSIDERANDO que todas as fases do processo seletivo foram regularmente executadas, incluindo inscrição, análise documental e curricular, avaliações técnicas, entrevistas, provas e/ou demais etapas previstas no edital;
CONSIDERANDO a publicação do resultado preliminar, a abertura de prazo para interposição de recursos administrativos, a análise criteriosa destes pela comissão organizadora e a posterior divulgação do resultado final;

CONSIDERANDO a inexistência de vícios, nulidades ou pendências administrativas capazes de comprometer a lisura, a legalidade ou a validade do processo seletivo.

RESOLVE:
Art. 1º Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para Gestores da Educação, realizado nos termos do Edital nº 001/2025, destinado à seleção de profissionais para o exercício de funções de gestão nas unidades educacionais da rede municipal de ensino.

Art. 2º A homologação de que trata este ato confere validade legal ao resultado final do certame, autorizando a Administração Pública Municipal a proceder às convocações, designações e/ou nomeações dos candidatos aprovados, respeitada rigorosamente a ordem de classificação, a necessidade do serviço público e o interesse da Administração.

Art. 3º A aprovação no processo seletivo não assegura direito subjetivo à nomeação imediata, constituindo mera expectativa de direito, condicionada à conveniência e oportunidade administrativas, à existência de vagas, à disponibilidade orçamentária e financeira e à observância da legislação vigente.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação adotar todas as providências administrativas, pedagógicas e operacionais necessárias à efetivação das designações decorrentes deste processo seletivo, inclusive quanto à lotação, carga horária e acompanhamento do desempenho dos gestores selecionados.

Art. 5º O prazo de validade do processo seletivo será aquele previsto no edital de regência, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante ato da autoridade competente, observados os critérios legais e administrativos aplicáveis.
Art. 6º Este Decreto/Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

Calumbi/PE, 29 de dezembro de 2025

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito do Município de Calumbi/PE

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:2942BB13

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA/PE

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeita do Município de Camutanga/PE, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações, **HOMOLOGA** a licitação na modalidade – **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2025.** OBJETO: **Formalização de ata de registro de preços para aquisição de COMBUSTÍVEIS, visando atender o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Camutanga-PE, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde do Município de Camutanga–PE,** conforme as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Empresa Vencedora:

AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° **06.117.821/0001-99,** perfazendo o valor total de **R$ 2.244.306,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e seis reais)**.

DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir desta publicação, para assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório.

Camutanga-PE, 30 de dezembro de 2025.

TALITA CARDOZO FONSECA
Prefeita

Publicado por:
Lucas Pereira Cabral Silva
Código Identificador:6E6C6B20

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Canhotinho, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito e validade, anulando-se a publicação veiculada na data 19/12/2025. Motivo: Revogação da penalidade aplicada, razão pela qual ficam **integralmente anulados todos os efeitos jurídicos** decorrentes da referida publicação. Data da Circulação: 22/12/2025. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – Edição 3997. Código Identificador: A8672D67
Canhotinho/PE, em 24 de dezembro de 2025.

DENISE MARIA QUIRINO VIANA DE SANT´ANA SÁ
Secretária de Educação

Publicado por:
Jucicleide Borges Gomes da Silva
Código Identificador:23BF6340

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAPOEIRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025 - RATIFICAÇÃO

Termo de homologação/ratificação de inexigibilidade de licitação. O secretário de Governo de Capoeiras-PE, no uso de suas Atribuições legais, reconhece, homologa e ratifica nos termos do art. 74, II, da Lei n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores a inexigibilidade de licitação Nº 021/2025, a qual se deu através do processo Nº. 048/2025, para a celebração do contrato de serviço com a empresa **DS MUSIC SHOWS E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 13.921.222/0001-99,** tendo por objeto a Contratação de artista musical Bellah Lisboa, para realização de apresentação artística ao vivo, no dia 31 de dezembro de 2025, durante as festividades de Réveillon, promovidas pelo Município de Capoeiras-PE, no dia 31 de dezembro de 2025, no valor de **R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)**.

Capoeiras, 29 de dezembro de 2025.

CLÉCIO JONATAS FARIAS LIRA
Secretário de Governo

Publicado por:
Camila Maria de Almeida
Código Identificador:F18CE73D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAIBA

CAMARA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO CMC Nº 012/2025, **PREGÃO ELETRÔNICO CMC Nº 001/2025**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARNAÍBA/PE, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, torna público, para conhecimento dos interessados, que o **PROCESSO CMC Nº 012/2025**, PREGÃO ELETRÔNICO CMC Nº 001/2025. Objeto Nat.: Compras Objeto Descr. **Aquisição de 01 (um) VEICULO PICK UP 4X4, Automóvel com capacidade para 05 pessoas, com 04 portas para utilização da Câmara Municipal do Município de Carnaíba/PE, conforme especificação constante no termo de referência**, foi declarado **FRACASSADO**. Em virtude da desclassificação das empresas participantes conforme motivação que consta da Ata do certame**.**

Carnaíba/PE, 29 de dezembro de 2025.

LUCAS LUAN PEREIRA DE OLIVEIRA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Lucas Luan Pereira de Oliveira
Código Identificador:340A7DBA

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, CARNAÍBA – PE. Nº 016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

1º - PROJETO DE PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO INTERNA DO AEPETI.

A presidente do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Carnaíba-PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei municipal nº 544 de 12 de dezembro de 1995 em conformidade com as deliberações da Reunião Ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025, lavrada em ata neste mesmo dia.

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar o planejamento de execução interna do AEPETI com aplicação adequada dos recursos, garantindo eficiência no atendimento às famílias e desenvolvimento das ações

Art 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carnaíba-PE, 23 de novembro de 2025.

MARIA SOLANGE DE MEDEIROS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Karine Imaculada Nunes de Carvalho
Código Identificador:D1EE06D2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -FMAS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001 DO CONTRATO Nº 057/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 CONTRATO 057/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001 DO CONTRATO Nº 057/2025, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARNAÍBA PE - E TENORIO E SOUZA CONSTRUÇÕES, SOB O CNPJ Nº 53048436000117

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARNAÍBA,
Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Presidente Kennedy, nº 283, Centro, Carnaíba PE, inscrita no **CNPJ do MF sob o nº 12.307.240/0001-12**, neste ato representada pela Secretária de Assistência Social a Sra. **Valderiza Lins de Oliveira**, brasileira, casada, residente na Avenida Sebastião Anjo, s/n, Bela Vista, Carnaíba PE, CEP: 56.820-000, portadora do **CPF nº 475.056.563-68** e da Cédula de Identidade Civil RG Nº 0472218520136 – MA, doravante denominada **CONTRATANTE**, resolve de acordo com o que dispõe o art. 75, I, da Lei nº 14.133 de 01 de abril 2021, modificar unilateralmente o contrato **Nº 057/2025,** decorrente do **PROCESSO LICITATORIO Nº 010/2025**, através desse apostilamento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral do contrato **Nº 057/2025,** por parte da Administração, visando acrescentar **Dotações Orçamentárias** de acordo com ofício em anexo a este apostilamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ACRESCENTADA
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDSUAS.
Função: 8
Subfunção: 122
Programa: 1004
Ação: 2.102
Despesa: 3.3.90.30
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO ÚNICO.

Função: 8
Subfunção: 122
Programa: 1004
Ação: 2.950
Despesa: 3.3.90.30
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS.
Função: 8
Subfunção: 122
Programa: 1004
Ação: 2.950
Despesa: 3.3.90.30
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO PORTAD. DEFICIENCIA.
Função: 8
Subfunção: 242
Programa: 1009
Ação: 2.91
Despesa: 3.3.90.30
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.
Função: 8
Subfunção: 243
Programa: 1004
Ação: 2.218
Despesa: 3.3.90.30
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTODE VINCULO.
Função: 8
Subfunção: 245
Programa: 1004
Ação: 2.94
Despesa: 3.3.90.30
MANUT. ATIVIDADES DO IGD-PAB.
Função: 8
Subfunção: 245
Programa: 1004
Ação: 2.95
Despesa: 3.3.90.30
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS.
Função: 8

Subfunção: 245
Programa: 1004
Ação: 2.98
Despesa: 3.3.90.30
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CREAS – Centro de Referencia Especializado de Assistência.
Função: 8
Subfunção: 245
Programa: 1004
Ação: 2.219
Despesa: 3.3.90.30
Manutenção das Atividades Socioeducativas.
Função: 8
Subfunção: 245
Programa: 1004
Ação: 2.2129
Despesa: 3.3.90.30
MANUTEÇÃO DO PROGRAMA COZINHA COMUNITARIA – GOVERNO DO ESTADO.
Função: 8
Subfunção: 245
Programa: 1004
Ação: 2.2130
Despesa: 3.3.90.30
BENEFICIO EVENTUAIS AS PESSOAS/FAMILIAS DO MUNICIPIO.
Função: 8
Subfunção: 244
Programa: 1004
Ação: 2.90
Despesa: 3.3.90.32

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 057/2025 permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARNAÍBA,
providenciará a publicação resumida do presente Termo de

Apostilamento, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe o art. 75, I, da Lei nº 14.133 de 01 de abril 2021.

Carnaíba PE, 23 de dezembro de 2025.

Fundo Municipal de Assistência Social de Carnaíba
VALDERIZA LINS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social
Contratante

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:A0D14FE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Este documento tem o objetivo de fornecer aos interessados a perfeita caracterização do objeto, descrevendo-os detalhadamente e, assim, servir de base para a apresentação de **COTAÇÃO DE PREÇO**, peça integrante e indissociável para futuro procedimento licitatório com vistas a viabilizar a **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UMA CENTRAL DE OXIGÊNIO 3/3 E A REDE DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DANTAS FILHO NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE**, executado através da Secretaria Municipal de infraestrutura, de acordo com as especificações constante deste Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UMA CENTRAL DE OXIGÊNIO 3/3 E A REDE DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DANTAS FILHO NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE**, executado através da Secretaria Municipal de infraestrutura, de acordo com as especificações constante deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE
2.1 A distribuição dos gases medicinais e vácuo é feita por sistema de tubulações, sistemas de alarmes e válvulas, partindo das centrais de geração e distribuição até os pontos finais de consumo. Considerando as reformas e ampliações do Hospital Dr. José Dantas Filho que impactam em novas demandas para instalações torna-se necessária a contratação de empresa especializada na execução destes serviços que garanta com agilidade a disponibilidade de gases vitais e vácuo ao tratamento dos pacientes. O município não possui equipe de manutenção ou instalação especializada nestes serviços, justificando-se a contratação de uma empresa para sua execução.

2.2 Para tanto e diante do exposto, faz-se necessário a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UMA CENTRAL DE OXIGÊNIO 3/3 E A REDE DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DANTAS FILHO NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE**.
2.3 Nesta linha, foi elaborado o presente termo de referência objetivando cotação de preços com vistas a futura licitação para contratação de uma empresa especializada que possa atender a demanda descrita no item 1.1 deste Termo de Referência.

3. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
3.1 Considerando o Decreto Municipal n° 005/2024 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, indica a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, inclusive de engenharia, e dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

Diante do exposto no item anterior, esta futura licitação ocorrerá na modalidade Pregão Eletrônico sem registro de preços, considerando que todo o processo será voltado para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UMA CENTRAL DE OXIGÊNIO 3/3 E A REDE DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DANTAS FILHO NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE**.
3.2 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL**.
Justifica-se o critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL**, pois traz benefício ao erário e, nesse sentido, cada vez mais os Órgãos de Controle têm-se posicionado em consonância com esse critério, conforme disposto na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União:

"**E obrigatória à admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível**, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, **tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam faze-lo com relação a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. SUMULA 247". (destaque nosso).
Nesse entendimento, essa Administração optou pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL**, por seguir o posicionamento prolatado pela Egrégia Corte de Contas, outrossim, por entender que trará mais competitividade entre os concorrentes, resultando, consequentemente, em maior economia para o cofre público.

4. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA E DOS VALORES
4.1 O quantitativo a ser contratado foi estabelecido conforme necessidade do município em atender a Unidade hospitalar Dr. José Dantas Filho.
4.2 A seguir, a descrição detalhada que servirá de base para elaboração da Cotação de Preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	**ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UMA CENTRAL DE OXIGÊNIO 3/3 E A REDE DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DANTAS FILHO NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE**	**UND**	**01**		

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA COTAÇÃO

A validade da COTAÇÃO será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura.

5.2 Deverá ter Declaração de que no(s) preço (s) praticado (s), estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a prestação definitiva do objeto;

5.3 As cotações deverão ser apresentadas de acordo com o Termo de Referência até o dia 05/01/2026, no e-mail: infraestrutura@carnaiba.pe.gov.br, descrevendo –se no assunto do email, os seguintes dizeres: **COTAÇÃO DE PREÇO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UMA CENTRAL DE OXIGÊNIO 3/3 E A REDE DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DANTAS FILHO NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE**.
Mais informações podem ser obtidas diretamente na secretaria de infraestrutura de Carnaíba - PE, no horário de 07h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira.

Carnaíba PE, 29 de dezembro 2025

LUIZ PEREIRA NUNES JÚNIOR
Diretor de Projetos e Engenharia
MAT.: 90101192

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:775DE122

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 304/2025

EXTRATO DE CONTRATO **N° 304/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARNAIBA/PE.** Contratado: **LUCIANO ALVES DOS SANTOS** JUNIOR inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 37.523.633/0001-94.** Valor total **R$ 1.732.150,00 (UM MILHÃO SETECENTOS E TRINTA E DOIS MIL CENTO E CINQUENTA REAIS).** Data de assinatura do contrato: 23/12/2025**.** Prazo de vigência 12 (doze) meses.

CARNAÍBA – PE, 23 de dezembro de 2025

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Layanny Barbosa de Andrade Lima
Código Identificador:FC99767F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 103/2025 – Pregão Eletrônico nº. 041/2025 - Comissão: Pregoeira e equipe de apoio. Nat.: Serviço – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).** VALOR ESTIMADO TOTAL E **R$ 2.565.358,38 (DOIS MILHÕES QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO MIL TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).** Início do acolhimento: 30/12/2025 às 12h:00min. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 22/01/2026 às 08h00min. Sessão de lances: às 22/01/2026 às 08:30 h. Melanea Freire Martins - Secretária Municipal de Educação. **Processo Nº. 123/2025 – Concorrência Eletrônica nº. 008/2025** Comissão: Pregoeira e equipe de apoio. Nat.: Serviço – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA VILA SÃO GERALDO, NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA/PE, conforme especificações no Anexo I (Termo de Referência).** Valor estimado total e **R$ 211.798,68 (DUZENTOS E ONZE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).** Início do acolhimento: 30/12/2025 às 12h:00min. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 21/01/2026 às 08h00min. Sessão de lances: Às 08h30min do dia 21/01/2026. **Processo Nº. 125/2025 – Pregão Eletrônico nº. 054/2025** Comissão: Pregoeira e equipe de apoio. Nat.: Fornecimento – Objeto: **AQUISIÇÃO MOCHILAS, BOLSAS DE CARRINHOS, NECESAIRES E GARRAFAS PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA – PE DO ANO DE 2026, conforme especificações no Anexo I (Termo de Referência).** Valor estimado total e **R$ 461.460,00 (Quatrocentos e sessenta e um mil e quatrocentos e sessenta reais).** Início do acolhimento: 30/12/2025 às 12h:00min. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 12/01/2026 às 08h00min. Sessão de lances: Às 08h30min do dia 12/01/2026. Melanea Freire Martins - Secretária Municipal de Educação. Edital completo no site: https://bnc.org.br/ ou https://carnaiba.pe.gov.br/transparencia/. Mais informações: Prefeitura Municipal de Carnaíba - PE situada à Rua Presidente Kennedy, nº 283, Centro, Carnaíba PE inscrita no CNPJ sob o nº. 11.367.414/0001-70 (CEP: 56.820-000) e e-mail: licitacaocarnaibape@gmail.com no horário das 07h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira. Carnaíba PE, 29/12/2025.

Publicado por:
Layanny Barbosa de Andrade Lima
Código Identificador:7A07AC54

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO N° 1122025 PE N° 0482025 - BRINQUEDOS

GABINETE DO PREFEITO

REFERÊNCIA: ***PROCESSO LICITATÓRIO N.º 112/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 048/2025***

OBJETO: ***AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA-PE, conforme especificações no Anexo I (Termo de Referência)***

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE*, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.*

RESOLVE*:*

ADJUDICAR *e* ***HOMOLOGAR*** *o julgamento procedido pela pregoeira, que declarou vencedoras do presente certame licitatório, as empresas:* ***EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS de CNPJ Nº 22.025.872/0001-47*** *com sede à RUA AVENIDA JOAO GOMES SOBRINHO, n° S/N BAIRRO LIXEIRA, CUIABÁ-MT, CEP Nº 78.008-800, representada por seu titular o Sr.ª* ***EMILENE GEISA SANTANA FARIAS, de CPF Nº*** *810.290.801-78 e RG Nº 11152001 SSP/MT, vencedor do item (01) pelo valor total de R$ 104.985,00 (cento e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais);*

MIX POPULAR MM LTDA de CNPJ Nº 19.904.871/0001-68 *com sede à RUA DO COMÉRCIO, n° S/N BAIRRO IBITIRANGA - ZONA RURAL, CARNAÍBA-PE, CEP Nº 56.820-000, representada por seu titular o Sr.* ***GUSTAVO HENRIQUE DE MELO CHALEGA, de CPF Nº*** *06340344488 e RG Nº 6888326 SDS/PE, vencedor do item (02) pelo valor total de R$ 5.095,00 (cinco mil e noventa e cinco reais).*

RUTH SILVA DE ASSIS BARBOSA de CNPJ Nº 49.081.960/0001-12 *com sede à ROD. BR 232, n°2703, BAIRRO INDIANÓPOLIS, CARUARU-PE, CEP Nº 55.002-970, representada por seu titular o Sr.ª* ***RUTH SILVA DE ASSIS BARBOSA, de CPF Nº*** *562.279.064-68 e RG Nº 3443176 SDS/PE, vencedor do item (03) pelo valor total de R$ 52.350,00 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta reais);*

Perfazendo-se o valor global de R$ 162.430,00 (cento e sessenta e dois mil quatrocentos e trinta reais). Seja portanto convocado as mesmas para assinatura dos contratos.

Carnaíba (PE), 26 de dezembro de 2025

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Layanny Barbosa de Andrade Lima
Código Identificador:E310266B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
PORTARIA Nº 634/2025

O Excelentíssimo Senhor **WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL,** prefeito do Município de Carnaíba, localizada no Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Carnaíba — PE;

RESOLVE:

Art 1º – **EXONERAR** a senhora **EDVÂNIA DE SOUZA SILVA** do cargo de **ASSESSORA DAS AÇÕES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA** do Município de Carnaíba, a partir de 01 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e efetuando-se a anotação em sua ficha funcional.

Dê-se Ciência, Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, em 29 de dezembro de 2025.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Karine Imaculada Nunes de Carvalho
Código Identificador:AE2987E7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 007/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 100/2025, CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 007/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE MELHORIA DE ESTRADAS VICINAIS NA LOCALIDADE DE MANOEL HONÓRIO AO POVOADO CUMBI- SERRA ARAPÚÁ, MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA-PE, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, E DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. **Tipo**: menor preço (por item); **Início**: 31/12/2025 às 09h00min; **Limite acolhimento:** 31/12/2025 às 09h00m; **Abertura:**14/01/2026 às 09h00m; **Disputa**:14/01/2026 às 09h00m. local: https://www.carnaubeiradapenha.pe.gov.br/; **Valor estimado**: R$ 409.425,66 (quatrocentos e nove mil quatrocentos vinte e cinco reais e sessenta seis centavos). Carnaubeira da Penha, 26 de dezembro de 2025.

MARIA DA PENHA NUNES /
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria da Penha Nunes
Código Identificador:EE64118E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARPINA

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 365/2025

Ementa: Revoga a Portaria nº 034/2025, que substitui o Gestor Técnico dos contratos administrativos do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das designações funcionais relativas à fiscalização técnica dos contratos administrativos no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e nas normas municipais correlatas que disciplinam a designação e substituição de fiscais e gestores de contratos; e

CONSIDERANDO o que preceituam a **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**, e o **Decreto Federal nº 12.002, de 22 de abril de 2024**, quanto à técnica de elaboração, redação e consolidação de atos normativos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica **revogada integralmente** a **Portaria nº 034/2025**, de 02 de janeiro de 2025, que substituiu a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE** pelo servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO** na função de **Gestor** dos contratos administrativos da Câmara Municipal do Carpina/PE.

Art. 2º A revogação de que trata o artigo anterior implica o **restabelecimento da situação anterior**, até que novo ato de designação venha a ser formalmente editado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação**.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:BF914615

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 366/2025

Ementa: Revoga a Portaria nº 222/2025, que substitui o Fiscal Técnico dos contratos administrativos do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das designações funcionais relativas à fiscalização técnica dos contratos administrativos no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e nas normas municipais correlatas que disciplinam a designação e substituição de fiscais e gestores de contratos; e

CONSIDERANDO o que preceituam a **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**, e o **Decreto Federal nº 12.002, de 22 de abril de 2024**, quanto à técnica de elaboração, redação e consolidação de atos normativos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica **revogada integralmente** a **Portaria nº 222/2025**, de 03 de fevereiro de 2025, que substituiu a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE** pela servidora **ANNA GRAZIELLA DE OLIVEIRA LUIZ E SILVA** na função de **Fiscal Técnico** dos contratos administrativos da Câmara Municipal do Carpina/PE.

Art. 2º A revogação de que trata o artigo anterior implica o **restabelecimento da situação anterior**, até que novo ato de designação venha a ser formalmente editado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação**.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:AA84D9A4

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 367/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 001/2025 firmado com a empresa OLIVEIRA, FARIAS E LAURINDO ADVOGADOS ASSOCIADOS, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 001/2025,** e o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **OLIVEIRA, FARIAS E LAURINDO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, **CNPJ nº 39.727.407/0001-50**, cujo objeto de contratação de serviços jurídicos especializados para atuação na área administrativa e judicial, abrangendo a emissão de pareceres, defesa judicial e administrativa, suporte jurídico em licitações e contratos, orientação jurídica à mesa diretora, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 02 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:E2834F64

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 368/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 002/2025 firmado com a empresa TABS ASSESSORIA CONTÁBIL EM GESTÃO PÚBLICA EIRELI, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 002/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **TABS ASSESSORIA CONTÁBIL EM GESTÃO PÚBLICA EIRELI, CNPJ nº 04.882.433/0001-79,** cujo objeto de contratação de prestação de serviços especializados de contabilidade pública, assessoria e consultoria contábil, para execução dos serviços especificados, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 02 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:656FEFA8

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 369/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 003/2025 - firmado com a empresa LYNDON JOHNSON ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato Nº 003/2025, e o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **LYNDON JOHNSON ADVOGADOS ASSOCIADOS – ME, CNPJ nº 17.127.584/0001-63,** cujo objeto de contratação de Assessoria e consultoria jurídica em matérias legislativas aos vereadores das bancada de situação e oposição com assento à câmara municipal de carpina; Assessoria e consultoria jurídica aos vereadores nas sessões plenárias, nas votações de projetos de lei, resolução, decretos legislativos, julgamentos de prestações de contas do chefe do poder executivo; Assessoramento jurídico aos vereadores no exercício das atividades de fiscalização parlamentar do poder executivo; e, Assessoria e consultoria jurídica às comissões permanentes e temporárias, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 07 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:02B2A1D7

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 370/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 004/2025 - firmado com a empresa MULLER DE ANDRADE SOCIEDADE INDIVIDUVAL DE ADVOCACIA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato Nº 004/2025, e o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **MULLER DE ANDRADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 53.359.333/0001-78,** cujo objeto de contratação de Assessoria e Consultoria Jurídica especializada em direito digital, governança, gestão, monitoramento, proteção de dados e acompanhamento do programa de proteção de dados, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:41561C22

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 371/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 005/2025 firmado com a empresa VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 005/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA**, **CNPJ nº 14.351.387/0001-35**, cujo objeto de contratação de serviço de suporte - do tipo suporte técnico, em equipamentos de informática com computadores, notebook, impressoras assegurando à manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças para atender a demanda da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:3EFCF300

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 372/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 006/2025, firmado com a empresa C J DA SILVA ALVES SERVIÇOS DE CONSULTORIA GERENCIAL, OCUPACIONAL E PROFISSIONAL, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 006/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **C J DA SILVA ALVES SERVIÇOS DE CONSULTORIA GERENCIAL, OCUPACIONAL E PROFISSIONAL, CNPJ nº 31.338.644/0001-18,** cujo objeto de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria/assessoria mensal para atendimento aos aspectos normativos em matéria de saúde ocupacional, segurança do trabalho ao e-social, eventos de SST para Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:7698CDCE

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 373/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 007/2025, firmado com a empresa VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 007/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, CNPJ nº 14.351.387/0001-35,** cujo objeto de contratação de empresa especializada de serviços de digitalização de documentos e serviços em nuvem de todos os documentos produzidos no poder legislativo municipal, para Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:EFB68360

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 374/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 008/2025, firmado com a empresa BJ LIMA LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 008/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **BJ LIMA LTDA, CNPJ nº 28.230.255/0001-60,** cujo objeto de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria e apoio administrativo ao setor de licitações e contratos, compreendendo a orientação e o acompanhamento das atividades, da Câmara Municipal de Vereadores de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:15E3AF78

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 375/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 009/2025, firmado com a empresa AC SERVER & ASSESSORIA EM GESTAO PUBLICA LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 009/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **AC SERVER & ASSESSORIA EM GESTAO PUBLICA LTDA, CNPJ nº 42.487.243/0001-46,** cujo objeto de contratação de empresa especializada de assessoria em gestão pública administrativa e gerencial, abrangendo análises, reestruturação e modernização de processos administrativos, de governança e suporte técnico, visando a eficiência das demandas da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:A9FE17DD

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 376/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 010/2025, firmado com a empresa VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 010/2025,** e a servidora **ANTONIO CASSIANO DOS SANTOS FILHO**, **MATRÍCULA 566**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, CNPJ nº 14.351.387/0001-35,** cujo objeto de contratação de empresa especializada de serviços continuados de empresa especializada em infraestrutura de rede de dados e voz com manutenção preventiva e corretiva, suporte de rede lógica e do sistema de telefonia (cabeamento, instalação/movimentação de novos pontos) na Câmara Municipal do Carpina/PE, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:CB89EFE0

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 377/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 011/2025, firmado com a empresa BJ LIMA LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 011/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **BJ LIMA LTDA, CNPJ nº 28.230.255/0001-60,** cujo objeto de contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em assessoria e consultoria com enfoque na área de controle interno, incluindo treinamentos e orientações contínuas aos servidores da Câmara de Municipal de Vereadores do Carpina-PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:0E5FDA3A

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 378/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 012/2025, firmado com a empresa BJ LIMA LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 012/2025,** e a servidora **GIANNA VITORIA SANTOS CORREIA SILVA**, **MATRÍCULA 616**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **BJ LIMA LTDA, CNPJ nº 28.230.255/0001-60,** cujo objeto de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria, suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva do sistema E-SIC, assessoria, consultoria e alimentação do Remessa TCE/PE e alimentação in loco do portal da transparência da Câmara Municipal de Vereadores do Carpina-PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:75491A24

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 379/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 013/2025, firmado com a empresa TABS ASSESSORIA CONTÁBIL EM GESTÃO PÚBLICA EIRELI, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 013/2025,** e o servidor **ANTONIO CASSIANO DOS SANTOS FILHO**, **MATRÍCULA 566**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, CNPJ nº 14.351.387/0001-35,** cujo objeto de contratação de empresa especializada de assessoria, assistência e orientação técnica em Gestão Patrimonial e Sistema de Protocolo, em favor Câmara Municipal de Carpina/PE, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:3A24CBF8

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 380/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 014/2025, firmado com a empresa TABS ASSESSORIA CONTÁBIL EM GESTÃO PÚBLICA EIRELI, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 014/2025,** e a servidora **ANTONIO CASSIANO DOS SANTOS FILHO**, **MATRÍCULA 566**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, CNPJ nº 14.351.387/0001-35,** cujo objeto de contratação de empresa especializada de assessoria técnica no Setor de Recursos Humanos, com disponibilização de software integrado, em favor da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:1335800C

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 381/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 015/2025 firmado com a empresa INSTITUIÇÃO PERNAMBUCANA EM GESTÃO EDUCACIONAL LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 001/2025,** e o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **INSTITUIÇÃO PERNAMBUCANA EM GESTÃO EDUCACIONAL LTDA**, **CNPJ nº 43.525.938/0001-38**, cujo objeto de contratação de pessoa jurídica especializada em Serviços de assessoria e consultoria para implantação, gestão, capacitação e elaboração de projetos para escola do legislativo, bem como na formação da Cidadania e aprimoramento dos Serviços Públicos provendo à comunidade em geral de informações que possibilitem identificar adequadamente o papel deste Poder Legislativo na esfera municipal em favor Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:B38A7F94

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 382/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 016/2025, firmado com a empresa GEORGE ALEXANDRE DIAS DE SOUSA INFORMATICA LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 016/2025,** e o servidor **ANTONIO CASSIANO DOS SANTOS FILHO**, **MATRÍCULA 566**, para atuar na condição de **Fiscal**

Técnico do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **GEORGE ALEXANDRE DIAS DE SOUSA INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 11.324.252/0001-92,** cujo objeto de contratação de 01 (um) link de acesso à internet banda larga, com infraestrutura de conectividade física e lógica, composto de todo o hardware e software adequados para a velocidade mínima de 600 MB e ativação de circuito de acesso (Link de internet), sem franquia de dados, com no mínimo 300 MB de upload, disponibilizados por meio de 100% fibra ótica de ponta a ponta, com cobertura de sinal via Wi-Fi com tecnologia Rede Mesh em toda a extensão da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:FFA8E0F5

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 383/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 017/2025, firmado com a empresa TACIANA CRISTINA DA SILVA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 017/2025,** e o servidor **ANTONIO CASSIANO DOS SANTOS FILHO**, **MATRÍCULA 566**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **TACIANA CRISTINA DA SILVA, CNPJ nº 34.651.658/0001-85,** cujo objeto de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a reposição de peças e suporte técnico do sistema de segurança eletrônica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:F506C40E

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 384/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 018/2025, firmado com a empresa ULTRAJA JEFFERSON E C MOURA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** como **Gestor** do Contrato **Nº 002/2025,** e a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **ULTRAJA JEFFERSON E C MOURA, CNPJ nº 18.186.152/0001-96**, cujo objeto de contratação de serviços de implantação, manutenção, customização, assessoramento, hospedagem e suporte de site institucional desta entidade registrado em www.carpina.leg.pe.br, com serviços inclusos de ouvidoria, e-SIC, carta de serviços, e-mails institucionais e desenvolvimento do portal da transparência e acesso à informação em consonância com a lei nº 12.527/2011, para o bom desempenho nas fiscalizações dos órgãos de controle (TCE-PE, CGU e MP), incluindo serviços de treinamento, conversão de dados, customização, manutenção corretiva, e atendimento técnico especializado, visando atender à Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 10 de janeiro de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:DB44B48D

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 385/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 019/2025 firmado com a empresa AURORA COMERCIO LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 019/2025,** e o servidor **EDIMILSON SENA DO NASCIMENTO, MATRÍCULA 608,** para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **AURORA COMERCIO LTDA**, **CNPJ nº 23.738.757/0001-82**, cujo objeto de contratação de empresa para

fornecimento parcelado de gêneros alimentícios e água mineral para atender as necessidades da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 03 de abril de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:0A149A41

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 386/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 020/2025 firmado com a empresa BRASIL COMERCIO E SOLUCOES LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 020/2025,** e o servidor **EDIMILSON SENA DO NASCIMENTO, MATRÍCULA 608,** para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **AURORA COMERCIO LTDA**, **CNPJ nº 23.738.757/0001-82**, cujo objeto de contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene para atender as necessidades da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 23 de abril de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:6FCA266A

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 387/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 021/2025 firmado com a empresa BRASIL COMERCIO E SOLUCOES LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **MONICA CRISTINA SOUZA COSTA BYONE, MATRÍCULA 147**, como **Gestora** do Contrato **Nº 021/2025,** e o servidor **EDIMILSON SENA DO NASCIMENTO, MATRÍCULA 608,** para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **AURORA COMERCIO LTDA**, **CNPJ nº 23.738.757/0001-82**, cujo objeto de contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de expediente e papelaria para atender as necessidades da Câmara Municipal de Carpina/PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 23 de abril de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:F690469F

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 388/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 022/2025 firmado com a empresa 52.395.253 IZADORA SABRINE DE BRITO COSTA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **ANNA GRAZIELLA DE OLIVEIRA LUIZ E SILVA, MATRÍCULA 701,** como **Gestora** do Contrato **Nº 022/2025,** e a servidora **YLKA POHANNE SANTANA DOS SANTOS**, **MATRÍCULA 583-1**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **52.395.253 IZADORA SABRINE DE BRITO COSTA, CNPJ nº 52.395.253/0001-05,** cujo objeto de contratação de empresa especializada objetivando prestação de serviços de ginástica laboral em formato presencial, compreendendo o planejamento, a execução, a avaliação, o acompanhamento e a apresentação de relatórios, destinadas aos servidores dos quadros efetivos e comissionados, na sede da Câmara Municipal de Carpina-PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 02 de maio de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:E4788FDA

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 389/2025

Ementa: Designar Gestor e Fiscal Técnico do Contrato Nº 023/2025 firmado com a empresa DETETIZA CENTER LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO o previsto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **ANNA GRAZIELLA DE OLIVEIRA LUIZ E SILVA, MATRÍCULA 701,** como **Gestora** do Contrato **Nº 023/2025,** e o servidor **ANTONIO CASSIANO DOS SANTOS FILHO**, **MATRÍCULA 566**, para atuar na condição de **Fiscal Técnico** do referido Contrato**,** celebrado entre este Poder Legislativo, e a empresa **DETETIZA CENTER LTDA, CNPJ nº 37.925.319/0001-38,** cujo objeto de contratação de empresa especializada na execução dos serviços de descupinização, desalojamento de aves e morcegos e nebulização, nos diversos setores e departamentos da Câmara Municipal do Município de Carpina /PE, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 09 de maio de 2025**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:DBA15B5D

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 390/2025

Ementa: Substituir o Fiscal Técnico do Contrato Nº 015/2025 firmado com a empresa INSTITUIÇÃO PERNAMBUCANA EM GESTÃO EDUCACIONAL LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO a Portaria nº 381/2025, que designou Gestor e Fiscal Técnico do Contrato nº 015/2025, celebrado com a empresa **INSTITUIÇÃO PERNAMBUCANA EM GESTÃO EDUCACIONAL LTDA**;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de substituição do Fiscal Técnico originalmente designado;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.246/2022, que dispõem sobre regras e diretrizes para gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o **Fiscal Técnico** do **Contrato Nº 015/2025**, anteriormente exercido pelo servidor **ALUÍZIO MENDONÇA DE ARRUDA NETO, MATRÍCULA 564-2,** passando a função a ser exercida pelo servidor **ANTONIO JOSE E SILVA NETO**, **MATRÍCULA 724**, que atuará como **Fiscal Técnico** do referido contrato, assumindo todas as atribuições previstas na legislação vigente e constantes dos autos do processo administrativo correspondente.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 381/2025, especialmente quanto à designação da Gestora do Contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 02 de maio de 2025**.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:88EAD7ED

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 391/2025

Ementa: Substituir o Fiscal Técnico do Contrato Nº 019/2025 firmado com a empresa AURORA COMERCIO LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO a Portaria nº 385/2025, que designou Gestor e Fiscal Técnico do Contrato nº 019/2025, celebrado com a empresa **AURORA COMERCIO LTDA**;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de substituição do Fiscal Técnico originalmente designado;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.246/2022, que dispõem sobre regras e diretrizes para gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o **Fiscal Técnico** do **Contrato Nº 019/2025**, anteriormente exercido pelo servidor **EDIMILSON SENA DO NASCIMENTO, MATRÍCULA 608,** passando a função a ser exercida pelo servidor **WELLINGTON LOPES DA SILVA LUCENA**, **MATRÍCULA 703**, que atuará como **Fiscal Técnico** do referido contrato, assumindo todas as atribuições previstas na legislação vigente e constantes dos autos do processo administrativo correspondente.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 385/2025, especialmente quanto à designação da Gestora do Contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 01 de agosto de 2025**.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:05C0334E

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 392/2025

Ementa: Substituir o Fiscal Técnico do Contrato Nº 020/2025 firmado com a empresa BRASIL COMERCIO E SOLUCOES LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO a Portaria nº 386/2025, que designou Gestor e Fiscal Técnico do Contrato nº 020/2025, celebrado com a empresa **BRASIL COMERCIO E SOLUCOES LTDA**;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de substituição do Fiscal Técnico originalmente designado;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.246/2022, que dispõem sobre regras e diretrizes para gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o **Fiscal Técnico** do **Contrato Nº 020/2025**, anteriormente exercido pelo servidor **EDIMILSON SENA DO NASCIMENTO, MATRÍCULA 608,** passando a função a ser exercida pelo servidor **WELLINGTON LOPES DA SILVA LUCENA**, **MATRÍCULA 703**, que atuará como **Fiscal Técnico** do referido contrato, assumindo todas as atribuições previstas na legislação vigente e constantes dos autos do processo administrativo correspondente.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 386/2025, especialmente quanto à designação da Gestora do Contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 01 de agosto de 2025**.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:B74129E5

CAMARA DE VEREADORES DO CARPINA/PE
PORTARIA Nº 393/2025

Ementa: Substituir o Fiscal Técnico do Contrato Nº 021/2025 firmado com a empresa BRASIL COMERCIO E SOLUCOES LTDA, do Legislativo Municipal derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARPINA**, Estado De Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal do Carpina/PE**,

CONSIDERANDO a Portaria nº 387/2025, que designou Gestor e Fiscal Técnico do Contrato nº 021/2025, celebrado com a empresa **BRASIL COMERCIO E SOLUCOES LTDA**;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de substituição do Fiscal Técnico originalmente designado;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.246/2022, que dispõem sobre regras e diretrizes para gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o **Fiscal Técnico** do **Contrato Nº 021/2025**, anteriormente exercido pelo servidor **EDIMILSON SENA DO NASCIMENTO, MATRÍCULA 608,** passando a função a ser exercida pelo servidor **WELLINGTON LOPES DA SILVA LUCENA**, **MATRÍCULA 703**, que atuará como **Fiscal Técnico** do referido contrato, assumindo todas as atribuições previstas na legislação vigente e constantes dos autos do processo administrativo correspondente.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 387/2025, especialmente quanto à designação da Gestora do Contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na **data de sua publicação,** com efeitos a contar do **dia 01 de agosto de 2025**.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Carpina/PE, 01 de dezembro de 2025.

MARDUQUEU GRIGÓRIO PEREIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jeferson Pereira de Souza
Código Identificador:DB553EDD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 057/2025 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARPINA/PE.
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 057/2025-FMS. **Pregão Eletrônico** Nº 036/2025-FMS. **Objeto**: AQUISIÇÃO DE TABLETS DESTINADO AO USO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATES ÀS ENDEMIAS (ACE), DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARPINA/PE. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 431.855,20. **Início do Acolhimento das Propostas:** 30/12/2025, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas:** 14/01/2026, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.carpina.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Praça São José, 95 – Bairro: São José – Carpina – PE.

Carpina, 29/12/2025.

ERONILDO DA SILVA GOMES,
Pregoeiro

Publicado por:
Eronildo da Silva Gomes
Código Identificador:9A87BB09

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE NOTIFICAÇÃO - FMAS 26

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

O Prefeito do Município de Carpina/PE através do O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, e a empresa **MP SERVICOS GRAFICOS E PUBLICITARIOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 32.994.636/0001-92, sede na RUA TOMAZ GONZAGA 157, ZUMBI, RECIFE-PE . CEP - 50.711-092, E-mail: adv.luciana81@yahoo.com; marcelo3125@hotmail.com, Fones (81) 3034-1950 / (81) 99274-2843**, enviar seu representante**no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do recebimento deste documento**, para assinatura do **CONTRATO**, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025, que tem por objeto a **FORNECIMENTO FUTURO E EVENTUAL DE MATERIAL GRÁFICO, IMPRESSOS E PERSONALIZADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARPINA/PE**, a qual foi declarada vencedora do certame para diversos itens: 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41 e 42 conforme constante nos auto do Processo Licitatório.

Informamos que caso a empresa não cumpra o prazo de até 5 dias, o Pregoeiro deste Município encaminhará a Cópia do Processo Licitatório para a Procuradoria jurídica para que sejam tomadas as devidas providências previstas em lei e no edital.

Informamos ainda que a **MP SERVICOS GRAFICOS E PUBLICITARIOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 32.994.636/0001-92**, foi convocada para assinatura da **CONTRATO** no dia 12/12/2025, através do e-mail, conforme publicação constante nos autos do Processo Licitatório.

Carpina, 29 de Dezembro de 2025.

ERONILDO DA SILVA GOMES
Pregoeiro

Publicado por:
Eronildo da Silva Gomes
Código Identificador:7B025C4C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CASINHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL FUNDO MUN. DE SAÚDE CASINHAS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2025

Processo Nº: 00044/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00019/2025. Compra. Tipo menor preço. Restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados. Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de medicamentos, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde do município de Casinhas – PE, pelo período de 12 (doze) meses, referente aos itens remanescentes do Processo Licitatório nº 00035.2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 00014.2025. Valor: R$57.970,00.Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 16 de Janeiro de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site www.portaldecompraspublicas.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 73/23; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: http://www.prefeituracasinhas.pe.gov.br/; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3634–9156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Casinhas, 23/12/2025.

FABIANO DE ANDRADE BARBOSA OLIVEIRA.
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Fabiano
Código Identificador:20909621

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 019/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **ADEJAILTON JOSÉ OLIVEIRA DE ANDRADE, inscrito no CNPJ nº 49.401.939/0001-57**. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:14EB0730

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 020/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **JOSÉ RINALDO DA SILVA,, inscrito no CNPJ nº 49.403.368/0001-90**. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:CAD5A344

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **CAIO RODRIGO SILVA LIRA, inscrito no CNPJ nº 49.403.954/0001-**

34. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:A20DA98E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **KESSY JONHES DIAS DE SOUSA, inscrito no CNPJ nº 49.402.568/0001-28**. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:09D06C69

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 023/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **ALEXANDRE NICÁCIO DA SILVA (AMF SERVIÇOS), inscrito no CNPJ nº 49.403.339/0001-28**. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:F4539637

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **JOSE EDSON DE FREITAS SERAFIM, inscrito no CNPJ nº 49.401.132/0001-14**. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:49F4EB76

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **ROMILDO RAMOS DA SILVA (Romildo Eletricista), inscrito no CNPJ nº 49.410.169/0001-09,** TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:F8B6ACF9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 028/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **JOÃO CABRAL DA SILVA, inscrito no CNPJ nº 49.408.987/0001-77**. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:DA94E653

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 029/2023

Chamada Pública/Credenciamento nº 00004/2023, Processo Administrativo nº 00004/2023. CPL. **Objeto- Contratação de profissionais credenciados (pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor, auxiliar de pintor e auxiliar de eletricista) para execução de serviços de manutenção, conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, prédios e demais bens públicos municipais, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van / furgão, a ser destinado a secretaria municipal de educação para a implantação do projeto biblioteca móvel, no município de Casinhas-PE.** DOTAÇÃO: Recursos Próprios do município de Casinhas. Contratado: **WELLINGTON FERNANDO CABRAL, inscrito no CNPJ nº 49.409.285/0001-08**. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Vigência: de **29 de agosto de 2025, até 31 de dezembro de 2025**.

Casinhas, 18 de agosto de 2025.

JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Prefeita.

Publicado por:
Marcela Micaelly Rocha da Silva
Código Identificador:892435C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00045/2025

Processo Nº: 00132/2025. PRG. **Pregão Eletrônico Nº 00045/2025**. Compra. Tipo menor preço. **Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, destinados ao preparo da merenda escolar nas unidades que compõem a rede municipal de ensino de Casinhas - PE, durante o exercício de 2026, conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.** Valor: **R$1.654.181,00**.Abertura da sessão pública: **09:00 horas do dia 16 de Janeiro de 2026**. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública ás **09:00 horas do dia 16 de Janeiro de 2026**. No site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 141/23; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: http://www.prefeituracasinhas.pe.gov.br/;www.gov.br/pncp, licit.casinhas@gmail.com; ou na Prefeitura Municipal de Casinhas: Rua Severino Augusto de Miranda, SN, Centro, Fone: (81) 3634–9156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Casinhas, 29 de dezembro de 2025.

SHEILA MICHELY CELERINO DA SILVA LIMA.
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Sheila Michely Celerino da Silva Lima
Código Identificador:CFE1EC14

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CEDRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - COMISSÃO PERMANENTE DE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA 068

ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação nº 068/2025
Processo Administrativo: 15.12.25.001

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA E TRANSPORTE DE CARGA, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETATIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE CEDRO-PE.
Período de propostas: 22/12/2025 até 26/12/2025.

PREAMBULO

Na data de 09/05/2025, às 09:00, teve início a etapa de julgamento e classificação da(s) proposta(s), pelo critério de julgamento de menor preço global, encaminhada(s) pelos licitantes, nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

RELATÓRIO DE FORNECEDORES

Participaram deste procedimento os fornecedores abaixo relacionados:

Obs: Sem participação de fornecedores

DESCLASSIFICAÇÃO

Não houve desclassificação.

HABILITAÇÃO

Obs: Sem participação de fornecedores

OCORRÊNCIAS
Sem ocorrências.

ENCERRAMENTO

Para constar foi lavrada a presente Ata, após verificado que nenhum fornecedor apresentou proposta de preços e documentos de habilitação para presente Dispensa de Licitação, sendo declarada DESERTA em 09/05/2025, às 09:28.

JOÃO PAULO SILVA
Agente de Contratação

EVERTON DA SILVA RAMALHO
Membro

MICHELLE CRISTINA ALVES DE LAVÔR
Membro

Publicado por:
João Paulo Silva
Código Identificador:DFDE67C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - COMISSÃO PERMANENTE DE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº: 010/2025

Processo Administrativo Nº: 23.01.25.005
Processo Licitatório Nº: 006/2025-A
Dispensa Emergencial Nº: 006/2025-A

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação – Fundo Municipal de Educação.

CONTRATADO: CICERO JOÃO MARTINS-MEI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Av.: Eliziário Cavalcante, Nº: 2.487, Centro, CEP: 56.130-000, Cedro/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº: 42.002.486/0001-47, através do seu representante legal, o(a) Senhor(a): Cicero João Martins, inscrito no CPF sob N°: ***.142.944-**.

OBJETO DO PROCESSO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO CEDRO/PE.

OBJETO: Prorrogação do Prazo da Vigência do Contrato, passando a viger de 06/11/2025 até a data 06/02/2026, pelo período de 90 (noventa) dias.

FUDAMENTO LEGAL – Art. 107, Lei Nº: 14.133/2021, c/c a Cláusula Terceira do contrato original.

DOTAÇÕES:
ÓRGÃO UNID. ORÇ. PROJETO/ATIVIDADE ELEMENTO DE DESPESA
03 01 12.361.0039.2.036.0000 3.3.90.36.00
03 01 12.361.0039.2.036.0000 3.3.90.39.00

VIGÊNCIA: de 06/11/2025 até 06/02/2026.

Cedro/PE, 06 de Novembro de 2025.

Fundo Municipal de Educação
MARIA LINDIANA ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Gestora do Fundo Municipal de Educação de Cedro/PE
Contratante

Publicado por:
João Paulo Silva
Código Identificador:2D13067B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CHÃ DE ALEGRIA

PREFEITURA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE PMCA Nº 015/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ DE ALEGRIA
INEXIGIBILIDADE PMCA Nº 015/2025
Reconheço a Inexigibilidade de Licitação para Contratação da atração artística ROGÉRIO SOM para apresentação durante a comemoração réveillon 2025/2026, conforme Programação da Secretaria Executiva de Cultura. O artista é representado exclusivamente pela Empresa FRANCISCO S. DA COSTA JUNIOR-ME, CNPJ N° 32.482.767/0001-90, fundamentado no Art. 74, II, da Lei 14.133/2021 e alterações.
Chã de Alegria, 23 de dezembro de 2025.
Bartolomeu Edgar de Lima Santana
Secretário Executivo de Cultura
Ratifico a **Inexigibilidade de Licitação PMCA Nº. 015/2025**, nos termos do Art. 74, II, da Lei 14.133/2021 e alterações.
Chã de Alegria, 23 de dezembro de 2025.

MARCOS GOMES DO AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Alyson Marcilio de Freitas Mendes
Código Identificador:FDBDA426

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CORTÊS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.264, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 115/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **IMPACTO MOVEIS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 50.983.384/0001-88** no valor total de **R$ 73.014,06**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:699C4602

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.265, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 119/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **B2G MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 22.808.990/0001-21** no valor total de **R$ 2.453,96**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:D3416E25

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.266, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 120/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 10.942.831/0001-36** no valor total de **R$ 31.334,92**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:E39D8BE6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.267, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da

Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 121/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **META EMPENHO SOLUCOES LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 35.503.809/0001-10** no valor total de **R$ 17.636,50**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:A4ECC37C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.268, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 122/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **MICROFORT INFORMATICA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 24.675.507/0001-03** no valor total de **R$ 22.574,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:24CBC82C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.269, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 123/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **PROSPERITY COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 09.442.524/0001-07** no valor total de **R$ 38.354,15**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:1C2B8CEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.270, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 124/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **RPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LIMITADA ME**, inscrita no **CNPJ: 02.889.655/0001-98** no valor total de **R$ 4.395,40**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:76EA8A3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.271, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 125/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **SC DA SILVA COMERCIO LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 24.790.994/0001-55** no valor total de **R$ 34.223,30**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:20288BC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.272, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 126/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MV MOVEIS LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 59.532.211/0001-18** no valor total de **R$ 68.708,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:12EE379E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.273, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 127/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MAXLICITE SOLUCOES COMERCIAIS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 39.537.400/0001-76** no valor total de **R$ 48.544,44**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:AB56468A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.274, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade

Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 128/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **G H P S BARRETO EPP**, inscrita no **CNPJ: 27.103.616/0001-44** no valor total de **R$ 21.516,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:B3EF7737

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.275 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 115/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **IMPACTO MOVEIS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 50.983.384/0001-88** no valor total de **R$ 73.014,06**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:C8813AA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.276 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 119/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **B2G MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 22.808.990/0001-21** no valor total de **R$ 2.453,96**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:647D6A66

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.277 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 119/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **B2G MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 22.808.990/0001-21** no valor total de **R$ 2.453,96**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:E8B2ED08

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.278 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 120/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 10.942.831/0001-36** no valor total de **R$ 31.334,92**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:3DE7A4CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.279 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 121/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **META EMPENHO SOLUCOES LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 35.503.809/0001-10** no valor total de **R$ 17.636,50**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:3467E6B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.280 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 122/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **MICROFORT INFORMATICA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 24.675.507/0001-03** no valor total de **R$ 22.574,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:881C33B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.281 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 123/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **PROSPERITY COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 09.442.524/0001-07** no valor total de **R$ 38.354,15**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:14D257DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.282 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 124/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **RPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LIMITADA ME**, inscrita no **CNPJ: 02.889.655/0001-98** no valor total de **R$ 4.395,40**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:50BF681A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.283 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 125/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **SC DA SILVA COMERCIO LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 24.790.994/0001-55** no valor total de **R$ 34.223,30**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:EDE758E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.284 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 126/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MV MOVEIS LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 59.532.211/0001-18** no valor total de **R$ 68.708,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:25092D10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.285 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 127/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MAXLICITE SOLUCOES COMERCIAIS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 39.537.400/0001-76** no valor total de **R$ 48.544,44**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:0E11F9EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.286 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 128/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **G H P S BARRETO EPP**, inscrita no **CNPJ: 27.103.616/0001-44** no valor total de **R$ 21.516,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:E5ACE2D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.287, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 115/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **IMPACTO MOVEIS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 50.983.384/0001-88** no valor total de **R$ 73.014,06**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:206BE0BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.288, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 119/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **B2G MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 22.808.990/0001-21** no valor total de **R$ 2.453,96**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:AE1992D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.289, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 120/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 10.942.831/0001-36** no valor total de **R$ 31.334,92**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:5D2450C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.290, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 121/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **META EMPENHO SOLUCOES LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 35.503.809/0001-10** no valor total de **R$ 17.636,50**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:EA1B0ADD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.291, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 122/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **MICROFORT INFORMATICA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 24.675.507/0001-03** no valor total de **R$ 22.574,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:DD5F1197

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.292, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 123/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **PROSPERITY COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 09.442.524/0001-07** no valor total de **R$ 38.354,15**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:43B89C6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.293, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 124/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **RPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LIMITADA ME**, inscrita no **CNPJ: 02.889.655/0001-98** no valor total de **R$ 4.395,40**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:09ACA326

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.294, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 125/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **SC DA SILVA COMERCIO LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 24.790.994/0001-55** no valor total de **R$ 34.223,30**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo

referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:F0B22CA6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.295, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 126/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MV MOVEIS LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 59.532.211/0001-18** no valor total de **R$ 68.708,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:A4D441D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.296, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 127/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MAXLICITE SOLUCOES COMERCIAIS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 39.537.400/0001-76** no valor total de **R$ 48.544,44**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:B3C650BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.297, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 128/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **G H P S BARRETO EPP**, inscrita no **CNPJ: 27.103.616/0001-44** no valor total de **R$ 21.516,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:62489781

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.298, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 115/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **IMPACTO MOVEIS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 50.983.384/0001-88** no valor total de **R$ 73.014,06**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:0E93A1D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.299, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 119/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **B2G MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 22.808.990/0001-21** no valor total de **R$ 2.453,96**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:7BFF7FDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.300, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 120/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 10.942.831/0001-36** no valor total de **R$ 31.334,92**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:E6358E64

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.301, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 121/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **META EMPENHO SOLUCOES LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 35.503.809/0001-10** no valor total de **R$ 17.636,50**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:F75F0938

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.302, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 122/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **MICROFORT INFORMATICA LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 24.675.507/0001-03** no valor total de **R$ 22.574,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:B96EB0C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.303, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 123/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **PROSPERITY COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 09.442.524/0001-07** no valor total de **R$ 38.354,15**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:5CC1BB2C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.304, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 124/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **RPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LIMITADA ME**, inscrita no **CNPJ: 02.889.655/0001-98** no valor total de **R$ 4.395,40**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:3FE265E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.305, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 125/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 069/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 016/2025**, celebrado com a empresa **SC DA SILVA COMERCIO LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 24.790.994/0001-55** no valor total de **R$ 34.223,30**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, mobiliários e utensílios de cozinha**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:3631BCE5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.306, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 126/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MV MOVEIS LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 59.532.211/0001-18** no valor total de **R$ 68.708,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:6FDD047C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.307, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 127/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **MAXLICITE SOLUCOES COMERCIAIS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ: 39.537.400/0001-76** no valor total de **R$ 48.544,44**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:13AAC38E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.308, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **ALEX BRUNO BARRETO DE SOUZA** inscrito no CPF sob o nº 091.670.854-31, portador da Cédula de Identidade nº 7.721.214 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 128/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025**, celebrado com a empresa **G H P S BARRETO EPP**, inscrita no **CNPJ: 27.103.616/0001-44** no valor total de **R$ 21.516,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:A7AE6595

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.309, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **LUCINALDO GOMES FERREIRA** inscrito no CPF sob o nº 124.637.864-77, portador da Cédula de Identidade nº 9.720.480 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 111/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 067/2025** e da **Inexigibilidade nº 022/2025**, celebrado com a empresa **GR8 SERVICOS DE T. I. LTDA**, inscrita no **CNPJ: 35.143.471/0001-33** no valor total de **R$ 119.375,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução multiplataforma de gestão pública, com foco em atendimento e comunicação com o cidadão.**

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **GENILDO BEZERRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 041.411.374-80, portador da Cédula de Identidade nº 5.385.247 - SSP/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:95B26FFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.310, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **EMANUELLY MARQUES DOS SANTOS** inscrita no CPF sob o nº 123.149.014-44, portadora da Cédula de Identidade nº 7.731.629 - SDS/PE, como **Fiscal do Contrato nº 017/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 018/2025** e da **Dispensa nº 010/2025**, celebrado com a empresa **EDERALDO SANTOS DAS NEVES 11350457809**, inscrita no **CNPJ: 20.963.648/0001-70** no valor total de **R$ 13.760,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a instalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **DOUGLAS SALLES SILVA ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 143.425.904-84, portador da Cédula de Identidade nº 12.067.182 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:70CC87E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.311 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **AMANDA MARIA ALVES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 132.576.314-48, portadora da Cédula de Identidade nº 10.783.208 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 023/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 019/2025** e da **Dispensa nº 013/2025**, celebrado com a empresa **CARDMAIS SST - SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA**, inscrita no **CNPJ: 50.137.937/0001-81** no valor total de **R$ 17.234,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Laudos Técnicos**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:DD52A025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1312, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa Servidor para atuação como Fiscal de Contratos Administrativos da Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Saúde de Cortês, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as quais dispõe sobre normas relativas às licitações e contratos no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 171, de 18 de abril de 2024 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a IN SCI nº 003, de 05 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito do município de Cortês-PE;

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, e a necessidade de delimitar as competências dos agentes públicos envolvidos nas contratações públicas,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO MARCOS AGOSTINHO DURVAL** inscrito no CPF sob o nº 989.820.834-15, portador da Cédula de Identidade nº 3.924.808 - SSP/PE, como **Fiscal do Contrato nº 023/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº**

019/2025 e da **Dispensa nº 013/2025**, celebrado com a empresa **CARDMAIS SST - SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA**, inscrita no **CNPJ: 50.137.937/0001-81** no valor total de **R$ 17.234,00**, com **vigência** de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, cujo referido instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Laudos Técnicos**.

Art. 2º As atribuições referentes à função de Fiscal de Contrato constam nos artigos 13° e 14º do Decreto Municipal 171/2024 e no artigo 16º da IN SCI 003/2023.

Art. 3º As atribuições de fiscalização ora designadas limitar-se-ão às despesas realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LARISSA OLIVEIRA DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 118.928.374-39, portador da Cédula de Identidade nº 1.008.961 - SDS/PE, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do Memorando de Designação do Fiscal de Contrato mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Cortês-PE, 22 de dezembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Magali Borba Oliveira Lima
Código Identificador:A06C719B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUMARU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU
EXTRATO DE CONTRATO

Processo: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONTRATO N° 13/2025. CONTRATO: N° 044/2025 - Objeto: **AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUMARU/PE (ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025 – SEED, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE0214/2025 DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO ESTADO DE SERGIPE (PROCESSO Nº 16881/2025-COMPRAS.GOV-SEED)**. Contrato: n° 044/2025. Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUMARU-PE**, sob o CNPJ nº 30.958.510/0001- 37. Contratada: **INDUSTRIA E COMERCIO MOVEIS KUTZ LTDA**, sob o CNPJ nº 11.295.284/0001-07. Data da assinatura: 22/12/2025. O presente Contrato terá seu termo inicial em 22/12/2025, sendo vigente até 22/12/2026. Valor global: R$ 2.060.002,25 (dois milhões, sessenta mil e dois reais e vinte e cinco centavos). Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Publique-se na forma da lei.
Cumaru/PE, 29 de dezembro de 2025.

ZENAIDE ROZANGELA MEDEIROS DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Anthonny Eduardo Francisco da Silva Filho
Código Identificador:25DCD49C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU
MUNICIPIO DE CUMARU - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 045/2025-PMC PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025-PMC REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025-PMC

- OBJETO Nat:. Aquisição - **OBJETO Descr:** ***REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CUMARU E FUNDOS MUNICIPAIS***. **Valor total estimado**: ***R$ 4.361.817,30 (quatro milhões trezentos e sessenta e um mil oitocentos e dezessete reais e trinta centavos)*** **- Limite para acolhimento de propostas:** 14/01/2026 às 09h00 - **Início da sessão de disputa de preços**: 14/01/2026 às 10h00min**. Sistema eletrônico utilizado:** Portal de Compras do BNC - Endereço Eletrônico: http://www.bnc.org.br/. Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília/DF. Edital e anexos podem ser obtidos no Portal da Transparência do Município: <http://transparencia.cumaru.pe.gov.br> ou no endereço do sistema eletrônico utilizado. Cumaru, 29 de dezembro de 2025.

ANTHONNY EDUARDO FRANCISCO DA SILVA FILHO -
Pregoeiro.

Publicado por:
Anthonny Eduardo Francisco da Silva Filho
Código Identificador:1AC50508

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE DORMENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2025

Processo Adm.: Nº 092/2025. Objeto:Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Engenharia para a reforma e ampliação da Escola Maximiliano Rodrigues. Empresas vencedoras valor total: R$ 535.703,73(quinhentos e trinta e cinco mil e setecentos e três reais e setenta e três centavos):GEODAVE ALBUQUERQUE DE SOUZA EIRELI(08051919000116) com o lote: 1 no valor total de R$ 535.703,73 (quinhentos e trinta e cinco mil e setecentos e três reais e setenta e três centavos). DORMENTES - PE, 26 de dezembro de 2025, IARA CAVALCANTI DE MACEDO, CONDUTOR DE PROCESSOS.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:4A765F77

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
AVISO DE RESULTADO DE CERTAME INEXIGIBILIDADE 029/2025

A comissão de Contratação do município de Dormentes torna público Processo Administrativo Nº 106/2025, Inexigibilidade Nº 028/2025. CONTRATADA: RÁDIO RIO PONTAL FM LTDA, inscrita no CNPJ: 02.268.204/0001-33. OBJETO: Prestação de serviços de divulgação dos informes da Prefeitura Municipal de Dormentes, incluindo avisos das Secretarias Municipais, de caráter informativo, quando forem relativos à prestação serviços para a população, as divulgações de obras e realizações de eventos culturais, dentre outros, durante a programação semanal, e de caráter jornalístico, quando forem realizadas entrevistas e participações e secretários via emissora de rádios de comunicação. Dormentes-PE, 23 de dezembro de 2025.

LENISO COELHO CAVALCANTE,
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esporte

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:55A34F2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 70/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Técnica de enfermagem
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Técnica de Enfermagem, em caráter provisório e temporário no Município de Dormentes, na **UBS Terezinha Coelho de Macedo-SEDE III**, localizado na Sede, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **MARIA JOSELIA DE MACEDO.**

CPF: 774.752.914-72
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 40/h semanal, o valor de R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

.

Contrato Nº: 71/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Técnica de enfermagem
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Técnica de Enfermagem, em caráter provisório e temporário no Município de Dormentes, na **UBS Terezinha Coelho de Macedo-SEDE III**, localizado na Sede, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **ALINE REGES.**
CPF: 118.354.214-00
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 40/h semanal, o valor de R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

Contrato Nº: 73/2025
Contrato de pessoal
Objeto: professor
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de ensino fundamental anos iniciais, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **José Zuca**, localizada no distrito de Vila nova, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **CAMILA COELHO DAMASCENO.**
CPF: 120.500.284-00
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é ate dia 21 de julho messes.

Dormentes-PE, 07 de abril de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:8A94FE84

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 107/2025

Contrato Nº: 107/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Enfermeira
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Enfermeira, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, na Unidade Básica de Saúde –**ALBERTINA CRISTINA DE MACEDO-SEDE 1**, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **WILLIENE ALVES DE BRITO**
CPF: 087.430.114-97
VALOR CONTRATADO: perceberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 40/h semanal, o valor de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais) a título de vencimentos, irreajustável até o seu término.

Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.
.
Dormentes-PE, 08 de agosto de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:622CE797

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 108/2025

Contrato Nº: 108/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Técnica de Enfermagem
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Técnica de Enfermagem, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes no **Hospital Nossa Senhora da Paz**, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **ERINETE RODRIGUES DA SILVA**
CPF: 116.119.004-09
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, o valor de R$ 1.518,00 (um mil quinhentos dezoitos), mensal com plantão de 24 Horas à título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

Dormentes-PE, 15 de setembro de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:4EDF0D0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 67/2025

Contrato Nº: 67/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de ensino fundamental anos iniciais, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Juscelino kubitschek**, localizada no povoado de Caatinga Grande, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **LUZIA DE SOUSA MENEZ.**
CPF: 078.117.534-80
VALOR CONTRATADO Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato ate dia 21 de julho de 2025.

Dormentes-PE, 01 de abril de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:CDA20DD1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 72/2025

Contrato Nº: 72/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Orientadora Social
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Orientadora Social, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, lotada na **Secretaria de Assistência Social DIREITOS HUMANOS E COMBATE A FOME, (CRIANÇA FELIZ)**, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **ALANA VITÓRIA DA SILVA ALBUQUERQUE.**
CPF: 133.449.104-69
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 40/h semanal, o valor de R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

.

Dormentes-PE, 13 de abril de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:DBF0444A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 74/2025

Contrato Nº: 74/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Advogada
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Advogado, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, lotado na **Secretaria de Assistência Social e**

Habitação/CREAS - Centro de Referência em Assistência Social, pelo período a seguir determinado
Contratado: **LETICIA VIRGIÍNIA COELHO TEIXEIRA**
CPF: 705.563.304-47
VALOR CONTRATADO: perceberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 30/h (semanal) o valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais) a título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

Dormentes-PE, 06 de maio de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:B96C4A87

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 75/2025

Contrato Nº: 75/2025
Contrato de pessoal
Objeto: médico clinico
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de medico clinico, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, no **CAPS**, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **GESSIKA MARIANARA NASCIMENTO RODRIGUES**
CPF: 097.922.374-10
VALOR CONTRATADO: perceberá pelos serviços contratadas, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por 20hs semanais à título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

Dormentes-PE, 04 de julho de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:E924C221

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 76/2025

Contrato Nº: 76/2025
Contrato de pessoal
Objeto: médico clinico
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Médico clinico, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes no **Hospital Nossa Senhora da Paz**, pelo período a seguir determinado
Contratado: **ANDRIELLY VIEIRA DE SOUZA**
CPF: 097.922.374-10
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, o valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por plantão de 24 Horas à título de vencimentos, irreajustável até o seu término
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

Dormentes-PE, 09 de julho de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:F5DCFA60

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO CONTRATO N°138/2025

Processo Administrativo Nº 106/2025, Inexigibilidade Nº 029/2025, Contrato N° 138/2025, CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DORMENTES, CNPJ: 35.667.377/0001-83, CONTRATADA: RÁDIO RIO PONTAL FM LTDA, inscrita no CNPJ: 02.268.204/0001-33. OBJETO: Prestação de serviços de divulgação dos informes da Prefeitura Municipal de Dormentes, incluindo avisos das Secretarias Municipais, de caráter informativo, quando forem relativos à prestação serviços para a população, as divulgações de obras e realizações de eventos culturais, dentre outros, durante a programação semanal, e de caráter jornalístico, quando forem realizadas entrevistas e participações e secretários via emissora de rádios de comunicação. PRAZO DE VIGENCIA: 23/12/2025 à 22/12/2026. VALOR GLOBAL: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil). Dormentes-PE, 23 de dezembro de 2025.

LENISO COELHO CAVALCANTE,
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esporte.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:1047E922

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO CONTRATO N° 139/2025

Processo Administrativo nº 092/2025, Concorrência Eletrônico Nº 004/2025, Contrato N° 139/2025, Contratante: MUNICÍPIO DE DORMENTES, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 30.951.247/0001-54; Contratada: GEODAVE ALBUQUERQUE DE SOUZA LTDA, CNPJ nº 08.051.919/0001-16. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Engenharia para a reforma e ampliação da Escola Maximiliano Rodrigues. PRAZO DE VIGENCIA: 29/12/2025 à 28/04/2026. VALOR GLOBAL: R$ 535.703,73 (quinhentos e trinta e cinco mil setecentos e três reais e setenta e três centavos). Dormentes-PE, 29 de dezembro de 2025.

BENICIANA SANTANA DE MACEDO GRANJA,
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:1FEFD504

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 039/2024

CONTRATO Nº 039/2024, PROCESSO LICITATORIO N° 010/2024, CONCORRENCIA ELETRONICA N° 001/2024. Contratante: FUNDO *MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ:*11.207.731/0001-29. Contratada: GEODAVE ALBUQUERQUE DE SOUZA EIRELI-ME, CNPJ: 08.051.919/0001-16. OBJETO: Em razão do atraso ocorrido por parte da para o início dos serviços. Para tanto, é necessário prorrogar o prazo contratual previsto na cláusula terceira, por mais 06 (seis) meses. PRAZO DE VIGENCIA: 01/01/2026 à 30/06/2026. Dormentes-PE, 29 de dezembro de 2025.

TALITA MIRELE RODRIGUES,
Secretaria Municipal de Saúde.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:88AAB964

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato Nº: 77/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de ensino fundamental anos iniciais, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Creche Albuino Bezerra soares**, pelo período a seguir determinado
Contratado: **MARIA APARECIDA COELHO**
CPF: 039.908.994-22
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 .de dezembro

.

Contrato Nº: 78/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)

OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de ensino fundamental anos iniciais, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Creche Albuino Bezerra soares**, pelo período a seguir determinado
Contratado: **LUANA SAMARIA DE MELO CASTRO**
CPF: 069.195.114-44
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 .de dezembro de 2025

Contrato Nº: 79/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Paulo Valentino**, localizada na sitio Lagoinha, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **JAQUELINE RODRIGUES EVANGELISTA RAMOS**
CPF: 101.681.434-88
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 80/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Nossa Senhora do Carmo**, localizada no sitio Morrinho, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **ANI CAMILA GOMES DA SILVA**
CPF: 114.679.224-71
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 81/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Juscelino Kubitschek**, localizada no Distrito de Caatinga Grande, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **ALINNE SILVA RABELO**
CPF: 018.251.975-98
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 82/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Francisco Coelho de Macedo**, localizada na sede, pelo período a seguir determinado
Contratado: **DAIANE DE CASTRO SOUZA**
CPF: 109.768.434-20
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 83/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Nossa Senhora do Carmo**, localizada no sitio Morrinho, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **GEDEÃO DE SOUSA NUNES**
CPF: 043.361.304-18
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 85/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola José Zuca da Silva**, localizada no povoado de Vila Nova, pelo período a seguir determinado
Contratado: **NATALIA GALVÃO DE AZEVEDO**
CPF: 098.698.784-07
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 86/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Antônio Mendes de Souza**, localizada no Sitio Baixa do Caminho Velho, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **LUANA RODRIGUES DE SOUZA**
CPF: 120.072.224-85
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 87/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Francisco Coelho de Macedo**, localizada na sede, pelo período a seguir determinado
Contratado: **MARIANA EVANGELISTA COELHO**
CPF: 123.659.944-66

VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 88/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório etemporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Jose Zuca da Silva**, localizada no povoado de Vila Nova, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **MARIA DO SOCORRO DA SILVA PEREIRA**
CPF: 034.730.345-50
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 89/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Municipal de Lagoas**, localizada no Distrito de Lagoas, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **LEILA DE SOUSA GALVÃO**
CPF: 041.663874-05
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 90/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Santa Helena**, localizada na comunidade Mudubim, pelo período a seguir determinado
Contratado: **GENILDA TEREZA RODRIGUES**
CPF: 100.213.684-90
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 91/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Francisco Coelho de Macedo**, localizada na sede, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **MARIA DOS ANJOS DE SOUSA RODRIGUES**
CPF: 107.633.124-60
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 92/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Francisco Coelho de Macedo**, localizada na sede, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **DIANA DUOR COELHO**
CPF: 105.836.754-41
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 93/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 1° ao 5° ano, com Formação em Licenciatura em Pedagogia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Juscelino Kubitschek**, localizada no Distrito de Caatinga Grande, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **MARIA BEATRIZ DE SOUZA**
CPF: 124.633.844-09
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 94/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos finais 6° ao 9° ano, com Formação em Licenciatura em geografia, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Juscelino Kubitschek**, localizada no Distrito de Caatinga Grande, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **ERICA CONCEIÇÃO NOGUEIRA DE MACEDO**
CPF: 126.861.554-42
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 100h/a mensal, o valor de R$ 2.210,00 (dois mil duzentos e dez reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 96/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos finais 6° ao 9° ano, com Formação em Licenciatura em matemática, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Mauricio Jose Rolim Cavalcanti,** localizado na sede, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **LEANDRO DE MACEDO FERREIRA**
CPF: 102.503.124-50
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 150h/a mensal, o valor de R$ 3.315,00 (três mil trezentos quinze reais), irreajustável até o seu término
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 97/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos finais 6° ao 9° ano, com Formação em Formação em Licenciatura em

Letras, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Municipal Mauricio José Rolim,** localizado na sede, pelo período a seguir determinado
Contratado: **KÉSIA GABRIELA BARBOSA DE MACEDO**
CPF: 103.634.294-84
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 140h/a mensal, o valor de R$ 3.094 (três mil e noventa e quatro reais), irreajustável até o seu término
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 98/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos finais 6° ao 9° ano, com Formação em Formação em Licenciatura em Letras, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Municipal Mauricio José Rolim**.Contratado: **DANILA DE SOUZA RIBEIRO**
CPF: 105.792.264-17
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 100h/a mensal, o valor de R$ 2.210,00 (dois mil e duzentos e dez reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 99/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos iniciais 6° ao 9° ano, com Formação em Licenciatura em Letras/Português, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Juscelino Kubitschek,** localizada no distrito Caatinga Grande, pelo período a seguir determinado..
Contratado: **JONICLEIDE MACEDO DE CASTRO SILVA**
CPF: 028.926.524-05
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 100h/a mensal, o valor de R$ 2.210,00 (dois mil e duzentos e dez reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 100/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos finais 6° ao 9° ano, com Formação em Licenciatura em matemática, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Juscelino Kubitschek,** localizado no distrito de Caatinga Grande, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **JEFERSON ALVES DA COSTA**
CPF: 128.921.834-05
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 100h/a mensal, o valor de R$ 2.210,00 (dois mil e duzentos e dez reais), irreajustável até o seu término
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 101/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos finais 6° ao 9° ano, com Formação em Licenciatura em matemática, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Maximiliano Rodrigues de Macedo,** localizado no distrito de Lagoas de Fora, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **MARCELO ROCHA DA SILVA**
CPF: 112.308.424-62
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 190h/a mensal, o valor de R$ 4.199,00 (quatro mil e cento e noventa e nove reais), irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Contrato Nº: 102/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Professor(a)
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Professora de Ensino Fundamental anos finais 6° ao 9° ano, com Formação em Licenciatura em Ciências, e em caráter provisório e temporário exercerá sua função no Município de Dormentes na **Escola Juscelino Kubitschek,** localizado no distrito de Caatinga Grande e Escola Jose Zuca da silva, localizado no povoado de Vila Nova, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **PAULA DE SOUSA RIBEIRO**
CPF: 119.922.934-22
VALOR CONTRATADO: Perceberá pelo exercício de sua função, com carga horária de 100h/a mensal, o valor de R$ 2.210 (dois mil e duzentos e dez reais), irreajustável até o seu término. Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é até 31 De dezembro de 2025

Dormentes-PE, 22 de julho de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:541A9971

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato Nº: 63/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Enfermeira
OBJETO descr :obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Enfermeira, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, no HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA PAZ, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **SOLANGE DE MACEDO RODRIGUES .**
CPF: 075.781.024-19
VALOR CONTRATADO perceberá pelos serviços contratadas, o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por plantão 24h à título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

Contrato Nº: 66/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Médico Clínico
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Médico Clínico, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, no HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA PAZ, pelo período a seguir determinado
Contratado: **ANDRESSA MENDES DE SOUSA.**
CPF: 067.079.483-0
Perceberá pelo exercício de sua função, o valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por plantão de 24 Horas à título de vencimentos, irreajustável até o seu término Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes.

.

Dormentes-PE, 17 de março de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:9FD41205

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATOS DE CONTRATOS Nº: 95/2025; Nº: 103/2025;Nº: 104/2025; Nº: 105/2025;Nº: 106/2025

Contrato Nº: 95/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Médico clinico

OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Médico clinico, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes na ESF Ozeas Otaviano de Souza (Lagoa de Fora), pelo período a seguir determinado.
Contratado: **JOÃO DIEGO CABRAL LIMA.**
CPF: 066.464.235-71
VALOR CONTRATADO: perceberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 40/h semanal, o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes

Contrato Nº: 103/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Psicóloga
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Psicóloga, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, na Policlínica, pelo período a seguir determinado..
Contratado: **VITORIA HORANA DA CRUZ SANTOS.**
CPF: 041.492.712-59
VALOR CONTRATADO: perceberá pelos serviços contratadas, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por 30 horas semanais à título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes

Contrato Nº: 104/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Médico clinico
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Médico clinico, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes no **Hospital Nossa Senhora da Paz**, pelo período a seguir determinado.
Contratado: **RANDSON RANILSON MODESTO FEITOSA.**
CPF: 078.253.734-05
VALOR CONTRATADO Perceberá pelo exercício de sua função, o valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por plantão de 24 Horas à título de vencimentos, irreajustável até o seu término.Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes

Contrato Nº: 105/2025
Contrato de pessoal
Objeto: Médico clinico
OBJETO descr : obriga-se a exercer suas funções, executando os seus serviços, na função de Médico clinico, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes na ESF Marcelino Francisco de Macedo (Caatinga Grande), pelo período a seguir determinado.
Contratado: **CARLA MARIA MACEDO GOMES**
CPF: 109.843.374-23
VALOR CONTRATADO perceberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 40/h semanal, o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes

Contrato Nº: 106/2025
Contrato de pessoal
Objeto: enfermeira
OBJETO descr : obriga-se a prestar os seus serviços, na função de Enfermeira, em caráter provisório e temporário, no Município de Dormentes, na Unidade Básica de Saúde –**ANGELO PEREIRA JUNIOR**, pelo período a seguir determinado.

Contratado: **INGRID GABRIELLA MARTINS DE SOUSA**
CPF: 087.109.014-77
VALOR CONTRATADO receberá pelos serviços contratadas, com carga horária de 40/h semanal, o valor de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais) a título de vencimentos, irreajustável até o seu término.
Prazo: O prazo de duração do presente Contrato é de 12 messes

Dormentes-PE, 04 de agosto de 2025

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:F98AA6A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
PORTARIA N.º 1.300/2025.

EMENTA: Exonera a servidora do cargo comissionado que estabelece e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Dormentes, no uso de suas atribuições legais, em especial as que estabelecidas na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º – **EXONERAR**, do Cargo Comissionado de **ASSESSORA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**, Símbolo CC28, a S. ª J**OYCE DA CONCEIÇÃO SILVA**, CPF XXX.371.784-XX, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2025.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Dormentes (PE), 18 de dezembro de 2025.

MARIA DO SOCORRO COELHO DE SOUSA
Prefeita.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:14A7B510

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
PORTARIA N.º 1.301/2025.

EMENTA: Exonera a servidora do cargo comissionado que estabelece e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Dormentes, no uso de suas atribuições legais, em especial as que estabelecidas na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º – **EXONERAR**, do Cargo Comissionado de **ASSESSORA DE HIGIENIZAÇÃO E COPA**, Símbolo CC28 a Sr. ª **WANDERLEYA SOUSA SOARES**, CPF: XXX.641.714 -XX, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2025.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Dormentes (PE), 18 de dezembro de 2025.

MARIA DO SOCORRO COELHO DE SOUSA
Prefeita.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:82CA880D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
PORTARIA N.º 1.302/2025.

EMENTA: Exonera a servidora do cargo comissionado que estabelece e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Dormentes, no uso de suas atribuições legais, em especial as que estabelecidas na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º – **EXONERAR**, do Cargo Comissionado de **ASSESSORA DE HIGIENIZAÇÃO E COPA**, Símbolo CC28 a Sr. ª **MARIA DOS SANTOS NUNES COELHO**, CPF: XXX.128.124-XX, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2025.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Dormentes (PE), 18 de dezembro de 2025.

MARIA DO SOCORRO COELHO DE SOUSA
Prefeita.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:EE29647D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
PORTARIA Nº 1.304/2025

Institui o Grupo de Trabalho de Educação Digital no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Dormentes – PE e dá outras providências

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DORMENTES – PE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação municipal vigente,
C**ONSIDERANDO** a necessidade de fortalecer a implementação de ações estruturantes voltadas à Educação Digital na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere às competências gerais, à Cultura Digital e à BNCC Computação;
CONSIDERANDO a importância da Educação Digital para a promoção da cidadania digital, do uso crítico, ético e responsável das tecnologias, bem como para a redução das desigualdades educacionais;
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à Educação Digital no território municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho de Educação Digital (GTED), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Dormentes – PE, com a finalidade de planejar, articular, acompanhar e avaliar as ações de Educação Digital na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º O Grupo de Trabalho de Educação Digital terá as seguintes atribuições:
I – Elaborar diagnóstico sobre a Educação Digital nas unidades escolares da rede municipal;
II – Propor diretrizes, ações e estratégias para a implementação da Educação Digital, em consonância com a BNCC e demais normativas vigentes;
III – Apoiar a implementação da BNCC Computação e da Educação Midiática nas escolas;
IV – Propor e acompanhar ações de formação continuada para gestores,professores e técnicos da educação;
V – Acompanhar e monitorar a execução das ações previstas no plano municipal de Educação Digital;
VI – Articular parcerias intersetoriais e institucionais para fortalecimento das ações de Educação Digital.
Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:
I – Secretária Municipal de Educação;
II –Educadores de apoio/Formadores Municipais Educação Infantil;
III –Educadores de apoio/Formadores Municipais Ensino Fundamental Anos Iniciais;
IV –Educadores de apoio/Formadores Municipais Ensino Fundamental Anos Finais;
V – Gestores das escolas da Rede Municipal de Ensino;
VI – Coordenadores Pedagógico das escolas da Rede Municipal de Ensino
VII - Representante Professor(a) da Educação Infantil
VIII – Professor(a) do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais;
IX – Representante Conselho Municipal de Educação;
X – Representantes Recursos Humanos e Finanças;
XI - Representante da Coordenação de Tecnologias Educacionais (ou equivalente.

Parágrafo único. Os membros do GTED serão designados por ato próprio da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar outros profissionais, técnicos ou representantes de instituições parceiras para colaborar com suas atividades, sempre que necessário.
Art. 5º A participação no Grupo de Trabalho será considerada serviço público relevante, não gerando qualquer tipo de remuneração adicional.
Art. 6º O Grupo de Trabalho terá caráter temporário, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dormentes – PE, 29 de dezembro de 2025.

MARIA DO SOCORRO COELHO DE SOUSA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:0047A271

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ESCADA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025 – PL Nº 101/2025
JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR BENÉVOLO WANDERLEY DO AMARAL E AS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE. À vista do que consta nos autos, a Comissão de contratação torna público a quem interessar possa, que o Recurso administrativo interposta pela empresa **EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA,** foi conhecida por sua tempestividade, e, no mérito, DADO provimento as razões**.** Sendo assim, DESIGNO para o dia 05 de Janeiro de 2026 às *11*h*00*min para darmos continuidade da sessão da licitação, que por esta publicação ficam, e a quem interessar possa, devidamente notificadas na forma da Lei.

Escada PE, 29 de Dezembro de 2025.

JOYCE DE BARROS FIGUEIREDO
Pregoeira

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:7ADE7FC2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESCADA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2024. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 353/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E DEMAIS INSUMOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO LABORATÓRIO DO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESCADA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.291.311/0001-00. **CONTRATADA: PROCELA PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 09.686.716/0001-69. **PRAZO**: A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia **24 de dezembro de 2025,** encerrando-se no dia **23 de março de 2026.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 22 de dezembro de 2025.

NARA PATRÍCIA PONTES LEMOS DE BARROS
Secretária de Saúde
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Daiany Valeria Lima da Silva
Código Identificador:8E3AF747

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 291/2025

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, destinado à construção da Ponte sobre o Rio Ipojuca, no Município de Escada.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ESCADA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, inc. VIII da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO que o Município de Escada instituiu o Programa Estruturador "Escada do Futuro", destinado à implementação de ações e obras voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, ao desenvolvimento econômico e à qualidade de vida da população;
CONSIDERANDO o interesse público na execução da obra de construção da Ponte sobre o Rio Ipojuca, visando à melhoria da mobilidade urbana e à integração das comunidades locais;
CONSIDERANDO que a referida obra é essencial ao desenvolvimento urbano e econômico do Município;
CONSIDERANDO que, para sua implantação, é necessária a desapropriação de área particular indispensável à execução do projeto;
CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que autoriza a desapropriação por utilidade pública para construção ou ampliação de vias e logradouros (pontes, viadutos, passagens etc.);
CONSIDERANDO a comprovação da posse mansa e pacífica do imóvel;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de **utilidade pública**, para fins de **desapropriação**, a área de terreno de propriedade particular **com registro imobiliário**, localizada às margens do **Rio Ipojuca**, neste Município de **Escada/PE**, com área total de 400 m² (quatrocentos metros quadrados), identificadas como lotes 60 e 61, conforme planta e memorial descritivo anexos, destinada à implantação da **Ponte sobre o Rio Ipojuca**, obra integrante do Programa Estruturador "Escada do Futuro".
Art. 2º A desapropriação de que trata este Decreto será processada de forma amigável, na forma da legislação vigente, correndo as despesas à conta de dotação orçamentária própria do Município.
Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras e demais setores competentes autorizados a promover todos os atos administrativos e técnicos necessários à efetivação da desapropriação, inclusive avaliação, negociação, pagamento de indenização, lavratura de termo de posse e registro do imóvel em nome do Município de Escada, tão logo regularizada sua situação dominial.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Escada, 29 de dezembro de 2025.

MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA
Prefeita do Município de Escada /PE

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:1B4D68BB

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2023. TOMADA DE PREÇO Nº 004/2023 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 369/2023.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E DEMAIS SERVIÇOS TÉCNICOS NÃO COBERTOS PELO QUADRO MUNICIPAL DA SEINFRA, ESCADA/PE. CONTRATANTE**: **MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrita no CNPJ nº 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA:** a empresa **PORSAN ENGENHARIA, PROJETOS E CONSULTORIA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 13.923.606/0001-40. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, contados a partir do dia **07 de novembro de 2025,** encerrando-se no dia **04 de fevereiro de 2026.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 03 de novembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Daiany Valeria Lima da Silva
Código Identificador:61E1CCF2

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 073/2021. CONCORRÊNCIA Nº 002/2021. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2021.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE ESCADA**. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrito no CNPJ sob nº 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: IMPACTO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 41.246.950/0001-88. **ACRÉSCIMO:** Será acrescido do contrato supracitado, o percentual de **25,00% (vinte e cinco por cento),** perfazendo o valor total de **R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais),** conforme justificativa da secretaria competente. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 04 de novembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Giovanna Letícia Salustiano da Silva
Código Identificador:B27FA305

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 073/2021. CONCORRÊNCIA Nº 002/2021. 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2021.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE ESCADA**. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrito no CNPJ sob nº 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: IMPACTO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 41.246.950/0001-88. **PRAZO:** Prorrogação do prazo contratual por mais 12 (DOZE) meses, contados a partir de 21 de dezembro de 2025, encerrando-se em 20 de dezembro de 2026, ressalvada a rescisão antecipada, sem ônus para a administração, caso seja concluído processo licitatório para contratação do mesmo objeto pela contratante.

Escada/PE, 12 de dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Giovanna Letícia Salustiano da Silva
Código Identificador:E98225BD

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
MUNICÍPIO DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2025 – CONCORRÊNCIA

ELETRÔNICA Nº 001/2025 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E EXECCUÇÃO DE PISO VINÍLICO E PINTURA DA FAIXADA PARA A OBRA DE REFORMA NA SEDE DA PREFEITURA DE ESCADA/PE. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80.
CONTRATADA: GUIMARÃES MELO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.132.334/0001-80. **PRAZO**: A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia **12 de novembro de 2025,** encerrando-se no dia **11 de fevereiro de 2026.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 11 de novembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Daiany Valeria Lima da Silva
Código Identificador:0D8610FC

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
MUNICÍPIO DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E EXECCUÇÃO DE PISO VINÍLICO E PINTURA DA FAIXADA PARA A OBRA DE REFORMA NA SEDE DA PREFEITURA DE ESCADA/PE. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80.
CONTRATADA: GUIMARÃES MELO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.132.334/0001-80. **ACRÉSCIMO**: Será acrescido do contrato supracitado, o percentual de **19,89% (dezenove vírgula oitenta e nove por cento),** perfazendo o valor total de **R$ 52.927,39 (cinquenta e dois mil, novecentos e vinte sete reais e trinta e nove centavos),** conforme justificativa da secretaria competente.

Escada/PE, 23 de Dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Daiany Valeria Lima da Silva
Código Identificador:5265B87D

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
MUNICÍPIO DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2024. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 437/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS; RECARGA E MANUTENÇÃO DE CARTUCHOS DO TIPO TONERES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: LUIS DA SILVA NETO (MR INFORMÁTICA)**, inscrita no CNPJ sob o n° 53.844.962/0001-93. **PRAZO**: A prorrogação do prazo contratual por mais 12 (DOZE) meses, iniciando-se no dia **04 de dezembro de 2025,** encerrando-se no dia **03 de dezembro de 2026.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 02 de dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Thamires Emanuelle Dos Santos Silva
Código Identificador:93F09C55

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
MUNICÍPIO DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2025 CONTRATO Nº 507/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETOMADA E CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA CRECHE PRO INFÂNCIA TIPO B – CRECHE ESMERALDA REIS DO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: HPS CONSTRUTORA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 20.520.477/0001-05. **Valor total:** R$ 621.551,51 (seiscentos e vinte um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos). **Vigência:** A vigência deste termo é de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por motivo relevante, desde que devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE.

Escada/PE, 16 de dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Thamires Emanuelle Dos Santos Silva
Código Identificador:F62C21A2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE EXU

CÂMARA DE VEREADORES
PORTARIA DE NOMEAÇÃO N.037/2025

EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARIA DE FATIMA PINTO SARAIVA, Presidenta da Câmara Municipal de Exu, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, expressas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno e em especial na Lei n.1.588/2025, que dispõe sobre os cargos comissionados de assessores legislativos.
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como Assessora Legislativa a Srª. **MARIA CLARA DE OLIVEIRA BENTO,** brasileira, solteira, portador do RG 10****8 SDS-PE, CPF 13*.***.74*.*5.
Art. 2º -. Esta nomeação visa atender às necessidades do serviço e ao interesse público, em apoio às funções do Vereador **ANTONIO PARENTE SOBRINHO**.
Art. 3º - O nomeado deverá cumprir as funções inerentes ao cargo, zelando pela observância da Lei, do Regimento interno e das demais normas vigentes.
Art. 4º - O (A) Vereador (a) indicante se compromete a fiscalizar o efetivo exercício do cargo do nomeado, sendo de inteira responsabilidade do Parlamentar garantir que o Assessor Legislativo desempenhe todas as atribuições elencadas no artigo 2º da Lei Municipal n. 1.588/2025.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir do dia 22 de dezembro de 2025.

Exu-PE, Gabinete da Presidência, 22 de dezembro de 2025.

MARIA DE FATIMA PINTO SARAIVA
Presidenta

Publicado por:
Maria Betânia Lima do Nascimento
Código Identificador:C3D3CE95

CÂMARA DE VEREADORES
PORTARIA DE NOMEAÇÃO N.041/2025

EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARIA DE FATIMA PINTO SARAIVA, Presidenta da Câmara Municipal de Exu, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, expressas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno e em especial na Lei n.1.588/2025, que dispõe sobre os cargos comissionados de assessores legislativos.
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como Assessor Legislativo o Sr. **JORGE ANTONIO DE ALENCAR PARENTE,** brasileiro, divorciado, portador do RG 83****4 SSP-PE, CPF 12*.***.94*.5*.
Art. 2º -. Esta nomeação visa atender às necessidades do serviço e ao interesse público, em apoio às funções do Vereador **ROBERTO BENTO DO NASCIMENTO.**
Art. 3º - O nomeado deverá cumprir as funções inerentes ao cargo, zelando pela observância da Lei, do Regimento interno e das demais normas vigentes.
Art. 4º - O (A) Vereador (a) indicante se compromete a fiscalizar o efetivo exercício do cargo do nomeado, sendo de inteira responsabilidade do Parlamentar garantir que o Assessor Legislativo desempenhe todas as atribuições elencadas no artigo 2º da Lei Municipal n. 1.588/2025.
Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir do dia 22 de dezembro de 2025.

Exu-PE, Gabinete da Presidência, 22 de dezembro de 2025.

MARIA DE FATIMA PINTO SARAIVA
Presidenta

Publicado por:
Maria Betânia Lima do Nascimento
Código Identificador:ADCC9203

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
1° TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AOS CONTRATOS Nº 019/2025 e 020/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA ÔNIBUS, MICROONIBUS E CAMINHÕES PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE EXU-PE, PARTES: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE EXU-PE, CONTRATADOS: KAYO FERNANDO DA SILVA SANTANA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 48.284.237/0001-78 e PADRE CÍCERO DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.461.331/0001-78. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO – Fica prorrogado o prazo de vigência passando a vigorar de 14 de janeiro de 2026 a 14 de janeiro de 2027. Demais cláusulas permanecem inalteradas. Exu-PE, 29 de dezembro de 2025.

FERNANDO ADEVANDO BEZERRA
Secretário Municipal de Transportes

Publicado por:
Hemerson Galvão de França
Código Identificador:86C80B3C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - JULGAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

AVISO DE LICITAÇÃO – JULGAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE, por meio de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **16/01/2026, às 09:00 horas**, o recebimento e abertura dos envelopes do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2025**, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS EM ROCHAS CRISTALINAS, NO MUNICIPIO DE EXU-PE,** nos moldes da Lei nº. 14.133/2021. Valor Máximo Estimado R$ 503.128,80 (quinhentos e três mil, cento e vinte e oito reais e oitenta centavos). Os interessados devem adquirir o Edital no site: www.licitardigital.com.br ou ainda junto a Equipe de Apoio, na Rua Eufrásio Alencar, 13 – Centro – Exu-PE, das 8:00 às 13:00 horas.

HEMERSON GALVÃO DE FRANÇA
Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:6E01FDFD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 810/2025

CONTRATO Nº 810/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025, Objeto: CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÕES MUSICAIS LOCAIS, PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DURANTE O EVENTO FESTIVO "TRADICIONAL ANIVERSÁRIO DO DISTRITO DE VIRAÇÃO", A SER PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

ONDE SE LÊ: Valor: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)
LEIA-SE: Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

JOSÉ PINTO SARAIVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:88C10B17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 813/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 813/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N° 118/2025, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 010/2025, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NO SÍTIO RIACHO, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE EXU-PE, ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL ESTADUAL N° 633, DEPUTADO KAIO MANIÇOBA, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE, Contratado:

LT ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, CNPJ: 59.870.839/0001-23, Valor: R$ 116.531,89 (Cento e dezesseis mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos), Vigência: 06 (seis) meses, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado, contado a partir da data de expedição da respectiva Ordem de Serviço, Data de assinatura: 29/12/2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:A50F4B7F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

RESULTADO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2025, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 010/2025 – Abertura realizada em 29/12/2025 às 09:00h. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NO SÍTIO RIACHO, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE EXU-PE, ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL ESTADUAL N° 633, DEPUTADO KAIO MANIÇOBA.** Licitante Vencedor: LT ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.870.839/0001-23, End.: Rua Luiz Alexandre, nº 91 – Andar 1 - Sala 2 - Centro – Exu-PE. Maiores informações no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Exu-PE, localizada na Rua Eufrásio Alencar, nº 13 – Centro – Exu, das 8:00 às 13:00 horas de segunda à sexta-feira. Exu (PE), 29 de dezembro de 2025.

HEMERSON GALVÃO DE FRANÇA
Agente de Contratação

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:171DFF90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 010/2025

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE EXU – PE, no uso de suas atribuições no disposto no inciso VII do art. 17 c/c inciso IV do Art. 71. **ADJUDICA E HOMOLOGA** em favor da Empresa Licitante abaixo identificada, o Processo de Licitação n° 118/2025, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 010/2025 para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NO SÍTIO RIACHO, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE EXU-PE, ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL ESTADUAL N° 633, DEPUTADO KAIO MANIÇOBA.** Na forma a seguir: **LT ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, CNPJ: 59.870.839/0001-23**, Endereço na Rua Luiz Alexandre, nº 91 – Andar 1 - Sala 2 - Centro – Exu-PE. Valor da Proposta: R$ 116.531,89 (Cento e dezesseis mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos). Que esta ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO surtam seus efeitos legais, sendo cientificado o licitante vencedor e finalmente recomendada a expedição da competente nota de empenho de acordo com a dotação orçamentária pertinente, cumprindo regularmente as formalidades da Lei que rege a matéria. Exu – PE, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:74465590

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.5952025

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal de Exu/ PE a repassar o Incentivo Financeiro Adicional - IFA aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas competências legais atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Exu-PE APROVOU, em sessão extraordinária realizada no dia 26 de dezembro de 2025, e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) vinculados à Atenção Primária à Saúde do Município de Exu a parcela denominada Incentivo Financeiro Adicional – IFA, recebida no exercício financeiro de 2025 do Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014, e do parágrafo único do art. 1º da Portaria do Ministério da Saúde nº 314, de 28 de fevereiro de 2014, com a finalidade de estimular os profissionais que atuam nos programas estratégicos da Política Nacional de Atenção Básica e fortalecer as políticas públicas afetas à atuação dos Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 2º O repasse do Incentivo Financeiro Adicional – IFA será efetuado de forma integral, em parcela única, individualizada, e dividido em partes iguais pelo número de Agentes Comunitários de Saúde destinatários desta Lei, observado o efetivo exercício das atividades, com pagamento previsto para o mês de dezembro de 2025.
Parágrafo único. É vedado ao Poder Executivo Municipal utilizar qualquer outra fonte de recursos que não seja o repasse específico do Ministério da Saúde para o pagamento do Incentivo Financeiro Adicional – IFA de que trata esta Lei.

Art. 3º O valor repassado por meio desta Lei não possui natureza salarial, não se incorpora à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde, não servindo de base de cálculo para quaisquer vantagens, gratificações, adicionais ou benefícios funcionais, nem para fins previdenciários, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.
Parágrafo único. Sobre o valor do Incentivo Financeiro Adicional – IFA não incidirão encargos sociais, previdenciários ou fundiários.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, vinculadas aos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Exu - PE, 26 de dezembro de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
- Prefeito -

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:F8A60666

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.596/2025

EMENTA: Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de Exu- PE

com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

O Prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas competências legais atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Exu-PE APROVOU, em sessão extraordinária realizada no dia 26 de dezembro de 2025, e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Exu-PE , incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.2

§ 1º As contratações a que se refere o caput poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.

§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:

- à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e

- às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.

Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo INPC, acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no caput aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento6.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM7, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.

§ 2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.

Art. 6º O vencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no dia dez do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia dez dos meses seguintes.

Art. 7º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.
Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.

Art. 8º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o caput, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.

Art. 9º O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO EXU - EXUPREV deverá rescindir
os parcelamentos de que trata esta lei:

- em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;

- caso não seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, caput, pelo Município, até 10 de dezembro de 2026;

- se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, caput, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS;
Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Exu - PE, 26 de dezembro de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
- Prefeito -

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:0A0078C6

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.597/2025

EMENTA: Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos vencimentos- base dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Exu, Estado de Pernambuco, no percentual de 4,83%, correspondente ao índice oficial do IPCA acumulado no exercício de 2024, e dá outras providências

O Prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas competências legais atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Exu-PE APROVOU, em sessão extraordinária realizada no dia 26 de dezembro de 2025, e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte lei:

Art. 1º. Os vencimentos-base dos servidores públicos da Câmara Municipal de Exu, Estado de Pernambuco, expressos em Real, ficam reajustados em 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), a título de revisão geral anual, correspondente ao índice oficial do IPCA acumulado no exercício de 2024, divulgado pelo IBGE.

Art. 2º. O reajuste previsto no artigo anterior não se aplica às categorias de servidores públicos que possuam piso salarial definido em lei federal específica, cujos vencimentos são corrigidos de acordo com normas próprias, salvo se o vencimento atual for inferior ao novo patamar estabelecido por esta Lei e houver compatibilidade jurídica para o ajuste.

Art. 3º. Os proventos das aposentadorias e as pensões dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) vinculados à Câmara Municipal de Exu, que gozam da garantia constitucional da paridade, ficam reajustados no mesmo índice percentual e no mesmo período estabelecido para a revisão dos servidores ativos, nos termos desta Lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal, ficando a Mesa Diretora autorizada a realizar as transposições e ajustes orçamentários necessários para o fiel cumprimento desta norma.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros conforme disponibilidade orçamentária e financeira, observados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Exu - PE, 26 de dezembro de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
- Prefeito -

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:996D521B

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 710/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **MARIA DE FATIMA ULISSES E SILVA** para exercer a função de **Professora do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 10/03/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 06 de Agosto de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:B073823B

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 711/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **MARIA ISABELY DE ALENCAR BENTO** para exercer a função de **Assistente Administrativo,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 10/03/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 06 de Agosto de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:A547224C

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 712/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ANA KELLY GOMES DE OLIVEIRA** para exercer a função de **Auxiliar de Serviços Gerais,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 02/01/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 05 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:8A6C3C6D

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 713/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ANA CAROLINA PEREIRA CARNEIRO** para exercer a função de **Auxiliar de Serviços Gerais,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 02/01/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 05 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:1F3E61AB

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 714/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **VITÓRIA MARIA FERREIRA DA SILVA** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 05 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:859F76E5

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 715/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ANA ALINE LIBÓRIO SARAIVA** para exercer a função de **Professora do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 05 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:C8611D7A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 756/2025 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI MUNICIPAL 756/2025 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: Atualiza no Município de FEIRA NOVA a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, dando nova redação a Lei Municipal nº 402 de 11 de dezembro de 2003.

O Prefeito Municipal de Feira Nova, Estado de Pernambuco, no uso de atribuições legais, a Câmara Municipal de Vereadores de Feira Nova/PE aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica atualizada no Município de FEIRA NOVA a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, cujo fato gerador é a prestação de serviço de iluminação pública, pela Prefeitura, nas ruas, avenidas, vias e logradouros públicos, situados nas zonas urbanas e de expansão urbana e rural do Município de FEIRA NOVA.

§ 1º - Entende-se como iluminação pública àquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia elétrica da concessionaria ou permissionária e que sirva as ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, e outros logradouros de domínio público, de uso comum e livre acesso**,** incluindo o fornecimento destinado à iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, excluindo o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, no período noturno ou nos escurecimentos diurnos ocasionais, inclusive aqueles que necessitem de iluminação permanente no período diurno.

§ 2º - Entende-se como serviço de iluminação pública, para os efeitos desta Lei, a implantação e manutenção de máquinas, equipamentos e dos elementos componentes da rede de iluminação pública.

§ 3º - São elementos componentes do serviço de iluminação pública:

I - A energia elétrica adquirida pela Prefeitura e fornecida pela Concessionária, conectada nos pontos de luz, faturado em kWh, no horário noturno, com ciclo de duração diária de 11horas e 52 minutos, com 356 horas mensais ou por circuito exclusivo de medição;

II - Lâmpadas;

III - Reles fotoelétricos;

IV - Reatores;

V - Chaves magnéticas;

VI – Luminárias abertas, fechadas e pétalas para Iluminação Pública;

VII - Fios e cabos elétricos;

VIII - Conectores;

IX - Caixas de comando automático e programável;

X - Braços metálicos para suporte de luminárias;

XI - Cabos pingentes para suporte de luminárias;

XII - Cinta fixadora de braços e cabos metálicos;

XIII - Parafusos, pinos, grampos, arruelas e presilhas, malha de aterramento;

XIV – Postes: concreto, metálicos e ornamentais;

XV – Luminárias com LED (Light Emission Diodo) de diversas potências;

XV - Outros equipamentos necessários à modernização do sistema;

Art. 2º - A Contribuição de Iluminação Pública (CIP) incidirá sobre as propriedades imobiliárias autônomas, edificadas e não edificadas, localizadas no município,

Parágrafo único - A Contribuição de Iluminação Pública (CIP) incidirá:

I – Sobre os imóveis de ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados.

II – Sobre os imóveis situados nas praças, independente da distribuição das luminárias.

III – Sobre comunidades ou propriedades rurais, beneficiadas localizadas na área geográfica do Município de FEIRA NOVA, beneficiadas pela Iluminação Pública.

Art. 3º - Fica considerado, como imóvel distinto para efeito de cobrança da CIP, cada unidade autônoma residencial, comercial ou industrial de consumo de energia elétrica, tais como: casas apartamentos, salas, lojas, sobrelojas, boxes, terrenos, bem como qualquer outro tipo de estabelecimento ou divisão em prédio, qualquer que seja sua natureza ou destinação.

Art. 4º - Sujeito passivo da CIP é o proprietário ou titular do domicílio útil ou possuidor de qualquer título de imóvel edificado ou não, bem como o proprietário ou possuidor de imóvel rural beneficiado pelo serviço de iluminação pública;

§1º - São também contribuintes da CIP quaisquer outros estabelecimentos instalados permanentemente nas vias e logradouros públicos, destinados à exploração da atividade comercial ou de serviços.

§2º - São também contribuintes da CIP quaisquer outros estabelecimentos localizados na área geográfica do Município de FEIRA NOVA que mantenham contrato de fornecimento de energia elétrica via mercado livre de energia elétrica e/ou geração de energia elétrica por quaisquer alternativas tais como: solar, eólica, nuclear, biomassa, hídrica, termoelétrica destinados à exploração da atividade comercial, industrial, residencial ou de serviços. Ficando a sua Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, nas mesmas condições das tabelas desta Lei, conforme sua categoria e faixa de consumo ativo registrado no relatório de compartilhamento de consumo da Neoenergia Pernambuco de energia elétrica mensal. Sendo a incidência para a CIP nos consumos (kWh/mês), e não na energia faturada, para as formas de contrato ou geração indicadas neste parágrafo.

§3º - No caso dos contribuintes classificados pela Permissionária ou Concessionária de Energia Elétrica como Consumo Livre, Consumo de Geração Distribuída, tais como geração solar, eólica, biomassa, termo elétrica ou hídrica esta deverá classificar e aplicar as faixas de contribuição conforme tabelas desta Lei.

§4º - A responsabilidade pelo pagamento da CIP sub-roga-se na pessoa do adquirente ou sucessor a qualquer título, os que por força contratual se achem na responsabilidade contributiva.

Art. 5º - A Contribuição será definida com base nas tabelas abaixo, observando a classe e faixa de consumo do contribuinte.

I – para as unidades classificadas como Residencial, Comércio, Indústria e com consumo perante a concessionária entre:

RESIDENCIAL	
FAIXAS	**CIP**
0 a 30	R$ 2,25
31 a 50	R$ 3,18
51 a 80	R$ 4,31
81 a 100	R$ 5,36
101 a 120	R$ 6,99
121 a 150	R$7,07
151 a 200	R$ 8,72
201 a 250	R$ 10,19
251 a 300	R$ 11,50
301 a 350	R$ 12,63
351 a 400	R$ 20,53
401 a 450	R$ 25,57
451 a 500	R$ 30,19
501 a 600	R$ 31,44
601 a 650	R$ 38,70
651 a 700	R$ 48,46
701 a 1000	R$ 236,54
a acima 1000	R$ 251,70
COMERCIAL	
FAIXAS	**CIP**
0 a 30	R$ 3,82
31 a 50	R$ 5,58
51 a 80	R$ 7,25
81 a 100	R$ 8,60
101 a 120	R$ 9,41
121 a 150	R$ 14,80
151 a 200	R$ 18,92
201 a 250	R$ 20,75
251 a 300	R$ 25,22
301 a 350	R$ 32,96
351 a 400	R$ 35,83
451 a 450	R$ 40,31
451 a 500	R$ 48,25
501 a 600	R$ 54,85
601 a 650	R$ 59,90
651 a 700	R$ 69,17
701 a 1000	R$ 296,35
a acima 1000	R$ 335,47
INDUSTRIAL	
FAIXAS	**CIP**
0 a 30	R$ 3,82
31 a 50	R$ 5,58
51 a 80	R$ 7,25
81 a 100	R$ 8,60
101 a 120	R$ 9,41
121 a 150	R$ 14,80
151 a 200	R$ 18,92
201 a 250	R$ 20,75
251 a 300	R$ 25,22
301 a 350	R$ 32,96
351 a 400	R$ 35,83
451 a 450	R$ 40,31
451 a 500	R$ 48,25
501 a 600	R$ 54,85
601 a 650	R$ 59,90
651 a 700	R$ 69,17
701 a 1000	R$ 296,35
a acima 1000	R$ 335,47

II – para as unidades classificadas como Rural e com consumo perante a concessionária entre:

RURAL	
FAIXAS	**CIP**
0 a 30	R$ 2,25
31 a 50	R$ 3,18
51 a 80	R$ 4,31
81 a 100	R$ 5,36
101 a 120	R$ 6,99
121 a 150	R$7,07
151 a 200	R$ 8,72

201 a 250	R$ 10,19
251 a 300	R$ 11,50
301 a 350	R$ 12,63
351 a 400	R$ 20,53
401 a 450	R$ 25,57
451 a 500	R$ 30,19
501 a 600	R$ 31,44
601 a 650	R$ 38,70
651 a 700	R$ 48,46
701 a 1000	R$ 236,54
a acima 1000	R$ 251,70

III – para as unidades classificadas como Serviços e com consumo perante a concessionária entre:

SERVIÇOS	
FAIXAS	**CIP**
0 a 30	R$ 3,82
31 a 50	R$ 5,58
51 a 80	R$ 7,25
81 a 100	R$ 8,60
101 a 120	R$ 9,41
121 a 150	R$ 14,80
151 a 200	R$ 18,92
201 a 250	R$ 20,75
251 a 300	R$ 25,22
301 a 350	R$ 32,96
351 a 400	R$ 35,83
451 a 450	R$ 40,31
451 a 500	R$ 48,25
501 a 600	R$ 54,85
601 a 650	R$ 59,90
651 a 700	R$ 69,17
701 a 1000	R$ 296,35
a acima 1000	R$ 335,47

Parágrafo único - O valor do rateio da Contribuição, apurado com base no custeio anual do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos, observará a distinção entre contribuintes de natureza industrial, comercial, residencial e serviços.

Art. 6º - A CIP incidente sobre o serviço de Iluminação Pública das unidades imobiliárias autônomas edificadas será arrecadada mensalmente pela concessionária ou permissionária de energia elétrica, juntamente com a fatura de energia elétrica do contribuinte, na forma de contrato a ser firmado entre o município e a arrecadadora.

Art. 7º - A CIP incidente sobre o serviço de IP dos imóveis não edificados e que não possuam medição de energia elétrica, será lançada e cobrada pela SECRETARIA DE FINANÇAS, juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

§ 1º - Quando o contribuinte quitar à vista a CIP juntamente com o IPTU terá os mesmos descontos e mesmas penalidades previstas para o imposto.

§ 2º - O valor da CIP dos imóveis não edificados (terrenos) será fixa, correspondente a 1/12 (um doze avos) do IPTU do mês de dezembro do exercício anterior, a ser cobrado mensalmente no ano fiscal posterior, levando-se em consideração o lote padrão para a região ou loteamento aprovado pela Prefeitura.

§ 3º - Nos lotes com testadas fictícias maiores que a do lote padrão para onde se encontra localizada, o valor da CIP será acrescido na mesma proporção, ou seja, mesmo percentual do acréscimo em relação ao lote padrão estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 8º - Os valores da CIP definidos no Art. 5º serão atualizados no mesmo percentual em que for reajustada a tarifa de fornecimento de energia elétrica da concessionária ou permissionária para iluminação pública autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, entrando em vigor durante o ciclo de faturamento posterior a sua publicação.

§ 1º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá mediante Decreto corrigir os valores da tabela de que trata o Art. 5º desta Lei.

§ 2º- Em caso de eficientização do sistema de Iluminação Pública do Município, com diminuição comprovada do consumo de energia elétrica, mediante estudo técnico especifico, gerada pelos pontos de I.P. e que venha a reduzir o valor da fatura de energia elétrica cobrada pela Concessionária, O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá mediante Decreto reduzir ou isentar a cobrança dos valores da CIP por faixa de consumo e classe de contribuição, conforme estabelecido no Art, nº 5 desta lei.

Art. 9º - O produto de arrecadação da CIP recebida pela concessionária ou outra pessoa jurídica contratada será depositada em ***conta bancária específica*** para esse fim, indicada pela Secretaria de Finanças do Município de FEIRA NOVA para a efetiva contabilização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento, sob pena de responder civil e criminalmente pelo descumprimento do que dispõe esse artigo.

§ 1º - O montante devido e não pago da CIP a que se refere o caput deste artigo, deverá ser informado mensalmente a Secretaria de Finanças do Município para que possa ser procedida a inscrição em dívida ativa pela autoridade competente, no mês seguinte à verificação da inadimplência efetuada pela concessionária acompanhada de duplicata da fatura de energia elétrica não paga ou de outro documento que contenha os elementos previstos pelo artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

§ 2º - Os valores da CIP, não pagos até a data de seu lançamento na Dívida Ativa do Município, serão acrescidos de juros de mora, multa e atualização monetária, nos mesmos critérios e percentuais adotados pela legislação tributária municipal.

§ 3º - Nos casos em que houver o corte no fornecimento de energia e conseqüente interrupção no faturamento da conta de energia elétrica, deverá o agente arrecadador informar o fato para que a administração municipal possa continuar a cobrar a CIP pelo mecanismo de imóveis não edificados.

Art. 10º - Além do pagamento pelo consumo de energia elétrica e dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública do Município, os eventuais saldos oriundos dos recursos arrecadados pela CIP, servirão preferencialmente para melhoria e ampliação do sistema e para o pagamento de dívidas existentes com a concessionária de energia elétrica da iluminação pública, admitindo-se esta ordem.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor no dia 30 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 12º - Revogam- se as disposições em contrário;

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA

FEIRA NOVA, 29 de dezembro de 2025

JOEL CÂNDIDO GONZAGA
Prefeito Municipal de Feira Nova

Publicado por:
Aparecida Gomes da Silva
Código Identificador:B8837114

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FERREIROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS/PE.**
Modalidade: **CREDENCIAMENTO Nº 004/2025.**
Processo: **067/2025.**
Objeto: Chamada pública para credenciar pessoa física ou jurídica para prestação de serviços eventuais, em forma de diária, nas áreas de: auxiliar de obras, pedreiro, pintor, jardinagem e calceteiro, tudo conforme o presente Termo de Referência, a serem utilizados conforme a necessidade do município de Ferreiros – PE.

CREDENDIADO: JOSÉ CLAUDIONOR APOLINARIO RODRIGUES, inscrito no CPF: 178.943.684-23
CONTRATO: 179/2025
VALOR: R$ 32.390,40 (Trinta e dois mil, trezentos e noventa reais e quarenta centavos)
SERVIÇO: Pintor

CREDENDIADO: GILBERTO JOSÉ DOS SANTOS, inscrito no CPF: 072.093.784-13
CONTRATO: 181/2025
VALOR: R$ 49.866,66 (Quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)
SERVIÇO: Calceteiro

CREDENDIADO: DIEGO FAUSTINO MARINHO DA SILVA, inscrito no CPF: 177.637.414-22
CONTRATO: 180/2025
VALOR: R$ 49.866,66 (Quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)
SERVIÇO: Calceteiro

PRAZO DO CONTRATO: 12 (Doze) meses.
12.122.3008.2006.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE OBRAS
3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA FISICA
12.361.3005.2009.0000 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA FISICA
10.122.3002.2029.0000 - GESTAO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA FISICA

Ferreiros/PE, 09 de dezembro de 2025.

CESAR MARCELINO DA SILVA
Secretário de Obras e Urbanismo

Publicado por:
Aluízio Galdino Lima
Código Identificador:24F04657

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FLORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES
LEI Nº 1.344, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

LEI Nº 1.344, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENTA - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE IMÓVEL AO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Flores-PE, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores decretou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, com encargos, ao Estado de Pernambuco, o imóvel de sua propriedade, consistente em um terreno urbano, sem benfeitorias, com área total de 10.000 m² (dez mil metros quadrados), situado na Rua Projetada, s/n, zona urbana, no Município de Flores-PE.
Parágrafo único. A doação de que trata o *caput* deste artigo destina-se, exclusivamente e de forma inalterável, à construção e instalação da nova Escola Estadual "Aires Gama", sendo vedada qualquer outra destinação ou utilização do imóvel.
Art. 2º A doação referida no art. 1º subordina-se às seguintes condições e encargos, que deverão constar expressamente da respectiva escritura pública, sob pena de reversão:
I – O Estado de Pernambuco terá a obrigação de iniciar as obras de construção da Escola Estadual "Aires Gama" no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de registro da escritura pública de doação na matrícula do imóvel.
II – O Estado de Pernambuco terá a obrigação de concluir as obras de construção da Escola Estadual "Aires Gama" e iniciar o funcionamento da unidade escolar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de publicação desta Lei.
§ 1º O não cumprimento de qualquer das condições ou encargos estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, ou o desvio da finalidade especificada no parágrafo único do art. 1º, implicará na **reversão de pleno direito** do imóvel ao patrimônio do Município de Flores-PE, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias ou acessões eventualmente realizadas, ainda que úteis ou necessárias.
§ 2º O Município de Flores-PE poderá exigir a reversão de que trata o §1º, judicial ou extrajudicialmente, cabendo ao Estado de Pernambuco arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, em caso de demanda judicial para tal fim.
Art. 3º Como encargo adicional e contrapartida pela doação do terreno de que trata o art. 1º, o Estado de Pernambuco ficará obrigado a doar ao Município de Flores-PE, o imóvel onde atualmente funciona a Escola Estadual de Referência "Aires Gama", composto por um prédio escolar com todas as suas salas de aula, quadra poliesportiva e área administrativa, localizado na Rua Cleto Campelo, 51, Centro, Flores-PE, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Flores-PE.
Parágrafo único. A doação do imóvel prevista no *caput* deste artigo deverá ser efetivada concomitantemente ou posteriormente à celebração da escritura pública de doação do terreno pelo Município ao Estado, e destinar-se-á a fins de interesse público municipal, a serem definidos pelo Poder Executivo Municipal.
Art. 4º As despesas e emolumentos relativos à lavratura da escritura pública de doação e ao registro do imóvel referido no art. 1º correrão integralmente por conta do Estado de Pernambuco.
Parágrafo único. As despesas e emolumentos relativos à lavratura da escritura pública de doação e ao registro do imóvel referido no art. 3º correrão integralmente por conta do Município de Flores-PE.
Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover todos os atos administrativos necessários à efetivação das doações previstas nesta Lei, incluindo a assinatura das escrituras públicas e demais documentos pertinentes.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal "Manoel de Sousa Santana", Gabinete do Prefeito.

CICERO GILBERTO CAVALCANTI RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Tarcianne Rafaelle Bezerra Rodrigues Martins
Código Identificador:A1E02653

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS

AMSTT - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTES
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO a Dispensa de Licitação com base nas peças anexadas ao processo, com fundamento no artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais alterações legais posteriores, cujo objeto é a contratação de empresa especializada de locação de rádios para serem utilizados nas atividades desempenhadas pelo efetivo da Guarda Municipal e Agentes de Trânsito desta Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte – AMSTT, enquanto não for deflagrado Processo Licitatório para o objeto em epígrafe.de recarga de contratação subordina-se às regras de Direito Público, em especial as contidas no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e terá como contratada a empresa **MARCONI BARROS PEREIRA GUIMARÃES**, estabelecida a Av. Djalma Dutra, nº 730, Bairro Heliópolis, Garanhuns/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 17.811.125/0001-02., no valor global de *R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).*

Emita-se a nota de empenho, bem como demais publicações necessárias.

Garanhuns, em 23 de dezembro de 2025.

RODOLPHO ALMEIDA DE MELO
Diretor-Presidente
Portaria nº 017/2025-GP

Publicado por:
Maria José da Silva Almeida Vicente
Código Identificador:C3CF99A8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 063/2025

EMENTA: Regulamenta o afastamento dos servidores por motivo de saúde, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado, sobretudo pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, por intermédio da Lei Ordinária Municipal nº 2.836, de 22 de julho de 1997, foi promovida a alteração do art. 8º, da Lei Complementar Municipal nº 2.642, de 26 de abril de 1993 (Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo Municipal), fato que ensejou a adoção da Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco) como norma de pessoal no âmbito do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 109, incs. II e III, da referida Lei Estadual adotada pelo Município de Garanhuns, consta a previsão de concessão de licenças para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família, respectivamente;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 3.891, de 09 de abril de 2013, e as alterações nela promovidas através das Leis Ordinárias Municipais nº 4.795, de 19 de julho de 2021 e nº 4.845, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 4º, inc. XIII, da Lei Ordinária Federal nº 12.842, de 10 de julho de 2013 – cuja ementa "***Dispõe sobre o exercício da Medicina***." – a atestação médica de condições de saúde, doenças e possíveis sequelas é atividade privativa do médico;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 2º, § 1°, da Resolução CFM nº 2.381, de 20 de junho de 2024 (D.O.U. 02.07.2024) – cuja ementa "***Normatiza a emissão de documentos médicos e dá outras providências***.";

CONSIDERANDO que, segundo o art. 5º, §§ 3º e 4º, da Resolução CFM nº 2.381, de 20 de junho de 2024 (D.O.U. 02.07.2024), os médicos somente podem fornecer atestados com o diagnóstico codificado ou não quando por justa causa, em exercício de dever legal ou por solicitação do próprio paciente ou de seu representante legal, e, quando houver solicitação do paciente ou de seu representante legal, a concordância deverá estar expressa no atestado e registrada em ficha clínica ou prontuário;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de minudenciar os aspectos e procedimentos relacionados ao afastamento dos servidores por motivo de saúde no âmbito do Poder Executivo Municipal, visando harmonizar os dispositivos da Legislação Municipal com o parâmetro vigente estabelecido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. **1º**. O presente Decreto dispõe sobre a regulamentação do afastamento dos servidores no âmbito do Poder Executivo Municipal, por motivos de saúde, perícias médicas, concessão de licenças médicas (e benefícios previdenciários pertinentes) e atestados médicos.

Art. **2º**. Para os fins deste Decreto considera-se:

I – perícia médica: todo e qualquer ato realizado por equipe composta por profissionais da área médica;

II – licenças médicas: licença para tratamento de saúde, licença ao servidor acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença devido ao exercício de sua função e licença por motivo de doença em pessoa da família;

III – laudo médico pericial: manifestação da Junta Médica Oficial sobre a perícia efetuada;

IV – atestado médico: documento firmado por profissional da medicina ou da odontologia, que indique a necessidade de afastamento do servidor de suas funções por prazo determinado, em que conste o número do Código Internacional de Doenças (CID) da moléstia que motivou o afastamento;

V – análise de atestado: aprovação, total ou parcial dada por médico ou Junta Médica Oficial do Município ao atestado para que o mesmo produza os efeitos administrativos.

CAPÍTULO II
DA PERÍCIA MÉDICA

Art. **3º**. Fica estabelecida como local de realização de perícias médicas no âmbito do município de Garanhuns, a sede do IPSG – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns, para onde deverão ser encaminhados os servidores que necessitem do afastamento por motivo de saúde pessoal, ou de pessoa da família.

§ 1º Para fins de concessão da licença por motivo de doença em pessoa da família, considera-se familiares as pessoas referidas no art. 125, *caput*, da Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco).

§ 2º Sempre que o atestado médico indicar a necessidade de afastamento do servidor quando superior a 04 (quatro) dias no mês, é obrigatória a realização de perícia médica.

§ 3º A comunicação da data da realização da perícia ao servidor a ela submetido ficará a cargo do Departamento de Recursos Humanos.

Art. **4º**. O procedimento para a realização de perícia médica para os fins de licença médica, auxílio doença, aposentadoria por invalidez ou readaptação, se dará da seguinte forma:

I – o Departamento de Recursos Humanos, de posse do atestado, informará ao servidor a data e horário da realização da perícia médica, e encaminhará o atestado, juntamente com o requerimento do afastamento constando os documentos pessoais e contracheques;

II – no caso de aposentadoria por invalidez, deverá a Secretaria Municipal de Administração encaminhar ao IPSG além dos documentos indicados no inciso I deste artigo, certidão de tempo de contribuição e fichas financeiras de julho de 1994 até a data do requerimento;

III – a Junta Médica Oficial realizará a perícia e preencherá o laudo médico pericial com o resultado da mesma, devolvendo-o ao Departamento de Recursos Humanos do órgão a que estiver vinculado o servidor, que procederá da seguinte forma:

a) em caso de licença médica, a Secretaria Municipal de Administração, expedirá portaria de afastamento do servidor público;

b) em caso de necessidade de readaptação do servidor, a Secretaria Municipal de Administração encaminhará o processo ao órgão a que estiver vinculado o servidor, a quem competirá a alocação do servidor público em atividade mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, bem como, a expedição de portaria;

c) o servidor contratado e o investido em Cargo Comissionado, que não sejam segurados do IPSG, serão submetidos à perícia médica para constatação da incapacidade a que estão acometidos e independentemente do tempo necessário para o afastamento do servidor e constatada na perícia realizada, será encaminhado para a Secretaria Municipal de Administração, a quem compete os devidos encaminhamentos dos servidores segurados ao Regime Geral de Previdência.

Art. **5º**. A Junta Médica Oficial deverá preencher o rol de quesitos do laudo médico pericial constante do Anexo I do presente Decreto, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de perícia médica.

§ 1º Sempre que a Junta Médica Oficial constatar a necessidade de informações complementares não especificadas no rol de quesitos, esta deverá elaborar Laudo de Avaliação Médica Complementar.

§ 2° Restando evidenciada a necessidade, a Junta Médica Oficial poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, solicitar ao(s) periciado(s) novos documentos que ensejem a complementação da análise da perícia médica, ou, assim requerendo, encaminhar para a Secretaria Municipal de Administração o resultado do exame médico pericial.

Art. **6º**. O servidor será comunicado do resultado da perícia pelo órgão que estiver vinculado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da realização da perícia.

Art. **7º**. Do resultado da perícia caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido à Secretaria Municipal de Administração.

§ 1° O recurso deverá ser instruído com atestado médico exarado por especialista da área, devidamente acompanhado de exames complementares, que comprovem a veracidade das alegações do recorrente.

§ 2º Recebido o recurso, o servidor será submetido à nova perícia médica, realizada pela Junta Médica Oficial composta por integrantes que não participaram da perícia médica, que dará conhecimento ao Secretário Municipal de Administração do resultado, para fins de análise e julgamento do recurso interposto, será encaminhado ao órgão a que estiver vinculado o servidor para convalidação ou não da decisão recursal, ressalvado os casos de Aposentadoria por Invalidez.

§ 3° O resultado do recurso será encaminhado para o órgão a que estiver vinculado o servidor, para conhecimento do resultado do recurso e convalidação de sua decisão.

CAPÍTULO III
DA JUNTA MÉDICA

Art. **8º**. A Junta Médica Oficial será composta por pelo menos 03 (três) profissionais da área médica vinculados a Secretaria Municipal de Administração, nomeados/designados através de portaria específica.

Parágrafo único. Observada a necessidade de vinculação de uma nova Junta Médica Oficial, a fim de satisfazer o disposto no art. 7º, § 2º deste Decreto, a Secretaria de Municipal de Administração nomeará os profissionais necessários para cumprimento deste Decreto.

Art. **9º**. São atribuições da Junta Médica Oficial:

I – realizar perícias médicas nos servidores para comprovação da invalidez permanente para fins de aposentadoria, readaptação, para reassunção do exercício e cessação de readaptação;

II – realizar perícias médicas nos servidores para fins de licença para tratamento de saúde, licença de servidor acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de moléstia profissional;

III – realizar perícias médicas para fins de licença para tratamento em pessoa da
família;

IV – realizar perícias anuais em servidores inativos, quando se fizer necessário;

V – emitir parecer médico-pericial por solicitação de Comissões de Inquéritos Administrativos;

VI – realizar perícias médicas para concessão de licença médica inicial ou para sua prorrogação, bem como, para os casos de licença maternidade;

VII – realizar exames médicos-periciais para constatação de invalidez de dependentes ou pensionistas.

CAPÍTULO IV
DO ATESTADO MÉDICO

Art. **10**. Os atestados médicos que concederem afastamento ao servidor de suas funções deverão ser apresentados ao órgão a que estiver vinculado, até, no máximo 02 (dois) dias seguintes ao da sua emissão, requerendo, de imediato, o que entender ter direito.

§ 1º Os dias decorridos entre a data em que deveria ter sido entregue o atestado e aquela da efetiva entrega serão considerados falta ao serviço.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica quando, a juízo da chefia imediata, houver justo impedimento para aquela entrega.

§ 3º A apresentação do atestado pode ser feita pessoalmente pelo servidor, ou por meio de interposta pessoa.

§ 4º Serão admitidos atestados médicos que contenham os requisitos estabelecidos no art. 2º, da Resolução CFM nº 2.381/2024, a saber:

I – identificação do médico: nome e CRM/UF;

II – Registro de Qualificação de Especialista (RQE), quando houver;

III – identificação do paciente: nome e número do CPF, quando houver;

IV – data de emissão;

V – assinatura qualificada do médico, quando documento eletrônico; ou

VI – assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina, quando manuscrito;

VII – dados de contato profissional (telefone e/ou e-mail); e

VIII – endereço profissional ou residencial do médico.

§ 5º Não serão admitidos atestados médicos que não estamparem de maneira legível a data da emissão e o Código Internacional de Doença (CID).

Art. **11**. Em caso de glosa parcial do tempo de afastamento do servidor, a junta médica indicará o prazo de afastamento homologado.

§ 1º No prazo de 03 (três) dias da realização dos exames periciais dos servidores, a Junta Médica Oficial encaminhará o resultado da perícia junto com a homologação ou a glosa, ao Departamento de Recursos Humanos do órgão a qual estiver vinculado o servidor.

§ 2º O órgão a que estiver lotado o servidor, em caso de glosa, notificará o servidor para seu imediato retorno ao serviço, e para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º Se, após a notificação da glosa, o servidor não retornar ao trabalho ou não interpuser recurso aludido no § 2º deste artigo, os dias em que o servidor não comparecer ao trabalho serão considerados falta e assim lançados na folha de frequência do servidor.

§ 4º Apresentado recurso pelo servidor, que terá efeito suspensivo, será o mesmo submetido à perícia médica.

§ 5º Acaso a Junta Médica Oficial que periciar o servidor decidir pelo deferimento do recurso (homologação do atestado), os vencimentos do período glosado serão pagos a ele na folha subsequente à perícia.

§ 6º Na hipótese de a Junta Médica Oficial decidir pelo indeferimento do recurso (não homologação do atestado), os dias em que o servidor não comparecer ao trabalho serão considerados falta e assim lançados na folha de frequência do servidor.

§ 7º Restando constatada, pela Junta Médica Oficial, indícios de fraude, dolo, e/ou má-fé na apresentação do atestado médico, será encaminhado relatório circunstanciado ao órgão que o servidor estiver vinculado, para que seja instaurada a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) bem como outras medidas pertinentes à apuração dos fatos.

CAPÍTULO V
DA LICENÇA MÉDICA

Art. **12**. Toda licença para tratamento de saúde com período superior a 04 (quatro) dias será precedida de perícia médica, realizada pela Junta Médica Oficial.

Parágrafo único. Para os casos nos quais se aplica o disposto no caput deste artigo, a perícia médica se dará em conformidade com os procedimentos descritos no artigo 4º deste Decreto.

Art. **13**. Não será admitido afastamento por tempo indeterminado, devendo neste caso, ser o servidor submetido à inspeção médica que indicará o tempo de afastamento necessário.

Art. **14**. Ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, o servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior à 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º Por proposta especial da junta médica, o prazo a que se refere o caput deste artigo, poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, não podendo ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º Se ao final do período de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, o servidor não recuperar a capacidade laboral, este deverá ser encaminhado, de ofício, para análise da aposentadoria por invalidez.

Art. **15**. Quando, num período de até 03 (três) meses, o servidor se afastar do serviço por motivo de doença por 03 (três) vezes ou mais, independente do período de afastamento, o mesmo deverá ser submetido à perícia médica.

Art. **16**. O servidor em licença médica comunicará ao seu chefe imediato o local onde pode ser encontrado.

Art. **17**. Qualquer justificação de ausência do trabalho por motivo de doença, feita em desacordo com o prescrito no presente Decreto será tido como inexistente.

Art. **18**. Os dias de licença são contados em dias corridos, incluindo-se o dia do início e do término.

CAPÍTULO VI
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. **19**. Observado o disposto no art. 3º, § 1º deste Decreto, sempre que o servidor tiver que se afastar por motivo de doença em pessoa da família, a enfermidade e a necessidade de acompanhamento do enfermo deverão ser submetidas à Junta Médica Oficial, através da análise da incapacidade do ente familiar.

Parágrafo único. Deverá o servidor apresentar um laudo médico contendo, de maneira legível, a data da emissão, o Código Internacional de Doenças (CID), bem como o nome completo e o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do profissional médico, além do atestado comprovando a necessidade do acompanhamento do servidor.

Art. **20**. Aplicam-se às licenças para tratamento em pessoa da família, no que couber, os procedimentos adotados no Capítulo II deste Decreto.

CAPÍTULO VII
DA READAPTAÇÃO

Art. **21**. Quando se verificar, com o resultado da perícia médica, redução da capacidade física do servidor e/ou estado de saúde que impossibilite o exercício de funções inerentes ao seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria por invalidez permanente, nem licença para tratamento de saúde, o servidor poderá ser encaminhado para readaptação em cargo que seja compatível com suas limitações.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o servidor será submetido, obrigatoriamente, à nova perícia, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, ressalvado, os casos de readaptação permanente para casos de doenças irreversíveis.

§ 2º Readquirida a capacidade física, o servidor retornará às atividades próprias de seu cargo.

§ 3º Os atos administrativos que tratam o presente artigo, serão concedidos pela Secretaria Municipal de Administração e comunicados ao órgão a que estiver vinculado o servidor.

CAPÍTULO VIII
DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E DO AUXÍLIO DOENÇA OU ACIDENTE

Art. **22**. As perícias médicas destinadas a comprovar a invalidez serão realizadas sempre que solicitada pelo servidor ou seu representante legal, nos termos do art. 34, da Lei Ordinária Municipal nº 3.891/2013.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, no caso de servidor inativo, as perícias médicas serão realizadas anualmente, a fim de constatar a continuidade dos fatores que acarretaram a incapacidade laborativa.

§ 2º Restando evidenciada a necessidade, a Junta Médica Oficial poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, solicitar ao(s) periciado(s) novos documentos que ensejem a complementação da análise da perícia médica, ou, assim requerendo, encaminhar para a Secretaria Municipal de Administração o resultado do exame médico pericial.

Art. **23**. Realizada a perícia médica e concluídas as diligências que se fizerem necessárias, a Junta Médica Oficial preencherá o laudo médico pericial encaminhando o resultado ao órgão a que estiver lotado o servidor, visando o prosseguimento do processo.

Art. **24**. Comprovada a invalidez temporária ou permanente, a qualquer tempo, o IPSG dará prosseguimento ao processo de aposentadoria ou auxílio doença ou acidente.

§ 1º O auxílio-doença ou acidente será concedido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 2º A aposentadoria por invalidez será concedida ao servidor que, estando ou não em gozo de auxílio-doença ou acidente, for considerado incapaz definitivamente.

Art. **25**. A Secretaria Municipal de Administração, a cada 06 (seis) meses, submeterá os servidores em gozo de auxílio doença ou acidente por mais de 06 (seis) meses, a revisão médica, perante a Junta Médica Oficial, que proferirá parecer pela permanência ou não da incapacidade.

Art. 26. Uma vez constatado pela Junta Médica Oficial, que o servidor público municipal, aposentado por invalidez ou em gozo de auxílio doença ou acidente, não mais detém a doença incapacitante, reverter-se-á o benefício concedido e retornará o servidor para a ativa perante o seu órgão de origem.

CAPÍTULO IX
DA PENSÃO POR MORTE AO DEPENDENTE INVÁLIDO

Art. **27**. Será submetido a perícia médica o dependente incapaz de segurado falecido, que busque a concessão de pensão por morte.

Parágrafo único. A Junta Médica Oficial estabelecerá se a incapacidade alegada é contemporânea à morte do segurado, na forma do art. 54, da Lei Ordinária Municipal nº 3.891/2013.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. **28**. O controle e a fiscalização sobre as perícias médicas, atestados médicos, bem como, sobre todos os atos relacionados à Junta Médica Oficial, competem a Secretaria Municipal de Administração.

Art. **29**. Aplicam-se aos servidores acidentados no exercício de suas funções ou que contraíram moléstia profissional, os procedimentos adotados neste Decreto.

Art. **30**. Constatada irregularidade nos procedimentos constantes deste Decreto, será instaurado processo administrativo disciplinar, em conformidade a legislação específica que rege a matéria, sem prejuízo dos procedimentos cíveis e criminais cabíveis.

Art. **31**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 044/2023 e o Decreto nº 032/2024.

PALÁCIO MUNICIPAL CELSO GALVÃO, 29 de dezembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

ANEXO I
Quesitos e Informações Essenciais

I. Identificação do Servidor: Nome completo, cargo/função, matrícula, CPF e dados de contato.
II. Identificação do Médico/Junta: Nome(s), assinatura(s), número(s) de registro no conselho de classe (CRM) e carimbo oficial.
III. Data de Emissão do Laudo: Data em que a perícia ou avaliação foi realizada.
IV. Diagnóstico: Nome completo da doença ou condição de saúde;
V. Data de Início do Afastamento/Repouso: A data em que o afastamento ou repouso médico deve começar.
VI. Tempo Necessário de Afastamento: A duração estimada da licença médica, ou se a incapacidade é temporária ou permanente.
VII. Descrição da Capacidade Laboral: Uma avaliação detalhada da capacidade (ou incapacidade) do servidor para exercer suas funções habituais, especificando as limitações, se houver.
VIII. Prognóstico: Informações sobre a evolução provável da doença e a expectativa de recuperação.
IX. Sugestão de Readaptação (se aplicável): Em casos onde o retorno à função original não é possível, mas o servidor pode desempenhar outras tarefas, a junta deve sugerir funções compatíveis com as limitações.
X. Tratamento Recomendado: Indicação do tipo de tratamento que está sendo seguido ou é recomendado.
XI. Exames e Documentação de Suporte: Referência aos exames complementares, relatórios médicos externos, sumários de alta ou outros documentos que foram analisados para a tomada de decisão.
XII. Acidente de Trabalho/Doença Profissional (se aplicável): Se a condição for decorrente de acidente em serviço ou doença profissional, isso deve ser claramente assinalado.
XIII. Conclusão/Parecer Final: A decisão formal da junta médica (deferimento, indeferimento, sugestão de readaptação, aposentadoria por invalidez, etc.).

Publicado por:
Ricardo Coifman
Código Identificador:131DA2AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4161/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **ANDERSON LUIS DA SILVA VIANA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 50651,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 02/11/2024 a 02/11/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:8615475A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4162/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **ANDRE LINS LIMA CORREIA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 10168,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 11/02/2024 a 11/02/2025, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:847704FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4163/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **ANTONIO CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 11381,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 16/08/2024 a 16/08/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:54DE884C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4164/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **AQUILA CARLOS CABRAL, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 11399,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 19/08/2023 a 19/08/2024, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:74D9EC58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4165/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **BRUNNO AKHNATON NUNES DE SOUZA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 11372,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 19/08/2024 a 19/08/2025, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:89BEFDA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4166/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **CRISTIANO BARBOSA DE ARAUJO, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 14303,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 01/03/2024 a 01/03/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:847DC077

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4167/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **DAVI ALVES XAVIER, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 7334,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 16/12/2024 a 16/12/2025, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:01275FA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4168/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **DUDUENDES CLAUDINO DE SOUZA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 50654,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 02/11/2024 a 02/11/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:1FBDF755

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4169/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **GILVAN DE OLIVEIRA FREITAS, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 11415,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 19/08/2024 a 19/08/2025, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A634B229

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4170/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **GISLAINE CARVALHO DA SILVA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 50694,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 07/08/2024 a 07/08/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:308E7910

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4171/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **IVALDO MATIAS DOS SANTOS, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 7322,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 16/12/2023 a 16/12/2024, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A4E04B54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4172/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **JOAO PAULO DEODATO DOS SANTOS, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 7823,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 17/06/2024 a 17/06/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:54C37CC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4173/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **JONATAM LUIZ DA SILVA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 14301,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 02/03/2024 a 02/03/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:0EAE0FFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4174/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **JOSE CARLOS BATISTA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 7242,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 17/10/2023 a 17/10/2024, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:8F6A8DCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4175/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **JOSE LEMOS DA SILVA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 1127,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 01/03/2024 a 01/03/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:06F62926

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4176/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **JOSE ROBERTO DE ARRUDA SOARES, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 7970,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 27/11/2024 a 27/11/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:07564EED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4177/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **JOSE SIVALDO DA SILVA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 8684,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 13/05/2024 a 13/05/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:7289697B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4178/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **LEVI DAS MONTANHAS, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 50704,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 19/11/2024 a 19/11/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:FA6B5203

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4179/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **LUCAS NUNES DE OLIVEIRA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 11393,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 19/08/2024 a 19/08/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:77851FC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4180/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **MARCELO SILVA DOS ANJOS, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 50645,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 01/11/2024 a 01/11/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:930E3ECE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4182/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **NIVALDO GALINDO SILVA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 14299,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 01/03/2024 a 01/03/2025, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:050CBDEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4183/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **RENATA FERREIRA FEITOZA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 50650,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 01/11/2024 a 01/11/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:98FE5B04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4184/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **VALDECI JOSE DA SILVA FILHO, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 7342,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 16/12/2024 a 16/12/2025, com vigência a partir de **02/01/2026 a 31/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:79E7D92F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4185/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **VALDIMIR FERREIRA DA SILVA, Guarda Municipal,** Matrícula **n° 50661,** lotado(a) no(a) **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, o gozo de (01) um mês de férias**, referente ao período aquisitivo de 02/11/2024 a 02/11/2025, com vigência a partir de **01/01/2026 a 30/01/2026**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:53E9C75A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4186/2025–SAD

PORTARIA Nº 4186/2025–SAD
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E:

CONCEDER a **MARIA JOSE DA SILVA CAVALCANTI**, **Monito Educacional**, Matrícula **nº 46370**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **LICENÇA PELO FALECIMENTO** de seu esposo: Luciano Cavalcanti Chalegre, **pelo período de 08 (oito) dias**, conforme dispõem o Art. 170, inciso II, da Lei nº 6.123 de 20/07/68 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, com vigência a partir de **27/11/2025 a 04/12/2025.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:C4D37730

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4187/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **AMANDA CARINE FERREIRA BRANCO, Auxiliar de Serviços Gerais,** Matrícula **nº 5940,** lotado(a) na **Secretaria de Obras e Serviços Públicos,** pagamento de **salário família,** referente a seu(suas) filho(as): **Atyson Miguel Ferreira Branco Soares - 17/11/2023,** de acordo com o que dispõe o Art. 4º da Lei Municipal nº 5.354/2025, de 16 de junho de 2025 que altera o Art. 4º da Lei Municipal nº 4.551/2019, de 26 de junho de 2019 e da Portaria Interministerial MPS/ME n° 06, de 10 de janeiro de 2025, com vigência a partir de **01 de dezembro de 2025**.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:85D64D1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4188/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **ROSELIA DE MELO FRANCO, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 3194**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **90 (noventa) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **01/12/2025 a 28/02/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:5EF68034

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4189/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **AUDIMACIA RIBEIRO MARQUES, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 3107**, lotado(a) no(a) Secretaria de Saúde, **licença para acompanhar** seu filho: Kelvison Otavio Marques Passos, **por 18 (dezoito) dias**, conforme dispõe o Art. 125, da Lei nº 6.123 de 20/07/68, do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, com vigência a partir de **02/12/2025 a 19/12/2025.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 23 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:8E77273A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4190/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **JULIANA REINAUX SANTOS, Enfermeira,** Matrícula **nº 96465**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **7 (sete) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **03/12/2025 a 09/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:D4FFAFAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4191/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **EDMARA BRANCO DA COSTA, Enfermeira,** Matrícula **nº 96387**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **6 (seis) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **18/11/2025 a 23/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:77493CFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4192/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **VERA LUCIA GUEIROS WANDERLEY, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 3832**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **63 (sessenta e três) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **28/11/2025 a 29/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:F2BCDE71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4193/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **CICERA CRISTINA DA SILVA LIRA, Recepcionista,** Matrícula **nº 96148**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **7 (sete) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 30/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:C54FBBC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4194/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **MARIA CRISTINA MACHADO, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 3158**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **96 (noventa e seis) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **16/11/2025 a 19/02/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A5F416CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4195/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **MARCONDES LUIS DA SILVA, Serviços Gerais,** Matrícula **nº 5270**, lotado(a) na **Secretaria de Administração**, **Licença para tratamento de saúde**, por **90 (noventa) dias,** de

acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 21/02/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:5DF63023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4196/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **CRISTIANE DA SILVA, Auxiliar de Cozinha,** Matrícula **nº 31992**, lotado(a) na **Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **03/12/2025 a 17/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:D99EF1BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4197/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **ANDERSON MARCIO BARROS CORDEIRO, Guarda Municipal,** Matrícula **nº 7195**, lotado(a) na **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **22/12/2025 a 20/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:9BCB5303

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4198/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **MARIA SANDRELEIA DE OLIVEIRA SANTOS, Merendeira,** Matrícula **nº 46446**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **14 (quatorze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **22/11/2025 a 05/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:45B2D3E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4199/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **MIRIAN PEREIRA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais,** Matrícula **nº 46935**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 08/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:39129D64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4200/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

CONCEDER a **ALESSANDRA NORONHA DA SILVA, Monitor Educacional,** Matrícula **nº 47772**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **14/11/2025 a 28/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:D1E4F83D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4201/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **FIAMA BARBOSA MELO, Professor Temporário Substituto,** Matrícula **nº 47021**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **23/11/2025 a 07/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:B9BBF9F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4202/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ALBANEIDE CAVALCANTI DUARTE, Professora I,** Matrícula **nº 11593**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 23/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:3C76AEC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4203/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ANGELO DANIEL TAVARES FERREIRA, Professor I,** Matrícula **nº 7720**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **20 (vinte) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **27/11/2025 a 16/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:4D90D6E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4204/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **IVONETE MELO DA SILVA FERREIRA, Professor I,** Matrícula **nº 7689**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **24 (vinte e quatro) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **02/12/2025 a 25/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:5CE07452

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4205/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **THIAGO PEREIRA DA SILVA, Professor Especialista em Inglês,** Matrícula **nº 24909**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **60 (sessenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **28/11/2025 a 26/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:71517C6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4206/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **IVELDA DANTAS VIEIRA, Agente de Disciplina,** Matrícula **nº 9021**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **29 (vinte e nove) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **26/11/2025 a 24/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:D1B14398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4207/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **SUELI MARIA DA SILVA, Agente de Disciplina,** Matrícula **nº 7264**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **60 (sessenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **27/11/2025 a 25/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:5EE934C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4208/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **EDJANE MARIA DA SILVA ALVES LIRA, Professor I,** Matrícula **nº 2388**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **28/11/2025 a 27/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:ED6FBD93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4209/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **AURISVANDA ALVES DE SIQUEIRA, Professor I,** Matrícula **nº 9001**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **60 (sessenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **26/11/2025 a 24/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:9CEC50E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4210/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **VERONICA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, Professor I,** Matrícula **nº 2253 / 5322**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **18/11/2025 a 17/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:B8A19670

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4211/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **SIMONE ALVES DINIZ MELO, Professor I,** Matrícula **nº 7061**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 23/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:52F05DF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4212/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ROSINEIDE CHAVES DOS SANTOS, Professor I,** Matrícula **nº 7072**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **10 (dez) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **19/11/2025 a 28/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:F3AF5CD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4213/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ANA MARIA DE ARAUJO PINTO, Professor I,** Matrícula **nº 2287 / 11566**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **25/11/2025 a 24/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:36C40747

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4214/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JULIÃO PINTO TEIXEIRA FILHO, Auxliar de Serviços Gerais,** Matrícula **nº 1266**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **60 (sessenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **01/12/2025 a 29/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:B80DBB72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4215/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **SAMANTA EMANUELE DE VASCONCELOS ARAUJO LIMA, Auxiliar de Serviços Gerais,** Matrícula **nº 5084**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **60 (sessenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **18/11/2025 a 16/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:54236CE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4216/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ROBERTA RAFAELA FERREIRA DE MORAES, Professora de Geografia II,** Matrícula **nº 12333**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **40 (quarenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **01/12/2025 a 09/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:6D616E8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4217/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **MARTA ROBERTA DE ALMEIDA, Professor I,** Matrícula **nº 0188**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **60 (sessenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **20/10/2025 a 18/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A7786DAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4218/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JOSÉ GILBERTO GOMES, Professor de Referência I,** Matrícula **nº 24871**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **17/11/2025 a 16/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A856EAA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4219/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **VANDERLEIA PAES SIQUEIRA, Professora I,** Matrícula **nº 10965**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **45 (quarenta e cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **11/11/2025 a 25/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:8DFA02E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4220/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JULIANA DOS SANTOS SOUZA, Professora I,** Matrícula **nº 24964**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 23/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:B0D26BDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4221/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JACKELINNE BRASILEIRO NASCIMENTO, Professor I,** Matrícula **nº 7131**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **41 (quarenta e um) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **21/11/2025 a 31/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:FF2CFA6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4222/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **LUCIANA SANTOS DA SILVA AZEVEDO, Professor I,** Matrícula **nº 7679**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **45 (quarenta e cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **18/11/2025 a 01/01/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:DB73B120

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4223/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ELAINE CALADO DE MOURA ALVES, Professor I,** Matrícula **nº 8982**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **49 (quarenta e nove) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **13/11/2025 a 31/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:F2068267

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4224/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **VANIA PONTES DA SILVA, Professor I,** Matrícula **nº 5429**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **44 (quarenta e quatro) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **18/11/2025 a 31/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:D1BA147A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4225/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **MARIA DANIELE PEREIRA SANTOS, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 91204**, lotado(a) no(a) Secretaria de Saúde, **licença para acompanhar** sua filha: Maria Gabriele Pereira Santos, **por 08 (oito) dias**, conforme dispõe o Art. 125, da Lei nº 6.123 de 20/07/68, do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, com vigência a partir de **28/11/2025 a 05/12/2025.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:DDDE5022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4226/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições.
R E S O L V E:
CONCEDER a **MISHELA KELLY DE ALMEIDA FERREIRA**, **Agente Comunitário de Saúde**, Matrícula **nº 91198**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **LICENÇA PELO FALECIMENTO** de sua mãe: Vera Lucia Gonçalves de Almeida, **pelo período de 08 (oito) dias**, conforme dispõem o Art. 170, inciso II, da Lei nº 6.123 de 20/07/68 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, com vigência a partir de **01/11/2025 a 08/11/2025.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:877EA023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4227/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **LAURA CRISTINA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, Professor I,** Matrícula **nº 2246**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **01/12/2025 a 05/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:E2E7AFB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4228/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **IARA MARIA DA SILVA VIEIRA, Professor Interprete - I,** Matrícula **nº 11370**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 28/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:5EAC47B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4229/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JOSELMA MARIA DOS SANTOS SOUZA, Professor I,** Matrícula **nº 8045**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **14 (quartoze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **21/11/2025 a 04/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:53ED22DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4230/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **SHIRLEY JANE DE MELO, Professor I,** Matrícula **nº 7036**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **07 (sete) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **12/11/2025 a 18/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:6705FD77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4231/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JULIETE SABINO CORREIA DE ANDRADE, Professor I,** Matrícula **nº 9025 / 11641**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **10/11/2025 a 14/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:CEB4F089

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4232/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ISABELLA BEZERRA LEONARDO, Professor I,** Matrícula **nº 11009 / 7035**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **24/11/2025 a 08/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:3EA3F080

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4233/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **EDNEY TAVARES GOMES, Professor de Educação Fisíca - II,** Matrícula **nº 14774**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **07/12/2025 a 11/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:94E8C791

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4234/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **PABLO HENRIQUE BEZERRA DO AMARAL, Professor Efeti. História,** Matrícula **nº 47752**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **03/11/2025 a 07/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:F418643F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4235/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JOSENIR MORAES ALVES, Professor I,** Matrícula **nº 7142**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **31/10/2025 a 04/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:0937B189

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4236/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **BENICIA ALVARA DE CARVALHO GOIS, Professor I,** Matrícula **nº 7113**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **20/10/2025 a 24/10/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:9AE4EA63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4237/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JANAINA COSTA DE MELO, Professor I,** Matrícula **nº 7089 / 11532**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **17/11/2025 a 21/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A3A4B8EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4238/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ROBERIO DOS ANJOS SOARES, Auxiliar de Serviços Gerais,** Matrícula **nº 46770**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **07 (sete) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **25/11/2025 a 01/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:1E16CCA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4239/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **SUELLEN LIMA DA SILVA, Monitor Educacional,** Matrícula **nº 47382**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **11 (onze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **04/11/2025 a 14/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:EB39CDD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4240/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **STENIO DA SILVA MARQUES JUNIOR, Auxiliar de Serviços Gerais,** Matrícula **nº 46233**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **14 (quatorze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **12/11/2025 a 25/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:69080D64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4241/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **EMILLIN MACELE SANTOS DA SILVA, Agente Administrativo,** Matrícula **nº 11268**, lotado(a) na **Secretaria de Educação**, **Licença para tratamento de saúde**, por **07 (sete) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **04/12/2025 a 10/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:2319FD3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4242/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JOSEILDA DE ARAUJO TAVARES, Auxiliar de Serviços Gerais**, Matrícula **nº 46937**, lotada na **Secretaria de Educação, Licença Maternidade**, pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, de acordo com o art. 71 da lei Federal nº **8.213** de 24 de julho de 1991, com vigência a partir de **17/11/2025 a 16/03/2026.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:9826595E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4243/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **GIOVANNA TAVEIRA JORGE CAVALCANTE, Agente de Disciplina**, Matrícula **nº 46109**, lotada na **Secretaria de Educação, Licença Maternidade**, pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, de acordo com o art. 71 da lei Federal nº **8.213** de 24 de julho de 1991, com vigência a partir de **28/10/2025 a 24/02/2026.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:661CD100

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4244/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **MARIA TAMIRES ARAUJO INÁCIO DOS SANTOS, Professor de Português - II**, Matrícula **nº 46671**, lotada na **Secretaria de Educação, Licença Maternidade**, pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, de acordo com o art. 71 da lei Federal nº **8.213** de 24 de julho de 1991, com vigência a partir de **24/10/2025 a 21/04/2026.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:5B81A6E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4245/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **CRISTIENE IZIDIO MENDES, Auxiliar de Serviços Gerais**, Matrícula **nº 47429**, lotada na **Secretaria de Educação, Licença Maternidade**, pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, de acordo com o art. 71 da lei Federal nº **8.213** de 24 de julho de 1991, com vigência a partir de **03/12/2025 a 01/04/2026.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:6E5DCAF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4246/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **ANA PAULA DA SILVA GONÇALVES SERAFIN, Educadora Social**, Matrícula **nº 31974**, lotada na **Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Licença Maternidade**, pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, de acordo com o art. 71 da lei Federal nº **8.213** de 24 de julho de 1991, com vigência a partir de **26/11/2025 a 25/03/2026.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:0839D7DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4247/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JOÃO BATISTA CARDOSO DE MELO, Guarda Municipal,** Matrícula **nº 2602**, lotado(a) na **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte**, **Licença para tratamento de saúde**, por **180 (cento e oitenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **28/12/2025 a 25/06/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A59DF79E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4248/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **IRANILDO ROCHA DE LUCENA, Guarda Municipal,** Matrícula **nº 11416**, lotado(a) na **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **08/12/2025 a 22/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:2156D3A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4249/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **MARIA RITA SANTOS COSTA, Auxiliar de Serviços Gerais,** Matrícula **nº 95565**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de

acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **02/12/2025 a 16/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:FFC166EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4250/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **MARIA CRISTINA DA SILVA, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 3358**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **30 (trinta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **28/11/2025 a 27/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:543AF941

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4251/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **KELLI ALMEIDA ARCOVERDE, Diretor do Depart. de Assist. a Sau,** Matrícula **nº 95406**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **04/12/2025 a 14/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:F476137A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4252/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **QUITERIA TENORIO BISPO, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 03188**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **60 (sessenta) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **14/12/2025 a 11/02/2026.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:EE148928

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4253/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **CASSIO FERNANDO DOS SANTOS, Agente de Endemias,** Matrícula **nº 7376**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **05 (cinco) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **03/12/2025 a 07/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:FBF4DA42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4254/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **HILDA PEREIRA VIANA TORRES, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 3788**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **10 (dez) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **10/12/2025 a 19/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:5E5BEC27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4255/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **NATALLYA KAROLLYNE LOPES RODRIGUES DE MORAES, Técnico de Enfermagem,** Matrícula **nº 95568**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **15 (quinze) dias,** de acordo com o que

dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **08/12/2025 a 22/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:616DBDAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4256/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **JÉSSICA MAYURE CONCEIÇÃO DA SILVA ALBUQUERQUE, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 9241**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **17 (dezessete) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **03/12/2025 a 19/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:6830D0E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4257/2025-SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **LINETE DIAS DA SILVA, Recepcionista,** Matrícula **nº 96151**, lotado(a) na **Secretaria de Saúde**, **Licença para tratamento de saúde**, por **07 (sete) dias,** de acordo com o que dispõe os termos dos artigos 115 e 121 ambos da mesma Lei nº 6.123 de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, combinado com o Decreto Lei nº 117 de 27/12/1969, com vigência a partir de **17/11/2025 a 23/11/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:BF6C69B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4258/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER a **MARIA LUCILENE HERCULANO PEREIRA, Agente Comunitário de Saúde,** Matrícula **nº 3372**, lotado(a) no(a) Secretaria de Saúde, **licença para acompanhar** sua filha: Emille Kaline Herculano Pereira Napoleão, **por 15 (quinze) dias**, conforme dispõe o Art. 125, da Lei nº 6.123 de 20/07/68, do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, com vigência a partir de **08/12/2025 a 22/12/2025**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 23 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:475FF833

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4259/2025–SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
CONCEDER ao(a) servidor(a) **TATHIANNE VIRGINIA DE OLIVEIRA SOUZA, titular do cargo de Dentista,** Matrícula **nº 95686**, lotado na **Secretaria de Saúde, Licença para Casamento**, no período de **(08) oito dias**, conforme Certidão de Casamento **075796 01 55 2025 3 00004 232 0000927 11, do Cartório de Registro Civil de Garanhuns-PE**, de acordo com o que dispõe os termos do artigo 170 Inciso I e do Parágrafo único do Art. 162, da Lei nº 6.123, de 20/07/1968 do EFPC-PE, adotada pelo Município através da Lei Municipal n°. 2.836 de 22/07/97, com vigência a partir de **05/12/2025 a 12/12/2025.**
CUMPRA-SE,
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE
Secretaria Municipal de Administração, em 24 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:2A129150

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4260/2025- SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o registro de AVERBAÇÃO do tempo de serviço prestado ao Município de Palmeirina de 05/04/1999 a 31/12/2001; Estado de Pernambuco de 01/01/2002 a 09/01/2005, concernente ao(a) servidor(a) **MARLUZY ELIAS DA SILVA, titular do cargo de Professor de Educação Física II,** Matrícula **nº 5140**, lotado(a) no(a) **Secretaria de Educação**, na totalização de **,** conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, de 18 de dezembro de 2025, com vigência a partir desta data**.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 24 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:A315732D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4261/2025- SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o registro de AVERBAÇÃO do tempo de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Capoeiras/PE de 02/05/2001 a 06/03/2008, concernente ao(a) servidor(a) **ODETE MORAIS DE**

MACÊDO NEVES, titular do cargo de Professor de Ciências II, Matrícula **nº 6540**, lotado(a) no(a) **Secretaria de Educação**, na totalização de **,** conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, de 11 de dezembro de 2025, com vigência a partir desta data**.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 24 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:04873F76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4262/2025- SAD

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o registro de AVERBAÇÃO do tempo de serviço prestado ao Fundo Municipal de Educação - FME de 01/07/1988 a 31/10/1990, concernente ao(a) servidor(a) **MARIA ROSALVA DE SOUZA CAVALCANTI, titular do cargo de Professor de História II,** Matrícula **nº 271**, lotado(a) no(a) **Secretaria de Educação**, na totalização de **,** conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, de 11 de dezembro de 2025, com vigência a partir desta data**.**
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Secretaria Municipal de Administração, em 24 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:7217FA96

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

Considerando o princípio constitucional da publicidade, bem como o interesse da Administração Pública Municipal em dar transparência aos seus atos, torna-se pública a rescisão do Contrato nº 155/2023, celebrado entre o Fundo Municipal de Educação, inscrito no CNPJ nº 56.889.156/0001-20, e a empresa Queiroz Cabral Engenharia e Projetos EPP, inscrita no CNPJ nº 42.089.761/0001-01. Objeto do contrato rescindido: Execução de serviços de engenharia na escola situada no Bairro Viana e Moura. Diante da rescisão contratual, fica assegurado à empresa contratada o prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da ciência deste extrato, para apresentação de manifestação formal, defesa ou esclarecimentos que entender pertinentes, nos autos do respectivo processo administrativo.

Garanhuns/PE, 29 de dezembro de 2025

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretária de Educação
Portaria 015/2025
Matrícula 5324/7091

Publicado por:
Maria Luiza Caetano Ferreira
Código Identificador:5D8C5BAC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO CMAS N°- 0011/2025

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme as suas atribuições que o cargo lhe confere,
RESOLVE:
Art.1°- Aprova o plano municipal de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade em âmbito municipal.
Art.2°- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se
Cumpra-se
Glória do Goitá, 02 de dezembro de 2025.

VIRGINIA ALVES DE ALMEIDA
Presidente - Conselho Municipal de Assistência Social de Glória do Goitá

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:75073BDC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO CMAS N°- 0012/2025

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme as suas atribuições que o cargo lhe confere,

RESOLVE:

Art.1°- Aprova o plano municipal e intersetorial da escuta qualificada onde foi apresentado a metodologia de implementação da lei da escuta qualificada de forma intersetorial e municipal tendo em vista a não revitimização das crianças e adolescentes vítimas das múltiplas violências e violações, compreendendo bem a função da assistência social no âmbito da lei federal da escuta.

Art.2°- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se

Cumpra-se

Glória do Goitá, 02 de dezembro de 2025.

VIRGINIA ALVES DE ALMEIDA
-Presidente -
Conselho Municipal de Assistência Social de Glória do Goitá

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:8A5B1B3B

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO CMAS N°- 0013/2025

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme as suas atribuições que o cargo lhe confere,
RESOLVE:
Art.1°- Aprova a minuta de atualização da lei municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que conselho municipal de assistência social recomenda o órgão gestor para atualizar capítulos importantes da lei municipal vigente, definindo o comanda do SUAS, estabelecendo as condutas do conselho municipal de assistência bem como sua representação, tempo de mandato e eleição do CMAS, entre outras demandas contidas na recomendação minuta.
Art.2°- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se
Cumpra-se
Glória do Goitá, 02 de dezembro de 2025.

VIRGINIA ALVES DE ALMEIDA
-Presidente -
Conselho Municipal de Assistência Social de Glória do Goitá

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:F2709774

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO CMAS N°- 0014/2025

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme as suas atribuições que o cargo lhe confere,
RESOLVE:
Art.1°- Aprova a recondução da mesa diretora por um ano devido a necessidade de atualização da lei municipal que está omissa, por tanto a plenária aprovou a recondução por um ano entre o período de 02/12/2025 a 02/12/2026, fica estabelecido que esse prazo pode ser revogado antes da data limite mediante a aprovação da lei municipal e organização do processo eleitoral mediante edital.
Art.2°- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se
Cumpra-se
Glória do Goitá, 02 de dezembro de 2025.

VIRGINIA ALVES DE ALMEIDA
-Presidente -
Conselho Municipal de Assistência Social de Glória do Goitá

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:09066922

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO CMAS N°- 0015/2025

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme as suas atribuições que o cargo lhe confere,
RESOLVE:
Art.1°- O Conselho Municipal de Assistência Social recomendou a Secretaria de Politicas Sociais, Desenvolvimento Trabalho e Juventude que atualize sua nomenclatura conforme a politica de assistência social do Brasil, portanto, esse conselho sugere que a Secretaria passe a se chamar Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate a Fome, alinhando sua execução politica ao Estado e Governo Federal.
Art.2°- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se
Cumpra-se
Glória do Goitá, 02 de dezembro de 2025.

VIRGINIA ALVES DE ALMEIDA
-Presidente -
Conselho Municipal de Assistência Social de Glória do Goitá

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:F91AD97F

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO CMAS N°- 0016/2025

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme as suas atribuições que o cargo lhe confere,
RESOLVE:
Art.1°- Aprova o plano municipal de assistência social com validade de 2026/2029, garantindo assim o cumprimento do art. 30º da LOAS onde prever a composição do CPF – Conselho Municipal de Assistência Social, paritário, atuante e com deliberações, Plano municipal de assistência social, vigente e Fundo municipal de assistência social, apto e descentralizado

Art.2°- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se
Cumpra-se

Glória do Goitá, 02 de dezembro de 2025.

VIRGINIA ALVES DE ALMEIDA
-Presidente -
Conselho Municipal de Assistência Social de Glória do Goitá

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:E98BF628

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GOIANA

AUTARQUIA MUNICIPAL DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em licença de uso de plataforma de emissão de diplomas digitais padrão IIP- BRASIL, em atendimento a portaria 554/2019 do MEC as prestações dos serviços devem compreender instalação, treinamento e manutenção visando atender a necessidade da Autarquia De Ensino Superior de Goiana – AMESG/FADIMAB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação por valor nº 000027/2023 ADITIVO DE PRAZO. PARTES CONTRATANTES: Autarquia De Ensino Superior de Goiana e: CT Nº 000027/2023– QUALINDO SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - 4º Aditivo – Prazo por 12 meses, ASSINATURA: 23.12.25.

Publicado por:
Tiago José Oliveira de Barros
Código Identificador:C8BCB488

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 768/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA/PE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIANA – PE, ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o **Processo Licitatório N° 768/2025 - Pregão Eletrônico Nº 011/2025**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL OU ADICIONADA DE SAIS, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFAS DE 500ML (REPETIÇÃO DOS LOTES 6 E 7 FRACASSADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025), PARA ATENDER DEMANDAS DAS SECRETARIA MUNICIPAIS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA, ESTADO DE PERNAMBUCO**, e **ADJUDICAR,** seu objeto à empresa a seguir relacionada, por ter apresentado o menor preço global ofertado:

1 **– VALDOMIR HENRIQUE PAES BARRETTO - ME, inscrita no CNPJ nº 02.782.453/0001-42,** estabelecida à Rua Rio Xingu, nº 555, Bairro Ibura, Recife/PE/PE, CEP: 51.240-040, Fone: (81) 9.8837-4812, e-mail: criscenter.pe@gmail.com, pelo valor total de **R$ 772.040,16 (setecentos e setenta e dois mil, quarenta reais e dezesseis centavos),** conforme a seguir especificado:

LOTE	DESC. DETALHADA ITEM	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL R$
1	ÁGUA MINERAL NATURAL OU ADICIONADA DE SAIS, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFAS DE 500ML de procedência e validade expressa no rotulo do produto. (Item destinado a Cota Principal 75% do total – Ampla Concorrência). Marca: Santa Joana.	UND	536.139	1,08	579.030,12
2	ÁGUA MINERAL NATURAL OU ADICIONADA DE SAIS, SEM GÁS,	UND	178.713	1,08	193.010,04

	ACONDICIONADA EM GARRAFAS DE 500ML de procedência e validade expressa no rotulo do produto. (Item destinado a Cota Principal 25% do total – Reservado para ME ou EPP). Marca: Santa Joana.				
VALOR TOTAL R$					**772.040,16**

O valor global do processo é de R$ 772.040,16 (setecentos e setenta e dois mil, quarenta reais e dezesseis centavos).

Goiana/PE, 29 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIEGAS JÚNIOR
Secretário Municipal de Educação e Inovação

Publicado por:
Solange Gomes Pereira Dos Santos
Código Identificador:BD4C7A81

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 850/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 803/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 736/2025

TERMO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO Nº 850/2025, FIRMADO EM 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

Espécie: Termo de celebração de **Contrato n° 850/2025**, referente a locação de imóvel, **Inexigibilidade n° 736/2025.**
Base Legal: Art. 74, V, da Lei nº 14.133, de 2021 e Lei Federal 8.245, de 18 de outubro de 1991.
Processo Administrativo: 803/2025.
Locatário (s): Secretaria de Políticas Sociais do município de Goiana/PE, representado pela Gestora, Ana Cristina de Melo Freire Gouveia Silveira.
Locador(s): Sr. Nivaldo Leitão de Farias Junior, inscrito no CPF sobre o n° 050.xxx.xxx-xx.
Objeto: Contratação de locação de imóvel situado na Rua 15 de novembro, n° 217, Centro, Goiana/PE, destinado a instalação do almoxarifado central da Secretaria Municipal de Políticas Sociais e de outros setores administrativos.
Valor Mensal: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
Valor Global: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Dotação Orçamentária: 08.122.0210.2113.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00
Ficha: 169
Fonte: 01
Fiscal: Sulamita Francisca da silva Bomfim – **Matricula n°** 626085022
Fonte do recurso: 001.001
Goiana 29 de dezembro de 2025

Publicado por:
Solange Gomes Pereira Dos Santos
Código Identificador:9A8ECB2E

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 803/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 736/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico Processo Administrativo n° 803/2025 – Inexigibilidade nº. 736/2025. Objetivando: Contratação de locação de imóvel situado na Rua 15 de novembro, n° 217, centro, Goiana/PE, destinado a instalação do almoxarifado central da Secretaria municipal de Políticas Sociais e de outros setores administrativos.
Locador: Nivaldo Leitão de Farias Júnior, inscrito no CPF sob o nº 050.xxx.xxx-xx, com endereço Rua Viração, nº 28-C, Centro, Goiana/PE, CEP: 55.900-000, pelo valor global de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Goiana, 09 de dezembro de 2025.

ANA CRISTINA DE MELO FREIRE GOUVEIA SILVEIRA
Secretária de Políticas Sociais/Fundo Municipal de Assistência Social de Goiana/PE

Publicado por:
Solange Gomes Pereira Dos Santos
Código Identificador:4ED5C9E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº: 806/2025

TERMO DE FOMENTO Nº: 001/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 30, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Cultural de Goiana/PE

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Fundação Gilberto Freyre, CNPJ: 11.869.674/0001-43

OBJETO: Celebração de Termo de Fomento para execução do "1º Circuito Cultural de Goiana", projeto destinado à valorização do patrimônio histórico-cultural do município mediante visitações mediadas, roteiros turísticos e apresentações artísticas em nove templos religiosos tombados pelo IPHAN e no Museu do Sesc Ler Goiana.

JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE: Notória especialização da Fundação Gilberto Freyre, comprovada pela execução exitosa de projeto de natureza idêntica ("Circuito das Igrejas", 2011-2012) e por sua reconhecida atuação institucional na área de patrimônio cultural, tornando inviável a competição em razão da singularidade do objeto e da expertise específica exigida.

VALOR TOTAL: R$ 1.386.457,10 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e dez centavos)

VIGÊNCIA: Dezembro de 2025 a setembro de 2026 (10 meses)

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Nos termos do art. 32, §1º da Lei 13.019/2014, fica assegurado o prazo de 5 (cinco) dias para eventual impugnação, devendo a manifestação ser protocolada na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Cultural, localizada na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, S/N, Centro, Goiana/PE, CEP 55900-000, ou através do e-mail turismo@goiana.pe.gov.br.

PREVISÃO DE CELEBRAÇÃO: O Termo de Fomento será celebrado após o decurso do prazo de 5 (cinco) dias previsto para impugnação.

DOCUMENTOS DISPONÍVEIS: O processo administrativo completo, incluindo a justificativa de inexigibilidade, o plano de trabalho e demais documentos, encontra-se disponível para consulta pública na sede da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Cultural, em dias úteis, no horário das 8h às 14h.

Goiana/PE, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ ÍTALO CÉSAR DA CUNHA
Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural
Município de Goiana/PE
Portaria nº 984/2025

Publicado por:
Jéssica Ferreira Guedes da Silva
Código Identificador:BF9A0129

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

COMISSÃO PREMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 122/2025. PREGÃO ELETRÔNICO N ° 046/2025. OBJETO: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Kits Escolares para atender as necessidades dos estudantes da Rede Municipal de ensino no Município de Ibimirim no ano letivo de 2026, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência. Valor máximo estimado do certame é de R$ 1.346.353,00 (um milhão trezentos e quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais). Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 30/12/2025; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 15/01/2026; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 15/01/2026. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no site da BNC: www.bnc.org.br, ou através do site http://ibimirim.pe.gov.br - Portal da Transparência.

Ibimirim - PE, 30 de dezembro de 2025.

JASIEL SOUZA SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jasiel Souza Santos
Código Identificador:DF5EA4A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2025 EM DECORRÊNCIA DA ADESÃO DA ATA 001/2024 DA PREFEITURA DE TUPANATINGA/PE ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS NO MUNICÍPIO DE IBIMIRIM/PE, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sob regime de Empreitada por Preço Global, conforme as especificações constantes do Projeto Básico, constantes nos autos do Processo administrativo n° 017/2024, realizado pela Prefeitura Municipal deTupanatinga/PE. **EMPRESA CONTRATADA: J A S SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.765.202/0001-83. O valor total do contrato é de R$ 1.205.953,65 (um milhão duzentos e cinco mil novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro de 2025
VIGÊNCIA: 31/12/2025

Gestor(a) do Orgão:

REKLEJAVIK VICENTE DA SILVA
Secretário de Agricultura

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:726E02D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2025, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 117/2025 E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2025

Objeto: Aquisição de Panetones de Frutas Cristalizadas ou Gotas de Chocolate pesando no mínimo 400g para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. **EMPRESA CONTRATADA: REAL ALIMENTOS, CESTAS BÁSICAS E PRODUTOS DE LIMPEZA EM GERA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.130.836/0001-90. O valor total da contratação é de **R$ 31.980,00** (trinta e um mil, novecentos e oitenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA: 31/12/2025

Gestor(a) do Orgão:

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:A2415F7A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IGARASSU

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EEXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 379/2022, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação por 12(doze) meses do **Contrato nº 379/2022**, com o intuito de dar continuidade à "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO NO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTE MUNICÍPIO", ABASTECIMENTO ESTE POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS E, OU MICROPROCESSADOR (CHIP), DE ACEITABILIDADE NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, CREDENCIADOS, POR CONTA DO FORNECIMENTO DIANTE DA NECESSIDADE DE CONSUMO, DE: (ÁLCOOL, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), CONFORME DETALHADO NO QUADRO ABAIXO, QUE LIMITA OS QUANTITATIVOS DE LITROS DE COMBUSTÍVEL A SER FORNECIDO E ESTIMA O VALOR TOTAL DE CADA PRODUTO, ESTIMA O VALOR GLOBAL E DEFINE A TAXA ADMINISTRATIVA EXPRESSA EM PERCENTUAL.** Iniciando seus efeitos em **04/08/2025 a 03/08/2026**. **CONTRATANTE:** Secretaria Executiva da Receita. **CONTRATADA: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA,** Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º **05.340.639/0001-30. VALOR DO ADITIVO:** R$ 39.701,00 (trinta e nove mil setecentos e um reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0207; Unidade Orçamentária: 020702; Ação Governamental: 2.058; Despesa Orçamentária: 3.3.90.30.00, Fonte de Recurso: 1.500.0000. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 31 de julho de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:23E4D559

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 370/2022 - ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Na Cláusula Terceira do Contrato nº 370/2022 inclui-se a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0215	021500	2.067	33.90.39.00	1.500.0000

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:E413C7D7

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 330/2022 - CONFORME ADESÃO Nº. 002/2022, FIRMADA E PUBLICADA PELA SECRETARIA EXECUTIVA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVES DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Na Cláusula Sétima do Contrato nº 330/2022 inclui-se a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNI.	AÇÃO GOVERNAMENTAL	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FONTE
0213	021303	2.077	3.3.90.30.00	1.751.0000
0213	021303	2.077	3.3.90.39.00	1.751.0000

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:93B5F56F

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 379/2022 - DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022, ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CABEÇALHO
No segundo termo de apostilamento, onde se lê:

"PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 380/2022, CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE DE IGARASSU E, DO OUTRO LADO E A EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 05.340.639/0001-30, ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL NORTE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS VALES DO CARINHANHA, COHÁ, PERUAÇU, JAPORÉ E SÃO FRANCISCO – CIMVALES-MG, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022."

Leia-se:

"SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 380/2022, **QUE** CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE DE IGARASSU E, DO OUTRO LADO E A EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 05.340.639/0001-30, ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL NORTE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS VALES DO CARINHANHA, COHÁ, PERUAÇU, JAPORÉ E SÃO FRANCISCO – CIMVALES-MG, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022."

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÂMBULO
No segundo termo de apostilamento, onde se lê:

"O MUNICÍPIO DE IGARASSU, com sua sede administrativa na PMIG, situada à Praça da Bandeira, 14 – Centro – Igarassu - PE. – CEP. 53.600-000, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 10.359.560/0001-90, através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE DE IGARASSU, neste ato representada por sua Secretária Sra. CAROLLYNA HELEN DA SILVA FRAGOSO, matriculada sob o nº 6401, resolve apostilar o **1º termo aditivo do** contrato nº 380/2022, com base no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 e suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:"

Leia-se:

"O MUNICÍPIO DE IGARASSU, com sua sede administrativa na PMIG, situada à Praça da Bandeira, 14 – Centro – Igarassu - PE. – CEP. 53.600-000, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 10.359.560/0001-90, através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE, neste ato representado por sua Secretária, a Sra. CAROLLYNA HELEN DA SILVA FRAGOSO, matriculada sob o nº 6401, resolve apostilar o contrato nº 380/2022, com base no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 e suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:"

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Na Cláusula Terceira do Contrato nº 380/2022 inclui-se a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0211	021100	2.050	33.90.30.00	1.500.0000

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:60ACF97D

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 460/2023, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2023.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação do prazo por 12 (doze) meses do Contrato nº **460/2023,** referente à **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE PRESTAM SERVIÇOS COM SEDE NO MUNICÍPIO DE IGARASSU PARA REALIZAÇÃO DE VENDAS DE FORMA CONSIGNADA AOS SERVIDORES, EFETIVOS, COMISSIONADOS, CONTRATADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS VINCULADOS AO MUNICÍPIO DE IGARASSU.** Iniciando seus efeitos em **16/08/2025 a 15/08/2026**. **CONTRATANTE:** Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas. **CONTRATADA: AESP ODONTO ASSISTÊNCIA EM SÃO PAULO DE ODONTOLOGIA S/S LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 03.694.367/0001-40. DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 15 de agosto de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:7DE602F9

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 031/2022 - FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2021, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021 E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Na Cláusula Primeira do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 031/2022 – DO OBJETO
Onde se lê:
Constitui objeto do presente instrumento o reajustamento de preço e a renovação do Contrato nº 031/2022, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REDE DE DADOS DE INTERNET COM TOTAL CONECTIVIDADE IP, LINKS DE ALTA VELOCIDADE, PONTOS DE COMUNICAÇÃO POR REDES SEM FIO EM ÁREAS**

INTERNAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E EM ÁREAS PÚBLICAS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE. Iniciando seus efeitos em **31/01/2023 a 31/01/2024.**
Leia-se:
Constitui objeto do presente instrumento a supressão de aproximadamente 23%, o reajustamento de preço e a renovação do Contrato nº 031/2022, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REDE DE DADOS DE INTERNET COM TOTAL CONECTIVIDADE IP, LINKS DE ALTA VELOCIDADE, PONTOS DE COMUNICAÇÃO POR REDES SEM FIO EM ÁREAS INTERNAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E EM ÁREAS PÚBLICAS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE.** Iniciando seus efeitos em **31/01/2023 a 31/01/2024.**

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:833BAC4A

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 380/2022 - DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022, ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CABEÇALHO
No segundo termo de apostilamento, onde se lê:

"PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 380/2022, CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE DE IGARASSU E, DO OUTRO LADO E A EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 05.340.639/0001-30, ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL NORTE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS VALES DO CARINHANHA, COHÁ, PERUAÇU, JAPORÉ E SÃO FRANCISCO – CIMVALES-MG, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022."

Leia-se:

"SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 380/2022, **QUE** CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE DE IGARASSU E, DO OUTRO LADO E A EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 05.340.639/0001-30, ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL NORTE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS VALES DO CARINHANHA, COHÁ, PERUAÇU, JAPORÉ E SÃO FRANCISCO – CIMVALES-MG, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022."

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÂMBULO
No segundo termo de apostilamento, onde se lê:

"O MUNICÍPIO DE IGARASSU, com sua sede administrativa na PMIG, situada à Praça da Bandeira, 14 – Centro – Igarassu - PE. – CEP. 53.600-000, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 10.359.560/0001-90, através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE DE IGARASSU, neste ato representada por sua Secretária Sra. CAROLLYNA HELEN DA SILVA FRAGOSO, matriculada sob o nº 6401, resolve apostilar o **1º termo aditivo do** contrato nº 380/2022, com base no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 e suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:"

Leia-se:

"O MUNICÍPIO DE IGARASSU, com sua sede administrativa na PMIG, situada à Praça da Bandeira, 14 – Centro – Igarassu - PE. – CEP. 53.600-000, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 10.359.560/0001-90, através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE, neste ato representado por sua Secretária, a Sra. CAROLLYNA HELEN DA SILVA FRAGOSO, matriculada sob o nº 6401, resolve apostilar o contrato nº 380/2022, com base no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 e suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:"

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Na Cláusula Terceira do Contrato nº 380/2022 inclui-se a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0211	021100	2.050	33.90.30.00	1.500.0000

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:B0C74C2F

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 397/2022 - ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Da dotação orçamentária;
Inclui-se"

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0206	020600	2.036	33.90.30.00	1.500.0000

".

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:CD4B9D77

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 568/2022 - REALIZADA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2022 – CPL I, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI MUNICIPAL Nº 3.094/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Da dotação orçamentária;
Inclui-se"

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0206	020600	2.036	33.90.30.00 33.90.47.00	1.500.0000

".

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:87F3A382

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 568/2022 - REALIZADA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2022 – CPL I, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI MUNICIPAL Nº 3.094/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Da dotação orçamentária;

Inclui-se“

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0206	020600	2.036	33.90.30.00 33.90.47.00	1.500.0000

”.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:ADC76A84

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 386/2022 - DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
No preâmbulo do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 386/2022, corrige-se o órgão participante. Onde se lê:

“ **O MUNICÍPIO DE IGARASSU, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.359.560/0001-90, com sede localizada à Praça da Bandeira, 14, Centro, Igarassu - PE, CEP 53.610-906, através da Secretaria de Políticas Sociais e Educação Profissional, neste ato representado pela Secretária, Rosângela Maria de Abreu Lira, matriculada sob o nº 160010, neste ato denominada simplesmente** CONTRATANTE, **e, do outro lado, e a empresa** PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 05.340.639/0001-30, localizada na Rua Calça da Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03,Centro de Apoio II, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, Tel.: (19) 3518-7021, neste ato representada pelo seu representante/procuradora, Sra.** RENATA NUNES FERREIRA**, daqui por diante denominada simplesmente** CONTRATADA**, têm entre si, justo e acertado, o presente TERMO ADITIVO de prestação de serviço, na forma da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:”**

Leia-se:

“ **O MUNICÍPIO DE IGARASSU, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.359.560/0001-90, com sede localizada à Praça da Bandeira, 14, Centro, Igarassu - PE, CEP 53.610-906, através da** SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO - SEDESH**, neste ato representado por sua Secretária, a Sra.** ROSÂNGELA MARIA DE ABREU LIRA**, matriculada sob o nº 160010, neste ato denominada simplesmente** CONTRATANTE, **e, do outro lado, e a empresa** PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 05.340.639/0001-30, localizada na Rua Calça da Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03,Centro de Apoio II, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, Tel.: (19) 3518-7021, neste ato representada pelo seu representante/procuradora, Sra.** RENATA NUNES FERREIRA**, daqui por diante denominada simplesmente** CONTRATADA**, têm entre si, justo e acertado, o presente TERMO ADITIVO de prestação de serviço, na forma da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:”**

DATA DA ASSINATURA: 04 de agosto de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:C490BAA0

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 566/2022 - REALIZADA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2022 – CPL I, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI MUNICIPAL Nº 3.094/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO
Na Cláusula Oitava – Da Fiscalização e Gestor do Contrato;
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:8063312F

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 567/2022 - REALIZADA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2022 – CPL I, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI MUNICIPAL Nº 3.094/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO
Na Cláusula Oitava – Da Fiscalização e Gestor do Contrato;
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:ADCE1755

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 568/2022 - REALIZADA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2022 – CPL I, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI MUNICIPAL Nº 3.094/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO
Na Cláusula Oitava – Da Fiscalização e Gestor do Contrato;
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:230824C2

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 434/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO (VIA INTERNET) E INTEGRADO DE GESTÃO DE FROTA, COM O FORNECIMENTO, CONTÍNUO E ININTERRUPTO, DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, DIESEL S-10, ETANOL), POR MEIO DE TECNOLOGIA DE CARTÃO MAGNÉTICO OU ELETRÔNICO (COM CHIP), ATRAVÉS DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE ABASTECIMENTO, PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS A COMBUSTÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. **CONTRATANTE**: Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas**. CONTRATADA: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.340.639/0001-30**. **VALOR DO CONTRATO:** R$ 4.990,85 (quatro mil, novecentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ORGÃO: 0206; UNIDDAE: 020602; AÇÃO GOVERNAMENTAL: 2.037; DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.00; FONTE RECURSO: 1.500.0000. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 4 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:85B364BF

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA LICITATÓRIA N° 026/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025

A Prefeitura Municipal de Igarassu - PE, por meio da **Secretaria de Patrimônio Histórico, Cultura e Turismo de Igarassu**, no uso

de suas atribuições legais e com base no Termo de Autuação da Comissão Permanente de Licitação – CPL III, bem como no Parecer Jurídico emitido pelo setor competente, **RECONHECE E RATIFICA** a Dispensa de Licitação, conforme dispõe o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), para contratação da empresa **ReS Refrigerações Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 21.903.481/0001-15,** com sede na Avenida Barão de Vera Cruz, 434, Cruz de Rebouças, Igarassu – PE, CEP.: 53.625-015.

A contratação tem por objeto a **Contratação da empresa especializada em serviços de ar condicionadores, para fazer a substituição e reinstalação de peças furtadas (conforme registrado no Boletim de Ocorrência nº 25E0119001868), pertencentes ao Centro de Artes, vinculado à Secretaria de Patrimônio Histórico, Cultura e Turismo da Prefeitura de Igarassu** no valor total de **R$ 9.681,60 (Nove mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)**.
A dispensa de licitação encontra fundamento no**Art. 75, Inciso II**, da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza a contratação direta para aquisições de bens ou contratação de serviços cujos valores não ultrapassem R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Conforme estabelecido pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, o referido limite foi reajustado, passando a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2025, o valor de R$62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando a Secretaria Executiva de finanças pela execução e fiscalização do objeto contratual.

Igarassu, 23 de dezembro de 2025.

RICARDO MARCIO PORTO DE BARROS GÓES
Secretário de Patrimônio Histórico, Cultura e Turismo

Publicado por:
Thiago Fonseca de Freitas
Código Identificador:DAED721E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE INAJÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS Nº 044 045 E 046/2025

Processo Nº: 028/2025. AGC. Inexigibilidade Nº IN00008/2025. Serviço. Contratação de artistas para apresentar–se nas Festividades de Emancipação Política. DOTAÇÃO: 17001 – SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO 1339200252.056 – PROGRAMAÇÃO E PATROCINIO DE FESTIVIDADES CIVICAS, TRADICIONAIS 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. Contrato Nº: 00044/2025. Contratado: Dae Gravacoes e Edicoes Musicais Ltda. CNPJ: 44.644.972/0001-94 BANDA LIMÃO COM MEL, com o do show em R$260.000,00. Vigência: de 29/12/2025 a 28/01/2026. Inajá, 29/12/2025. Contrato Nº: 00045/2025. Contratado: Cbsd Servicos de Eventos e Locacoes Ltda. CNPJ: 40.517.164/0001-05., cantor THEUZINHO, com o valor do show em R$250.000,00. Vigência: de 29/12/2025 a 28/01/2026. Inajá, 29/12/2025. Contrato Nº: 00046/2025. Contratado: Maciel Kure Producoes e Eventos Ltda. CNPJ: 60.444.190/0001-68. cantro MACIEL KURÉ, com o valor do show em R$15.000,00. Vigência: de 29/12/2025 a 28/01/2026. Inajá, 29/12/2025.

MARCELO MACHADO FREIRE.
Prefeito.

Publicado por:
Alexsandro Gomes Silva
Código Identificador:12AD4CF7

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2025/PMI

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade Nº IN00008/2025. Processo Nº: 028/2025. AGC. Serviço. Contratação de artistas para apresentar–se nas Festividades de Emancipação Política. Fundamentação legal: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. Contratado: Cbsd Servicos de Eventos e Locações Ltda. CNPJ: 40.517.164/0001-05. Valor R$250.000,00 . Contratado: Dae Gravacoes e Edicoes Musicais Ltda. CNPJ: 44.644.972/0001-94. Valor R$260.000,00 . Contratado: Maciel Kure Producoes e Eventos Ltda. CNPJ: 60.444.190/0001-68. Valor R$15.000,00. Inajá, 23/12/2025.

MARCELO MACHADO FREIRE.
Prefeito.

Publicado por:
Alexsandro Gomes Silva
Código Identificador:D0449EFA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA

CÃMARA MUNICIPAL DO IPOJUCA
PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025

A Câmara Municipal de Ipojuca, por meio de sua Comissão de Contratação, torna público que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO, na forma Eletrônica**, do tipo **"Menor Preço por Lote", modo de disputa - Aberto**. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall (tecnologia inverter), incluindo fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos locados **(LOTE 1)**, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos já existentes **(LOTE 2), conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. Valor Total Estimado é de R$215.526,72** (duzentos e quinze mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos). Recebimento das Propostas: Início dia 30/12/2025 às 08:30h e final dia 15/01/2026 às 08:00h. O Aviso de licitação e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal do Ipojuca www.camaraipojuca.pe.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP www.gov.br/pncp. A disputa será realizada na plataforma de licitações eletrônicas no endereço https://bnc.org.br, com início às 08:30h do dia 15/01/2026. Informações complementares poderão ser solicitadas através do e-mail: compras@camaraipojuca.pe.gov.br. **Informações Adicionais:** A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes. Ipojuca, 30.12.2025.

EDUARDO CLEITON DE SANTANA
Presidente da Câmara Municipal do Ipojuca

Publicado por:
Maria do Socorro Gonçalves Dias de Araujo
Código Identificador:85F29D4C

CÃMARA MUNICIPAL DO IPOJUCA
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RECONHEÇO e **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2025, Processo Administrativo nº 015/2025, com fundamento no **Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em favor da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 07.797.967/0001-95**, face a Contratação de empresa especializada no fornecimento de 01 (uma) assinatura anual (licença SaaS) da ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominada "Banco de Preços – VERSÃO PLUS". **SLA E QUALIDADE:** O serviço será prestado sob regime de Nível de Serviço (SLA) com uptime mínimo de 99% e atualização da base em até 48h, visando o aprimoramento do planejamento e composição de orçamentos da Edilidade. Valor Total de R$17.375,00 (Dezessete mil, trezentos e setenta e cinco reais). Vigência: 12 (doze) meses a partir de 30 de Dezembro de 2025.

EDUARDO CLAYTON DE SANTANA
Presidente da Câmara Municipal do Ipojuca

Publicado por:
Maria do Socorro Gonçalves Dias de Araujo
Código Identificador:E7EBAE34

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 110 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025),
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 742.578,45 (Setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), destinado ao reforço da dotação orçamentária da seguinte unidade: Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada,é proveniente do Excesso de Arrecadação e está especificado nos quadros abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional Programática:	12.361.1301.2133	
Ação:	2.133 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa: Fonte:	3.1.90.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R$ 407.450,42
	3.1.91.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R$ 154.379,09
	3.3.90.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 190	R$ 153.875,00
Funcional Programática:	12.365.1301.2135	
Ação:	2.135 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Despesa: Fonte:	3.1.91.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 190	R$ 26.873,94

TOTAL DA SUPLEMENTÃÇÃO. .. . . . . .R$ 742.578,45
§ 2º Essa alteração orçamentária atende ao que estabelece o Art. 11 da Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025), bem como ao disposto no Art. 43, § 1º, inciso II e §3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme memória de cálculo abaixo:

Fonte de Recurso	Meta de arrecadação estabelecida na programação financeira (4º Bimestre)	Valor Arrecadado até o (4º Bimestre)	Excesso de arrecadação apurado	Créditos já abertos no exercício	Crédito aberto neste decreto
190 - 1.543.0000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	4.012.000,00	7.286.250,11	3.274.250,11	1.266.250,11	742.578,45

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 15 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:AE1290B2

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 112 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.480.000,00 (Cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil reais), destinado ao reforço da dotação orçamentária da seguinte unidade: Encargos Gerais Sob Supervisão da Secretaria Municipal de Administração.

§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada,é proveniente do Excesso de Arrecadação e está especificado nos quadros abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	35.02 ENCARGOS GERAIS SOB SUPERVISÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática:	04.122.1235.2357	
Ação:	2.357 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DO MUNICIPIO	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 173	R$ 5.480.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTÃÇÃO. . . . . R$ 5.480.000,00

§ 2º Essa alteração orçamentária atende ao que estabelece o Art. 10 da Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025), bem como ao disposto no Art. 43, § 1º, inciso II e §3º da Leinº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme memória de cálculo abaixo:

Fonte de Recurso	Meta de arrecadação estabelecida na programação financeira (4º Bimestre)	Valor Arrecadado até o (4º Bimestre)	Excesso de arrecadação apurado	Créditos já abertos no exercício	Crédito aberto neste decreto
173 - 1.501.000 Outros Recursos Não Vinculados	10.859.640,00	28.864.731,51	18.005.091,51	8.000.000,00	5.480.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 15 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:
BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:5C88D1E4

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 114 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025),
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 735.078,54 (Setecentos e trinta e cinco mil, setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), destinado ao reforço da dotação orçamentária da seguinte unidade: Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.
§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada,é proveniente do Excesso de Arrecadação e está especificado nos quadros abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	20.04 FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
Funcional Programática:	08.241.2008.2207	
Ação:	2.207 - EXECUÇÃO DE AÇÕES DO PROGRAMA IDOSO FELIZ	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 110	R$ 735.078,54

TOTAL DA SUPLEMENTÃÇÃO. . . . . R$ 735.078,54
§ 2º Essa alteração orçamentária atende ao que estabelece o Art. 10 da Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025), bem como ao disposto no Art. 43, § 1º, inciso II e §3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme memória de cálculo abaixo:

Fonte de Recurso	Previsão Inicial	Valor Arrecadado	Excesso de arrecadação apurado	Créditos já abertos no exercício	Crédito aberto neste decreto
110 - 1.669.0000 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - FMI	0,00	735.078,54	735.078,54	0,00	735.078,54

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 15 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:F3195900

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 149 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

Acrescenta dispositivos ao art. 2º do Decreto Municipal nº 485, de 09 de maio de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO que as praias marítimas constituem bens públicos de uso comum do povo, pertencentes à União, nos termos do art. 20, inciso IV, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a competência municipal para regulamentar o uso e a ocupação ordenada da orla, no exercício do poder de polícia administrativa e do poder regulamentar, visando à proteção do interesse público, da ordem urbana, o direito do consumidor e do bem-estar coletivo;

DECRETA:
Art. 1º O art. 2º do Decreto Municipal nº 485, de 09 de maio de 2018, passa a vigorar acrescido dos §§ 13 e 14 com a seguinte redação:
"Art. 2º (…)
§ 13. Fica expressamente vedada a exigência ou cobrança, pelo Autorizatário ou por seus colaboradores, de consumação mínima, de taxa ou multa pela ausência de consumo por parte do consumidor, bem como da venda casada de bens, serviços ou produtos.
§ 14. Qualquer descumprimento das regras aqui previstas poderá gerar a cassação da autorização concedida, ficando a Secretaria de Meio Ambiente e controle urbano, mediante decisão fundamentada, autorizada a suspender temporariamente autorização para apuração de fatos."
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ipojuca, 29 de dezembro de 2025.

CARLOS JOSE DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

CHANCELA:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:DF011F88

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DECRETO N° 117, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

No Decreto nº 117/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco – AMUPE, em 06 de novembro de 2025.

Onde se lê:

•
DECRETO Nº 117, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

Leia-se:

•
DECRETO Nº 118, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

Permanecem inalteradas as demais disposições do referido decreto.

Ipojuca, 19de dezembro de 2025

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:BD9CE5AB

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DECRETO N° 125, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

No Decreto nº 125/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco – AMUPE, em 17 de novembro de 2025.

Onde se lê:

•
DECRETO Nº 125, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Leia-se:

•
DECRETO Nº 129, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Permanecem inalteradas as demais disposições do referido decreto.

Ipojuca, 19de dezembro de 2025

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

CHANCELA:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:0EFFF71E

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
1º TERMO ADITIVO - CT Nº 290/2025

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 290/2025. Objeto: Substituição da variedade de semente "Cebolinha Sahara" pela variedade "Todo Ano

Nebuka" (Tiunegui), conforme fundamentação técnica apresentada, sem alteração de valor contratual, sem impacto na vantajosidade e sem prejuízo agronômico ao objeto pactuado. Contratada: INOVAR COMÉRCIO E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA . CNPJ: 42.177.750/0001-83. Ipojuca (PE), 09/12/2025.

ADRIANO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura

Publicado por:
Taciana Guimarães Duarte
Código Identificador:24092852

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2025

Contrato nº 314/2025. Processo nº 195/2025– Lei 14.133/2021. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados. CONTRATADA: Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO. CNPJ: 33.683.111/0001-07. Vigência: 23/12/2025 à 22/12/2026. Valor total: R$ 10.970,52. Ipojuca (PE), 23/12/2025.

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procuradoria Geral do Município do Ipojuca

Publicado por:
Taciana Guimarães Duarte
Código Identificador:329FDC98

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 318/2025

Contrato nº 318/2025. Processo nº 212/2025 – Lei 14.133/2021. Objeto: Fornecimento continuo de material de expediente, destinados a Prefeitura do Ipojuca. CONTRATADA: Diferencial Comercio Atacadista de Produtos Alimentícios LTDA. CNPJ: 09.617.964/0001-58. Vigência: 03/12/2025 à 02/12/2026. Valor total: R$ 21.459,20. Ipojuca (PE), 03/12/2025.

IVONE MARIA DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Taciana Guimarães Duarte
Código Identificador:A7B6FA39

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 320/2025

Contrato nº 320/2025. Processo nº 286/2025. Dispensa Eletrônica nº 026/2025– Lei 14.133/2021. Objeto: Fornecimento integral de refrigeradores, fogões e bebedouros, visando suprir as demandas operacionais e promover maior eficiência administrativa da Secretaria de Planejamento e Gestão. CONTRATADA: S C Da Silva Comércio EIRELI. CNPJ: 24.790.994/0001-55. Vigência: 04/12/2025 à 03/02/2026. Valor total: R$ 13.876,02. Ipojuca (PE), 04/12/2025.

VERA LÚCIA ALBUQUERQUE SARMENTO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Taciana Guimarães Duarte
Código Identificador:66F101BF

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 321/2025

Contrato nº 321/2025. Processo nº 286/2025. Dispensa Eletrônica nº 026/2025 – Lei 14.133/2021. Objeto: Fornecimento integral de microondas, visando suprir as demandas operacionais e promover maior eficiência administrativa da Secretaria de Planejamento e Gestão. CONTRATADA: AR Comércio de Equipamentos LTDA. CNPJ: 18.710.690/0001-38. Vigência: 04/12/2025 à 03/02/2026. Valor total: R$ 1.425,00. Ipojuca (PE), 04/12/2025.

VERA LÚCIA ALBUQUERQUE SARMENTO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Taciana Guimarães Duarte
Código Identificador:A149F081

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2025 RECURSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2025
RECURSO ADMINISTRATIVO
Comissão de Contratação/PMI. Objeto Nat.: Serviço. Tipo: Técnica e Preço. **Concorrência Presencial nº 002/2025**, cujo objeto é a contratação de 02 (duas) agências de publicidade para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e à supervisão da execução externa e à distribuição de publicidade na divulgação das ações do Contratante, bem como orientação social, educativa e informativa aos munícipes de Ipojuca/PE. **A Presidente da Comissão de Contratação, instituída pela Portaria nº 009/2025, torna público o recurso administrativo interposto pela empresa Play-In Comunicação quanto ao julgamento de habilitação ocorrido na licitação em comento.** Ipojuca, 29 de dezembro de 2025 –

LILIAN KALYNE CARNEIRO DA ROCHA OLIVEIRA –
Presidente da Comissão de Contratação.

Publicado por:
Givalnildo Medeiros do Nascimento
Código Identificador:AD47348F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAMBÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA - LEI Nº 2.020/2025, ONDE SE LÊ: "2020", LEIA-SE: "2021".

ERRATA

Na Lei nº2.020/2025 QUEDISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO "DIA DA MÃE ATÍPICA", NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ-PE, A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO DIA 04 DE ABRIL, publicada em 23/12/2025, onde se lê:

"2020"

leia-se:

"2021".

Publicado por:
Sthefany Pontes do Nascimento França
Código Identificador:79CB0556

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N° 001/2025 DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, INSTITUI NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO A ELE APLICÁVEIS; REVOGA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1.767./2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei Complementar n° 001/2025

Dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal, institui normas de direito tributário a ele aplicáveis; revoga a Lei Complementar Municipal nº 1.767./2015, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, ESTADO DE PERNAMBUCO, no
uso pleno de suas atribuições legais conferidas e outorgadas pela Lei Orgânica, em seu Art. 70, Inc. IV, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Sistema Tributário Municipal é subordinado à Constituição Federal, ao Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966), às Leis Complementares Federais e à Constituição do Estado de Pernambuco, no que couber e nos termos deste Código, que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o processo tributário, de acordo com os princípios constitucionais atinentes.

Art. 2º. O presente Código é constituído de oito Títulos, distribuídos da seguinte forma:

I. Título I, dispondo sobre os tributos, mais especificamente:

a) incidência tributária, pela definição do fato gerador da respectiva obrigação e, quando necessário, de seus elementos essenciais;
b) sujeição passiva tributária, pela definição do contribuinte e do responsável;
c) sistemática de cálculo, pela definição da base de cálculo e da alíquota do tributo;
d) constituição do crédito tributário, contendo disposições sobre inscrição e lançamento;
e) arrecadação tributária, contendo disposições sobre forma e prazos de pagamento;
f) dispensa de pagamento dos tributos, pela definição das isenções fiscais.

II. Título II, que dispõe sobre as contribuições de melhoria;
III. Título III, que dispõe sobre as taxas em geral;
IV. Título IV, que dispõe sobre a tributação dos serviços de transportes do Município;
V. Título V, que dispõe sobre os preços públicos;

VI. Título VI, que dispõe sobre as normas gerais aplicáveis;
VII. Título VII, que dispõe sobre a administração tributária;
VIII. Título VIII, que dispõe sobre o processo fiscal.

Art. 3º. Ao Município é vedado:

I. exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
II. instituir tratamento desigual entre sujeitos passivos que se encontrem em situações equivalentes, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
III. exigir tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência desta Lei ou de outra que os houver instituído ou aumentado;
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b deste inciso, exceto quanto à fixação da base de cálculo do IPTU.

IV. utilizar tributos com efeito de confisco.

Art. 4º. Ficam instituídos os seguintes tributos:

I. Imposto Predial e Territorial Urbano;
II. Imposto Sobre a Transmissão *Inter*vivos de Bens Imóveis;
III. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
IV. Contribuição de Melhoria;
V. Taxa de Conservação de Cemitérios;
VI. Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLLF;
VII. Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;
VIII. Taxa de Licença para Publicidade;
IX. Taxa de Licença para Execução de Obras em áreas particulares;
X. Taxa de Licença de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos;
XI. Taxa de Vigilância Sanitária - TVS;
XII. Taxa de Serviços Diversos e Administrativos.

Art. 5º. São imunes aos impostos municipais:

I. o patrimônio e os serviços dos entes federados;
II. as entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;
III. o patrimônio e os serviços dos partidos políticos e de suas fundações, das

entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos do § 6º deste artigo;
IV. os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º. O disposto neste artigo não exclui a atribuição que tiverem as entidades nele referidas, na condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não dispensa da prática de atos assecuratórios do cumprimento das obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º. A vedação do inciso I, do *caput* deste artigo, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços, vinculados à suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 3º. Os serviços prestados pela União e pelo Estado, bem como pelas suas autarquias e fundações, com contraprestação ou pagamentos de preços pelos usuários, não estão ao abrigo do benefício constitucional da imunidade tributária.

§ 4º. As vedações do inciso I, do *caput* deste artigo, e do § 3º, deste artigo, não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 5º. As vedações dos incisos II e III, do *caput* deste artigo, compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 6º. O disposto no inciso III, do *caput* deste artigo, não exclui as entidades nele referidas da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, bem como não as dispensa da prática de atos assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros, na forma prevista em lei.

§ 7º. O reconhecimento da imunidade de que trata o inciso III, do *caput* deste artigo, é subordinado à observância dos seguintes requisitos, pelas entidades nele referidas:

I. não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
II. aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
III. manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 8º. Na inobservância do disposto nos §§ 5º e 6º deste artigo, pelas entidades referidas no inciso III, do *caput* deste artigo, a autoridade competente poderá suspender os efeitos do reconhecimento da imunidade.

§ 9º. Para o reconhecimento da imunidade tributária, o sujeito passivo deverá requerer à Fazenda Municipal, que mediante despacho fundamentado expedirá a Certidão de Reconhecimento de Imunidade tributária, exceto para o Estado e a União, suas autarquias e fundações.

TÍTULO I - DOS IMPOSTOS CAPÍTULO I
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU SEÇÃO I - INCIDÊNCIA

Art. 6º. O Imposto Predial e Territorial Urbano é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado na zona urbana do município.

Art. 7º. O bem imóvel, para os efeitos do imposto de que trata este artigo, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º. Considera-se terreno o bem imóvel, sem edificação:
a) em que houver construção paralisada ou em andamento;
b) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
c) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º. Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do § 1º deste artigo.

Art. 8º. Para os efeitos do imposto de que cuida este capítulo - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU -, considera-se zona urbana:

I. A área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

a) meio fio ou calçamento,
b) abastecimento de água;

c) sistemas de esgotos sanitários;
d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
e) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

II. A área urbanizável ou de expansão urbana, constante ou não de loteamento aprovado pelo órgão competente, destinada à habitação, à indústria ou ao comércio.

§ 1º. O Imposto Predial e Territorial Urbano incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja, comprovadamente, utilizado como sítio de recreio ou no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

§ 2º. O Imposto Predial e Territorial Urbano não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja, comprovadamente, utilizado em exploração extrativo vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, independentemente de sua área.

Art. 9º. Lei municipal fixará a delimitação da zona urbana, devendo o IPTU incidir a partir do primeiro exercício subsequente ao da aprovação da Lei, em relação aos imóveis encravados na área delimitada e na área de expansão urbana.

Art. 10. A incidência do imposto de que cuida este capítulo - Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU
- independe:

I. da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;
II. do resultado econômico da exploração do bem imóvel;
III. do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa relativa ao bem imóvel.

SEÇÃO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 11. Contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU- é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, do bem imóvel.

Parágrafo Único. São também contribuintes, do imposto de que trata este artigo, os promitentes compradores imitidos na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóvel pertencente à União, Estados ou Municípios ou a quaisquer outras pessoas isentas ou imunes.

SEÇÃO III - BASE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 12. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU -, devido anualmente, será calculado sobre o valor venal do bem imóvel.

Art. 13. O valor venal do bem imóvel será determinado através de Planta Genérica de Valores elaborada pelo ente público, através de metodologia legalmente aplicada, com base na Portaria nº 3.242/2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, usando técnica de georreferenciamento e nos termos das normas convencionalmente aplicadas (NBR 14653 – ABNT), e será considerado:

I. tratando-se de prédio, pelo valor das construções, obtido através da multiplicação da área construída pelo valor unitário do metro quadrado equivalente ao tipo e ao padrão da construção, aplicada os fatores de correção, somado ao valor do terreno, ou de sua parte ideal, obtido nas condições fixadas no inciso seguinte;
II. tratando-se de terreno, pela multiplicação de sua área pelo valor unitário de metro quadrado de terreno, aplicado os fatores de correção.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal poderá instituir, por Decreto, fatores de correção, relativos às características próprias ou à situação do bem imóvel, que serão aplicados, em conjunto ou isoladamente, na apuração do valor venal.

Art. 14. Constituem instrumentos para a apuração da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU :

a) valor de terrenos, que indique o valor do metro quadrado em função de sua localização;
b) o valor do metro quadrado das construções em função do padrão construtivo;
c) fatores de corretivos para os tipos de terrenos, observada a situação, pedologia e topografia, estabelecidas no **Anexo XII** desta Lei Complementar;
d) fatores corretivos quanto ao posicionamento dos terrenos, observando alinhamento e situação dos mesmos e da unidade construída, estabelecidos no **Anexo XII** desta Lei Complementar;
e) fatores corretivos de construções por tipo e categoria levando em conta os componentes da edificação, conforme estabelecido no **Anexo XIII** desta Lei Complementar.

§ 1º. Os valores do metro quadrado dos terrenos e da construção referenciados nas alíneas "a" e "b" do *caput* deste artigo estão relacionados na tabela seguinte:

VALORES EM UFM – EDIFICAÇÕES		
PADRÃO	**VALOR DO M² EM UFM**	**PONTUAÇÃO (Anexo XIII)**
BAIXO	50.0	0 a 35
SIMPLES	100.0	36 a 55
MÉDIO	200.0	56 a 75
SUPERIOR	400.0	76 a 100

§ 2º. As especificações dos padrões de edificações estabelecidos no § 1º deste artigo estão descritas no **Anexo XII** desta Lei Complementar.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar, bienalmente, os valores unitários do metro quadrado de terreno e de construção, na Planta Genérica de Valores constante dos artigos anteriores, na forma a saber:

I. mediante a adoção de índices oficiais de inflação e correção monetária, através de Decreto;

II. levando em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas, recebidas pela área onde se localiza o bem imóvel, ou os preços correntes de mercado.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá corrigir, permanentemente, as distorções que houver nos valores constantes do cadastro imobiliário, tomando como base o alinhamento previsto na Planta de Valores.

Art. 16. No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I. 2,0% (dois por cento), tratando-se de terreno;
II. 1,0% (um por cento), tratando-se de imóvel edificado;
III. 3,0% (três por cento), tratando-se de imóvel declarado pela autoridade administrativa como imóvel parcelado ou construído em desacordo com as normas legais urbanísticas e/ou sem licença municipal.

§ 1º. Os imóveis urbanos tributados, na forma do inciso III deste artigo, sofrerão incidência tributária somente a partir do ano subsequente ao da declaração de irregularidade e/ou por estar sem licença, atendido o princípio do contraditório, mesmo que a decisão seja sumária.

§ 2º. Os efeitos do § 1º, deste artigo, perdurarão até o exercício em que for corrigida a irregularidade apurada em processo administrativo ou no ato da regularização da licença perante a Prefeitura Municipal.

SEÇÃO IV - DA INSCRIÇÃO CADASTRAL

Art. 17. Os imóveis situados na zona urbana do Município deverão ser cadastrados pela Administração pública, independentemente de sua situação tributária.

Art. 18. A inscrição no Cadastro Imobiliário **é obrigatória**, devendo ser requerida **separadamente para cada imóvel** de que o contribuinte seja proprietário, titular de domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art. 19. Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato de bem imóvel, abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

Art. 20. O cadastro imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

§ 1º. O contribuinte promoverá inscrição, sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo 19 da presente Lei, e a alteração, quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.

§ 2º. A inscrição será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando for o caso, da convocação por edital ou do despacho publicado no órgão oficial do município.

§ 3º. A alteração será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da data da ocorrência da modificação, inclusive nos casos de:

I. conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;
II. aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

§ 4º. A Administração poderá promover, de ofício, inscrição e alteração cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 21. Serão objeto de uma única inscrição:

I. a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização, desde que não haja loteamento aprovado pela Prefeitura; e
II. a quadra indivisa de áreas arruadas.

Art. 22. A retificação da inscrição, ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.

SEÇÃO V - DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

Art. 23. O lançamento do imposto será:

I. anual, ocorrendo o fato gerador no primeiro dia de cada exercício;
II. distinto, um para cada imóvel, em unidade imobiliária independente, ainda que contíguo.

Art. 24. O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º. Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do imposto poderá ser efetuado, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador.

§ 2º. O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fideicomissário.

§ 3º. Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

a) quando "pro indiviso", em nome de um ou de qualquer dos coproprietários;
b) quando "pro diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

§ 4º. Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo de outras cominações ou penalidades.

Art. 25. O recolhimento do IPTU e das taxas que com ele são lançadas será realizado de acordo com a data estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto, nos termos do Documento de Arrecadação Municipal, com pagamento em rede bancária devidamente autorizada.

§ 1º. O recolhimento do IPTU será efetuado em um só pagamento, com até 20% (vinte por cento) de desconto, se recolhido em parcela única e com valor mínimo de **15 (quinze) UFM's,** no prazo regulamentar, para os contribuintes certificados, positivamente, na Fazenda Municipal;

§ 2º. O Poder Executivo Municipal poderá promover outros descontos, graduando o parcelamento nos limites deste artigo e em caráter geral.

SEÇÃO VI – ISENÇÕES

Art. 26. Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do imposto o bem imóvel:

I. pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, de Distrito Federal ou Município ou de suas autarquias;
II. pertencente aos templos religiosos de qualquer culto;
III. pertencente aos partidos políticos e instituições da educação ou assistência social filantrópicos, observados os requisitos estabelecidos em lei;

IV. pertencente à sociedade civil sem fins lucrativos, destinado ao exercício de atividades de alcance público beneficente, esportivo, cultural ou educativo;
V. declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder expropriante;
VI. residencial, pertencente à pessoa pobre, na forma da lei, comprovando-se com a inscrição do contribuinte no CADÚNICO do Governo Federal, desde que esta possua um único imóvel de até 70m² (setenta metros quadrados).

§ 1º. O disposto neste artigo não exclui a atribuição que tiverem as entidades nele referidas da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, e não dispensa a prática de atos assecuratórios do cumprimento das obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º. As entidades referidas neste artigo estão sujeitas ao pagamento de taxas e de contribuição de melhoria, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 3º. A instrução de isenções associar-se-á sempre a razões de ordem pública ou de interesses do município e não poderá caracterizar favor ou privilégio.

§ 4º. As isenções serão reconhecidas por ato do Prefeito do Município, ou pelo Secretário de Finanças, por delegação, sempre a requerimento do interessado e revistas anualmente, excetuando-se aquelas concedidas por prazo determinado.

§ 5º. A isenção será obrigatoriamente cancelada quando:

a) verificada a inobservância dos requisitos exigidos para a sua concessão;
b) deixarem de existir os motivos e as circunstâncias que a motivaram.

SEÇÃO VII - DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DO LOTEADOR

Art. 27. O IPTU dos lotes aprovados será de responsabilidade do loteador, enquanto não forem vendidos, e, uma vez vendidos, **deverá a Fazenda Municipal ser comunicada, pelo loteador,** expressamente, por documento de transferência previsto em lei.

Parágrafo único. A não comunicação prevista no caput deste artigo **acarretará ao loteador a responsabilidade pelo pagamento dos tributos incidentes** sobre os lotes vendidos e não comunicados, expressamente, à Fazenda Municipal.

C A P Í T U L O II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS SEÇÃO I - DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 28. O Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI) tem como fato gerador:

I. a transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, em consequência de:

a) compra e venda pura ou com cláusulas especiais;
b) arrematação ou adjudicação;
c) mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;
d) permutação ou dação em pagamento;
e) o excesso em bens imóveis sobre o valor do quinhão da meação, partilhado ou adjudicado nas separações judiciais a cada um dos cônjuges, independentemente de outros valores partilhados ou adjudicados, ou, ainda, dívida do casal;
f) a diferença entre o valor da quota-parte material recebido por um ou mais condôminos, na divisão para extinção de condomínio, e o valor de sua quota-parte ideal;
g) o excesso em bens imóveis sobre o valor do quinhão hereditário ou de meação, partilhado ou adjudicado a herdeiro ou meeiro;
h) a transferência de direitos reais sobre construções existentes em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;
i) incorporação de bens imóveis e direitos a eles relativos, ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, quando esta tiver como atividade preponderante a compra e venda, a locação e o arrendamento mercantil de bens imóveis.

II. a cessão, por ato oneroso, de direitos relativos às transmissões previstas no inciso I deste artigo;
III. a transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia, como definidos na lei civil;

IV. o compromisso de compra e venda de bens imóveis, sem cláusula de arrependimento, inscrito no Registro de Imóveis;
V. o compromisso de cessão de direitos relativos a bens imóveis, sem cláusula de arrependimento e com imissão na posse, inscrito no Registro de Imóveis;
VI. a transmissão, por qualquer ato judicial ou extrajudicial, de bens imóveis ou dos direitos reais respectivos, exceto os direitos reais de garantia.

§ 1º. O recolhimento do imposto, na forma dos incisos IV e V, deste artigo, dispensa novo recolhimento por ocasião do cumprimento definitivo dos respectivos compromissos.

§2º. Na retrovenda e na compra e venda clausurada com pacto de melhor comprador, é devido o imposto, na volta do bem ao domínio do alienante, não sendo restituível o imposto já pago.

Art. 29. Estão sujeitos à incidência do imposto, os bens imóveis situados no território do Município, ainda que a mutação patrimonial ou a cessão dos direitos respectivos decorram de contrato fora deste Município, mesmo no estrangeiro.

SEÇÃO II - DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 30. O imposto não incide sobre:

I. a transmissão dos bens imóveis ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
II. a desincorporação dos bens ou direitos transmitidos na forma do I, deste artigo, quando reverterem aos primeiros alienantes;
III. a transmissão dos bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica; e
IV. os direitos reais de garantia.

Art. 31 - O disposto nos incisos I e III, do art. 30, desta Lei, não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer das transmissões mencionadas neste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no § 1º, deste artigo, levando-se em conta os três primeiros anos seguintes ao da aquisição.

§ 3º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição dos respectivos bens ou direitos.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 32 - Para gozar do direito previsto nos incisos I e III, do art. 30, desta Lei, a pessoa jurídica deverá fazer prova de que não tem como atividade preponderante a compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

Parágrafo único. A prova de que trata este artigo será feita mediante apresentação dos documentos referentes aos atos constitutivos, devidamente atualizados, dos dois últimos balanços e de declaração da diretoria em que sejam discriminados, de acordo com sua fonte, os valores correspondentes à receita operacional da sociedade.

SEÇÃO III - DA BASE DE CÁLCULO

Art. 33. A base de cálculo do imposto é o valor de mercado do bem ou dos direitos transmitidos ou cedidos, apurado no momento da transmissão ou cessão.

Art. 34. O valor atribuído para a formação da base de cálculo do imposto é determinado pela Fazenda Municipal, mediante laudo de avaliação expedido pela Prefeitura, de ofício ou no ato do requerimento do interessado.

SEÇÃO IV - DO CONTRIBUINTE

Art. 35. O contribuinte do imposto é o adquirente, o cessionário ou os permutantes do bem ou dos direitos transmitidos.

Art. 36. Responde solidariamente pelo pagamento do imposto:

I. o transmitente;
II. o cedente; e
III. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles, ou perante eles praticados, em razão de seu ofício, ou pelas omissões de sua responsabilidade.

SEÇÃO V - DA ALÍQUOTA E DO RECOLHIMENTO

Art. 37. A alíquota do imposto é de 3% (três por cento) sobre sua base de cálculo, apurada em documento de avaliação adotado pela Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. Para transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação, a alíquota será de 1% (um por cento) para o valor financiado e de 2% (dois por cento) para o valor não financiado.

Art. 38. O recolhimento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do ato da transação imobiliária particular a qualquer título ou concomitantemente ao ato realizado em Cartório Imobiliário e a validade da Guia de Recolhimento do ITBI será de 30 (trinta) dias, a partir da sua expedição.

SEÇÃO VI - DA ISENÇÃO

Art. 39. É isento do imposto o bem imóvel destinado à residência de pessoa pobre, nos termos do inciso VI, do artigo 26, desta Lei.

SEÇÃO VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS DE OFÍCIO

Art. 40. Relativamente aos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, são obrigações:

I. não praticar qualquer ato que importe em transmissões de bens ou direitos sujeitos ao imposto, sem o documento de arrecadação original, que será transcrito no instrumento respectivo;
II. facultar a qualquer agente da Fazenda Pública Municipal o exame, em cartório, de livros, registros e outros documentos relacionados com o imposto, assim como fornecer, gratuitamente, as certidões que lhes forem solicitadas para fins de fiscalização; e
III. entregar, até o dia 10 do mês subsequente, a Declaração de Operações Imobiliárias (DOI), conforme formulário fornecido pela Fazenda Municipal.

Parágrafo único. Nos casos de isenção ou imunidade, é transcrita a certidão do ato que a reconhece, passada pela autoridade da administração tributária municipal.

CAPÍTULO II

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA ISSQN SEÇÃO I - HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 41. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação dos serviços não compreendidos na competência dos Estados.

§ 1º. O fato gerador do imposto se configura independentemente:

I. da existência de estabelecimento fixo;
II. do resultado financeiro do exercício da atividade;
III. do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar, sem exercício; e
IV. do pagamento ou não de preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

§ 2º. O imposto incide, também, sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País, bem como sobre serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

§ 3º. Ressalvadas as exceções expressas na lista prevista no art. 44, desta Lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 4º. O imposto de que trata este capítulo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados, economicamente, mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 5º. A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

SEÇÃO II - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 42. Para os efeitos de incidência do imposto, o serviço considera-se prestado, e o imposto devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII deste artigo, quando o imposto será devido no local:

I. do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 2o, do art. 41, desta Lei;
II. da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
III. da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02, 7.19 e 14.14 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
IV. da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
V. das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
VI. da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem,

separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
VII. da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e

congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
VIII. da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
IX. do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
X. do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;
XI. da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XII. da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XIII. onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem
11.01 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XIV. dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do art. 44, da Lei;
XV. do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XVI. da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XVII. do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XVIII. do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XIX. da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XX. do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XXI. do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei;
XXII. XXIV - do domicílio do tomador do serviço, no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01, da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei; e
XXIII. do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09, da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei.

§ 2o.No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04, da lista do art. 44 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 3o. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01, da lista de serviços prevista no art. 44 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 4o. Considera-se estabelecimento prestador, o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 5º. Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º a 12 deste artigo, considera- se tomador dos serviços referidos nos incisos XXI, XXII e XXIII, do **caput** deste artigo, o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 6º. No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens
4.22 e 4.23 da lista de serviços constantes do art. 44 desta Lei, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

§ 7º. Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular, para fins do disposto no § 6º deste artigo.

§ 8º. No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do art. 44 desta Lei, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 9º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do art. 44 desta Lei, relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;
II - credenciadoras; ou
III - emissoras de cartões de crédito e débito.

§10º. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do art. 44 desta Lei Complementar, o tomador é o cotista.

§ 11º. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§ 12º. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

SEÇÃO III - NÃO INCIDÊNCIA

Art. 43. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não incide sobre os serviços:

I. prestados em relação de emprego;
II. prestados por trabalhadores avulsos;
III. prestados por diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes- delegados;
IV. relativos às exportações de serviços para o exterior do País; e
V. executados sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

SEÇÃO IV - SUJEITO PASSIVO E RESPONSÁVEIS

Art. 44. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço, assim entendido a pessoa física ou jurídica que exerça, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, quaisquer das atividades previstas na lista de serviços abaixo:

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02 – Programação.
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres.
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
4.01 – Medicina e biomedicina.
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04 – Instrumentação cirúrgica.
4.05 – Acupuntura.
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07 – Serviços farmacêuticos.
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10 – Nutrição.
4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.
4.13 – Ortóptica.
4.14 – Próteses sob encomenda.
4.15 – Psicanálise.
4.16 – Psicologia.
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.
6.06 - Aplicação de tatuagens, **piercings** e congêneres.

7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04 – Demolição.
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08 – Calafetação.
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03 – Guias de turismo.
10 – Serviços de intermediação e congêneres.
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06 – Agenciamento marítimo.
10.07 – Agenciamento de notícias.
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
11.05 – Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01 – Espetáculos teatrais.
12.02 – Exibições cinematográficas.
12.03 – Espetáculos circenses.
12.04 – Programas de auditório.
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10 – Corridas e competições de animais.
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12 – Execução de música.
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto
de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02 – Assistência técnica.
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10 – Tinturaria e lavanderia.
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12 – Funilaria e lanternagem.
14.13 – Carpintaria e serralheria.
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no

exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito;
cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem;
fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.08 – Franquia (franchising).
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.13 – Leilão e congêneres.
17.14 – Advocacia.
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.
17.17 – Análise de Organização e Métodos.
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.21 – Estatística.
17.22 – Cobrança em geral.
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22 – Serviços de exploração de rodovia.
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25 - Serviços funerários.
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.03 – Planos ou convênio funerários.
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
27 – Serviços de assistência social.
27.01 – Serviços de assistência social.
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.
29.01 – Serviços de biblioteconomia.
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32 – Serviços de desenhos técnicos.
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36 – Serviços de meteorologia.
36.01 – Serviços de meteorologia.
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38 – Serviços de museologia.
38.01 – Serviços de museologia.
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01 - Obras de arte sob encomenda.

§ 1º. Os serviços incluídos na Lista acima ficam sujeitos apenas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias, § 2º. Quando o contribuinte exercer mais de uma atividade e dentre elas constar atividade isenta ou que permita deduções, a escrita fiscal e/ou contábil deverá registrar as operações de forma separada,
sob pena de o imposto ser cobrado sobre o total da receita.
§ 3º. O contribuinte que exercer, em caráter permanente ou eventual, mais de uma das atividades relacionadas no art. 31 desta Lei, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma delas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.
§ 4º. A Fazenda Municipal manterá o cadastro dos prestadores de serviços de qualquer natureza com finalidade de registrar, nominalmente, os sujeitos passivos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis, referente ao imposto sobre serviços de qualquer natureza.
5º. A inscrição no cadastro dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza será obrigatória neste território municipal e deve ser promovida pela pessoa mencionada no artigo 43 desta Lei, em petição destinada à Secretaria de Finanças, da qual constará:
I. nome e denominação da firma ou sociedade;
II. nome e endereço dos diretores, gerentes ou presidente;
III. ramo de serviço;
IV. local do estabelecimento ou centro de atividade;
V. prova de identidade.
§ 6º. Como complemento dos dados para a inscrição, os sujeitos passivos são obrigados a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério do fisco, quaisquer informações que lhes forem solicitadas.
§ 7º. Em se tratando de sociedade, a prova de identidade será exigida a um só dos membros da direção, gerência ou presidência.
§ 8º. A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, precederá o início da atividade.
§ 9º. A inscrição será intransferível e obrigatoriamente renovada, sempre que ocorrer qualquer modificação nos elementos enunciados nos incisos I a V do § 5º, deste artigo.
§ 10º. O cancelamento de inscrição, por transferência, venda, fechamento ou baixa do estabelecimento, será requerido ao Secretário de Fazenda, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência.

§ 11º. Constituem estabelecimentos distintos, para fins de inscrição no cadastro dos prestadores de serviços:
I. os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de serviços, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos;
II. os que, embora no mesmo local, ainda que com o mesmo ramo de serviço, pertençam a diferentes firmas ou Sociedade.
§ 12º. Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, ou os vários pavimentos de um imóvel.
§ 13º. Na hipótese de o estabelecimento ser uma franquia ou quaisquer outras denominações de locação, empréstimo, concessão, autorização ou permissão de uso da razão social, fantasia, marca ou patente, o imposto poderá ser atribuído ao sujeito passivo direto ou pelo instituto da substituição tributária, caso aquele não recolha o tributo no prazo da lei.
Art. 45. Considera-se responsável pelo pagamento do imposto o tomador do serviço remunerado, quando:
I. o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado no Município não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo;
II. a execução de serviço de construção civil for efetuada por prestador de serviço com domicílio fiscal fora do Município;e
III. demais sujeitos previstos no art. 101 desta Lei.
Art. 46. Para os efeitos deste imposto, considera-se:
I. empresa – toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviço;

II. profissional autônomo – toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;
III. sociedade de profissionais – sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado, organizada para a prestação de serviços e que tenha contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;
IV. trabalhador avulso – aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;
V. trabalho pessoal – aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;
VI. estabelecimento prestador – local onde sejam planejados, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevante para sua caracterização a denominação de sede, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
SEÇÃO V - BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA
Art. 47. A base de cálculo do imposto quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal pelo profissional autônomo, o imposto será devido e calculado sob alíquota fixa anual, de acordo com o Anexo I desta Lei.
Art. 48. Na hipótese de serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um item da lista de serviços, o imposto será calculado em relação à atividade gravada com a alíquota mais elevada.
Art. 49. Para os efeitos de retenção na fonte, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.
Art. 50. Quando os serviços referidos nos itens 4 à 4.17, 5 à 5.07, 7, 17 da lista constante do art. 44 desta Lei forem prestados por sociedades civis unipessoais, o imposto será devido pela sociedade por mês, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei que rege a profissão.
§ 1º. O disposto neste artigo não se aplica à sociedade em que exista sócio não habilitado ao exercício das atividades definidas no respectivo contrato de constituição, nem àquelas em que tais atividades sejam efetuadas, no todo ou em parte, por profissional não habilitado, seja ele empregado ou não.
§ 2º. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas no § 1º deste artigo, a sociedade recolherá o imposto, tendo como base de cálculo o preço do serviço, observada a respectiva alíquota.
Art. 51. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros.
§ 1º. Considera-se preço de serviço, para efeito de cálculo do imposto, tudo o que for recebido em virtude da prestação do serviço, seja na conta ou não.

§ 2º. Constituem parte integrante do preço:
I. os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
II. os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade.
§ 3º. Serão diminuídos do preço do serviço, os valores relativos a descontos ou abatimentos não sujeitos à condição, desde que prévia e expressamente contratados.
§ 4º. Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço, para a base de cálculo do imposto, será o preço corrente na praça.
Art. 52. As apurações do preço efetuadas com base nos elementos em poder do sujeito passivo ficarão sempre pendentes de homologação, até que sejam apresentadas as declarações de serviços, de acordo com as guias emitidas pela Fazenda Municipal.
Art. 53. Quando no local do estabelecimento e em seus depósitos ou em outras dependências forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, deverá ser observada a regra das atividades que forem tributadas com alíquotas diferentes ou sobre o movimento econômico total, ou com dedução, e, se na escrita não estiverem separadas as operações, por atividades, ficarão as mesmas, em sua totalidade, sujeitas à alíquota mais elevada sobre o movimento econômico total.
Art. 54. As alíquotas do imposto estão fixadas na tabela do Anexo I desta Lei.
SEÇÃO VI - LANÇAMENTO
Art. 55. O imposto será lançado:
I. por homologação, nos casos de recolhimentos mensais antecipadamente efetuados pelo contribuinte, com base no movimento financeiro tributável declarado na guia mensal de declaração de serviços, específica e padronizada pela Prefeitura;
II. mensalmente, quando se tratar de sociedade de profissionais, observado o disposto no art. 50, desta Lei, sujeito a posterior homologação pelo fisco;
III. de ofício, por estimativa, observado o disposto nos artigos 68 a 74 desta Lei;
IV. de ofício, por arbitramento, observado o disposto nos artigos 63 a 67desta Lei;e
V. anualmente de ofício, quando se tratar de profissional autônomo.
Art. 56. Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal por homologação ficam obrigados a:

I. manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;
II. emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela administração, por ocasião da prestação dos serviços.
§ 1º. O poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta, em seu domicílio.
§ 2º. Os livros e os documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecimento em regulamento.
§ 3º. Os livros e os documentos fiscais, que são, pelo prazo de 05 (cinco) anos, de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou domicílio do contribuinte, salvo nos casos, expressamente, previstos em regulamento.
§ 4º. Constituem instrumentos auxiliares da escrita, os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório, quanto os auxiliares, os documentos fiscais, as guias de pagamento do imposto e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.
§ 5º. Cada estabelecimento terá escrituração tributária própria, vedada sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.
§ 6º. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar, ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.
§ 7º. Durante o prazo de 05 (cinco) anos dado à Fazenda Pública Municipal para constituir o crédito tributário, o lançamento ficará sujeito à revisão, devendo o contribuinte manter à disposição do fisco os livros e os documentos de exigência obrigatória.
Art. 57. Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada, no caso de contribuintes de rudimentar organização, microempresas ou firmas, que envolvam o sistema de processamento de dados.

Art. 58. A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do imposto por estimativa:
I. quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;
II. quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização ou microempresa;
III. quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;
IV. quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico.
Art. 59. Decorrido o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e

definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

SEÇÃO VII - TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICAS E CONGÊNERES

Art. 60. A base de cálculo do ISS de construção civil é o valor bruto dos serviços discriminados no corpo da respectiva Nota Fiscal de Serviços, podendo o agente fazendário homologar a dedução dos seus materiais, desde que produzidos pelo próprio prestador de serviços fora do local da obra, suscetíveis à incidência do ICMS e empregados nos próprios serviços de construção civil e congêneres constantes na referida Nota Fiscal, os quais estão previstos no item, 4.02, 4.03, 7.0 e 20.0 e seus subitens da lista oficial da Lei Complementar Federal nº 116/2003 e item 7.0 e seus subitens da lista prevista no art. 44 desta Lei.

§ 1º. O valor das mercadorias que não forem produzidas pelo próprio prestador dos serviços e as produzidas no local da prestação, integram o preço do serviço, logo, não estão suscetíveis a qualquer dedução prevista nesta Lei.

§ 2º. O valor das mercadorias produzidas pelo próprio prestador dos serviços fora do local de sua prestação, não integra o preço do serviço, desde que as mercadorias estejam devidamente acobertadas por nota fiscal de saída, em conformidade com o disposto na legislação tributária do Estado de Pernambuco e nesta Lei.

§ 3º. Todo requerimento de dedução da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços, relativa aos materiais empregados na construção civil, produzidos fora do local da prestação de serviço e suscetíveis à incidência do ICMS, deverá se fazer acompanhar de comprovação por documentos fiscais hábeis, que correspondam, exatamente, a esses materiais e ao valor a ser deduzido, sob pena de ser declarada a irregularidade fiscal da dedução.

§ 4º. São indedutíveis, para fins de redução da base de cálculo do ISS, os materiais e subempreitadas que não estejam respaldados pelo documento fiscal correspondente, original e 1ª via, que deverá conter, sem rasuras, as informações referentes ao seu emitente, ao destinatário, ao local da obra e a data de emissão, sob pena de ser a dedução declarada nula de pleno direto pela autoridade fazendária municipal, após análise criteriosa da documentação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 5º. Serão considerados documentos hábeis à comprovação para aplicação das deduções contidas neste artigo, em caráter cumulativo:

a) Nota Fiscal de saída com informações referentes ao seu emitente, ao destinatário, ao local da obra,
à data de emissão e à incidência do ICMS;

b) Documento de Arrecadação do ICMS, com seu respectivo comprovante de pagamento, decorrentes da incidência tributária geradora das deduções previstas neste artigo;

c) Mapa De Dedução Materiais e Subempreitadas (MDMS);

d) Mapa de Dedução de Material para Serviços de Concretagem (MDMSC).

§ 6º. As deduções aplicadas nos termos do caput deste artigo estarão limitadas ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor tributável, independente se o valor empregado nos referidos materiais ou do ICMS recolhido da sua produção acima discriminada ultrapasse o apurado através de tal percentual.

§ 7º. Para efeito de incidência do ISS consideram-se:

I - Obras de Construção Civil:

a) as que resultam em edificações de qualquer natureza que não possam ser retiradas sem destruição, modificação, fratura ou dano;

b) as demolições e as terraplenagens, para fins de edificação ou loteamento com projeto previamente aprovado pela Prefeitura, conforme o caso;

b) os estaqueamentos e as fundações;

c) a reparação ou recuperação, restauração e reforma de edifícios, obras hidráulicas, estradas, pontes, portos, hidrovias, aeroportos, heliportos e congêneres;

d) as instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, de comunicação, de telecomunicação, de transmissão de dados, de sistemas de refrigeração e de vapor, de ar comprimido, de condução e exaustão, de gases de combustão e combustíveis, de detecção e combate a incêndios, de segurança, de elevadores e outros assemelhados, quando vinculados a um projeto de engenharia;

e) as construções de estradas, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos, heliportos e congêneres;

f) os serviços de pavimentação em geral;

g) as obras de saneamento urbano ou rural;

h) as obras hidráulicas destinadas a captação, adução, armazenamento, distribuição, tratamento, utilização, drenagem, dragagem, irrigação e sistematização do solo com o objetivo de disciplinar o aproveitamento, emprego e direção das águas e de outros fluidos;

i) os serviços de reforço estrutural de edificações, pontes e congêneres, aplicam-se aos processos pendentes de julgamento;

j) a construção de sistemas de produção, distribuição de energia elétrica e de telecomunicações;

k) os serviços de pintura, concretagem, impermeabilização, marmoraria, colocação de esquadrias ou divisórias, jardinagem, vidraçaria, aplicação de pisos ou gesso, quando forem realizados, conjuntamente, com as obras de que trata este artigo;

m) os serviços auxiliares e complementares das obras de construção civil, que sejam realizados, conjuntamente, com as obras de que trata este artigo.

II - Serviços de Engenharia Consultiva:

a) elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros estudos relacionados com obras e serviços de engenharia;

b) elaboração de anteprojetos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;

c) fiscalização, supervisão e assessoria técnica de obras e serviços de engenharia.

§ 8º - Para fins do disposto neste artigo, entende-se por serviços:

I – auxiliares: os serviços da mesma natureza da obra, necessários e indispensáveis à sua execução física em que o material utilizado não faça parte integrante da mesma;

II – complementares: os serviços vinculados à especificação arquitetônica da obra, em que o material utilizado faça parte integrante da mesma;

III – de restauração: a intervenção de natureza corretiva, que consiste na reconstituição das características originais do Imóvel, mediante a recuperação do mesmo, compreendendo as estruturas afetadas, os elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, as instalações internas, ou, ainda, o expurgo de elementos estranhos;

IV - de reparação ou recuperação: a intervenção realizada em imóvel que não seja objeto de restauração, que consiste na sua recuperação, compreendendo a estrutura, as instalações, os ambientes interiores e os elementos externos;

V - de reforma: a intervenção realizada em imóvel que consiste na modificação estrutural ou arquitetônica do seu estado atual.

§ 9º. As disposições constantes do presente artigo somente se aplicam às obras e serviços que exijam responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado e cuja execução possa ser comprovada mediante documentos que demonstrem a sua natureza.

§ 10º. Não se enquadram nos serviços a que se refere o § 1º deste artigo, e nem como subempreitadas para fins de retenção na fonte e deduções da base de cálculo, os serviços que não são da mesma natureza da obra a que se referem, tais como:

a) locação de máquinas e equipamentos, acompanhadas ou não de operador e a sua respectiva manutenção;

b) transportes e fretes de qualquer natureza;

c) decorações em geral não especificadas no projeto arquitetônico;

d) engenharia consultiva, referida nas alíneas "a" e "c" do inciso II do § 7º deste artigo, relativa a obras de construção civil.

§ 11º. Na hipótese de não comprovação do valor total dos materiais fornecidos e/ou empregados pelo prestador do serviço e das subempreitadas, cujos materiais foram produzidos fora do local da prestação do serviço e estão ou estiveram suscetíveis à incidência do ICMS, nos termos do § 3º deste artigo, o prestador do serviço ou a autoridade fiscal não poderá aplicar dedução da base de cálculo do ISS.

§ 12º. Qualquer dedução acima do índice estabelecido no § 6º deste artigo poderá ser aceita pela Fazenda Pública, desde que sejam apresentadas as devidas comprovações hábeis e legais dos materiais fornecidos ou empregados, nos termos previstos no § 3º, também, deste artigo.

§ 13º. O contribuinte deverá registrar previamente as aquisições de materiais a serem aplicados em cada obra, devendo sempre existir um valor de saldo de material a ser utilizado para dedução no momento da emissão de cada NFS-e.

§ 14º. Deverá o contribuinte que tentar dedução apresentar um Mapa de Dedução de Material e Subempreitada (MDMS), do qual constem, detalhadamente, as deduções na forma do § 12º, deste artigo.
§ 15º. O tomador do serviço não se exime da responsabilidade de eventuais diferenças do imposto devido ao Município, caso aceite a apresentação do mapa previsto neste artigo.
§ 16º. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no art. 88, I da ADCT/CF88 e Lei Complementar Federal nº 157/16, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a Lei Complementar Federal nº 116/2003.

Art. 61. Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às contas de construção.
§ 1º. Na hipótese prevista neste artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construções proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas, observados o disposto nos parágrafos do art. 60 desta Lei.
§ 2º. Consideram-se, também, compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamento de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.
§ 3º. A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o Registro Auxiliar das Incorporações Imobiliárias.
§ 4º. Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço de serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.
Art. 62. Nos serviços de demolição de prédios, considera-se preço total da operação os recebimentos em dinheiro e/ou material proveniente da demolição.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição englobadamente com o contrato de construção.
SEÇÃO VIII - DO REGIME DE ARBITRAMENTO
Art. 63. Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sempre que, fundamentalmente:
I. o contribuinte não possuir livro fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;
II. o contribuinte, reiteradamente, violar o disposto na legislação tributária;
III. o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
IV. ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;
V. sejam omissos ou não mereçam fé às declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
VI. o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 64. Na hipótese do art. 63 desta Lei, o arbitramento poderá ser realizado por uma comissão municipal composta, no mínimo, por 03 (três) membros, designada especialmente para cada caso pelo titular da Fazenda Municipal, levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:
I. os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;
II. os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;
III. as condições próprias do contribuinte, bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira abaixo descritos, acrescidos de 20% (vinte por cento):
a) valor de matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
b) folha de salários pagos, honorários de diretores retirados de sócio ou gerentes e respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
c) aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou quando próprios, o valor dos mesmos;
d) despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte, inclusive tributos.
Art. 65. O arbitramento de preço dos serviços não exonera o contribuinte da imposição das penalidades cabíveis, quando for o caso.
Art. 66. Nos casos de arbitramento em que o contribuinte, comprovadamente, se nega a oferecer quaisquer elementos para base de cálculo ou no Município não tenha outro estabelecimento em que se possa comparar, a Fazenda poderá arbitrar o valor do imposto a ser recolhido, sem prejuízo das penalidades de mora, devendo abrir prazo de 20 (vinte) dias para o contribuinte se pronunciar sobre o valor arbitrado.
Art. 67. A Fazenda deverá tomar a termo o arbitramento através de uma planilha onde se observe a qualificação do contribuinte, o motivo que ensejou o arbitramento, os elementos valorativos, o levantamento da base tributável e o cálculo do arbitramento.
Parágrafo Único. A planilha prevista no caput deste artigo deverá ser enviada para o contribuinte e, caso este não se pronuncie formalmente, no prazo de 10 (dias), a Fazenda poderá realizar o registro na Dívida Ativa e proceder às medidas judiciais de cobrança, no mesmo prazo, a contar do referido registro.
SEÇÃO IX - DO REGIME DE ESTIMATIVA
Art. 68. O valor do imposto poderá ser fixado, por determinação da autoridade competente, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:
I. quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
II. quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
III. quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de emiti- los com regularidade;
IV. quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes, cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhem, a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, consideram-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º. Na hipótese do § 1º deste artigo, o imposto deverá ser pago antecipadamente, sob pena de inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.

Art. 69. Na fixação da estimativa, levar-se-á em consideração, conforme o caso:

I. o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
II. o preço corrente dos serviços;
III. o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo ser tomados como base de cálculo as receitas de outros contribuintes de idêntica atividade; e
IV. a localização do estabelecimento.

Art. 70. A fixação da estimativa ou sua revisão serão feitas mediante processo regular, em que constem os elementos que fundamentam a apuração do valor da base de cálculo estimada.

Art. 71. Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo ou da ciência do respectivo despacho, impugnar o valor estimado.

§ 1º. A impugnação prevista no *caput* deste artigo não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para sua aferição.

§2º. Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso.

Art. 72. Os valores fixados por estimativa constituirão lançamento definitivo do imposto, ressalvado o que dispõe o artigo subsequente.

Art. 73. O Fisco pode, a qualquer tempo:

I. rever valores estimados, mesmo no curso do período considerado;
II. cancelar a aplicação do regime de forma geral, parcial ou individual.

Parágrafo único. O despacho da autoridade que modificar ou cancelar de ofício o regime de estimativa, produzirá efeitos a partir da data em que for cientificado o contribuinte, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho.

Art. 74. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento de obrigações acessórias, a critério da autoridade competente.

SEÇÃO X - ARRECADAÇÃO

Art. 75. O imposto será apurado e pago através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), na forma do regulamento e nos prazos seguintes:

I. por homologação, mediante levantamento do movimento financeiro tributável mensal, que deve ser formalizado e recolhido o imposto até o dia 15 (quinze) do mês subsequente;
II. mensalmente, quando se tratar de sociedade de profissionais, devendo recolher o imposto até o dia 05 (cinco) do mês subsequente;
III. de ofício, por estimativa, observado o disposto nos artigos 68 a 74 desta Lei;
IV. de ofício, por arbitramento, observado o disposto nos artigos 63 a 67 desta Lei;
V. anualmente de ofício, quando se tratar de profissional autônomo, que deverá ser recolhido até o último dia útil do mês de março.

Art. 76. Tratando-se de lançamento de ofício e/ou arbitramento, há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 77. O imposto retido na fonte será de acordo com os termos dos artigos 80 a 84 desta Lei, observando-se que, quando a retenção for realizada pela Fazenda Municipal, torna-se obrigatório o recolhimento mediante a emissão do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), emitido pelo setor competente.

SEÇÃO XI - ISENÇÕES

Art. 78. Ficam isentos dos impostos os serviços:

I. prestados diretamente por associações culturais, associações comunitárias e clubes de serviços, cuja finalidade essencial, nos termos do respectivo estatuto e tendo em vista os atos efetivamente praticados, esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade em caráter gratuito;
II. de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade, pelo órgão de educação e cultura do Município ou órgão similar;
III. prestados por profissionais autônomos não liberais que, comprovadamente, aufiram, no exercício de suas atividades, receita anual inferior a 3.000 (três mil) UFM's;

IV. as representações teatrais, os concertos de música clássica, as exibições de balé e os espetáculos folclóricos e circenses gratuitos ou beneficentes, na forma da lei, ocorridos no território deste Município;
V. as atividades desportivas desenvolvidas sob a responsabilidade das federações, associações e clubes socioesportivos devidamente legalizados, conforme definidos pelo Poder Executivo;
VI. bancos de sangue, leite, pele, olhos e sêmen, quando os serviços forem prestados sem fins lucrativos.

Parágrafo único. As isenções de que tratam os incisos deste artigo, não excluem os contribuintes beneficiados da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, sob pena de perda dos benefícios e sem prejuízo das cominações legais.

Art. 79. As isenções previstas nos incisos I, III e IV do art. 78 desta Lei, dependerão do reconhecimento pela autoridade competente.

SEÇÃO XII - DA RETENÇÃO NA FONTE

Art. 80. Estão sujeitos à retenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, na fonte, os serviços constantes da lista de serviços do art. 44 desta Lei, quando:

I. contratados por pessoa jurídica, independentemente de sua condição de imunidade ou isenção:

a) o prestador do serviço for pessoa jurídica e não emitir nota fiscal ou outro documento permitido, que contenha, no mínimo, nome ou razão social, endereço ou número de inscrito no *Cadastro Mobiliário de Contribuinte;*
b) o serviço for prestado em caráter pessoal e o prestador, profissional autônomo, não apresentar comprovante de inscrição no *Cadastro Mobiliário de Contribuinte;*
c) se tratar de serviços de construção civil, de prestador não estabelecido neste Município.

II. contratados por pessoa jurídica de direito público, sociedade de economia mista, fundações e outras empresas, conforme dispuser ato do Poder Executivo.

Art. 81. Exclui-se da tributação na fonte os serviços dos prestadores que, embora enquadrados nas situações do art. 80 desta Lei, gozem de imunidade, isenção ou de qualquer forma legal de não incidência do imposto.

Parágrafo único. Ficam os prestadores de serviços que se enquadrem neste artigo, obrigados a apresentar ao contratante dos serviços a comprovação dessa condição, através de certidão expedida pela autoridade administrativa competente deste Município, sob pena de lhes serem tributados tais serviços.

Art. 82. O imposto de que trata este capítulo será retido na fonte.

Art. 83. A retenção do imposto é obrigatória:

I. no ato do pagamento de quaisquer serviços de que trata o art. 44 desta Lei, caso não tenha sido, comprovadamente, recolhido aos cofres do Município;
II. pelo cartório do juízo onde ocorrer a execução da sentença, na data do pagamento ou crédito, ou do ato em que, por qualquer forma, o recebimento se torne disponível para o prestador, no caso de serviços prestados no curso de processo judicial;
III. em situações previstas em regulamento.

Art. 84. A fonte pagadora fica obrigada ao recolhimento do imposto:

I. ainda que não o tenha retido;
II. ainda que, em se aplicando ao prestador as disposições do art. 42 desta Lei, a fonte não tenha exigido a certidão a que se refere o parágrafo único do mesmo artigo.

§ 1º. O disposto neste artigo se estende à fonte pagadora dos serviços, ainda que goze de imunidade, isenção, ou de qualquer forma legal de não incidência do imposto.

§ 2º. No caso deste artigo, se a fonte pagadora comprovar que o prestador já recolheu o imposto devido pela prestação dos serviços, cessará a responsabilidade da fonte pelo pagamento do imposto.

§ 3°. Os contribuintes que tiverem o tributo retido na fonte por outra fazenda pública municipal ou qualquer fonte pagadora deverão apresentar o documento hábil de comprovação da retenção, sob pena de continuar em aberto a exigibilidade do crédito.

SEÇÃO XIII - DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MERCANTIL

Art. 85. A pessoa física ou jurídica, cuja atividade esteja sujeita ao imposto, ainda que imune ou isenta, é obrigada a inscrever cada um

dos seus estabelecimentos autônomos no Cadastro Mercantil de Contribuintes antes do início de suas atividades.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se estabelecimentos autônomos:

I. os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que localizados no mesmo endereço e com idênticas atividades econômicas;
II. os pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica que funcionem em locais diversos.

§ 2º. Não se compreendem como locais diversos os pavimentos de uma mesma edificação ou duas ou mais edificações que se comuniquem internamente.

SEÇÃO XIV - DO DOCUMENTO FISCAL

Art. 86. Os prestadores de serviços isentos ou não tributados são obrigados a manter documentação fiscal própria, observando-se as alterações recentes, no que concerne a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de padrão nacional (NFS-e), nos termos da Lei Complementar Federal nº 214/2025 e eventuais alterações posteriores.

§ 1º. A documentação fiscal compreende os livros comerciais e fiscais, notas fiscais e demais documentos que se relacionarem com operações tributáveis.

§ 2º. O regulamento estabelecerá modelo de livro e notas fiscais, a forma de sua escrituração, podendo ainda dispor sobre a dispensa e obrigatoriedade do seu uso, tendo em vista a natureza dos serviços ou ramo de atividade exercida no estabelecimento.

Art. 87. A documentação fiscal é de exibição obrigatória ao agente do fisco, devendo ser conservado pelo prazo de 05 (cinco) anos, por quem dele tiver feito uso, contados do encerramento da atividade.

Parágrafo único. Os livros e documentos fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, salvo como previsto em ato administrativo, presumindo-se retirados quando não exibidos ao representante do fisco.

Art. 88. Os contribuintes do imposto devido sobre o preço ou receita bruta, emitirão obrigatoriamente os seguintes documentos fiscais:

I. Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de padrão nacional (NFS-e), nos termos da Lei Complementar Federal nº 214/2025 e demais normas aplicáveis;
II. Declarações de movimentos financeiros mensais tributáveis, mesmo que não haja movimento tributável.

Parágrafo único. As notas fiscais autorizadas e modeladas pela Fazenda Municipal têm validade de apenas 03 (três) anos, a contar da data de sua expressa autorização e deve constar com destaque a data de término da validade em seu corpo, sob pena de nulidade do referido documento.

Art. 89. Fica a microempresa dispensada da escrituração de livros fiscais, sendo mantida a obrigação de emitir notas fiscais em modelos simplificados que assegurem a aferição periódica de sua receita, bem como guardá-las, pelo prazo de cinco anos.

§ 1º. Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 2º. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

§ 3º. Durante o prazo de 05 (cinco) anos o lançamento ficará sujeito a revisão, devendo o contribuinte manter à disposição do fisco os livros e documentos de exibição obrigatória.

SEÇÃO XV - DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 90. As empresas estabelecidas no município, cuja natureza do serviço implique operações subsequentes por parte dos seus contratantes, desde que pessoas jurídicas igualmente estabelecidas, no município, ficam sujeitas ao Regime de Substituição Tributária.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, o enquadramento de determinada empresa como responsável pelo pagamento do imposto devido por outras, não elimina a responsabilidade destas últimas, que subsistirá em caráter supletivo.

Art. 91. Enquadram-se em Regime de Substituição Tributária, as empresas que realizem serviços conjuntamente com uma terceira pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada ao fato gerador da obrigação tributária.

Art. 92. As empresas reveladoras de filmes fotográficos estabelecidas no município, ao emitirem as Notas Fiscais correspondentes aos seus serviços, farão constar do corpo desses documentos o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido pelo respectivo agenciador, pessoa jurídica igualmente estabelecida no município, a ser cobrado juntamente com o preço da revelação.

Parágrafo único. Servirá de referência para o cálculo de imposto a porcentagem de 50% (cinquenta por cento) do preço líquido da revelação.

Art. 93. O valor do imposto cobrado constituirá crédito daquele que sofrer cobrança, dedutível do imposto a ser pago no período.

Art. 94. Os contribuintes alcançados pela substituição tributária, de forma ativa ou passiva, manterão controle separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico de fiscalização municipal.

Art. 95. Ao pagar o valor constante da fatura na qual haja a cobrança do imposto, a empresa destinatária do documento tornar-se-á credora de idêntica quantia, a ser considerada na apuração de débito sobre o total de suas receitas sujeitas ao mesmo tributo.

Art. 96. O imposto recebido de terceiros será repassado ao município, pela empresa qualificada como contribuinte substituto.

SEÇÃO XVI - DO REGIME DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 97. As empresas estabelecidas no município, na condição de fontes pagadoras de serviços, ficam sujeitas a Regime de Responsabilidade Tributária.

Art. 98. Enquadram-se no Regime de Responsabilidade Tributária:

I. os bancos e demais entidades financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços das empresas de guarda e vigilância, construção e reforma de conservação e limpeza;
II. as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas corretoras de imóveis;
III. as empresas que explorem serviços médicos, hospitalares e odontológicos, mediante pagamento prévio de planos de assistência, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas que agenciem, intermediem ou façam a corretagem desses planos junto ao público;
IV. as empresas seguradoras e de capitalização, pelo imposto devido sobre as comissões das corretoras de seguros, de capitalização e sobre o pagamento às oficinas mecânicas, relativos ao conserto de veículos sinistrados;
V. as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

VI. as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes intermediários;
VII. as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviços classificados como produção externa;
VIII. as empresas proprietárias de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados em estabelecimentos de terceiros sob contrato de coexploração, pelo imposto devido sobre a parcela de receita bruta auferida pelo coexplorador;
IX. as empresas de construção civil, pelo imposto devido pelos respectivos empreiteiros;
X. as empresas empreiteiras, pelo imposto devido pelos respectivos subempreiteiros ou fornecedores de mão-de-obra;
XI. a Prefeitura, pelo imposto devido pelos respectivos prestadores; e
XII. as empresas tomadoras de serviços, quando:

a) o prestador de serviço não comprovar sua inscrição no respectivo cadastro;
b) o prestador do serviço, obrigado à emissão de Notas Fiscal de Serviço, deixar de fazê- lo;
c) a execução de serviço de construção civil for efetuada por prestador não estabelecido no município.

§ 1°. A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, estádios, teatros, salões e congêneres, em relação aos eventos realizados.

§ 2°. A retenção do imposto previsto neste artigo não se aplica aos pagamentos a pessoas jurídicas estabelecidas fora do município.

§ 3°. As empresas enquadradas no Regime de Responsabilidade Tributária, ao efetuarem pagamento às pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, reterão o imposto correspondente ao preço dos respectivos serviços.

§ 4°. Considera-se:

I. produção externa: os serviços gráficos, de composição gráfica, de fotolito, de fotografia, de produção de filmes publicitários por qualquer processo, de gravação sonoras, elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos, desenhos, textos e outros materiais publicitário; e
II. subempreiteiros e fornecedores de mão de obra: as pessoas jurídicas fornecedoras de mão de obra para serviços de conservação, limpeza, guarda e vigilância de bens móveis e imóveis.

Art. 99. A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo ou declaração do contratante em uma das vias pertencentes ao prestador, admitida, em substituição, a declaração em separado do contratante.

Parágrafo único. Para retenção do imposto, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente.

Art. 100. O valor do imposto retido constituirá crédito daquele que sofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago no período.

Parágrafo único. Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico da fiscalização municipal.

CAPÍTULO III

SUPERSIMPLES, MICROEMPRESA E MICROEMPREENDEDOR

SEÇÃO I - DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

Art. 101. Para os efeitos desta Lei, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

Parágrafo único. Para que seja caracterizada microempresa ou empresa de pequeno porte, a Fazenda Municipal deverá observar os critérios estabelecidos na Lei Complementar Federal n° 123/2006 e suas alterações posteriores, especialmente no que diz respeito à receita bruta auferida em cada ano-calendário.

Art. 102. O Poder Executivo poderá, por meio de Decreto, estabelecer os seguintes benefícios fiscais às micro e pequenas empresas:

I. redução de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da taxa de abertura de licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento, desde que esteja em dia com os demais tributos municipais e com os dados cadastrais;
II. redução, pelos cinco anos iniciais, de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), incidente sobre um imóvel mercantil pago em parcela única dentro do prazo regulamentar, desde que esteja em dia com os demais tributos municipais e com os dados cadastrais;
III. redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), apenas, quando a transcrição do imóvel pertencente à empresa for realizada dentro do prazo de sessenta dias após a sua aquisição.

Parágrafo único. Os benefícios previstos neste artigo aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a data do ingresso no regime geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Art. 103. Poderão ser licenciadas em edificações unifamiliares, mesmo que desprovidas de regularidade fundiária, as atividades de comércio e serviço e de indústria, desde que a localização dessas atividades seja compatível com o uso residencial, exceto em condomínio, que esteja de acordo com a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo do Município, e que não contrarie as normas de segurança, higiene, salubridade e outras de ordem pública.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Obras e Infraestrutura fazer análise das solicitações, encaminhando-as à Fazenda Municipal, para expedição da licença das solicitações aprovadas.

Art. 104. A competência para fiscalizar os contribuintes optantes do supersimples de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações posteriores, será exercida pelo Município, de forma individual ou simultânea, ou de forma integrada, inclusive, se for o caso, por meio de ações fiscais conjuntas, conforme convênio com as fazendas estadual e federal.

§ 1°. As microempresas e as empresas de pequeno porte poderão ter sua migração ou opção vedadas ou negativadas para ingresso no supersimples, caso possuam uma das seguintes pendências com a fazenda municipal:

I. não esteja no rol das atividades impedidas de adesão, constantes da Lei Complementar Federal n.º 123/2006;
II. esteja com pendências cadastrais dos seguintes tipos:

a) ausência de alvará de funcionamento;
b) ausência de dados comprobatórios da base de cálculo e que afiram a sua capacidade contributiva;
c) que constam na Receita Federal como estabelecidas no Município, mas que não estejam inscritas no Cadastro Fiscal do Município;

III. esteja com débitos exigíveis pelo Município, tributários ou não, decorrentes de:

a) parcelamentos em atraso com o Município de qualquer tributo ou renda;
b) débitos em dívida administrativa em atraso;
c) débitos em dívida ativa;
d) débitos em dívida executada;

e) dívida consolidada em atraso;
f) débitos com o Município, mas que estão estabelecidas em outros Municípios.

§ 2°. A exclusão ou restrição da empresa será realizada formalmente, mediante ofício fundamentado a ser encaminhado para o Comitê Gestor do supersimples, na Secretaria do Tesouro Nacional, pelo titular da Fazenda Municipal.

§ 3°. A atualização cadastral ou a quitação dos débitos decorrentes para com a Fazenda Municipal serão repassadas para Receita Federal, solicitando a retirada da restrição que tenha dado causa à negativação, junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 4°. A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista prevista no art. 44 desta Lei, prestados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, deverão reter o imposto sobre serviços correspondentes, na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições.

§ 5°. A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento de arrecadação do supersimples e corresponderá ao percentual de ISS previsto na tabela do § 4° deste artigo, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita, no mês anterior ao da prestação.

§ 6°. Na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada, pelo tomador, a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista na tabela constante do § 4° deste artigo.

§ 7°. Na hipótese do § 5° deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença, no mês subsequente ao do início de atividade, em guia própria do Município.

§ 8°. Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere § 4° deste artigo.

§ 9°. Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que trata § 4° deste artigo, no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota da referida tabela.

§ 10º. É responsável pelo imposto o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 11º. O contribuinte optante do Simples Nacional deverá entregar, mensalmente, cópia do Documento de Arrecadação do Simples e, no mês que não houver movimento tributável, deverá justificar, formalmente, à Fazenda Municipal.

SEÇÃO II - DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 105. Esta seção regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao Microempreendedor Individual (MEI), em conformidade com o que dispõe o art. 146, inciso III, alínea d, o art. 170, inciso IX, e o art. 179 da Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Lei Complementar Federal nº 128/2008.

Art. 106. O processo de registro do MEI deverá ter trâmite especial e opcional para o empreendedor e o primeiro Alvará de Funcionamento será concedido com desconto de 100%, em caráter provisório, dentro de 48 horas, quando respeitadas às normas da Lei do Zoneamento Urbano, após seu cadastro junto à secretaria competente, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado elevado.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, serão consideradas atividades de alto grau de risco, dentre outras que possam vir a ser regulamentadas nessa condição, as seguintes:

a) alimentação (preparo e venda de alimentos), educação e saúde, quando dependerem de licença de órgão sanitário municipal, estadual ou federal, estando excluídas deste dispositivo as atividades de drogaria, farmácia e farmácia de manipulação;
b) venda de derivados de petróleo, gás natural e outros produtos inflamáveis;
c) aquelas dependentes de Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO);
d) causadoras de poluição sonora dependentes de Certidão de Tratamento Acústico;
e) dependentes de Autorização Especial do Exército, Polícia Federal ou Corpo de Bombeiros.

Art. 107. O Microempreendedor Individual, regularmente inscrito em nível federal, estadual e municipal, ainda, receberá, no ato de abertura de inscrição do MEI, 20% (vinte por cento) de redução no valor principal, incidente sobre imóvel onde o estabelecimento do MEI for instalado, na forma da lei.

Parágrafo único. Quando a atividade do MEI não tiver similar no Município, ou seja caracterizada como inovação, o Executivo poderá ampliar o benefício em 100% (cem por cento) para os dois primeiros exercícios, contados a partir da data de inscrição do MEI.

Art. 108. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) será devido pelo microempreendedor Individual, na forma estabelecida no Anexo I desta Lei.

Art. 109. O Município, quando cabível, emitirá Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início da operação do estabelecimento, imediatamente, após o ato de registro.

Parágrafo único. O Alvará de Funcionamento Provisório terá validade de até noventa dias, sendo que, em até setenta dias, o solicitante deverá apresentar a documentação exigida para obtenção do Alvará Definitivo, e, do contrário, terá o alvará cassado de ofício e a atividade encerrada de imediato.

Art. 110. Para abertura de empresas que se enquadrarem como microempreendedor individual, dentro das condições previstas pela Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e pela Lei Complementar Federal nº 128/2008, o requerente deverá apresentar:

I. CNPJ;
II. declaração de firma individual; e
III. documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel, onde será instalada a sede ou estabelecimento da empresa, para comprovação do endereço indicado.

Art. 111. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para os empreendedores individuais, para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do disposto nas Leis Complementares Federais nºs 123/2006 e 128/2008.

Art. 112. A comprovação de regularidade fiscal do MEI somente será exigida para efeitos de contratação e não como condição para participação na habilitação.

Art. 113. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar convênio com órgãos e entidades Federais, Estaduais e Municipais, com a finalidade de facilitar a legalização das Microempresas, Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais.

TÍTULO II

DAS CONTRIBUIÇÕES
CAPÍTULO I
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

SEÇÃO I - FATO GERADOR

Art. 114. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 115. O Executivo Municipal, com base em critérios de oportunidade e conveniência e observadas as normas fixadas no Decreto Lei n.º 195, de 24/02/1967, determinará, em cada caso, mediante Decreto, as obras que deverão ser custeadas, no todo ou em parte, pela contribuição de melhoria.

TÍTULO III
DAS TAXAS
SUBTÍTULO I
TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS
CAPÍTULO I
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIOS
SEÇÃO I - FATO GERADOR
Art. 116. Pela prestação de serviços de conservação e manutenção dos cemitérios, serão cobradas a seguintes taxas:

I. pela aquisição de espaço e construção de sepultura;
II. pela exumação, remoção e transferência;
III. alinhamento e nivelamento;
IV. pela conservação e manutenção.

SEÇÃO II - DO CÁLCULO DA TAXA E DA ARRECADAÇÃO

Art. 117. A arrecadação da taxa de cemitério será feita entre os meses de outubro e novembro de cada ano, quando se tratar da taxa anual de conservação e manutenção, e as demais a requerimento da parte interessada, de acordo com o Anexo II desta Lei.

§ 1º. Ficam isentos da taxa, os pobres na forma da lei, mediante Declaração de Pobreza expedida, de forma circunstanciada e justificada sobre o estado de pobreza do requerente, pela Secretaria de Ação Social do Município.

§ 2º. O não pagamento das taxas deste capítulo credencia o Poder Público a transferir os ossos para o ossuário e abrir vaga para outro sepultamento, independentemente de aviso ou notificação.

SUBTÍTULO II

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
CAPÍTULO I
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (TLLF)
SEÇÃO I - FATO GERADOR
Art. 118. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agropecuário e de demais atividades poderão localizar-se no Município sem prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou permissão de poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística e tributária.

Parágrafo único. Pela prestação dos serviços de que trata o *caput* deste artigo, cobrar-se-á a taxa independentemente da concessão da licença.

Art. 119. A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

Parágrafo único. Será exigida renovação de licença, sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

SEÇÃO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 120. O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeito à fiscalização e na hipótese de incidência prevista nesta seção.

SEÇÃO III - CÁLCULO DA TAXA

Art. 121. A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo III desta Lei.

§ 1º. No caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física do espaço ocupada pelas mesmas e exploradas pelo mesmo contribuinte, a taxa calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal, acrescido de 15% (quinze por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.

§ 2º. No caso de despacho desfavorável definitivo ou pela ausência do pedido de licença, a taxa será devida em 25% do seu valor, equiparando-se a abandono de pedido, a falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo.

SEÇÃO IV - LANÇAMENTO

Art. 122. A taxa será lançada, anualmente, com vencimento até 30 de março, em nome do contribuinte, com base nos dados de cadastro socioeconômico.

Art. 123. O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 20 dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I. alteração da razão social ou do ramo de atividade;
II. alteração na forma societária.

SEÇÃO V - ARRECADAÇÃO

Art. 124. A taxa será arrecadada, anualmente, mediante lançamento de ofício e em boletos bancários entregues, pelo menos, 30 dias antes do seu vencimento.

CAPÍTULO II

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL SEÇÃO I - FATO GERADOR
Art. 125. A Taxa é devida pela atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento previstos na legislação municipal.

SEÇÃO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 126. O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito à fiscalização.

SEÇÃO III - CÁLCULO DA TAXA

Art. 127. A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo IV desta Lei.

SEÇÃO IV - LANÇAMENTO

Art. 128. A Taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados de cadastro socioeconômico, em cada exercício para o qual será licenciada.

SEÇÃO V - ARRECADAÇÃO

Art. 129. A Taxa será arrecadada, anualmente, mediante lançamento de ofício e em boletos bancários entregues, pelo menos, 30 (trinta) dias antes do seu vencimento e para os estabelecimentos cadastrados que indiquem funcionamento em horário diverso do regular.

CAPÍTULO III

TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE SEÇÃO I - FATO GERADOR

Art. 130. A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público nas zonas urbana ou rural, desde que obtenha a licença municipal na conformidade das normas urbanísticas.

Art. 131. Não estão sujeitos à Taxa os dizeres indicativos relativos a:

a) Hospitais, casas de saúde e congêneres, sítios, granjas, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos respectivos locais;
b) propaganda eleitoral, política, atividade sindical, culto religioso e atividade da administração pública;
c) expressões de propriedade e de indicação.

SEÇÃO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 132. O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade definida na Seção I deste capítulo.

SEÇÃO III - CÁLCULO DA TAXA

Art. 133. A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo V desta Lei.

SEÇÃO IV - LANÇAMENTO

Art. 134 A Taxa será lançada em nome da pessoa física ou jurídica responsável, direta ou indiretamente, pela atividade ou veículo de publicidade exposta no território municipal.

Parágrafo único. O lançamento de ofício será feito, anualmente, até o dia 30 de março conforme o cadastro municipal de publicidade.

SEÇÃO V - ARRECADAÇÃO

Art. 135. A Taxa será arrecadada conforme o Anexo V desta Lei, mediante lançamento de ofício ou declarado pelo contribuinte e fixado em boleto bancário, entregue, pelo menos, 30 dias antes do seu vencimento.

CAPÍTULO IV

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PARTICULARES

SEÇÃO I - FATO GERADOR

Art. 136. A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização de cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie, bem como pretenda fazer arruamentos ou loteamentos em terrenos particulares.

§ 1º. Toda licença de loteamento e arruamento será concedida mediante aprovação municipal, nos termos da lei e passada a termo por Portaria do Secretário da pasta competente.

§ 2º. As licenças de construção, reforma, demolição e loteamento terão validade de um ano, a contar da data de sua expedição pela autoridade competente, devendo ser renovada, na hipótese de ser dado início nesse prazo.

§ 3º. Em sendo a obra paralisada por um período superior a seis meses, a licença deverá ser renovada.

SEÇÃO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 137. O contribuinte da Taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas ao licenciamento ou à fiscalização do Poder Público.

SEÇÃO III - CÁLCULO DA TAXA

Art. 138. A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV - LANÇAMENTO

Art. 139. A Taxa será lançada em nome do contribuinte.

§ 1º. A licença será cancelada no caso da obra não ser iniciada dentro do prazo estabelecido no Alvará.

§ 2º. A licença, a critério do Executivo, poderá ser prorrogada a requerimento do contribuinte, caso a obra não seja concluída no prazo estabelecido no Alvará.

SEÇÃO V - ARRECADAÇÃO

Art. 140. A Taxa será arrecadada na entrada do requerimento de concessão ou prorrogação da respectiva licença, bem como no de alteração de projeto aprovado.

CAPÍTULO V

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS SEÇÃO I - FATO GERADOR

Art. 141. A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que ocupe vias e logradouros públicos com veículos, barracas, tabuleiros, mesas, aparelhos, inclusive a ocupação do subsolo, do espaço aéreo e das obras de engenharia, de arte e da arquitetura no município ou qualquer outro móvel ou utensílio para fins comerciais ou de prestação de serviços com fins lucrativos.

Parágrafo único. A taxa incide sobre o uso oneroso das vias e logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo, do subsolo e das obras de engenharia, de arte e de arquitetura do domínio municipal para a implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos, destinados à prestação de serviços de infraestrutura por entidades de direito público ou privado, obedecidos os critérios administrativos determinados em regulamento próprio e demais atos normativos.

Art. 142. Para efeitos desta Lei são consideradas:

I. áreas de incidência:

a) vias, logradouros, passeios e outros espaços públicos em geral, incluindo superfície e subsolo;
b) espaço aéreo;

II. obras de engenharia, de arte e de arquitetura:

a) qualquer estrutura física e rígida construída para abrigar e acomodar pessoas, animais e equipamentos;

III. equipamentos destinados à prestação de serviços de infraestrutura:

a) as redes e equipamentos para televisão a cabo;
b) as redes, equipamentos e as estações de rádio base para telefonia fixa ou móvel;
c) as redes e equipamentos para gás canalizado;
d) as estruturas, postes e redes de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica;
e) as infovias próprias para internet, intranet, extranet ou para qualquer outro tipo de transmissão de dados, imagem ou voz;
f) rede para transporte coletivo e dutoviário;
g) as redes de água e esgoto;

h) outras tecnologias que impliquem instalação ou extensão de redes aéreas ou subterrâneas no Município ou que utilizem obras de arte de domínio municipal, para a implantação de serviços de infraestrutura.

IV. equipamentos e outros bens e serviços particulares:

a) bancas de feira, trailer, quiosques, barracas móveis ou imóveis;
b) qualquer equipamento similar aos da alínea "a" deste inciso, seja ele móvel ou imóvel.

§ 1°. Os projetos de ampliação, implantação, instalação de equipamentos e passagem de meios pertinentes de engenharia, de arte e de arquitetura e aos serviços de infraestrutura devem submeter- se ao procedimento prévio para a realização de obras em vias ou logradouros públicos, para fins de verificação do atendimento aos requisitos de especificação técnica da obra, proteção ambiental, segurança de tráfego e da população, nos termos da legislação pertinente.

§ 2°. Na hipótese de os procedimentos do § 1º deste artigo terem sido realizados por órgãos estadual ou federal, deverão ser apresentadas, ao Município, para comprovação e liberação da licença municipal.

§ 3°. As prestadoras de serviço de infraestrutura, cujas redes já estiveram implantadas no Município, deverão providenciar o licenciamento das referidas redes, no prazo de até 01 (um) ano, a contar da publicação desta Lei.

SEÇÃO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 143. O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que faça utilização particular ou em regime de concessão, permissão ou autorização de áreas na circunscrição municipal, nos termos do art. 142 desta Lei, com o devido licenciamento.

SEÇÃO III - CÁLCULO DA TAXA

Art. 144. A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VII desta Lei.

§ 1º. A retribuição pecuniária pela utilização de que trata este capítulo, a ser paga mensalmente pelo concessionário, permissionário ou autorizatário, será fixada de acordo com a obra de engenharia, arte e de arquitetura ou a espécie de equipamento urbano que ensejará a utilização do espaço público e a natureza do serviço.

§ 2º. O Poder Executivo poderá adotar como retribuição pela utilização dos espaços de que trata esta Lei, a dação em pagamento, inclusive de obras e equipamentos a serem implantados para prestação de serviços de infraestrutura.

§ 3º. Na retribuição de que trata o § 1º deste artigo, haverá redução para as entidades que adotarem o compartilhamento.

SEÇÃO IV - CADASTRO E LANÇAMENTO

Art. 145. A Taxa será lançada de ofício, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro socioeconômico e, para possibilitar a utilização dos bens municipais por terceiros, o Município deverá firmar, a partir da vigência desta Lei, a concessão, permissão ou autorização de uso, na forma deste capítulo.

§ 1º. As empresas permissionárias ou concessionárias das redes de infraestrutura que utilizem espaços públicos ou mobiliário em espaço público, terão o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar a sua respectiva regularização junto ao Município, contados do início da vigência desta Lei, e de 10 (dez) dias corridos para defesa, após qualquer notificação expedida pela Fazenda Municipal.

§ 2º. As empresas devem apresentar à Secretaria Municipal de Finanças o levantamento completo, contendo as respectivas medições de todas as redes de infraestrutura existentes no Município, bem como a indicação precisa da localização e a quantificação de todas as caixas de distribuição, armários, postes, cabines de telefonia e similares, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da notificação expedida pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3º. Aos ocupantes de vias públicas por móveis ou imóveis se aplicam, no que couber, as obrigações dos parágrafos deste artigo.

SEÇÃO V - ARRECADAÇÃO

Art. 146. A Taxa será arrecadada de acordo com a periodicidade prevista no Anexo VII desta Lei.

CAPÍTULO VI

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA SEÇÃO I - FATO GERADOR
Art. 147. As taxas relativas ao exercício do poder de polícia da Vigilância Sanitária Municipal são devidas para atender despesas deste serviço em todos os estabelecimentos, pessoa física ou jurídica, regular ou irregular, com o objetivo de proteger e salvaguardar a saúde pública em geral.

SEÇÃO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 148. O contribuinte da taxa é pessoa natural e/ou pessoa jurídica que desenvolvam atividades que sejam objetivo da ação de Vigilância Sanitária, conforme definição legal.

SEÇÃO III - BASE DE CÁLCULO

Art. 149. A Taxa de Vigilância Sanitária será recolhida de acordo com os valores fixados pelo Anexo IX desta Lei.

SEÇÃO IV - LANÇAMENTO

Art. 150. A Taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados de cadastro econômico-social, sempre no início do exercício anual de atividade para as renovações e, no ato de abertura do estabelecimento e início de atividade, para as novas inscrições, a requerimento da parte ou por arbitramento.

Art. 151. A taxa prevista nesta seção deve ser renovada, anualmente, pelos valores constantes do Anexo IX desta Lei, por ser dependente de policiamento administrativo relativo aos critérios legais pertinentes ao funcionamento de atividades na circunscrição municipal.

Art. 152. O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 20 dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I. alteração da razão social ou do ramo de atividade;
II. alteração na forma societária;
III. alteração das instalações e equipamentos de natureza sanitária no estabelecimento.

Art. 153. A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

SEÇÃO V - ARRECADAÇÃO

Art. 154. A Taxa será arrecadada mediante a expedição de Documento de Arrecadação Municipal, pelo Setor de Tributos, com prazo de vencimento da parcela única para trinta dias após sua emissão.

CAPÍTULO VII

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS E ADMINISTRATIVOS SEÇÃO I - FATO GERADOR
Art. 155. Pela prestação de serviços diversos colocados à disposição dos munícipes, inclusive quanto às concessões, apreensões, guarda, expedientes e emissão de documentos, exceto os que sejam requeridos para ingresso de ações judiciais ou defesas administrativas em processo regular, serão cobradas a seguintes taxas:

I. apreensão e depósito de animal, veículo ou mercadoria;

II. guarda de animal para abate e/ou comercialização;
III. alinhamento e nivelamento;
IV. avaliação de imóveis para efeito de cobrança do ITBI;
V. expediente de documentos de arrecadação, concessão, declaração, autorização, permissão e outros.

SEÇÃO II - DO CÁLCULO DA TAXA E DA ARRECADAÇÃO

Art. 156. A arrecadação da taxa de serviços diversos será feita quando o ato for praticado, assinado ou visado, ou o instrumento formal for protocolado, expedido, anexado, fornecido ou devolvido, ou ainda quando o serviço for prestado, antecipado ou posteriormente, de acordo com o Anexo X desta Lei.

Parágrafo único. Ficam isentos da taxa os requerimentos e certidões relativas aos servidores municipais, ao serviço de alistamento militar ou para fins eleitorais e as certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situação de interesse pessoal.

TÍTULO IV

DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES NO MUNICÍPIO CAPÍTULO ÚNICO DISPOSITIVOS GERAIS

Art. 157. Fica criado o Cadastro Municipal de Veículos Automotores (CMVA), inclusive mototaxista e motoboy, destinados ao transporte de passageiros e de mercadorias do Município.

Art. 158. Todos os veículos particulares automotores de transportes de passageiros e mercadorias no Município, incluindo ônibus, táxis, mototáxis, motoboys, vans, caminhonetes e similares, veículos locados à Prefeitura para transportes de estudantes, pacientes ou outros fins, deverão ser cadastrados no CMVA, na conformidade do Boletim de Cadastro de Veículos Automotores Transportes Coletivos.

Art. 159. O serviço de transporte público de passageiros, no Município, de qualquer espécie, será operado por pessoas jurídicas ou profissionais autônomos devidamente licenciados para cada exercício, conforme a legislação aplicável.

Art. 160. As linhas e pontos de embarque ou outra forma de exercício desta atividade para esse tipo de serviço de transporte na circunscrição municipal, serão definidas pela Prefeitura e somente por ela poderão ser alterados.

Parágrafo único. Todo exercício dos serviços de transportes de passageiros que não atendam às normas públicas aplicáveis à espécie, seja federal, estadual ou municipal, será considerado nocivo aos usuários e clandestino.

SEÇÃO ÚNICA - DAS LICENÇAS

Art. 161. Para a Expedição do licenciamento anual de tráfego dos coletivos e Mototáxis, o proprietário, possuidor e condutor deverá fornecer ao Município a seguinte documentação:

I. o Ato Autorizador, endossado através do Boletim de Cadastro mencionado neste capítulo, podendo ser cópia;
II. cópias dos documentos pessoais, tais como identidade, CPF e comprovante de residência;
III. recolhimento da taxa correspondente de licença de localização e funcionamento, que corresponderá ao licenciamento anual;
IV. Carteira Nacional de Habilitação;
V. prova de estar em dia com Seguro obrigatório, Emplacamento do veículo e IPVA.

Parágrafo único. O Ato Liberatório antecede a autorização para expedição do Alvará, após o pagamento da taxa correspondente e somente será liberado se o veículo tiver na conformidade das leis aplicáveis à espécie.

Art. 162. Os proprietários dos veículos de transportes coletivos em geral deverão recolher a Taxa de Licença de Funcionamento e o ISS Fixo, apenas, uma vez ao ano.

Art. 163. O descumprimento de qualquer dos requisitos estabelecidos nesta Lei sujeitará às penalidades previstas no Anexo X desta Lei.

Art. 164. O Executivo deverá regulamentar, por Decreto, o exercício regular das atividades previstas neste capítulo, no prazo de até 90 (noventa) dias após a vigência da presente Lei.

TÍTULO V

DOS PREÇOS PÚBLICOS CAPÍTULO ÚNICO DISPOSITIVOS GERAIS

Art. 165. Os preços públicos serão cobrados pelos serviços de quaisquer naturezas prestados pelo Município, pelo uso de bens públicos, e pelo fornecimento de utilidades produzidas ou não por estes, e não especificamente incluído neste código como taxas.

Art. 166. Quando não for possível a obtenção do custo unitário para a fixação de preço, serão considerados o custo total de serviço verificado no último exercício, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume dos serviços prestados e a prestar.

§ 1º. O volume do serviço será medido, conforme o caso, pelo número de atividades produzidas ou fornecidas, pela média de usuário atendido e outros elementos pelos quais se possa apurá-lo.

§ 2º. O custo total compreenderá:

I. o custo de produção;
II. a manutenção e administração do serviço;
III. as reservas para manutenção do equipamento;
IV. a expansão do serviço.

Art. 167. Fica o Executivo Municipal autorizado a fixar os preços dos serviços, até o limite de recuperação do custo total, pela utilização de áreas pertencentes ao município, edificadas ou não, até o limite de 30% do valor venal do imóvel, mensalmente.

Art. 168. Os preços se constituem:

I. dos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo município e susceptíveis de exploração por empresa privada, a saber:

a) execução de muros ou passeios;
b) roçagem e limpeza, inclusive extinção de formigueiros e retirada de entulhos de terrenos;
c) escavações, aterros, terraplanagem, inclusive destinados à regularização de loteamentos;
d) transporte coletivo;
e) mercados e entrepostos;
f) matadouros;
g) fornecimento de energia;

II. da utilização de serviços públicos municipais como contraprestação de caráter individual ou unidade de fornecimento, tais como:

a) fornecimento de plantas, projetos, placas, cópias fotográficas, heliográficas, fotostáticas, mimeografadas e semelhantes, inclusive carteira de identificação;
b) fornecimento de alimentação ou vacinas a animais apreendidos ou não;
c) prestação de serviços técnicos, como demarcação e marcação de áreas de terrenos, avaliação de propriedade imobiliária e vistoria;
d) expedição de certidões de qualquer natureza, inclusive de quitação de tributos municipais, elaboração de laudos, lavratura de termos de contrato e de transferência, buscas e segundas vias de documentos;

e) apresentação de petições e documentos às repartições municipais, para apreciação e despacho; fornecimento de cadernetas, placas, carteiras, chapas, plantas fotográficas, heliográficas e semelhantes.

III. do uso de bem ou de serviço público, a qualquer título, os que o utilizarem:

a) áreas pertencentes ao Município;
b) áreas do domínio público;
c) espaços em imóveis municipais para guarda de objetos, mercadorias, veículos, animais ou a qualquer outro título;
d) os serviços dos cemitérios.

IV. pela exploração de serviço público municipal sob o regime de concessão ou permissão;
V. pela utilização de serviço público municipal como contraprestação de caráter individual;
VI. pelo uso oneroso das vias e logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo, do subsolo e das obras de engenharia, de arte e de arquitetura do domínio municipal para a implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos, destinados à prestação de serviços de infraestrutura por entidades de direito público ou privado, obedecidos os critérios administrativos determinados em regulamento próprio e demais atos normativos.

§ 1°. A enumeração referida neste artigo é meramente exemplificativa, podendo ser incluídos no sistema de preços públicos quaisquer outros serviços de natureza semelhante ao enumerado.

§ 2°. Na hipótese das alíneas “a” e “b” do inciso III deste artigo, o Executivo deverá agilizar ações no sentido de identificar, demarcar, cadastrar, registrar, fiscalizar, regularizar as ocupações e promover a utilização ordenada dos bens imóveis de domínio do Município, podendo, para tanto, cobrar o aforamento ou laudêmio, conforme o caso:

I - pelo aforamento que se constitui no uso em pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar o foro anual, em numerário ou em frutos conforme determinar a administração; e

II - pelo laudêmio que se constitui em pagamento devido ao Município, quando da alienação definitiva de propriedade imobiliária usufruída em regime de enfiteuse e mediante autorização legislativa.

Art. 169. Aplicam-se aos preços, no tocante a lançamento, cobrança, pagamentos, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidade e processo fiscal, as mesmas disposições da presente Lei com relação aos tributos, e de conformidade com o decreto que estabelecer o preço.

Art. 170. A fixação dos preços para os serviços prestados, exclusivamente, pelo Município, terá por base o custo unitário.

Art. 171. Quando não for possível a obtenção do custo unitário, para a fixação do preço, será considerado o custo total do serviço verificado no último exercício, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviço prestado e a prestar.

§ 1°. O volume do serviço será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pela média de usuários atendidos e outros elementos pelos quais se possa apurá-lo.

§ 2°. O custo total compreenderá o custo de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão do serviço.

Art. 172. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar os preços dos serviços, até o limite da recuperação do custo total e, além desse limite, a fixação dependerá de lei.

Art. 173. O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações e bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo Único. O corte de fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos de outras infrações praticadas pelos consumidores ou usuários.

Art. 174. Aplicam-se aos preços, no que couber, todos os dispositivos da presente Lei.

TÍTULO VI

DAS NORMAS GERAIS CAPÍTULO I
SUJEITO PASSIVO

Art. 175. A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Parágrafo único. A capacidade tributária passiva independe:

I. da capacidade civil das pessoas naturais;

II. de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação de exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens ou negócios;
III. de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Art. 176. São pessoalmente responsáveis:

I. o adquirente ou remitente pelos débitos relativos a bem imóvel existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante de respectivo preço;
II. o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do “de cujus”, existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
III. o espólio, pelos débitos tributários do “de cujus” existentes à data de abertura da sucessão.

Art. 177. A pessoa jurídica de direito privado, que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual.

Art. 178. Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa jurídica imune, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, respondendo por elas o alienante.

Art. 179. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo, o estabelecimento adquirido, devidos até a data de respectivo ato:

I. integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada;
II. subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 06 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro de comércio, indústria ou profissão.

Art. 180. Respondem solidariamente com o contribuinte, nos atos em que intervierem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis:

I. os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II. os tutores e curadores, pelos débitos tributários dos seus tutelados ou curatelados;
III. os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;
IV. o inventariante, pelos débitos tributários de espólios;
V. o síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário;
VI. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados, por eles ou perante eles, em razão de seu ofício;
VII. os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente se aplica, quanto a penalidades, às de caráter moratório.

Art. 181. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias, resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I. as pessoas referidas no art. 180 desta Lei;
II. os mandatários, os prepostos e empregados;
III. os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPÍTULO II DO LANÇAMENTO

Art. 182. Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

§ 1º. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 2º. Os lançamentos de ofício deverão se fazer por edital de convocação afixado na Câmara Municipal, na Prefeitura, no Fórum e nas agências recebedoras.

Art. 183. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º. Aplica-se ao lançamento de legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 184. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo do domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 1º. Quando o contribuinte eleger domicílio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º. A notificação far-se-á por edital, na impossibilidade da entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art. 185. A notificação do lançamento conterá:

I. o nome do sujeito passivo;
II. o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
III. a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
IV. o prazo para recolhimento do tributo;
V. o comprovante para o órgão fiscal de recebimento pelo contribuinte;
VI. o domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 186. O lançamento do tributo independe:

I. da validade jurídica, dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II. dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 187. O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil ou de posse do seu imóvel, nem da regularidade do exercício de atividade ou legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 188. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

CAPÍTULO III

DA ARRECADAÇÃO E ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS

Art. 189. O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte responsável, em valores de moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º. Além das formas já estabelecidas e específicas a cada tributo, será permitido o pagamento por meio de PIX, cartão de crédito ou outras formas disponibilizadas pelo Poder Público e em uso nacional, respeitadas as normas legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância pelo sacado.

§ 2º. Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora, nos casos previstos em lei, desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

Art. 190. O contribuinte que optar pelo pagamento do tributo em cota única, gozará do desconto de até 20%, conforme disponha o Executivo sempre que estabelecer o benefício em caráter geral.

Art. 191. Todo recolhimento do tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador da Prefeitura ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de sua nulidade.

Art. 192. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I. quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II. quanto total, de outros créditos referentes ao mesmo tributo ou a outros tributos.

Art. 193. É facultada à Administração a cobrança em conjugada de Impostos e Taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

Art. 194. A aplicação de penalidade não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

Art. 195. A falta de pagamento do tributo, nas datas dos respectivos vencimentos, fundamentalmente de procedimento tributário, importará na cobrança, em conjunto, dos seguintes acréscimos:

I. Multas de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo, quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;
b) 15% (quinze por cento) sobre o valor do tributo, quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo, quando o pagamento for efetuado depois de ocorrido mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II. Juros de mora e Correção Monetária, à razão da taxa IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), respeitando-se o teto da taxa SELIC, adotada pelo Governo Federal, nos termos da Emenda Constitucional 113/2021, desde dezembro de 2021, e do Tema de Repercussão Geral nº 1062, do STF, sendo considerado mês qualquer fração e calculados sobre a soma do principal com a multa.

Art. 196. O tributo não recolhido no seu vencimento, respeitado o descrito no art. 195 desta Lei, passará a integrar a Dívida Ativa, para efeito de Cobrança Extrajudicial ou Judicial.

§ 1º. Na cobrança administrativa do crédito fiscal, de naturezas tributária e não tributária, caberá ao Poder Público:

I – implantar e implementar procedimento de controle da legalidade, da certeza e da liquidez da dívida ativa, de forma a:

a) evitar o ajuizamento de dívidas já atingidas pela prescrição;
b) possibilitar o encaminhamento ao órgão competente para cancelamento das dívidas não ajuizadas pelo fato de já estarem prescritas; e
c) apurar as causas que levaram à prescrição visando a evitar que voltem a ocorrer;

II – implantar e implementar procedimentos específicos de controle e encaminhamento das dívidas remanescentes de parcelamentos cancelados por inadimplência para execução fiscal, antes da sua extinção pela prescrição;

III – implementar procedimento para cancelar, por prescrição, os créditos que já se encontrem nessa situação, no sistema informatizado, de forma a impedir que sejam cobrados indevidamente, observando as regras previstas no Código Tributário Nacional (CTN), no Decreto nº 20.910 de 06 de janeiro de 1932, e nas decisões dos tribunais superiores, quanto à contagem do prazo, especialmente, no que se refere ao termo de início e a causas interruptivas e suspensivas;

IV – implementar a análise do risco (classificação do crédito) como componente central das cobranças de créditos públicos, adotando-se, por Lei ou Decreto, obrigatoriedade de regimes diferenciados de cobrança.

Art. 197. Na execução do crédito fiscal, de naturezas tributária e não tributária, caberá ao Poder Executivo, sem prejuízo de outras medidas adiante elencadas:

I – proceder, anualmente, à distribuição de ações de execução fiscal;
II – juntar em um único processo todas as dívidas do mesmo contribuinte, inclusive as de parcelamentos não cumpridos e autos de infração ou lançamento de tributo, executando-as até o quarto ano do prazo prescricional da dívida mais antiga, de modo a reduzir o número de processos referentes a dívidas de tributos lançados em massa;
III – implantar e implementar instrumento normativo (Instrução Normativa, Ordem de Serviço, Decreto, dentre outros), descrevendo os procedimentos a serem observados com vistas a qualificar os débitos inscritos nas Certidões de Dívida Ativa (CDAs), antes do ajuizamento da execução fiscal;
IV – implantar ferramenta no sistema de arrecadação que permita o agrupamento de dívidas de um mesmo devedor em uma única CDA;
V – protestar o crédito inscrito em certidão de dívida ativa, antes de promover o ajuizamento da ação de execução fiscal, já que esta atividade é menos onerosa aos cofres públicos, mais célere e bastante eficaz;
VI – inscrever o devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), nos termos da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, que alterou a Lei nº 10.522/2002;
VII – inscrever o nome do devedor em cadastros restritivos de crédito;
VIII – promover mesa permanente de negociação fiscal;
IX – nas dívidas de natureza tributária, apenas ajuizar as execuções fiscais de valor igual ou superior ao que for estabelecido como piso antieconômico por Lei ou Decreto, devendo-se levar em consideração, ainda, eventual ato normativo, orientação ou convênio com os Tribunais competentes para sua fixação, considerando a realidade socioeconômica de cada ente, a natureza do crédito tributário e o custo unitário de um processo de execução fiscal encontrado pelo estudo do IPEA em colaboração com o CNJ em 2011, aplicada a correção monetária para atualização do valor em cada exercício; e
X – estabelecer um mecanismo de controle e acompanhamento das execuções fiscais por intermédio do sistema informatizado, de forma a dar andamento tempestivo aos processos e evitar sua extinção por negligência.

§ 1º. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

§ 2º. A prescrição se interrompe:

I. pela citação válida do devedor;
II. pelo protesto judicial;
III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 198. O débito vencido poderá, a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 10 pagamentos iguais, mensais e sucessivos, respeitando-se os demais critérios que serão regulamentados por Decreto.

§ 1º. O parcelamento só será deferido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

§ 2º. O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo importará na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

CAPÍTULO IV DA TRANSAÇÃO
Art. 199. É facultado ao Poder Público celebrar transação sobre créditos tributários ou não tributários, tendo em vista o interesse da Administração e observadas as disposições deste Capítulo.

§ 1º. A transação prevista no caput deste artigo será de competência e regulamentação da Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal.

§ 2º. Os entes públicos referidos no caput deste artigo exercerão o juízo de conveniência e oportunidade por meio da Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal, podendo celebrar transação em quaisquer das modalidades de que trata esta Lei Complementar.

§ 3º. Para fins de aplicação e regulamentação desta Seção, serão observados, entre outros, os princípios da isonomia, da capacidade contributiva, da transparência, da moralidade, da razoável duração dos processos e da eficiência e, resguardadas as informações protegidas por sigilo, o princípio da publicidade.

§ 4º. A observância ao princípio da transparência será concretizada pela divulgação em meio eletrônico de informações sobre os termos, as partes e os valores das transações efetivamente celebradas com base neste Código Tributário, resguardado o sigilo em relação à situação econômica ou financeira do contribuinte, nos termos do art. 198 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966
- Código Tributário Nacional.

Art. 200. A transação terá por objeto obrigação tributária ou não tributária de pagar, aplicando-se:

I - à dívida ativa do Município de Itambé;
II - no que couber, às dívidas ativas inscritas de autarquias e de fundações públicas municipais, cuja cobrança e representação incumbam à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município;

III - no que couber, aos créditos certos, líquidos e vencidos, titularizados pelo Município de Itambé ou pelas autarquias e fundações públicas municipais, não inscritos em dívida ativa por questões técnico-operacionais de integração ao sistema responsável pela arrecadação do Município, e que já tenham sido encaminhados à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município para cobrança judicial ou extrajudicial, e

IV - às execuções fiscais e às ações antiexacionais, principais ou incidentais, que questionem a obrigação a ser transacionada, parcial ou integralmente.

§ 1º. A transação de créditos de natureza tributária será realizada nos termos do art. 171, da Lei Federal nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional.

§ 2º. A transação não constitui direito subjetivo do contribuinte e o deferimento do seu pedido depende dos benefícios a serem atingidos pelo ente público, além da verificação do cumprimento das exigências da regulamentação específica, devidamente publicada antes da adesão.

§ 3º. As unidades gestoras responsáveis pelo crédito encaminharão à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município, quando requisitado, os processos consolidados e aptos à inscrição na dívida ativa ou à cobrança, para fins de atendimento ao disposto nesta Lei.

§ 4º. Esta Seção se aplica aos créditos correspondentes aos tributos enumerados neste Código.

Art. 201. Para os fins desta Lei, são modalidades de transação as realizadas:

I - por adesão, nas hipóteses em que o devedor ou a parte adversa aderir aos termos e condições estabelecidos em edital publicado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipais, e

II - por proposta individual ou conjunta de iniciativa do devedor ou do credor.

Parágrafo único. A transação por adesão:

a) implicará aceitação, pelo devedor, de todas as condições fixadas;

b) será divulgada na imprensa oficial e no sítio da Prefeitura Municipal, na internet, mediante edital que especifique, de maneira objetiva, as hipóteses fáticas e jurídicas nas quais ela é admissível; e
c) será aberta a todos os devedores que nelas se enquadrem e que satisfaçam às condições previstas nesta Lei e no edital.

Art. 202. A proposta de transação deverá expor os meios para a extinção dos créditos nela contemplados e estará condicionada, no mínimo, à assunção pelo devedor dos seguintes compromissos:

I - fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipais conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
II - não utilizar a transação de forma abusiva, com a finalidade de limitar, de falsear ou de prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
III - não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, os seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Municipal;
IV - não alienar nem onerar bens ou direitos sem a devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública Municipal, quando exigido pela Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal;
V - não alienar nem onerar bens ou direitos dados em garantia de cumprimento da transação, sem a devida anuência da Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal;
VI - desistir das impugnações ou dos recursos administrativos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações ou recursos;
VII - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, inclusive as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c", do inciso III, do art. 487, do Código de Processo Civil;
VIII - peticionar nos processos judiciais que tenham por objeto as dívidas envolvidas na transação, inclusive em fase recursal, para noticiar a celebração do ajuste, informando, expressamente, que arcará com o pagamento da verba honorária devida a seus patronos e com as custas incidentes sobre a cobrança, e
IX - fornecer os dados cadastrais e de contato solicitados pela Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal, inclusive os correspondentes a aplicativo de mensagens e mantê-los atualizados.

§ 1º. A proposta de transação deferida importa em aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e em sua regulamentação, de modo a constituir confissão irrevogável e irretratável dos créditos abrangidos pela transação, nos termos dos arts. 389 a 395 do Código de Processo Civil.

§ 2º. Quando a transação envolver moratória ou parcelamento, aplica-se, para todos os fins, o disposto nos incisos I e VI do art. 151 do Código Tributário Nacional e suas alterações posteriores.

§ 3º. Os créditos abrangidos pela transação somente serão extintos quando integralmente cumpridas as condições previstas no respectivo termo.

§ 4º. Poderão ser previstas obrigações adicionais, no termo ou no edital, além daquelas constantes do caput deste artigo, em razão das especificidades dos créditos ou da situação das ações judiciais em que eles são discutidos.

§ 5º. Na hipótese de inequívoca credibilidade do objeto da demanda, para fins do disposto nos incisos VI e VII do caput deste artigo, a desistência e a renúncia da impugnação, da ação ou do recurso, poderão ser parciais.

§ 6º. Presume-se válida a comunicação dirigida ao endereço postal ou eletrônico de que trata o inciso IX, do caput deste artigo, informado à Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal.

§ 7º. Os encargos da Dívida Ativa ou honorários advocatícios fixados em execuções fiscais, para cobrança dos créditos transacionados, serão recolhidos, pelo devedor ou pela parte adversa, sobre o valor a ser transacionado, depois da aplicação de eventuais reduções, e poderão, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, ter seu percentual reduzido para, no mínimo, 5% (cinco por cento).

§ 8º. Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos honorários advocatícios das ações de cobrança ajuizadas pela Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal.

§ 9º. Nas ações antiexacionais, a serem objeto de requerimento de extinção por renúncia, nos termos dispostos no inciso VII, do caput deste artigo, a Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal poderá acordar a definição e eventual quantificação dos honorários advocatícios.

§ 10º. O acordo definirá se os encargos da Dívida Ativa ou os honorários advocatícios, fixados na inscrição em Dívida Ativa, na execução fiscal ou na ação de cobrança, e/ou decorrentes de ações antiexacionais, poderão ser parcelados, respeitado, como limite máximo, o número de prestações em que for dividido o crédito principal.

Art. 203. A celebração de transação não autoriza a restituição ou a compensação de importâncias pagas, compensadas ou incluídas em parcelamentos anteriormente pactuados, nem implica novação dos créditos por ela abrangidos.

§ 1º. O termo de transação preverá, quando cabível, a anuência das partes para fins da suspensão convencional do processo de que trata o inciso II, do art. 313, do Código de Processo Civil, até a extinção dos créditos, nos termos do § 3º, do art. 202, da presente Lei,, ou eventual rescisão.

§ 2º. Quando das tratativas da transação, por proposta individual ou conjunta de iniciativa do devedor ou do credor, poderá ser celebrado negócio jurídico processual – NJP - de suspensão de atos processuais

ou de constrição patrimonial, de substituição de penhora ou garantia, ou de outro objeto que se mostre adequado.

Art. 204. É vedada a transação prevista nesta Lei Complementar que:

I - envolva débitos não inscritos em dívida ativa;
II - tenha por objeto redução de multa do direito penal e seus encargos;
III - envolva conduta, diretamente relacionada a crédito tributário, que tenha ensejado ação penal, na qual tenha sido proferida decisão condenatória transitada em julgado, ou
IV - envolva débito integralmente garantido por depósito, seguro-garantia ou fiança bancária, quando a ação antiexacional ou os embargos à execução tenham transitado em julgado favoravelmente ao ente público.

§ 1º. É vedada a acumulação das reduções decorrentes das modalidades de transação a que se refere os arts. 225 e 226, desta Lei, com quaisquer outras asseguradas na legislação, em relação aos créditos abrangidos pela proposta de transação.

§ 2º. Não se aplica o disposto no inciso IV, do caput deste artigo, ao devedor em processo de recuperação judicial, liquidação judicial ou extrajudicial ou falência.

Art. 205. Implica a rescisão da transação:

I - o descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;
II - a constatação, pelo credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de frustrar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;
III - a prática de conduta criminosa na sua formação;
IV - a ocorrência de dolo, fraude, simulação ou erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto da transação;
V - a ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação;
VI - a não observância de quaisquer disposições desta Lei Complementar, do termo ou do edital; e

VII - qualquer questionamento judicial sobre a matéria transacionada e sobre a própria transação, exceto nas hipóteses previstas em ato da Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal.

§ 1º. O devedor será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação e poderá impugnar o ato na forma disciplinada em regulamentação específica, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. Quando sanável, será admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão durante o prazo concedido para a impugnação, preservada a transação em todos os seus termos.

§ 3º. A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras consequências previstas no termo ou edital.

§ 4º. Na hipótese de a rescisão ocorrer pela perda do parcelamento estipulado na transação, nos termos do inciso I do caput, deste artigo, o saldo remanescente do crédito deve ser recomposto proporcionalmente ao seu montante.

§ 5º. Aos contribuintes com transação rescindida é vedada, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos.

Art. 206. Compete à Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal, diretamente ou por autoridade por ela delegada, assinar o termo de transação decorrente de proposta individual, a que se refere o § 2º, do art. 203, desta Lei.

§ 1º. A delegação de que trata o caput, deste artigo, poderá ser subdelegada, prever valores de alçada ou exigir a aprovação de múltiplas autoridades.

§ 2º. Quando, para celebrar a transação, a Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal entender relevante a apreciação de matéria técnica ou fática, pelo órgão ou entidade responsável pela constituição do crédito tributário, poderá ser ouvida previamente a Secretaria de Finanças ou outro órgão do Município, autarquia ou fundação pública.

§ 3º. Ato da Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal disciplinará:

I - os procedimentos necessários à aplicação do disposto nesta Lei, inclusive quanto à rescisão da transação;
II - a possibilidade de condicionar a transação ao pagamento de entrada, à apresentação, dispensa ou não exigência de garantia e à manutenção das garantias já existentes;

III - as situações em que a transação somente poderá ser celebrada por adesão, autorizado o não conhecimento de eventuais propostas de transação individual;
IV - o formato e os requisitos da proposta de transação e os documentos que deverão ser apresentados;
V - os parâmetros para aceitação da transação e para a concessão de descontos e os critérios para mensuração do grau de recuperabilidade das dívidas sujeitas à transação;
VI - a celebração de negócio jurídico processual relacionado à transação, inclusive na fase de tratativas, e
VII - a competência das unidades da Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal para o processamento das transações de que trata esta Lei Complementar.

§ 1º. Em relação ao inciso V do caput, deste artigo, o ato normativo privilegiará parâmetros e critérios preferencialmente objetivos e poderá adotar, isolada ou cumulativamente, entre outros, os seguintes:

I - o tempo em cobrança;
II - a suficiência e liquidez das garantias associadas aos débitos;
III - a existência de parcelamentos, ativos ou rescindidos;
IV - a perspectiva de êxito das estratégias administrativas e judiciais;
V - o custo da cobrança administrativa e judicial;
VI - o histórico de parcelamentos dos débitos;
VII - o tempo de suspensão de exigibilidade por decisão judicial; e
VIII - a condição econômica e a capacidade de pagamento do sujeito passivo.

§ 2º. O disposto no inciso V do caput, deste artigo, poderá ser regulamentado por ato conjunto do Secretário de Assuntos Jurídicos do Município e do Secretário de Finanças do Município de Itambé/PE.

Art. 207. O Poder Executivo poderá editar decreto regulamentar sobre transação que envolva valores superiores aos patamares fixados, condicionando à expressa autorização do Prefeito do Município.

§ 1º. Os agentes públicos que participarem do processo de composição do conflito, judicial ou extrajudicialmente, com o objetivo de celebração de transação, nos termos desta Lei Complementar, somente poderão ser responsabilizados, inclusive perante os órgãos públicos de controle interno e externo, quando agirem com dolo ou fraude para obter vantagem indevida para si ou para outrem.

§ 2º. A Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal poderá firmar convênio ou acordo de cooperação técnica com o Poder Judiciário, ou com outros órgãos ou entidades, para operacionalizar as propostas de transação ou as transações previstas neste Capítulo.

CAPÍTULO V

DO PARCELAMENTO DE DÉBITO

Art. 208. O débito decorrente de falta de recolhimento dos tributos municipais, qualquer que seja a fase de cobrança, poderá ser parcelado em até 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, sendo que a

primeira parcela deve ser, no mínimo, de 20% (vinte por cento) do valor global do débito, incidindo as multas, juros e correção monetária previstas no art. 195, desta Lei.

Art. 209. A falta de pagamento, no prazo devido, de 03 (três) prestações, sucessivas ou não, do débito parcelado, implica no vencimento automático das parcelas restantes e autoriza sua imediata inscrição em dívida ativa, com o correspondente cancelamento das reduções de multa.

§ 1º. O valor de cada prestação não poderá ser inferior a 30 (trinta) UFM's.

§ 2º. Qualquer que seja o prazo do parcelamento, o valor da primeira parcela não poderá ser inferior às demais.

§ 3º. O disposto no "*caput*" deste artigo será também aplicado a qualquer importância que deixar de ser recolhida, findo o prazo concedido para o parcelamento.

Art. 210. O parcelamento será requerido, por meio de petição em que o interessado reconheça a certeza e liquidez do débito fiscal, ou concedido mediante as hipóteses já previstas nesta Lei ou em Decreto regulamentar.

Parágrafo único. O pedido de parcelamento, necessariamente, será instruído com prova de pagamento da quantia correspondente à primeira parcela.

Art. 211. Quando do parcelamento de débito pertinente ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), somente será lavrado ou registrado o instrumento, termo ou escritura, conforme o caso, após o pagamento de todo o parcelamento.

Art. 212. A autoridade administrativa poderá alterar a base de cálculo ou excluir juros e multas somente nas seguintes hipóteses:

a) os não lançados dentro do exercício em que deveria ter sido e não foi;
b) por comprovado erro na base de cálculo;
c) por alteração na planta de valores no caso do IPTU;

d) por justificativa legal apurada em processo administrativo;
e) por inobservância de preceito constitucional apurada em processo fiscal;
f) por erro de lançamento justificado em despacho administrativo.

CAPÍTULO VI

DA RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO

Art. 213. O sujeito passivo terá direito à restituição, total ou parcial, das importâncias pagas, a título de tributo, nos seguintes casos:
I. cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
II. erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
III. reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória;
IV. pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel, total ou parcialmente, desapropriado, proporcionalmente à área objeto da desapropriação, relativo ao período compreendido entre o exercício seguinte ao do ato declaratório de utilidade pública e o da efetivação da desapropriação.

Art. 214. O pedido de restituição, que dependerá de requerimento da parte interessada, somente será conhecido, desde que juntada notificação da Prefeitura que acuse crédito do contribuinte ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões da ilegalidade ou irregularidade do pagamento, atendidas as formalidades legais da contabilidade pública.

Art. 215. A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este, expressamente, autorizado a recebê-la.

Art. 216. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias que tiverem sido recolhidas, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela restituição.

§ 1º. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do transito em julgado da decisão definitiva que a determinam.

§ 2º. Será aplicada a correção monetária relativamente à importância constituída.

Art. 217. O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de um ano, contado da data do requerimento da parte interessada.

Art. 218. A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 219. O direito de pleitear a restituição, total ou parcial, do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados:

I. nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 213, da data da extinção do crédito tributário;
II. na hipótese do inciso III do artigo 213, da data em que se torna definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

CAPÍTULO VII
IMUNIDADES, ISENÇÕES E REMISSÃO
Art. 220. A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias, previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange também a prática do ato, previsto em lei, destinado a assegurar o cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 221. A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município, não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei.

Art. 222. A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 223. A documentação do primeiro pedido de reconhecimento da imunidade ou de isenção, que comprove os requisitos para a concessão do benefício, poderá servir para os exercícios fiscais subseqüentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo início fiscal.

CAPÍTULO VIII
DA COMPENSAÇÃO
Art. 224. É facultado ao Secretário de Finanças, mediante as condições e garantias que estipular para cada caso, permitir a compensação de créditos tributários com créditos certos e líquidos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o montante a compensar corresponderá ao valor do crédito, reduzido de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros, pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 225. O Poder Executivo poderá receber bens móveis ou imóveis em dação em pagamento e, na hipóteses de bens imóveis, preferencialmente localizados no Município.

§ 1º. A avaliação dos bens dados em pagamento deverá ser efetuada pelo órgão competente da administração municipal.

§ 2º. Na hipótese da avaliação do bem ser superior ao crédito tributário, com a devida concordância do devedor, a dação poderá ser aceita, sem que lhe seja devida qualquer restituição compensatória.

§ 3º. Quando o bem for móvel este somente poderá ser objeto de pagamento quando for de necessidade inquestionável para o Município e autorizado pelo Secretário de Finanças.

CAPÍTULO IX

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 226. Os créditos tributários relativos a impostos cujos fatos geradores sejam a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 227. São pessoalmente responsáveis:

I. o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
II. o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;
III. o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus*, até a data da abertura da sucessão.

Art. 228. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

Art. 229. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I. integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
II. subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 06 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

CAPÍTULO X

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 230. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I. os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
II. os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
III. os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes, quando a Lei assim prever;
IV. o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
VI. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
VII. os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 231. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I. as pessoas referidas no artigo anterior;
II. os mandatários, prepostos e empregados;
III. os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPÍTULO XI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 232. Constitui infração toda ação ou omissão que importe na inobservância, por parte do sujeito passivo, de norma estabelecida na legislação tributária do Município e prevista na forma do **Anexo X** desta Lei.

Art. 233. Responderão pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que concorrerem para a sua prática ou dela se beneficiarem.

Parágrafo único. Salvo expressa disposição em contrário, à responsabilidade por infração independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza, extensão e efeitos do ato.

Art. 234. Nenhuma ação ou omissão poderá ser punida como infração da legislação tributária sem que esteja definida como tal por lei vigente à data de sua prática, nem lhe poderá ser cominada penalidade não prevista em lei, nas mesmas condições.

§ 1º. As infrações e penalidades aplicam-se a fatos anteriores à sua vigência quando:

I. exclua a definição de determinado fato como infração, cessando, à data da sua entrada em vigor, a punibilidade dos fatos ainda não definitivamente julgados e os efeitos das penalidades impostas por decisão definitiva;
II. comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para fato ainda não definitivamente julgado.

§ 2º. As infrações e penalidades interpretam-se de maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida, quanto:

I. à capitulação legal, às circunstâncias materiais do fato ou à natureza e extensão de seus efeitos;
II. à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
III. à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

Art. 235. As infrações à legislação tributária serão punidas com as seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

I. multas por infração;
II. proibição de:

a) celebrar negócios jurídicos com os órgãos da administração direta do Município e com suas autarquias, fundações e empresas;

b) participar de licitações;
c) usufruir de benefício fiscal instituído pela legislação tributária do Município;
d) receber quantias ou créditos de qualquer natureza;
e) obter licença de qualquer natureza.

III. apreensão de documentos e interdição do estabelecimento na forma do artigo seguinte;
IV. suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais.

§ 1º. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, inclusive por inobservância de obrigação acessória, em caso algum dispensa o pagamento do tributo, dos juros e da atualização monetária, nem a reparação do dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável.

§ 2º. Quando não recolhido o tributo no prazo legal, ficará sujeito aos acréscimos previstos no artigo 195 desta Lei.

§ 3º. Na hipótese da ocorrência de pagamento de tributo fora dos prazos legais sem os acréscimos cabíveis, o valor total recolhido será apropriado proporcionalmente ao valor do tributo, multas e juros, excluindo-se o valor da Taxa de Serviços Administrativos, sendo considerado recolhimento com insuficiência do tributo.

Art. 236. Poderão ser apreendidos:

I. na via pública, se não tiverem sido pagos os tributos respectivos:

a) os veículos;

b) quaisquer objetos ou materiais utilizados como meio de propaganda ou publicidade;
c) utensílios, objetos e equipamentos com fins mercantis não licenciados;
d) materiais e equipamentos de construção não autorizados e licenciados para as respectivas atividades.

II. em qualquer caso, os objetos ou mercadorias:

a) cujo detentor não exiba à fiscalização documento que comprove sua origem e que, por força de legislação, deva acompanhá-los;
b) quando transitarem, ainda que acompanhados de documentos fiscais, sem que, no entanto, possa ser identificado o seu destinatário, nos casos exigidos pela legislação;
c) se houver anotações falsas nos livros e documentos fiscais com eles relacionados, inclusive quanto ao preço, origem e destino;
d) se o detentor, remetente ou destinatário não estiver inscrito na repartição competente, quando a isso obrigado.

III. os livros, documentos, papéis, mercadorias e quaisquer materiais que constituam prova ou fundada suspeita de infração à legislação tributária.

§ 1º. As apreensões previstas neste artigo poderão ser sumárias, que, mesmo pela sua natureza efêmera, devem ser movidas através de instrumento administrativo próprio, lavrado e assinado pelo titular da pasta, podendo, a critério da autoridade, ser concedido tempo razoável para regularização.

§ 2º. O Secretário de Finanças poderá determinar a interdição do estabelecimento, quando houver indício da existência de documento que comprove a prática de infração à legislação tributária ou em caso de reiterado descumprimento de decisão administrativa, em qualquer fase, tendo assegurado ao contribuinte o princípio da ampla defesa.

§ 3º. O Secretário de Finanças, ao aplicar o disposto neste artigo, fundamentará o seu ato, bem como determinará o prazo de sua vigência.

Art. 237. As penalidades por infração às normas desta lei serão aplicadas de acordo com este capítulo e com a tabela do **Anexo X** desta Lei e os valores das multas previstas serão reduzidos:

I. de 50% (cinqüenta por cento), se o sujeito passivo, no prazo de defesa, reconhecer a procedência da medida fiscal e efetuar ou iniciar, no mesmo prazo, o recolhimento do crédito tributário exigido, dispensando-se, ainda, os juros de mora, se o recolhimento for efetuado de uma só vez;
II. de 30% (trinta por cento), se o sujeito passivo impugnar o lançamento e, após o prazo de defesa e antes de transcorrido o prazo recursal, pagar de uma só vez ou iniciar o pagamento parcelado do débito;
III. de 20% (vinte por cento), se o sujeito passivo pagar o débito de uma só vez, antes da
sua inscrição em dívida ativa;
IV. de 10 % (dez por cento),, se o sujeito passivo iniciar o pagamento parcelado do débito, antes da sua inscrição em dívida ativa.

§ 1º. As reduções acima previstas não são cumulativas, aplicando-se, em cada caso, a de maior valor, conforme o enquadramento do sujeito passivo nas hipóteses referidas.

§ 2º. Os que, antes do início de qualquer procedimento fiscal administrativo, procurarem espontaneamente, a repartição fiscal competente para sanar irregularidades, serão atendidos, independentemente de penalidades.

§ 3º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento fiscal administrativo relacionado com a infração.

§ 4º. O infrator, a partir do dia subsequente à lavratura do auto, terá o prazo de dez (10) dias para apresentar a sua defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao Secretário de Finanças.

§ 5º. Julgado procedente o auto de infração, será imposta ao infrator a multa correspondente, o qual terá o prazo de cinco (5) dias para efetuar o seu recolhimento, contados do dia imediato da notificação.

§ 6º. A multa aplicada após percorrer os trâmites dos parágrafos anteriores será registrada em dívida ativa, nos termos da lei.

Art. 238. A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se reincidência a repetição de falta idêntica pelo mesmo contribuinte, anteriormente responsabilizado em virtude de decisão administrativa em primeira instância.

TÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
FISCALIZAÇÃO

Art. 239. Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária e não tributária relativa a rendas.

Art. 240. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas à obrigação tributária, inclusive aos casos de imunidade e isenção.

Art. 241. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

I. exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações;
II. apreender livros e documentos fiscais, nas condições e forma regulamentares.

Art. 242. A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 243. O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art. 244. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações do que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
II. as instituições bancárias e demais instituições financeiras;
III. as empresas de administração de bens;
IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V. os inventariantes;
VI. os síndicos, comissários e liquidatários;
VII. quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão do seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo, em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 245. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeita a fiscalização.

§ 1º. Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre a União, Estado e outros Municípios.

§ 2º. A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos, constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 246. As autoridades da Administração fiscal do Município, através do Prefeito, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

CAPÍTULO II DA CONSULTA

Art. 247. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência a normas estabelecidas.

Art. 248. A consulta será dirigida à autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto ou de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 249. Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo único. Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versarem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou transitada em julgado.

Art. 250. Na hipótese de mudança da orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Art. 251. A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 dias, contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

Art. 252. Respondida a consulta, o consulente será notificado para, no prazo de 30 dias, dar cumprimento a eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Parágrafo único. O consulente poderá quitar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o seu pagamento ou o depósito premonitório de correção monetária, importâncias que, se indevidas, serão restituídas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art. 253. A resposta à consulta será vinculante para a administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

CAPÍTULO III

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

Art. 254. A Fazenda Municipal providenciará para que sejam inscritos na dívida ativa os contribuintes inadimplentes com as obrigações tributárias e não tributárias relativas a numerários do Município.

Art. 255. Constitui dívida ativa tributária e não tributária:

I. a tributária é proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento ou por decisão final proferida em processo regular;
II. não tributária, os demais créditos, tais, como: contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contrato em geral ou de outras obrigações legais, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A dívida ativa deve ser constituída de acordo com os seguintes prazos:

a) IPTU, no primeiro dia útil posterior ao exercício anual do seu vencimento;
b) ITBI, após 30 dias da realização da transmissão, a qualquer título tributável, na forma desta lei;
c) ISSQN, após 60 dias do seu vencimento, por qualquer modalidade de lançamento prevista nesta lei;
d) Taxas e Contribuições, após 60 dias do seu vencimento, por qualquer modalidade de lançamento prevista nesta lei;
e) Preços Públicos, após 60 dias do seu vencimento;
f) Créditos oriundos de condenação pelo Controle Externo, a inscrição deverá ser constituída imediatamente ou conforme o que dispuser a certidão encaminhada à Prefeitura, para cobrança;
g) Outros créditos não tributários, após 30 dias do vencimento.

Art. 256. O termo da inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I. o nome do devedor e, sendo caso, dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de uns e dos outros;
II. a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III. a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV. a data em que foi inscrita;
V. sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originou o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

CAPÍTULO IV CERTIDÃO NEGATIVA
Art. 257. A pedido do contribuinte, será fornecida certidão negativa de tributos municipais, nos termos do requerido, com validade para 60 (sessenta) dias.

Art. 258. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa, a que ressalvar a existência de créditos não vencidos, sujeitos à reclamação ou recursos com efeito suspensivo ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 259. A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 260. O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em compras e licitação pública, sem que o contratante ou proponente faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos a atividades em cujo exercício contrata ou participa.

TÍTULO VIII
PROCESSO FISCAL
CAPÍTULO I
PROCEDIMENTO FISCAL

Art. 261. O procedimento fiscal compreende o conjunto dos seguintes atos e formalidades:

I. atos:
a) apreensão;
b) arbitramento;
c) diligência;
d) estimativa;
e) homologação;
f) inspeção;
g) levantamento;
h) plantão;
i) representação;

II. formalidades:

a) Auto de Apreensão;
b) Auto de Infração e Termo de Intimação;
c) Relatório de Fiscalização;
d) Termo de Diligência Fiscal;
e) Termo de Início de Ação Fiscal, Auto de Constatação e/ou Notificação;
f) Termo de Inspeção Fiscal;
g) Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização;
h) Termo de Intimação;
i) Termo de Verificação Fiscal.

Art. 262. O procedimento fiscal considera-se iniciado, com a finalidade de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, com a lavratura:

I. do Termo de Início de Ação Fiscal ou do Termo de Intimação, Notificação ou Auto de Constatação para apresentar documentos fiscais ou não fiscais, de interesse da Fazenda Pública Municipal;
II. do Auto de Apreensão, do Auto de Infração e Termo de Intimação;
III. do Termo de Diligência Fiscal, do Termo de Inspeção Fiscal e do Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização, desde que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do contribuinte.

Art. 263. Quanto às formalidades, previstas no inciso II do art. 287 desta Lei, farão referência, sempre que couber, aos documentos de fiscalização, direta ou indiretamente, relacionados com o procedimento adotado.

SEÇÃO I – DA APREENSÃO

Art. 264. A Autoridade Fazendária poderá apreender bens e documentos, inclusive objetos e mercadorias, móveis ou não, livros, notas e quaisquer outros papéis, fiscais ou não-fiscais, desde que constituam prova ou indícios de prova material de infração à legislação tributária e até a identificação do sujeito passivo da obrigação tributária.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que os bens e documentos se encontram em residência particular ou outro lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo de medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 265. Assim que puder ser identificado o sujeito passivo da obrigação e apurada a existência ou não de infração tributária, poderão ser devolvidos os bens e/ou documentos apreendidos ao proprietário, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova destes, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Parágrafo único. Poderá o interessado provocar a devolução dos bens e/ou documentos de que trata este artigo, mediante requerimento por escrito, devendo a Autoridade Fazendária apreciá-lo, mediante decisão fundamentada.

SEÇÃO II - ARBITRAMENTO

Art. 266. A Autoridade Fazendária arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

I. quanto ao IPTU:

a) a coleta de dados necessários à fixação do valor venal do imóvel for impedida ou dificultada pelo contribuinte;
b) os imóveis se encontrarem fechados e os proprietários não forem encontrados;

II. quanto ao ITBI, quando não concordar com o valor declarado pelo sujeito passivo, posto que deve prevalecer a avaliação da Prefeitura;
III. quanto ao ISSQN:

a) não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;
b) os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exibidos pelo sujeito passivo ou por terceiro obrigado não merecerem fé, por serem insuficientes, omissos, inverossímeis ou falsos;
c) o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;
d) existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis, exibidos pelo contribuinte ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;
e) ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
f) houver flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
g) tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;
h) for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mercantil.

Art. 267. O arbitramento será elaborado tomando-se por base:

I. relativamente ao IPTU e ao ITBI, o valor obtido, adotando como parâmetro os imóveis de características e dimensões semelhantes, situados na mesma quadra ou região em que se localizar o imóvel cujo valor venal ou transferência estiverem sendo arbitrados;
II. relativamente ao ISSQN:

a) o valor da matéria-prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;
b) ordenados, salários, retiradas *pró-labore*, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;
c) aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;
d) o montante das despesas com luz, água, esgoto e telefone;
e) impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;
f) outras despesas mensais obrigatórias;
g) a média dos faturamentos apurados pelo Fisco no mesmo período, anteriores ou posteriores ao arbitramento.

Parágrafo único. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória, a cargo do contribuinte, em relação ao ISSQN.

Art. 268. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso do ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

I. os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;
II. o preço corrente dos serviços, à época a que se referir o levantamento;
III. os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócio ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Art. 269. O arbitramento:

I. referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;
II. deduzirá os pagamentos efetuados no período;
III. será fixado mediante relatório da Autoridade Fazendária;
IV. com os acréscimos legais será exigido através de Auto de Infração e Termo de Intimação ou de Notificação de Lançamento de Crédito Tributário;
V. cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do Fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

SEÇÃO III - DILIGÊNCIA

Art. 270. A Autoridade Fazendária realizará diligência, com o intuito de:

I. apurar fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas e lançamentos de tributos municipais;
II. fiscalizar o cumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias;
III. aplicar sanções por infração de dispositivos legais.

SEÇÃO IV – DA ESTIMATIVA

Art. 271. A Autoridade Fazendária estimará, de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

I. atividade exercida em caráter provisório;

II. sujeito passivo de rudimentar organização;
III. contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;
IV. sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe, sistematicamente, de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais ou não possua escrituração contábil, que, tacitamente, não poderá resultar em pagamento de ISSQN inferior a uma Unidade Fiscal do Município – UFM.

Parágrafo único. Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 272. A estimativa será apurada tomando-se por base:

I. o preço corrente do serviço na praça;
II. o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
III. o valor das despesas gerais do contribuinte durante o período considerado.

Art. 273. O regime de estimativa:

I. será fixado por relatório da Autoridade Fazendária e deferido por um período de até (12) doze meses;
II. terá a base de cálculo expressa em Unidade Fiscal do Município – UFM;
III. a critério do Secretário Municipal responsável pela Administração Fazendária poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado;
IV. dispensa o uso de livros e Notas Fiscais, por parte do contribuinte;
V. por solicitação do sujeito passivo e a critério do Fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Art. 274. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação, no prazo de (15) quinze dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa dar-se-á através de Termo de Intimação.

Art. 275. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

SEÇÃO V – DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 276. A Autoridade Fazendária, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte e analisando a antecipação de recolhimentos sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os autolançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§ 1º. O pagamento antecipado, pelo contribuinte, extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º. O prazo da homologação será de (5) cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; e, expirado esse prazo, sem que a Fazenda Pública Municipal tenha se pronunciado, considerar-se-á homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

SEÇÃO VI – DA INSPEÇÃO

Art. 277. A Autoridade Fazendária, auxiliada por força policial, e quando necessário, inspecionará o sujeito passivo que:

I. apresentar indício de omissão de receita;
II. tiver praticado sonegação fiscal;
III. houver cometido crime contra a ordem tributária;
IV. se opuser ou criar obstáculo à realização de diligência ou plantão.

Art. 278. A Autoridade Fazendária examinará e poderá apreender mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis de efeitos

comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviço, que constituam prova material de indício de omissão de receita, sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária, na forma prevista nesta Lei.

SEÇÃO VII - LEVANTAMENTO

Art. 279. A Autoridade Fazendária levantará dados do sujeito passivo, com o intuito de:

I. elaborar arbitramento;

II. apurar estimativa;
III. proceder à homologação.

SEÇÃO VIII – DO PLANTÃO

Art. 280. A Autoridade Fazendária, mediante plantão, adotará a apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando:

I. houver dúvida sobre a exatidão do que será levantado ou declarado, para os efeitos dos tributos municipais;
II. o contribuinte estiver sujeito a regime especial de fiscalização.

SEÇÃO IX - DA REPRESENTAÇÃO

Art. 281. A Autoridade Fazendária ou qualquer pessoa, quando não competente para lavrar Auto e Termo de Fiscalização, poderá representar contra toda ação ou omissão contrária às disposições da legislação tributária ou de outras leis ou regulamentos fiscais.

Art. 282. A representação de que trata o artigo anterior:

I. far-se-á em petição assinada e discriminará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor;
II. deverá estar acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida à infração;
III. não será admitida, quando o autor tenha sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade;
IV. deverá ser recebida pelo Secretário Municipal responsável pela Administração Fazendária, que determinará, imediatamente, a diligência ou inspeção para verificar a veracidade e, conforme couber, intimará ou autuará o infrator ou a arquivará se demonstrada a sua improcedência.

SEÇÃO X - AUTO DE APREENSÃO

Art. 283. O Auto de Apreensão deverá conter:

I. relação de bens e documentos apreendidos;
II. indicação do lugar onde ficarão depositados;
III. assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do Fisco;
IV. a citação expressa do dispositivo legal violado.

Parágrafo único. É condição necessária e suficiente para nulidade, a não determinação da infração e do infrator.

SEÇÃO XI - AUTO DE INFRAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO

Art. 284. O Auto de Infração e Termo de Intimação deverão conter:

I. descrição do fato que ocasionar a infração;
II. citação expressa do dispositivo legal que constitui a violação e comina a sanção;
III. comunicação para pagar o tributo e a multa devida ou apresentar defesa e provas, no prazo previsto.

Parágrafo único. É condição necessária e suficiente para nulidade, a não determinação da infração e do infrator.

SEÇÃO XII – DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 285. O Relatório de Fiscalização deverá conter:

I. descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento, apuração de estimativa e homologação de lançamento;
II. citação expressa da matéria tributável.

SEÇÃO XIII - TERMO DE DILIGÊNCIA FISCAL

Art. 286. O Termo de Diligência Fiscal deverá conter:

I. descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos na verificação;
II. citação expressa do objetivo da diligência.

SEÇÃO XIV - TERMO DE INÍCIO DA AÇÃO FISCAL

Art. 287. O Termo de Início de Ação Fiscal ou Auto de Notificação e Constatação deverá conter:

I. data de início do levantamento homologatório;
II. período a ser fiscalizado;
III. relação de documentos solicitados;
IV. prazo para o término do levantamento e devolução dos documentos.

SEÇÃO XV - TERMO DE INSPEÇÃO FISCAL

Art. 288. O Termo de Inspeção Fiscal deverá conter:

I. descrição do fato que ocasionar a inspeção;
II. citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção.

SEÇÃO XVI - TERMO DE SUJEIÇÃO A REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 289. O Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização deverá conter:

I. descrição do fato que ocasionar o regime;
II. citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;
III. prescrições fiscais a serem cumpridas pelo contribuinte;
IV. prazo de duração do regime.

SEÇÃO XVII – DO TERMO DE INTIMAÇÃO

Art. 290. O Termo de Intimação deverá conter:

I. relação de documentos solicitados;
II. modalidade de informação pedida e/ou o tipo de esclarecimento a ser prestado e/ou a decisão fiscal cientificada;
III. fundamentação legal;
IV. indicação da penalidade cabível, em caso de descumprimento;
V. prazo para atendimento do objeto da intimação.

SEÇÃO XVIII - TERMO DE VERIFICAÇÃO FISCAL

Art. 291. O Termo de Verificação Fiscal deverá conter:

I. a descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento, apuração de estimativa e homologação de lançamento;
II. a citação expressa da matéria tributável.

CAPÍTULO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 292. O Processo Administrativo Tributário, regido pelas disposições desta Lei, será:

I. iniciado por petição da parte interessada ou de ofício, pela Autoridade Fiscal;
II. aquele que versar sobre interpretação ou aplicação de legislação tributária.

SEÇÃO II - PRAZOS

Art. 293. Os prazos:

I. são contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento;
II. só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal do órgão em que corra o processo ou em que deva ser praticado o ato;
III. serão de trinta dias para:

a) apresentação de defesa;
b) elaboração de contestações;
c) pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão;
d) resposta à consulta;
e) interposição de recurso voluntário;
f) pedido de reconsideração;

IV. serão de 15 (quinze) dias para conclusão de diligência e esclarecimento;
V. serão de 10 (dez) dias para interposição de recurso de ofício ou de revista e pedido de reconsideração;
VI. não estando fixado, serão 30 (trinta) dias para a prática de ato a cargo do interessado;
VII. contar-se-ão:

a) da defesa, a partir da notificação de lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavratura do Auto de Infração e Termo de Intimação;
b) da contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a partir da intimação ou notificação para o ato;
c) do recurso, pedido de reconsideração e cumprimento de despacho e decisão, a partir da ciência da decisão ou publicação do acórdão.

VIII. imediatos, para cumprimento de ato em que a infração nele relacionada deva ser coibida imediatamente sob pena de perda do objeto após a consumação e de prejuízo para a sociedade.

Art. 294. Os prazos suspendem-se a partir da data em que for determinada qualquer diligência, recomeçando a fluir no dia em que o processo retornar.

SEÇÃO III – DA PETIÇÃO

Art. 295. A petição:

I. será feita através de requerimento contendo as seguintes indicações:

a) nome ou razão social do sujeito passivo;
b) número de inscrição no Cadastro Fiscal;
c) domicílio tributário;
d) a pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que for resultado devido, quando a dúvida ou o litígio versar sobre valor;
e) as diligências pretendidas, expostos os motivos que as justifiquem, inclusive com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados;

II. será indeferida, quando manifestamente inepta ou a parte for ilegítima, ficando, entretanto, vedado à repartição recusar o seu recebimento;
III. não poderá reunir matéria referente a tributos diversos, bem como impugnação ou recurso relativo a mais de um lançamento, decisão, sujeito passivo ou Auto de Infração e Termo de Intimação.

SEÇÃO IV – DA INSTAURAÇÃO

Art. 296. No ato de instauração do processo, o servidor:

I. receberá a documentação;
II. certificará a data de recebimento;

III. numerará e rubricará as folhas dos autos;
IV. o encaminhará para a devida instrução.

SEÇÃO V – DA INTIMAÇÃO

Art. 297. Far-se-á a intimação:

I. pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do Órgão Fazendário, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto ou, no caso de recusa, com a declaração escrita de quem o intimar;
II. por vias postais, telegráficas ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;

Art. 298. Considera-se feita a intimação:

I. na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal;
II. no caso do inciso II do art. 323 desta Lei, na data do recebimento ou, se omitida, quinze dias após a data da expedição da intimação.

SEÇÃO VI – DA INSTRUÇÃO

Art. 299. A Autoridade que instruir o processo:

I. solicitará informações, pareceres ou outras providências que entender necessárias;
II. deferirá ou indeferirá provas requeridas;
III. numerará e rubricará as folhas apensadas;
IV. mandará cientificar os interessados, quando for o caso;
V. abrirá prazo para recurso.

SEÇÃO VII – DAS NULIDADES

Art. 300. São nulos:

I. os Atos Fiscais praticados e os Autos e Termos de Notificação e Fiscalização lavrados por pessoa que não seja Autoridade Fiscal;
II. os atos executados e as decisões proferidas por autoridade incompetente, não fundamentados ou que impliquem pretensão ou prejuízo do direito de defesa.

§ 1º. A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele decorram ou dependam.

§ 2º. Os Atos previstos no inciso I deste artigo poderão ser convertidos em atos oficiais, quando estes decorrerem de denúncia de qualquer munícipe ou de diligência realizada por agente designado pela autoridade administrativa que providenciará as devidas formalidades.

Art. 301. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato, ou julgar a sua legitimidade.

Parágrafo único. Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.

SEÇÃO VIII - DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 302. O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

Art. 303. Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável a sua finalidade, sem espaço em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Art. 304. É facultado ao sujeito passivo ou a quem o represente ter acesso ao processo em que for parte, assegurado o direito à cópia dos autos, vedada a retirada destes da repartição competente.

Art. 305. Os documentos apresentados pela parte poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para a solução deste, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.

Art. 306. Pode o interessado, em qualquer fase do processo em que seja parte, pedir certidão das peças relativas aos atos decisórios, utilizando-se, sempre que possível, de sistemas reprográficos, com autenticação por funcionário habilitado.

§ 1º. Da certidão constará, expressamente, se a decisão transitou ou não em julgado na via administrativa.

§ 2º. Só será dada certidão de atos opinativos quando os mesmos forem indicados expressamente, nos atos decisórios, como seu fundamento.

§ 3º. Quando a finalidade da certidão for instruir processo judicial, mencionar-se-á o direito em questão e se fornecerão dados suficientes para identificar a ação.

Art. 307. Os interessados podem apresentar suas petições e os documentos que os instruírem em duas vias, a fim de que a segunda lhes seja devolvida devidamente autenticada pela repartição, valendo como prova de entrega.

CAPÍTULO III PROCESSO CONTENCIOSO FISCAL SEÇÃO I – DO LITÍGIO TRIBUTÁRIO

Art. 308. O litígio tributário considera-se instaurado com a apresentação, pelo postulante, de impugnação de exigência.

Parágrafo único. O pagamento do tributo descrito em Auto de Infração e Termo de Intimação ou o pedido de parcelamento importa reconhecimento da dívida, pondo fim ao litígio.

SEÇÃO II – DA DEFESA

Art. 309. A defesa deverá ser formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar.

§ 1º. A defesa que versar sobre parte da exigência implicará reconhecimento da parte não impugnada.

§ 2º. Não sendo efetuado o pagamento, no prazo estabelecido, da parte não impugnada, será promovida a sua cobrança, devendo, para tanto, ser instaurado outro processo com elementos indispensáveis à sua instrução.

Art. 310. A prova documental será apresentada no momento da defesa, precluindo o direito de o sujeito passivo ou seu representante legal fazê-la em outro momento processual, a menos que:

I. fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna por motivo de força maior;
II. refira-se a fato ou a direito superveniente;

III. destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

§ 1º. A juntada de documentos, após a defesa, deverá ser requerida ao Secretário Municipal responsável pela Administração Fazendária, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas nos incisos deste artigo.

§ 2º. Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se interposto recurso, serem apreciados pela Autoridade Julgadora de segunda instância.

SEÇÃO III - CONTESTAÇÃO

Art. 311. Apresentada a defesa, o processo será encaminhado à Autoridade Fazendária responsável pelo procedimento ou seu substituto para que ofereça contestação.

§ 1º. Nas contestações, a Autoridade Fazendária alegará a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretende produzir, juntando, desde logo, as que constarem do documento.

§ 2º. Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de servidor municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal.

SEÇÃO IV – DA COMPETÊNCIA

Art. 312. São competentes para julgar na esfera administrativa:

I. em primeira instância, o Secretário Municipal responsável pela Administração Fazendária;
II. em segunda instância, o Secretário de Assuntos Jurídicos Municipal.

SEÇÃO V - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 313. Elaboradas as contrarrazões, o processo será remetido ao Secretário Municipal responsável pela Administração Fazendária.

Parágrafo único. Os processos remetidos deverão ser qualificados e identificados, tendo prioridade no julgamento aqueles em que estiverem presentes as circunstâncias de crime contra a ordem tributária ou sejam de elevado valor, conforme definido em ato expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 314. A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações das partes, devendo julgar, de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Art. 315. Se entender necessário, o Secretário Municipal responsável pela Administração Fazendária determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, indeferindo as que considerarem prescindíveis ou impraticáveis.

Art. 316. Quando, em exames posteriores ou diligências, realizados no curso do processo, forem verificadas incorreções, inexatidões ou omissões de que resultem agravamento da exigência inicial, inovação ou alteração da fundamentação legal da exigência, será lavrado Auto de Infração e Termo de Intimação ou emitida Notificação de Lançamento complementar, devolvendo-se, ao sujeito passivo, prazo para defesa concernente à matéria modificada.

Parágrafo único. Quando o agravamento da exigência inicial decorrer de decisão de primeira instância, o prazo para apresentação de nova defesa do sujeito passivo começará a fluir a partir da ciência dessa decisão.

Art. 317. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada a revelia do sujeito passivo, permanecendo o processo na repartição pelo prazo de trinta dias para cobrança amigável do crédito.

Parágrafo único. Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito, o Secretário Municipal responsável pela Administração Fazendária encaminhará o processo para inscrição na Dívida Ativa da Fazenda Pública para promover a cobrança executiva.

Art. 320. A decisão:

I. conterá relatório que mencionará os elementos e atos informadores, introdutórios e probatórios do processo de forma resumida;
II. arrolará os fundamentos de fato e de direito da decisão;
III. indicará os dispositivos legais aplicados;
IV. apresentará o total do débito, discriminando o tributo devido e as penalidades;
V. concluirá pela procedência ou improcedência do Auto de Infração e Termo de Intimação ou da reclamação contra lançamento ou de ato administrativo dele decorrente, definindo expressamente os seus efeitos;

VI. será comunicada ao contribuinte mediante lavratura de Termo de Intimação.

§ 1º. Na decisão em que for julgada questão preliminar, será também julgado o mérito, salvo quando incompatíveis, e dela constará o indeferimento fundamentado do pedido de diligência.

§ 2º. Não sendo proferida, no prazo estabelecido, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário como se fora julgado procedente o Auto de Infração e Termo de Intimação ou improcedente a reclamação contra lançamento ou ato administrativo dele decorrente, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade julgadora de primeira instância.

Art. 321. As inexatidões materiais devidas ao lapso manifesto ou aos erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento do interessado.

Art. 322. Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, para o Secretário de Assuntos Jurídicos Municipal.

§ 1º. O recurso voluntário será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância.

§ 2º. No caso em que for dado provimento a recurso de ofício, o prazo para interposição de recurso voluntário começará a fluir da ciência, pelo sujeito passivo, da decisão proferida no julgamento do recurso de ofício.

§ 3º. Em qualquer caso, o recurso voluntário somente terá seguimento se o recorrente o instruir com prova do depósito de valor correspondente a, no mínimo, trinta por cento da exigência fiscal definida na decisão.

§ 4º. Alternativamente ao depósito referido no §3º, deste artigo, o recorrente poderá prestar garantias ou arrolar, por sua iniciativa, bens e direitos de valor igual ou superior à exigência fiscal definida na decisão, limitados ao ativo permanente, se pessoa jurídica, ou ao patrimônio, se pessoa física.

§ 5º. A prestação de garantias e o arrolamento de que trata o §4º, deste artigo, serão realizados preferencialmente sobre bens imóveis.

§ 6º. O Chefe do Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à operacionalização do depósito, da prestação de garantias e do arrolamento referidos nos §§ 2º ao 5º deste artigo.

Art. 323. A Autoridade de primeira instância recorrerá de ofício sempre que a decisão:

I. exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) a ser fixado em ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;
II. deixar de aplicar pena de perda de mercadorias ou outros bens, cominada à infração denunciada na formalização da exigência.

§ 1º. O recurso de ofício será interposto, obrigatoriamente, pela autoridade julgadora, mediante simples despacho de encaminhamento, no ato da decisão de primeira instância.

§ 2º. Não sendo interposto, deverá o Secretário de Assuntos Jurídicos Municipal requisitar o processo.

SEÇÃO VI - JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 324. Interposto o recurso, voluntário ou de ofício, o processo será encaminhado à Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal para proferir a decisão.

§ 1º. Quando o processo não se encontrar devidamente instruído, poderá ser convertido em diligência para se determinar novas provas.

§ 2º. Enquanto o processo estiver em diligência, poderá o recorrente juntar documentos ou acompanhar as provas determinadas.

Art. 325. O processo que não for relatado ou devolvido, no prazo estabelecido, com voto escrito do relator, poderá ser avocado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal, que decidirá dentro do prazo de dez dias.

Art. 326. A Autoridade Fazendária dará ciência ao sujeito passivo da decisão da Procuradoria Municipal, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la, no prazo de trinta dias, ressalvado o caso de pedido de reconsideração.

Art. 327. O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo e será interposto no prazo de trinta dias, contados da ciência:

I. de decisão que der provimento a recurso de ofício;
II. de decisão que negar provimento, total ou parcialmente, a recurso voluntário.

SEÇÃO VII - EFICÁCIA E EXECUÇÃO DA DECISÃO DEFINITIVA

Art. 328. As decisões definitivas serão cumpridas:

I. pela conversão do valor do depósito em renda ordinária ou por sua devolução;
II. pela notificação do contribuinte para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazer o pagamento da obrigação tributária principal referida na condenação ou pagar a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada;
III. pela inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS
SEÇÃO I - DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 329. Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação tributária, caberá recurso voluntário à Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal.

Art. 330. O prazo para apresentação de recurso voluntário será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 331. O recurso voluntário será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.

Art. 332. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 333. Os recursos voluntários interpostos, depois de esgotado o prazo de 30 (trinta) dias, serão encaminhados à Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal, que deles poderá tomar conhecimento, excepcionalmente, determinando o levantamento de perempção, nos casos em que esta tenha ocorrido por motivo alheio à vontade dos interessados.

SEÇÃO II - RECURSO DE OFÍCIO

Art. 334. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação de infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício à Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 10.000 (dez mil) UFMs.

Parágrafo único. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou o que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição, encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Art. 335. Será facultado o recurso de ofício, independentemente, do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito maior interesse para a Fazenda Municipal.

SEÇÃO III - DA CONSULTA

Art. 336. É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal, o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto do seu interesse.

§1°. Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de ação fiscal já iniciada contra o consulente.

§2°. A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas relativas à situação do consulente.

§3°. Quando a consulta for formulada por sindicato, associação, federação ou confederação de categorias econômicas ou profissionais, poderá ter como objeto assunto do interesse dos seus integrantes, caso em que o processamento da petição não impedirá o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria consultada.

§4°. A competência para decidir sobre as consultas é da Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal.

§5°. No decurso da ação fiscal, ocorrendo dúvidas relativas à interpretação e aplicação da legislação tributária, poderá o Agente Fiscal formular consulta, interrompendo a fiscalização iniciada, se for o caso.

SEÇÃO IV - DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 337. Das decisões proferidas pela Secretaria de Assuntos Jurídicos Municipal, não caberá pedido de reconsideração.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 338. Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na Legislação Tributária.

§ 1º. Os prazos serão contínuos, excluído, no seu cômputo, o dia do início e incluído o dia do vencimento.

§ 2º. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deve ser praticado o ato, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil.

Art. 339. Consideram-se integradas à presente Lei as tabelas dos anexos que a acompanham.

Art. 340. Fica o Executivo autorizado a assinar convênios com órgãos municipais, estaduais e federais visando a troca de informações, arrecadação ou fiscalização de tributos.

Art. 341. Fica instituída a Unidade Financeira Municipal, equiparada a **R$ 2,00 (dois reais),** para o cálculo dos tributos que entrarão em vigor após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. A Unidade Financeira instituída neste artigo poderá ser corrigida, anualmente, por ato do Poder Executivo, no limite da inflação oficial, aplicando-se como índice para correção monetária o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), respeitando-se o teto da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), adotada pelo Governo Federal**.

Art. 342. Ficam revogados todos os benefícios fiscais não recepcionados ou não confirmados por esta Lei.

Art. 343. Os débitos tributários poderão ser parcelados atendendo ao que já está previsto nesta Lei.

Art. 344. O bônus para pagamento de tributos em geral, relativos ao exercício em curso, não poderão exceder 20% (vinte por cento) e deverão ser pagos impreterivelmente dentro do prazo estabelecido na guia de lançamento.

Art. 345. A Fazenda Pública Municipal, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, fica autorizada a celebrar convênios e contrato com empresas, entidades e órgãos de natureza pública ou privada, serventias extrajudiciais, Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) - através da PGFN -, e empresas mantenedoras de cadastros de inadimplentes e proteção ao crédito, para fins de inscrição, cobrança e eventual arrecadação de débitos municipais e débitos provenientes da Dívida Ativa Municipal.

§ 1º. Os efeitos da inscrição ou cobrança de que trata o caput deste artigo, incluindo eventuais negativações em órgãos de restrição de crédito e protestos em Cartórios competentes, alcançarão a todos os responsáveis tributários, assim considerados nos termos do Código Tributário Municipal, e, de forma, subsidiária, no Código Tributário Nacional.

§ 2º O pagamento das despesas de cobrança, inclusão ou baixa na inscrição nos sistemas adotados pelas entidades ou órgãos mencionados no caput deste artigo, quando for o caso, correrão por conta exclusiva dos contribuintes inadimplentes, sendo somadas ao montante da dívida principal objeto da cobrança, inclusive no que versar sobre honorários advocatícios.

Art. 346. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei sempre que houver necessidade e nos limites que esta delimita.

Art. 347. O Poder Executivo poderá aplicar multa por similaridade, conforme qualquer código de pena previsto na tabela **Anexo X** desta lei.

Art. 348. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itambé/PE, 22 de dezembro de 2025.

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
Prefeito

Publicado por:
Sthefany Pontes do Nascimento França
Código Identificador:EE4E0AF0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA

SETOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATODO CONTRATO N.º 269/2025

CONTRATO N.º 269/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 183/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 239/2025
Signatários: Pela Contratante,**MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA,** através de sua Secretaria de Eventos, Esporte e Lazer e, pela **EMPRESA RAPHAELA SANTOS PRODUÇÕES LTDA**
Objeto: Constitui objeto deste instrumento a CONTRATAÇÃO DA CANTORA RAPHAELA SANTOS NO DIA 17/01/2026 NO PÁTIO DE EVENTOS DONA IRENE NO 165 FESTIVAL DA BUSCADA 2026 DE ACORDO A PROPOSTA CADASTRADA NA PLATAFORMA TRANSFEREGOV.BR SOB ON 056650/2025 E CODIGO DO INSTRUMENTO Nº 982639 O CONVENIO ENTRE A UNIÃO POR INTERMEDIÁRIO DO MINISTERIO DO TURISMO (MTUR) DE ACORDO COM O PROCESSO DE N° 239/2025 E INEX DE N° 183/2025. Valor do contrato:**R$ 300.000,00** (trezentos mil reais) Vigência**: prazo de 02 (dois) meses;**
Itapissuma/PE, 22 de dezembro de 2025.

Pela Contratante:
Secretaria de Eventos, Esportes e Lazer
C.N.P.J./M.F. sob o n.º 08.637.399/0001-28
GLAYDSON FIGLIOULO DO NASCIMENTO
Secretario
Matrícula n.º 10.012
Contratante

Pela Contratada:
Empresa Raphaela Santos Produções LTDA
C.N.P.J./M.F. sob o n.º 35.442.671/0001-97
MARIA VALMIRA SILVA DE OLIVEIRA
C.P.F./M.F. n.º 947.829.113-00
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Josélia Batista da Silva
Código Identificador:63CD2EF0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATAÚBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JATAÚBA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 251105PE00010. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00010/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00010/2025, para AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS, SUPLEMENTOS, FORMULAS, PROTEÍNAS E COMPLEMENTOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Itens 21, 27: Barros e Barros Hospitalar Ltda, pelo valor de R$27.153,00 Item 24: Biolife Brasil Ltda, pelo valor de R$24.000,00 Itens 1, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 26: Innovakir Importacao em Saude Ltda, pelo valor de R$117.828,00 Itens 20, 28: Mvl Hospitalar Ltda, pelo valor de R$38.925,00 Itens 7, 10, 11, 18, 25: Nutrimarcas Produtos Alimenticios Ltda, pelo valor de R$153.880,00 Itens 2, 3, 4, 6, 8, 22: Sertao Medicamentos & Hospitalares & Odontologicos Ltda, pelo valor de R$114.726,44.

Jataúba, 18/12/2025.

FÁBIO LUIS NUNES CHAVES FILHO.
Secretário de Saúde.

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:EEFB5DEF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JATAÚBA
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Nº: 251105PE00010. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00010/2025. Compra. AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS, SUPLEMENTOS, FORMULAS, PROTEÍNAS E COMPLEMENTOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Unidade gestora: 4 – Fundo Municipal de Saúde de Jataúba Órgão orçamentário: 14000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS Unidade orçamentária: 14001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – BLOCO CUSTEIO Função: 10 – Saúde Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico Programa: 1001 – PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE Ação: 2.929 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA Despesa 928 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de Recurso:300 – MSC – 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para a Saúde (LC nº 141/2012) Destinação: 1.500.1002 – Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Contrato Nº: 00081/2025. Contratado: Barros e Barros Hospitalar Ltda. Valor R$27.153,00. Vigência: de 23/12/2025 a 23/12/2026. Jataúba, 23/12/2025.

Contrato Nº: 00082/2025. Contratado: Biolife Brasil Ltda. Valor R$24.000,00. Vigência: de 23/12/2025 a 23/12/2026. Jataúba, 23/12/2025.

Contrato Nº: 00083/2025. Contratado: Sertao Medicamentos & Hospitalares & Odontologicos Ltda. Valor R$114.726,44. Vigência: de 23/12/2025 a 23/12/2026. Jataúba, 23/12/2025.

Contrato Nº: 00084/2025. Contratado: Innovakir Importacao em Saude Ltda. Valor R$117.828,00. Vigência: de 23/12/2025 a 23/12/2026. Jataúba, 23/12/2025.

Contrato Nº: 00085/2025. Contratado: Nutrimarcas Produtos Alimenticios Ltda. Valor R$153.880,00. Vigência: de 23/12/2025 a 23/12/2026. Jataúba, 23/12/2025.

Contrato Nº: 00086/2025. Contratado: Mvl Hospitalar Ltda. Valor R$38.925,00. Vigência: de 23/12/2025 a 23/12/2026.

Jataúba, 23/12/2025.

FÁBIO LUIS NUNES CHAVES FILHO.
Secretário de Saúde.

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:E4965EC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº50/2025, DE29DEDEZEMBRODE 2025.

Define o calendário de feriados para o exercício 2026, no âmbito do município de Jataúba-PE.

APREFEITA DO MUNICÍPIO DE JATAÚBA,Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDOa necessidade do disciplinamento dos feriados para o presente exercício;
CONSIDERANDOa necessidade de informar, em tempo hábil, às empresas, comércio e Instituições Públicas e Privadas municipais;

DECRETA:

Art. 1°Para cumprimento das Secretarias Municipais e Órgão da Administração Pública, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais, fica definido, no âmbito deste município, o seguinte calendário de feriados para o exercício de 2026:
20/01/2026(terça-feira) – Dia do padroeiro da cidade, São Sebastião;
02/03/2026(segunda-feira) – Dia do aniversário da cidade;
03/04/2026(sexta-feira) – Paixão de Cristo;
04/06/2026(quinta-feira) – Corpus Christi;
24/06/2026(quarta-feira) – Dia de São João.

Art. 2°Compete aos titulares das Secretarias Municipais e setores, a preservação e funcionamento dos serviços afetos às respectivas áreas da Administração Pública.

Art. 3ºSão respeitados pela municipalidade os seguintes feriados civis nacionais e estaduais:
01/01/2026(quinta-feira) – Dia da paz mundial;
06/03/2026(sexta-feira) – Revolução pernambucana;
05/04/2026(domingo) – Páscoa;
21/04/2026(terça-feira) – Tiradentes;
01/05/2026(sexta-feira) – Dia do Trabalho;
07/09/2026(segunda-feira) – Independência do Brasil;
12/10/2026(segunda-feira) – Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil;
15/10/2026(quinta-feira) – Dia do professor (restrito à Secretaria de Educação);
28/10/2026(quarta-feira) – Dia do Servidor Público;
02/11/2026(segunda-feira) – Dia de finados;
15/11/2026(domingo) – Proclamação da República;
20/11/2026(sexta-feira) – Dia da Consciência Negra;
25/12/2026(sexta-feira)–Natal.

Art.4°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Jataúba,29dedezembrode 2025.

CÁTIA JUNSARA RODRIGUES AQUILINO
Prefeita do Município de Jataúba/PE

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:B3F6D06F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATOBÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARENCIA - LEIS 613/2025

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – LEI 613/2025 CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Jatobá-PE, 29 de dezembro de 2025.

A Prefeitura Municipal de Jatobá, por meio do seu Portal da Transparência, cumpre com a sua obrigação de transparência e acesso à informação, conforme estabelecido pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

A partir desta data, informamos que as seguintes informações estão disponíveis para consulta pública:

LEI 613/2025 – EMENTA: Dispõe sobre o CÓDIGO TRIBUTÁRIO do Município de Jatobá, Estado de Pernambuco, e adota outras providências.

E anexos.

Todas as informações podem ser acessadas diretamente no Portal da Transparência, através do link:
Lei 613/2025

https://jatoba.pe.transparenciamunicipal.online/uploads/5234/1/atos-oficiais/2025/leis/1766527143_lei613.2025.pdf

Ademais, a referida Lei está publicada no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Vereadores, disponibilizado no link a seguir: https://portal.jatoba.pe.leg.br/leis-municipais

Dito isto, reafirmamos o compromisso da gestão municipal com a clareza e a prestação de contas, garantindo o direito de acesso à informação para a população, conforme as diretrizes da legislação vigente.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Prefeito

FRANCISCA ADERI PONTES DO NASCIMENTO
Secretária de Administração e Gestão Portaria 001/2025

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:5DA401D0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL
TERMO DE ANULAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco-PE , com sede na Praça Dom Luiz de Brito, nº10, centro, Joaquim Nabuco, inscrito no CNPJ nº 10.192.441/0001-96, através da Secretaria de Assistência Social vem, informar, que em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2025, na sede da Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco/PE, Fica **ANULADO O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2025, SRP Nº 033/2025**, objeto: **Registro de Preço para Aquisição de 02 (dois) veículos carroceria com caçamba aberta 4 portas para transporte de cargas leves para atender as demandas da frota do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Joaquim Nabuco-PE,** com base no artigo 71, I da Lei 14.133/2021, em decorrência de vício sanável. Da anulação cabe recurso, no prazo de 03 (três) dias uteis, com fundamento no artigo 165, I da Lei 14.133/21.

Joaquim Nabuco/PE, em 29 de Dezembro de 2025.

JOSELITA CLEMENTE DE SOUSA
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Jessica Tamires Oliveira da Silva
Código Identificador:676DF0DB

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

Em correção a Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 23/12/2025. Edição 3998, **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2025, SRP Nº 034/2025,** OBJETO:**Registro de preço para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios (merenda escolar) para atender a Rede Municipal de Ensino da Zona Urbana e Rural de Joaquim Nabuco/PE, no ano de (2026) do município de Joaquim Nabuco/PE**, Valor R$ 2.152.998,00 (Dois milhões cento e cinquenta e dois mil novecentos e noventa e oito reais), **Onde se lê:** Início do Acolhimento das propostas: a partir do dia 24 de Dezembro de 2025, Limite para acolhimento das propostas: 09:00 h. do dia 12 de Janeiro 2026, Início da Sessão de Disputa: às 10:00 hs. do dia 12 de Janeiro de 2026, **Leia-se: Início do Acolhimento das propostas: a partir do dia 29 de Dezembro de 2025, Limite para acolhimento das propostas: 09:00 h. do dia 12 de Janeiro 2026, Início da Sessão de Disputa: às 10:00 hs. do dia 12 de Janeiro de 2026**. Informações através do e-mail: cpl2023j.nabuco@gmail.com - Esclarecimentos e Impugnações www.bnc.pe.gov.br (exclusivamente no sistema BNC). Local de acesso ao edital, sites: www.joaquimnabuco.pe.gov.br, www.bnc.pe.gov.br e www.pncp.gov.br.

Joaquim Nabuco/PE, 29 de Dezembro de 2025.

ANTONINO MATIAS GOMES DO NASCIMENTO
Secretário de Educação.

Publicado por:
Jessica Tamires Oliveira da Silva
Código Identificador:D9416047

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL GAB/PMJN N° 128/2025, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025

Institui Comissão Intersetorial para realização de Estudo Avaliativo acerca do desequilíbrio econômico-financeiro do Fundo Municipal de Educação e dá outras providências**.**

A EXCELENTISSIMA SENHORA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO, ESTADO DE PERNAMBUCO, MÁRCIA ROBERTA BARRETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto no art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, que impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
CONSIDERANDO o dever constitucional do Município de assegurar a adequada gestão dos recursos públicos destinados à educação, nos termos dos arts. 205, 211 e 212 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de observância do equilíbrio econômico-financeiro na execução das políticas públicas educacionais, como condição indispensável à continuidade e qualidade dos serviços prestados;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à necessidade de planejamento, controle, transparência e responsabilidade na gestão fiscal;
CONSIDERANDO a existência de indícios de desequilíbrio econômico e financeiro no âmbito do **Fundo Municipal de Educação de Joaquim Nabuco - PE**, os quais demandam análise técnica, administrativa e jurídica aprofundada;
CONSIDERANDO que a adoção de medidas administrativas deve ser precedida de estudo técnico que avalie causas, impactos e alternativas para recomposição do equilíbrio financeiro do referido Fundo;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação integrada e multidisciplinar entre os órgãos da Administração Municipal direta, a fim de subsidiar a tomada de decisões com base em critérios técnicos, legais e financeiros;
R E S O L V E:
Art. 1º Fica instituída **Comissão Intersetorial de Estudo Avaliativo**, com a finalidade de realizar análise técnica, administrativa, financeira e jurídica acerca do desequilíbrio econômico-financeiro do **Fundo Municipal de Educação**, bem como propor medidas corretivas e recomendações à Administração Municipal.
Art. 2º A Comissão será composta por representantes dos seguintes órgãos:
I – **Procuradoria Geral do Município**;
II – **Secretaria Municipal de Educação**;
III – **Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas**;

§ 1º Cada órgão indicará 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente, mediante ato formal do respectivo dirigente.
§ 2º A coordenação dos trabalhos será exercida por representante indicado pela Procuradoria Geral do Município, em razão da natureza jurídica das análises a serem realizadas.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – Levantar e analisar dados contábeis, financeiros, orçamentários e administrativos relativos ao Fundo Municipal de Educação;
II – Identificar as causas do desequilíbrio econômico-financeiro existente, inclusive quanto a despesas com pessoal, contratos, convênios e demais obrigações;
III – avaliar os impactos do desequilíbrio sobre a execução das políticas públicas educacionais;
IV – Examinar a conformidade dos atos administrativos praticados com a legislação vigente;
V – Propor medidas administrativas, financeiras e normativas destinadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Fundo;
VI – Elaborar relatório conclusivo, devidamente fundamentado, a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 05 **(cinco) dias**, contados da data de sua instalação, para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado mediante justificativa devidamente fundamentada e autorização expressa da autoridade competente.
Art. 5º Os trabalhos da Comissão não serão remunerados, sendo considerados de relevante interesse público.
Art. 6º A Comissão poderá requisitar informações, documentos e esclarecimentos a quaisquer órgãos e entidades da Administração Municipal, observadas as normas legais aplicáveis.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, e
Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita do Município de Joaquim Nabuco, Estado de Pernambuco, em 23 de dezembro de 2025.

MARCIA ROBERTA BARRETO
- Prefeita -

Publicado por:
Alexsandra Maria de Oliveira
Código Identificador:64365E1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

Em correção a matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 23/12/2025. Edição 3998, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2025, SRP Nº 032/2025, Onde se lê: OBJETO:Registro de Preço para Aquisição de 02 (dois) veículos carroceria com caçamba aberta 4 portas para transporte de cargas leves para a frota da secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Joaquim Nabuco-PE**,** Valor R$ 270.601,22 (duzentos e setenta mil seiscentos e um reais e vinte dois centavos Início do Acolhimento das propostas: a partir do dia 19 de Dezembro de 2025, Limite para acolhimento das propostas: 09:00 h. do dia 08 de Janeiro 2026, Início da Sessão de Disputa: às 10:00 hs. do dia 08 de Janeiro de 2026. **Leia-se Registro de Preço para Aquisição de 04 (quatro) veículos carroceria com caçamba aberta 4 portas para transporte de cargas leves para as frotas das secretarias Municipal de Infraestrutura e Assistência Social do Município de Joaquim Nabuco-PE, Valor R$ 541.202,44 (quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e dois reais e quarenta e quatro centavos) Início do Acolhimento das propostas: a partir do dia 30 de Dezembro de 2025, Limite para acolhimento das propostas: 09:00 h. do dia 13 de Janeiro 2026, Início da Sessão de Disputa: às 10:00 hs. do dia 13 de Janeiro de 2026**, Informações através do e-mail: cpl2023j.nabuco@gmail.com - Esclarecimentos e Impugnações www.bnc.pe.gov.br (exclusivamente no sistema BNC). Local de acesso ao edital, sites: www.joaquimnabuco.pe.gov.br, www.bnc.pe.gov.br e www.pncp.gov.br.

Joaquim Nabuco/PE, 29 de Dezembro de 2025.

CLEYTON CÉSAR PAGEÚ DA SILVA
Secretario de Infraestrutura

JOSELITA CLEMENTE DE SOUSA
Secretaria de Assistência Social

Publicado por:
Jessica Tamires Oliveira da Silva
Código Identificador:17BC8EAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2025 MODALIDADE ONLINE ELETRÔNICO VIA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES

O MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO/PE, com sede na Praça Dom Luiz de Brito, nº 10, Bairro Centro, CEP 55535-000, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 10.192.441/0001-96, por intermédio Da Secretaria de Administração, através do seu gestor, o senhor Hélio Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, por meio da portaria nº 01/2025 de 02 de Janeiro 2025, comunica aos interessados, que fará realizar **LEILÃO PÚBLICO ONLINE ELETRÔNICO VIA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, de bens inservíveis em geral constantes no Anexo I do Edital de Leilão**, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação na forma que dispõe **a Lei Municipal nº 1.156/2018** e suas alterações, através do **Leiloeiro Público Oficial Srº Gervasio Vasconcelos de Albuquerque Leiloeiro Oficial**, inscrito na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob n° 13/22**, contratado conforme Processo Licitatório nº 076/2025 – CREDENCIAMENTO 01/2025.**

DIA DO ENCERRAMENTO: 06 de Fevereiro de 2026.
HORA DO ENCERRAMENTO: 10 horas o primeiro lote (**Hora Oficial de Brasília UTC-3**).
LOCAL: Rede Mundial de Computadores no sítio **www.ccjleiloes.com.br**.

OBTENÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital completo, bem como os demais elementos informativos, poderá ser obtido junto ao Município de Joaquim Nabuco/PE através do site **www.joaquimnabuco.pe.gov.br** ou pelo e-mail cpl2023j.nabuco@gmail.com, ou então junto ao Leiloeiro Público Oficial através do site **www.ccjleiloes.com.br. ou do telefone/WhatsApp (82) 99976 7401**.

FUNDAMENTO LEGAL: **Decreto nº 01 de 02 de Janeiro 2024 e art. 6º, XL, da Lei Federal Nº. 14.133/21.**

HÉLIO RODRIGUES DA SILVA
Sec. de Administração

Publicado por:
Jessica Tamires Oliveira da Silva
Código Identificador:B87F8D6C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JUPI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 053/2025. Concorrência Eletrônica: 07/2025. Objeto Nat.: Contratação de empresa de engenharia para executar serviços REMANESCENTES PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA PADRÃO FNDE – ESCOLA MUN. PEDRO CORDEIRO CONFORME TERMO DE REPACTUAÇÃO Nº 16559 (TERMO DE COMPROMISSO ORIGINAL Nº 8502/2014) NO MUNICÍPIO DE JUPI/PE.

Empresa contratada:

A B ENGENHARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 47.255.285/0001-75.
Contrato Nº 223/2025 - Valor Global: **R$ 864.725,84(**PREFEITURA MUNICIPAL).

Jupi, 16 de dezembro de 2025. Douglas Tobias do Nascimento– **Secretário de Administração/Ordenador de despesas.**Informações na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida José Correia Lima, nº 70, Centro, Jupi/PE, pelo telefone (87) 92000-7790 ou pelo e-mail: cpl_jupi@hotmail.com.

Publicado por:
Marcos Vinícius Inacio Araujo
Código Identificador:6889CD61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 045/2025- CORRIGE MONETARIAMENTE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE JUPI - UFM COM BASE NO ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 45, DE 29 DEZEMBRO DE 2025.

Corrige monetariamente o valor da Unidade Fiscal do Município de Jupi - UFM com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JUPI, Estado de Pernambuco, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 547, parágrafo 2°, e artigo 548, parágrafo único da Lei Complementar n° 636, de 16 de janeiro de 2018 (Código Tributário Municipal),
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica corrigido monetariamente, para efeito de base de cálculo relativo à incidência tributária, o valor padrão da Unidade Fiscal do Município – UFM, com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, acumulado nos últimos 12 (nove) meses, contados a partir de dezembro de 2024 a novembro de 2025.
Art. 2°. O valor da Unidade Fiscal do Município de Jupi, passa de R$ 4,32 (quatro reais de trinta e dois) para R$ 4,51 (quatro reais e cinquenta e um centavos), acréscimo percentual de 4,504260%, conforme cálculo realizado no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil, em 29/12/2025, em anexo.
Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de dezembro de 2025.

RIVANDA MARIA FREIRE LIMA TEIXEIRA
Prefeita

Publicado por:
Sandreane Barbosa da Silva
Código Identificador:5FDA5F3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

Objeto: Chamamento Público para o cadastramento de artistas, bandas ou grupos musicais para possíveis apresentações nas festividades promovidos pelo Município de Jupi/PE.

Contratados:
JOSÉ DANIEL DOS SANTOS SILVA, inscrito no CPF sob o nº 705.093.764-95– **ATRAÇÃO ARTÍSTICA: TOM PERFEITO.** Valor Total do contrato: R$ 3.500,00.
GERALDO MAGELLA VITALINO DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 084.240.084-21– **ATRAÇÃO ARTÍSTICA: FORRÓ DO M.A. – MAGELLA ALMEIDA.** Valor Total do contrato: R$ 3.500,00.

Data das apresentações: Dia 21 de dezembro de 2025.
Local da Apresentação: Praça do Rosário, Município de Jupi/PE, nas apresentações do Natal Doces e Encantos.
Jupi/PE, em 17 de dezembro de 2025.

DOUGLAS TOBIAS DO NASCIMENTO-
Ordenador de Despesas.

Publicado por:
Marcos Vinícius Inacio Araujo
Código Identificador:3D5F422F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

Objeto: Chamamento Público para o cadastramento de artistas, bandas ou grupos musicais para possíveis apresentações nas festividades promovidos pelo Município de Jupi/PE.

Contratados:
Silvio Alexandre Cordeiro da Silva, inscrito no CPF sob o nº 117.161.704-60 – **ATRAÇÃO ARTÍSTICA: FORRÓ DOS PARÇAS.** Valor Total do contrato: R$ 3.500,00.

Data da apresentação: 20 de dezembro de 2025.
Local da Apresentação: Nas Festividade da Sagrada Família, no Sítio Serrinha, no município de Jupi.
Jupi/PE, em 19 de dezembro de 2025.

DOUGLAS TOBIAS DO NASCIMENTO-
Ordenador de Despesas.

Publicado por:
Marcos Vinícius Inacio Araujo
Código Identificador:11737C5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo nº 002/2025 ao **Contrato Nº: 049/2025** do Processo Licitatório nº 011/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025. Alteração no valor do Contrato com fundamento art. 124 Inciso I, e art. 125 da Lei 14.133/21.
Contratado: PONTO CERTO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.842.184/0001-29. Valor do acréscimo ao Contrato nº 049/2025: R$ 232.068,40.

Termo Aditivo nº 002/2025 ao **Contrato Nº: 052/2025** do Processo Licitatório nº 011/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025. Alteração no valor do Contrato com fundamento art. 124 Inciso I, e art. 125 da Lei 14.133/21.

Contratado: J L DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.191.727/0001-58. Valor do acréscimo ao Contrato nº 052/2025: R$ 23.396,02.

Termo Aditivo nº 002/2025 ao **Contrato Nº: 055/2025** do Processo Licitatório nº 011/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025. Alteração no valor do Contrato com fundamento art. 124 Inciso I, e art. 125 da Lei 14.133/21.
Contratado: VALE NORDESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.517.296/0001-76. Valor do acréscimo ao Contrato nº 055/2025: R$ 58.851,52.

Termo Aditivo nº 002/2025 ao **Contrato Nº: 056/2025** do Processo Licitatório nº 011/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025. Alteração no valor do Contrato com fundamento art. 124 Inciso I, e art. 125 da Lei 14.133/21.
Contratado: COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS PRODUTORES RURAIS E AGROPECUARISTAS DO SITIO ESTIVAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.732.396/0001-76. Valor do acréscimo ao Contrato nº 056/2025: R$ 97.846,86.

Termo Aditivo nº 002/2025 ao **Contrato Nº: 114/2025** do Processo Licitatório nº 011/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025. Alteração no valor do Contrato com fundamento art. 124 Inciso I, e art. 125 da Lei 14.133/21.
Contratado: VALE NORDESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.517.296/0001-76. Valor do acréscimo ao Contrato nº 114/2025: R$ 8.855,55.

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios destinados ao programa Nacional de alimentação escolar – PNAE, CRECHE, EJA, PRE ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL do Município de Jupi/PE.

Jupi/PE, 03 de outubro de 2025.

DOUGLAS TOBIAS DO NASCIMENTO –
Ordenador de Despesas.

Publicado por:
Marcos Vinícius Inacio Araujo
Código Identificador:D286081A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JUREMA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 – FMAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

CONTRATO Nº 170/2025. CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE JUREMA/PE. CONTRATADO: ALBUQUERQUE FERREIRA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 41.265.994/0001-55. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADO A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **VALOR GLOBAL R$ 13.908,36. VIGÊNCIA: 12/12/2025 a 12/12/2026.**

EDLÁZARO JOSÉ RAMOS FERREIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:C9A0E0F6

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 046/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 031/2025

CONTRATO Nº 164/2025 - FME. CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE JUREMA/PE**. CONTRATADA: **TOP PRIMER PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA,** CNPJ nº 25.376.809/0001 - 43. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DIRETA, POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO TOP PRIMER PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 25.376.809/0001 - 43, PARA APRESENTAÇÃO DA ATRAÇÃO ARTÍSTICA "LÉO MAGALHÃES", NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2026, EM COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE SANTOS REIS, NO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DAS QUEIMADAS NO MUNÍCIPIO DE JUREMA/PE. **Valor Global: R$ 400.000,00. VIGÊNCIA: 11/12/2025 a 11/04/2026.**

MARIA JOSÉ DA SILVA
Secretária de Cultura e Esportes

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:D80D5DBE

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JUREMA CNPJ:10.141.489/0001-75

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO VELÓRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE JUREMA-PE. **Valor Máximo admitido: R$ 826.480,83.** Início do acolhimento das propostas: 31/12/2025, às 09:00h. Limite para acolhimento e abertura das propostas: 14/01/2026 às 09:00h. Abertura da sessão pública de lances: 14/01/2026 às 10:00h (HORÁRIOS DE BRASÍLIA). **Edital disponível no site: https://bnccompras.com telefone para contato (87) 98179-7972, ou através do E-mail: jurema.licitacao@gmail.com**.

JOEVERSON SOBRAL LUNA
Secretário de Infraestrutura

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:EF62ED32

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

Termo aditivo para prorrogação de prazo da Ata de Registro de Preços Nº 001/2024. EMPRESA REGISTRADA: ALBUQUERQUE FERREIRA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 41.265.994/0001-55. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JUREMA/PE. Objeto: REGISTRO DE PREÇO DE ÂMBITO TÃO SOMENTE MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **PRAZO PRORROGADO: 12 (doze) MESES. NOVA VIGÊNCIA: 12/12/2025 A 12/12/2026.**

REGINA CELIA GUILHERME SOBRAL DE OLIVEIRA
Secretária de Assitência Social

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:B00CF25B

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

CONTRATO Nº 172/2025. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTRATADO: ALBUQUERQUE FERREIRA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 41.265.994/0001-55. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **VALOR GLOBAL R$ 272.461,24. VIGÊNCIA: 12/12/2025 a 12/12/2026.**

REGINA CELIA GUILHERME SOBRAL DE OLIVEIRA
Secretária de Assitência Social

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:BBC86363

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 006/2025. Pregão Eletrônico nº 006/2025 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO FURGÃO DE CARGA REFRIGERADO ADAPTADO PARA O TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR. **Valor Máximo admitido: R$ 272.747,50.** Início do acolhimento das propostas: **31/12/2025, às 09:00h.** Limite para acolhimento e abertura das propostas: **13/01/2026 às 09:00h**. Abertura da sessão pública de lances: **13/01/2026 às 10:00h (HORÁRIOS DE BRASÍLIA). Edital disponível no site: https://bnccompras.com telefone para contato (87) 98179-7972, ou através do E-mail: jurema.licitacao@gmail.com**.

LEANDRO PAULO DOS SANTOS
Secretário de Educação

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:5124F576

SECRETARIA DE SAUDE
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 – FMAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

CONTRATO Nº 171/2025. **CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUREMA/PE. CONTRATADO: ALBUQUERQUE FERREIRA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 41.265.994/0001-55. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **VALOR GLOBAL R$ 142.179,24. VIGÊNCIA: 12/12/2025 a 12/12/2026.**

LIDIANE CORREIA DE CAMPOS SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:3AFB64F8

SECRETARIA DE SAUDE
EXTRATO DO APOSTILAMENTO

EXTRATO DO APOSTILAMENTO AOS CONVÊNIOS N.° 002/2025 E 003/2025

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.° 001/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE JUREMA/PE, pessoa jurídica de direito público, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUREMA/PE, inscrito no CNPJ sob o n.° 10.369.937/0001-92.
CONTRATATO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CENTRAL DO NORDESTE – IDCN, inscrita no CNPJ sob o n.° 08.653.578/0001-59.
OBJETO: Incluir cláusula aos convênios n.° 002/2025 e 003/2025, onde fica pactuado que o contratado deverá receber verbas decorrentes de obrigações acessórias percebidas em razão de norma aplicável aos profissionais da saúde, as quais deverão ser repassadas imediatamente para os beneficiários, realizados apenas os descontos legais, quando houver incidência. Está plenamente vedada qualquer obtenção de lucro pelo contratado, que deverá comprovar o repasse em até 48 horas após a sua realização.
DATA DA ASSINATURA: 26 de dezembro de 2025.

LIDIANE CORREIA DE CAMPOS SALVINO
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:C7A08DD0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024

10º TERMO ADITIVO DO CREDENCIAMENTO Nº 004/2024. TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO PARA INCLUSÃO DE OBJETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO, E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Objeto: Cobertura, por meio de seguro para 01 veículo: IVECO/FIAT - ÔNIBUS 10-190 4X2. Prazo: 12 meses. Assinatura: 29/12/2025.

Lagoa do Ouro/PE, 29 de Dezembro de 2025.

EDSON LOPES CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Maria Larissa Silva Gracindo
Código Identificador:62A13DE9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024

EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024

11º TERMO ADITIVO DO CREDENCIAMENTO Nº 004/2024. TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO PARA INCLUSÃO DE OBJETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO, E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Objeto: Cobertura, por meio de seguro para 01 veículo: IVECO/FIAT - TECTOR ATTACK 150E 21 4X2 E5. Prazo: 12 meses. Assinatura: 29/12/2025.

Lagoa do Ouro/PE, 29 de Dezembro de 2025.

EDSON LOPES CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Maria Larissa Silva Gracindo
Código Identificador:28BFCD60

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024

9º TERMO ADITIVO DO CREDENCIAMENTO Nº 004/2024. TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO PARA INCLUSÃO DE OBJETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO, E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Objeto: Cobertura, por meio de seguro para 01 veículo: CITROEN - NOVO C3 HATCH LIVE PACK 1.0 6V FLEX. Prazo: 12 meses. Assinatura: 29/12/2025.

Lagoa do Ouro/PE, 29 de Dezembro de 2025.

EDSON LOPES CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Maria Larissa Silva Gracindo
Código Identificador:D4AEB965

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.394, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Estabelece Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 31 de dezembro de 2025 (quarta-feira) e 02 de janeiro de 2026 (sexta-feira).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Portaria MGI nº 9.783, de 27de dezembro de 2024, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2025, com as alterações feitas através da portaria nº 3.197/2025 de 28.03.2025, que divulga os feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2026;

CONSIDERANDO que o ponto facultativo implica em economia aos cofres públicos municipais, em valores dispensados com o consumo de energia elétrica, água, telefone, materiais de consumo, combustível, transporte, dentre outros;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado, no âmbito das repartições públicas do Município de Lagoa dos Gatos/PE, Ponto Facultativo nos dias 31.12.2025 (quarta-feira) e 02.01.2026 (sexta-feira).

Art. 2º. As atividades essenciais de saúde e limpeza urbana manterão os serviços em atividades mínimas e indispensável ao atendimento da população.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 29 de dezembro de 2025.

STÊNIO FERNANDES DE ALBUQUERQUE
- Prefeito-

Publicado por:
Maria Adeilda da Silva
Código Identificador:2708F12B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 827/2025, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENTA: HOMOLOGA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2025 E REALIZA CONVOCAÇÃO DE APROVADOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o resultado definitivo do processo seletivo para o cargo de Agente Comunitário de Saúde do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Lagoa dos Gatos/PE, regido pelo edital nº 001/2025, de 25 de março de 2025 e realizado pelo Instituto Igeduc, que se encontra publicado no sítio eletrônico do Instituto Igeduc (https://igeduc.org.br).

Parágrafo único. O prazo de validade do certame, 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, previsto no item 1.3 do edital, passa a ser contabilizado a partir da presente homologação.

Art. 2º. Realizar convocação de profissionais devidamente aprovados no Processo Seletivo.

Art. 3º. Os profissionais constantes do Anexo I deverão apresentar a documentação solicitada entre os dias 05 de janeiro de 2026 e 04 de fevereiro de 2026.
§1º. A efetiva admissão só será realizada após a entrega da documentação exigida e assinatura do termo de posse.
§2º. A não realização da entrega no prazo estipulado no *caput* importará em renúncia.

Art. 4º. Os candidatos deverão apresentar a documentação original e uma cópia, de cada documento apresentado quando da fase de avaliação de títulos.

Art. 5º. Só será realizada a admissão do candidato que preencher todos os requisitos do cargo e entregar a documentação obrigatória.

***Art.* 6º**. Além da documentação referida no art. 3º e da declaração constante do Anexo II, o candidato deverá estar munido de cópia e original, dos seguintes documentos: **1.** RG – Registro Geral; **2.** Carteira de Trabalho e Previdência Social – CPTS; **3.** Título de eleitor; **4.** Certidão de quitação eleitoral; **5.** Certidão de reservista, alistamento militar constando a dispensa do serviço militar obrigatório ou outro documento hábil a comprovar que o tenha cumprido ou dele tenha sido liberado (apenas para candidato masculino); **6.** Comprovação de inscrição no PIS/PASEP; **7.** Comprovante de residência dos últimos 3 (três) meses; **8.** Cópia da Declaração de Bens e Rendimentos apresentada à Receita Federal no ano de 2024, com Recibo de Entrega da Declaração ou declaração de próprio punho de que não declara imposto de renda; **9.** Atestado de sanidade física e mental, emitido por médico de qualquer especialidade, com data posterior ao presente ato convocatório, no referido atestado deverá constar comprovação de capacidade para o exercício das atribuições e as exigências descritas no edital do certame; **10.** Duas fotos 3x4; **11.** Comprovante bancário como titular de conta corrente; **12**. Certidão de Antecedentes criminais (IITB - http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes/public/pages/index.jsf).
Art. 7º. A declaração constante do Anexo III é obrigatória aos candidatos que se encaixarem em alguma das hipóteses constitucionais de acúmulo de cargos públicos.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 29 de dezembro de 2025.

STÊNIO FERNANDES DE ALBUQUERQUE
- Prefeito -

Publicado por:
Maria Adeilda da Silva
Código Identificador:45A9E582

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 066, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 066/2025

Divulga o calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o ano de 2026 no Município de Lagoa Grande e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial ao previsto no inciso VIII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº11.215 de 16 de junho de 1995 que criou o Município de Lagoa Grande;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 009 de 20 de março de 1997 que estabeleceu os feriados religiosos no Município de Lagoa Grande.

CONSIDERANDO a legislação estadual e os decretos expedidos pelo Governo do Estado de Pernambuco que tratam de feriados e pontos facultativos;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do calendário administrativo do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos no Município de Lagoa Grande para o ano de 2026, os quais recairão nas datas abaixo relacionadas:

I – 1º de janeiro (quinta-feira) – Confraternização Universal (feriado nacional);
II – 2 de janeiro (sexta-feira) – Ponto facultativo;
III – 16 de fevereiro (segunda-feira) – Carnaval (ponto facultativo);
IV – 17 de fevereiro (terça-feira) – Carnaval (ponto facultativo);
V – 18 de fevereiro (quarta-feira) – Quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo até as 14h);
VI – 6 de março (sexta-feira) – Data Magna do Estado de Pernambuco (feriado estadual);
VII – 3 de abril (sexta-feira) – Paixão de Cristo (feriado nacional);
VIII – 21 de abril (terça-feira) – Tiradentes (feriado nacional);
IX – 1º de maio (sexta-feira) – Dia do Trabalho (feriado nacional);
X – 24 de maio (domingo) – Nossa Senhora Auxiliadora, Padroeira do Município (feriado municipal);
XI – 4 de junho (quinta-feira) – Corpus Christi (ponto facultativo);
XII – 16 de junho (terça-feira) – Emancipação Política de Lagoa Grande (feriado municipal);
XIII – 24 de junho (quarta-feira) – São João (feriado municipal);
XIV – 7 de setembro (segunda-feira) – Independência do Brasil (feriado nacional);
XV – 12 de outubro (segunda-feira) – Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
XVI – 28 de outubro (quarta-feira) – Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
XVII – 2 de novembro (segunda-feira) – Finados (feriado nacional);
XVIII – 15 de novembro (domingo) – Proclamação da República (feriado nacional);
XIX – 20 de novembro (sexta-feira) – Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra (feriado nacional);
XX – 25 de dezembro (sexta-feira) – Natal (feriado nacional);
XXI – 31 de dezembro (quinta-feira) – Véspera de Ano Novo (ponto facultativo após as 12h).

Art. 2º. Os pontos facultativos nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta não se aplicam aos serviços essenciais de urgência e emergência, além de outras atividades que não possam sofrer descontinuidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2026, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de dezembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

JORGE ROBERTO GARZIERA
Secretário de Governo

JOSÉ ROBERTO DA SILVA ESTEVO
Procurador-Geral

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:3F2B211D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 037, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI Nº 037/2025

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção Única
Do Valor Global do Orçamento para 2026

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2026, no montante de R$ 196.000.000,00 (Cento e noventa e seis milhões de reais) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5˚ da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias:
I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta;
II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.
§ 1º Os valores constantes desta Lei e de seus anexos estão expressos em reais e a preços de junho de 2025.
§ 2ºA execução desta Lei observará as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026-2029, bem como as diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, em consonância com as normas de finanças públicas estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

Seção I
Da Estimativa da Receita
Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R$ 196.000.000,00 (Cento e noventa e seis milhões de reais), assim destinada:
I - Orçamento Fiscal R$ 155.439.000,00;
II - Orçamento da Seguridade Social R$ 40.561.000,00, onde:
a) R$ 20.575.000,00 compreende receitas de saúde;
b) R$ 1.871.000,00 refere-se às receitas de assistência social;
c) R$ 18.115.000,00 corresponde às receitas do Regime Próprio de Previdência Social.

§ 1ºAs projeções de receitas foram elaboradas com base em metodologias e memórias de cálculo constantes no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.
§ 2ºEm caso de frustração da receita estimada, o Poder Executivo deverá adotar medidas de contingenciamento de despesas, nos termos e limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, priorizando a manutenção dos serviços essenciais.

Art. 3º As receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que decorrerão da arrecadação de tributos, contribuições, de outras receitas correntes, de capital, e de transferências constitucionais e legais previstas na legislação vigente e discriminadas em anexos que integram esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

I - RECEITAS CORRENTES..... R$ 178.194.000,00
a) Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria..... R$ 10.702.000,00
b) Receita de Contribuições..... R$ 5.268.000,00
c) Receita Patrimonial..... R$ 7.948.000,00
d) Receita Industrial..... R$ 0,00
e) Receita de Serviços..... R$ 540.000,00
f) Transferências Correntes..... R$ 167.447.000,00
g) Outras Receitas Correntes..... R$ 470.000,00
h) Total das Receitas Correntes..... R$ 192.375.000,00
i) (-) Deduções Legais de Receitas..... R$ 14.181.000,00
II - RECEITAS DE CAPITAL..... R$ 8.528.000,00
a) Operações de Crédito..... R$ 1.000.000,00
b) Alienação de Bens..... R$ 50.000,00
c) Transferências de Capital..... R$ 7.478.000,00
III - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS..... R$ 9.278.000,00
a) Receitas Correntes Intraorçamentárias..... R$ 9.278.000,00
b) Receitas de Capital Intraorçamentárias..... R$ 0,00
IV - RECEITA TOTAL..... R$ 196.000.000,00
§ 1º As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada neste artigo, estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 2º As fontes/destinação de recursos estão indicadas nos anexos desta Lei.

Seção II
Da Fixação da Despesa
Art. 4º A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em R$ 196.000.000,00 e desdobrada, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em:
I - Orçamento Fiscal R$ 136.660.830,00;
a) R$ 6.520.000,00 compreende despesas do Poder Legislativo;
b) R$ 130.140.830,00 corresponde às despesas do Poder Executivo;
II - Orçamento da Seguridade Social R$ 59.339.170,00, com o seguinte detalhamento:
a) R$ 34.217.170,00 compreende despesas com saúde;
b) R$ 7.007.000,00 são despesas com assistência social;
c) R$ 18.115.000,00 corresponde às despesas do Regime Próprio de Previdência Social.
Parágrafo único. Do montante das despesas fixadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do caput deste artigo R$ 18.778.170,00 serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 195, § 2º da Constituição Federal.

Seção III
Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.
Art. 5º A despesa total fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está detalhada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 6º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa, conforme discriminação abaixo:
I - DESPESAS CORRENTES..... R$ 151.947.000,00
a) Pessoal e Encargos Sociais..... R$ 81.246.000,00
b) Juros e Encargos de Dívida..... R$ 370.000,00
c) Outras Despesas Correntes..... R$ 70.331.000,00
II - DESPESAS DE CAPITAL..... R$ 25.497.000,00
a) Investimentos..... R$ 25.089.000,00
b) Inversões Financeiras..... R$ 0,00
c) Amortização de Dívida..... R$ 408.000,00
III - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS..... R$ 9.278.000,00
a) Despesas Correntes Intraorçamentárias..... R$ 8.946.000,00
b) Despesas de Capital Intraorçamentárias..... R$ 332.000,00
IV - RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 9.278.000,00

V - TOTAL DA DESPESA..... R$ 196.000.000,00
Seção IV
Dos Anexos de Compatibilidade e de Compensação
Art. 7º Para atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias, também integra a presente Lei os seguintes anexos:
I - Anexo de Compatibilidade da Programação com as Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - Demonstrativo de estimativa da Compensação da Renúncia de Receita decorrente de anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, estabelecido pelo § 6º do art. 165 da Constituição da República.

CAPÍTULO III
DAS AUTORIZAÇÕES E CRÉDITOS ADICIONAIS

Seção Única
Dos Créditos Adicionais Suplementares e Autorizações
Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2026, mediante decreto:
I - a abrir créditos adicionais suplementares utilizando como recurso a anulação parcial ou total de dotação, até o limite correspondente a 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada na presente Lei, nos termos dos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender insuficiência de dotações estabelecidas nesta Lei e em créditos adicionais;
II - a abrir créditos adicionais suplementares utilizando recursos de superávit financeiro, até o limite do valor do superávit apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
III - a abrir créditos adicionais suplementares, com recursos de excesso de arrecadação, até o limite do valor do excesso apurado, individualizado por fontes de recursos, observada a vinculação de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
IV - a reabrir os créditos especiais e extraordináriosabertos no último quadrimestre do exercício financeiro de 2025, cujos saldos não tenham sido utilizados, incorporando-os ao orçamento de 2026, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.
§ 1º As inclusões e alterações de fontes de recursos e modalidades de aplicação, que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias inicialmente contempladas nesta Lei e seus créditos adicionais, serão feitas mediante decreto.
§ 2º Havendo mudanças na codificação das fontes/destinação de recursos determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e/ou pela Secretaria do Tesouro Nacional, deverão ser atualizados, por decreto, nos anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2026.
§ 3º Fica autorizada a abertura de crédito adicional para utilização do saldo da conta do Fundeb do exercício anterior, para atendimento ao art. 25, § 3º da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.
§ 4º Os créditos adicionais, abertos nos termos dos incisos II e III, não oneram o limite percentual estabelecido no inciso I do caput.
§ 5º Para abertura de créditos suplementares com recursos de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias destinadas a suprir insuficiência de saldos das dotações relativas à pessoal, dívida pública, saúde, educação, assistência social, defesa civil, epidemias, catástrofes e do Poder Legislativo, não será onerado o limite autorizado pelo inciso I do caput deste artigo.
Art. 9º Dentro do mesmo grupo de despesa e no mesmo órgão, desde que não altere o valor total do orçamento, por meio de portaria da Secretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão, poderão ser remanejados os saldos das despesas sem onerar o limite estabelecido no art. 8º.

CAPÍTULO IV
DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Seção Única
Da Autorização para Realizar Operações de Crédito

Art. 10º O Poder Executivo fica autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para investimentos, modernização administrativa e tributária, consoante disposições do inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.
§ 1º A Lei específica que autorizar a operação de crédito poderá reestimar a receita de capital de operações de crédito, prevista no orçamento.
§ 2º Na autorização estabelecida no caput deste artigo, inclui-se Operação de Crédito por Antecipação de Receita – ARO, cumpridas as exigências estabelecidas no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única
Das Disposições Gerais

Art.11. A utilização de dotações com recursos vinculados às transferências voluntárias, por meio de convênios e contratos de repasse, ou custeadas por operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.
Art. 12. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, adotará parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar a realização de despesas à efetiva arrecadação das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.
Art. 13. Poderão ser designadas como unidades gestoras de créditos orçamentários, por ato do Chefe do Executivo, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades orçamentárias, conforme disposições do parágrafo único do art. 14 e do art. 66 da Lei Federal nº 4.320/1964.
Art. 14. Os compromissos assumidos pelas unidades orçamentárias e fundos, deverão se limitar aos recursos orçamentários disponibilizados, priorizando à aplicação em despesas obrigatórias de natureza continuada.

Emenda Aditiva

Art. 14 - A. As emendas impositivas não executadas em 2025, obrigatoriamente serão executadas em 2026, em nada se relacionando com as emendas impositivas especificas deste último.

Art. 14 – B. O executivo municipal, em até 20 dias do final de cada bimestre, deverá encaminhar o relatório de execução das emendas impositivas, constando os valores, os nomes de cada vereador e o detalhamento da execução.

Parágrafo Único: No bimestre encerrado em dezembro, o relatório deverá ser entregue até o último dia útil do ano 2026.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigoram a partir de 1º de janeiro de 2026.

Lagoa Grande – Pernambuco, 16 de dezembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:317F9E51

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 039, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI Nº 039/ 2025.

ALTERA O ART. 76 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 021/2017, PARA DISPOR SOBRE A BASE DE CÁLCULO DO ISS NOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ALINHANDO A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL À JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 76 da Lei Complementar Municipal nº 021/2017 passa a vigorar acrescido dos §§ 1º a 6º, com a seguinte redação:

"Art. 76 – A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS é o preço do serviço.
§ 1º Nos serviços de construção civil previstos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços desta Lei, a base de cálculo corresponderá ao preço total do serviço contratado, vedada a dedução dos materiais empregados na obra.
§ 2º Somente serão admitidas deduções da base de cálculo quando se tratar de materiais:
I – Produzidos fora do canteiro de obras pelo próprio prestador;
II – Industrializados;
III – Comercializados mediante operação tributada pelo ICMS;
IV – Devidamente destacados em nota fiscal própria emitida pelo prestador.
§ 3º Não serão dedutíveis os materiais:
I – Adquiridos de terceiros e apenas incorporados à obra;
II – Produzidos no próprio canteiro;
III – Não industrializados;
IV – Desprovidos de documentação fiscal idônea;
V – Que se confundam com custos operacionais ou de execução do serviço.
§ 4º O contribuinte deverá manter à disposição da fiscalização documentos comprobatórios das eventuais deduções, incluindo notas fiscais, memorial descritivo e comprovação da industrialização.
§ 5º A utilização indevida de deduções ensejará lançamento de ofício, com aplicação das penalidades previstas neste Código.
§ 6º O disposto nos §§ anteriores observa a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, especialmente no AgInt no AREsp 2.486.358/SP (2024)."
§ 7º Fica autorizada a título de tratamento diferenciado e favorecido, a dedução da base de cálculo do imposto do valor dos matérias fornecidos pelo o prestador do serviço, quando este for microempreendedor individual ou não, e o valor total da obra ou serviço de construção cível não for superior a 200 (duzentos) salários mínimos, conforme dispuser o regulamento.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, respeitando-se a anterioridade nonagesimal e anual.

Lagoa Grande/PE, de 29 dezembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:62084F7E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 040, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI Nº 040/ 2025.

INSTITUI NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE Institui a concessão de incentivo financeiro denominado gratificação PQA-VS (Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde) e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Institui, no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Lagoa Grande-PE, a concessão de incentivo financeiro denominado Gratificação PQA-VS, por desempenho e qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da Vigilância em Saúde deste Município.

Art. 2º - Os servidores da Vigilância em Saúde farão jus à Gratificação PQA-VS mediante o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas através de ato normativo próprio do Ministério da Saúde que regulamenta o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS).

Art. 3º - A Gratificação PQA-VS será paga com recursos do Incentivo Financeiro do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, obedecendo-se os termos da Portaria Ministerial que instituiu o Programa.

Parágrafo Único - A concessão da Gratificação PQA-VS fica condicionada ao repasse dos recursos correspondentes pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Lagoa Grande – Pernambuco, através de Portaria Ministerial específica.

Art. 4º - Do valor dos recursos destinados ao incentivo da Gratificação PQA-VS, 60% (sessenta por cento) será repassado a título de gratificação, rateado (de forma igualitária), aos servidores da Vigilância em Saúde, das diversas modalidades da vigilância que se fizeram necessários para garantia dos indicadores que asseguraram o valor repassado pela União.

Parágrafo 1º - Diante do resultado atual, o município recebeu R$ 16.654,77 (dezesseis mil seiscentos e cinquenta e quatro mil reais e setenta e sete centavos) de acordo com a Portaria GM/MS nº 8.476, de 20 de outubro de 2025.

Art. 5º - O incentivo, em nenhuma hipótese, incorporará ao salário do servidor, sendo a sua natureza jurídica estritamente indenizatória.

Parágrafo Único – Não será devido o incentivo aos servidores em afastamento para servir em outro poder, órgão ou entidade, afastamento para exercício de mandato eletivo, em virtude da própria natureza da gratificação.

Art. 6º - O paga fica vinculado à transferência dos recursos financeiros do PQA-VS pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com as dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lagoa Grande, de 29 de dezembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:D17F6E0B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 041, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI Nº 041/2025

"*Institui no âmbito da secretaria municipal da saúde abono financeiro aos Agentes de Combate as Endemias-ACE."*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art.1º. Fica o poder Executivo autorizado a conceder aos Agentes de Combate as Endemias, vinculadas à equipes a Vigilância Epidemiológica e as equipes especificas de Estratégia de Saúde da Família, no ano de 2025, no valor total do incentivo R$3.036,00 (três mil e trinta e seis reais), aos agentes que desempenharam suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro de 2025.

Parágrafo Único – Fica determinado o valor proporcional de R$ 253,00 (duzentos e cinquenta e três), referente a cada mês trabalhando para aqueles que não tiveram o período completo de janeiro a dezembro de 2025, sendo tais valores pagos à título de incentivo financeiro.

Art. 2º. O abono ora criado não se incorpora para nenhum efeito legal à remuneração dos servidores em tela, incidindo em tal verba a contribuição previdenciária e fiscal.

Art. 3º As despesas decorrentes do valor fixado nos artigos anteriores correrão por conta do orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Lagoa Grande-PE e repasses de verbas da União, sendo custeado em especifico com valores repassados à título adicional de incentivo.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Lagoa Grande - PE, 29 de dezembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:A50ADC96

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 042, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI Nº 042/2025

"*Institui no âmbito da secretaria municipal da saúde abono financeiro aos AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS."*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art.1º. Fica o poder Executivo autorizado a conceder aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, vinculadas à equipe de Estratégia de Saúde da Família, no ano de 2025, no valor total do incentivo R$3.036,00 (três mil e trinta seis reais), aos agentes que desempenharam suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro de 2025.

Parágrafo Único – Fica determinado o valor proporcional de R$ 253,00 (duzentos e cinquenta e três reais), referente a cada mês trabalhando para aqueles que não tiveram o período completo de janeiro a dezembro de 2025, sendo tais valores pagos à título de incentivo financeiro.

Art 2º. O abono ora criado não se incorpora para nenhum efeito legal à remuneração dos servidores em tela, incidindo em tal verba a contribuição previdenciária e fiscal.

Art. 3º As despesas decorrentes do valor fixado nos artigos anteriores correrão por conta do orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Lagoa Grande-PE e repasses de verbas da União, sendo custeado em especifico com valores repassados à título adicional de incentivo.

Art 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Lagoa Grande - PE, 29 de dezembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:4227C266

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 043, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI Nº 043/2025

"*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ABONO EXTRAORDINÁRIO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, UTILIZANDO RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder abono extraordinário, exclusivamente em relação ao exercício de 2025, aos profissionais da educação básica em efetivo exercício no município de Lagoa Grande, utilizando recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, nos termos do § 2º do art. 26 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, com a redação dada pela Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021.

Art. 2º - O valor total destinado ao pagamento do abono será de R$ 6.961.150,00 (seis milhões, novecentos e sessenta e um mil cento e cinquenta reais), observando-se os critérios e limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 3º - Terão direito ao abono de que trata esta Lei os profissionais da educação básica nas unidades da rede pública municipal de ensino, conforme definido no art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e no art. 26, § 1º, da Lei nº 14.113/2020.

Art. 4º - O valor individual do abono observará os seguintes critérios:
I – O Valor de R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) para os profissionais do magistério em pleno exercício do magistério na Rede Municipal de Ensino deste Município, correspondente a cada mês trabalhado;
II – O valor de R$ 700,00 (setecentos reais) para os demais profissionais e trabalhadores da Secretaria de Educação, correspondente a cada mês trabalhado;
III - O número total de profissionais em efetivo exercício na educação básica municipal.
Parágrafo único – Será considerado mês trabalhado, aquele que o profissional tenha exercido sua função por mais da metade dos dias úteis.

Art. 5º - O pagamento do abono terá caráter excepcional e precário, não se incorporando à remuneração dos servidores para quaisquer efeitos, incluindo aposentadoria, pensões, ou quaisquer outros benefícios de caráter permanente.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal deverá dar ampla publicidade aos critérios adotados para a distribuição do abono, com a devida transparência no uso dos recursos, em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos do Fundeb destinados à remuneração dos profissionais da educação básica, observando-se o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) estabelecido pela legislação federal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa Grande - PE, 29 de dezembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:FD0E33D3

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE
AVISO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 095/2025. Processo administrativo n° 014/2025. Objeto: Credenciamento de mão de obra pessoa física ou MEI, para prestação de serviços de pedreiros, ajudante de pedreiro, carpinteiro, eletricista, serralheiro e pintor para atender às necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande/PE, em conformidade com o art. 79 inciso III da lei 14.133/2021. Local para solicitação do edital de credenciamento no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande/PE, situada na Avenida da uva e do vinho, nº 40, Centro, Lagoa Grande/PE ou pelo site https://www.lagoagrande.pe.gov.br/licitacoes, outras informações podem ser obtidas através do fone: (87) 3869-9665, no horário de 09h00min as 14h00min, de segunda a sexta ou através do e-mail cpllagoagrande2025@gmail.com.

Credenciamento nº 096/2025. Processo administrativo n° 015/2025. Objeto: Credenciamento de instituições financeiras interessadas na concessão de cartão de crédito consignado e cartão benefício consignado em folha de pagamento para os servidores públicos ativos e inativos da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande/PE, em conformidade com o art. 79 inciso III da lei 14.133/2021. Local para solicitação do edital de credenciamento no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande/PE, situada na Avenida da uva e do vinho, nº 40, Centro, Lagoa Grande/PE ou pelo site https://www.lagoagrande.pe.gov.br/licitacoes, outras informações podem ser obtidas através do fone: (87) 3869-9665, no horário de 09h00min as 14h00min, de segunda a sexta ou através do e-mail cpllagoagrande2025@gmail.com.

Lagoa Grande/PE, 29 de dezembro de 2025.

Chefia de Gabinete
LUIZ SÉRGIO MARTINS

Publicado por:
Claudenice Marta Santos de Mendonça
Código Identificador:447BCDB0

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 001-CONTRATO Nº 046-2025

Contrato Nº: 046-2025. Processo licitatório Nº: 026/2025. Concorrência Nacional Nº: 003/2025. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENAHARIA, RELATIVOS À REFORMA DO PARQUE DA UVA E DO VINHO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE/PE. CONTRATO DE REPASSE 962266/2024; OPERAÇÃO: 1.095.290-32 - MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE (PE). Constitui objeto do presente Termo Aditivo acréscimo de 30,16% e supressão de 22,78%, conforme Termo de Referência em anexo, que passam a fazer parte deste instrumento independentemente de transcrição.

Contratado: FIT SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 32.578.204/0001-84.
Valor: R$ 80.010,07 (oitenta mil e dez reais e sete centavos)

Lagoa Grande/PE, 29 de dezembro de 2025.

MARIA KALINE COSTA DA SILVA
Secretária Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Claudenice Marta Santos de Mendonça
Código Identificador:524EFC09

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAJEDO

PREFEITURA MUNICPAL DE LAJEDO
CARTA DE CONVOCAÇÃO

Lajedo/PE, 29 de dezembro de 2025.

Prezado, Helio Igor Melo de Albuquerque.

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria em caráter de **URGÊNCIA** no prédio da Prefeitura Municipal de Lajedo – Setor de Recursos Humanos Geral, sito a Praça Joaquim Nabuco, Centro, Lajedo/PE, para tratar de assuntos do seu interesse.

Ressaltamos ainda que o não comparecimento poderá implicar em medidas administrativas e legais cabíveis, conforme preceitua o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Lajedo.

Dá-se o prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para o comparecimento.

Sem mais para o momento, elevamos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ALEX FRAZÃO MUNIZ
Secretário de Administração
Portaria 001/2025

Publicado por:
Jose Eronaldo de Melo
Código Identificador:62C4E888

PREFEITURA MUNICPAL DE LAJEDO
CARTA DE CONVOCAÇÃO

Lajedo/PE, 29 de dezembro de 2025.

Prezado, Fábio Timoteo da Silva.

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria em caráter de **URGÊNCIA** no prédio da Prefeitura Municipal de Lajedo – Setor de Recursos Humanos Geral, sito a Praça Joaquim Nabuco, Centro, Lajedo/PE, para tratar de assuntos do seu interesse.

Ressaltamos ainda que o não comparecimento poderá implicar em medidas administrativas e legais cabíveis, conforme preceitua o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Lajedo.

Dá-se o prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para o comparecimento.

Sem mais para o momento, elevamos nossos votos de estima e apreço.
Atenciosamente,

ALEX FRAZÃO MUNIZ
Secretário de Administração
Portaria 001/2025

Publicado por:
Jose Eronaldo de Melo
Código Identificador:46708C2D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LIMOEIRO

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO CONTRATUAL- CPAAIC
NOTIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE LIMOEIRO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LIMOEIRO, inscrito no CNPJ: 30.773.502/0001-16, com sede na Avenida Jerônimo Heráclio, 492, Centro, Limoeiro-PE, CEP: 55700-000, E-mail:cmssdprcssadmnstrtivpml@gmail.com, instaurou o Processo Administrativo nº 012/2025 em face da MARCIO DO NASCIMENTO SILVA-ME, inscrita no CNPJ: 08.930.011./0001-82, com sede na Rua Primitivo de Miranda, 471, Matriz, Vitória de Santo Antão/PE, CEP: 55602-150, FONE: (081) 3523-9867, endereço eletrônico:distribuidoraideal2011@hotmail.com.
Assunto: Notificação para apresentação de defesa em processo administrativo – descumprimento de obrigação contratual.
Senhor(a) Representante Legal,
Com fundamento no art. 155, inciso I da Lei nº 14.133/2021, notificamos V.Sa. da instauração do Processo Administrativo nº 013/2025, destinado à apuração de possível infração contratual relacionada ao Contrato nº 002/2025, oriundo da Processo Licitatório nº 038/2024 e Pregão Eletrônico nº 016/2024, cujo objeto é FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LIMOEIRO.
De acordo com os registros constantes nos autos, foi identificado os seguintes fatos em desconformidade com o pactuado:
Durante a execução contratual, a empresa foi notificada 3(três) vezes.
O prazo para a entrega da água após a solicitação do pedido era de 24 horas.
A primeira notificação foi expedida no dia 13 de fevereiro de 2025 devido ao atraso nas entregas, a falta de aviso prévio ao fiscal do contrato sobre os atrasos (caso fortuito ou força maior), a desorganização na logística para a entrega da água.
Em resposta a empresa alegou inexistência de cronograma oficial por culpa da Secretaria de Educação e Esportes, ao invés de apresentar medidas para sanar o problema.
Mesmo havendo um cronograma de entrega fornecido pelo fiscal de contrato, a empresa continuou atrasando as entregas e como se não bastasse tanto descaso, forneceu a água em garrafões sujos, danificados, sem a mínima condição de consumo, burlando a cláusula nona do contrato 002/2025 e por isso foi notificada pela segunda vez no dia 11/03/2025.
A empresa continuou atrasando as entregas das águas, e entregou água adicionada de sais, contrariando o termo de referência e a cláusula primeira do contrato e devido a esses fatos foi notificada pela terceira vez no dia 11 de agosto de 2025.
Em resposta a empresa admitiu a irregularidade praticada e não apresentou uma justificativa idônea ou comprovação técnica capaz de afastar sua responsabilidade.
Por fim, apesar das notificações, a empresa continuou com as irregularidades.
Em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa nos moldes do art. 5º, inciso LV da CF c/c o art. 158, caput, V.Sa. poderá apresentar defesa escrita, acompanhada de documentos que julgar pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento desta notificação.
A ausência de manifestação no prazo estabelecido implicará no julgamento à revelia, com possibilidade de aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade do caso.
As sanções previstas no diploma legal supramencionado podem ser acumuladas com as sanções também impostas no instrumento contratual.

Em respeito aos parâmetros constitucionais e legais, segue em anexo cópia digitalizada do Processo Administrativo nº 013/2025.
A resposta deverá ser encaminhada via meio de protocolo: sistema eletrônico oficial / e-mail para: cmssdprcssadmnstrtivpml@gmail.com.
Em caso de dúvidas, V.Sa. poderá entrar em contato com Vitor Bruno Gomes da Silva Galdino, pelo telefone: (81)9.9725.1793 e/ou e-mail: cmssdprcssadmnstrtivpml@gmail.com.
Limoeiro, 26 de dezembro de 2025.
Atenciosamente,

VITOR BRUNO GOMES DA SILVA GALDINO
Presidente

Publicado por:
Vitor Bruno Gomes da Silva Galdino
Código Identificador:8010BB1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO
NOTIFICAÇÃO Nº 054/2025

Concessão de novo prazo para entrega dos materiais
À
Empresa: A H DA S MORAES
CNPJ: 02.437.839/0001-17
Contrato N°: 165/2025
Processo Licitatório nº 065/2025
Pregão nº 022/2025
Assunto: Notificação - Atraso na entrega

Ref.: Ordem de Fornecimento **nº 366 –** Concessão de novo prazo para cumprimento da obrigação contratual

Prezado(a) Senhor(a),
Considerando as Ordens de Fornecimento **nº 366**, emitidas em **03 de dezembro de 2025**, cujo objeto é o fornecimento de **SUPRIMENTOS DE INFORMATICA,** e tendo sido constatado o **não cumprimento do prazo contratual de entrega**, vimos, por meio desta, **notificar formalmente** Vossa Senhoria acerca das ocorrências verificadas e da concessão de novo prazo para a regularização da obrigação.
Diante do exposto, e com fundamento no **art. 115 da Lei nº 14.133/2021**, fica concedido um **novo prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do envio desta notificação, para que seja realizada a **entrega integral dos materiais contratados**.
Advertimos que o **não atendimento ao prazo ora estabelecido** acarretará a adoção das sanções administrativas cabíveis, nos termos dos **arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021**, podendo resultar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e demais penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.
Reforçamos a necessidade do **cumprimento integral das obrigações assumidas**, a fim de evitar prejuízos à Administração e a adoção de medidas mais gravosas, incluindo eventual rescisão contratual e responsabilização administrativa.
Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.
Atenciosamente,

Camila de Araújo Pereira Souza
GESTOR DO CONTRATO N° 165/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO – PE
(81) 9.7340-3112 / tarcisioferrer.pml@gmail.com

Limoeiro, 29 de dezembro de 2025

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:CA731D2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE LIMOEIRO

PORTARIA N° 07, de 29 de dezembro de 2025.

EMENTA: DIVULGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA GESTORES E GESTORAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LIMOEIRO-PE - EDITAL Nº 04/ 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE LIMOEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fulcro nos artigos 22, 23 e 44 da Lei Complementar nº 054/2012;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 054, datada de 15 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;

CONSIDERANDO o resultado do processo de seleção interna para Gestores e Gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI'S) e das Escolas Municipais de Limoeiro-PE, conforme edital nº 04/2025 da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o RESULTADO FINAL, por ordem de classificação, do Processo de Seleção Interna para Gestores e Gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil e das Escolas Municipais de Limoeiro-PE - Edital Nº 04/ 2025, conforme quadro a seguir:

Marcela Sabrina de Albuquerque Pessoa
José Fernando da Silva Alves
Aparecida Barbosa da Silva
Anne Micheline C. B. Rêgo
Valquíria da Silva Dias
Kattiany Lanery Gomes de Lima Nascimento
Verinalva Sabino de Melo
Maria Neide Raulinho de Souza
Ana Cecília Alves de Moura
Brena Valéria de Azevedo Evangelista
Sandra Maria Alves da Rocha Luz
Fabíola Pereira de Castro Bandeira
Eliane Freitas de Medeiros Lima
Sandra Régia Rodrigues Mendes
Joana Darc da Silva Dias
Adiel Aureliano de Melo
Josiane Pereira da Silva Cordeiro
Laiane Leila de Moura Silva Arruda
Célia de Albuquerque Mendes
Jaqueline Carneiro Soares
Lucinalva Luiza da Silva
Geórgia Fernanda Oliveira
Cássia Mirthys Gonçalves de Moura Rêgo
Mônica Maria de Lucena Negromonte Rocha
Aline Maria do Nascimento Fonseca
Maria José Gonçalves Filha
Maria Luiza Simões
Adriana da Silva Farias
Mariza Maria Bezerra Monteiro
Maria de Jesus de Aragão Pessoa
Maria Aparecida Pereira de Santana

Limoeiro, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ FERNANDO DE MELO
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:9913BBAB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2025-FMEM
CONCORRÊNCIA Nº 001/2025-FMEM

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Srª. **EDINA REGINA LOPES DE OLIVEIRA**, Gestora da Secretaria Municipal de Educação, no Art. 71 IV da Lei nº 14.133/2021, resolve:

ADJUDICAR o objeto da **CONCORRÊNCIA Nº 001/2025-FMEM** à empresa **CONSTRUTORA NELSON DE OLIVEIRA LTDA**, Inscrita no CNPJ/MF **sob o n°.** 10.626.617/0001-70, com Proposta de **R$ 6.517.750,95 (seis milhões quinhentos e dezessete mil setecentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos)**.

• **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referente ao **CONCORRÊNCIA Nº 001/2025-FMEM**, processo Licitatório nº 006/2025-FMEM, que teve como objeto contratação de empresa de engenharia especializada para execução integral das obras de construção de uma Creche Tipo 1 com 10 (dez) salas de aula, localizada no Distrito de Caririmirim, Município de Moreilândia/PE, destinada ao atendimento da educação infantil no âmbito do Fundo Municipal de Educação de Moreilândia/PE (FME) com recursos do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira Nº 33/2025 do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação, e o Município de Moreilândia, conforme projeto, planilhas e demais anexos ao instrumento convocatório.

• **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Moreilândia – PE, 24 de dezembro de 2025.

EDINA REGINA LOPES DE OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:D20CEE3B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOREILÂNDIA-PE
EXTRATO DE CONTRATO
Espécie:CONTRATO N° 011/2025-FMEM
Contratante:SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOREILÂNDIA-PE
Contratada: CONSTRUTORA NELSON DE OLIVEIRA LTDA
CNPJ: Nº 10.626.617/0001-70.
Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para execução integral das obras de construção de uma Creche Tipo 1 com 10 (dez) salas de aula, localizada no Distrito de Caririmirim, Município de Moreilândia/PE, destinada ao atendimento da educação infantil no âmbito do Fundo Municipal de Educação de Moreilândia/PE (FME) com recursos do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira Nº 33/2025 do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação, e o Município de Moreilândia.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.04.03;
PROJETO ATIVIDADE: 1092;
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.00.00
Valor do Contrato:R$ 6.517.750,95 (seis milhões quinhentos e dezessete mil setecentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos).
Data de Assinatura do Contrato:29/12/2025.
Assinam:
Pelo Fundo Municipal de Educação de Moreilândia/PE: EDINA REGINA LOPES DE OLIVEIRA
Pela Empresa: Seu Representante Legal, o SRº. STEVILANIO NELSON DE OLIVEIRA

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:56425A0E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO CONCORRÊNCIA

RESULTADO CONCORRÊNCIA Nº 001/2025-FMEM - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 006/2025-FMEM.

Secretaria Municipal de Educação de Moreilândia-PE, torna publico o resultado da Concorrência nº 001/2025-FMEM, objeto contratação de empresa de engenharia especializada para execução integral das obras de construção de uma Creche Tipo 1 com 10 (dez) salas de aula, localizada no Distrito de Caririmirim, Município de Moreilândia/PE, destinada ao atendimento da educação infantil no âmbito do Fundo Municipal de Educação de Moreilândia/PE (FME) com recursos do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira Nº 33/2025 do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação, e o Município de Moreilândia, conforme projeto básico e anexos constantes nos autos. A empresa CONSTRUTORA NELSON DE OLIVEIRA LTDA. CNPJ n° 10.626.617/0001-70. Estando HABILITADA, cuja Proposta de Preços no valor R$ 6.517.750,95 (seis milhões quinhentos e dezessete mil setecentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos). Sendo portanto vencedora do certame. Nada mais. 24/12/2025.

JOÃO FERREIRA LEMOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:2E9EA052

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

GABINETE DO PREFEITO
COMUNICADO Nº 001/2025

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES DE MORENO, no uso de suas atribuições, e considerando a Lei Federal nº 14.339, de Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), RESOLVE:
Art. 1º Divulgar lista com o Resultado Final da Etapa de Habilitação do Edital.
Art. 2º Este resultado Final da etapa de Habilitação será divulgado no Diário Oficial da AMUPE, no site oficial da Prefeitura https://moreno.pe.gov.br/ e no site https://bit.ly/m/pnabmoreno.
I – Categoria – Artesanato:
a) Dalvanize Nascimento Lima dos Santos - ***.410.294-** - Oficina de Artesanato – **APROVADO;**
b) Lúcia de Fátima de Andrade Silva - ***.582.484-** - Desfile reviver moreno - **APROVADO;**
II – Categoria – Áudiovisual:
a) Manoela Renata Amorim da Silva - ***.916.014-** - Videoclipe Diário das Anas - **APROVADO;**
b) Cícero Manoel Amorim da Silva - ***.750.154-** - Minidoc Cicinho do Acordeon: Ritmos que Contam Histórias - **APROVADO;**
c) Max Ruan de Sousa Santos - ***.151.124-** - Curta Metragem - Velha Solidão - **NÃO APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO;**
d) Jaci Maria de Sousa - ***.593.994-** - Curta Metragem - O Camaleão - **APROVADO;**
e) Lindon Jorge Soares - ***.244.444-** - Entrevista com os Artistas – **APROVADO;**
III – Categoria – Cultura Popular e Folclore:
a) Heleno Joaquim de Souza - ***.779.204-** - Oficina de Poesias e Poemas Populares - **APROVADO;**
b) Romildo Pedro de Sousa – ***.567.214-** - Grupo Guerreiro de Luanda Capoeira – **NÃO APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO.**
IV – Categoria – Gastronomia:
a) Jean Marcell de Medeiros Trindade - ***.703.234-** - Curso livre de fabricação de pizzas artesanais - **APROVADO;**

Moreno, 29 de dezembro de 2025.

GENILSON ROGACIANO CORREIA
Secretário de Cultura, Turismo e Esportes

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:6EC08592

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MORENO – PE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025.

VOTO DE JULGAMENTO – COMTAV
Recorrentes: ASSOCIAÇÃO LEVANDO SONHOS – CNPJ nº 46.154.409/0001-63 e CENTRO DE ACOLHIMENTO E PAZ – CEO – CNPJ nº 11.683.349/0001-91

I - RELATÓRIO

ASSOCIAÇÃO LEVANDO SONHOS
Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela ASSOCIAÇÃO LEVANDO SONHOS contra o Resultado Preliminar publicado em 15/12/2025, que a declarou "ELIMINADA", sob alegação, em síntese, de que teria protocolado a proposta e o plano de trabalho de forma presencial (conforme edital) e que teria havido diligência por e-mail, fora do meio previsto e com prazo exíguo, culminando em eliminação sem motivação e sem divulgação de notas/médias. Consta, todavia, que em 10/12/2025 (18h05) foi encaminhado pedido expresso de informações e documentos essenciais para a inscrição/seleção/classificação, com indicação de envio por meio eletrônico ao e-mail institucional utilizado no procedimento e fixação de prazo até 11/12/2025 (16h59).
É o relatório.
CENTRO DE ACOLHIMENTO E PAZ – CEO
Trata-se de Recurso Administrativo interposto pelo CENTRO DE ACOLHIMENTO E PAZ – CEO, contra o Resultado Preliminar publicado em 15/12/2025, que O declarou "ELIMINADO", sob alegação, em síntese, de que teria protocolado a proposta e o plano de trabalho de forma presencial, mas alega mas não apresentou a Certidão de Regularidade Fiscal da Receita Federal por ter processos em execução ajuizados, e que impede a Certificação. Outrossim, foi enviado como comprovação uma Certidão expecifica do Exmo Juiz Fernando Jefferson Cardoso Rapette, certificando que tramitam na 1a Vara Cível da Comarca de Moreno, tramitam processos de execução fiscal ajuizados pela Fazenda Nacional em face da mencionada entidade, sob os seguintes números: 1149-95.2014.8.17.0970; 301-45.2013.8.17.0970; 1692- 69.2012.8.17.0970; 209-04.2012.8.17.0970. Certificando, por fim, como síntese de breve relato, em moldes análogos à certidão de objeto e pé, que nos referidos autos foi designada audiência de tentativa de conciliação para o dia 13 de maio de 2025, a pedido da própria executada, que demonstrou interesse na quitação das dívidas tributárias, a qual restou infrutífera exclusivamente em razão de impedimento legal existente junto à Fazenda Nacional, consistente na quarentena legal para negociação de débitos fiscais, circunstância que inviabilizou, naquele momento, a formalização de eventual acordo.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Conforme consta do parecer jurídico, o e-mail de diligência especificou, de forma objetiva, um rol de documentos e informações, incluindo, entre outros: certidões de regularidade, declaração de ciência/concordância com o edital e responsabilização pela veracidade e legitimidade das informações e documentos, além de plano de trabalho com detalhamento.
Em resposta, a própria recorrente afirmou que recebeu o e-mail e que reenviaria, em anexo e em formato digital, a documentação já apresentada no protocolo físico. Contudo, no corpo do e-mail de resposta, a recorrente identificou apenas três anexos: (i) "Ata de recebimento documentação"; (ii) "Certidões.pdf"; e (iii) "Plano de Trabalho Moreno.pdf".
Comparando-se o que foi exigido com o que foi indicado como efetivamente encaminhado, verifica-se não atendimento integral do pedido de diligência.
Conforme apontado no parecer, embora tenha sido anexado arquivo denominado "Certidões.pdf", não foram encaminhados os documentos exigidos pela COMTAV – Comissão Técnica de Avaliação, nos termos do edital (item 9.1.f), notadamente: Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas, Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Municipal, Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal relativa a tributos e à Seguridade Social, bem como a declaração de que está ciente e concorda com as disposições do edital e anexos e que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados.
Em síntese, o recurso parte da premissa de cumprimento, mas os próprios documentos disponíveis demonstram que, diante de diligência com itens específicos, a resposta foi insuficiente e não comprovou o atendimento integral dos requisitos solicitados.
A recorrente sustenta, ainda, que a diligência teria sido "inesperada", por e-mail "não oficial" e com prazo "inferior a 24 horas", além de alegar ausência de motivação e de notas/médias. Sem prejuízo do debate sobre meio e prazo, o ponto decisivo para a manutenção da eliminação, à luz do que foi encaminhado, é objetivo: não houve comprovação do atendimento integral da diligência.

III – VOTO

ASSOCIAÇÃO LEVANDO SONHOS
Diante do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO do Recurso Administrativo, mantendo-se a classificação que declarou a ASSOCIAÇÃO LEVANDO SONHOS "ELIMINADA", em razão da não comprovação do cumprimento integral das exigências formuladas na diligência, especialmente pela ausência de apresentação dos documentos exigidos pela COMTAV, nos termos do item 9.1.f do edital, notadamente: Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas, Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Municipal, Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal relativa a tributos e à Seguridade Social, bem como a declaração de ciência e concordância com as disposições do edital e anexos, com responsabilização pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados.

CENTRO DE ACOLHIMENTO E PAZ – CEO
Realizadas as análises por parte da COMTAV, que verificou a documentação e cumprimento das exigências, em decisão unânime aprova o recurso do Centro de Acolhimento e Paz-CEO, declarando neste voto a Instituição "CLASSIFICADA" nos termos do Edital 001/2025 CMDDCA - Moreno.

Outrossim informo que a decisão da COMTAV será encaminhada através do DOC, para PUBLICAÇÃO no Diário Oficial.

Moreno-PE, 26 de dezembro de 2025.

LARISSA RAFAELLY DE OLIVEIRA CAVALCANTI

TÁSSIA NATHALI MATOS DOS SANTOS

PATRÍCIA FERREIRA DA SILVA

COMTAV – COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:00311AC3

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 816 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕESPRELIMINARES
Seção Única

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2026 no montante de R$ 289.722.534,70 (duzentos e oitenta e nove milhões, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5° da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026:
I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;
II -O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde e pela assistência social.

CAPÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.
Seção I
Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R$ 289.722.534,70 (duzentos e oitenta e nove milhões, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).
Art. 3º A receita orçada será realizada mediante a arrecadação dos tributos e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no Anexo 01, que integra e acompanha esta Lei, distribuída por categoria econômica e origem, da seguinte forma:

I – RECEITAS CORRENTES R$ 233.720.533,70
a) Receita Tributária R$ 26.400.430,00
b) Receita de Contribuições R$ 12.862.001,00
c) Receita Patrimonial R$ 204.001,00
d) Receita de Serviços R$ 0,00
e) Transferências Correntes R$ 191.876.101,70
f) Outras Receitas Correntes R$ 2.378.000,00
II – RECEITAS DE CAPITAL R$ 42.808.000,00
a) Operações de Crédito R$ 200.000,00
b) Alienação de Bens R$ 300.000,00
c) Transferências de Capital R$ 42.308.000,00
III- RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS R$ 13.194.001,00
IV– TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III=IV) **R$ 289.722.534,70**

§ 1º As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada nos incisos e alíneas do caput deste artigo estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, discriminada por Função, Poderes e Órgãos, em de R$ 289.722.534,70 (duzentos e oitenta e nove milhões, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) e desdobrada, nos termos da LDO, em:
I - Orçamento Fiscal R$ 189.787.654,70 (cento e oitenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos);
II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 99.934.880,00 (noventa e nove milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais).
Parágrafo único. Do montante das despesas fixadas no inciso II do caput deste artigo a diferença entre receita e despesa serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 195, § 2º da Constituição Federal.

Seção III
Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.

Art. 5º A despesa total fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está detalhada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
Parágrafo único. As despesas Intra-orçamentarias foram fixadas na modalidade de aplicação 91, aplicação direta decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento e da seguridade social.
Art. 6º. As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa, conforme discriminação abaixo:
I– DESPESAS CORRENTES R$ 205.983.791,00
a) Pessoal e Encargos Sociais R$ 125.948.715,00
b) Juros e Encargos da Dívida R$ 10.000,00
c) Outras Despesas Correntes R$ 80.025.076,00
II –DESPESAS DE CAPITAL R$ 62.155.083,70
a) Investimentos R$ 60.294.583,70
b) Inversões Financeiras R$ 260.500,00
c) Amortização da Dívida R$ 1.600.000,00
III–RESERVA DE CONTIGÊNCIA R$ 7.500.000,00
IV – INTRA ORÇAMENTARIA R$ 14.082.661,00
V- TOTAL DA DESPESA (I+II+III+IV=V) R$ 289.722.534,70

CAPÍTULOIII
DOS CRÉDITOS ADICIONAIS
Seção Única
Dos Créditos Adicionais Suplementares

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964 e disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.
§ 1º Não serão computados como crédito adicional os valores remanejados dentro da mesma unidade orçamentaria para cumprimento dos índices previstos na constituição federal e demais leis ordinárias
Art. 8º As alterações ou inclusões de modalidade de aplicação, elementos de despesa, bem como as mudanças de fontes de recursos quando não aumentarem o total da despesa fixado nesta lei, não constituem créditos adicionais ao Orçamento e serão feitas por Decreto ou portaria.
Art. 9º A reserva de contingência, estabelecida nos termos do inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, será utilizada como recursos orçamentários para suplementação de dotações destinadas ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos fiscais, consoante disposições da LDO de 2026, sem onerar o limite autorizado no artigo 7º.

CAPÍTULO IV
DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Seção Única
Da Autorização para Realizar Operações de Crédito

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000, de Resoluções do Senado Federal, disposições da legislação pertinente e compatibilidade com programas federais.
Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo inclui Operações de Crédito por Antecipação de Receita (ARO).

CAPÍTULOV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única
Das Disposições Gerais

Art.11. A utilização de dotações com recursos vinculados às transferências voluntárias, por meio de convênios e contratos de repasses, ou custeadas por operações de crédito, fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos, bem como poderá abrir créditos orçamentários por excesso de arrecadação caso haja entrada

de recursos, assim como também com recursos de emendas não onerando o disposto no artigo 7º, desde que o credito aberto fique vinculado apenas a despesa não podendo ser usado como futura anulação de credito para abertura de novos créditos adicionais.
Art. 12. Na fixação dos valores das dotações para pessoal estão consideradas margens de expansão referentes as projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1° do art. 169 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, inclusive a expansão das despesas com o aumento do salário mínimo que vigora a partir de janeiro de 2026.
Art.13. O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do parágrafo único do art. 14 e as do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Parágrafo único. Mediante contrato o Poder Executivo poderá delegar a execução de compras e serviços a consórcios públicos.
Art. 14. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, adotará parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar despesas à efetiva realização das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.
Art. 15. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter o equilíbrio financeiro.
Parágrafo único. Decreto Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso.
Art. 16. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos do dia 01 janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Moreno-PE, 29 de dezembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:184827F0

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 817 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

CRIA O NOVO CONSELHO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE MORENO, REVOGA A LEI Nº 395/09 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE MORENO

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal das Juventudes-COMJUV, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e fiscalizador, vinculado ao Gabinete do Prefeito ou ao órgão municipal responsável pela política de juventude, com a finalidade de:
I - Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de juventude no Município;
II - Promover a participação social dos jovens nos processos de decisão governamental;
III - Garantir a defesa e promoção dos direitos das juventudes, conforme o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013).
Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se jovem a pessoa com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, conforme o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013).

Seção I
Das Competências

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal das Juventudes:
I - Encaminhar aos Poderes Executivo e Legislativo propostas de políticas públicas, projetos de lei ou outras iniciativas que assegurem direitos das juventudes;
II - Acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações governamentais e não governamentais voltadas para a juventude, especialmente aquelas financiadas com recursos públicos;
III - Participar da elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de juventude;
IV - Sugerir prioridades e metas para o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), no que tange às políticas de juventude;
V - Incentivar, apoiar e realizar conferências, fóruns, seminários e eventos para discutir temas relacionados às juventudes;
VI - Fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura direitos às juventudes, oficiando autoridades competentes em caso de descumprimento;
VII - Fomentar o associativismo e a participação juvenil nos espaços públicos e movimentos sociais;
VIII - Criar e manter cadastro de entidades, programas e projetos voltados às juventudes;
IX - Elaborar seu regimento interno, a ser aprovado por ato do Prefeito;
X - Outras atribuições correlatas necessárias ao cumprimento de sua finalidade.

Seção II
Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal das Juventudes será composto por 08 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:
I - 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal, de livre indicação do Prefeito, garantida paridade de gênero (02 homens e 02 mulheres), preferencialmente das áreas de Juventude, Educação, Cultura, Esporte, Assistência Social ou Saúde;
II - 4 (quatro) representantes da Sociedade Civil, eleitos em Fórum Municipal, garantida paridade de gênero (02 homens e 02 mulheres), entre entidades, movimentos, coletivos ou organizações com atuação comprovada a pelo menos 2 (dois) anos na defesa ou promoção dos direitos das juventudes.
§ 1º Cada membro titular terá um suplente com plenos poderes para substituição.
§ 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, vedada a recondução consecutiva, devendo ser realizada nova eleição ao final de cada mandato.
§ 3º Os representantes da sociedade civil deverão:
a) ter domicílio eleitoral no Município de Moreno;
b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 29 (vinte e nove) anos na data da posse;
c) não ocupar cargo eletivo ou em comissão no Poder Público.
§ 4º O processo eleitoral para escolha dos representantes da sociedade civil será convocado por edital público com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, assegurando-se a paridade de gênero prevista no caput.
§ 5º A função de conselheiro é considerada de relevante interesse público, vedada qualquer forma de remuneração.

Seção III
Da Organização e Funcionamento

Art. 4º O COMJUV reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da sua presidência ou de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros.
Art. 5º As reuniões serão públicas, devendo ser previamente divulgadas para possibilitar a participação de jovens e da sociedade em geral, garantindo-lhes o acesso as informações do que for discutido entre os conselheiros.
Art. 6º O Conselho terá uma Diretoria Executiva composta de:
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - Secretário-Geral.
§ 1º Os cargos da Diretoria Executiva serão eleitos entre membros titulares do Conselho, por voto direto e aberto, por maioria simples, para mandato de dois anos, vedada a recondução consecutiva.

§ 2º Haverá alternância obrigatória na presidência entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, de modo que, em cada novo mandato, a presidência seja ocupada por representante de segmento distinto do mandato anterior.

Seção IV
Da Perda de Mandato

Art. 7º Perderá o mandato o conselheiro que:
I - se desvincular do órgão ou entidade que representa;
II - faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, sem justificativa;
III - praticar ato incompatível com a dignidade da função;
IV - for condenado por sentença penal transitada em julgado.
§ 1º O conselheiro poderá renunciar ao mandato mediante comunicação por escrito ao Conselho, sendo substituído pelo respectivo suplente.
§ 2º Na ausência de suplente, será convocada nova indicação ou eleição para preenchimento da vaga.

CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES

Art. 8º Fica criado o Fundo Municipal das Juventudes - FMJ, instrumento de captação e aplicação de recursos financeiros destinados a apoiar as políticas, programas e projetos voltados às juventudes no Município de Moreno.
Art. 9º Constituirão receitas do FMJ:
I - dotações orçamentárias próprias do Município;
II - transferências da União e do Estado;
III - doações de pessoas físicas e jurídicas;
IV - rendimentos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
V - recursos advindos de convênios, contratos ou parcerias com instituições públicas e privadas;
VI - outras receitas destinadas às políticas de juventude.
Art. 10. Os recursos do FMJ serão aplicados em:
I - programas e projetos de juventude definidos pelo COMJUV;
II - capacitação e formação de jovens;
III - promoção de eventos, seminários, fóruns e campanhas;
IV - estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados às juventudes;
V - outras ações previstas no Plano Municipal de Juventude.
Art. 11. A gestão do FMJ será realizada pelo órgão responsável pela política municipal de juventude, sob a orientação e fiscalização do COMJUV.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Poder Executivo Municipal garantirá ao COMJUV suporte técnico, administrativo, estrutural e financeiro para seu pleno funcionamento.
Art. 13. O COMJUV deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da posse de seus membros, submetendo-o à homologação do Prefeito.
Art. 14. O Conselho Municipal das Juventudes não substitui o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente nas atribuições legais que lhe são próprias.
Art. 15. Esta Lei revoga integralmente a Lei Municipal nº 395/09-GP.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Moreno-PE, 29 de dezembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:D8DE00C7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2024

Número do Contrato: nº 043/2024
Processo Administrativo (1DOC) nº 1.648/2023
Processo Licitatório: nº 109/2023
Tomada de Preços nº 007/2023
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E REQUALIFICAÇÃO EM DIVERSAS PRAÇAS NO MUNICÍPIO DE MORENO/PE.**
Contratante: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Contratada: CONTREL CONSTRUTORA REALIZAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI EPP
Signatário Contratante: FERNANDO GARCIA DA SILVA JÚNIOR
Signatário Contratada: EDUARDO SILVA GALVÃO
Gestor do Contrato: RAYMUNDO MONTEIRO
Fiscal do Contrato: MATHEUS ALVES FREITAS
Valor do Contrato: 205.294,42 (duzentos e cinco mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos).
Data da assinatura: 23/12/2025

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira Gadelha Júnior
Código Identificador:CD238BA8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2022

Número do Contrato nº 055/2022
Processo Administrativo nº 2.255/2025
Lei Federal nº 8.666/1993
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE AVISOS E ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE MORENO, TAIS COMO: AVISOS DE LICITAÇÃO, EXTRATOS, CITAÇÕES E DEMAIS ATOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE MORENO.**
Contratante: SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Contratada: DSA CONSULTORIA LTDA EPP
Signatário Contratante: FERNANDO GARCIA DA SILVA JÚNIOR
Signatário Contratada: SÁLVIO EDSON MAGALHÃES SIMÕES
Gestor do Contrato: FILIPE JOSÉ PAES BEZERRA
Fiscal do Contrato: SEVERINO TIAGO CAVALCANTI FILHO
Vigência do Contrato: 12 (doze) meses
Data da assinatura: 23 de dezembro de 2025

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira Gadelha Júnior
Código Identificador:EE14DE40

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2024

Número do Contrato: nº 010/2024
Processo Administrativo (1DOC) nº 1.337/2023
Processo Licitatório: nº 086/2023
Tomada de Preços nº 005/2023
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADO DIVERSAS RUAS NO MUNICIPIO DE MORENO/PE (LOTE 04).**
Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Contratada: CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA
Signatário Contratante: FERNANDO GARCIA DA SILVA JÚNIOR
Signatário Contratada: MARCUS VINICIUS MACEDO TRAVASSOS
Gestor do Contrato: RAYMUNDO PEDROSA MONTEIRO FILHO
Fiscal do Contrato: CLECIMAR BARBOSA MEDEIROS
Valor do Contrato: 987.757,56 (novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).
Data da assinatura: 22 de dezembro de 2025

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira Gadelha Júnior
Código Identificador:C7AE584C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 055/2025

Processo Administrativo 1(DOC) nº 719/2025

Processo Licitatório nº 096/2025
Pregão Eletrônico nº 015/2025
Objeto: **O OBJETO DESTA ATA É O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALAR, A FIM DE ATENDER A ATENÇÃO BÁSICA, SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO E REDE ESPECIALIZADA DO MUNICÍPIO DE MORENO/PE, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTAS APRESENTADAS NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025, QUE INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO.**
Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR LTDA
Signatário Contratante: RAMON NASCIMENTO DA SILVA
Signatário Contratada: SHIRLEI VALERIA RODRIGUES ASSIS
Gestor do Contrato: ANA PAULA RIBEIRO
Fiscal do Contrato: PEDRO VINICIUS DAMASCENO GUILERMINO
Valor do contrato: 3.694,50 (três mil e seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)
Vigência do Contrato: 12 (doze) meses
Data da assinatura: 22 de dezembro de 2025

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira Gadelha Júnior
Código Identificador:8D58A087

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
REVOGAR ATO N° 378/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO MORENO, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a estrutura administrativa definida na Lei Complementar n° 748/2025 de 17 de janeiro de 2025. **Resolve:**

REVOGAR o Ato n° 378/2025 de 03 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial n° 3.985, 04 de dezembro de 2025**, onde concede exoneração a servidora comissionada ANNIELLY CARINE LINS MARTINS**, lotada no MorenoPrev, no cargo de Secretaria Executiva, símbolo CDA-2, no dia 02 de dezembro de 2025, Código Identificador: 518335AD

O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de dezembro de 2025. Cumpra-se e publique-se.

Moreno, 29 de dezembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Ágata Melissa Sobral da Silva
Código Identificador:86EDEAC9

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1DOC) Nº. 1.904/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1DOC) Nº. 1.904/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS,PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL.

Valor Geral Estimado: R$ 79.365,23 (setenta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos)

Critério de julgamento: MENOR PREÇO por item.

Modo da Disputa: ABERTO

ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: A partir de 30/12/2025 às 09h00min - até 14/01/2026 às 9h.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14/01/2026 às 09h30min.

INÍCIO DA DISPUTA: 14/01/2026 às 10h00min.

O Edital na íntegra poderá ser retirado no endereço eletrônico: www.bllcompras.com. Outras informações: pregao@moreno.pe.gov.br, Fone: (81) 3535-3847 / (81) 98269-5212, segunda à sexta-feira das 8h às 14h.

Moreno, 29 de dezembro de 2025.

GIVALDO TORRES
Pregoeiro– PMM
Portaria nº 010/2025

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:F043D40D

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2025 [PROC. 1DOC Nº 813/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
HOMOLOGO, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2025 [Proc. 1Doc nº 813/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2025 cujo objeto consiste na FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA HOSPITALAR, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS E AS NECESSIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO BEIRÓ UCHOA NO MUNICÍPIO DE MORENO/PE e ADJUDICO o objeto à licitante:
PLEXO COMERCIO LTDA (49414558000102) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24 no valor total de R$ 130.040,72 (cento e trinta mil e quarenta reais e setenta e dois centavos).
UNICA SANEANTES LTDA (43392983000161) com os lotes: 22 no valor total de R$ 2.804,80 (dois mil e oitocentos e quatro reais e oitenta centavos).
Moreno, 16 de dezembro de 2025.

RAMON NASCIMENTO DA SILVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:194267F0

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2025

TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2025

Considerando a análise da legalidade do procedimento, da conveniência e oportunidade da contratação, bem como pelas atribuições a mim conferidas estou de acordo com o ato de reconhecimento realizado pela Agente de Contratações e RATIFICO, em todos os seus termos, o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 184/2025 - Processo Eletrônico 1Doc nº. 2.003/2025 - Dispensa Nº. 074/2025 em favor da empresa FARIAS EMPREENDIMENTOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.065.209/0001-86, no valor

R$ 61.700,00 (sessenta e um mil e setecentos reais), para a AQUISIÇÃO DE TOLDOS CHAPÉU DE BRUXA COM LONA E CABO DE AÇO INCLUSO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES.

Nessa oportunidade, determino a publicação deste ato e AUTORIZO o empenho dos Recursos que farão face às despesas da contratação.

Moreno, 29 de Dezembro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
GENILSON ROGACIANO CORREIA
Secretário de Cultura, Turismo e Esportes
Mat. 36.315

Publicado por:
Elaine Silva Dos Santos Pereira
Código Identificador:3CFF60FD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROCESSO LICITATÓRIO 001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025 - EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025. FMAS. Objeto: Contratação de empresa Especializada para Aquisição eventual e futura de Gêneros Alimentícios, destinados ao preparo de lanches para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Contratado: **AL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 53.634.346/0001-08. Valor Total: **R$ 247.395,00 (Duzentos e quarenta e sete mil,trezentos e noventa e cinco reais).** Mais informações através do site: http://www.nazaredamata.pe.gov.br. Vigência: 26/08/2025 à 26/08/2026.

Nazaré da Mata, 29 de Dezembro de 2025.

ANA CLÁUDIA DE ARAÚJO ALBUQUERQUE SOARES
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gesanias Maximo Ribeiro da Paz
Código Identificador:F764E91B

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROCESSO LICITATÓRIO 001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025 - EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2025. FMAS. Objeto: Contratação de empresa Especializada para Aquisição eventual e futura de Gêneros Alimentícios, destinados ao preparo de lanches para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Contratado: **J P S COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 48.303.725/0001-85. Valor Total: **R$ 13.860,00 (Treze mil, oitocentos e sessenta reais).** Mais informações através do site: http://www.nazaredamata.pe.gov.br. Vigência: 26/08/2025 à 26/08/2026.

Nazaré da Mata, 29 de Dezembro de 2025.

ANA CLÁUDIA DE ARAÚJO ALBUQUERQUE SOARES
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gesanias Maximo Ribeiro da Paz
Código Identificador:B81E4248

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROCESSO LICITATÓRIO 001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025 - EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2025. FMAS. Objeto: Contratação de empresa Especializada para Aquisição eventual e futura de Gêneros Alimentícios, destinados ao preparo de lanches para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Contratado: **DHAYANNE DOURADO DE SOUZA CARDOSO-ME**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 34.628.413/0001-37. Valor Total: **R$ 60.630,00 (Sessenta mil, seiscentos e trinta reais).** Mais informações através do site: http://www.nazaredamata.pe.gov.br. Vigência: 26/08/2025 à 26/08/2026.

Nazaré da Mata, 29 de Dezembro de 2025.

ANA CLÁUDIA DE ARAÚJO ALBUQUERQUE SOARES
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gesanias Maximo Ribeiro da Paz
Código Identificador:B6E91EE7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2024

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 173/2024
Contratante: Município de Olinda
Contratada: RM TERCEIRIZAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EIRELI
CNPJ: 05.465.222/0001-01
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 173/2024 por 04 (quatro) meses, a partir de 24/10/2025, cujo objeto versa sobre a prestação de serviços de apoio administrativo para atender as necessidades dos prédios administrativos e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Olinda.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste termo aditivo estão programadas na dotação orçamentária:
Código reduzido: 1634; Unidade Orçamentária: 17071; Função: 12; Subfunção: 361; Programa: 3026; Projeto/Atividade (Ação): 4029; Elemento: 339037; Fontes: 1500/1001.
Data de Assinatura: 23/10/2025
Assinam: Pelo Município de Olinda: ODIN FELIPE PEREIRA DAS NEVES SILVA - Secretário de Educação. Pela empresa RM TERCEIRIZAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EIRELI: ROMERO JATOBÁ CAVALCANTI FILHO: Representante legal.

Publicado por:
Geraldo Antonio Monteiro Gomes
Código Identificador:FCBCDB48

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 172/2024

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 172/2024
Contratante: Município de Olinda
Contratada: SOLSERV SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 14.056.350/0001-84
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 172/2024 por 12 (doze) meses, a partir de 24/10/2025, cujo objeto versa sobre a prestação de serviços de apoio administrativo para atender as necessidades dos prédios administrativos e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Olinda.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Código reduzido: 1634; Unidade Orçamentária: 17071; Função: 12; Subfunção: 361; Programa: 3026; Projeto/Atividade (Ação): 4029; Elemento: 339037; Fontes: 1500/1001
Data de Assinatura: 24/10/2025
Assinam: Pelo Município de Olinda: ODIN FELIPE PEREIRA DAS NEVES SILVA - Secretário de Educação. Pela empresa SOLSERV

SERVIÇOS LTDA: Joelma Eduardo de Lira Silva: Representante legal.

Publicado por:
Geraldo Antonio Monteiro Gomes
Código Identificador:F369E998

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 255/2022

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 255/2022
Contratante: Município de Olinda
Contratada: ALFAPRINT LOCAÇÕES EIRELI
CNPJ: 09.156.195/0001-38
Objeto: I - A prorrogação do prazo de vigência do Contrato n° 255/2022 por 12 (doze) meses, a partir de 01.11.2025, cujo objeto versa sobre a contratação de empresa especializada em serviço de locação e manutenção de impressoras multifuncionais e scanner, incluindo impressão e reprografia, para atender as demandas da Secretaria de Educação de Olinda, conforme disposto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.
Il — O reajuste do preço previsto na Cláusula Décima do instrumento pactuado no valor de R$ 16.052,27 (dezesseis mil, cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), o que representa um percentual de 4,605525% sobre o valor inicial atualizado do Contrato nº 255/2022 que era de R$ 348.543,64 (trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos), passando a ser R$ 364.595,91 (trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste termo aditivo estão programadas na dotação orçamentária:
Código reduzido: 1635; Unidade Orçamentária: 17071; Função: 12; Subfunção: 361; Programa: 3026; Projeto/Atividade (Ação): 4029; Elemento: 339039; Fonte: 1500.
Data de Assinatura: 31/10/2025
Assinam: Pelo Município de Olinda: ODIN FELIPE PEREIRA DAS NEVES SILVA - Secretário Municipal de Educação. Pela empresa ALFAPRINT LOCAÇÕES EIRELI: ISRAEL SILVA PATRÍCIO DA CRUZ - Representante legal.

Publicado por:
Geraldo Antonio Monteiro Gomes
Código Identificador:01C75B59

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 – CICLO ARTÍSTICO E CULTURAL DE OLINDA DE 2026

RESULTADO FINAL DOS HABILITADOS – PESSOA FÍSICA		
INSCRIÇÃO	**PROPONENTE**	**ATRAÇÃO**
0001/2025	WELLINGTON NERY DA SILVA	NERYNHO DO FREVO E FORRÓ
0002/2025	TACIANA RENATA GOMES DA SILVA	TCM TÁ COM RAIVA DEU? SE FODEU DIGA
0003/2025	RHUAN HENRIQUE FARIAS OLIVEIRA	TROÇA CARNAVALESCA MISTA DOM JUAN DO MONTE
0004/2025	SILAS FREIRE DE SOUZA	OS CAMALEÕES
0005/2025	UBIRAJARA MATINHO DE SOUZA	DJ CAMARONES
0008/2025	FERNANDO MATHEUS DA SILVA ANDRADE	OS KAÇULAS
0009/2025	ANDREA CARLA SOUZA DE ANDRADE NOGUEIRA LIMA	TRIO FORROMANIA
0011/2025	JOSÉ ROBERTO DA SILVA JUNIOR	ROBERTTO
0013/2025	JOSE RICARDO FRANCISCO DA SILVA	RICARDO RICO E LEIDI LIMA
0015/2025	THIAGO BATISTA FERREIRA	MISTURA SAMBA
0016/2025	LUIZA ROBERTA DE LIMA	ORQUESTRA LUAR
0017/2025	ELLAN PRICILIO ALVES BARRETO	OKADO DO CANAL
0019/2025	YASMIN MIRTES SANTOS SILVA	COCO RIO TOBOSSI
0020/2025	BENEDITO BELO DA SILVA	BENEDITO DA MACUCA
0021/2025	AUGUSTO JOSÉ DA SILVA	BATERIA POVOADA
0022/2025	DANIEL HENRIQUE DE ANDRADE MELO	JANETE SAIU PARA BEBER
0023/2025	RHUAN HENRIQUE FARIAS OLIVEIRA	CENTRO CULTURAL AMANTES DO CARNAVAL DE OLINDA
0025/2025	JAENE PEREIRA BARBOSA	FLOR DE CATEMBA
0026/2025	BENONE CARVALHO FORTUNA	OREALPLUG
0027/2025	SUTRA DA CUNHA SARMENTO	A OUTRA - BREGA ROMÂNTICO
0028/2025	DIEGO RAFAEL DE SOUZA	TRUPE CONVIVER É VIVER
0029/2025	JOSÉ ROBERTO DA SILVA JUNIOR	ROBERTTO
0030/2025	LUIZA ROBERTA DE LIMA	ORQUESTRA LUAR
0031/2025	INAJÁ BARBOSA DOS PRAZERES SOARES	TCM DA LULUZINHA
0032/2025	LESHJAE KUMPANIA	LESHJAE KUMPANJIA
0033/2025	ROSINALVA GOMES DA SILVA	ESCOLA VIRADANÇA
0034/2025	DANIELLA FERNANDES DE SOUZA	DANI CARMESIM
0035/2025	RAFAEL THIAGO DAS NEVES MACHADO	COCO CHINELO DE PAU
0036/2025	RAYANE MEGLYN COSTA MEDEIROS	SAMBA DO BONFIM
0037/2025	ARISTÓTELES PEREIRA FALCÃO ARAÚJO	DJ ARI FALCÃO
0038/2025	JAMMESSON HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA	TCM GAROTO DE VASSOURA
0039/2025	SIDCLAY FELIPE BERNARDINO	SIDADE
0040/2025	PEDRO VICTOR CRUZ BEIJA	MATUCANA
0041/2025	DAMIAO CLEBSON MORENO FERREIRA	DAMIÃO MORENO
0042/2025	SENHORINHA JOANA ALVES DA SILVA	NAÇÃO MULAMBO
0043/2025	RAFAEL MASCARENHAS DE OLIVEIRA	DJ RAFAEL MASK
0045/2025	WELLINGTON RICARDO MIGUEL DA SILVA	GRUPO NOVA GERAÇÃO
0047/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DALILA DRAG & BANDA
0048/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DJ DRAG DALILA
0049/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DALILA DRAG
0050/2025	HALBERYS MORAIS DE HOLANDA	NEGRISAMBA
0051/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DRAG DALILA
0053/2025	RAQUEL FERREIRA DA SILVA	BANDA ATRAENTE
0054/2025	RODRIGO LACERDA FRAGA MUNIZ	TCM FIGADO DE AÇO

Olinda, 29 de dezembro de 2025

MARÍLIA BANHOLZER
Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo

ALEXANDRE MIRANDA
Secretário Executivo de Cultura

LUIZ CARLOS DA SILVA
Diretor de Cultura

Publicado por:
Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa
Código Identificador:4D58EC37

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 – CICLO ARTISTICO E CULTURAL DE OLINDA EM 2026

RESULTADO FINAL INABILITADOS PESSOA FISICA			
INSCRIÇÃO	**ATRAÇÃO**	**REPRESENTANTE**	**CPF REPRESENTANTE**
0006/2025	**TRIO OS CANGAÇOS**	BIANCA HONORATO DE ANDRADE	128.673.704-42
0007/2025	**MICHAEL ARTE MIL**	Michael Carlos dos Santos	052.192.204-62
0010/2025	**BRUNO SWING**	BRUNO CESAR ANDRADE MESSIAS	042.545.804-01
0012/2025	**FLÁVIO CONEXÃO**	FLÁVIO JOSÉ CRUZ DE MELO	024.517.014-63
0014/2025	**BANDA AVISA LÁ**	BRUNO CESAR ANDRADE MESSIAS	042.545.804-01
0018/2025	**WILLAMS PEREIRA**	WILLAMS PEREIRA DA SILVA	588.402.304-91
0044/2025	**RODA DE SAMBA DE MACUMBA**	Valdinte César Tavares	880.271.204-20
0046/2025	**CHARQUE TRIO**	Paulo André Cavalcanti de Albuquerque Nunes	052.630.444-88
0052/2025	**AGOJUBÁ BATUQUE**	Giovanna Teles de Souza	030.721.654-32

Olinda, 29 de dezembro de 2025
MARILIA BANHOLZER
Secretária de Patrimônio, Cultura e Turismo
ALEXANDRE MIRANDA
Secretário Executivo de Cultura
LUIZ CARLOS DA SILVA
Diretor de Cultura

Publicado por:
Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa
Código Identificador:25426362

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OROBÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE OROBÓ
AVISO DE REPUBLICAÇÃO

Processo nº 101/2025 - Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 027/2025 - Comissão de Contratações - Objeto Nat.: Compras – Objeto: registro de preços, consignado em ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, objetivando à eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), novo, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, para atender às necessidades das unidades de ensino da Rede Pública Municipal de Orobó/PE. Valor Máximo Aceitável: R$ 2.335.400,98 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos reais e noventa e oito centavos) - Local e Data da Sessão de Abertura: Prefeitura Municipal de Orobó - Avenida Estácio Coimbra, nº. 19, Sala da CPL, Centro, Orobó-PE (CEP: 55.745-000); 13/01/2026; Horário: 09:00h - Edital e anexos disponíveis no site www.licitanet.com.br, informações adicionais podem ser obtidos na sede da CPL, através do e-mail: licitacao_orobo@yahoo.com.br ou através do Fone (81) 2011-8298, no horário de 8:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.Orobó/PE, 29 dezembro de 2025.

SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU
Prefeito

Publicado por:
Silvaneide Maria Salvador
Código Identificador:1814DC5C

PREFEITURA MUNICIPAL DE OROBÓ
NOTIFICAÇÃO TÉCNICA

Orobó, 23 de dezembro de 2025.

À: *CAVALCANTI, ANDRADE E ALCÂNTARA CONSTRUTORA LTDA*

Referência: Notificação Técnica – Atrasos e Inconformidades - Contrato nº 050/2024
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACOSTAMENTOS E CALÇADAS NA ENTRADA DE OROBÓ, NA MARGEM DA PE-088 (3ª ETAPA) - **LOCAL:** RODOVIA PE-088 - OROBÓ / PE
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 035/2024 - **CONCORRÊNCIA:** Nº 006/2024
CONTRATO: Nº 050/2024 (DE 25/07/2024)

NOTIFICAÇÃO TÉCNICA

NOTIFICAMOS nesta data a empresa **CAVALCANTI, ANDRADE E ALCÂNTARA CONSTRUTORA LTDA**, detentora de contrato firmado com esta Prefeitura para a obra supracitada, acerca dos fatos destacados a seguir:

1. Em análise do andamento da obra, observou-se falta de compatibilidade entre os dados do cronograma físico-financeiro previsto e os montantes efetivamente executados no mesmo período, evidenciando atraso.

2. De fato, já transcorreram mais de 509 dias desde a emissão da Ordem de Serviços, datada de 01/08/2024. Mesmo considerando que já foram celebrados termos aditivos de prazo e valor, o percentual acumulado desde a última medição expedida (BM nº 07, datado de 26/11/2025) é de 90,28%, quando a previsão contratual seria de aproximadamente 95,00%. Desta forma, fica evidente que existem atrasos na execução.

3. Não obstante, há pelo menos uma semana que a obra encontra-se paralisada, denotando descaso com o atraso e ausência de medidas para recuperação do tempo perdido.

4. Além disso, persistem parte das inconformidades construtivas apontadas na notificação técnica de 19/11/2025.

O não cumprimento do objeto contratado no prazo previsto poderá ensejar na penalização do contratado, na forma da lei. De fato, destaca a Lei 14.133/2021:
"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; [...]
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar." [grifos nossos]

Observe-se que estamos recorrendo a uma simples advertência, e que no caso da inobservância das recomendações aqui propostas, poderão ser tomadas as medidas subsequentes. Dessa forma, a não reparação do dano, garantido o direito de defesa, poderá ensejar na penalização do contratado, na forma da lei.

Atenciosamente,

DEPT. ENGENHARIA DO MUNICÍPIO DE OROBÓ
Engenheiro Fiscal

SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU
Prefeito

Publicado por:
Ronaldo Jose Barbosa de Oliveira
Código Identificador:FB271964

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PALMARES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE N° 20 /2024

EMENTA: Cria o Programa Letrando e Trelando com o Saber que tem por objetivo garantir a alfabetização dos estudantes da rede municipal de ensino na idade certa e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DOS PALMARES, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições constitucionais e em conformidade como que preceitua a Lei Orgânica do Município dos Palmares, em seus artigos 30 e 38.
Art. 1º Fica instituido, no ambito do Poder Executivo, o Programa Letrando e Trelando com o Saber que tem por objetivo garantir a alfabetização dos estudantes da rede municipal de ensino na idade certa.
Art. 2 º A idade certa para a alfabetização é até os 07 (sete) anos de idade, conforme estabelecido na meta 5 do Plano Municipal de Educação, tendo este programa como foco até os 7 (sete) anos de idade.
Art. 3º As ações do Programa Letrando e Trelando com o Saber serão desenvolvidas com o seguinte escopo:
1 - Educação Infantil;
II - 1º Ano e 2 º Ano do Ensino Fundamental.
Art. 4º As ações do Programa Letrando e Trelando com o Saber contemplam os seguintes eixos:
I - Elaboração de Matriz Curricular;
II - Formação Continuada para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;
III - Oferta de materiais pedagógicos complementares de acordo com a BNCC:
IV - Avaliação e monitoramento;
V - Acompanhamento de aprendizagem;
VI - Sistema de incentivo para melhoria de resultados;

VII - Fortalecimento da Gestão Escolar.
Art. 5º As ações do Programa Letrando e Trelando com o Saber serão realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Educação.
Art. 6º Poderão contribuir com as ações do Programa Letrando e Trelando com o Saber instituições públicas e privadas através d e termo d e colaboração firmado com a Secretaria Municipal de Educação de Educação.
Parágrafo único. As instituições a que se referem o caput poderão contribuir financeiramente ou mediante cooperação técnica com o Programa Letrando e Trelando com o Saber desde que os aportes financeiros ou propostas técnicas estejam alinhados com os eixos previstos no programa.
Art. 7 º A s escolas que s e destacarem nas ações referentes a o Programa Letrando e Trelando com o Saber, serão credenciados para o recebimento de bonificação a ser instituída em normativa própria, após a realização de estudo técnico/Financeiro sobre o programa.
Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmares-PE, 05 de junho de 2024.

JOSÉ BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Alves Pinheiro da Silva
Código Identificador:252EB1A4

SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
PORTARIA SEMDSC N° 05/2025

Dispõe sobre a exoneração para o cargo comissionado de Assessor Executivo da Secretaria Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Palmares-PE e da outras providências.

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DOS PALMARES, ESTADO DE PERNAMBUCO, RAQUEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE MELO, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 31, IV da Lei Orgânica do Município, bem como no Art. 85 da Lei 2.201/2020, a qual alterou a Lei 1.930/2013, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR** a servidora público municipal **ROBERTA EMANUELLE BASTOS DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, inscrito(a) nº RG 7.728.813 SDS/PE e no CPF nº 072.046.744-64 do cargo comissionado de ASSESSOR EXECUTIVO, Símbolo CC–2, lotada na **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE PALMARES**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Secretária Executivo de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Palmares;

Segunda-feira, 29 de dezembro de 2025.

RAQUEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE MELO
Secretária Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do município

Publicado por:
Arthur Alves Pinheiro da Silva
Código Identificador:B14A0F4C

SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
PORTARIA SEMDSC N° 06/2025

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal de todoa os contratos administrativos no âmbito da Secretaria Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Palmares-PE e da outras providências.

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DOS PALMARES, ESTADO DE PERNAMBUCO, RAQUEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE MELO, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 31, IV da Lei Orgânica do Município, bem como no Art. 85 da Lei 2.201/2020, a qual alterou a Lei 1.930/2013, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem a matéria.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 117 e 174 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada gestão dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **RAQUEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE MELO**, Secretária Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, matrícula nº **11/2021**, para exercer a função de **Gestora de todos os Contratos administrativos** firmados no âmbito da Secretaria Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, inclusive aqueles decorrentes de licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Art. 2º Designar o servidor **ELIABE MARQUES DA SILVA**, assessor executivo, matrícula nº **02/2021**, para exercer a função de **Fiscal de todos os Contratos administrativos** firmados no âmbito da Secretaria Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Art. 3º Compete à **Gestora dos Contratos**, sem prejuízo de outras atribuições legais:
I – coordenar e supervisionar a execução contratual;
II – acompanhar prazos de vigência, execução e renovação;
III – adotar providências administrativas para o fiel cumprimento dos contratos;
IV – comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
V – solicitar a aplicação de sanções administrativas, quando cabível.

Art. 4º Compete ao **Fiscal dos Contratos**:
I – acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
II – atestar a execução dos serviços, obras ou fornecimentos;
III – registrar formalmente as ocorrências relacionadas à execução;
IV – comunicar imediatamente à Gestora dos Contratos qualquer irregularidade;
V – subsidiar a Administração quanto à aplicação de penalidades.

Art. 5º A gestão e a fiscalização contratual não se confundem, observando-se o princípio da **segregação de funções**, vedada a concentração de atribuições incompatíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a todos os contratos vigentes e aos que vierem a ser firmados.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Secretária Executivo de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Palmares;

Segunda-feira, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO JÚNIOR
- Prefeito Município dos Palmares –

RAQUEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE MELO
Secretária Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município

Publicado por:
Arthur Alves Pinheiro da Silva
Código Identificador:9D601009

SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
PORTARIA SEMDSC N° 07/2025

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DOS PALMARES, **RAQUEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE MELO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e tendo em vista o que dispõe a Cláusula Nona do Contrato Administrativo de Serviços a Prazo Determinado, bem como considerando a conveniência e o interesse do Serviço Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. **RESCINDIR** os Contratos Administrativos de Serviço a Prazo Determinado celebrados no ano de 2025 com término em 31/12/2025, com lotação na Secretaria Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, em face do excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Secretária Executivo de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Palmares;

Segunda-feira, 29 de dezembro de 2025.

RAQUEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE MELO
Secretária Executiva Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município

Publicado por:
Arthur Alves Pinheiro da Silva
Código Identificador:E04A6BC4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PANELAS

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 79, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

Determina contratações temporárias por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PANELAS**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 82, inciso XVII, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a possibilidade de contratação por excepcional interesse público para estas hipóteses, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e do art. 2º, incisos V, VI e VII da Lei Municipal nº 906/2009;
CONSIDERANDO a necessidade de justificação da contratação, que deve ser precedida de seleção simplificada, nos termos do art. 4º, *caput*, da Lei Municipal nº 906/2009, com redação dada pela Lei Municipal nº 1.054/2021;
CONSIDERANDO que a Secretaria de Administração e Assuntos Jurídicos constatou a existência de funções e serviços que não podem sofrer descontinuidade, sob pena de prejuízo irreparável ou de difícil reparação para a população;
DECRETA:
Art. 1º Ficam autorizadas as contratações temporárias por excepcional interesse público para as funções públicas cujos serviços não podem sofrer descontinuidade e cujo rol consta do Anexo Único deste Decreto, cuja contratação será por até um ano, prorrogável por igual período.
Parágrafo Único. As contratações descritas no *caput* deste artigo serão precedidos de Seleção Simplificada.
Art. 2º O processo seletivo simplificado será de avaliação curricular, entrevistas psicossociais, de provas ou de provas e títulos, estando o edital sujeito à ampla divulgação em órgão oficial, bem como publicação no sítio municipal na internet.
Parágrafo Único. Os critérios do edital do processo seletivo simplificado previsto no *caput* deste artigo serão definidos em edital próprio, obedecidos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente do Poder Executivo Municipal.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Panelas/PE, segunda-feira, 1º de Dezembro de 2025.

RUBEN DE LIMA BARBOSA
Prefeito

ANEXO ÚNICO
I - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Função	Vagas
Auxiliar de Manutenção	20
Gari	10
Jardineiro	05
Pedreiro	10
Pintor	04
Motorista de Caminhão Compactador	04

II - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Função	Vagas
Professor I	70
Professor II	10
Monitor	40
Profissional de Apoio Educacional	60
Agente de Apoio Operacional	15
Auxiliar de Professor	04

III - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

Função	Vagas
Vigia	20

IV - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Função	Vagas
Oficineiro	02
Orientador Social	06

Publicado por:
Marcella Maria Fernandes Vieira Ferreira
Código Identificador:D7989302

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 412/2025 – GABINETE DO PREFEITO

Institui Comissão Especial para realização de seleção pública simplificada para atender necessidades transitórias da Prefeitura Municipal de Panelas/PE.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PANELAS, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária de pessoal para atender à demanda de interesse público relevante;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; e
CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na realização de seleção pública.
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão Especial de Seleção Pública Simplificada, incumbida de planejar, organizar, coordenar e executar todas as fases

do certame destinado à contratação temporária de profissionais, conforme edital a ser publicado.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:
I – VIVIANE RAFAELE DA SILVA, AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 27635217;
II – JOAB ALEX DA SILVA, AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3036;
III – MARIA RENATA DA SILVA, SUPERVISOR PEDAGÓGICO, matrícula nº 27636049.
§1º A presidência da Comissão caberá à servidora mencionada no inciso I deste artigo.
§2º A Comissão poderá solicitar apoio técnico e administrativo de outros setores da administração municipal, sempre que necessário.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – Acompanhar, fiscalizar e supervisionar todas as fases do certame, garantindo o cumprimento das normas legais e contratuais;
II – Analisar e aprovar, previamente, os editais, cronogramas, critérios de avaliação e demais documentos elaborados pela empresa contratada;
III – Garantir a transparência, a publicidade e a legalidade de todos os atos do processo seletivo;
IV – Responder a eventuais questionamentos de órgãos de controle, como Ministério Público ou Tribunal de Contas;
V – Receber e encaminhar os relatórios e demais documentos produzidos pela empresa executora;
VI – Participar da homologação do resultado final, conferindo regularidade à condução do certame;
VII – Emitir parecer conclusivo sobre a regularidade do processo seletivo para fins de homologação e convocação dos aprovados.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Panelas-PE, 29 de dezembro de 2025.

RUBEN DE LIMA BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Marcella Maria Fernandes Vieira Ferreira
Código Identificador:0060A522

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PARANATAMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 146/2025

Contrato Nº: 146/2025
Processo Nº: 106/2025
Comissão: CPL
Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico Nº 025/2025
Objeto Nat.: Serviços
Objeto Desc.: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de recargas de oxigênio medicinal e ar comprimido medicinal, visando atender às necessidades da secretaria municipal de saúde de Paranatama/PE.
Contratado: EVILASIO FLORENTINO DE LIMA NETO **CNPJ**: 20.703.059/0001-53
Valor: 571.632,00 (quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais).
Vigência: 08/12/2025 a 08/01/2029
Local e Data de Assinatura: Paranatama-PE, 08/12/2025

VALDI PIMENTEL DE GOIS
Secretário de Saúde

Publicado por:
Lucivaldo José Barbosa Alexandre
Código Identificador:AB9C4AA1

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMETO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Trata-se de CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NO DIA 31/12/2025, DE SHOW ARTÍSTICO DA CANTORA "NATHALIA CALASANS", NA TRADICIONAL FESTA DE VIRADA DE ANO, EDIÇÃO 2025 NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE, para fim de comemorar a Tradicional Festa de Virada de Ano, bem como promover a cultura, com a referida Apresentação Artística. **RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO** a contratação da Pessoa Jurídica REC10 STUDIO LTDA - ME, PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 31/12/2025, DE SHOW ARTÍSTICO DA CANTORA "NATHALIA CALASANS", NA TRADICIONAL FESTA DE VIRADA DE ANO, EDIÇÃO 2025 NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE, sediada na Rua Gaspar Vasconcelos Vieira, N° 177, Universitário, Caruaru/PE, inscrita no CNPJ n° 15.045.049/0001-38, neste ato representada pelo Sr(a). EVERTON CESAR DE QUEIROZ DEMEZIO, portador do CPF sob o nº xxx.x16.58x-xx, para prestação de serviço referente à APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA supramencionada, e autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em R$ 100.000,00 (cem mil reais), O pagamento será realizado de forma integral até 30 dias a pós a realização da apresentação do artista, mediante a devida documentação fiscal e contábil, com a realização do Certame Licitatório na Modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2025**, com respaldo legal nos termos do art. 74, "caput", inc. II, da Lei n° 14.133/21, observados, então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Parnamirim/PE, 29 de dezembro de 2025.

LUCRÉCIO MARCIO MOURA DE AQUINO ANGELIM
Ordenador de Despesas da Cultura, Turismo e Desportos

Publicado por:
Cicero Rangel Andrade Bezerra
Código Identificador:32D93296

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMETO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Trata-se de CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NO DIA 31/12/2025, DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "FORRÓ DO CUPIDO", NA TRADICIONAL FESTA DE VIRADA DE ANO, EDIÇÃO 2025 NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE, para fim de comemorar a Tradicional Festa de Virada de Ano, bem como promover a cultura, com a referida Apresentação Artística. **RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO** a contratação da Pessoa Jurídica DUARTE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME, PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 31/12/2025, DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "FORRÓ DO CUPIDO", NA TRADICIONAL FESTA DE VIRADA DE ANO, EDIÇÃO 2025 NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE, sediada na AV DUQUE DE CAXIAS, Nº 797, AVENIDA, GARANHUNS/PE inscrita no CNPJ n° 55.688.217/0001-28, neste ato representada pelo Sr. LÚCIO FERREIRA DUARTE NETO, portador do CPF sob o nº xxx.x79.30x-xx, para prestação de serviço referente à APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA supramencionada, e autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O pagamento será realizado de forma integral até 30 dias a pós a realização da apresentação do artista, mediante a devida documentação fiscal e contábil, com a realização do Certame Licitatório na Modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2025**, com respaldo legal nos termos do art. 74, "caput", inc. II, da Lei n° 14.133/21, observados, então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Parnamirim/PE, 29 de dezembro de 2025.

LUCRÉCIO MARCIO MOURA DE AQUINO ANGELIM
Ordenador de Despesas da Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos

Publicado por:
Cicero Rangel Andrade Bezerra
Código Identificador:B41EAB89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMETO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Trata-se de CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NO DIA 31/12/2025, DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR "JAMES BONDE", NA TRADICIONAL FESTA DE VIRADA DE ANO, EDIÇÃO 2025 NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE, para fim de comemorar a Tradicional Festa de Virada de Ano, bem como promover a cultura, com a referida Apresentação Artística. **RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO** a contratação da Pessoa Jurídica MELO EVENTOS E PRODUCOES LTDA - ME, PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 31/12/2025, DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR "JAMES BONDE", NA TRADICIONAL FESTA DE VIRADA DE ANO, EDIÇÃO 2025 NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE, sediada na Av. Caruaru, nº 333, São José, Garanhuns/PE inscrita no CNPJ n° 49.344.459/0001-00, neste ato representada pelo Sr(a). CAIO BRUNO DE MELO SILVA, portador do CPF sob o nº xx.x57.94x-xx, para prestação de serviço referente à APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA supramencionada, e autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), O pagamento será realizado de forma integral até 30 dias a pós a realização da apresentação do artista, mediante a devida documentação fiscal e contábil, com a realização do Certame Licitatório na Modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2025**, com respaldo legal nos termos do art. 74, "caput", inc. II, da Lei n° 14.133/21, observados, então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Parnamirim/PE, 29 de dezembro de 2025.

LUCRÉCIO MARCIO MOURA DE AQUINO ANGELIM
Ordenador de Despesas da Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos

Publicado por:
Cicero Rangel Andrade Bezerra
Código Identificador:683DB24E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PASSIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSIRA
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2021

PARTES: Câmara Municipal de Passira (Contratante) e Érico Almeida Sociedade Individual de Advocacia (Contratada).
CNPJ DA CONTRATADA: 40.768.380/0001-23.
ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2021.
PROCESSO ORIGINÁRIO: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período residual, encerrando-se o ciclo legal de 60 (sessenta) meses, e reajuste anual do valor contratual pelo índice IPCA-E (IBGE).
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 01 de janeiro de 2026 a 05 de abril de 2026.
VALOR MENSAL: R$ 8.040,75 (Oito mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: Câmara Municipal de Passira; Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades Administrativas; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, II e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2025.
SIGNATÁRIOS: Antônio Luis da Silva (Pela Contratante) e Érico dos Santos Almeida (Pela Contratada).
Passira, 29 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO LUIS DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ana Beatriz Silva Lima
Código Identificador:553355D5

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSIRA
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2021

PARTES: Câmara Municipal de Passira (Contratante) e SOCAM – Sociedade Comercial de Assistência Municipal Ltda ME (Contratada).
ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2021.
PROCESSO ORIGINÁRIO: Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período residual de 03 (três) meses, visando completar o limite legal de 60 meses, e reajuste anual dos valores contratuais pelo índice IPCA-E (IBGE).
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 01 de janeiro de 2026 a 31 de março de 2026.
VALOR MENSAL: R$7.351,03.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: Câmara Municipal de Passira; Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades Administrativas; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, II e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2025.
SIGNATÁRIOS: Antônio Luis da Silva (Pela Contratante) e Paulo Eduardo Pereira de Santana (Pela Contratada).
Passira, 29 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO LUIS DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ana Beatriz Silva Lima
Código Identificador:AED9A84D

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSIRA
LEI MUNICIPAL Nº 904/2025

Institui auxílio-alimentação de caráter indenizatório para os Vereadores do Município de Passira, fixa o valor e estabelece critério de atualização.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no art. 28, § 3º e § 8º, da Lei Orgânica do Município de Passira, considerando o silêncio do Chefe do Poder Executivo decorrido o prazo legal de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento do Projeto de Lei do Legislativo nº 004/2025 (comunicado via Ofício nº 137/2025 de 05/12/2025),
PROMULGA a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído auxílio-alimentação de caráter indenizatório aos Vereadores do Município de Passira, no valor mensal de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), destinado a custear despesas com alimentação no exercício do mandato parlamentar.
Art. 2ºO referido auxílio não possui natureza remuneratória, não se incorpora ao subsídio, nem serve de base para cálculo de qualquer vantagem legal ou tributária.
Art. 3ºO valor do auxílio alimentação será atualizado anualmente, no mês de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Art. 4ºO pagamento terá início a partir de 1º de janeiro de 2026, condicionado à existência de dotação orçamentária própria.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 29 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO LUIS DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Passira

Publicado por:
Ana Beatriz Silva Lima
Código Identificador:403A374A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2025 INEXIGIBILIDADE N° 038/2025

O Prefeito do Município de Passira com fundamento no art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021 do mesmo diploma legal, torna público que ratifica a inexigibilidade de licitação para contratação do Artista: **Ciel Rodrigues**, através do seu empresário exclusivo a empresa **FRANCISCO S. DA COSTA JUNIOR-ME, inscrito no CNPJ: Nº 32.482.767/0001-90,** para apresentação do mesmo na Tradicional Festa de Reis do Povoado de Bengalas, Zona Rural de Passira/PE, que será realizada, **no dia 06 de Janeiro de 2026**, no valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**.
Passira, 29 de dezembro de 2025.

SEVERINO SILVESTRE DE ALBUQUERQUE -
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Manoel da Cruz
Código Identificador:C5512A24

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO FMASP Nº 013/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO FMASP Nº 005/2025. REGISTRO DE PREÇO FMASP Nº 005/2025

Objeto Natureza: Compras
Objeto Descrição: **Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, incluindo hortifrutis, destinados ao atendimento das unidades socioassistenciais do Município de Passira/PE, abrangendo a Proteção Social Básica (CRAS, SCFV), Proteção Social Especial (CREAS), Cadastro Único, bem como as Cozinhas Comunitárias vinculadas ao Programa Bom Prato Pernambuco, licitação para Microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e Microempreendor individual – Mei e exclusiva, conforme lei complementar 123/2006 e 147/2014.**
Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.
Valor máximo aceitável global para todos os itens: **R$ 179.376,67 (cento e setenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**
Início do acolhimento das propostas: **30/12/2025 às 12:00h.**
Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: **13/01/2026 às 09:00h.** Abertura da sessão de lances: **13/01/2026, às 09:30h** (horário de Brasília). O julgamento ocorrerá pelo Portal de Compras Públicas estando disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.
Maiores esclarecimentos encontrar-se-ão no endereço mencionado, prédio da Prefeitura Municipal de Passira, em dias úteis no horário das 8:00h às 12:00h, ou através do endereço: **licitacao@passira.pe.gov.br**.
Passira,29/12/2025.

EDUARDO MANOEL DA CRUZ–
Pregoeiro.

Publicado por:
Eduardo Manoel da Cruz
Código Identificador:C02BC594

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°014/2025 AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

O Fundo Municipal de Assistência Social de Passira, Estado de Pernambuco, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para **Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, oriundos da agricultura familiar, destinados ao abastecimento das três Cozinhas Comunitárias do município de Passira/PE, sendo duas em funcionamento e uma em fase de implantação. A aquisição desses itens é fundamental para assegurar o preparo diário das refeições oferecidas às famílias atendidas, promovendo alimentação adequada, segurança alimentar e nutricional e contribuindo para o fortalecimento das políticas municipais de combate à fome**, conforme a Lei n.º 14.628/2024, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; que adicionou o inciso XVIII, do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com o objetivo de promover o acesso à alimentação, à segurança alimentar e à inclusão econômica e social.
Valor Total dos Itens **R$ 201.569,69 (duzentos e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos)**
O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser retirado na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no prédio da prefeitura à Rua Maria Pereira da Silva, 87 – Centro – Passira - PE, em dias úteis no horário das 8:00h às 12:00h, ou através do endereço: licitacao@passira.pe.gov.br e a documentação de habilitação e o Projeto de Venda deverão ser entregues **até as 9:00 horas do dia 21/01/2026**, no mesmo endereço supracitado.
Passira,29 de dezembro de 2025.

MARIA GORETE DA CONCEIÇÃO -
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Eduardo Manoel da Cruz
Código Identificador:96E4642E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PAUDALHO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO/PE
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 - PMP

O MUNICÍPIO DE PAUDALHO,por intermédio da**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE,**no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), o Decreto Federal n.º 8.726/2016 (Parcerias celebradas entre a Administração Pública e OSCs), a Lei Federal n.º 13.465/2017 (REURB), a Lei Federal n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Termo de parcerias), o Termo de Compromisso MCIDADES/CAIXA nº 966547/2024 e demais normas correlatas,torna público o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO visando a seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC, regularmente constituída para firmar TERMO DE PARCERIA com o Município de Paudalho-PE, com vistas a implementar todas as Etapas Técnicas, Jurídicas, Sociais, Urbanísticas e cartoriais da REURB-S na**GUADALAJARA ETAPA 2RF**, resultando na expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, abertura das matrículas individuais e entrega dos títulos de propriedade aos ocupantes, As propostas deverão ser elaboradas e apresentadas seguindo o Termo de Referência disponibilizado pela Administração Pública.

Período para Apresentação da Proposta e Documentospelas OSCs.**:**02/01/2026 a 03/02/2026, das 08:00 às 14:00h.

Local para Apresentação da Proposta e Documentos: Prefeitura Municipal de Paudalho/PE, Sala da CPL, sito à Av. Raul Bandeira, nº 021 – Centro – Paudalho- PE ou encaminhar Propostas e Documentos para o E-mail: pmppaudalho@gmail.com

Outras Informações:O Edital estará disponível no Site Oficial do Município www.paudalho.pe.gov.br ou na Sala da CPL, sito Av. Raul Bandeira, 21, Centro, Paudalho/PE, outras informações podem ser obtidas no, através do E-mail: pmppaudalho@gmail.com, no mesmo endereço citado acima ou pelo fone (81) 3636-1156.

Paudalho, 29 de dezembro de 2025.

RAFAEL SOARES DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafael Soares de Lima
Código Identificador:EFE7BB62

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2024 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2024

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2024. Nos termos do Processo Licitatório Nº 120/2023 – Pregão Eletrônico Nº 052/2023 **Objeto**: Prorrogação do Prazo de Vigência e Execução do Contrato, referente COPNTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA PASSAGEM MOLHADA DA PRAÇA ESPIRITO SANTO, BEIRA RIO E O ACESSO A RUA DA MANGUEIRA E ACESSO AO PATIO DE EVENTOS, NO MUNICIPIO DE PAUDALHO/PE **Contratada:** STH CONSTRUÇÕES LTDA **CNPJ:** 36.575.014/0001-80 **Nova Execução: 365 (Trezentos e Sessenta e Cinco) Dias,** iniciando-se a partir do dia 24/10/2025. **Nova Vigência: 365 (Trezentos e Sessenta e Cinco) Dias,** iniciando-se a partir do dia 21/10/2025.

Paudalho, 17 de Outubro de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita

Publicado por:
Maria Celeste Aguiar da Silva
Código Identificador:CE07635A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2022 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2022

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2022. Nos termos do Processo Licitatório Nº 004/2022 – Pregão Eletrônico Nº 003/2022. **Objeto**: Acréscimo de valor correspondente a 25% (por cento) do Contrato, referente PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA VOLANTE, PARA A PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE ÁUDIO EM CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DE COMUNICADOS, ATOS OFICIAIS, AVISOS, CONVOCAÇÕES DE INTERESSE GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO-PE **Contratada:** JOSÉ MARIO GUERRA DE AMORIM (J.A. COMUNICAÇÃO) **CNPJ:** 38.051.353/0001-93 **Valor do Acréscimo:** R$ 8.700,00 , **Valor Total:** R$ 43.500,00

Paudalho, 17 de Novembro de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita

Publicado por:
Maria Celeste Aguiar da Silva
Código Identificador:391347E2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2024 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2024

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2024. Nos termos do Processo Licitatório Nº 100/2023 – Tomada de Preço Nº 009/2023. **Objeto**: Supressão de valor correspondente a 3,42311393700002% (por cento) do Contrato, referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO NOVA EM ASFÁLTO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DOIS IRMÃOS, NO MUNICÍPIO DE PAUDALHO-PE. **Contratada:** STH CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA **CNPJ:** 36.575.014/0001-80 **Valor do Acréscimo:** R$ 38.769,79 , **Valor Total:** R$ 1.272.960,06

Paudalho, 16 de Dezembro de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita

Publicado por:
Maria Celeste Aguiar da Silva
Código Identificador:E0F50D41

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098-FMAS DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 098-FMAS DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: Autoriza a Contratação Temporária de Pessoal no âmbito da Prefeitura do Paudalho/PE, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL no uso das atribuições que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO, a Lei Municipal Nº. 946/2020, e suas alterações.
CONSIDERANDO, as CI Nº 183/2025 e CI Nº 185/2025, oriundas da mesma.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a contratação, nos termos desta Portaria, por tempo determinado, visando atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município de Paudalho, a saber:

Nome	CPF.	Cargo
LUIZ EDUARDO VIEIRA PINHEIRO	086.604.154-00	MOTORISTA
MILLENY CORREIA DE SANTANA	705.124.374-83	ATENDENTE

Art. 2º - Determinar à Secretaria da Administração e Finanças do município a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.
Publique-se e registre-se.
Paudalho, 01 de dezembro de 2025.

BRUNNA RAYSA BORBA DIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Publicado por:
Alef Adonais Severino da Silva Freitas
Código Identificador:DF4D423C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099-FMAS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 099-FMAS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: Autoriza a Contratação Temporária de Pessoal no âmbito da Prefeitura do Paudalho/PE, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL no uso das atribuições que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO, a Lei Municipal Nº. 946/2020, e suas alterações.
CONSIDERANDO, a CI Nº 187/2025, oriundas da mesma.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a contratação, nos termos desta Portaria, por tempo determinado, visando atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município de Paudalho, a saber:

Nome	CPF.	Cargo
AMANDA GABRIELLY CAMILO DE LIRA	134.135.494-64	ENTREVISTADOR
MARCOS VINICIUS CAETANO DA SILVA	100.623.124-21	ENTREVISTADOR

Art. 2º - Determinar à Secretaria da Administração e Finanças do município a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.
Publique-se e registre-se.
Paudalho, 10 de dezembro de 2025.

BRUNNA RAYSA BORBA DIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social
Publicado por:
Alef Adonais Severino da Silva Freitas
Código Identificador:A1019BD7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 427 - PMP DE 25 DE AGOSTO DE 2025

PORTARIA Nº 427 - PMP DE 25 DE AGOSTO DE 2025.

EMENTA: Designa servidor para atuar como Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO que cabe à Administração Pública nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados, através de um representante;

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o **Sr. Jefferson Wilson dos Santos Silva**, brasileiro, solteiro, servidor público contratado no cargo de motorista, portador do RG nº 9050221 SDS-PE /PE, CPF nº110.510.444-30, para o cargo de Fiscal dos respectivos contratos: contrato 035/2018, contrato 179/2023, contrato 005/2021, contrato 142/2024, contrato 112/2025, contrato 172/2024, contrato 033/2024, contrato 029/2024, contrato 027/2021, contrato 057/2023, contrato 088/2022, 058/2021, contrato 070/2022, contrato 210/2025, contrato 113/2025, contrato 272/2025. Substituindo o servidor Luiz Carlos da Silva, portador do RG nº 1879417 SSP-PE /PE, CPF nº 643.289.534-00.

Art. 2º - Compete ao servidor designado: a verificação da execução correta do objeto contratual; receber, atestar, verificar a compatibilidade nos termos dos respectivos contratos, os produtos e/ou serviços, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis aos objetos contratados.

Parágrafo Único: Caso o Fiscal designado não observe as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e/ou causar danos de qualquer ordem, em decorrência da ação ou omissão, contrária a legislação vigente, ficará sujeito à instauração de Processo Administrativo em seu nome, onde serão apuradas as respectivas responsabilidades e sanções.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e registre-se.

ANDRÉ LUIZ SILVA DE SANTANA
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Publicado por:
Alef Adonais Severino da Silva Freitas
Código Identificador:5E2864B4

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA SEDAS N.º 004, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: Designa Gestores/Fiscais de Contratos do Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n. º 006, de 01 de janeiro de 2025 – GABINETE DA PREFEITA e,

CONSIDERANDO que cabe à Administração Pública, nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados, através de um representante;

CONSIDERANDO o **Contrato de n. º 071/2025**, cujo objeto é aquisição de utensílios e equipamentos necessários para a instalação da Cozinha Comunitária no município de Paudalho-PE;

CONSIDERANDO o **Contrato de n. º 072/2025**, cujo objeto é aquisição de utensílios e equipamentos necessários para a instalação da Cozinha Comunitária no município de Paudalho-PE;

CONSIDERANDO o **Contrato de n. º 073/2025**, cujo objeto é aquisição de utensílios e equipamentos necessários para a instalação da Cozinha Comunitária no município de Paudalho-PE;

CONSIDERANDO o **Contrato de n. º 074/2025**, cujo objeto é aquisição de utensílios e equipamentos necessários para a instalação da Cozinha Comunitária no município de Paudalho-PE;

CONSIDERANDO o **Contrato de n. º 076/2025**, cujo objeto é fornecimento de gêneros alimentícios, destinados para atender as necessidades da Cozinha Comunitária no município de Paudalho-PE;

CONSIDERANDO o **Contrato de n. º 077/2025**, cujo objeto é aquisição de mobiliários, destinados para atender as necessidades dos Residenciais Guadalajara 1 e 2, Centro de Referência Especializado (CREAS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), Programa Bolsa Família (PBF) e do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Paudalho – PE;

CONSIDERANDO o **Contrato de n. º 078/2025**, cujo objeto é fornecimento de gêneros alimentícios, destinados para atender as necessidades da Cozinha Comunitária no município de Paudalho-PE;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores, abaixo indicados, para, em observância à legislação vigente, atuar como **Gestores dos Contratos**, celebrados com o Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, especificados no quadro que segue na sequência:

SERVIDOR	CPF	MATRÍCULA	CONTRATO(S)
Maria Vitória Chaves da Silva	134.440.834-67	51748	071/2025, 072/2025, 073/2025; 074/2025, 076/2025, 078/2025
Devid de França Silva	137.367.124-64	48823	077/2025

Art. 2º. Designar os servidores, abaixo indicados, para, em observância à legislação vigente, atuar como **Fiscais dos Contratos**, especificados no quadro que segue na sequência:

SERVIDOR	CPF	MATRÍCULA	CONTRATO(S)
Jorge Fernando Ramos de Mendonça	107.488.544-95	51619	071/2025, 072/2025, 073/2025, 074/2025, 077/2025
Thiago José Marcolino	712.646.794-08	50689	076/2025, 078/2025

Art. 3º. Compete ao servidor designado: a verificação da execução correta do objeto contratual; receber, atestar, verificar a compatibilidade nos termos dos respectivos contratos, os produtos e/ou serviços, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, bem como o atendimento ás normas regulamentadas aplicáveis aos objetivos contratados.

Parágrafo Único: Caso o Fiscal designado não observe as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e/ou causar danos de qualquer ordem, em decorrência da ação ou omissão, contrária a legislação vigente, ficará sujeito à instauração de Processo Administrativo em seu nome, onde serão apuradas as respectivas responsabilidades e sanções.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro 2025.

Registre-se e Publique-se.
Paudalho/PE, 29 de dezembro de 2025.

BRUNNA RAYSA BORBA DIAS
Secretária de Desenvolvimento e Assistência Social
Matrícula 49.161

Publicado por:
José Roberto Ferreira de Souza Filho
Código Identificador:E0E2F2A7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

PROCESSO **Nº 113/2025**, PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 035/2025,** OBJETO**:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **instalação, desinstalação (remoção), reinstalação, manutenção preventiva e corretiva**, **com fornecimento de gás refrigerante**, em **aparelhos de ar-condicionado do tipo Split**, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à plena execução dos serviços**,** A Licitação será na Modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, no Modo **ABERTO**, com o critério de Julgamento por **MENOR PREÇO**, de Forma **GLOBAL**, Limite para acolhimento de Propostas **15/01/2026** às **23h:59** (Vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), Data da Sessão**: 16/01/2026** às **10h:00** (Dez horas). O Edital completo e seus anexos estarão disponíveis para consulta e cópia na internet nos endereços: **www.licitapetrolandia.com.br** e no site: **www.petrolandia.pe.gov.br/transparência.**

Petrolândia/PE, 29 de Dezembro de 2025

EMILLY ROBERTA BATISTA CARVALHO
Pregoeira
Matrícula Nº 2078

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:C07AE8B8

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025

PROCESSO **Nº 116/2025**, PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 040/2025,** OBJETO**:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de **Software Web de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, tendo em vista atender às necessidades operacionais e estratégicas da Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Petrolândia-PE. A Licitação será na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, no Modo de Disputa **ABERTO**, com o critério de Julgamento por **MENOR PREÇO**, de Forma **GLOBAL**, o Limite para acolhimento de Propostas será **15/01/2026** às **23:59** (Vinte e Três horas e cinquenta e nove minutos), Data da Sessão**: 16/01/2026** às **11h:00** (Onze horas). O Edital completo e seus anexos estarão disponíveis para consulta e cópia na internet nos endereços: **www.licitapetrolandia.com.br** e no site: **www.petrolandia.pe.gov.br/transparência.**

Petrolândia/PE, 29 de Dezembro de 2025.

EMILLY ROBERTA BATISTA CARVALHO
Pregoeira
Matrícula Nº 2078

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:4D0B5743

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA - GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1500/2025.

EMENTA: *Altera o Código Tributário do Município, Lei Municipal nº 1.027/2009 e dá outras providências.*

A PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA (PE). Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 1.027/2009/2013 passa a vigorar com as seguintes alterações a seguir:

Art. 1º- *.....*

Parágrafo único – O Sistema Tributário Municipal deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

Art. 5º- *Ficam instituídos os seguintes tributos e preços:*
.....
XX – Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) na forma da Lei Complementar nacional que o instituir, observadas as alíquotas a serem definidas nesta lei e na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas atualizações.

Art. 15 *– Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, §4º, inciso II da Constituição Federal o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana poderá ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal e ainda:*
.....

.....

III – Mediante qualquer incorporação de área, ampliações construtivas ou outros mecanismos de valoração da unidade imobiliária que altere a base de cálculo, e/ou quando detectar valoração genérica insignificante em relação ao valor de mercado atribuído através de laudo circunstanciado, previamente publicado, atendido ao princípio da anualidade, pela Comissão de Avaliação constituída por Ato do executivo.

Art. 18A *– Para complementar a inscrição no cadastro imobiliário dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a fornecer os seguintes elementos, os quais declarará, sob responsabilidade, sem prejuízo de outras informações:*

I - nome e qualificação;
II - número da matrícula do título de domínio, ou da inscrição do contrato de promessa de venda e compra no registro de imóveis;
III - localização, dimensões, área terreno, área construída, confrontações e georreferenciamento;
IV - efetiva destinação de acordo com zoneamento;
V - no caso de posse, indicação de sua origem e a data do início de seu exercício.
§ 1º São responsáveis pelo fornecimento das informações citadas neste artigo e demais informações solicitadas:
I - o proprietário ou seu representante legal;

II - qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
III - o compromissário comprador, nos casos de compromissos de compra e venda;
IV - o possuidor do imóvel a qualquer título;
V - o inventariante, síndico ou liquidante, quando se trata de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

***§ 2º** - As informações solicitadas deverão ser fornecidas em 15 (quinze) dias úteis.*
***§ 3º** - Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no parágrafo anterior o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital no site eletrônico da Prefeitura, convocando o proprietário, para no prazo de 10 (dez) dias, cumprir as exigências deste Artigo sob pena de multa prevista neste Código, para os faltosos.*

***§ 4º** - O contribuinte é obrigado a requerer a inscrição do terreno no cadastro fiscal imobiliário dentro de 90 (noventa) dias, contados da:*

I - convocação pela Administração Municipal;
II - demolição ou perecimento das edificações ou construções neles existentes;
III - aquisição ou data do contrato de promessa de compra;
IV - aquisição ou data do contrato de promessa de compra, de parte de terreno, definido como ideal, não construída;
V - posse legítima exercida sobre o terreno.

***§ 5º** - O terreno de propriedade ou posse de contribuinte omisso será inscrito de ofício, aplicando-se-lhes as penalidades cabíveis.*

***Art. 33**. A base de cálculo do imposto é o preço como se negociado à vista, em condições normais de mercado do bem ou dos direitos transmitidos ou cedidos, apurado em laudo de avaliação padronizado no momento da transmissão ou cessão por comissão especial instituída pelo executivo e homologada exclusivamente pelo Poder Público Municipal, vedada qualquer outra hipótese.*

***Art. 60** - .....*

§ 1º. Não poderá ocorrer dedução de materiais empregados, sendo apenas na hipótese do caput deste artigo, ficando assegurado que toda dedução se fará por apresentação de notas fiscais de fornecimento emitidas pelo prestador em que incidam o ICMS/IBS.

***Art. 80** - .....*

I - .....

d) - se tratar de serviços executados na circunscrição municipal por prestadores de outros municípios a tomadores com sede neste município;

e) – serviços prestados na circunscrição municipal por terceiros a empreiteiras, responsáveis pela execução total de serviços de qualquer natureza;

f) tendo como tomador a Prefeitura Municipal.

***Art. 105**. Fica instituída, nos termos do artigo 149-A da Constituição Federal, a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública e Modernização Urbana – COSIP/MU, devida pelos consumidores de energia elétrica, destinada exclusivamente ao custeio, manutenção, modernização, ampliação e aprimoramento dos serviços de iluminação pública, dos sistemas de videomonitoramento, do fornecimento de internet pública e da conservação de logradouros públicos.*
.....

***Art. 106**. É fato gerador da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública e Modernização Urbana – COSIP/MU, o consumo de energia elétrica, por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município e ainda o uso dos seguintes serviços disponíveis de:*

I - Iluminação pública: Instalação, manutenção, modernização e expansão da rede de iluminação pública, incluindo tecnologias inteligentes, sustentáveis e de eficiência energética;

II - Videomonitoramento: Instalação e operação de câmeras de segurança, alarmes, sensores e outras tecnologias destinadas à proteção e fiscalização de espaços públicos;

III - Wi-Fi público: Implantação e manutenção de pontos de acesso gratuito à internet em locais estratégicos do município;

IV - Manutenção de logradouros públicos: Conservação, limpeza e pequenos reparos em vias, praças e demais espaços públicos. ”
.....

***Art. 106A**- O produto da arrecadação da COSIP/MU será depositado em conta bancária vinculada e integralmente destinado ao custeio dos serviços mencionados neste capítulo.*

***Art. 107**. .....*

Parágrafo único - A COSIP/MU incide sobre cada unidade imobiliária autônoma, edificada ou não, e unidade não imobiliária, ligadas à rede de energia elétrica, localizadas na zona urbana e de expansão urbana deste Município.

***Art. 108** - A base de cálculo da COSIP-MU é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante da fatura emitida pela empresa concessionária, considerando também o valor equivalente em kWh, vendido diretamente pela concessionária, e injetado na rede de consumo por outras fontes indiretas e alternativas de energias.*

***Art. 283**. Fica o Poder Executivo autorizado a promover descontos especiais na Dívida Ativa em campanhas de arrecadação, em caráter geral, podendo parcelar em até 60 vezes, retirando multas e juros de forma progressiva, exceto a correção monetária desde que atenda ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar Federal - LRF - nº 101 de 04 de maio de 2000 na forma do regulamento.*

Art. 2º - Fica alterada a nomenclatura do Capítulo I, seus artigos subsequentes e anexo do Título II da Lei Municipal nº 1.027/2009, que passam a vigorar aonde lê-se “Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, leia-se com a seguinte redação:

“CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MODERNIZAÇÃO URBANA (COSIP-MU)”

Art. 3º - Para os terrenos encravados nas zonas urbanas a base de cálculo da COSIP-UM fica definida pelo valor correspondente em uma tarifa fixa equivalente ao valor correspondente ao código 2.1.002 do anexo II previsto no artigo 109 da Lei Municipal nº 1.027/2009 e será lançada anualmente junto com o boleto digital do IPTU.

Art. 4º - Fica alterada a nomenclatura do Capítulo I e seus artigos subsequentes e anexo do subtítulo II do Título III, relativo as taxas da Lei Municipal nº 1.027/2009, que passam a vigorar aonde lê-se “Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLLF, leia-se com a seguinte redação:

“**TAXA DE VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ATIVIDADES GERAIS - TVFEG”**

Art. 5º - Inclua-se no anexo IV previsto no artigo 127 da Lei Municipal nº 1.027/2009 as seguintes alterações:

ÁREA UTILIZADA	FATOR DE CORREÇÃO
De 1.595 à 2.000 m²	3.5
De 2.001 à 5.000 m²	4.5
Acima de 5.000 m²	6.0

Art. 6º - O artigo 375 da Lei Municipal nº 1.027/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
***Art. 370**. Os débitos tributários e não tributários poderão ser parcelados em até 60 parcelas mensais da seguinte forma:*
Valores até 500.0 UFM´s em até 12 vezes.

Valores de 500.1 a 3.000 UFM´s em até 24 vezes.
Valores de 3.595 a 7.000 UFM´s em até 36 veze.
Valores de 7.595 UFM´s acima, em até 60 vezes.

Art. 7º - Ficam obrigados a emitir, a partir de 1º de janeiro de 2026, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de padrão nacional (NFS-e), conforme previsão do art. 62, §1º, I, da Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025, os contribuintes antes obrigados a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NF-e municipal.

Art. 8º - A Diretoria Municipal de Tributos deverá providenciar todos os meios para readequação dos seus sistemas com o da Receita Federal do Brasil visando especialmente atender ao previsto no artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 214/2025 a ser implementado durante o exercício de 2026.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer por Decreto zonas especiais de importância histórica e/ou de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística com o objetivo de serem beneficiadas por redução de alíquotas previstas no artigo 158 da Lei Complementar Federal nº 214/2025.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio para delegação recíproca da atividade de fiscalização do IBS e da CBS nos processos fiscais de pequeno valor, assim considerados aqueles cujo lançamento não supere limite único estabelecido no regulamento, conforme estabelece o artigo 326 da Lei Complementar Federal nº 214/2025.

Art. 11– Fica a Procuradoria Municipal encarregada de promover a consolidação do texto geral da Lei Municipal nº 1.027/2009 antes do término do exercício corrente.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, respeitados os prazos previstos no artigo 150 da Constituição Federal, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Petrolândia - PE, 18 de dezembro de 2025

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito

Publicado por:
Igor Nogueira Soares
Código Identificador:D2425586

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1501/2025.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO DO COMPONENTE DE QUALIDADE, PARA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL (ESB) E EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS (EMULTI), NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APS, CONFORME A PORTARIA 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024 (NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DO SUS), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, no exercício de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, encaminha para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o presente projeto de lei:

Art. 1º Fica regulamentado o componente municipal de pagamento do componente qualidade através da Portaria nº 3.493 de 10 de abril de 2024, que estabelece o novo modelo de financiamento, na forma de incentivo financeiro de qualificação pago aos profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), Equipe de Saúde Bucal (ESB) e Equipe Multiprofissional (E- MULTI) com recursos financeiros federais, advindos do novo modelo de financiamento dos recursos, criado pela SAPS – Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 3.493 DE 10 DE Abril de 2024.

Art. 2º O pagamento do Incentivo Financeiro do Componente de Qualidade, para as eSF, eSB e eMulti; - Municipal, está condicionado aos repasses de recursos financeiros do Ministério da Saúde, para o município de Petrolândia/PE, ficando o pagamento e manutenção do novo modelo de financiamento municipal condicionada à continuidade do repasse financeiro federal e seus respectivos componentes.

Art. 3º Os recursos recebidos pelo Município de Petrolândia/PE, em decorrência do cumprimento dos indicadores estabelecidos pelo novo modelo de financiamento, de acordo a Portaria nº 3.493/GM/MS de 10 de abril de 2024 e fichas técnicas de qualificação complementares, que trata o conjunto de indicadores a serem acompanhadas e avaliadas quadrimestralmente pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Serão os seguintes indicadores que as equipes de saúde devem se esforçar e buscar alcançar, para assim permanecerem com uma boa AVALIAÇÃO, como também publicações futuras de novos indicadores, que instituídas pelo Ministério da Saúde e garantir o COMPONENTE DE QUALIFICAÇÃO:

Temas dos indicadores para pagamento do COMPONENTE DE QUALIDADE para eSF, eSB e eMulti.

ÁREA TEMÁTICA	EQUIPE AVALIADA
Mais acesso à APS	Equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da mulher na prevenção do câncer	Equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da Gestante e Puérpera	Equipe de Saúde da Família r equipe de saúde bucal
Cuidado no Desenvolvimento Infantil	Equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da Pessoa com Diabetes	Equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da Pessoa com Hipertensão	Equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da Pessoa Idosa	Equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Primeira consulta odontológica programada na APS	Equipe de Saúde Bucal
Tratamentos odontológicos concluídos na APS	Equipe de Saúde Bucal
Taxa de exodontias na APS	Equipe de Saúde Bucal
Escovação supervisionada na APS	Equipe de Saúde Bucal
Procedimentos odontológicos preventivos na APS	Equipe de Saúde Bucal
Tratamento restaurador atraumático na APS	Equipe de Saúde Bucal
Média de Atendimentos por pessoa assistida pela eMulti	Equipe Multiprofissional
Ações interprofissionais realizadas	Equipe Multiprofissional

Art. 4º Do total recebido para pagamento de desempenho:

I - 70% (setenta por cento), dos recursos transferidos ao Município serão destinados ao pagamento do incentivo financeiro do componente de qualidade para eSF, eAP, eSB e eMulti dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, nos termos e condições desta Lei;
II - 30% (trinta por cento) restante do incentivo financeiro do componente de qualidade para eSF, eAP, eSB e eMulti dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, será destinado a Secretaria Municipal de Saúde, para ações manutenção dos serviços relacionadas aos indicadores, bem como o desenvolvimento de estratégias voltadas ao cumprimento e melhoria dos indicadores previsto na nova metodologia de repasse dos recursos estabelecida pela Portaria GM/MS nº 3.493/2024.

Art. 5º O valor será pago observando os seguintes percentuais distribuídos entre os profissionais:

I - Para os profissionais que compõem a ESF: 100% (cem por cento), será dividido igualmente entre os profissionais lotados na equipe: Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Educador Físico.
II - Para os profissionais da ESB: 100% (cem por cento), será dividido igualmente entre os profissionais lotados na equipe: Odontólogos e Auxiliares e/ou Técnicos de Saúde Bucal.
III - Para os profissionais da eMULTI: 100% (cem por cento), será dividido igualmente entre todos os profissionais lotados na equipe.

Art. 6º O pagamento do Incentivo Financeiro do Componente de Qualidade, fica condicionado ao cumprimento dos indicadores

estabelecidos pelo Ministério da Saúde, mediante avaliação quadrimestral feita pela gestão municipal e pelos sistemas do Ministério da Saúde e condicionalidades da Gestão Municipal, serão repassadas às categorias de profissionais em conformidade com o Art. 5º, e anexos I, II e III desta lei.

Parágrafo único. O pagamento do incentivo financeiro do Componente de Qualidade será proporcional à classificação atingida pela equipe no respectivo quadrimestre de avaliação, conforme parâmetros definidos na Portaria GM/MS nº 3.493/2024.

Art. 7º Do condicionamento para pagamento do incentivo, visando uma melhor qualidade e continuidade do atendimento a população, observado o disposto a seguir:

I – O pagamento do incentivo municipal do Componente de Qualidade, por indicador e por quadrimestre, somente alcançará 100% do valor repassado pelo Ministério da Saúde, proporcional aos anexos I, II e III desta lei, quando, cumulativamente:

a) A equipe atingir a classificação, minimamente de ‘’bom’’.
b) A equipe realizar uma cobertura de acompanhamento ≥85% de sua população adscrita, no período de 6 (seis) meses, contados a partir do último mês do quadrimestre de avaliação.

§ 1º Pessoa acompanhada é aquela que apresenta mais de um contato assistencial nos últimos 6 (seis) meses, sendo obrigatório que pelo menos um seja atendimento (individual, coletivo e/ou domiciliar), admitindo-se os demais como atendimento, procedimento, ação coletiva ou visita domiciliar, registrado nos sistemas oficiais.

§ 2º Não sendo alcançado a cobertura de acompanhamento preconizada, o valor correspondente ao incentivo será proporcional ao alcance, conforme a tabela abaixo:

População adscrita acompanhada	Incentivo proporcional repassado
≥85%	100%
65% e 84,9%	80%
45% a 64,9%	60%
<45%	40%

§ 3º Caso a equipe não atinja a classificação mínima como ‘’bom’’, o valor do incentivo qualidade ficará retido e aplicado exclusivamente em ações de qualificação vinculadas componente.

§ 4º Indicadores que possuírem boas práticas correlacionadas, deverão alcançar o atingimento mínimo de 80% sobre a população adscrita alvo do respectivo indicador.

§ 5º Para os indicadores sem boas práticas definidas, aplicar-se-ão os critérios e parâmetros do indicador constantes nas fichas técnicas do Ministério da Saúde.

§ 6º Quando as ações do indicador forem divididas entre diferentes CBOs, deverá haver uma corresponsabilização, a ser confirmada pela gestão por meio da inserção dos dados nos sistemas de informação para pagamento do incentivo.

Art. 8º O servidor não terá direito a receber o incentivo financeiro de componente de qualidade quando:

I - Os servidores afastados, em gozo de licença ou que se ausentarem do serviço, independentemente do motivo, por mais de 15 (quinze) dias, não farão jus ao recebimento do incentivo referente ao mês da ausência;
II - Na hipótese de mais de 2 (duas) faltas injustificadas e/ou repetitivas ao trabalho no respectivo quadrimestre;
III - Profissional que integre o Programa Mais Médico ou qualquer outro que se tratar de servidor vinculado diretamente ao Estado ou à União;
IV - Tenha ocorrido desligamento no decorrer do quadrimestre de referência;
V - Tenha recebido advertência escrita ou suspensão ou assinado Termo de Ajuste de Conduta;
VI - Tenha faltado a mais de 2 (duas) reuniões de educação continuada convocadas pela gestão;
VII - Os agentes comunitários de saúde que não cumprirem 80% das visitas domiciliares realizadas mensalmente;
VIII - Os Agentes Comunitários de Saúde que não mantiverem atualizados e completos os cadastros domiciliares e individuais das famílias, com periodicidade de atualização mínima semestral;
IX - For comprovada a falta de corresponsabilização nos indicadores que é o CBO corresponsável, comprovada pela gestão por meio da inserção dos dados nos sistemas de informação para pagamento do incentivo.

Art. 9º O incentivo financeiro do componente de qualidade está desvinculado do reajuste dos vencimentos dos servidores, uma vez que tem fins indenizatórios ou compensatórios, não sendo incorporável a remuneração em hipótese alguma, não podendo, portanto, ser utilizado como base de cálculo para outras vantagens, nem mesmo para fins previdenciários.

Art. 10. A mudança da metodologia de cofinanciamento Federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com a extinção do Programa Previne Brasil, revoga a Lei Municipal nº 257/2024, de 08 de março de 2024 (Incentivo Financeiro por Desempenho), com base na Portaria no 2.979, de 12 de novembro de 2019 (revogada), e a Lei Municipal nº 259/2024, de 08 de setembro de 2024, que trata do incentivo por desempenho para as Equipes de Saúde Bucal-ESB, conforme Portaria GM/MS nº 960, de 17 de julho de 2023 (revogada).

Art. 11. Extraordinariamente, será repassado o incentivo financeiro do componente de qualidade, retroagindo aos meses de maio 2024 até os dias atuais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Petrolândia - PE, 18 de dezembro de 2025

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito

ANEXO I

DIVISÃO DE PORCENTAGENS ENTRE AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS DA ESF

CATEGORIAS	PERCENTUAL
PROFISSIONAIS	70%
GESTÃO	30%
DIVISÃO DE RECURSOS QUE COMPETE AOS PROFISSIONAIS	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	100%
ENFERMEIRO	
TÉCNICO/AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	

ANEXO II

DIVISÃO DE PORCENTAGENS ENTRE AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS ESB

CATEGORIAS	PERCENTUAL
PROFISSIONAIS	70%
GESTÃO	30%
DIVISÃO DE RECURSOS QUE COMPETE AOS PROFISSIONAIS	
CIRURGIÃO-DENTISTA	100%
TÉCNICO/AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	

ANEXO III

DIVISÃO DE PORCENTAGEM ENTRE AS GATEGORIAS PROFISSIONAIS DA EMULTI -ESTRATÉGICA

CATEGORIAS	PERCENTUAL
PROFISSIONAIS	70%
GESTÃO	30%
DIVISÃO DE RECURSOS QUE COMPETE AOS PROFISSIONAIS	
PROFISSIONAIS DIVERSOS	100%

Publicado por:
Igor Nogueira Soares
Código Identificador:C5838473

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PRIMAVERA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº 005/2025 E 007/2025 FMAS ORIUNDO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 003/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025,

EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº 005/2025 E 007/2025 FMAS ORIUNDO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 003/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025, cujo o Objeto e: A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FRANGO CONGELADO, PARA DISTRIBUIÇAO GRATUITA DESTINADOS AS FAMILIAS DURANTE A SEMANA DO NATAL NO MUNICIPIO DE PRIMAVERA/PE.
CONTRATO DE Nº 005/2025 FMAS – EMPRESA CONTRATADA: BRASIL PRIME SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, CNPJ sob o n°**30.112.595/0001-38**. - VALOR DO CONTRATO**: R$ 55.640,00 (CINQUENTA E CINCO MIL, SEISCENTO E QUARENTA REAIS). **VIGÉNCIA DO CONTRATO**: 60 (SESSENTA) DIAS.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05/12/2025

CONTRATO DE Nº 007/2025 FMAS – EMPRESA CONTRATADA: BRASIL PRIME SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, CNPJ sob o n°**30.112.595/0001-38**. - VALOR DO CONTRATO**: R$ 166.920,00 (CENTO E SESSENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS) **VIGÉNCIA DO CONTRATO**: 60 (SESSENTA) DIAS.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17/12/2025

Primavera, 29 de dezembro de 2025.

PAULA PATRÍCIA GOMES DA SILVA FALÇAO
Secretaria de Assistência Social

Publicado por:
Julio Creyson da Silva
Código Identificador:CF286D3A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE QUIPAPÁ

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025.

Estabelece Normas e Diretrizes para a elaboração do Calendário Escolar das Escolas da rede Municipal de Ensino da cidade de Quipapá, ano 2026.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE QUIPAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria 005/2021, mediante a aprovação da Diretoria do Departamento de Normatização deste órgão.**CONSIDERANDO** o princípio da gestão democrática e participativa e a autonomia das Escolas;**CONSIDERANDO** o direito de todos os estudantes à educação com qualidade social com garantia de cumprimento da carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho Escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais;**CONSIDERANDO** a garantia de formação continuada aos professores;**CONSIDERANDO** que o Calendário Escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do Sistema Municipal de Educação, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto no § 2º do Art. 23 da LDB;**CONSIDERANDO** a observância da garantia dos 15 (quinze) dias de recesso escolar no ano letivo e as férias regulamentares;**CONSIDERANDO** a fidedignidade e celeridade das informações fornecidas pelas Escolas no cumprimento dos prazos bimestrais e anuais; e**CONSIDERANDO** o respeito à diversidade social e cultural do povo do campo em suas organizações próprias.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer Normas e Diretrizes para a elaboração do Calendário Escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Quipapá, no ano 2026.

Art. 2º Os gestores das Escolas deverão organizar os turnos e as turmas, observando as normas estabelecidas na Instrução de Matrícula, na Instrução Normativa de Avaliação e na Lei Estadual nº 11.329/1996 (Estatuto do Magistério).

Art. 3º Os gestores das Escolas, em seu Plano de Ação para o ano de 2026, deverão:

I – Assegurar ampla divulgação do Calendário Escolar 2026 junto à comunidade escolar e fixá-lo em quadro de aviso de fácil visibilidade nas escolas;
II–Orientar, acompanhar e assegurar o preenchimento adequado dos Diários de Classe impressos ou dos Diários de Classe Eletrônicos;
III–Assegurar o preenchimento da ficha individual do (da) estudante;
IV-Garantir o cumprimento dos prazos bimestrais e inserir os dados até (05) dias após o término de cada bimestre, sob pena de notificação, caso não seja cumprido o estabelecido nesta normativa. A elaboração das atas de encerramento do ano letivo tem um prazo até 30 de dezembro de 2026, considerando a inserção dos dados no Diário de Classe Eletrônico;
V-Assegurar os meios para obter e inserir dados com presteza e fidedignidade a fim de que seja garantida a celeridade na elaboração de informações a partir do Diário de Classe Eletrônico;
VI-Cumprir os prazos e cronogramas do Diário de Classe Eletrônico definidos pela Secretaria de Educação; e
VII-Organizar o quadro de horário dos professores, contendo:
a)a previsão da necessidade decorrente da demanda existente e das vagas disponibilizadas;
b)a relação nominal e matrícula do professor, adequando a sua habilitação à área de conhecimento: e
c)a carga horária em regência e aula-atividade.

Art. 4º Deverão ser respeitados no Calendário Escolar os seguintes eventos e períodos, descritos abaixo:

EVENTOS	PERÍODOS
Férias Escolares	02 a 31/01/2026
Formação Continuada/Planejamento	02/02/2026 27/07/2026
Início do ano letivo	03/02/2026
Bimestres Letivos	1º Bimestre: 03/02 a 24/04/2026 – 51 dias letivos 2º Bimestre: 27/04 a 09/07/2026 – 50 dias letivos 3º Bimestre: 28/07 a 05/10/2026 – 49 dias letivos 4º Bimestre: 06/10 a 23/12/2026 – 51 dias letivos
Semestres Letivos	1º Semestre: 03/02/2026 a 09/07/2026 – 101 dias letivos 2º Semestre: 28/07/2026 a 23/12/2026 – 100 dias letivos
Semana Nacional de Valorização de Mulheres que fizeram História – Lei Federal nº 14.986/2024 – (dia letivo)	09 a 13/03/2026
Educadrilha- (dia letivo)	22/06/2026
Semana Municipal Cultural de Emancipação Politica (dia letivo)	11 a 15/05/2026
Término do 1º Semestre	09/07/2026

Recesso Escolar	10/07/2026 a 26/07/2026
Início do 2º Semestre	28/07/2026
Dia do Estudante – (dia letivo)	11/08/2026
Conecções Educativas: Pais e Mestres em Ação – (dia letivo)	06/02/2026 08/05/2026 07/08/2026
Feira de Empreendedorismo- (dia letivo)	21/08/2026
Semana Estadual da Pessoa com Deficiência-Lei n° 16.241, de 14 de dezembro de 2017 – (dia letivo)	24 a 28/08/2026
Plantão Pedagógico Quipapá em Ação: Diálogo, Acompanhamento e Excelência	09/07/2026 22/12/2026
Dia Nacional da Segurança e de Saúde nas Escolas – Lei Federal nº 12.645/2012 – (dia letivo)	09/10/2026
Semana Municipal da Consciência Negra – (dia letivo) Dia Nacional da Consciência Negra- Lei Federal nº 14.759/2023-(feriado) Feira Literária	16 a 19/11/2026 20/11/2026 30/11/2026
Término do ano letivo	23/12/2026
Novas oportunidades de aprendizagens e recuperação final	24, 28 e 29/12/2026
Organização escolar, término das atividades escolares e autoavaliação com os profissionais das escolas	30 e 31/12/2026

Avaliações Bimestrais:
1º bimestre: 13 a 17/04/2026;
2º bimestre: 01 a 07/07/2026;
3º bimestre: 28/09 a 02/10/2026;
4º bimestre: 09 a 15/12/2026;

Períodos correspondentes aos bimestres letivos:
1º bimestre: 03/02/2026 a 24/04/2026;
2º bimestre: 27/04/2026 a 09/07/2026;
3º bimestre: 28/07/2026 a 05/10/2026;
4º bimestre: 06/10/2026 a 23/12/2026;

Art. 5º Os feriados nacionais e regionais dispostos nas datas abaixo, devem ser observados e registrados no caledário nas escolas da rede municipal de Ensino:
01/01/2026- Confraternização Universal;
16 a 18/02/2026 – Carnaval;
06/03/2026 – Data Magna;
01 a 03/04/2026 – Paixão de Cristo;
21/04/2026 – Tiradentes;
01/05/2026 – Dia do Trabalhador;
19/05/2026 – Emancipação Política de Quipapá;
04/06/2026 – Corpus Christi;
24/06/2026 – São João;
07/09/2026 – Independencia do Brasil;
12/10/2026 – Nossa Senhora Aparecida;
15/10/2026 - Dia do Professor;
28/10/2026 - Dia do Funcinário Público;
02/11/2026 – Finados;
15/11/2026 – Proclamação da República;
20/11/2026 - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra);
08/12/2026- Dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição (Padroeira de Quipapá) e
25/12 – Natal.

Art. 6º A carga horária de professor regente deverá ser composta de:
Horas-aula em regência de classe;
Horas-aula atividade.

Art. 7º A hora-aula em regência de classe e a atividade de ensino-aprendizagem serão desempenhadas em sala de aula na escola ou em espaço pedagógico correlato.

Art. 8º A hora-aula atividade compreenderá as ações de preparação, acompanhamento e avaliação de prática pedagógica, incluindo:

I-Elaboração de planos de atividades curriculares, provas e correção de trabalhos escolares;
II-Participação em eventos, reflexão da prática pedagógica, estudos, debates, avaliações, pesquisas e trocas de experiências;
III-Aprofundamento da formação docente;
IV-Participação em reuniões de pais e mestres e da comunidade escolar;
V-Atendimento pedagógico a estudantes e pais.

Art. 9º Da carga horária mensal, referente às horas-aula atividade, serão destinadas à formação continuada:
I-Trinta horas-aula para os professores com carga horária mensal de 200 (duzentas) horas-aula; e
II-Vinte e cinco horas-aula para os professores com carga horária mensal de 187,5 (cento e oitenta e sete e meia) horas-aula.

Art. 10 Compete à equipe gestora da escola, juntamente com os educadores de apoio e professores, a elaboração do planejamento escolar bimestral das horas-aula atividade destinadas à formação continuada, devendo ele ser enviado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação providenciar o adequado provimento de professores de acordo com a necessidade de cada Escola.

Art. 12São considerados dias de efetivo trabalho escolar aqueles em que forem desenvolvidas atividades regulares, de cunho pedagógico, sob a orientação docente, programadas pela escola e incluídas no Projeto Político Pedagógico/Proposta Pedagógica.

Art. 13 As atividades de que trata o artigo anterior poderão ser realizadas em sala de aula e/ou em outros locais adequados à efetivação do processo de ensino e de aprendizagem, desde que sejam realizadas com o controle de frequência dos estudantes e com a presença do professor.

Art. 14O Calendário Escolar do ano 2026 pela Secretaria de Educação e validado pela comunidade Escolar só poderá ser alterado no decorrer do ano letivo vigente.

Art. 15 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16 Esta Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contidas na anterior.

Quipapá/PE, 22 de dezembro de 2026.

CLAUDIA ANGELA SANTOS DA SILVA
Profª Ma. Matricula nº 280534

ELANE LUCENA DE SOUZA SILVA
Diretora de Ensino
Portaria n° 033/2025

JEFERSON SALUSTIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Portaria n°103/2025

Publicado por:
Maria Merielly de Amorim Lopes
Código Identificador:6DE21C5F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE QUIXABA

CAMARA MUNICIPAL DE QUIXABA
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 20/2025

DISPENSA Nº. 14/2025

PARTES: CAMARA MUNICIPAL DE QUIXABA, CNPJ nº 24.300.089/0001-70 **E A EMPRESA JAMES DE OLIVEIRA – ME/ARYS MÓVEIS**, CNPJ: 20.676.918/0001-62**.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CADEIRAS E POLTRONAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXABA.

VALOR GLOBAL: R$ 47.898,00 (Quarenta e Sete Mil Oitocentos e Noventa e Oito Reais).

VIGÊNCIA: 23/12/2025 à 30/03/2026

DATA E ASSINATURA: QUIXABA – PE, 23 de dezembro de 2025, JODILMA LACAVA VIEIRA DE CARVALHO, Presidente e empresa Contratada.

Publicado por:
Norma Sueli Ramos da Silva
Código Identificador:378CCDCB

CAMARA MUNICIPAL DE QUIXABA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 014/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXABA - PE, Estado da Pernambuco, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2025, resolve **ADJUDICAR** o objeto e a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo de Dispensa de Licitação N.º 014/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CADEIRAS E POLTRONAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXABA, em favor da empresa qual seja: **JAMES DE OLIVEIRA – ME/ARYS MÓVEIS**, CNPJ: 20.676.918/0001-62, com sede na Praça Getúlio Vargas, n.º 366, Bairro Centro, Patos – PB, CEP: 58.700-230, representada por **JAMES OLIVEIRA**, portador do CPF: 066.741.254-90, residente e domiciliada na Cidade de Patos - PB, pelo valor global de **R$ 47.898,00 (Quarenta e Sete Mil Oitocentos e Noventa e Oito Reais)**.

QUIXABA - PE, 23 de dezembro de 2025.

JODILMA LACAVA VIEIRA DE CARVALHO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Norma Sueli Ramos da Silva
Código Identificador:6E0175FF

CAMARA MUNICIPAL DE QUIXABA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 014/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXABA - PE, Estado da Pernambuco, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 014/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CADEIRAS E POLTRONAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXABA, em favor da empresa qual seja: **JAMES DE OLIVEIRA – ME/ARYS MÓVEIS**, CNPJ: 20.676.918/0001-62, com sede na Praça Getúlio Vargas, n.º 366, Bairro Centro, Patos – PB, CEP: 58.700-230, representada por **JAMES OLIVEIRA**, portador do CPF: 066.741.254-90, residente e domiciliada na Cidade de Patos - PB, pelo valor global de **R$ 47.898,00 (Quarenta e Sete Mil Oitocentos e Noventa e Oito Reais)**.

QUIXABA - PE, 23 de dezembro de 2025.

JODILMA LACAVA VIEIRA DE CARVALHO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Norma Sueli Ramos da Silva
Código Identificador:6D1DC753

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 251224PE00016. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00016/2025. Compra. Tipo menor preço. A presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para composição de cardápio para merenda escolar ofertada aos alunos da rede municipal de educação do Município de Quixaba/PE. Valor: R$919.022,77.Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 12 de Janeiro de 2026. Início da fase de lances: 08:31 horas do dia 12 de janeiro de 2026. No site www.portaldecompraspublicas.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 003/24; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: www.quixaba.pe.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do Fone: (87)93300-1889, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Quixaba, 29/12/2025.

NATHALIA DA SILVA SANTOS.
Pregoeiro Oficial.(*)(**)

Publicado por:
Nathalia da Silva Santos
Código Identificador:596240DD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 215/2025 – INEXIGIBILIDADE 086/2025 - CHAMADA PÚBLICA N° 009/2025

O MUNICÍPIO DE SALGUEIRO, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município autorizou a abertura do procedimento de licitação, na modalidade **Inexigibilidade sob o nº 086/2025 – Chamada Pública nº 009/2025**, a cargo da Agente de Contratações da Comissão Permanente de Licitação, a senhora Suzana da Cruz Rodrigues, constituída em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos de nº 14.133 e, com as alterações posteriores e portaria nº 602/2025, cujo o objeto é o **Credenciamento de entidade(associações) para prestação de serviços de horas de máquinas pesadas para a Prefeitura Municipal de Salgueiro/PE, conforme as especificações e condições estabelecidas neste documento e em seus anexos)**.
Tendo em vista a observância da exigência previa de manifestação da Procuradoria Geral do Município e Controle Interno que opinaram em favor regularidade e da homologação do processo licitatório, cujos pareceres acolho na sua inteireza, vez que atentou para a observância da legalidade do ato administrativo, com nítida proteção aos interesses da Administração Pública, e hei por bem, em benefício do interesse público, em admitir a homologação do processo licitatório 215/2025 – Inexigibilidade 086/2025 - Chamada Pública n° 009/2025, que assim o faço, operando com lastro na lei dantes invocada, e demais disposições correlatas à espécie aplicadas.
Assim, **A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO**, estado de **Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e com base na lei federal nº 14.133/21, e suas alterações, ADJUDICA E HOMOLOGA** o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 086/2025 - CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2025, conforme listado abaixo:**
1 ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTOR ES DOS SÍTIOS RIACHO DO FOGO E SÍTIOS VIZINHOS 04.851.915/0001-61 HABILITADO OK R$ 43.428,30

2 ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORE S/AS DO SÍTIO RIACHO PEQUENO E REGIÃO 23.090.478/0001-55 HABILITADO OK R$ 43.428,30
3 ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO NOVOS 00.936.776/0001-18 HABILITADO OK R$ 43.428,30
4 ASSOCIAÇÃO DOS VAQUEIROS DO SÍTIO JIBÓIA E REGIÃO 47.824.590/0001-30 HABILITADO OK R$ 43.428,30
5 ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DO SÍTIO FORMIGA E ADJACENTES 52.301.840/0001-98 HABILITADO OK R$ 43.428,30
6 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS PARA O DESENVOLVIME NTO DA REGIÃO DE UMÃS 35.445.980/0001-10 HABILITADO OK R$ 43.428,30
7 ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO SÍTIO ROÇA QUEIMADA 02.652.341/0001-77 HABILITADO OK R$ 43.428,30.
Publique-se, registre-se, e intime-se, com o cumprimento das formalidades legais.

Salgueiro-PE, 29 de dezembro de 2025.

ROSELI REGINA DA CONCEIÇÃO
Secretária de Desenvolvimento Rural

Publicado por:
Suzana da Cruz Rodrigues Lopes
Código Identificador:2CB6088C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL nº 2.651/2025

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiamento de investimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO, Estado de Pernambuco, Fábio Lisandro de Lima de Barros, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que o **PLENÁRIO** da Câmara Municipal de vereadores, na Reunião Ordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2025, **APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA** a seguinte **LEI ORDINÁRIA**, decorrente do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo nº 14/2025.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito de capital, junto a Instituições Financeiras Públicas ou Privadas, no valor de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinada exclusivamente ao financiamento de infraestrutura, bem como investimentos que se adequem ao Fundo de Investimento em Infraestrutura Social-Saúde, criado pela Lei 14.947/2024 e regulamentado pelo Decreto nº 12.157/2024, conforme o Plano de Aplicação constante do Anexo I desta Lei, vedada a aplicação em despesas correntes, nos termos do art. 35, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 34, IV, da Lei Orgânica do Município, a operação de crédito somente poderá ser contratada com:
I – taxa de juros não superior a 110% do CDI ao ano;

II – prazo máximo de amortização de até 240 (duzentos e quarenta) meses, incluídas eventuais carências.

Art. 2º - Para garantia do pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos da operação de crédito, o Poder Executivo fica autorizado a oferecer, em caráter irrevogável e irretratável, *pro solvendo*, a vinculação de cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme autorizado pela Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.
Art. 3º - A contratação da operação de crédito a que se refere esta Lei fica condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I – compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigentes;
II – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal para o endividamento dos Municípios;
III – atendimento ao disposto nos arts. 32 e seguintes da Lei Complementar nº 101/2000, com apresentação prévia de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e comprovação da capacidade de pagamento.
Art. 4º A destinação dos recursos da operação de crédito observará o disposto no Anexo I desta Lei.
§1º - Eventuais alterações na destinação dos recursos, bem como a inclusão, exclusão ou substituição de projetos previstos no Anexo I, dependerão de prévia autorização legislativa, mediante lei específica.
§2º - As alterações referidas no §1º deverão respeitar:

I – a finalidade de investimento;

II – os limites e condições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III – a compatibilidade com o Plano Plurianual, a LDO e a LOA.

Art. 5º - Os recursos provenientes da operação de crédito deverão ser consignados como receita orçamentária no orçamento vigente ou em créditos adicionais, nos termos do art. 32, §1º, II, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 6º - As despesas com amortizações, juros e encargos da operação de crédito deverão constar do orçamento municipal, mediante dotações próprias, podendo o Chefe do Poder Executivo, se necessário, abrir créditos adicionais, desde que observadas as disposições da Lei Orçamentária Anual e da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 7º - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, relatório circunstanciado contendo cópia do instrumento contratual e cronograma de execução da operação, para fins de controle legislativo.
Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

FABIO LISANDRO DE LIMA BARROS
Prefeito

Publicado por:
Denny Jonathan Meneses de Lima
Código Identificador:32676D5D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL nº 2.649/2025

EMENTA: Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO, Estado de Pernambuco, Fábio Lisandro de Lima de Barros, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que o **PLENÁRIO** da Câmara Municipal de vereadores, na Reunião Ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2025, **APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA** a seguinte **LEI ORDINÁRIA**, decorrente do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo nº 09/2025.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção Única
Do Valor Global do Orçamento para 2026
Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2026, no montante de R$ 378.000.000,00 (trezentos e setenta e oito milhões de reais) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5˚ da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias:
I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.
§ 1º Os valores constantes desta Lei e de seus anexos estão expressos em reais e a preços de junho de 2025.
§ 2º A execução desta Lei observará as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026-2029, bem como as diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, em consonância com as normas de finanças públicas estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
CAPÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.
Seção I
Da Estimativa da Receita
Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R$ 378.000.000,00 (trezentos e setenta e oito milhões de reais), assim destinada:
I - Orçamento Fiscal R$ 272.044.000,00;
II - Orçamento da Seguridade Social R$ 105.956.000,00, onde:
a) R$ 40.525.000,00 compreende receitas de saúde;
b) R$ 3.210.000,00 refere-se às receitas de assistência social;
c) R$ 62.221.000,00 corresponde às receitas do Regime Próprio de Previdência Social.
§ 1º As projeções de receitas foram elaboradas com base em metodologias e memórias de cálculo constantes no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.
§ 2º Em caso de frustração da receita estimada, o Poder Executivo deverá adotar medidas de contingenciamento de despesas, nos termos e limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, priorizando a manutenção dos serviços essenciais.
Art. 3º As receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que decorrerão da arrecadação de tributos, contribuições, de outras receitas correntes, de capital, e de transferências constitucionais e legais previstas na legislação vigente e discriminadas em anexos que integram esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:
I - RECEITAS CORRENTES..... R$ 316.333.000,00
a) Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria..... R$ 46.080.000,00
b) Receita de Contribuições..... R$ 12.409.000,00
c) Receita Patrimonial..... R$ 11.166.000,00
d) Receita Industrial..... R$ 0,00
e) Receita de Serviços..... R$ 6.355.000,00
f) Transferências Correntes..... R$ 261.944.000,00
g) Outras Receitas Correntes..... R$ 1.845.000,00
h) Total das Receitas Correntes..... R$ 339.799.000,00
i) (-) Deduções Legais de Receitas..... R$ 23.466.000,00

II - RECEITAS DE CAPITAL..... R$ 19.500.000,00
a) Operações de Crédito..... R$ 800.000,00
b) Alienação de Bens..... R$ 500.000,00
c) Outras Receitas de Capital..... R$ 200.000,00
d) Transferências de Capital..... R$ 18.000.000,00

III - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS..... R$ 42.167.000,00
a) Receitas Correntes Intraorçamentárias..... R$ 42.167.000,00
b) Receitas de Capital Intraorçamentárias..... R$ 0,00
IV - RECEITA TOTAL..... R$ 378.000.000,00
§ 1º As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada neste artigo, estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 2º As fontes/destinação de recursos estão indicadas nos anexos desta

Lei.

Seção II
Da Fixação da Despesa
Art. 4º A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em R$ 378.000.000,00 e desdobrada, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em:
I - Orçamento Fiscal R$ 221.355.530,00;
a) R$ 13.260.000,00 compreende despesas do Poder Legislativo;
b) R$ 208.095.530,00 corresponde às despesas do Poder Executivo;
II - Orçamento da Seguridade Social R$ 156.644.470,00, com o seguinte detalhamento:
a) R$ 83.458.300,00 compreende despesas com saúde;
b) R$ 10.965.170,00 são despesas com assistência social;
c) R$ 62.221.000,00 corresponde às despesas do Regime Próprio de Previdência Social.
Parágrafo único. Do montante das despesas fixadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do caput deste artigo R$ 50.688.470,00 serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 195, § 2º da Constituição Federal.
Seção III
Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.
Art. 5º A despesa total fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está detalhada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 6º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa, conforme discriminação abaixo:
I - DESPESAS CORRENTES..... R$ 281.697.000,00
a) Pessoal e Encargos Sociais..... R$ 182.186.280,00
b) Juros e Encargos de Dívida..... R$ 10.000,00
c) Outras Despesas Correntes..... R$ 99.500.720,00

II - DESPESAS DE CAPITAL..... R$ 24.660.000,00
a) Investimentos..... R$ 22.000.000,00
b) Inversões Financeiras..... R$ 160.000,00
c) Amortização de Dívida..... R$ 2.500.000,00
III – DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS R$ 42.167.000,00
a) Despesas Correntes Intraorçamentárias R$ 41.326.000,00
b) Despesas de Capital Intraorçamentárias R$ 841.000,00

IV - RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 29.476.000,00

V - TOTAL DA DESPESA..... R$ 378.000.000,00

Seção IV
Dos Anexos de Compatibilidade e de Compensação
Art. 7º Para atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias, também integra a presente Lei os seguintes anexos:
I - Anexo de Compatibilidade da Programação com as Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - Demonstrativo de estimativa da Compensação da Renúncia de Receita decorrente de anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, estabelecido pelo § 6º do art. 165 da Constituição da República.
CAPÍTULO III
DAS AUTORIZAÇÕES E CRÉDITOS ADICIONAIS
Seção Única
Dos Créditos Adicionais Suplementares e Autorizações

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, durante o exercício financeiro de 2026, mediante decreto: *(acrescentado pela Emenda 07/2025)*
I – Abrir créditos adicionais suplementares utilizando como fonte de recursos a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada pela presente Lei, nos termos dos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964;
II – abrir créditos adicionais suplementares com recursos provenientes de superávit financeiro, limitado ao valor efetivamente apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, desde que o montante suplementado não ultrapasse 20% (vinte por cento) do orçamento total;
III– abrir créditos adicionais suplementares utilizando recursos de excesso de arrecadação, limitado ao valor do excesso apurado, individualizado por fonte, observado o limite global de 20% (vinte por cento) para suplementações no exercício, bem como as vinculações legais previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – reabrir, no exercício de 2026, os créditos especiais e extraordinários abertos no último quadrimestre de 2025, cujos saldos não tenham sido utilizados, incorporando-os ao orçamento, conforme art. 167, § 2º, da Constituição Federal.
§1º O Poder Executivo somente poderá ultrapassar o limite de 10% de suplementação previsto nos incisos I, II e III mediante prévia e específica autorização legislativa, concedida por meio de lei ordinária.
§2º Não se incluem no limite de 20% as suplementações decorrentes de convênios, operações de crédito previamente autorizadas por lei, emendas parlamentares e receitas vinculadas por determinação constitucional ou legal.
§ 3º A soma de todas as suplementações realizadas com fundamento nos incisos I, II e III não poderá exceder, em hipótese alguma, o limite global de 20% (vinte por cento) da despesa fixada, salvo autorização legislativa expressa.
§ 4º O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, relatório detalhado de todas as suplementações efetuadas no período, contendo:
I – fonte dos recursos;
II – dotações anuladas ou acrescidas;
III – ato normativo utilizado;
IV – justificativa técnica da necessidade.
CAPÍTULO IV
DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Seção Única
Da Autorização para Realizar Operações de Crédito
Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para investimentos, modernização administrativa e tributária, consoante disposições do inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.
§ 1º A Lei específica que autorizar a operação de crédito poderá reestimar a receita de capital de operações de crédito, prevista no orçamento.
§ 2º Na autorização estabelecida no caput deste artigo, inclui-se Operação de Crédito por Antecipação de Receita – ARO, cumpridas as exigências estabelecidas no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única
Das Disposições Gerais

Art.10. A utilização de dotações com recursos vinculados às transferências voluntárias, por meio de convênios e contratos de repasse, ou custeadas por operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.
Art. 10-A - As dotações orçamentárias destinadas às emendas impositivas individuais, equivalentes a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida, bem como às emendas impositivas de bancada, equivalentes a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, ambas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, terão execução orçamentária e financeira obrigatória, observadas as seguintes condições: ***(acrescentado pela Emenda 05/2025)***
I – A execução das emendas impositivas não ficará condicionada à celebração de convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, salvo quando a própria natureza da ação demandar tal instrumento; ***(acrescentado pela Emenda 05/2025)***
II – Na hipótese de a ação contemplada pela emenda depender, necessariamente, de celebração de convênio ou instrumento congênere, a execução ficará condicionada apenas à formalização mínima exigida pelos órgãos financiadores, vedada qualquer restrição adicional por parte do órgão orçamentário municipal; ***(acrescentado pela Emenda 05/2025)***
III – As programações decorrentes de emendas impositivas individuais e de bancada deverão ser incluídas na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso, garantindo-se sua execução dentro do exercício financeiro; ***(acrescentado pela Emenda 05/2025)***
Art. 11. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, adotará parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar a realização de despesas à efetiva arrecadação das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.
Art. 12. Poderão ser designadas como unidades gestoras de créditos orçamentários, por ato do Chefe do Executivo, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades orçamentárias, conforme disposições do parágrafo único do art. 14 e do art. 66 da Lei Federal nº 4.320/1964.
Art. 13. Os compromissos assumidos pelas unidades orçamentárias e fundos, deverão se limitar aos recursos orçamentários disponibilizados, priorizando à aplicação em despesas obrigatórias de natureza continuada.
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigoram a partir de 1º de janeiro de 2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

FABIO LISANDRO DE LIMA BARROS
Prefeito

Publicado por:
Denny Jonathan Meneses de Lima
Código Identificador:59BA6E20

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO, PARA O QUADRIÊNIO 2026/2029.

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL nº 2.650/2025

EMENTA: Institui o Plano Plurianual do Município de Salgueiro, para o quadriênio 2026/2029.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO, Estado de Pernambuco, Fábio Lisandro de Lima de Barros, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que o **PLENÁRIO** da Câmara Municipal de vereadores, na Reunião Ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2025, **APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA** a seguinte **LEI ORDINÁRIA**, decorrente do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo nº 10/2025.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Salgueiro, PPA 2026/2029, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º - O Plano Plurianual/2026-2029 é o instrumento de planejamento governamental estratégico do Município que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 1º - O PPA abrangerá, prioritariamente:
I - As despesas de capital, incluindo investimentos, inversões financeiras etransferências de capital;
II - As despesas correntes, necessárias à manutenção e operação dos bens e serviços; e
III - Os programas de duração continuada, que visam à perenidade e à efetividade das políticas públicas implementadas.
§ 2º - A elaboração e execução do PPA têm como propósito fundamental viabilizar a implementação, o monitoramento e a gestão eficiente e eficaz das políticas públicas municipais, assegurando a coerência entre o planejamento e a execução, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Seção II
Das Definições e Conceitos Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I - Plano, conjunto de documentos elaborados com a finalidade de materializar o planejamento governamental por meio de programas e ações, compreendendo desde o nível estratégico até o nível

operacional, bem como propiciar a avaliação e a instrumentalização do controle.
II - Programa, instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;
III - Ações, operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa, especificadas no orçamento público através de projetos e atividades;
IV - Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
V - Atividade, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI - Operação Especial, corresponde às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, consistindo em despesas financeiras com o pagamento de inativos, amortização e serviço da dívida, precatórios e outros;
VII - Programa Temático ou Finalístico, expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;
VIII - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Estado, expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e a manutenção da atuação governamental;
IX - Órgão Orçamentário, representa o nível mais elevado da classificação institucional no orçamento público, agrupa unidades orçamentárias com finalidades e competências comuns, facilitando a alocação de recursos e a responsabilização pela execução das políticas públicas sob sua jurisdição;
X - Unidade Orçamentária, menor nível da classificação institucional agrupada em órgãos orçamentários;
XI - Produto, bem ou serviço concreto e quantificável que resulta da execução de uma ação governamental;
XII - Primeira Infância, período que abrange do nascimento até os seis anos de idade, fase em que ocorrem os mais intensos processos de desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo na vida humana;
XIII - Políticas Públicas, conjunto de decisões, ações e programas formulados e implementados pelos entes federativos, por meio de instituições governamentais, com o objetivo de atender demandas coletivas, solucionar problemas sociais e promover o bem-estar público;
XIV - Agendas transversais, compreendem estratégias de planejamento e implementação de políticas públicas que demandam a articulação, cooperação e integração entre mais de um órgão ou entidade governamental.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
Seção I
Do Conteúdo Estrutural do PPA 2026/2029

Art. 4º - O Plano Plurianual (PPA) 2026/2029, fundamentado em uma base estratégica e um conjunto de programas, consolida as políticas públicas e direciona a atuação governamental, organizado em Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços do Município.

§ 1º - O Anexo I estabelece a orientação estratégica do governo para o período de sua vigência, compreendendo os eixos, macro-objetivos e diretrizes estratégicas estabelecidas.
§ 2º - O Anexo II especifica a estrutura programática do plano, detalhando os programas com seus atributos e as ações correspondentes, as quais são ordenadas em projetos e atividades que integrarão a programação orçamentária.
Seção II
Da Organização do Plano

Art. 5º - O PPA está consubstanciado no plano de governo definido no ANEXO I, que orienta a atuação governamental de forma estratégica, com eixos, objetivos, diretrizes e metas e na programação do ANEXO II a ser executada anualmente de 2026 a 2029.

§ 1º - Eixos Estratégicos do PPA 2026/2029:

I - EIXO 1 – Mobilidade Urbana, Obras e Sustentabilidade;
II - EIXO 2 – Aproximando as Comunidades Rurais;
III - EIXO 3 – Cuidando das Pessoas, Desenvolvimento Humano e Assistência Social
IV - EIXO 4 – Geração de Emprego e Renda;
V - EIXO 5 – Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;
VI - EIXO 6 – Cuidando da Educação Pública;
VII - EIXO 7 – Grupos em Vulnerabilidade;
VIII- EIXO 8 – Cuidando da Saúde Pública;
IX- EIXO 9 – Inovando na Gestão Pública;
X- EIXO 10 – Segurança Pública.

§ 2º - Na programação observar-se-á a transversalidade, promovendo-se articulação entre os diferentes eixos e programas, especialmente nas seguintes áreas:
I - Políticas para as Mulheres;
II - Políticas para a Primeira Infância, Crianças e Adolescentes;
III - Igualdade Racial;
IV - Povos e Comunidades Tradicionais;
V - Meio Ambiente.

§ 3º - As políticas públicas para a primeira infância são definidas nos instrumentos legais pertinentes, tendo as ações que serão executadas pelo Município programadas no Plano Plurianual e no Orçamento Anual de cada exercício.
§ 4º - Poderão constar nos orçamentos anuais quadros com detalhamento das ações transversais relacionadas à primeira infância.
Art. 6º - A estrutura programática, detalhada no Anexo II, apresenta os programas de trabalho do governo para o período, discriminando ações e alocando valores para projetos de investimento e atividades contínuas que viabilizam a atuação governamental, indicando os seguintes atributos de programas:
I - Eixo estratégico;
II - Nome do programa;
III - Período de duração do programa;
IV - Objetivo do programa;
V - Indicador do Programa;
VI - Órgão/Unidade responsável e participante do programa;
VII - Público-alvo;
VIII - Ações que serão realizadas no âmbito do programa, desdobradas em projetos e atividades;
IX - Produto da ação, medida do produto e indicação da meta física;
X - Fontes de recursos e
XI - Valores;
XII - ODS.

Art. 7º - O programa Encargos Especiais compreende as despesas relativas às operações especiais, que não geram bens e nem serviços e tem atuação neutra no plano plurianual.
Art. 8º - Os indicadores dos programas podem se apresentar:
I - Nos programas temáticos, com índices previstos para o início das ações e estimados para o final do período de vigência do plano;
II - Nos programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Município que podem ser estruturados sem mensuração por indicadores;

Parágrafo único - Os indicadores em construção e os índices em apuração poderão ser determinados a partir do início de 2026, por Decreto, com o detalhamento adequado.

Art. 9º - Os programas e ações deste plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.
§ 1º - A inclusão, transformação ou exclusão de programas serão feitas durante a revisão da parcela anual do plano, ou por lei específica.
§ 2º - Lei que autorizar abertura de crédito adicional especial poderá criar ou modificar programas no PPA 2026/2029.
Art. 10 - Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos neste plano para as ações orçamentárias são estimados,

não se constituindo em limites à programação das despesas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO E DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL
Seção I
Da Gestão do PPA 2026/2029

Art. 11 - A gestão do PPA 2026/2029 observará os princípios de eficiência e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento e avaliação de programas.

Art. 12 - Serão designados servidores que ficarão responsáveis pela gestão dos programas.

Art. 13 - Além da execução diária dos projetos e atividades vinculados a cada programa, cabe ainda ao gestor do programa acompanhar, periodicamente, a evolução dos índices e indicadores que refletem o seu desempenho.

Seção II
Da Regulamentação e da Revisão do Plano Plurianual

Art. 14 - O Poder Executivo estabelecerá normas complementares para a gestão do Plano Plurianual, consoante disposições desta Lei e da legislação aplicável.
Art. 15 - Anualmente, nas datas estabelecidas em lei complementar federal, o plano plurianual será revisado.
Parágrafo único - Até a entrada em vigor da lei complementar prevista nos incisos I, II e III do art. 165 da Constituição Federal, serão observados os prazos estabelecidos no Inciso IV, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco.
CAPÍTULO IV
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Seção Única
Da Agenda Transversal em Relação as Crianças e Adolescentes

Art. 16 - Para os fins disposto no Capítulo IV, considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

Art. 17 - A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Art. 18 - O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente as ações estratégicas da Agenda Transversal de que trata esta Lei.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única Disposições Gerais e Transitórias
Art. 19 - Durante a gestão do Plano Plurianual 2026/2029, o Poder Executivopoderá:
I - Acrescentar ou alterar indicadores de programas;
II - Compatibilizar os valores dos Programas e Ações do Plano Plurianual - PPA 2026/2029, aos ajustes que vierem a ser realizados na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual;
III - Reduzir ritmo ou determinar redução de projetos e diminuição de atividades.
Art. 20 - Havendo mudança na estrutura administrativa, poderá constar da lei específica a indicação dos programas que serão da responsabilidade de órgão com denominação e/ou atribuições modificadas ou de novo órgão criado.
Art. 21 - O Poder Executivo disponibilizará a Lei do Plano Plurianual e seus anexos,noPortal da Transparência do Município, na internet.
Art. 22 - A transparência da execução orçamentária dos programas será assegurada pela disponibilização pela Internet, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000 e alterações.
Art. 23 - O Poder Executivo realizará, direta ou indiretamente, treinamentos e capacitações sobre planos e orçamentos públicos.
Art. 24 - O Poder Executivo fica autorizado a promover os ajustes necessários nos planejamentos estratégicos dos órgãos municipais para alinhá-los à dimensão estratégica deste PPA e viabilizar o alcance das metas e objetivos específicos aqui declarados.
Art. 25 - Esta Lei entra em vigor em 1° de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

FABIO LISANDRO DE LIMABARROS
Prefeito

Publicado por:
Denny Jonathan Meneses de Lima
Código Identificador:6BD6A49D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALOÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ - GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 679/2025

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALOÁ, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., com garantia da União, até o valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no âmbito do Programa Eficiência Municipal, nos termos da Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022, e suas alterações, destinados a investimentos em obras de infraestrutura urbana e rural no Município de Saloá, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a sua utilização em despesas correntes, nos termos do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento municipal ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e ao pagamento dos encargos relativos aos contratos de financiamento.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, conforme necessário, para suportar os pagamentos decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias, demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a debitar a conta-corrente de titularidade do Município de Saloá, indicada no contrato de financiamento, ou qualquer outra conta mantida na instituição, excetuadas aquelas com destinação específica, nos montantes necessários, nos prazos contratualmente estabelecidos.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão de nota de empenho para a realização das despesas de que trata este artigo, conforme o § 1º do art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Dezembro de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito do Município de Saloá

Publicado por:
Flavia Tatiane de Souza Pinto
Código Identificador:83943933

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 566/2025

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026/2029 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA, ESTADO DE PERNAMBUCO, submete à deliberação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do município de Santa Filomena, Estado de Pernambuco, para o período de 2026/2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnóstico e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2026/2029 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetos e metas com o propósito de viabilizar implementação e a gestão das

políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º - O PPA 2026/2029 terá como diretrizes:
I - Ampliação do acesso à educação básica, melhoria de qualidade do ensino e da aprendizagem;
II – Garantia de acesso a saúde;
III - Garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano;
IV - Melhoria das condições de segurança pública no município;
V - Estímulo ao desenvolvimento econômico do município;
VI - Melhorias do acesso aos serviços públicos e a informação;
VII - Fortalecimento da política habitacional e interesse social;
VIII - Aprimoramento do processo do orçamento participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade com melhoria de articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos do planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;
IX - Promoção da recuperação e preservação ambiental;
X – Promoção de políticas de valorização e formação cultural, fortalecimento do turismo e investimentos em esporte e lazer;
XI - Enfrentamento permanente a estiagem e desenvolvimento da infraestrutura para uma melhor convivência com a seca; e,

XII - Implementação de conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município, denominada de Agenda Transversal;
XII.A - A Agenda Transversal de que trata o caput do inciso terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em
conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis; e,
XII.B - O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente a Agenda Transversal de que trata esta Lei.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art.5º O PPA 2026/2029 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental de centros de resultados e programas estratégicos, assim definidos:

Centros de resultado: expressa as transformações alcançadas pela ação gerencial em bens e serviços colocados à disposição da sociedade; e
Programas Estratégicos: expressa as diversas ações planejadas por diferentes órgãos, que devem ser pensadas e executadas de forma conjunta para o melhor aproveitamento dos recursos e garantir mais resultados para a sociedade.

Art. 6º O Programa Estratégico é composto por Objetivos, Indicadores e o Valor Global.
§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito.
§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.
§ 3º O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregando as esferas orçamentárias Fiscal e Seguridade, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

Art.7º - Integram o PPA 2026/2029 os seguintes anexos:
§1º - Planejamento Orçamentário:
I – Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais;
II – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos;
III – Unidades Executoras e Ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras.

§2º - Relatórios Auxiliares:
I – Síntese das Ações por Função e Subfunção; e,
II – Planejamento Orçamentário.

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art.8º Os programas constantes no PPA 2026/2029 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.
§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas nas leis orçamentárias anuais; e
§ 2º As vinculações entre as ações orçamentárias e os programas estratégicos constarão nas Leis Orçamentárias Anuais.

Art.9º O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas Leis Orçamentárias e nas Leis de Crédito Adicional.

Art.10 Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2026/2029 e com a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO
Seção I
Aspectos Gerais

Art.11 A gestão do PPA 2026/2029 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução de suas metas, sobretudo,

para garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:
Dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
Dos critérios de regionalização das políticas públicas; e,
Dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2026/2029.

Parágrafo Único. Caberá ao Poder Executivo definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2026/2029.

Art.12 A gestão do PPA 2026/2029 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas Estratégicos e Centros de Resultados.

Art.13 O Poder Executivo manterá sistema de informações para apoio a gestão do Plano, que será atualizado permanentemente e abrangerá a execução financeira dos Programas e Centros de Resultados, o alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores.

Parágrafo Único. O Poder Executivo disponibilizará de forma estruturada e organizada na Internet informações sobre a implementação e o acompanhamento do PPA 2026/2029.

Art.14 O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

Seção II
Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e realizados;
Situação, por Programa e Centros de Resultados;
Execução financeira dos Programas e Centros de Resultados.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art.15 O monitoramento do PPA 2026/2029 é a atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública municipal.

Art.16 A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.17 Considera-se revisão do PPA 2026/2029 a inclusão, a exclusão ou alteração de Programas.
§ 1º A revisão que trata o caput, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de Projeto de Lei.
§ 2º Os Projetos de Lei de Revisão do Plano Plurianual que incluem o Programa Estratégico deverão conter os respectivos atributos.
§ 3º O Poder Executivo para contabilizar as alterações promovidas pelas Leis Orçamentárias Anuais e pelas Leis de Crédito Adicional deverá:
Alterar o Valor Global do Programa;
Adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Programas; e,

Incluir, excluir ou alterar metas.

§ 4º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:
I- Indicador;
II- Meta de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária; e,
Órgão responsável.

§ 5º As modificações efetuadas nos termos do §4º deverão ser informadas a Câmara Municipal.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SANTA FILOMENA, Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro de 2025.

PEDRO GILDEVAN COELHO MELO
Prefeito Municipal

OBS.: A LEI COMPLETA COM TODOS OS SEUS ANEXOS, ESTÁ DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL: https://transparencia.santafilomena.pe.gov.br/app/pe/santa-filomena/1/acervo-de-leis

Publicado por:
Josimara Melo Alves Macedo
Código Identificador:10FF6BFE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 567/2025

Ementa: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santa Filomena para o exercício de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da CÂMARA MUNICIPAL o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I
Abrangência

Art. 1°. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Santa Filomena para o exercício de 2026 nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal:
O orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo e seus fundos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;
O orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos da Administração Direta e indireta, incluindo os fundos municipais.

CAPÍTULO II
Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Da Estimativa da Receita

Art. 2°. A receita total estimada no mesmo valor da despesa total é de **R$ 99.044.695,46** (noventa e nove milhões quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), sendo:
Orçamento Fiscal: R$ 81.158.784,91 (oitenta e um milhões cento e cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos).

Orçamento da Seguridade Social: R$ 17.885.910,55 (dezessete milhões oitocentos e oitenta e cinco mil novecentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos), onde:
R$ 8.729.825,97 (oito milhões setecentos e vinte e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos), compreende receitas de saúde;
R$ 1.971.445,85 (um milhão novecentos e setenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), compreende receitas de assistência social;
R$ 7.184.638,77 (sete milhões cento e oitenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos), compreende receitas do Regime Próprio de Previdência Social.
Parágrafo Único – Considerando os termos do art. 27B, § 1º da Lei Orgânica Municipal, os quais definem e impõem que toda proposta orçamentária deve ser reservado o percentual de 2% (dois por cento) para inclusão de emendas impositivas de autoria dos Vereadores com assento no Poder Legislativo, fica por essa razão reservado da receita total estimada constante no caput do Artigo 2º o valor de R$ 1.790.004,03 (um milhão setecentos e noventa mil, quatro reais e três centavos, por este corresponder a 2% da receita corrente liquida do

exercício anterior, que deverá ser utilizado para empenhamento, liquidação e pagamento das emendas impositivas apresentadas pelos Vereadores.
Art. 3°. As receitas são estimadas por categorias econômicas, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no anexo 01.
Art. 4°. A receitas estimadas no orçamento serão arrecadadas na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante no anexo 02.

Da Fixação da Despesa

Art. 5º. A despesa orçamentária total, no mesmo valor da receita, é fixada por função, poderes e órgãos, em **R$ 99.044.695,46** (noventa e nove milhões quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), e desdobrada nos termos da Lei Orçamentárias em:
Orçamento Fiscal: R$ 63.240.396,08 (sessenta e três milhões duzentos e quarenta mil trezentos e noventa e seis reais e oito centavos);

Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 35.804.299,38 (trinta e cinco milhões oitocentos e quatro mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos), sendo:
R$ 25.609.214,80 (vinte e cinco milhões seiscentos e nove mil duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), compreende despesas com saúde;
R$ 3.010.445,81 (três milhões dez mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), compreende despesas com assistência social;
R$ 7.184.638,77 (sete milhões cento e oitenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos), correspondente às despesas com previdência social.

Parágrafo único. R$ 17.918.388,83 (dezessete milhões novecentos e dezoito mil trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos) das despesas fixadas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II deste artigo, serão custeadas com recursos do orçamento fiscal.

Da Distribuição das Despesas por Órgãos

Art. 6º. A despesa total, fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e órgãos, está discriminada nos anexos 06 a 09 desta lei, consoante disposições da Lei Federal 4.320/64 e regulamentações específicas.
Art. 7º. As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgãos no anexo 02 e consolidados no resumo da natureza da despesa.

Da Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar

Art. 8°. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do § 8°, do art. 165, da Constituição da República, do § 4, do art. 123, da Constituição Estadual a abrir créditos suplementares, no decorrer do exercício de 2026, até o limite de no mínimo 40% (quarenta por cento) da despesa geral fixada no orçamento total da presente Lei, na forma do que dispõem os Arts. 7° e 40 a 43, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, para atender às despesas cujas dotações se verifiquem insuficientes.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a usar como fonte de recurso para abertura de crédito suplementar os recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.
Art. 9º. O limite autorizado no artigo 8° não será onerado quando o crédito se destinar a:

Atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotação pertencentes ao mesmo grupo de despesa e de unidade orçamentária da Câmara Municipal;
Atender insuficiência de dotações do grupo pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de saldos de dotações consignadas ao mesmo grupo;
Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotação;
Atender obrigações do sistema previdenciário, com recursos de anulação de dotação;
Atender despesas vinculadas a convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo e parágrafo único do art. 8° da Lei de Responsabilidade Fiscal;
Atender insuficiência de outras despesas de custeio e de capital consignados em programas de trabalho dos sistemas municipais de saúde, de ensino e de assistência social, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções.

Da Autorização para Realizar Operações de Crédito

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:
Realizar operação de crédito por antecipação da receita nos termos do artigo 38 da Lei Complementar 101/2000, obedecidas a normas do Banco Central do Brasil, e Resoluções do Senado Federal, desde que as obrigações sejam pagas dentro do mesmo exercício de 2025.
Contratar e oferecer garantias e empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem com a execução de programas de habitação e saneamento, respeitados os limites da Lei Complementar 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e legislação pertinente.

Das Disposições Gerais

Art. 11. Os créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2025, ao serem reabertos, na forma do § 2° do art. 167, da Constituição da República, do § 2°, do art. 128, da Constituição Estadual, serão reclassificados em conformidade com a presente Lei.
Art. 12. A Secretaria de Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias após a sanção da Lei Orçamentária, disponibilizará a cada órgão titular de dotações orçamentárias, o quadro de detalhamento das despesas – QDD, demonstrando os projetos, atividades e operações especiais, detalhadas por categorias econômicas, grupos de natureza de despesa, modalidades de aplicação, elementos de despesa e fontes de recursos.
Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá normas para realização da despesa, inclusive a programação financeira para o exercício de 2026, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, a fim de obter o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação específica.
Art. 14. Na fixação dos valores das dotações para pessoal foram consideradas projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do § 1º do artigo 169 da Constituição Federal.
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se os efeitos a partir de 1° de janeiro de 2026.
Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA, Estado de Pernambuco, 23 de dezembro de 2025.

PEDRO GILDEVAN COELHO MELO
Prefeito Municipal

OBS.: A LEI COMPLETA COM TODOS OS SEUS ANEXOS, ESTÁ DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL: https://transparencia.santafilomena.pe.gov.br/app/pe/santa-filomena/1/acervo-de-leis

Publicado por:
Josimara Melo Alves Macedo
Código Identificador:8F286F3B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2025 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2025

O Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, pessoa jurídica de direito público, através do **Fundo Municipal de Saúde**, inscrito no **CNPJ n.º 09.216.627/0001-59,** torna público a todos os interessados a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do Processo Administrativo n.º 067/2025, Dispensa Eletrônica n.º 012/2025, objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos e material médico-hospitalar, conforme EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL Nº 487/2023, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Maria da Boa Vista/PE. Adjudica e homologa-se o resultado deste certame e declara vencedora a empresa: **HORUS FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** CNPJ nº 26.754.510/0001-48, com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 no valor total de R$ 7.761,55 (sete mil e setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), ficando os lotes 9 e 14 desertos.

Santa Maria da Boa Vista /PE, 26 de dezembro de 2025

JOSELMA PRICILA GOMES DE SÁ
Secretária de Saúde

Publicado por:
Humberto Batista Varjão Yoyo
Código Identificador:A9F2D930

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 077/2022 PREGÃO ELETRÔNICO/SRP N.º 038/2022 CONTRATO N.º 169/2022

OBJETO: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **contrato principal nº 169/2022**, assinado em 01 de novembro de 2022, o qual tem como objeto contratação de Pessoa Jurídica para fins de prestação de serviço de transporte escolar, visando atender alunos da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria da Boa Vista/PE
CONTRATADA: LOCTUR TURISMO E CONSULTORIA LTDA-CNPJ/MF SOB O N.º 03.057.143/0001-28
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER– CNPJ Nº 30.382.029/0001-20.

FABIANA RIBEIRO GRANJA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Humberto Batista Varjão Yoyo
Código Identificador:154505E3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 077/2022 PREGÃO ELETRÔNICO/SRP N.º 038/2022 CONTRATO N.º 170/2022

OBJETO: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **contrato principal nº 170/2022**, assinado em 01 de novembro de 2022, o qual tem como objeto contratação de Pessoa Jurídica para fins de prestação de serviço de transporte escolar, visando atender alunos da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria da Boa Vista/PE
CONTRATADA: HENRIQUE ENGENHARIA E VIAGENS LTDA, CNPJ/MF sob o n.º 43.140.012/0001-24
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER– CNPJ Nº 30.382.029/0001-20.

FABIANA RIBEIRO GRANJA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Humberto Batista Varjão Yoyo
Código Identificador:6D3D8061

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
OFÍCIO Nº 118/2025 – GAB/PREFEITO AO DEP. DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/PMST AGENTE DE CONTRATAÇÃO ASSUNTO: TERMO DE REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 00008/2025 TERMO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 00008/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação com paralelepípedos graníticos em diversas ruas da zona urbana do Município de Santa Terezinha PE, Emenda Parlamentar nº 202539310005.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA PE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores;

Considerando que na hipótese do Processo Licitatório em destaque – Concorrência nº 00008/2025, em razão da necessidade de alterações no edital , para posterior publicação de novo edital com as devidas adequações, novo número de Processo e Modalidade.

RESOLVE:

REVOGAR, O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2025 – MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 00008/2025, cujo o objeto é o Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação com paralelepípedos graníticos em diversas ruas da zona urbana do Município de Santa Terezinha PE, Emenda Parlamentar nº 202539310005.

Encaminhe o presente termo de revogação ao Setor de Licitação, Agente de Contratação e equipe de apoio para anexar ao processo, bem como tomar as providências legais cabíveis, além de dar publicidade.

Observação: Se houver envelopes de Habilitação e Propostas já protocoladas no referido setor, deverão ser descartadas no prazo de 30 dias corridos a contar da data de hoje. A empresa que protocolou os envelopes também poderá buscar seus envelopes no prazo de 30 dias corridos, munido de carteira de identificação, sendo averiguardo o protocolo que consta no processo licitatório, caso a empresa envie um representante que não tenha sido ele que protocolou os envelopes, deverá está com procuração, caso seja sócio da empresa a procuração não será necessária.

Santa Terezinha (PE), em 29 de dezembro 2025.

ADEILSON LUSTOSA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
João Paulo Ferreira Torres
Código Identificador:71102D3F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO SUL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2025

Espécie: Credenciamento
Contratante:SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTO DO MUNICIPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL/PE
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CUIDADOS MULTIPROFISSIONAIS DE SAUDE, **CNPJ/MF**: **44.062.136/0001-00**

OBJETO: prestação de serviços de capacitação e formação continuada, com foco em Ética Profissional, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018), destinadas aos professores e demais profissionais da Rede Municipal de Ensino de São Benedito do Sul-PE

Valor: **R$ 498.001,65 (Quatrocentos e noventa e oito mil, um real e sessenta e cinco centavos).**
Celebrado: 28/07/2025
Vigência:12 (doze) meses.
Signatários:JOSÉ WELBY DE PAULA BRAGA e ANDRÉ BATISTA DE OLIVEIRA

Publicado no Quadro de Aviso desta Prefeitura Municipal aos 28 de julho de 2025.

Publicado por:
Jackson Fernando Torres Teodozio da Silva
Código Identificador:34E4043E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO SUL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL, no uso de suas atribuições, em observância as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021, após compulsar a realidade administrativa instruída no bojo do **Processo Administrativo PMS nº. 079/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº. 039/2025**, que tem por objeto a "**CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SHOW ARTÍSTICO DA ATRAÇÃO "UNHA PINTADA", OBJETIVANDO A APRESENTAÇÃO DO MESMONA FESTA DE REIS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL-PE, COM APRESENTAÇÃO NO PRÓXIMO DIA 05 DE JANEIRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA**", conforme condições, descrições e especificações contidos no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta comercial apresentada,

CONSIDERANDO que foram satisfeitas todas as exigências documentais de habilitação e qualificação necessárias à contratação direta da empresa: **UNHA PINTADA PRODUCOES E EVENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **24.462.524/0001-62**, comprovadamente representante direta do artista selecionados;

CONSIDERANDO a demonstração de que se tratam de serviços artísticos e que a atração é consagrada pela crítica especializada e também pela opinião pública;

CONSIDERANDO os fundamentos fáticos e jurídicos registrados no TERMO DE JUSTIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO aviado pela Agente de Contratação JACKSON FERNANDO TORRES TEODOZIO DA SILVA;

CONSIDERANDO a emissão de parecer jurídico que consignou a regularidade dos arquivos e documentos da fase de planejamento, e a recente manifestação técnica acerca da plausibilidade e regularidade do procedimento trilhado pelo Agente de Contratação,

HOMOLOGA o procedimento da Inexigibilidade de Licitação nº. 039/2025 e, no uso de suas atribuições legais, observadas as disposições dos artigos 72 e 74, inciso II, e §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, e **AUTORIZA** a contratação direta da empresa: **UNHA PINTADA PRODUCOES E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **24.462.524/0001-62**, com o fito de "*CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SHOW ARTÍSTICO DA ATRAÇÃO **"UNHA PINTADA"**, OBJETIVANDO A APRESENTAÇÃO DO MESMONA FESTA DE REISDO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL, COM APRESENTAÇÃO NO PRÓXIMO DIA 05DE JANEIRODE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA",* pelo valor global de **R$ 300.000,00(Trezentos mil reais)**, observado o valor consignado no Termo de Justificação de Inexigibilidade de Licitação e nas propostas comerciais apresentadas.

São Benedito do Sul (PE), 29 de Dezembro de 2025.

JOSÉ RINALDO DE FIGUEREDO LOPES
Prefeito do Município de São Benedito do Sul

Publicado por:
Jackson Fernando Torres Teodozio da Silva
Código Identificador:6F0CB577

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO 186/2025 - PROC. ADM. 017/2025 - DISPENSA 017/2025 - SEC. CULTURA - PREF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO UMA
SECRETARIA DE CULTURA TURISMO E ESPORTES
Extrato de contrato nº 186/2025 – Processo Administrativo 027/2025 – Dispensa 017/2025 - Pref.
Contrato nº186/2025 – Processo Administrativo 027/2025 – Dispensa 017/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fogos de artifícios, destinados à realização de shows pirotécnicos em eventos e festividades oficiais promovidas pela Secretaria de Cultura Turismo e Esportes, deste Município. Contratado (a) COMERCIO DE FOGOS E UTILIDADES LTDA; inscrita no CNPJ: sob o nº 11.268.203/0001-80. Valor Global R$ 49.690,00 (quarenta e nove mil seiscentos e noventa reais). Vigência do contrato: 12 (doze) meses... de: 24/12/2025 a 24/12/2026 - São Bento do Una, 24/12/2025 –

CAÍQUE ALEXANDRE JESSÉ MEDEIROS DE SOUZA –
Secretário de Cultura Turismo e Esportes.

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:0A8C7EF7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO 189/2025 - PROC. 053/2025 - PREG. ELET. 013/2025 - SRP 013/2025 - SEC. DESENV. RURAL - PREF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO UNA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Extrato de contrato nº 189/2025 – Processo Licitatório 053/2025 – Pregão Eletrônico 013/2025 – S.R.P. 013/2025 - Pref.
Contrato nº189/2025 – Processo Licitatório 053/2025 – Pregão Eletrônico 013/2025. Objeto: Aquisição parcelada de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, para a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Contratado (a) ÚNICA SANEANTES LTDA; inscrita no CNPJ: sob o nº 43.392.983/0001-61 - Valor Global R$ 3.872,35 (três mil oitocentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos). Vigência do contrato: 12 (doze) meses... de: 26/12/2025 a 26/12/2026 - São Bento do Una, 26/12/2025 –

ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA –
Secretário de Desenvolvimento Rural.

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:BA571FE0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO E RATIFICO a Dispensa de licitação nº **018/2025**, para **Contratação de empresa especializada na locação de banheiros químicos, compreendendo o fornecimento, transporte, instalação, manutenção, higienização periódica e posterior retirada dos equipamentos, destinados ao atendimento das demandas do Município de São Bento do Una-PE, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência,** em favor da empresa**: KLA PROMOÇÕES E EVENTOS EPP,** inscrita no **CNPJ Nº 04.638.333/0001-00,** localizada na Rua Projetada, 04, Lot. Distrito Industrial, nº 200A, CEP 56.508-255, Boa Esperança, Arcoverde-PE, no valor de **R$ 15.000,00** (Quinze mil reais), nos autos do **Processo Administrativo**

nº 028/2025, na conformidade do art.75, inciso II, da Lei Federal de Licitação nº 14.133/2021.Assim sendo procedendo determino a publicação, emissão de nota de empenho e contrato em favor da citada empresa, através de seu representante legal.São Bento do Una, 26 de dezembro de 2025.

CAIQUE ALEXANDRE JESSE MEDEIROS DE SOUZA
Secretário de Cultura Turismo e Esportes

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:5DB7EACE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade de licitação nº **040/2025**, para contratação direta de show artístico em favor da Empresa: **A V NERI DA SILVA EVENTOS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ sob o nº 20.268.052/0001-50,** Rua Doutor Joaquim Frota, nº 780, quadra 101, CEP 60.830-132, José de Alencar, Fortaleza-PE**,** representante exclusivo do Cantor **VICENTE NERY**, para 01 (uma) apresentação musical, no dia 05 de janeiro de 2026, nas Comemorações das Festividades da Festa de Reis de 2026, neste município, no valor global de **R$ 200.00,00** (Duzentos mil reais), nos autos do processo de Licitação nº 063/2025, em conformidade com art. 74, inciso II da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações legais. Assim sendo procedendo determino a publicação, emissão de nota de empenho e contrato em favor da citada empresa, através de seus representantes legais. São Bento do Una, 23 de dezembro de 2025.

CAIQUE ALEXANDRE JESSE MEDEIROS DE SOUZA
Secretário de Turismo, Cultura e Esportes
Portaria Nº 004/2025

Publicado por:
Jailma Edja Almeida Oliveira
Código Identificador:A694B4B8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade de licitação nº 041/2025, para contratação direta de show artístico em favor da Empresa: **LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **17.985.184/0001-99**, Rua José Bernadino, nº 97, Térreo, loja 01, CEP 58.408-027, Vila Cabral, Campina Grande-PB, representante exclusivo do Cantor **LUAN ESTILIZADO**, para 01 (uma) apresentação musical, no dia 06 de janeiro de 2026, nas Comemorações das Festividades da Festa de Reis de 2026, neste município, no valor global de **R$ 200.000,00** (Duzentos mil reais), nos autos do processo de Licitação nº 064/2025, em conformidade com art. 74, inciso II da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações legais. Assim sendo procedendo determino a publicação, emissão de nota de empenho e contrato em favor da citada empresa, através de seus representantes legais. São Bento do Una, 24 de dezembro de 2025.

CAIQUE ALEXANDRE JESSE MEDEIROS DE SOUZA
Secretário de Turismo, Cultura e Esportes

Publicado por:
Jailma Edja Almeida Oliveira
Código Identificador:D00CD547

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CPL/FMAS
TERMO ADITIVO 002/2023 - CONTRATO 012/2021 - PROC. LICIT. 008/2021 - PREG. ELET. 003/2021 - FMAS.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE ADITIVO – 02/2023; PRORROGAÇÃO – CONTRATO 012/2021 – PROC. LICIT. 008/2021 – PREG. ELET. 003/2021.
2º Termo Aditivo ao contrato nº 012/2021; Aditivo de Prorrogação do contrato original, referente a; Objeto: Contratação de empresa que atue como agente de integração para operacionalização de programa de estágio de estudantes, obrigatório ou não, que visa propiciar complementação do ensino e da aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração entre teoria e prática, bem como de aperfeiçoamento técnico-cultural, cientifico e de relacionamento humano, objetivando o desenvolvimento do educando para avida cidadã e para o trabalho destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Bento do Una – PE, Oriundo do Processo nº008/2021 – Pregão Eletrônico 003/2021; Contratado (a): UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ. CNPJ: 05.342.580/0001-19; Prazo acrescido ao contrato original, 12 (doze) meses, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas atualizações – São Bento do Una, 04/04/2023.

Gestor:
MARTHONY DORNELAS SANTANA –
Secretário do Fundo Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:0AC43ED5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 122/2025

Ementa:Atualiza o valor da Unidade Fiscal do Município (UFM) e dos tributos municipais para o exercício de 2026, com fundamento noart. 529 da Lei Municipal nº 1.853/2010, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, Estado de Pernambuco,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDOo disposto noartigo 529 da Lei Municipal nº 1.853, de 2010 (Código Tributário Municipal), que determina a atualização anual dos valores expressos em moeda corrente na legislação tributária;
CONSIDERANDOque a atualização monetária não representa majoração de tributo, mas apenas a recomposição do valor da moeda corroída pelo processo inflacionário, conforme súmula do STJ e art. 97, § 2º, do Código Tributário Nacional (CTN);
CONSIDERANDOa variação acumulada doIPCA/IBGEnos últimos 12 meses, incluído em4,46%(quatro vírgula quarenta e seis por cento);
DECRETA:
Art. 1ºEm cumprimento aoart. 529 da Lei Municipal nº 1.853/2010, é atualizada monetariamente aUnidade Fiscal do Município (UFM)para o exercício financeiro de 2026.
Art. 2ºO valor da UFM, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026, passa a ser deR$4,26,(quatro reais e vinte e seis centavos).
Art. 3ºOs tributos, multas, preços públicos e demais obrigações pecuniárias expressas na legislação municipal em quantidade de UFM serão convertidas em moeda corrente pelo valor estabelecido no artigo anterior.
Parágrafo Único.Os valores expressos em Reais (R$) na legislação tributária que não estejam indexados à UFM serão atualizados pelo mesmo percentual de4,46%, incidente sobre o valor vigente em dezembro de 2025.
Arte. 4ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de1º de janeiro de 2026.
Gabinete do Prefeito, em23de dezembro de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito do Município de São Bento doUna-PE

Publicado por:
Paula Heloisa Almeida Maciel
Código Identificador:67358F07

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 619/2025.

PORTARIA GP Nº 619/2025.

O excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.627/1999.

CONSIDERANDO a inexistência no quadro funcional do Município de servidores para exercer esta função, bem como inexistindo concursados para tal;
CONSIDERANDO a justificativa através do memorando 8.314/2025 da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com data de 01/07/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com efeitos a partir de 01/07/2025, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federativa do Brasil, no inciso VII, do art. 97, da Constituição do Estado de Pernambuco e na Lei Municipal nº 1.627/1999.

NOME	CPF	FUNÇÃO	Centro de Custo	Remuneração
JAILSON ROCHA DE SOUZA	---563804--	MAGAREFE	Matadouro	R$ 1.518,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 01 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:E7314EDC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 620/2025.

PORTARIA GP Nº 620/2025.

O excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.627/1999.

CONSIDERANDO a inexistência no quadro funcional do Município de servidores para exercer esta função, bem como inexistindo concursados para tal;
CONSIDERANDO a justificativa através do memorando 4.473/2025 da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com data de 01/07/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com efeitos a partir de 01/07/2025, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federativa do Brasil, no inciso VII, do art. 97, da Constituição do Estado de Pernambuco e na Lei Municipal nº 1.627/1999.

NOME	CPF	FUNÇÃO	Centro de Custo	Remuneração
EVANDRO SOARES ANDRADE	---170914--	AUX SERV GERAIS	Matadouro	R$ 1.518,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 01 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:CA735367

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 621/2025.

PORTARIA GP Nº 621/2025.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso II da constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1 – Rescindir o contrato de JADEILSON PACHECO DE MENDONCA, Mat. nº 111205 do cargo de VIGIA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 01 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:BDEDD2C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 622/2025.

PORTARIA GP Nº 622/2025.

O excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.627/1999.

CONSIDERANDO a inexistência no quadro funcional do Município de servidores para exercer esta função, bem como inexistindo concursados para tal;
CONSIDERANDO a justificativa através do memorando 4.497/2025 da Secretaria de Saúde, com data de 03/07/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com efeitos a partir de 03/07/2025, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federativa do Brasil, no inciso VII, do art. 97, da Constituição do Estado de Pernambuco e na Lei Municipal nº 1.627/1999.

NOME	CPF	FUNÇÃO	Centro de Custo	Remuneração
CARLOS HENRIQUE LIMA DE SOUZA	---614654--	AUX ADMINISTRATIVO	Sec. Saúde	R$ 1.518,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 03 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:705947BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 623/2025.

PORTARIA GP Nº 623/2025.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso II da constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1 – Rescindir o contrato de MAYCON ALEX SOBRAL DUARTE, Mat. nº 111058 do cargo de MEDICO ANESTESISTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 04 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:197DBC9C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 624/2025.

PORTARIA GP Nº 624/2025.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso II da constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1 – Rescindir o contrato de PATRICIA SILVA DE BARROS, Mat. nº 112637 do cargo de AUX SERV GERAIS - ESCOLA MUNICIPAL IVETE CORDEIRO VALENCA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 07 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:E4AEEE81

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 625/2025.

PORTARIA GP Nº 625/2025.

O excelentíssimo Senhor **PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA**, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso II da constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1 - Nomear SANDRA SOCORRO MELO CORDEIRO, CPF: 791.966.914-68 e RG: --568-- SDS/PE, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente, em substituição de Maria José de Moraes Cordeiro, Mat.: 109970, diante das férias legais no período de 07/07/2025 a 05/08/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 07 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:65B16AFE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 626/2025.

PORTARIA GP Nº 626/2025.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso II da constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1 – Rescindir o contrato de PEDRO RODRIGO DE FARIAS GOMES, Mat. nº 112592 do cargo de MEDICO DO SAD.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 09 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:D33EC9F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 627/2025.

PORTARIA GP Nº 627/2025.

O excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.627/1999.

CONSIDERANDO a inexistência no quadro funcional do Município de servidores para exercer esta função, bem como inexistindo concursados para tal;
CONSIDERANDO a justificativa através do memorando 4.985/2025 da Secretaria de Saúde, com data de 10/07/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com efeitos a partir de 10/07/2025, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federativa do Brasil, no inciso VII, do art. 97, da Constituição do Estado de Pernambuco e na Lei Municipal nº 1.627/1999.

NOME	CPF	FUNÇÃO	Centro de Custo	Remuneração
NAARA BATAGLION SOUZA NEVES	---021547--	MÉDICO ANESTESISTA	Sec. Saúde	R$ 9.400,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 10 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:EA841A26

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 628/2025.

PORTARIA GP Nº 628/2025.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso II da constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1 – Rescindir o contrato de EVANIA MOTA DOS SANTOS, Mat. nº 112636 do cargo de AUX SERV GERAIS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 10 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:7C3CC6B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 629/2025.

PORTARIA GP Nº 629/2025.

O excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.627/1999.

CONSIDERANDO a inexistência no quadro funcional do Município de servidores para exercer esta função, bem como inexistindo concursados para tal;
CONSIDERANDO a justificativa através do memorando 4.986/2025 da Secretaria de Saúde, com data de 11/07/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com efeitos a partir de 11/07/2025, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federativa do Brasil, no inciso VII, do art. 97, da Constituição do Estado de Pernambuco e na Lei Municipal nº 1.627/1999.

NOME	CPF	FUNÇÃO	Centro de Custo	Remuneração
ALBERICO BARROS CAMARA JUNIOR	---561944--	MEDICO PLANTONISTA	Plantão	R$ 2.300,00 por plantão de 24 horas se desempenhado de segunda a sexta-feira
		MEDICO PLANTONISTA	Plantão	R$ 2.800,00 por plantão de 24 horas se desempenhado aos sábados e domingos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 11 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:602EF125

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 630/2025.

PORTARIA GP Nº 630/2025.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso II da constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1 – Rescindir o contrato de MARCELO DE PAULA MARTINS, Mat. nº 111074 do cargo de MEDICO PLANTONISTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 11 de julho de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kennedy Manso Oliveira
Código Identificador:44163C05

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 792/2025

Institui a Comissão de Seleção do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RE-SERVA DE PROFESSORES QUE ATUARÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUN-DAMENTAL E NA MODALIDADE EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – NÍVEL FUNDAMENTAL) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO UNA-PE PARA O ANO LETIVO DE 2026 estabelecido no Edital N° 002/2025, no Município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais de acordo com o que dispõe a Constituição Estadual e Federal.
RESOLVE:
Art. 1º. - Instituir a Comissão de Seleção do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES QUE ATUARÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NA MODALIDADE EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – NÍVEL FUNDAMENTAL) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO UNA-PE PARA O ANO LETIVO DE 2026,** estabelecido no Edital N° 002/2025 no Município de São Bento do Una

Art. 2 – A comissão de seleção de coordenação será composta pelos seguintes membros:

Comissão Titular:

SERGIO RICARDO CORDEIRO DA SILVA	**105837**
ANDRE MACEDO BARROS	**2507161**
MARCELA MARINHO LIMA DE MACEDO	**108958**
EDNA PATRICIA MEDEIROS VALENCA	**93338**
ANDREZZA SANTANA DE ALMEIDA	**94227**

Art. 3 - Compete a Comissão de Seleção coordenar o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES QUE ATUARÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUN-DAMENTAL E NA MODALIDADE EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – NÍVEL FUNDAMENTAL) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO UNA-PE PARA O ANO LETIVO DE 2026,** estabelecido no Edital N° 002/2025:

Art. 4 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, São Bento do Una, 04 de dezembro de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Josenildo de Almeida Silva
Código Identificador:CEC952FB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 793/2025

O excelentíssimo Senhor PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Chefe do Governo Municipal de São Bento do Una, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.627/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Membros para composição do Comitê de Trabalho Intersetorial Municipal, que seguem abaixo listados:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME: **MARCELA MARINHO LIMA DE MACEDO**
CPF: 011.921.054-19
CONTATO: (81) 9758-5611
E-MAIL: marcelamlmacedo1234@gmail.com
ENDEREÇO: PE 180, nº 180.
CARGO / FUNÇÃO: Professor I

NOME: **TAIZA MARIA DE ALMEIDA ANDRADE**
CPF: 056.974.404-05
CONTATO: 81 8204-3226
E-MAIL: taiza17almeida@gmail.com
ENDEREÇO: Rua do Campo 3, nº 57, bairro Espirito Santo – Zona Rural
CARGO / FUNÇÃO: Professor I - Historia

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTES

NOME: **CLÉCIA MARIZE OLIVEIRA DE PAULO DEMÉTRIO**
CPF: 041.548.444-82
CONTATO: (81) 99265-8387
CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Educação
E-MAIL: clecia.tecseg@outlook.com
ENDEREÇO: Rua Marta Cavalcante, nº 051, Bairro: Maria José Almeida Cordeiro, São Bento do Una – PE

NOME: **SAMUEL ALVES DE SOUZA**
CPF: 111.836.504-69
CONTATO: (81) 99314-7118
CARGO: Ouvidor
E-MAIL: samuel.al.souza14@gmail.com
ENDEREÇO: Rua Sete de Setembro, nº 41, centro, São Bento do Una/PE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME: **MARIA ELAINE TEIXEIRA BELO**
CPF: 044.981.524-25
CONTATO: (81) 9 9186-8303
CARGO/FUNÇÃO: Coordenação de CRAS
E-MAIL: elaine.17sbu@gmail.com
ENDEREÇO: Travessa da rua Seis - Loteamento Santo Afonso - São Bento do Una - PE

NOME: **JESSICA DE OLIVEIRA ALMEIDA**
CPF: 113.562.254-03
CONTATO: (81) 99468-6069
CARGO: Coordenador CRAS
E-MAIL: jessicaalmeida1609@gmail.com
ENDEREÇO: Rua Cinco, Nº 23 – Santo Afonso, São Bento do Una/PE

SECRETARIA DE SAÚDE

NOME: **MILENA FAUSTINO SOARES**
FUNÇÃO: Auxiliar Administrativo
DATA DE NASC: 18/11/1984
RG: 731954 SDS/PE
CPF: 081.341.694-90
EMAIL: milenafaustinosbu@gmail.com
TELEFONE: 81- 99669-7847
ENDEREÇO: Travessa Joaquim Soares, nº 1.009, bairro Joaquim da Silva Costa

NOME: **JOÃO LUCAS NASCIMENTO DE FARIAS**
FUNÇÃO: Recepcionista
DATA DE NASC: 15/01/2005
RG: 10.927.006 SDS/PE
CPF: 154.867.594-60
EMAIL: oiojoaolucas@gmail.com
TELEFONE: 81-99153-7684
ENDEREÇO: Rua da Rádio, n°35 - Centro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria GP nº 492/2024.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito,

São Bento do Una, 04 de dezembro de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Josenildo de Almeida Silva
Código Identificador:8F1EEB0C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO

GABINETE
PORTARIA N° 640/2025

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe conferem as Constituições da República e do Estado, sobretudo a Lei Orgânica Local,

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa;

CONSIDERANDO as Ordens de Fornecimento expedidas no âmbito das Secretarias Municipais de Administração e de Educação, nas quais foram constatadas ocorrências de entrega parcial de itens e de não entrega integral em determinadas requisições;

CONSIDERANDO a comunicação formal encaminhada pelo Departamento de Licitações, noticiando possíveis irregularidades na execução contratual;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo com a finalidade de apurar a ocorrência de entrega parcial de itens licitados pela empresa VRR DE SOUZA DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.458.953/0001-82, referente ao Processo Administrativo nº 027/2025 – Pregão Eletrônico nº 008/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de dezembro de 2025.

JOSAFÁ ALMEIDA LIMA
Prefeito

Publicado por:
Igor Rudson Nascimento da Silva
Código Identificador:8C6E7A71

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025
O Município de São José da Coroa Grande, torna público que realizou Contratação Direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto trata da contratação de Serviços Prestados por Profissionais do Setor Artístico para apresentação da banda/artista DILSINHO, no dia 11 de janeiro de 2026, em evento denominado SUMMER BEACH, no Município de São José da Coroa Grande/PE. CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE – CNPJ: 10.111.631/0001-31. CONTRATADA: GH MUSIC PRODUCAO MUSICAL EDITORA E GRAVADORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.353.932/0001-46. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do termo de contrato. INFORMAÇÕES: licitacao@saojosedacoroagrande.pe.gov.br. Sandro Silva Rocha Lins, Agente de Contratações. São José da Coroa Grande/PE, 29 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Sandro Silva Rocha Lins
Código Identificador:9BCD15D5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 036/2025
O Município de São José da Coroa Grande, torna público que realizou Contratação Direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto trata da contratação de Serviços Prestados por Profissionais do Setor Artístico para apresentação da banda/artista TRIO DA HUANNA, no dia 10 de janeiro de 2026, em evento denominado SUMMER BEACH, no Município de São José da Coroa Grande/PE. CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE – CNPJ: 10.111.631/0001-31. CONTRATADA: L A NASCIMENTO PRODUCOES ARTISTICAS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.263.358/0001-56. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do termo de contrato. INFORMAÇÕES: licitacao@saojosedacoroagrande.pe.gov.br. Sandro Silva Rocha Lins, Agente de Contratações. São José da Coroa Grande/PE, 29 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Sandro Silva Rocha Lins
Código Identificador:2C493060

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 037/2025
O Município de São José da Coroa Grande, torna público que realizou Contratação Direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto trata da contratação de Serviços Prestados por Profissionais do Setor Artístico para apresentação da banda RAPHAELA SANTOS, no dia 11 de janeiro de 2026, em evento denominado SUMMER BEACH, no Município de São José da Coroa Grande/PE. CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE – CNPJ: 10.111.631/0001-31. CONTRATADA: RAPHAELA SANTOS PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.442.671/0001-97. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do termo de contrato. INFORMAÇÕES: licitacao@saojosedacoroagrande.pe.gov.br. Sandro Silva Rocha Lins, Agente de Contratações. São José da Coroa Grande/PE, 29 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Sandro Silva Rocha Lins
Código Identificador:D729F4E5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 038/2025
O Município de São José da Coroa Grande, torna público que realizou Contratação Direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto trata da contratação de Serviços Prestados por Profissionais do Setor Artístico para apresentação da banda/artista ERIC LAND, no dia 10 de janeiro de 2026, em evento denominado SUMMER BEACH, no Município de São José da Coroa Grande/PE. CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE – CNPJ: 10.111.631/0001-31. CONTRATADA: ZADE SHOWS GRAVACOES E EDICOES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.244.228/0001-98. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do termo de contrato. INFORMAÇÕES:

licitacao@saojosedacoroagrande.pe.gov.br. Sandro Silva Rocha Lins, Agente de Contratações. São José da Coroa Grande/PE, 29 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Sandro Silva Rocha Lins
Código Identificador:AEAA4E58

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 035/2025
O Município de São José da Coroa Grande, torna público que realizou Contratação Direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto trata da contratação de Serviços Prestados por Profissionais do Setor Artístico para apresentação da banda/artista MICHELE ANDRADE, no dia 10 de janeiro de 2026, em evento denominado SUMMER BEACH, no Município de São José da Coroa Grande/PE. CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE – CNPJ: 10.111.631/0001-31. CONTRATADA: B K MUSIC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.776.314/0001-04. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com pagamento parcelado (inicial de R$ 50.000,00, mais 04 parcelas subsequentes de R$ 50.000,00). VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do termo de contrato. INFORMAÇÕES: licitacao@saojosedacoroagrande.pe.gov.br. Sandro Silva Rocha Lins, Agente de Contratações. São José da Coroa Grande/PE, 29 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Sandro Silva Rocha Lins
Código Identificador:2A86F9C2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA SEM DISPUTA Nº PMSJB-DE-022/2025

A Prefeitura Municipal de São José do Belmonte – PE, torna público para o conhecimento dos interessados, em conformidade com o disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a abertura de Dispensa de Licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando Contratação de profissional mecânico especializado, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços contínuos de diagnóstico, consultoria técnica, apoio operacional e acompanhamento de manutenção da frota de veículos leves e pesados pertencentes à Secretaria Municipal de Transporte. Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas ao Portal Licita Belmonte, licitasjdobelmontepe.com.br até 6 de Janeiro de 2026 às 09:00 horas. O Aviso de Contratação Direta e seus anexos encontram-se disponíveis através do Portal da Transparência pelo endereço www.saojosedobelmonte.pe.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licita Belmonte, licitasjdobelmontepe.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São José do Belmonte - PE, 29 de Dezembro de 2025.

ROMUALDO DE CARVALHO FALCÃO
Agente de Contratação

Publicado por:
Romualdo de Carvalho Falcão
Código Identificador:E1B4BDA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2025

CONTRATO Nº 182/2025, assinado em 29/12/2025.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de perícia médica através de junta médica, sendo pelo menos 02 Médicos, referente a saúde ocupacional, para avaliação de no mínimo 30 (trinta) servidores do Município de São José do Belmonte/PE.

Processo Administrativo nº PMSJB-03027/2025.

Modalidade: Dispensa sem Disputa nº PMSJB-DE-021/2025.

CONTRATANTE: Secretaria de Administração, CNPJ nº 10.280.055/0001-56,

CONTRATADO: CONSORCIO DE INTEGRACAO DOS MUNICIPIOS DO PAJEU - CIMPAJEU, CNPJ nº 08.915.880/0001-38.

Valor Global: R$ 39.999,60 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Vigência Inicial: 29 de Dezembro de 2025.

Vigência Final: 28 de Abril de 2026.

VINICIUS MARQUES ALVES -
Prefeito.

São José do Belmonte - PE, 29 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Romualdo de Carvalho Falcão
Código Identificador:85CBEBC6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 907/2025 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

Ementa: Sanciona o Projeto de Lei nº 071/2025 que dispõe sobre a proibição do plantio da árvore Azadirachta Indica (Nim Indiano) no município de São José do Egito-PE, e dá outras providências.

O EXMO. SENHOR FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO, Prefeito do Município de São José do Egito, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições, e em conformidade com o artigo 84, IV, da Constituição Federal, assim como o artigo 68,inciso III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e assim, este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o plantio, cultivo, distribuição e comercialização da espécie vegetal exótica Azadirachta Indica, conhecida popularmente como Nim Indiano, em todo o território do município de São José do Egito – PE.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente, deverá:

I – realizar campanhas educativas sobre os impactos ambientais causados pelo Nim Indiano;

II – identificar e substituir gradualmente exemplares existentes em áreas públicas por espécies nativas da Caatinga;

III – incentivar o replantio de espécies nativas adequadas ao bioma local, como o umbuzeiro, ipê, juazeiro, aroeira e outros de reconhecida importância ecológica e cultural.

Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas que realizarem o plantio ou manutenção de exemplares da espécie Azadirachta Indica após a entrada em vigor desta Lei estarão sujeitas às sanções administrativas, a serem definidas em regulamento próprio.

Art. 4º O Poder executivo poderá firmar parcerias com instituições ambientais e educacionais para promover ações de conscientização e recuperação de áreas onde a espécie exótica tenha se proliferado.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional de São José do Egito, Estado de Pernambuco, aos 24 dias do mês de dezembro de 2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO
Prefeito Constitucional do Município de São José do Egito – PE

Publicado por:
Mirella Campos Leite de Siqueira
Código Identificador:0B060486

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 908/2025 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

Ementa: Sanciona o Projeto de Lei nº 038/2025 que autoriza a desafetação de parte da área da Praça Antônio Jorge e a doação com encargo à empresa PAJEÚ NORDESTE LTDA, e dá outras providências.

O EXMO. SENHOR FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO, Prefeito do Município de São José do Egito, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições, e em conformidade com o artigo 84, IV, da Constituição Federal, assim como o artigo 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e assim, este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desafetação de área de 1.290,78 m² (um mil duzentos e noventa metros quadrados e setenta e oito decímetros quadrados), com perímetro de 278,16 m (duzentos e setenta e oito metros e dezesseis centímetros), correspondente a 16,31% (dezesseis vírgula trinta e um por cento) da área total da Praça Antônio Jorge, objeto da matrícula nº 5.166, Livro 2, transferindo-a da categoria de bem de uso comum do povo para a de bem dominical, nos termos do memorial descritivo e da matrícula imobiliária que integram a presente Lei.

Art. 2° Fica o Município de São José do Egito autorizado a doar, com encargo e por relevante interesse social, a área desafetada descrita no art. 1º desta Lei à empresa PAJEÚ NORDESTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.814.573/0001-84.

Art. 3° A doação de que trata esta Lei fica condicionada ao cumprimento, pela donatária, do seguinte encargo:

I – execução integral da reforma completa da Praça Antônio Jorge, conforme projeto técnico aprovado pelo Município, no valor estimado de R$ R$ 1.132.509,23 (um milhão, cento e trinta e dois mil, quinhentos e nove reais e vinte e três centavos).

II – geração mínima estimada de 70 (setenta) empregos, diretos e indiretos, decorrentes da implantação e operação do empreendimento, cujo cumprimento será de responsabilidade exclusiva da donatária.

III – implantação e organização de 57 (cinquenta e sete) vagas de estacionamento público, distribuídas em três eixos viários, sendo: 16 (dezesseis) vagas na Rua do Poeta, das quais 2 (duas) acessíveis; 34 (trinta e quatro) vagas na Rua Dr. Manoel Viana, das quais 3 (três) acessíveis; e 7 (sete) vagas na Rua Abraão Correia de Aragão, das quais 2 (duas) acessíveis, totalizando 7 (sete) vagas destinadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

IV – execução do alargamento da Rua Dr. Manoel Viana para a largura mínima de 8,00 metros, conforme projeto técnico aprovado pelo Município, assegurando a melhoria da mobilidade urbana, da segurança viária e da acessibilidade.

Art. 4º O encargo previsto no art. 3º deverá ser integralmente executado no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da escritura pública de doação.

Art. 5º O descumprimento total ou parcial dos encargos, bem como a inobservância do prazo estabelecido, implicará a reversão automática do imóvel ao patrimônio do Município de São José do Egito, independentemente de indenização, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 6º A doação será formalizada por escritura pública, da qual deverão constar, obrigatoriamente:

I – a descrição completa do imóvel doado;

II – a identificação da donatária;

III – o encargo imposto e o respectivo prazo para cumprimento;

IV – a cláusula expressa de reversão ao patrimônio público municipal.

Art. 7º A avaliação técnica da área objeto da doação será realizada por Comissão Técnica designada pelo Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. Integram e acompanham o Projeto de Lei a documentação técnica e os projetos de engenharia elaborados pela equipe técnica responsável, que fundamentam a reforma da Praça Antônio Jorge, compreendendo, dentre outros, projetos básicos, memoriais, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, na forma da legislação vigente.

Art. 8º As despesas decorrentes da lavratura da escritura pública de doação, bem como todas aquelas relacionadas à execução dos encargos previstos nesta Lei, correrão exclusivamente por conta da donatária, não gerando qualquer ônus financeiro ao Município.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional de São José do Egito, Estado de Pernambuco, aos 24 dias do mês de dezembro de 2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO
Prefeito Constitucional do Município de São José do Egito – PE

Publicado por:
Mirella Campos Leite de Siqueira
Código Identificador:67AE9DDA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 909/2025 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

Ementa: Sanciona o Projeto de Lei nº 037/2025 que altera a Lei Ordinária nº 823, de 06 de setembro de 2024, fixando o valor para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV), decorrentes de decisões judiciais, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal.

O EXMO. SENHOR FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO, Prefeito do Município de São José do Egito, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições, e em conformidade com o artigo 84, IV, da Constituição Federal, assim como o artigo 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e assim, este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, consideram-se obrigações de pequeno valor, no âmbito do Município de São José do Egito, os créditos de natureza judicial decorrentes de decisão transitada em julgado cujo montante seja igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos.

Parágrafo único. O valor do teto fixado no caput será atualizado anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, com base no salário mínimo nacional vigente.

Art. 2° As Requisições de Pequeno Valor – RPV serão quitadas mediante depósito judicial no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento do respectivo expediente judicial, mediante ofício requisitório à Secretaria Municipal de Finanças, cujo pagamento observará rigorosamente a ordem cronológica própria.

Art. 3° É vedado o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução, para fins de enquadramento parcial como obrigação de pequeno valor, nos termos do § 8º do art. 100 da Constituição Federal, não sendo admitido qualquer expediente que permita o pagamento de parte da dívida como RPV e a outra parte mediante precatório.

Art. 4º Na hipótese de o valor da execução exceder o limite previsto no art. 1º desta Lei, o pagamento observará o regime de precatórios. Fica assegurada, contudo, ao credor a faculdade de renunciar, de forma expressa, à parcela excedente, podendo optar pelo recebimento do saldo remanescente por meio de requisição de pequeno valor, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 5º Os titulares de créditos de ntureza alimentar em face da Fazenda Pública Municipal, que tenham completado 60 (sessenta) anos ou sejam portadores de doença grave, assim caracterizada nos termos da legislação aplicável, farão jus ao pagamento prioritário em relação aos demais débitos.

Art. 6º Para os pagamentos de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de São José do Egito, Estado de Pernambuco, aos 24 dias do mês de dezembro de 2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO
Prefeito Constitucional do Município de São José do Egito – PE

Publicado por:
Mirella Campos Leite de Siqueira
Código Identificador:C48C2C5A

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 081/2025. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00010/2025.

Processo Nº: 081/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00010/2025. Obra. Adjudicação do objeto e Homologação da Concorrência Eletrônica Nº 00010/2025, para Construção de 50 Unidades Habitacionais, oriundo do recurso discricionário do Fundo Nacional de Habilitação de Interesse Social – FNHIS Minha Casa – Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 1100452–42/2024 – 974609, por período de 18 (dezoito) meses, visando atender ao Município de São José do Egito – PE. Lote 1: Lac Construcoes e Empreendimentos Ltda. CNPJ: 48.667.154/0001-68, pelo valor de R$6.814.000,00. São José do Egito, 29/12/2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO.
Prefeito.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:72EDB033

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00134/2025. PROCESSO Nº: 077/2025. CDC. CREDENCIAMENTO Nº 00007/2025

Contrato Nº: 00134/2025. Processo Nº: 077/2025. CDC. Credenciamento Nº 00007/2025. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Maquina Hidrojato Compacto Desentupidora de Alta Pressão, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Obras de São José do Egito/PE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Secretaria Municipal de Viação e Obras Dotação de Prevista no QDD2025/2026. Contratado: Casa Bem Servicos e Empreendimentos Ltda. CNPJ: 43.800.136/0001-99. Valor R$96.000,00. Vigência: de 29/12/2025 a 29/12/2026. São José do Egito, 29/12/2025.

JOSÉ JACKSON GOMES DE BRITO.
Secretário Municipal de Viação e Obras. (*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:2089BFDB

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 081/2025. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00010/2025

Processo Nº: 081/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00010/2025. Obra. Construção de 50 Unidades Habitacionais, oriundo do recurso discricionário do Fundo Nacional de Habilitação de Interesse Social – FNHIS Minha Casa – Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 1100452–42/2024 – 974609, por período de 18 (dezoito) meses, visando atender ao Município de São José do Egito – PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores José Jackson Gomes de Brito, Secretário Municipal de Viação e Obras, como Gestor; e Daniel Chagas Sampaio, Engenheiro Civil Efetivo, para Fiscal, do contrato decorrente da Concorrência Eletrônica nº 00010/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente. São José do Egito, 29/12/2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO.
Prefeito.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:EDC66356

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº: 076/2025. CDC. CREDENCIAMENTO Nº 00006/2025

Processo Nº: 076/2025. CDC. Credenciamento Nº 00006/2025. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Locações de Carros Pipas para abastecimento de toda Zona Rural do Município, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Agricultura de São José do Egito/PE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Secretaria Municipal de Agricultura Dotação Prevista no QQD2025/2026. Contrato Nº: 00132/2025. Contratado: 63.802.898 Jacson Bruno de Lira Costa. CNPJ: 63.802.898/0001-31. Valor R$156.000,00. Vigência: de 29/12/2025 a 29/12/2026. São José do Egito, 29/12/2025. Contrato Nº: 00133/2025. Contratado: 63.869.757 Jose Railson Sales Silva. CNPJ: 63.869.757/0001-36. Valor R$168.000,00. Vigência: de 29/12/2025 a 29/12/2026. São José do Egito, 29/12/2025.

FAUSTO ALVES CAMPOS.
Secretário Municipal de Agricultura.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:C75F1891

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA

SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, GESTÃO E TECNOLOGIA – SMFPGT,
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO IPTU E DA TRSD PARA O EXERCÍCIO DE 2026

A Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, nos termos do art. 142 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e dos artigos 106 ao 115 e 344 Lei Complementar Municipal nº 03/2022 - Código Tributário do Município de São

Lourenço da Mata, NOTIFICA todos os contribuintes do Lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU relativos ao Exercício de 2026 e da Taxa de Coleta e Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, incidentes sobre todos os imóveis prediais e territoriais (terrenos) situados no Município de São Lourenço da Mata, lançados conjuntamente, para todos os imóveis situados neste Município, cujos prazos e condições para os seus recolhimentos ficam estabelecidos nos seguintes termos:

1. Os prazos para os recolhimentos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxa de Coleta e Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD para o Exercício de 2026, são os seguintes:

1.1. Em 1 (uma) parcela ou Cota Única, com vencimento em 31 de março de 2026;

1.2. Em até 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas, na seguinte forma:

PARCELAS	MÊS DE RECOLHIMENTO	DATA DO VENCIMENTO
Primeira	Março	31/03/2025
Segunda	Abril	30/04/2025
Terceira	Maio	29/05/2025
Quarta	Junho	30/06/2025
Quinta	Julho	31/07/2025
Sexta	Agosto	31/08/2025

2. Aos contribuintes que efetuarem o recolhimento até a data do seu respectivo vencimento, fica assegurada uma redução sobre o valor do IPTU para o Exercício de 2026, conforme previsto no art. 114, $1º da Lei Complementar Municipal nº 03/2022 - Código Tributário do Município de São Lourenço da Mata, e suas alterações, de 30% (trinta por cento) no pagamento da Cota Única.

3. As reduções de que trata o item 2 (dois), já se encontram consignadas nos respectivos DAMs de recolhimento do IPTU.

4. Toda e qualquer reclamação contra o lançamento do IPTU e da TRSD deverá ser efetuada, através de requerimento dirigido à Secretaria de Finanças, até 30 (trinta) dias após o vencimento da 1ª (primeira) parcela da Cota Única.

5. Decorrido o prazo fixado sem que haja sido formulada a reclamação ou não ocorrendo o recolhimento dos tributos devidos, nos prazos previstos no item 1 (um), sobre o valor total do débito serão aplicados multa de mora e juros de mora, na forma prevista na Lei

Complementar Municipal nº 03/2022 - Código Tributário do Município de São Lourenço da Mata.

5.1. Os valores dos juros de mora serão devidos e calculados a partir do dia seguinte ao do vencimento do tributo, vigoram para pagamento até 30 (trinta) dias após o vencimento, sendo recalculados para mais 30 (trinta) dias quando não recolhidos, e assim sucessivamente, até o pagamento integral do débito.

5.2. Compete à Secretaria de Finanças fornecer os esclarecimentos necessários para formulação do pedido de reclamação, inclusive nas hipóteses de lançamentos omitidos ou sem as respectivas emissões de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, ou ainda, decorrentes de outras razões de ordem técnica ou operacional constatadas até aquela data.

5.3. À Secretaria de Finanças cabe as providências necessárias à análise, apreciação e decisão, em Primeira Instância, dos pedidos de reclamação.

6. O recolhimento dos tributos poderá ser efetuado até o vencimento no Banco Brasil e Caixa Econômica Federal.

7. Após o vencimento só poderá ser pago no Banco Brasil e Caixa Econômica Federal.

8. Não havendo expediente bancário neste Município em qualquer das datas estabelecidas para vencimento das parcelas dos tributos, o prazo considerar-se- á prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

9. O Documentos de Arrecadação Municipal - DAM, poderão ser obtidos no Portal do Contribuinte da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata: https://saolourencodamata.pe.gov.br, ou na própria Secretaria de Finanças.

10. A atualização dos valores dos tributos municipais para o Exercício de 2026 se fará pela aplicação do índice de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento), sobre os valores fixados para o Exercício de 2026, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de novembro do Exercício de 2024 a outubro do Exercício de 2025, sem prejuízo dos casos de atualização e ajustes dos dados cadastrais relativos aos valores de metros quadrados das construções e/ou dos terrenos, que resultem em atualização do valor venal do imóvel.

10.1. Para os créditos tributários não prescritos, na atualização dos tributos de competência do Município de São Lourenço da Mata, consideram-se os seguintes índices históricos de correção ou atualização monetária, observados os últimos 5 (cinco) exercícios e o exercício de 2026:

Índices de Correção dos Tributos Municipais (Baseados na Variação do IPCA - Apuração de Novembro a Outubro)	
PERÍODO/EXERCÍCIO	IPCA (%)
2026	4,68
2025	4,75
2024	4,82
2023	5,84
2022	10,67
2021	3,92

11. Este Edital encontra-se disponível no Portal do Contribuinte da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata (https://saolourencodamata.pe.gov.br).

São Lourenço da Mata, 23 de dezembro de 2025.

JOSEMIR TEOTONIO DE MELO
Secretário de Finanças, Planejamento, Gestão e Tecnologia

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:F01D6C30

SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, GESTÃO E TECNOLOGIA – SMFPGT, EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN, TAXAS E DEMAIS TRIBUTOS MERCANTIS PARA O EXERCÍCIO 2026

A Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, nos termos do art. 142 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e dos artigos 204 ao 220 e 373 da Lei Complementar Municipal nº 03/2022 - Código Tributário do Município de São Lourenço da Mata, NOTIFICA todas as pessoas jurídicas, firmas individuais e profissionais autônomos inscritos no Cadastro Mercantil de Contribuintes do Lançamento das Taxas de Poder de Polícia e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ou ISS, na modalidade Ofício, e demais tributos mercantis, lançados conjuntamente, bem como do vencimento mensal do ISSQN nas modalidades Homologado, Estimativa, Arbitramento, Substituto, Responsável, Fonte e Terceiros, relativos ao Exercício de 2026, cujos prazos e demais condições para os seus recolhimentos ficam estabelecidos nos seguintes termos:

1. Os prazos para os recolhimentos dos referidos tributos são os seguintes:

1.1. - Taxas pelo Exercício Regular do Poder de Polícia:
a) Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento;
b) Taxa de Fiscalização de Máquinas e Motores;

c) Taxa de Fiscalização de Torres, Antenas, Estações Rádio-Base (ERB);
d) Taxa de Fiscalização de Meios e Engenhos de Publicidade;
e) Taxa para Execução de Obras e Serviços de Engenharia;
f) Taxa de Fiscalização pelo Exercício do Comércio Eventual, Ambulante ou por Evento Especial;
g) Taxa de Fiscalização de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos;
h) Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária;
i) Taxa de Fiscalização de Atividades Eventuais, Provisórias ou Esporádicas, e ISS, na modalidade Ofício, de profissionais autônomos e Sociedade Civil de Profissionais:

ANO/EXERCÍCIO	VENCIMENTO
Cota Única	31/03/2026

1.2. Para o ISS-Homologado, ISS-Estimativa, ISS-Arbitramento, ISS-Substituto, ISS-Responsável, ISS-Terceiros, ISS-Fonte e demais modalidades:

MÊS DE COMPETÊNCIA	DATA DO VENCIMENTO
Janeiro	15/02/2026
Fevereiro	15/03/2026
Março	15/04/2026
Abril	15/05/2026
Maio	15/06/2026
Junho	15/07/2026
Julho	15/08/2026
Agosto	15/09/2026
Setembro	15/10/2026
Outubro	15/11/2026
Novembro	15/12/2026
Dezembro	15/01/2027

2. A entrega dos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM), quando for necessário, será realizada nos endereços constantes do Cadastro Mercantil de Contribuintes do Município de São Lourenço da Mata.

3. O recolhimento dos tributos poderá ser efetuado no Banco Brasil e Caixa Econômica Federal.

4. Após o vencimento o pagamento só poderá ser efetuado nas agências do Banco Brasil e Caixa Econômica Federal.

5. Não havendo expediente bancário neste Município em qualquer das datas estabelecidas para vencimento das parcelas dos tributos, o prazo considerar-se-á prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

6. O Documentos de Arrecadação Municipal - DAM, poderão ser obtidos no Portal do Contribuinte da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata: https://saolourencodamata.pe.gov.br, ou na própria Secretaria de Finanças

7. Decorrido o prazo fixado sem que haja sido formulada a reclamação ou não ocorrendo o recolhimento dos tributos devidos, nos prazos previstos no item 1 (um), sobre o valor total do débito serão aplicados multa de mora e juros de mora, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 03/20022- Código Tributário do Município de São Lourenço da Mata.

7.1. Os valores dos juros de mora serão devidos e calculados a partir do dia seguinte ao do vencimento do tributo, vigoram para pagamento até 30 (trinta) dias após o vencimento, sendo recalculados para mais 30 (trinta) dias quando não recolhidos, e assim sucessivamente, até o pagamento integral do débito.

7.2. Compete à Secretaria de Finanças fornecer os esclarecimentos necessários para formulação do pedido de reclamação, inclusive nas hipóteses de lançamentos omitidos ou sem as respectivas emissões de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, ou ainda, decorrentes de outras razões de ordem técnica ou operacional constatadas até aquela data.

7.3. À Secretaria de Finanças cabe as providências necessárias à análise, apreciação e decisão, em Primeira Instância, dos pedidos de reclamação.

8. A atualização dos valores dos tributos municipais para o Exercício de 2026 se fará pela aplicação do índice de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento), sobre os valores fixados para o Exercício de 2026, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de novembro do Exercício de 2024 a outubro do Exercício de 2025.

9.1. Para os créditos tributários não prescritos, na atualização dos tributos de competência do Município de São Lourenço da Mata, consideram-se os seguintes índices históricos de correção ou atualização monetária, observados os últimos 5 (cinco) exercícios e o exercício de 2026:

Índices de Correção dos Tributos Municipais (Baseados na Variação do IPCA - Apuração de Novembro a Outubro)	
PERÍODO/EXERCÍCIO	IPCA (%)
2026	4,68
2025	4,75
2024	4,82
2023	5,84
2022	10,67
2021	3,92

10. Este Edital encontra-se disponível no Portal do Contribuinte da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata (https://saolourencodamata.pe.gov.br).

São Lourenço da Mata, 23 de dezembro de 2025.

JOSEMIR TEOTONIO DE MELO
Secretário de Finanças, Planejamento, Gestão e Tecnologia

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:44DA0C53

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA,ESPORTE,TURISMO,LAZER E JUVENTUDE ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO AVALIADORA DO PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL – EDIÇÃO 2026 (AVALIAÇÃO FINAL DOS RECURSOS E RESULTADO FINAL)

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h00, no mesmo local das reuniões anteriores, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo, Lazer e Juventude, situada à Rua Severina Leite Amazonas, nº 67, Centro, São Lourenço da Mata/PE, realizou-se a reunião da Comissão Avaliadora do Programa Bolsa Atleta Municipal – Edição 2026, com a finalidade de proceder à avaliação final dos recursos interpostos e à deliberação do resultado final do processo seletivo.

Compareceram à reunião os seguintes membros da Comissão:
• Adalberto Epaminondas – Presidente da Comissão;
• Greyce Kelly Fabrício Miranda da Rocha – Representante dos Profissionais de Educação Física;
• Omar Cesar de Brito Ramos – Representante da SMCETLJ;
• Erik Queiroz de Morais – Representante da SMCETLJ;
• Anderson Rodrigo Silva Leão – Representante dos Atletas;
• Denis Medeiros de Lima – Representante Profissional de Artes Marciais.
Abertura dos Trabalhos
Havendo quórum, o Presidente da Comissão declarou aberta a reunião, esclarecendo que a mesma teve por objetivo a análise final dos recursos apresentados dentro do prazo estabelecido no Edital de Seleção nº 05/2025, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.856/2021.
Análise dos Recursos e Deliberação Final
A Comissão procedeu à apreciação individual dos recursos interpostos pelos(as) candidatos(as), reavaliando a documentação apresentada e deliberando de forma colegiada, observados rigorosamente os critérios legais e normativos previstos no edital.

Após a análise dos recursos interpostos, a Comissão Avaliadora deliberou pelo **resultado final**, passando a vigorar a **lista final de aprovados do Programa Bolsa Atleta Municipal – Edição 2026**.

Resultado Final dos(as) Candidatos(as) Habilitados(as):

Jamesson José da Silva
Larissa Khetuly de Melo Campos
Kelma Ridair da Silva
Maria Luiza da Silva
Gleycy Ellen da Silva Santos
Elizangela Cristina da Silva
José Carlos de França
Joyce Lins Lima
José Antônio da Silva Albuquerque
Vitor Douglas de França Carlos
Raphael França da Silva
Bismarck Manoel Santana da Silva
William Estevão da Silva
José Almir Ferreira da Silva
Sandro da Silva Lima
Jucier Gregório da Silva
Mikaio Márcio do Nascimento Tenório
Eduarda Roberta Rodrigues de Lima
Davi Francisco da Hora Nascimento
Walter Ferreira dos Santos
Emily Vitória Souza Pontes Pereira
Erasmo José do Nascimento
José Celestriano de Sousa
José Antônio Aguiar da Silva
Ricardo Bezerra Cabral
Eduardo José de Azevedo
Valcy Ferreira dos Santos
Macedo Teotônio da Silva
José Fernando da Silva Santos
Jefferson Francisco de Lira

Encerramento
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.
São Lourenço da Mata/PE, 29 de dezembro de 2025.

ADALBERTO EPAMINONDAS
Presidente da Comissão
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo, Lazer e Juventude

Publicado por:
Amanda Luane Ferreira da Silva
Código Identificador:AD269587

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 15/2025

Ementa: Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica e a Equipe Local para o preenchimento, gestão e monitoramento do Novo PAR (2025-2028) Plano de Ações Articuladas na Rede Municipal de Ensino.

A **Secretária Municipal de Educação de São Vicente Férrer-PE**, não uso de suas atribuições legais considerando o disposto na legislação educacional vigente, especialmente as normas que regulamentam o Plano de Ações Articuladas – PAR e,

CONSIDERANDOa Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

CONSIDERANDOo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que institui o Plano de Ações Articuladas (PAR) para a garantia do direito à educação básica de qualidade;

CONSIDERANDOa Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR) e suas atualizações;

CONSIDERANDOa Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e estabelece metas voltadas à qualidade da educação básica, à equidade e à gestão democrática, fundamentos do Plano de Ações Articuladas – PAR;

CONSIDERANDOa Portaria MEC nº 1.887, de 22 de novembro de 2023, que institui Grupo de Trabalho para elaboração do Novo Ciclo do PAR e orienta os procedimentos de planejamento integrado no âmbito do Ministério da Educação;

CONSIDERANDOo Documento Orientador do Novo PAR – Etapa Preparatória, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2024, que estabelece as diretrizes para a formação das Equipes Técnicas e Locais nos municípios;

CONSIDERANDOo Plano Municipal de Educação de São Vicente Férrer-PE, instituído pela Lei Municipal nº 875/2015, 22 de junho de 2015;

CONSIDERANDOpor fim, a necessidade de designar equipe comprometida para o diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação do Novo PAR (2025-2028).

RESOLVE:

Art. 1º Ficaminstituídasa Equipe Técnica de Educação Municipal e a Equipe Local, responsáveis pelo planejamento, elaboração, acompanhamento, monitoramento e execução das ações referentes ao Novo Plano de Ações Articuladas (Novo PAR) – Ciclo (2025-2028), no âmbito da Secretaria Municipal de São Vicente Férrer-PE.

Parágrafo único. A Equipe Técnica poderá ser ampliada conforme necessidade, por ato da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor as referidas equipes:
I – Equipe Técnica de Educação Municipal:
MARIA JOSÉ DA SILVA –**Coordenadora Municipal do Novo PAR**;
Responsável por coordenar a análise do Diagnóstico, revisar e enviar o questionário de insumos, analisar o Planejamento e submetê-lo à aprovação da Secretaria de Educação.
GISELE DA SILVA ARAUJO RODRIGUES –**Articuladora Pedagógica do Novo PAR**;
Responsável por articular as equipes pedagógicas da Secretaria para análise do Diagnóstico, preenchimento do Planejamento e acompanhamento da execução das ações.
MARIA GABRIELA VIEIRA CUNHA DA SILVA –**Técnica do PAR**.
Responsável pelo preenchimento e atualização dos dados no sistema SIMEC/PAR, em apoio ao Coordenador e ao Articulador

I I – Equipe Local (composta por representantes de diversos segmentos):
NEIDE MARIA PEREIRA E SILVA – **Representante do Conselho Municipal de Educação – CME;**
IRINALVA LINO DE ALBUQUERQUE – **Representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE;**
VALDENICE MARIA DE ANDRADE MOURA – **Representante da Coordenação Municiapal do Ensino Fundamental Anos Finais;**
IRANCLEIDE LOPES DA SILVA NASCIMENTO – **Representante da Coordenação Municipal do Ensino Fundamental Anos Finais;**
DANIELLE DE FATIMA FERREIRA DE LIMA – **Representante da Coordenação Municipal da Educação Infantil;**
ISAURA FARIAS DOS SANTOS – **Representante da Coordenação Municipal da Educação Especial/Inclusiva;**
GISELE DA SILVA ARAUJO RODRIGUES – **Representante da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos – EJA;**
MARIA DE LOURDES DA SILVA – **Representante das Relações Étnico Raciais;**

NUBIA DE LIRA GOMES QUEIROZ – **Representante da Coordenação Municipal da Escola em Tempo Integral;**
TARCISIO JERFESON DE LIRA SANTOS – **Representante da Coordenação Municipal de Avaliação**;
JOSIANE DIAS DA SILVA MELO – **Representante Local do Busca Ativa.**

Parágrafo único. Cada integrante da Equipe Técnica e da Equipe Local poderá utilizar as ferramentas do Novo PAR mediante acesso pessoal e intransferível de login e senha no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (SIMEC).

Art. 3º Compete às equipes, em consonância com as diretrizes do MEC/FNDE:
Coordenar a análise do diagnóstico educacional local e identificar demandas e prioridades;
Elaborar o planejamento das ações no sistema SIMEC;
Acompanhar e monitorar a execução das ações planejadas;
Articular os diversos setores da Secretaria de Educação e as escolas para a implementação do Plano.

Art. 4ºO local de funcionamento e a subordinação das equipes serão junto à Secretaria Municipal de Educação, desempenhando suas ações sob a coordenação e supervisão da gestão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente Férrer-PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA DO CÉO FLORÊNCIO DE SOUZA ASSIS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Gabriel Nunes da Silva
Código Identificador:DA2E5696

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1081/2025

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar a doação com encargos e cláusula de reversão de terrenos públicos os quais especifica com vistas a consecução dos objetivos previstos do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico previsto na Lei Municipal n° 1.022/2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu SANCIONO a seguinte lei:

CAPÍTULO I -
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar com encargos, cláusula de reversão, prazos e demais condições previstas na presente Lei além das constantes na Lei Municipal n° 1.022 de 2023, Um Imóvel denominado de **Lote 02** localizado na rua Aluísio Inojosa medindo: Frente 7,00 m, fundos 7,00m, lado direito 18,00 m e lado esquerdo 18,00 m, perfazendo uma área de 126,000 m² com os seguintes azimutes e distâncias: 348°58'44" e 18,00m até o vértice 4, de coordenadas N 9.160.129,02m e E 225.530,53m em conformidade com o memorial descritivo que integra a presente Lei (**Anexo I**).

Art. 2° - Será destinatário da doação com encargos previstas na presente Lei:

I – **LOTE 02** localizado na rua Aluísio Inojosa medindo: Frente 7,00 m, fundos 7,00m, lado direito 18,00 m e lado esquerdo 18,00 m, perfazendo uma área de 126,000 m² com os seguintes azimutes e distâncias: 348°58'44" e 18,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.160.129,02m e E 225.530,53m; deste, segue com área urbana de São Vicente Férrer, com os seguintes azimutes e distâncias: 78°58'44" e 7,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 33°00', fuso - 25, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.;

Art. 3º - As doações autorizadas pela presente Lei obedecem aos resultados do Chamamento Público n° 001/2025.

Art. 4° - Celebrada a doação com o seu devido registro perante o cartório de registros públicos competente, as empresas donatárias devem dar início à execução do projeto de engenharia constante ao anexo II da presente Lei no prazo máximo de 3 meses, tendo o prazo de mais 18 meses para a conclusão das obras.

§1° O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período mediante requerimento devidamente motivado elaborado pelo destinatário da doação onerosa de que trata esta lei destinado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, que deliberará a seu respeito.

§2° A deliberação que sanear o requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá levar em consideração os motivos apresentados pela requerente bem como o interesse público envolvido.

Art. 6° - Após a conclusão das obras de que trata o art. anterior, a donatária tera o prazo de 180 dias para estar em pleno funcionamento.

SEÇÃO I
DA FORMALIZAÇÃO DA DOAÇÃO COM ENCARGOS

Art. 7° - A doação objeto da presente Lei se efetivará através da lavratura de Escritura Pública no cartório competente.

§1° deverão constar na Escritura Pública de doação os encargos, cláusulas de reversão e os prazos previstos na presente Lei.

§2° em caso de alienação, deverão ser preservadas as cláusulas das obrigações que recaem sob o imóvel, que ficarão a cargo do novo proprietário/adquirente.

§3° os ônus e obrigações que recaem sob o imóvel em decorrência da doação onerosa autorizada pela presente Lei apenas poderão ser retirados decorridos 04 (quatro) anos da sua formalização, mediante requerimento devidamente fundamentado da parte interessada.

Art. 8° - A Escritura pública de doação com encargos deverá ser celebrada e devidamente registrada no cartório de registro de imóveis no prazo de 90 dias contados a partir da entrada em vigor da presente Lei.

Parágrafo único: todos os encargos que balizam a doação além das cláusulas de reversão deverão constar no termo de doação.

Art. 9° - A doação com encargos realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei poderá ser revogada, revertendo à propriedade do imóvel ao domínio pleno do Município, se:

I - a donatária fizer uso do imóvel doado para fins distintos daquele determinado;
II - não forem cumpridos os prazos estipulados;
II - houver paralisação das atividades, de forma injustificada, por mais de 90 dias;
IV - ocorrer falência ou recuperação judicial da empresa;
V – descumprimento dos encargos previstos no art. 10 da presente Lei bem como aqueles previstos na Lei Municipal n° 1.022/2023 ou no termo de doação onerosa devidamente registrado em cartório;

§1° As condutas previstas nos incisos anteriores deverão ser apuradas em procedimento administrativo próprio com direito a ampla defesa e contraditório ao interessado, e poderão culminar em sanções de

advertência, multa ou revogação da doação com encargos com a consequente reversão do imóvel ao patrimônio Municipal, observada em qualquer caso a Supremacia do Interesse Público.

§2° O donatário, pessoa física ou jurídica, enquadrado neste artigo, penalizado com a revogação da doação e reversão do imóvel ao patrimônio público deverá desocupar o imóvel num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sem direito a indenização, deixando a área como estava por ocasião do recebimento, sob pena de retenção das benfeitorias, resguardando-se, ainda, o direito de perdas e danos por parte do Município, na forma da Lei Civil.

§3° Decorridos 120 (cento e vinte dias) sem que o interessado retire as benfeitorias voluptuárias ou úteis que tenha edificado, estas passarão a integrar o imóvel para todos os efeitos legais, sem direito a retenção ou indenização, revertendo-se em patrimônio do Município.

§4° Os custos e despesas cartoriais decorrentes da reversão da doação serão suportados pelo donatário beneficiáriodadoação onerosa.

Art. 10 - São responsabilidades e obrigações do donatário, dentre outros:

I - Cumprir às obrigações estabelecidas nesta Lei e observar os prazos e encargos aqui estipulados;

II - Dar preferência, nas aquisições de bens e serviços, inclusive os de engenharia, respeitadas as necessidades, as qualidades técnicas, condições mercadológicas e financeiras, aos fornecedores localizados no Município de São Vicente Férrer;

III - Dar preferência à contratação de pessoas residentes no Município de São Vicente Férrer, desde que se tenha capacidade e formação adequada.

IV - Responsabilizar-se pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais objeto da doação;

V - Fornecer ao Município, sempre que solicitados, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre qualquer assunto inerente as relações resultantes da doação;

VI - Cumprir a legislação ambiental, no que se refere à atividade desenvolvida sobre o imóvel;

VII - Pagar os tributos que incidirem sobre o imóvel;

VIII - Arcar com as despesas de água, de energia e telefone, assim como as demais taxas e -emolumentos, inclusive quanto aos tributos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que porventura vier a incidir sobre sua atividade;

IX - Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que está abrigada, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;

X - Fornecer ao Município, anualmente, preferencialmente no mês de março, cópia do CAGED - Cadastro geral de Empregados e desempregados, e a RAIS, no mês de março, a fim de que o Município possa conferir o cumprimento da proposta oferecida, até o implemento deseusencargos;

XI – Manter, durante toda a vigência da relação, atualizadas as certidões Negativas de Débitos relativas aos Tributos Municipais;

XII - Cumprir rigorosamente os encargos propostos;

XIII - Informar, facilitar e dar acesso aos representantes do Município, por todos os meios, visando a comprovação das condições propostas e estabelecidas nesta Lei;

XIV – No caso de pessoa física, constituir pessoa jurídica com sede no Município de São Vicente Férrer-PE;

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Vicente Férrer-PE, 29 de dezembro de 2025

MARCONE VICENTE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Nunes da Silva
Código Identificador:2B7AA614

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA (DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – DEA) DEA Nº 001/2025

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER/PE E A EMPRESA JOSÉ LIBERATO BRITO – ME, NA FORMA ABAIXO:

I – DAS PARTES

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **12.237.565/0001-76**, com sede à Rua João Araújo, nº 93, Centro, São Vicente Férrer/PE, neste ato representado por seu Secretário, **Sr. ADILSON CARLOS VASCONCELOS FERRAZ**, CPF nº **067.846.514-21**, doravante denominado **RECONHECEDOR DA DÍVIDA**, e, de outro lado, a empresa **JOSÉ LIBERATO BRITO – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **03.275.749/0001-30**, com sede à Rua Major Filomeno, nº 04, Centro, São Vicente Férrer/PE, representada por **JOSÉ LIBERATO BRITO**, CPF nº **623.610.744-00**, doravante denominada **CREDORA**, resolvem firmar o presente **TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**, nos termos da legislação aplicável e da decisão administrativa proferida no **Processo Administrativo nº 001/2025**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E DA NATUREZA DA DESPESA

O presente Termo fundamenta-se:
I – no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, especialmente nos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e interesse público;
II – nos **arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 4.320/1964**, que disciplinam o empenho, liquidação e pagamento da despesa pública;
III – no reconhecimento de **despesa de exercícios anteriores (DEA)**, decorrente de serviços **efetivamente prestados**, comprovados e aceitos pela Administração;
IV – no entendimento consolidado do **TCU** e dos **Tribunais de Contas Estaduais**, que admitem o pagamento indenizatório quando demonstrados:

• a efetiva prestação do serviço;
• a boa-fé do particular;
• a vedação ao enriquecimento sem causa da Administração;
• o interesse público atendido.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto o **reconhecimento de dívida** do Fundo Municipal de Assistência Social referente à **prestação de serviços funerários** realizados em favor de famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito da política pública de assistência social do Município de São Vicente Férrer/PE.
Os serviços foram executados **nos exercícios de 2022 e 2023**, nos meses de **julho a dezembro/2022 e maio, junho, agosto e outubro/2023**, **sem cobertura contratual vigente à época**, porém **devidamente comprovados**, aceitos e considerados indispensáveis à continuidade do serviço público essencial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMPROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A dívida ora reconhecida decorre de serviços **comprovadamente realizados**, conforme:

I – relatórios administrativos e registros internos do FMAS;
II – notas fiscais emitidas e, quando inexistentes, documentação substitutiva idônea;
III – planilha discriminativa por competência, valores e períodos;
IV – atesto da autoridade competente quanto à efetiva prestação e utilidade dos serviços.
Nos termos do **art. 63 da Lei nº 4.320/64**, considera-se a despesa devidamente **liquidada**, estando caracterizado o direito adquirido do credor.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECONHECIMENTO DO VALOR
O **RECONHECEDOR DA DÍVIDA** reconhece como líquido e certo o montante de **R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais)**, correspondente aos serviços prestados, conforme planilha detalhada constante do processo administrativo, que integra o presente Termo para todos os fins legais.

COMPETÊNCIA	Nº NOTA FISCAL	DATA	VALOR (R$)
Julho/2022	0156	29/07/2022	12.400,00
Agosto/2022	0166	31/08/2022	8.200,00
Setembro/2022	0171	10/10/2022	5.400,00
Outubro/2022	0174	31/10/2022	5.400,00
Novembro/2022	0175	30/11/2022	7.000,00
Dezembro/2022	0184	30/12/2022	5.600,00
Janeiro/2023	0186	31/01/2023	2.800,00
Fevereiro/2023	0186	28/02/2023	4.200,00
Março/2023	0190	31/03/2023	7.000,00
Abril/2023	0193	29/04/2023	5.400,00
Maio/2023	Não Emitida	–	5.400,00
Junho/2023	Não Emitida	–	5.200,00
Agosto/2023	Não Emitida	–	9.600,00
Outubro/2023	Não Emitida	–	9.400,00

TOTAL GERAL: R$ 93.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO
O valor reconhecido será pago em **04 (quatro) parcelas**, conforme cronograma abaixo, condicionadas à disponibilidade financeira e observância da ordem cronológica de pagamentos, nos termos da legislação vigente:

Parcela	Valor (R$)	Referência
1ª	31.400,00	Julho, agosto, setembro e outubro/2022
2ª	26.600,00	Novembro e dezembro/2022 e janeiro, fevereiro e março/2023
3ª	16.000,00	Abril, maio e junho/2023
4ª	19.000,00	Agosto e outubro/2023
Total	**93.000,00**	

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes deste Termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

• Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social
• Unidade: Poder Executivo
• Ação: 122.0210.2227.0000 – Gestão Técnica e Administrativa do FMAS
• Elemento de Despesa: **33.90.93.00 – Indenizações e Restituições**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUSÊNCIA DE NOVAÇÃO CONTRATUAL
O presente Termo **não constitui contrato administrativo**, tampouco gera novação ou reconhecimento de vínculo contratual pretérito, tratando-se exclusivamente de **instrumento de formalização de obrigação indenizatória**, nos termos da legislação financeira e do controle externo.

CLÁUSULA OITAVA – DA QUITAÇÃO
A **CREDORA** declara que, após o pagamento integral do valor reconhecido, dará **plena, geral e irrevogável quitação**, nada mais tendo a reclamar administrativa ou judicialmente em relação aos serviços descritos neste Termo.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
Fica eleito o foro da **Comarca de Macaparana/PE**, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Termo.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em **02 (duas) vias de igual teor**, na presença de testemunhas.

São Vicente Férrer/PE, **10 de dezembro de 2025**.

Fundo Municipal de Assistência Social de São Vicente Férrer/PE
ADILSON CARLOS VASCONCELOS FERRAZ
Secretário

José Liberato Brito –ME
JOSÉ LIBERATO BRITO
Representante

Publicado por:
Gabriel Nunes da Silva
Código Identificador:3FB2CF55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER, daqui por diante denominados simplesmente **NOTIFICANTE.**

NOTIFICADA: MAGALY ANDREA SA SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.723.813/0001-87, com sede na Rua Severino Cardoso de Arruda, 90, Santo Antônio, Surubim/PE, CEP 55750-000, doravante denominada simplesmente **NOTIFICADA**.

Os notificantes e a notificada celebraram, em 22 de julho de 2025, o **CONTRATO N° 99/2025**, originado do Processo Licitatório nº 42/2025, Pregão Eletrônico nº 17/2025, com o seguinte objeto: **locação de equipamentos, estrutura com instalação, montagem e desmontagem e suporte técnico operacional: de locação de palco, sistema de sonorização, painel de led e telão, grids de alumínio, equipamento de iluminação, banheiros químicos, camarins, grupo gerador de energia, tendas tipo chapéu de bruxa e seguranças, para viabilizar a realização de futuras festividades no município de São Vicente Férrer – PE**.

Considerando que foi emitida **SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO** com a descrição e quantitativo do serviço solicitado, enviada por e-mail no dia **26/12/2025,** conforme comprovação em anexo;

Considerando que a notificada **não compareceu para executar o serviço na data indicada na solicitação, descumprindo o prazo previsto no termo de referência do edital (parte integrante do contrato);**

Considerando que a Cláusula 12.4 do Contrato n° 99/2025, estabelece que "***O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa***";

Considerando que o **inciso I, do art. 137 da Lei Federal n° 14.133/21** prevê como hipótese para a extinção do contrato o "***não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos***";

Considerando que a ausência do fornecimento do serviço na data solicitada causou transtornos ao município;

O Notificante, objetivando assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, informam que será concedido à Notificada o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar do recebimento desta notificação ou publicação no Dário da AMUPE (o que ocorrer primeiro), para **aduzir as suas razões de defesa, instruindo-as com as provas necessárias e suficientes das suas alegações**.

A falta de defesa por parte da notificada, a apresentação fora do prazo concedido ou caso seja a mesma julgada administrativamente improcedente implicará nas **rescisões contratuais** e na **aplicação das penalidades** previstas no contrato, no edital do procedimento licitatório e na legislação pátria.

A presente **NOTIFICAÇÃO** representa a salvaguarda dos legítimos direitos dos notificantes e, caso não atendida no prazo, ensejará oportunidade para as medidas administrativas pertinentes.

São Vicente Férrer, 29 de dezembro de 2025.

HUMBERTO CORREIA DE OLIVEIRA BORBA FILHO
Secretário Municipal de Administração / Gestor dos Contratos

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:238FCC96

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERRITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE 1º ADITIVO
CONTRATO Nº 084/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRITA/PE
CONTRATADO: DAMIAO FERREIRA DOS SANTOS - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 51.393.229/0001-74

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP 13KG, CASCO BOTIJÃO P13KG, RECARGAS ÁGUA MINERAL 20L E GARRAFÃO VAZIO 20L.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.122.1003.5000.0000 GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETÁRIA DE SAÚDE
Natureza de despesa: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.301.1001.2884.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
Natureza de despesa: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.302.1001.2891.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE RELACIONADAS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
Natureza de despesa: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.304.1001.2897.0000 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Natureza de despesa: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.122.1003.5000.0000 GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE
Natureza de despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.301.1001.2884.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
Natureza de despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.302.1001.2891.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE RELACIONADAS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
Natureza de despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.304.1001.2897.0000 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Natureza de despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

VALOR TOTAL: Pelo presente fica aditivado o percentual de 15% (quinze por cento) do valor inicial contratado perfazendo um valor total de R$ 4.077,00 (quatro mil e setenta e sete reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021.

FORO: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

Serrita - PE, 09 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:9A4495EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE 1º ADITIVO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 070/2024
CONCORRÊNCIA Nº 006/2024
CONTRATO Nº 263/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRITA/PE
CONTRATADO: ALENCAR CALLOU CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.025.420/0001-70

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS VIAS NOS SÍTIOS SERROTE DOS TELES E POVOADO SÃO FRANCISCO DO BRÍGIDA – ZONA RURAL DE SERRITA/PE.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Poder: 02 PODER EXECUTIVO
Orgão: 20 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Funcional: 26.782.1505.1842.0000 - PAVIMENTAÇÃO PARALEPIPADO/GRANITO E ASFALTO EM DIVERSAS VIAS NA SEDE E ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.
Natureza de despesa: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

VALOR TOTAL: Pelo presente fica aditivado o no montante de R$ 7.430,68 (sete mil, quatrocentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) perfazendo um percentual de 1,30% (um virgula trinta por cento) do contrato inicial, passando o valor da obra de R$ 571.577,04 (quinhentos e setenta e um mil e quinhentos e setenta e sete reais e quatro centavos) para R$ 579.016,71 (quinhentos e setenta e nove mil, dezesseis reais e setenta e um centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021.

FORO: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

Serrita - PE, 02 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:BD5ACAB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 372/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 118/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE
CONTRATADO: CONSTRUTORA LUCENA LTDA-EPP, CNPJ nº 37.717.529/0001-30.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NOS BAIRROS PADRE LINO E VILA IPISEP NO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

02 - PODER EXECUTIVO
02 20 00 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
26 782 1505 1842 0000 – PAVIMENTAÇÃO PARALELEPIPEDO/GRANITO E ASFALTO EM DIVERSAS VIAS NA SEDE E ZONA RURAL DO MUNICIPIO.
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Valor Total: R$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **12 (doze) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS
CONTRATANTE

CONSTRUTORA LUCENA LTDA-EPP
CONTRATADO

Serrita - PE, 03 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:FC63C77F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 373/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRITA/PE
CONTRATADO: MANUPA COM. EXP. IMP. DE EQUIP. E VEICULOS ADAPTADOS LTDA, CNPJ nº 03.093.776/0019-10.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO FURGÃO/FURGONETA SIMPLES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL IMACULADA CONCEIÇÃO DO MUNICIPIO DE SERRITA-PE, ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL Nº 808/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

Órgão: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
Unidade: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO
Funcional: 10.302.1001.2891.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE RELACIONADAS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

ÓRGÃO: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
UNIDADE: 030102 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLOCO INVESTIMENTO
FUNCIONAL: 10.302.1001.2891.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE RELACIONADAS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Valor Total: R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **12 (doze) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

MARTA MARIA NUNES ANGELIM
CONTRATANTE

MANUPA COM. EXP. IMP. DE EQUIP. E VEICULOS ADAPTADOS LTDA
CONTRATADO

Serrita - PE, 03 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:160D0A23

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 374/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 148/2025
DISPENSA Nº 047/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE
CONTRATADO: MORAES CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.858.758/0001-87.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA E DE UMA PÁ CARREGADEIRA HIDRÁULICA (PC), COM OPERADOR, INCLUINDO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, RECUPERAÇÃO DE BARRAGENS, AÇUDES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO, POR MEIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA DE SERRITA-PE.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

Entidade: 1 – PODER EXECUTIVO
Proj/Ativ: 15.122.0403.2857.0000 – MAN. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Natureza Da Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

ENTIDADE: 021010 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROJ/ATIV: 20.122.0403.2864.0000 – MANUTENCAO DAS ATIV. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Valor Total: R$ 56.133,33 (cinquenta e seis mil, cento e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **12 (doze) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS
CONTRATANTE

MORAES CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA
CONTRATADO

Serrita - PE, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:C49B08CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 375/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 151/2025
DISPENSA Nº 048/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE
CONTRATADO: FACIL SOLUÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.786.162/0001-08.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA "CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE FACHADAS EM ACM E LETREIROS EM ZINCO GALVANIZADO" DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS: CENTRO CULTURAL DO VAQUEIRO, TREVO DO POVOADO DE SANTA ROSA, TREVO DO SÍTIO CARACOL e QUADRA LUAN HENRIQUE, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E CULTURA DE SERRITA-PE.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

PROJ/ATIV: 15.122.0403.2857.0000 – MAN. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

PROJ/ATIV: 13.392.1301.2847.0000 – MANUTENCAO DAS ATIV. DA DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Valor Total: R$ 62.389,66 (sessenta e dois mil trezentos e oitenta e nove reais sessenta e seis centavos).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **12 (doze) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS
CONTRATANTE

FACIL SOLUÇÃO VISUAL LTDA
CONTRATADO

Serrita - PE, 10 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:2293B99C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 376/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 154/2025
DISPENSA Nº 050/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRITA/PE
CONTRATADO: FACIL SOLUÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.786.162/0001-08.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FACHADA EM ACM E LETREIRO LUMINOSO, INCLUINDO MATERIAIS, MÃO DE OBRA, ESTRUTURA, ILUMINAÇÃO E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA IDENTIFICAÇÃO VISUAL E PADRONIZAÇÃO DE 04 UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

03 ENTIDADES SUPERVISIONADAS
Entidade: 8 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
03 01 GABINETE DO SECRETÁRIO
030107 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ: 12.361.1202.2424.0000 – GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Ficha: 894
Natureza Da Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
0 05 43 544.002 PRECATÓRIO – MDE

Proj/Ativ: 12.361.1204.2832.0000 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
Ficha: 733
Natureza Da Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
0 05 50 550.001 SALÁRIO EDUCAÇÃO

Proj/Ativ: 12.361.1204.3011.0000 – MANUTENÇÃO ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
Ficha: 743
Natureza Da Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
0 05 69 569.001 FNDE

03 ENTIDADES SUPERVISIONADAS
Entidade: 8 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
03 01 GABINETE DO SECRETÁRIO
030110 FUNDEB
Proj/Ativ: 12.361.1201.2937.0000 – MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT 30%
Ficha: 894
Natureza Da Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
0 05 42 544.003 COMPLEMENTO DA UNIÃO 30% - VAAT

Valor Total: R$ 61.604,00 (sessenta e um mil e seiscentos e quatro reais).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **12 (doze) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

MARIA DO SOCORRO DE SÁ SAMPAIO
CONTRATANTE

FACIL SOLUÇÃO VISUAL LTDA
CONTRATADO

Serrita - PE, 16 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:F72CFFBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 387/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRITA/PE
CONTRATADO: PUBLITEK TECNOLOGIA LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 28.055.727/0001-95.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLINICA NO MUNICÍPIO DE SERRITA- PE.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
UNIDADE: 030102 FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE- BLOCO INVESTIMENTO
FUNCIONAL: 10 302 1001 1094 0000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Valor Total: R$ 15.077,72 (quinze mil e setenta e sete reais e setenta e dois centavos).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **05 (cinco) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

MARTA MARIA NUNES ANGELIM
Contratante

PUBLITEK TECNOLOGIA LTDA
Contratado

Serrita - PE, 22 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:72C2C92F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 388/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 141/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 019/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE
CONTRATADO: CONSTRUTORA LUCENA LTDA-EPP, CNPJ nº 37.717.529/0001-30.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS DO DISTRITO DE SÃO FRANCISCO DO BRÍGIDA, LOCALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 02 20 00 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
15 451 1502 1096 0000 - CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS E TREVOS NO MUNICÍPIO
15 451 1502 1837 0000 - CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS, PRAÇAS, PARQUES MUNICIPAIS E CANTEIROS
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Valor Total: R$ 248.587,00 (duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos e oitenta e sete reais).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **12 (doze) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS
CONTRATANTE

CONSTRUTORA LUCENA LTDA-EPP
CONTRATADO

Serrita - PE, 24 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:CD44A68F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 389/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 147/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 021/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE
CONTRATADO: CONSTRUTORA LUCENA LTDA-EPP, CNPJ nº 37.717.529/0001-30.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO DA POLICLÍNICA E CANTEIROS NO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 02 20 00 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
15 451 1502 1837 0000 - CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS, PRAÇAS, PARQUES MUNICIPAIS E CANTEIROS
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Valor Total: R$ 439.400,00 (quatrocentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais).

Vigência: O presente Contrato terá vigência por **12 (doze) meses** a partir data da sua assinatura.

Fundamentação Legal: Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Serrita, Estado de Pernambuco.

SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS
CONTRATANTE

CONSTRUTORA LUCENA LTDA-EPP
CONTRATADO

Serrita - PE, 24 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:EB83EA93

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 368 AO 371/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

CONTRATANTE:
CONTRATO Nº 350/2025: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL DE SERRITA – VALOR: R$ 34.219,56 (trinta e quatro mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

CONTRATO Nº 351/2025: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA – VALOR: R$ 2.684.580,71 (dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e um centavos).

CONTRATO Nº 352/2025: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRITA– VALOR: R$ 2.208.177,79 (dois milhões, duzentos e oito mil, cento e setenta e sete reais e setenta e nove centavos).

CONTRATO Nº 353/2025: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRITA – VALOR: R$ 799.699,20 (setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

CONTRATADO: PNEUS CANTEIROS LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.739.141/0004-36.

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIAS AO REPARO DE VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS PESADAS PRETENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA (PE) E SEUS DIVERSOS FUNDOS.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08 0801 2900 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0801 2906 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0808 2927 0000 - PROGRAMA COZINHA COMUNITÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0802 3012 0000 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0803 3013 0000 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA E ALTA 245 COMPLEXIDADE)
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 1203 2835 0000 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1202 2424 0000 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2825 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2830 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2831 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2832 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 3011 0000 - MANUTENÇÃO ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 4003 0000 - MANUNTENÇÃO DAS ATIVIDADES PARA MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 4007 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 2991 0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2426 0000 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 2826 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12 1201 2836 0000 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30%
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 4037 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%.
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10 1003 5000 0000 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2884 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2891 0000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE RELACIONADAS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2896 0000 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2897 0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2898 0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL

04 0403 2801 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2803 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2804 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2810 0000 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

13 1301 2847 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

27 2701 2853 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE DESPORTO E TURISMO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

20 0403 2864 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA E DESENV.ECONÔMICO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15 0403 2857 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15 1502 2858 0000 - MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

18 1802 2876 0000 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

25 1504 2860 0000 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

26 1505 2861 0000 - MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 MESES**,** A PARTIR DATA DA SUA ASSINATURA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/21.

FORO: COMARCA DE SERRITA, ESTADO DE PERNAMBUCO.

Serrita - PE, 03 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:63527DB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 377 AO 380/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

CONTRATANTE:
CONTRATO Nº 350/2025: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL DE SERRITA – VALOR: R$ 34.219,56 (trinta e quatro mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

CONTRATO Nº 351/2025: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA – VALOR: R$ 2.684.580,71 (dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e um centavos).

CONTRATO Nº 352/2025: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRITA– VALOR: R$ 2.208.177,79 (dois milhões, duzentos e oito mil, cento e setenta e sete reais e setenta e nove centavos).

CONTRATO Nº 353/2025: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRITA – VALOR: R$ 799.699,20 (setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

CONTRATADO: CAPOTARIA SAO SEBASTIAO LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.226.823/0001-32.

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIAS AO REPARO DE VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS PESADAS PRETENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA (PE) E SEUS DIVERSOS FUNDOS.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08 0801 2900 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0801 2906 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0808 2927 0000 - PROGRAMA COZINHA COMUNITÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0802 3012 0000 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0803 3013 0000 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA E ALTA 245 COMPLEXIDADE)
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 1203 2835 0000 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1202 2424 0000 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2825 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2830 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2831 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2832 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 3011 0000 - MANUTENÇÃO ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 4003 0000 - MANUNTENÇÃO DAS ATIVIDADES PARA MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 4007 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 2991 0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2426 0000 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 2826 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12 1201 2836 0000 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30%
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 4037 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%.
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10 1003 5000 0000 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2884 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2891 0000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE RELACIONADAS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2896 0000 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2897 0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2898 0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL

04 0403 2801 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2803 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2804 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2810 0000 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

13 1301 2847 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

27 2701 2853 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE DESPORTO E TURISMO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

20 0403 2864 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA E DESENV.ECONÔMICO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15 0403 2857 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15 1502 2858 0000 - MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

18 1802 2876 0000 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

25 1504 2860 0000 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

26 1505 2861 0000 - MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 MESES**,** A PARTIR DATA DA SUA ASSINATURA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/21.

FORO: COMARCA DE SERRITA, ESTADO DE PERNAMBUCO.

Serrita - PE, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:505C2866

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 381 ao 383/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRITA/PE

CONTRATADOS:
CONTRATO Nº 381/2025: G C DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ nº **47.048.183/0001-89** – VALOR: **R$ 996.609,30 (novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e nove reais e trinta centavos)**.

CONTRATO Nº 382/2025: P J R DE SOUZA LTDA, inscrita no CNPJ nº **37.328.688/0001-43** – VALOR: **R$ 761.380,55 (setecentos e sessenta e um mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos)**.

CONTRATO Nº 383/2025: WL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº **53.600.197/0001- 66** – VALOR: **R$ 115.800,00 (cento e quinze mil e oitocentos reais)**.

OBJETO: **AQUISIÇÃO PARCELADA, FUTURA E EVENTUAL DE MOBILIÁRIOS/EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

03 ENTIDADES SUPERVISIONADAS
Entidade: 8 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
03 01 GABINETE DO SECRETÁRIO
030107 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ: 12.361.1201.2397.0000 – MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAT 30%
Ficha: 688
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.01.42 500.002 RECURSOS PRÓPRIO - EDUCAÇÃO

Ficha: 895
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.43 544.002 PRECATORIO – MDE

Proj/Ativ: 12.361.1204.1086.0000 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL

Ficha: 693
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.01.00 500.002 RECURSOS PRÓPRIO - EDUCAÇÃO

Ficha: 694
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.50 550.001 SALÁRIO EDUCAÇÃO

Ficha: 695
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.69 569.001 FNDE

Ficha: 696
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.70 570.001 CONVÊNIOS EDUCAÇÃO

Proj/Ativ: 12.361.1204.3011.0000 - MANUTENÇÃO ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Ficha: 744
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.69 569.001 FNDE

Proj/Ativ: 12.365.1204.2426.0000 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ficha: 773
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.69 569.001 FNDE
0.01.00 500.002 RECURSOS PRÓPRIO - EDUCAÇÃO

03 ENTIDADES SUPERVISIONADAS
Entidade: 8 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
03 01 GABINETE DO SECRETÁRIO
030110 FUNDEB

Proj/Ativ: 12.361.1201.2826.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%

Proj/Ativ: 12.361.1201.2937.0000 MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT 30%

Ficha: 825
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.40 540.002 FUNDEB 30%

Ficha: 837
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.42 542.003 COMPLEMENTO DA UNIÃO 30% - VAAT

Proj/Ativ: 12.365.1201.4037.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%

Ficha: 858
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.40 540.002 FUNDEB 30%

Proj/Ativ: 12.367.1201.2992 0000 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%

Ficha: 877
Natureza Da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.05.40 540.002 FUNDEB 30%

VIGÊNCIA: OS CONTRATOS TERÃO VIGÊNCIA POR UM PERIODO DE 12 MESES**,** A PARTIR DATA DA SUA ASSINATURA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/21.

FORO: COMARCA DE SERRITA, ESTADO DE PERNAMBUCO.

Serrita - PE, 18 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:43294E8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 385 e 386/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRITA/PE

CONTRATADOS:
CONTRATO Nº 385/2025: P J R DE SOUZA LTDA, inscrita no CNPJ nº **37.328.688/0001-43** – VALOR: **R$ 102.962,58 (cento e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)**.

CONTRATO Nº 386/2025: MLC SILVA ME inscrito no CNPJ sob o nº **19.540.084/0001-84** – VALOR: **R$ 7.988,80 (sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)**.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE SERRITA–PE.**

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 0301 ENTIDADE SUPERVISIONADA
UNIDADE: 030102 FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE- BLOCO INVESTIMENTO
FUNCIONAL: 10 302 1001 1094 0000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: OS CONTRATOS TERÃO VIGÊNCIA POR UM PERIODO DE 12 MESES**,** A PARTIR DATA DA SUA ASSINATURA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/21.

FORO: COMARCA DE SERRITA, ESTADO DE PERNAMBUCO.

MARTA MARIA NUNES ANGELIM
CONTRATANTE

Serrita - PE, 22 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:BB29EEFB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERTÂNIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO. **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA – PE/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. AVISO DE ADIAMENTO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025** Aquisição. Secretaria de Educação. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, mediante Fornecimento parcelado, destinados ao atendimento da Merenda Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de Sertânia – PE - com abertura anteriormente marcada para o dia 29 de dezembro de 2025, às 08:00h, com nova data de abertura da sessão no dia 15 de janeiro de 2026, às 08:00h Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 14:00h, no prédio da Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com.

GABRIEL SOUSA SOARES **-**
Pregoeiro.

Edital disponível em www.portaldesertania.com.br

Publicado por:
Luciana Estelita Lafayette Rabelo
Código Identificador:6FA8CFFD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SOLIDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 035/2025.

EMENTA: Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito do Município de Solidão/PE, da habilitação de estabelecimento de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, sob o código 38.01, para execução do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de ampliação do acesso da população às consultas, exames e procedimentos especializados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO, o disposto na Política Nacional de Regulação do SUS e nas diretrizes de regionalização da atenção ambulatorial especializada;

CONSIDERANDO, a instituição do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) como estratégia nacional de reorganização, qualificação e fortalecimento da oferta de serviços especializados ambulatoriais;

CONSIDERANDO, a pactuação firmada nas instâncias intergestores do SUS quanto à implementação do referido programa;

CONSIDERANDO, o disposto na Portaria GM/MS nº. 7.273, de 18 de junho de 2025, que inclui procedimentos, define forma de organização, habilitação e financiamento no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, no contexto do PMAE;

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Solidão/PE, a implantação e execução dos serviços vinculados ao Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), observados os parâmetros, diretrizes técnicas e normativas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º - Fica autorizada a habilitação e o cadastramento do serviço no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (261440), sob o código de habilitação 38.01 – Programa Mais Acesso a Especialistas, nos termos da Portaria GM/MS nº 7.273/2025.

Art. 3º - O Município de Solidão/PE implantará a oferta de cuidados integrados nas áreas de ginecologia e cardiologia, no âmbito do Programa Mais Acesso a Especialistas, com financiamento oriundo de recursos federais, inclusive emendas parlamentares, bem como demais fontes legalmente admitidas.

Art. 4º - Os serviços regulamentados por este Decreto serão implementados na Unidade Mista Maria Jesuíno da Silva, situada à Rua Luiz carolino de Siqueira, S/N, Solidão/PE, CEP: 56.795-000, devendo cumprir integralmente as normativas vigentes quanto à:

I – Estrutura física;
II – Recursos humanos;
III – Fluxos assistenciais;
IV – Sistemas de informação e regulação do SUS.

Art. 5º - A produção dos procedimentos deverá ser registrada nos sistemas oficiais do SUS, especialmente no Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS, por meio de APAC, conforme regras e condicionantes previstas na Portaria GM/MS nº. 7.273/2025 e demais normativos aplicáveis.

Art. 6º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto, bem como ao monitoramento, avaliação e prestação de contas dos recursos vinculados ao Programa.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

MAYCO PABLO SANTOS ARÁUJO
Prefeito

Publicado por:
Maurício Batista da Silva
Código Identificador:ADAD9178

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA: AVISO DE LICITAÇÃO E EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025- PROCESSO LICITATÓRIO 099/2025

Objeto: Aquisição de kits de materiais escolares destinados aos alunos e professores da rede pública municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Solidão.

ONDE SE LÊ: A sessão será realizada através do Portal Licitanet, pelo endereço eletrônico https://licitanet.com.br/, com data de abertura agendada para 09 de Janeiro de 2025, às 08:30h.

LEIA-SE: A sessão será realizada através do Portal Licitanet, pelo endereço eletrônico https://licitanet.com.br/, com data de abertura agendada para 09 de Janeiro de 2026, às 08:30h.

Solidão/PE, 29 de dezembro de 2025.

MAYCO PABLO SANTOS ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Laiza Thainá Martins da Silva
Código Identificador:3B1096C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 471/2025.

EMENTA: Dispõe sobre alteração dos anexos II e III, da Lei Municipal n°. 393, de 28 de fevereiro de 2023, a fim de adequar os salários do coordenador do controle interno e tesoureira, Assessor Jurídico, e regulamentar o cargo de técnico de controle interno, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pelo art. 165 da Constituição Federal e demais diplomas legais, faz saber que a Câmara Municipal dos Vereadores **APROVOU**, e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado em parte o anexo II da Lei Municipal n°. 393, de 28 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a Estrutura administrativa do Poder Legislativo, passando a ter a seguinte redação:

Cargo	Símbolo	Quantidade	Salário base
Coordenador de Controle Interno	CCI-2	1	R$ 3.000,00
Tesoureira	CC-2	1	R$ 3.000,00
Assessor Jurídico	CC-1	1	R$ 4.500,00

PARÁGRAFO ÚNICO. Permanecem inalteradas as demais determinações legais no anexo II, da Lei Municipal nº. 393/2023.

Art. 2º - Fica alterado o anexo III da Lei Municipal nº. 393, de 28 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre Estrutura administrativa do Poder Legislativo, acrescentando as atribuições do cargo de técnico de controle interno, passando a ter a seguinte redação:

CARGO: Técnico de Controle Interno

ATRIBUIÇÕES DO CARGO: Exercer o acompanhamento, na forma designada pelo Coordenador do Controle Interno, da execução orçamentária da Câmara Municipal, podendo emitir alertas ou notificações aos setores para aperfeiçoamento sob o aspecto da legalidade e jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; executar o plano anual de controle interno de modo a garantir um controle do patrimônio, almoxarifado, secretaria legislativa, setor de transporte e combustível, de modo a garantir o uso adequado dos bens e serviços; acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargos comissionados ou designação de função gratificada; realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações, e demais atribuições contidas na Lei municipal e suas atualizações, e demais atribuições dado pelo coordenador conforme Lei Municipal nº. 193/2009.

REQUISITOS: certificado devidamente registrado de conclusão de curso de nível médio ou equivalente, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO. Permanecem inalteradas as demais determinações legais no anexo II, da Lei Municipal nº. 393/2023.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

MAYCO PABLO SANTOS ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maurício Batista da Silva
Código Identificador:0A679DA3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SURUBIM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

SETOR DE CONTRATAÇÕES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2025

Processo Licitatório Nº: 00083/2025. Pregão Eletrônico Nº 00030/2025. Compra. Tipo menor preço. Constitui objeto da presente licitação a aquisição de veículos destinados ao fortalecimento das atividades assistenciais das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Surubim – PE. Valor: R$ 1.939.240,32. Abertura da sessão pública: 09:30 horas do dia 15 de janeiro de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidas no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: http://www.prefeiturasurubim.pe.gov.br/;www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3634-2220, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Surubim, 29 de dezembro de 2025.

CLARA LOPES DE ASSIS
Pregoeira

Publicado por:
Clara Lopes de Assis
Código Identificador:BFC8F89D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM - GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO - FARDAMENTOS

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando a fase de finalização do procedimento licitatório referente a **Contratação de empresa para aquisição de fardamentos a serem destinados a alunos e servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Surubim – PE.** Convocamos a empresa **JOSEFA DANIELA**

ANDRADE CAMPOS, inscrita no CNPJ sob o nº **03.637.977/0001-02,** para realizar a assinatura do Contrato. **Prazo para assinatura:** 05 (cinco) dias, a contar da data de circulação desta convocação. Vale ressaltar que o arquivo do contrato foi enviado através do e-mail: **divinamalha@hotmail.com.** A não assinatura ensejará na abertura de procedimento administrativo para apuração das infrações.

Surubim – PE, 29 de dezembro de 2025.

CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:5F031666

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM - GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO - GRÁFICA FONSECA

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando a fase de finalização do procedimento licitatório referente a **Contratação de empresa para fornecimento de Material Escolar em formato de Kits personalizados, a serem distribuídos gratuitamente aos alunos matriculados e professores da rede municipal de ensino de Surubim – PE.** Convocamos a empresa **GRAFICA FONSECA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **08.513.512/0001-63,** para realizar a assinatura do Contrato. **Prazo para assinatura:** 05 (cinco) dias, a contar da data de circulação desta convocação. Vale ressaltar que o arquivo do contrato foi enviado através do e-mail: **rh.graficafonseca@gmail.com.** A não assinatura ensejará na abertura de procedimento administrativo para apuração das infrações.

Surubim – PE, 29 de dezembro de 2025.

CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:BD3C8B11

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TABIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TABIRA
PORTARIA Nº 042, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

A Presidenta da Câmara Municipal dos Vereadores de Tabira, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município:
RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR uma comissão de conferencia de caixa, composta pelos servidores abaixo relacionados, à saber:

DALMA MARIA DA SILVA GOMES FERREIRA MARQUES - PRESIDENTE
CESAR HEBERTON DO NASCIMENTO OLIVEIRA - SECRETÁRIO
QUITERIA MARIA DA SILVA SANTANA ALVES - MEMBRO

Art. 2º - DETERMINAR que a comissão, ora nomeada, proceda com a conferência do caixa desta Câmara Municipal, especialmente verificando a situação das contas bancárias em data de 31 de dezembro de 2025, confeccionando o respectivo relatório.

Art. 3.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

MARIA DO SOCORRO VERAS DOS SANTOS
Presidenta

Publicado por:
Jéssika Mayara Ferreira da Rocha
Código Identificador:A90B4893

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00226/2025. Processo Nº: 00123/2025. CDC. Dispensa Nº DV00041/2025. Serviço de Engenharia. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Dotação : 779 Ação : 1512215012.037 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE GESTÃO DA Despesa : 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Unidade : 71001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Fonte : 501 – Outros Recursos não Vinculados . Contratado: Pedro Henrique Sobral. Valor R$70.000,00. Vigência: de 07/11/2025 a 31/12/2025.

Tacaimbó, 07/11/2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:86877ED2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00236/2025. Processo Nº: 00130/2025. CDC. Dispensa Nº DV00043/2025. Serviço. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria à Secretaria Municipal de Educação, para levantamento de dados e análise da documentação funcional de vínculos dos professores ativos e inativos, efetivos e contratados, da rede municipal de ensino, visando a realização do cálculo para pagamento do valor oriundo dos recursos recuperados judicialmente do FUNDEF, do período de 2001 a 2006, do município de Tacaimbó/PE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 51001 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Contratado: Ferreira Soter Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda. Valor R$53.860,00. Vigência: de 28/11/2025 a 28/11/2026.

Tacaimbó, 28/11/2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:043C2361

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00250/2025. Processo Nº: 00087/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00001/2025. Serviço de Engenharia. Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Limpeza Urbana no Município de Tacaimbó/PE Estado de Pernambuco, abrangendo a Sede e seus Distritos, conforme o especificado neste Termo de Referência e seus Anexos, incluindo o fornecimento de Equipamentos e Mão de obra, compreendendo os serviços de COLETA MANUAL E CONTEINIZADA DE

RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS, DE VARRIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, DE FEIRAS LIVRES; VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS PAVIMENTADAS E LOGRADOUROS PUBLICOS. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 1045215032.042– MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS, INCLUINDO 1045215042.044– MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA 2645126022.040– MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS DE ACESSOS DO MUNICÍPIO. 33903900 Outros Serviços de Terceiros– Pessoa Jurídica . Contratado: Rb Servicos Ambientais Ltda. Valor R$1.578.443,04. Vigência: de 12/12/2025 a 12/12/2026.

Tacaimbó, 12/12/2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:531F2D56

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00248/2025. Processo Nº: 00136/2025. CDC. Inexigível Nº IN00055/2025. Serviço. Contratação artística da atração "Mano Walter" para apresentação no dia 20 de dezembro de 2025, com duração de 01:30h, para abrilhantar a festividade de Emancipação Política dono Município de Tacaimbó – PE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 51000– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 1339213012.056 PROMOÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES LOCAIS 33903900 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Contratado: Nova Producoes e Eventos Ltda. Valor R$250.000,00. Vigência: de 05/12/2025 a 03/02/2026.

Tacaimbó, 05/12/2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:917476C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 036/2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Tacaimbó, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 8º, inciso I da Lei nº 874, de 27 de novembro de 2024 (LOA 2025).

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 3.155.000,00 (Tres Milhões, Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais), destinado a dotação orçamentária abaixo discriminada:
21001 - GABINETE DO PREFEITO

0413104042.072 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL DO

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 20.000,00

31001 - DIRETORIA DE PESSOAL E SERVIÇOS GERAIS

0412204022.066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 200.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 350.000,00

33904000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 25.000,00

51001 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1236112012.075 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE GESTÃO DA SECRETARIA DE

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação R$ 101.500,00

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação R$ 175.000,00

33901400 - Diárias - Civil

500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação R$ 10.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação R$ 500.000,00

1236112042.069 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação R$ 50.000,00

1278212022.085 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses R$ 5.000,00

51002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

1339213012.056 - PROMOÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES LOCAIS

33903100 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.500,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 50.000,00

2781227011.065 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE QUADRAS, CAMPOS DE FUTEBOL E OUTRAS

44905100 - Obras e Instalações

706.3110 - Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares R$ 550.000,00

51003 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE

1236512062.160 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB - PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO

31901300 - Obrigações Patronais

541.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAF R$ 89.000,00

1236512062.170 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA - FUNDEB - PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO

31901300 - Obrigações Patronais

541.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAF R$ 50.000,00

71001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1512215012.037 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 50.000,00

1545115041.052 - CONSTRUÇÃO, REQUALIFICA, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO COM ADEQUAÇÃO PAISAGÍSTICA DE

44905100 - Obras e Instalações

706.3110 - Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares R$ 25.000,00

1545215032.042 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS, INCLUINDO

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 272.000,00

2575225012.106 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL E

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 500.000,00

91001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2012220012.039 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE GESTÃO DA SECRETARIA DE

33901400 - Diárias - Civil

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 5.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 125.000,00

Total R$ 3.155.000,00

Art. 2º - O crédito de que se trata o artigo anterior correrá por conta da anulação das dotações discriminadas abaixo:

41001 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA

9999904032.053 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA (PAGAMENTO E COBERTURA DE PASSIVOS CONTIGENTES)

99999900 - Reserva de Contingência

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 55.000,00

51003 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE

1236512062.160 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB - PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO

31901300 - Obrigações Patronais

542.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAT R$ 100.000,00

71001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1545115041.064 - PAVIMENTAÇÃO, ASFALTAMENTO, DRENAGEM, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS, RUAS,

44905100 - Obras e Instalações

754 - Recursos de Operações de Crédito R$ 3.000.000,00

Total R$ 3.155.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tacaimbó, em 01 de julho de 2025

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:E6657B21

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 037/2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Tacaimbó, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 8º, inciso I da Lei nº 874, de 27 de novembro de 2024 (LOA 2025).

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.359.704,81 (Um Milhão, Trezentos e Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Quatro Reais e Oitenta e Um Centavos), destinado a
61001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE

1012210012.104 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

33903000 - Material de Consumo

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 69.500,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 79.367,75

61002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ENTIDADE SUPERVISIONADA)

1012210012.206 - MANUTENÇÃO NAS AÇÕES DA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE ATRAVÉS DE

33723600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 188.789,37

33723900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 189.000,00

1012210022.035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO EM SAÚDE E CONTROLE

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 62.282,98

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 104.210,03

33901400 - Diárias - Civil

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 20.000,00

33903000 - Material de Consumo

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 22.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 3.000,00

33904000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 3.300,00

1030110032.108 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA COMUNITÁRIA NA ATENÇÃO

33903000 - Material de Consumo

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 13.480,15

1030110042.029 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 68.902,60

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 74.109,00

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 35.000,00

33903000 - Material de Consumo

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 50.600,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 600,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 21.000,00

1030110042.109 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 18.000,00

1030110042.168 - PAGAMENTO DE VENCIMENTO DOS ACS

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 102.206,00

604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao R$ 36.000,00

31901300 - Obrigações Patronais

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 25.000,00

1030110082.200 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIVA A VIDA COM QUALIDADE, CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 1.000,00

1030210052.030 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL DE MÉDIA

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 18.950,37

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 2.225,20

31901300 - Obrigações Patronais

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 2.400,00

33903000 - Material de Consumo

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 5.000,00

1030210052.150 - MANUTENÇÃO NAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ATRAVÉS DE CONSÓRCIO

33723900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 113.405,76

1030510072.034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL.

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 21.137,60

1030510072.169 - PAGAMENTO DOS AGENTES DE ENDEMIAS

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 9.238,00

Total R$ 1.359.704,81

Art. 2º - O crédito de que se trata o artigo anterior correrá por conta da anulação das dotações discriminadas abaixo:
61002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ENTIDADE SUPERVISIONADA)

1012210022.035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO EM SAÚDE E CONTROLE

33903400 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 150.000,00

33903500 - Serviços de Consultoria

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 6.000,00

1030110041.012 - ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

44905100 - Obras e Instalações

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 10.000,00

601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 91.000,00

1030110042.029 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 2.000,00

33903000 - Material de Consumo

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 149.161,80

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 50.000,00

33903400 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 142.912,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 86.409,25

33909200 - Despesas de Exercícios Anteriores

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 10.000,00

33909400 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 10.454,53

1030110042.109 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 60.000,00

1030110042.149 - MANUTENÇÃO NAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DE CONSÓRCIO

33723900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 37.575,20

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 102.158,91

1030110042.186 - MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO AO PISO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao R$ 150.000,00

1030110042.191 - BUSCATIVA VACINAL - ORÇAMENTO CRIANÇA (DIAGNÓSTICO E COBERTURA VACINAL NAS

33903000 - Material de Consumo

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 1.000,00

1030110081.119 - EXECUÇÃO DO PROGRAMA VIVA A VIDA COM QUALIDADE, CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL

44905100 - Obras e Instalações

601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 1.600,00

1030110081.120 - ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA VIVA A VIDA COM QUALIDADE, CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 5.863,69

1030210052.030 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL DE MÉDIA

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 579,06

33903000 - Material de Consumo

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 25.000,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 4.500,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde R$ 33.649,02

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 79.841,35

1030210052.150 - MANUTENÇÃO NAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ATRAVÉS DE CONSÓRCIO

33723900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 60.000,00

1030210052.187 - MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO AO PISO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao R$ 20.000,00

1030310061.071 - ESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

44905100 - Obras e Instalações

601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 20.000,00

1030310062.031 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA ESPECIALIZADA.

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do R$ 50.000,00

Total R$ 1.359.704,81

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tacaimbó, em 01 de julho de 2025

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:DCDDA357

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 038/2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Tacaimbó, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 8º, inciso I da Lei nº 874, de 27 de novembro de 2024 (LOA 2025).

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 418.875,58 (Quatrocentos e Dezoito Mil, Oitocentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Oito Centavos), destinado a dotação

81002 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISIONADA)

0812208022.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

31900100 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 12.000,00

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 72.000,00

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 70.337,00

31901300 - Obrigações Patronais

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 5.443,77

33901400 - Diárias - Civil

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.650,00

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.707,82

33903500 - Serviços de Consultoria

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 13.400,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 6.350,00

33904000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 3.150,00

33904700 - Obrigações Tributárias e Contributivas

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.824,00

0812208051.128 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 690,00

0812208052.015 - GESTÃO DO CADASTRO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 19.800,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 4.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 217,13

0824208032.004 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E

33903000 - Material de Consumo

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 5.890,00

0824308032.194 - AÇÕES ESTRATÉGICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS - ORÇAMENTO

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.800,00

0824308132.205 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS - ORÇAMENTO CRIANÇA

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 13.000,00

31901300 - Obrigações Patronais

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 683,02

0824408032.203 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 24.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 72.964,95

0824408092.022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS AO FINANCIAMENTO OU CO-FINANCIAMENTO PARA

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 10.650,00

0824408112.027 - OFERTA DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO VITIMADA POR ACIDENTES, SINISTROS, ENCHENTES,

33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 6.800,00

0824427062.204 - MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 17.000,00

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 4.000,00

31901300 - Obrigações Patronais

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.210,53

33901400 - Diárias - Civil

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 250,00

0830608172.167 - MANUTENÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO

31900400 - Contratação por Tempo Determinado

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 31.227,98

31901300 - Obrigações Patronais

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.212,38

81003 - FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

0824308152.016 - APOIO À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR.

33901400 - Diárias - Civil

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 12.617,00

Total R$ 418.875,58

Art. 2º - O crédito de que se trata o artigo anterior correrá por conta da anulação das dotações discriminadas abaixo:
81002 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISIONADA)

0812208021.005 - REEQUIPAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS E

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 390,00

0812208051.002 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O SUAS - IGD-SUAS /

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 5.000,00

0812208051.128 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

0812208052.012 - IGDSUAS - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.450,00

665 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência R$ 5.000,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 150,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

665 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência R$ 2.750,00

0812208052.015 - GESTÃO DO CADASTRO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

31909400 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 857,82

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 4.000,00

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 20.000,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 2.400,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 26.742,91

0824108031.003 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O CCI.

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

0824108031.009 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.

44905100 - Obras e Instalações

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 26.210,53

0824208032.004 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 164,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 1.000,00

0824308032.194 - AÇÕES ESTRATÉGICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS - ORÇAMENTO

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 450,00

0824308131.127 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, VEÍCULOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O PROGRAMA

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

0824308132.193 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS - ORÇAMENTO CRIANÇA

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 683,02

0824308132.205 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS - ORÇAMENTO CRIANÇA

33903300 - Passagens e Despesas com Locomoção

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 167,13

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 1.000,00

0824408031.124 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 3.050,00

0824408031.125 - AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

44905100 - Obras e Instalações

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 150,00

0824408032.203 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

31901300 - Obrigações Patronais

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 300,00

33901400 - Diárias - Civil

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 450,00

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 450,00

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 8.470,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.950,00

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 12.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 25.000,00

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 7.250,00

33909300 - Indenizações e Restituições

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 450,00

0824408102.023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE ACESSO AO BPC.

33903000 - Material de Consumo

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 1.600,00

0824408122.008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO.

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.912,38

0824408142.097 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AGENTES AMBIENTAIS

33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 450,00

0824427061.126 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.500,00

0824427062.204 - MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

31909400 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 1.000,00

33901400 - Diárias - Civil

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 5.000,00

33903000 - Material de Consumo

660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 100,00

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 4.000,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 62.603,26

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 15.750,00

0830608032.006 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR.

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 330,00

0830608172.167 - MANUTENÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 49.811,69

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 35.407,98

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.158,36

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 20.000,00

661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social R$ 10.000,00

0842208122.127 - INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA E AO EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES E

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 350,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 5.000,00

81003 - FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

0824308151.088 - REEQUIPAMENTO DO CONSELHO TUTELAR: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS, MÁQUINAS E

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.000,00

0824308152.016 - APOIO À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR.

31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 4.000,00

31909400 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.000,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 6.600,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 5.824,00

0824308161.010 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE CENTRO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

44905100 - Obras e Instalações

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

0824308161.011 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O FUNDECA.

44905200 - Equipamentos e Material Permanente

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.800,00

0824308162.003 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS A GESTÃO ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS AO

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 450,00

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

33903500 - Serviços de Consultoria

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 2.000,00

0824308162.013 - ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE INCLUINDO AÇÕES DE INCENTIVO AO ESPORTE E A

33903000 - Material de Consumo

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.350,00

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 1.942,50

33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 3.000,00

Total R$ 418.875,58

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tacaimbó, em 01 de julho de 2025

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:456B2717

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 40/2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Tacaimbó, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 8º, inciso I da Lei nº 874, de 27 de novembro de 2024 (LOA 2025).

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), destinado a dotação orçamentária abaixo discriminada:
10001 - PODER LEGISLATIVO

0103100012.100 - MANUTENÇÃO DOS VEREADORES

33901400 - Diárias - Civil

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 25.000,00

Total R$ 25.000,00

Art. 2º - O crédito de que se trata o artigo anterior correrá por conta da anulação das dotações discriminadas abaixo:
10001 - PODER LEGISLATIVO

0103100012.099 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

501 - Outros Recursos não Vinculados R$ 25.000,00

Total R$ 25.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tacaimbó, em 29 de julho de 2025

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:E6DD8427

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 912, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Cria a Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos, institui o cargo em comissão de Coordenadora Municipal da Mulher e Direitos Humanos, e dá outras providências

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TACAIMBO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° Fica denominado o VESTIÁRIO do Estádio Municipal de Tacaimbó "O CINTRÃO" EDNILSON CRUZ GOUVEIA GOMES (SR. NICINHO).
Art. 2° Fica a Prefeita do Município, titular do Poder Executivo Municipal, autorizada a mandar confeccionar a Placa alusiva à denominação de que trata o Artigo 1°, deste Projeto de Lei.
Art. 3° Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Tacaimbó/PE, 12 de dezembro de 2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:EE636748

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 913, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Tacaimbó, no Consócio Intermunicipal Dom Mariano – CONDOMAR e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TACAIMBO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica aprovado e ratificado o Protocolo de Intenções de instituição do **CONDOMAR**, com a finalidade de estabelecer relações de cooperação federativa entre municípios consorciados, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, propiciando a gestão associada de serviços públicos, visando a melhoria de infraestrutura, qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados, mediante a implementação de políticas públicas de interesse comum.
Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Tacaimbó, ao **CONDOMAR**, nos termos do Protocolo de Intenções ora ratificado.
Art. 3º Fica autorizado o Município de Tacaimbó, a firmar o contrato de rateio com o **CONDOMAR**, de acordo com cada programa de atendimento, visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no Protocolo de Intenções e Assembleia Geral.
Art. 4º As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 5º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre os municípios consorciados e o **CONDOMAR**, a Lei Federal n° 11.107/2005 e Decreto n° 6.017/2007.
Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 29 de Dezembro de 2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
Prefeita do Município de Tacaimbó

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:2850B9ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 914, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Cria a Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos, institui o cargo em comissão de Coordenadora Municipal da Mulher e Direitos Humanos, e dá outras providências

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TACAIMBO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criada, no âmbito da Administração Direta do Município de Tacaimbó, a Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos, órgão responsável por planejar, coordenar, articular e executar políticas públicas voltadas:
I – à promoção dos direitos das mulheres;
II – à prevenção e ao enfrentamento de todas as formas de violência de gênero;
III – à defesa e promoção dos direitos humanos em todas as suas dimensões;
IV – à inclusão social, cidadania, igualdade racial, diversidade e grupos vulneráveis.
Art. 2º A Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos ficará vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, preservada sua autonomia técnica para formular, implementar e monitorar políticas públicas setoriais e intersetoriais.
§ 1º A Coordenadoria atuará de forma transversal, articulando-se com todas as secretarias e órgãos municipais.
§ 2º A Coordenadoria também atuará em cooperação com órgãos estaduais, federais e organizações da sociedade civil.
Art. 3º Compete à Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos:
I – elaborar, propor e implementar políticas públicas para as mulheres e para a promoção dos direitos humanos;
II – articular e fortalecer a rede municipal de atendimento às mulheres em situação de violência, incluindo saúde, assistência social, segurança pública, justiça e demais setores;
III – acompanhar casos de violações de direitos humanos no âmbito municipal e encaminhá-los aos órgãos competentes;
IV – realizar campanhas permanentes de prevenção à violência, discriminação, racismo, misoginia, homofobia e quaisquer violações de direitos;
V – promover formações, capacitações e oficinas sobre igualdade de gênero, direitos humanos e acolhimento humanizado;
VI – fomentar espaços de participação social, como conselhos, conferências e fóruns de mulheres e direitos humanos;
VII – instituir banco de dados e diagnósticos sobre violência, vulnerabilidades sociais e desigualdades de gênero e direitos humanos no Município;
VIII – propor e acompanhar legislação municipal referente à proteção social, igualdade, combate à violência e direitos humanos;
IX – articular convênios, parcerias e termos de cooperação com órgãos públicos e entidades sociais;
X – garantir atendimento humanizado, sigiloso e acolhedor às mulheres e grupos vulneráveis;
XI – promover ações afirmativas para fortalecimento da cidadania, igualdade racial e diversidade;
XII – apoiar políticas públicas para pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, população negra, crianças, adolescentes, idosos e demais grupos vulneráveis;
XIII – exercer outras atribuições correlatas à sua finalidade institucional.
XIV – requisitar, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, informações, apoio técnico, relatórios, estudos e demais subsídios necessários ao desempenho de suas funções institucionais, assegurado o atendimento prioritário em situações de risco, urgência ou violação de direitos.
XV – gerir projetos, programas e ações financiados por recursos municipais, estaduais, federais ou provenientes de organismos internacionais, incluídas emendas parlamentares, convênios e termos de cooperação; promover a adequada execução orçamentária e a prestação de contas das iniciativas vinculadas à política municipal para mulheres e direitos humanos.
§1º A Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos poderá requisitar, dos órgãos e entidades da Administração Municipal, informações, apoio técnico e operacional necessários à implementação de suas ações, garantindo-se atendimento prioritário nos casos que envolvam risco iminente, violência ou violações de direitos.
§2º Compete à Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos gerir programas, projetos e ações financiadas por recursos próprios, transferências voluntárias, convênios, fundos específicos, emendas parlamentares e demais instrumentos de cooperação, realizando acompanhamento técnico, execução orçamentária e prestação de contas conforme a legislação aplicável.
Art. 4º O atendimento prestado pela Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos observará os princípios do acolhimento humanizado, sigiloso e não revitimizador, conforme as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), do SUAS e das demais normas nacionais de direitos humanos.
Parágrafo único. Os serviços da Coordenadoria deverão adotar protocolos e fluxos padronizados de acolhimento, prevenção, encaminhamento e acompanhamento, alinhados às políticas federais e estaduais, garantindo integralidade, proteção social, segurança, dignidade e respeito às vítimas.
Art. 5º A Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos contará com:
I – cargo em comissão de Coordenadora Municipal da Mulher e Direitos Humanos;
II – equipe técnica e administrativa, composta por servidores efetivos e/ou contratados, conforme necessidade.
Parágrafo único. A equipe poderá incluir, preferencialmente, profissionais das áreas de serviço social, psicologia, direito, pedagogia, enfermagem, segurança pública, gestão pública ou áreas afins.
Art. 6º Fica criado, no âmbito da Administração Municipal, o cargo em comissão de Coordenadora Municipal da Mulher e Direitos Humanos, com 01 (uma) vaga, de livre nomeação e exoneração, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais), possuindo símbolo e referência compatíveis com a legislação municipal de cargos e remunerações.
Parágrafo Único. O cargo que trata o caput deste artigo deverá ser exercido por por profissional com formação de nível superior, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação, observadas as demais exigências legais aplicáveis.
Art. 7º Compete à Coordenadora Municipal da Mulher e Direitos Humanos:
I – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Coordenadoria;
II – representar oficialmente o órgão perante instituições públicas e privadas;
III – elaborar o plano anual de ação da Coordenadoria, alinhado ao PPA, LDO e LOA;
IV – supervisionar a rede de atendimento às mulheres e às vítimas de violações de direitos;
V – coordenar campanhas educativas e eventos relacionados aos direitos humanos e às políticas para mulheres;
VI – propor atos normativos, protocolos, fluxos e projetos de lei pertinentes à área;
VII – acompanhar a execução orçamentária da Coordenadoria;
VIII – articular-se com conselhos municipais correlatos;
IX – elaborar relatórios periódicos de gestão e prestação de contas;
X – zelar pelo cumprimento das normas e políticas relativas aos direitos das mulheres e direitos humanos;
XI – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pela autoridade superior.
Art. 8º A Coordenadoria Municipal da Mulher e Direitos Humanos poderá integrar programas, projetos, redes e sistemas de proteção federais e estaduais, visando ao fortalecimento das políticas públicas de igualdade, prevenção à violência e promoção dos direitos humanos.
Art. 9º O Município de Tacaimbó poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, protocolos de intenções e demais instrumentos jurídicos com órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, bem como com organismos internacionais, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas, compartilhamento de informações, capacitações, campanhas e ações integradas.
Art. 10. A Coordenadoria atuará em articulação permanente com:
I – a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;

II – o Sistema de Garantia de Direitos Humanos;
III – órgãos da segurança pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
IV – políticas de saúde, assistência social, educação e demais áreas estratégicas;
V – conselhos de políticas públicas municipais, estaduais e federais.
Parágrafo único. A cooperação prevista neste Capítulo poderá incluir participação em comissões, fóruns, comitês intersetoriais, sistemas de informação e instâncias deliberativas próprias da política nacional de direitos humanos e de políticas para mulheres.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 12. O Poder Executivo deverá promover, se necessário, as alterações e adequações na legislação de cargos e vencimentos para plena execução desta Lei.
Art. 13. O Poder Executivo poderá regulamentar aspectos operacionais desta Lei, sem prejuízo das competências instituídas.
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tacaimbó/PE, 29 de dezembro de 2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:14508D8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 826/2025

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º **– CONCEDER** a Srª. ANDREZA MACEDO DA SILVA inscrita no CPF nº 030.XXX.XXX-74, servidora efetiva na função de Agente Comunitário de Saúde, férias pelo período de 02/12/2025 a 31/12/2025, retornando às atividades em 02/01/2026.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01/12/2025.
Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 24 de dezembro de 2025**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
- Prefeita-

Publicado por:
Maria Nubia Silva Pereira
Código Identificador:EFC33100

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 827/2025

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º **– CONCEDER** a Srª. MARIA DE LOURDES DA SILVA inscrita no CPF nº 011.XXX.XXX-26, servidora efetiva na função de Gari, licença premio pelo período de 11/12/2025 a 09/02/2026, retornando às atividades em 10/02/2026.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 11/12/2025.
Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 24 de dezembro de 2025**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
- Prefeita-

Publicado por:
Maria Nubia Silva Pereira
Código Identificador:025DCDA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 828/2025

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º **– CONCEDER** ao Sr. ADEMILSON DA SILVA RESENDE inscrito no CPF nº 089.XXX.XXX-70, servidor efetivo na função de Gari, férias pelo período de 17/12/2025 a 15/01/2026, retornando às atividades em 16/01/2026.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 17/12/2025.
Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 24 de dezembro de 2025**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
- Prefeita-

Publicado por:
Maria Nubia Silva Pereira
Código Identificador:0F9FDCAC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACARATU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO – TERMO ADITIVO 1º TERMO AO CONTRATO N. 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 036/2025

A CÂMARA DE VEREADORES DE TACARATU, ESTADO DE PERNAMBUCO, representada pelo Vereador Presidente, **Ver. Reginaldo Sousa Benzota de Carvalho**, torna público a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de nº. 001/2025, conforme as seguintes especificações: **PROCESSO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 001/2025 – **OBJETO DO CONTRATO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE TACARATU-PE. **CONTRATADO:** BRAVO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o N. 24.290.840/0001-02. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Prorrogação da Vigência contratual para mais 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Segunda do citado instrumento contratual. **FUNDAMENTO:** fulcro no Art. 107, da Lei 14.133/2021.

Tacaratu - PE, 22 de dezembro de 2025.

VER. REGINALDO SOUSA BENZOTA DE CARVALHO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Erbert Crhistian de Souza Dantas
Código Identificador:499B6392

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO – TERMO ADITIVO 1º TERMO AO CONTRATO N. 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 038/2025

A CÂMARA DE VEREADORES DE TACARATU, ESTADO DE PERNAMBUCO, representada pelo Vereador Presidente, **Ver. Reginaldo Sousa Benzota de Carvalho**, torna público a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de nº. 001/2025, conforme as seguintes especificações: **PROCESSO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 004/2025 – **OBJETO DO CONTRATO**: SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO N.004/2025 QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, ATUANDO COM FOCO NAS DEMANDAS DAS COMISSÕES PERMANENTES, REPRESENTATIVAS, PROVISÓRIAS E ESPECIAIS DA CÂMARA E A SEUS COMPONENTES PARLAMENTARES, ATUANDO NAS REUNIÕES, SESSÕES DAS COMISSÕES, SESSÕES LEGISLATIVAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CORRELATAS DA CÂMARA E DAS COMISSÕES, ASSESSORANDO ADMINISTRATIVAMENTE OS VEREADORES MEMBROS E OS SERVIDORES NA ELABORAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS E ATAS DAS REUNIÕES, OFÍCIOS DE GABINETES PARLAMENTARES E DAS COMISSÕES, CONSULTORIA E ASSISTÊNCIA A MESA DIRETORA DA CÂMARA, A OUVIDORIA DA CÂMARA ATENDENDO SUAS DEMANDAS; ELABORAÇÃO DE PARECERES NAS ATUALIZAÇÕES PONTUAIS E CONSTANTES DA LOM, RIC E DEMAIS NORMAS LEGISLATIVAS CORRELATIVAS, ACOMPANHAMENTO DAS NOTIFICAÇÕES DIÁRIAS DA CÂMARA FRENTE AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PERTINENTES (TCE, MP, MPCO, INSS), ELABORANDO ATOS ADMINISTRATIVOS CORRELATIVOS, E CONTROLE LEGAL DOS PRAZOS. **CONTRATADO:** PEDRO ESTEVÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ N. 42.007.084/0001-35. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Prorrogação da Vigência contratual para mais 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Segunda do citado instrumento contratual. **FUNDAMENTO:** fulcro no Art. 107, da Lei 14.133/2021.

Tacaratu - PE, 22 de dezembro de 2025.

VER. REGINALDO SOUSA BENZOTA DE CARVALHO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Erbert Crhistian de Souza Dantas
Código Identificador:52971CD7

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO – TERMO ADITIVO 1º TERMO AO CONTRATO N. 002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 034/2025

A CÂMARA DE VEREADORES DE TACARATU, ESTADO DE PERNAMBUCO, representada pelo Vereador Presidente, **Ver. Reginaldo Sousa Benzota de Carvalho**, torna público a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de nº. 002/2025, conforme as seguintes especificações: **PROCESSO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 002/2025 – **OBJETO DO CONTRATO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS NA ÁREA DE CONSULTORIA EM CONTROLE INTERNO, NA ELABORAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTOS AOS ÍNDICES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ORIENTAR E ACOMPANHAR NO CONTROLE INTERNO EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. **CONTRATADO:** ADALGISIA MARIA DA CONCEIÇÃO BRITO EIRELI (LICI&CONTI), inscrita no CNPJ n. 19.728.520/0001-43. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Prorrogação da Vigência contratual para mais 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Segunda do citado instrumento contratual. **FUNDAMENTO:** fulcro no Art. 107, da Lei 14.133/2021.

Tacaratu - PE, 22 de dezembro de 2025.

VER. REGINALDO SOUSA BENZOTA DE CARVALHO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Erbert Crhistian de Souza Dantas
Código Identificador:C41DF758

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO – TERMO ADITIVO 1º TERMO AO CONTRATO N. 003/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 037/2025

A CÂMARA DE VEREADORES DE TACARATU, ESTADO DE PERNAMBUCO, representada pelo Vereador Presidente, **Ver. Reginaldo Sousa Benzota de Carvalho**, torna público a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de nº. 003/2025, conforme as seguintes especificações: **PROCESSO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 003/2025 – **OBJETO DO CONTRATO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (SIAFIC), CRIADO POR MEIO DO DECRETO FEDERAL Nº 10.540, EM NOVEMBRO DE 2020, COM O OBJETIVO DE PADRONIZAR, INTERLIGAR, UNIFICAR E TORNAR MAIS EFICIENTE À GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. **CONTRATADO:** ERICA SUZANA CARVALHO SILVA MEI, inscrita no CNPJ nº 44.689.316/0001-08. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Prorrogação da Vigência contratual para mais 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Segunda do citado instrumento contratual. **FUNDAMENTO:** fulcro no Art. 107, da Lei 14.133/2021.

Tacaratu - PE, 22 de dezembro de 2025.

VER. REGINALDO SOUSA BENZOTA DE CARVALHO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Erbert Crhistian de Souza Dantas
Código Identificador:743C76C9

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO – TERMO ADITIVO 1º TERMO AO CONTRATO N. 005/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 035/2025

A CÂMARA DE VEREADORES DE TACARATU, ESTADO DE PERNAMBUCO, representada pelo Vereador Presidente, **Ver. Reginaldo Sousa Benzota de Carvalho**, torna público a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de nº. 005/2025, conforme as seguintes especificações: **PROCESSO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 005/2025 – **OBJETO DO CONTRATO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE TACARATU-PE.. **CONTRATADO:** ATIVOS SERVICOS CONTÁBEIS LTDA, inscrita no CNPJ N. 26.765.112/0001-27. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Prorrogação da Vigência contratual para mais 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Segunda do citado instrumento contratual. **FUNDAMENTO:** fulcro no Art. 107, da Lei 14.133/2021.

Tacaratu - PE, 22 de dezembro de 2025.

VER. REGINALDO SOUSA BENZOTA DE CARVALHO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Erbert Crhistian de Souza Dantas
Código Identificador:8745147D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 00038/2025. **Pregão Eletrônico nº 00016/2025**. Compra. Tipo menor preço. Visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, visando o abastecimento contínuo e eficiente da Central de Abastecimento Farmacêutico do Município de Taquaritinga do Norte – PE, adequados às normas técnicas vigentes. Valor: R$ 1.818.943,00 (um milhão oitocentos e dezoito mil novecentos e quarenta e três reais). **Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 13 de janeiro de 2025**. **Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública**. Local da sessão eletrônica: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos endereços eletrônicos: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e www.gov.br/pncp ou ainda através do e-mail: licit.taqdonorte@gmail.com, no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis. Outras informações podem ser obtidas no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura. Taquaritinga do Norte - PE, 29 de dezembro de 2025.

JOSÉ FERNANDES DA ROCHA NETO.
Pregoeiro.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:44B6DED4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TERRA NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO ATA 005/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2025
ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2025.

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 019/2024.01 PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE JUCAS-CEARA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, ESPECIFICADOS NOS LOTES Nº 03 e 06, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS NO MUNICIPIO DE TERRA NOVA-PE.

O MUNICIPIO DE TERRA NOVA/PE, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** situada á Av José Gomes da Costa, 70, Cohab, Terra Nova, Pernambuco, CEP: 56.190-001, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.092.748/0001-48, neste ato representado pela secretária Maria Rosemary de Sá Leite Sampaio, portadora do CPF Nº 983.877.074-49, no uso de suas atribuições e com fundamento nas informações constantes nos autos do Processo instaurado, ante as justificativas que se embasam, fundamentada no art. 37, da CRFB/1988 e art. 86, da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, e demais normas aplicadas à espécie, por intermédio da Secretária Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, resolve RATIFICAR, a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO na condição de "CARONA" que consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, ESPECIFICADOS NOS LOTES Nº 03 e 06, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS NO MUNICIPIO DE TERRA NOVA-PE, tendo como vencedora a empresa: G C DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.048.183/0001-89, no valor total de **R$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais)**.

Para a efetivação da presente Adesão à Ata de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021, atendendo ao interesse público, tomando por base ao Princípio da Publicidade e demais normativos, DETERMINA a publicação da presente Termo de Ratificação no Diário Oficial do Município e outros conforme determina a lei em comento, para que produza os efeitos legais.

Terra Nova-PE, 26 de dezembro de 2025.

MARIA ROSEMARY DE SÁ LEITE SAMPAIO
Secretária de Educação Municipal

Publicado por:
Valdenice Pereira Dos Santos
Código Identificador:4A9C1D02

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO ATA 006/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2025
ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2025.

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 019/2024.02 PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE JUCAS-CEARA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, ESPECIFICADOS NOS LOTES Nº 02 e 04, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS NO MUNICIPIO DE TERRA NOVA-PE.

O MUNICIPIO DE TERRA NOVA/PE, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** situada á Av José Gomes da Costa, 70, Cohab, Terra Nova, Pernambuco, CEP: 56.190-001, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.092.748/0001-48, neste ato representado pela secretária Maria Rosemary de Sá Leite Sampaio, portadora do CPF Nº 983.877.074-49, no uso de suas atribuições e com fundamento nas informações constantes nos autos do Processo instaurado, ante as justificativas que se embasam, fundamentada no art. 37, da CRFB/1988 e art. 86, da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, e demais normas aplicadas à espécie, por intermédio da Secretária Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, resolve RATIFICAR, a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 019/2024.02 PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE JUCAS-CEARA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, ESPECIFICADOS NOS LOTES Nº 02 e 04, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS NO MUNICIPIO DE TERRA NOVA-PE, tendo como vencedora a empresa: P J R DE SOUZA LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.328.688/0001-43, no valor total de **R$ 34.546,72 (trinta e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).**.

Para a efetivação da presente Adesão à Ata de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021, atendendo ao interesse público, tomando por base ao Princípio da Publicidade e demais normativos, DETERMINA a publicação da presente Termo de Ratificação no Diário Oficial do Município e outros conforme determina a lei em comento, para que produza os efeitos legais.

Terra Nova-PE, 26 de dezembro de 2025.

MARIA ROSEMARY DE SÁ LEITE SAMPAIO
Secretária de Educação Municipal

Publicado por:
Valdenice Pereira Dos Santos
Código Identificador:1DD4B38D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 35/2025 - CONCURSO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2025

CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 001/2023)

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 65 da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto do art. 37 da Constituição Federal, levando em conta a Homologação do Resultado Final de parte das vagas ofertadas em concurso público realizado pelo município de Terra Nova/PE, que se deu por meio do Decreto Municipal nº 05, de 03 de janeiro de 2024, e considerando a necessidade de atendimento do serviço público inerente à Administração Municipal, TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no ANEXO I deste Edital de Convocação, para apresentação de documentos relativos ao provimento de cargos do quadro efetivo municipal.

Os candidatos relacionados no ANEXO I do presente Edital **deverão comparecer à Secretaria Municipal de Administração, situada na Praça Cel. Jeremias Parente de Sá, 21, Centro, Terra Nova/PE, no horário de 08:00 ás 14:00 horas, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação deste**, munidos dos documentos exigidos no CAPÍTULO XIII, ITEM 9, do Edital do Concurso Público nº 001/2023, com vista à formação de pasta funcional e eventual e futura confecção do termo de posse no respectivo cargo, cumpridas as condições descritas.

Deverão, ainda, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente instrumento, apresentar os exames laboratoriais e de imagem constantes no CAPÍTULO XIII, ITEM 9.1, do Edital do Concurso Público nº 001/2023, com vista a obtenção de parecer médico necessário à posse efetiva no respectivo cargo, observando as condições descritas.

Os candidatos constantes no presente Edital estão sendo convocados para atender as vagas imediatas existentes no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Terra Nova/PE, de acordo com a ordem de classificação, desistências, não comparecimento de convocados, exonerações e eventuais decisões judiciais.

Gabinete do Prefeito, aos 29 de dezembro de 2025.

ESDRAS ENILDO PIRES DE CARVALHO COELHO MORORÓ
Prefeito Municipal

ANEXO I

AJUDANTE DE PEDREIRO	
Classificação / Inscrição	**Nome completo**
6°	DIEGO ANTONIO GOMES DE CARVALHO
CUIDADOR EDUCACIONAL	
Classificação / Inscrição	**Nome completo**
33°	RENATA ALINE RIBEIRO
CONTADOR	
Classificação / Inscrição	**Nome completo**
1°	GILMAR MOREIRA DA SILVA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
Classificação / Inscrição	**Nome completo**
49°	RAIMUNDO FAGNER CANDIDO ANDRADE DE CARVALHO

Secretaria Municipal de Administração, aos 29 de dezembro de 2025.

ALEX CLEITON FILGUEIRA ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Alex Cleiton Filgueira Araujo
Código Identificador:A7639A02

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TORITAMA

TORITAMA CÂMARA DE VEREADORES
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TORITAMA
VENCEDOR DO PROCESSO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

A Câmara Municipal de Vereadores de Toritama torna público o vencedor da Dispensa Eletrônica nº 006/2025, cujo objeto é prestação de serviço de **locação de ponto eletrônico, compreendendo a instalação, fornecimento de equipamentos, software, serviços gerais, treinamento e suporte técnico**, para a Câmara Municipal de Toritama-PE. O sistema deverá incluir 1 (um) relógio de ponto biométrico e software de gestão de ponto eletrônico.

EMPRESA VENCEDORA:

PONTOTECH COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA (CNPJ nº 50.943.973/0001-32): **LOTE 01** - valor total: R$ 7.152,00.

Toritama, 26 de dezembro de 2025.

JULIANA FEITOSA BARROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Andreza Maria Dos Santos Silva
Código Identificador:8C12AC10

TORITAMA CÂMARA DE VEREADORES
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TORITAMA
VENCEDOR DO PROCESSO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2025

A Câmara Municipal de Vereadores de Toritama torna público o vencedor da Dispensa Eletrônica nº 007/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para **locação e implantação de software para gestão de patrimônio.**

EMPRESA VENCEDORA:

CERTAM CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL LTDA (CNPJ nº 04.557.318/0001-29): **LOTE 01** - valor total: R$ 12.000,00.

Toritama, 26 de dezembro de 2025.

JULIANA FEITOSA BARROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Andreza Maria Dos Santos Silva
Código Identificador:4C413A16

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TRIUNFO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - PE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório/PMT n° 063/2025
Concorrência/PMT nº 007/2025

O gestor do Município de Triunfo / PE**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, considerando o Parecer Jurídico e atendendo a Lei Federal n 14.133/2021, **HOMOLOGO e ADJUDICO** o **Processo Licitatório/PMT n° 063/2025, Concorrência/PMT nº 007/2025,** cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para requalificação de espaços públicos de convivência no município de Triunfo/PE, DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa COMPACTA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.079.262/0001-56, representada pelo Sr. Herbert Varela Fonseca, portador do CPF nº 616.531.104-06, no valor global de R$ 586.779,28 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos). Para dirimir sobre qualquer dúvida dirigir-se a

sala de licitação, situada na Avenida José Veríssimo dos Santos, nº 365, Bairro Centro, Cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco, CEP: 56.870-000, no horário de expediente das 07h30min às 13h30min; Fone: 87 3846 1365.

Triunfo, 29 de Dezembro de 2025.

LUCIANO FERNANDO DE SOUSA
Prefeito

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:3FBD03A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SME/CME Nº 02/2025

Estabelece normas para a realização da MATRÍCULA DO (A) ESTUDANTE, para o ano letivo de 2026 na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e suas modalidades de ensino da Rede Municipal de Ensino do Município de Triunfo/PE.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O CONSELHO MUNICIPAL DEEDUCAÇÃO de Triunfo/PE, no uso das atribuições que lhes são conferidas, considerando a Constituição Federal de 1988; a Lei Federal nº 9.394/1996; as Resoluções CME Nº 01 e 04/2013, a Resolução CME Nº 01/2017, as Resoluções CME nº 01, 02, 03, 04/2019, as Instruções Normativas nº 02, 03, 04, 05, 06 e 07/2019, a Lei Federal nº 14.040/2020 e Lei Federal nº14.685 de 21 de novembro de 2023; o Decreto Legislativo Federal nº 6/2020; Lei Federal nº 13.146/2015; Lei nº13.709/2018 de 14 de agosto de 2018; Lei Federal nº13.146/2015 de 06 de julho de 2015; Decreto federal nº12.686/2025; Lei nº15.249/2025 de 03 de novembro de 2025; o Parecer CNE/CP nº 5/2020; o Parecer CNE/CP nº 9/2020; o Parecer CNE/CP nº 11/2020,o DecretoMunicipal nº 17/2020, o Parecer CME nº 01/2020, o Parecer CME nº 02/2020, a Resolução CME nº 01/2020, de 20/03/2020, a Instrução Normativa Conjunta SME/CME nº 01/2020, a Instrução Normativa SME nº 01/2020, Lei Municipal nº 1.683/2023, Resolução CME nº 03/2024 e demais Legislação Nacional e Municipal pertinente ao acesso epermanência do (a) estudante na escola,

RESOLVE:

Art. 1°A Matrícula será realizada com o objetivo de garantir o direito da criança, do (a) adolescente, do (a) jovem, do (a) adulto(a)/idoso(a), igualmente para todos(as), nas instituições de ensino públicas municipais, à educação.

Art. 2º Fica estabelecido por meio dessa Resolução os procedimentos para inscrição, matrícula e permanência de crianças/estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Triunfo/PE, a partir do ano de 2026.

Parágrafo Único: Na Rede Municipal de Ensino serão incluídas as pessoas com deficiência levando-se em consideração o disposto na Lei nº13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência(Estatuto da Pessoa com Deficiência), alterada pela Lei nº15.249/2025 de 03 de novembro de 2025.

Art. 3º Na Rede Municipal de Ensino será assegurada que a matrícula de todo e qualquer educando seja realizada nas salas regulares, sendo reconhecida, considerada, respeitada e valorizada a diversidade humana, ficando vedada qualquer forma de discriminação.

Parágrafo Único: Na Rede Municipal de Ensino do município de Triunfo/PE, a matrícula dos estudantes com deficiência, obedecerão as diretrizes do Decreto Federal n°12.686/2025 de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional da Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Art. 4º As normas, as diretrizes e procedimentos referentes as inscrições para a lista de espera de crianças/estudantes candidatos as vagas nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental, estão regulamentadas pela resolução CME Nº03/2024 de 20 de dezembro de 2024.

Art. 5º As normas e diretrizes para a divulgação do número de vagas existentes na Rede Municipal de Ensino obedecerão as normas contidas na Resolução do CME nº 03/2024, em conformidade com a Lei Federal nº 14.685/2023 de 20 de setembro de 2023, que acrescenta dispositivo a Lei Federal nº 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996(LDB).

DAS VAGAS

Art.6º As vagas disponíveis nas escolas da Rede Municipal de Ensino, serão disponibilizadas de acordo com a capacidade e fluxo de atendimento em cada uma das Unidades Escolares mais próximas a residência da família.

Parágrafo Único. *É requisito indispensável para a matrícula na Rede Municipal de Ensino, em Escola de Educação Infantil e Ensino fundamental, que os pais ou responsáveis da criança/estudante sejam residentes no município de Triunfo/PE.*

Art. 7º As vagas remanescentes serão disponibilizadas para crianças/estudantes que realizaram a pré-matricula, e que sejam residentes nas localidades que fazem limites entre o município de Triunfo/PE e municípios vizinhos(Calumbi, Flores, Princesa Isabel, São José de Princesa e Santa Cruz da Baixa Verde), os inscritos serão convocados para o preenchimento das vagas existentes e/ou triagem da documentação conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação através da Resolução CME Nº03/2024 de 20 de dezembro de 2024.

DAS COMPETÊNCIAS

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º Compete a Secretaria Municipal de Educação, gestores e/ou responsáveis pelas Unidades Escolares, orientar os pais ou responsáveis sobre os procedimentos necessários para efetivação de matrículas e transferências dos estudantes.

Art. 9º Cabe ao (a) Gestor (a) da SME:

I - Identificar as Instituições de Ensino com turmas/turnos ociosos na jurisdição da Secretaria;
II - Planejar o atendimento da matrícula em conjunto com o Diretor de cada Instituição de Ensino objetivando que todas de um mesmo perímetro urbano e do campo atendam de acordo com sua capacidade, todos (as) os estudantes inseridos no respectivo perímetro.

Art. 10ºA ampliação de estado físico nas Instituições de Ensino deverá seguir o que preceitua a legislação municipal vigente.

Parágrafo único. A autorização de criação de Anexo dependerá de parecer favorável do Conselho Municipal de Educação (CME).

Art. 11. Cabe à Secretaria Municipal de Educação – SME coordenar a Matrícula Escolar organizando a Comissão Municipal de Matrícula Escolar pelos seguintes membros:

I - Gestor (a) da Secretaria Municipal de Educação ou representante nomeado por este;
V - 01 representante do Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação;
VI - 01 Representante do Conselho Municipal da Educação (Câmara Básica).

§1°A Comissão Municipal de Matrícula Escolar tem como finalidade acompanhar o processo de matrículas, observando a necessidade de expansão da Rede Física para atendimento da demanda escolar.

§2°Compete ao Gestor da SME coordenar a Comissão de Matrícula Escolar, orientar os Diretores Escolares e assegurar o cumprimento desta Instrução.

DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR ESCOLAR

Art. 12. O (a) Diretor (a) Escolar, para realizar as matrículas dos (as) estudantes, deverá apresentar a disponibilidade de vagas como resultado da reorganização do atendimento de sua demanda escolar, observados:

I – Levantamento da capacidade instalada da Instituição de Ensino, a ser enviada à SME até o dia 15/11/2025;
II - Coleta, registro e análise da situação de todas as turmas existentes em 2025, com justificativas de salas de aula ociosas e com quantitativo inadequado de estudantes/turma;
III - Renovação das matrículas dos (as) estudantes da própria Instituição de Ensino;
IV - Levantamento das solicitações de transferências, por iniciativa dos pais/responsável e do (a) próprio (a) estudante quando maior de 18 anos, entre Instituições de Ensino Municipais.

Art. 13. As renovações, matrículas e/ou transferências somente poderão ser realizadas pelos pais ou responsável legal, mediante apresentação de documento de guarda judicial e/ou por estudante maior ou emancipado.

I -Os pais sendo menores de idade(não emancipados) somente poderão realizar a matrícula da criança/estudante se acompanhado de seu responsável legal.
II - No ato da matricula será apresentado aos pais, termo de autorização de divulgação da imagem do estudante menor sob sua responsabilidade e/ou por estudantes quando maior de idade, em observância a Lei nº13.709/2018 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, iclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos Fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
III - O tratamento dos dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas hipóteses tratadas no Art. 11 da Lei Federal 13.709/2018.
IV - É vedada a divulgação de quaisquer atividades com estudantes em espaços ou dependências escolares ou da administração pública, em sites ou contas digitais não pertencentes à administração pública(escola, Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal de Triunfo).

DAS RENOVAÇÕES DE MATRÍCULAS

Art. 14. A renovação das matrículas (isenta de pagamento de taxas) dos alunos que pretendem permanecer na Instituição de Ensino será realizada no período de 10/11/2025 à 19/12/2025.

Art. 15. Deve-se considerar como estudante matriculado (a) também o (a) estudante não frequente (desistente), assegurando o seu direito à vaga na própria Instituição de Ensino.

Parágrafo único. A garantia de vaga prevista no caput deste artigo dependerá da confirmação de matrícula até o encerramento do ano letivo.

DO REINGRESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

Art. 16. Cabe ao Gestor da SME e ao (à) Diretor (a) de cada Instituição de Ensino a responsabilidade pelas ações, bem como a adoção de providências necessárias para assegurar o reingresso e permanência dos (as) estudantes não frequentes na Instituição de Ensino, conforme o disposto no inciso VIII do art. 12 da LDBEN Nº 9.394/96.

I - As escolas da Rede Municipal de ensino deverão manter o sistema de matrículas vigente, atualizados e com todas as informações cadastrais do estudante, dando baixa às transferências e/ou desistência de estudantes, para que sejam disponibilizadas as vagas para os próximos estudantes que estejam na sequência da lista de espera.

II - As listas de espera para vagas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no município de Triunfo/PE para o ano letivo de 2026, serão publicadas no site e nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Triunfo, e nas redes sociais da Secretaria Municipal de Educação semestralmente, a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 17. O (a) Diretor (a) Escolar deverá monitorar a frequência de todos (as) estudantes matriculados (as), registrando os motivos da ausência e tomando as providências para assegurar a sua permanência e sucesso escolar com base nos incisos VII e VIII do Art. 12 da LDBEN Nº 9.394/96.

Art. 18. O (a) Diretor (a) Escolar deverá informar para pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos,se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos estudantes que não comparecerem a Instituição de Ensino durante 05 (cinco) dias consecutivos, orientando o retorno do (a) estudante, colhendo assinatura do responsável legal atestando o compromisso de reinserção do (a) estudante até a data estabelecida pela Instituição de Ensino (ver Resolução CME nº 04/2013).

§1º Caso o (a) estudante não retorne na data estabelecida pela Instituição de Ensino, o (a) Diretor (a) Escolar deverá enviar comunicado ao Conselho Tutelar da Comarca, mantendo a via original em seus arquivos.

§2ºNão obtendo êxito, a SME deverá encaminhar o caso à Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Comarca para providências legais.

DAS NOVAS MATRÍCULAS

Art. 19. A matrícula para os alunos novatos (é isenta de pagamento de taxas), será realizada de preferência na Instituição de Ensino mais próxima de sua residência e estará aberta aos candidatos no período de 02/01/2026 à 23/01/2026 nas Instituições de Ensino.

Art. 20. A matrícula do estudante será realizada pelo pai, mãe ou responsável pelo (a) estudante quando menor de 18 anos.
Parágrafo Único. No ato da realização da matrícula, o pai, mãe ou responsável e/ou o (a) estudante quando maior de 18 anos deverá prestar as seguintes informações:

I - Do estudante:

a) Cópia dos seguintes documentos do estudante:
b) CPF;
c) RG (Registro Geral) se maior de 18 anos;
d) Registro de Nascimento;
e) Comprovante de residência com CEP;
f) Histórico escolar (quando transferido de outra escola);
g) Cartão do SUS da criança matriculada;
h) Carteira de vacina (cópia atualizada);
i) Fator RH;
j) Laudo médico (aluno especial);
k) Cópia de receitas com medicação controlada;
l) Declaração de comorbidade (diabético, intolerância à lactose e/ou glúten) com solicitação para cardápio diferenciado.

II - Dos pais:

a) Cópia de RG e CPF dos Pais (mãe e pai) ou responsáveis;
b) Nome e telefone do (a) responsável pelas informações prestadas.

DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS E EFETIVOS

Art. 21. O número de estudantes por turma obedecerá ao quantitativo estabelecido nesta Instrução e nas Resoluções do CME nº 01, 04/2013, 01/2019 e Instruções Normativas nº 03 e 07/2019, de acordo com os níveis de modalidades descritos a seguir:

Nível/ Modalidade	Efetivos por turma/agrupamento
I – Educação Infantil a) Creche de 1 ano a 1 ano e 11 meses anos de idade;	a) 10 crianças por professor ou 15 crianças por professor com auxiliar; b) 15 crianças por professor ou 20 crianças por professor com

b) Creche de 2 anos a 2 anos e 11 meses de idade; c) Creche de 3 anos a 3 anos e 11 meses de idade; d) Pré-escolar de 4 anos a 4 anos e 11 meses de idade; e) Pré-escolar de 5 anos a 5 anos e 11 meses de idade.	auxiliar; c) 15 crianças por professor ou 25 crianças por professor com auxiliar; d) 30 crianças; e) 30 crianças; Resolução CME nº 01/2013, Art. 29 (docente com auxiliar de apoio escolar).
II – Anos iniciais do Ensino Fundamental/ Turmas multisseriadas. a) 1° e 2º Anos b) 3° Anos c) 4° e 5° Anos d) Turmas multisseriadas e) EJA - 1ª fase f) EJA - 2ª fase	 30 estudantes 30 estudantes 35 estudantes (Resolução CME nº 04/2013) 25 estudantes 15 a 25 estudantes 25 estudantes (Resolução CME nº 01/2019)
III – Anos finais do Ensino Fundamental a) 6ª a 9ª anos b) EJA - 3ª fase c) EJA - 4ª fase	 40 estudantes (Resolução CME nº 04/2013) 30 estudantes 30 estudantes (Resolução CME nº 01/2019)
IV - Correção de fluxo	Até 25 estudantes (Instrução Normativa nº03/2019)
V - Alfabetização de Adultos	05 a 10 estudantes (Instrução Normativa nº07/2019)

DOS CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS PARA A MATRÍCULA

Art. 22. A matrícula dos (as) estudantes deverá obedecer aos seguintes critérios:

I -Proximidade da residência para os (as) estudantes da Educação infantil e do Ensino Fundamental;
II -Realização da matrícula nas Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
III - As matrículas do AEE serão ofertadas conforme Lei Municipal nº 1.683/2023 (As matriculas para o AEE serão realizadas e ofertadas conforme os seguintes documentos: Resolução CME Nº 02/2023 e Instruções Normativas Conjuntas Nº 03,04,05,06 e 07/2023).

Art. 23. O período de efetivação da matrícula na Instituição de Ensino dos estudantes ocorrerá:

I - No período de 02/01/2026 a 19/01/2026 para estudantes de continuidade, transferidos (as) entre Instituições de Ensino Municipais e de recepção do Estado;
II - A efetivação da matrícula se dará mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) transferência da Instituição de Ensino de origem (não devendo conter emendas e/ou rasuras);
b) cópia certidão de nascimento;
c) cópia de RG e CPF dos Pais (mãe e pai) ou responsáveis;
d) cópia da carteira de vacinação (Lei Federal N° 13.770 de 13/05/09);
e) comprovante de residência com o CEP;
f) 2 (duas) fotos 3x4 recentes e iguais (facultativo);
g) requerimento de matrícula assinado pelo pai, mãe ou responsável do estudante menor, ou pelo (a) estudante maior de 18 anos.

DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 24. A matrícula dos (as) estudantes na Educação Infantil será realizada obedecendo a seguinte faixa etária: Creche de até um ano de idade, Creche - 1 ano de idade a 1 ano e onze meses, Creche - 2 anos de idade a 2 anos e onze meses, Creche de 3 anos de idade a 3 anos e onze meses e Pré-escolar de 4 anos de idade a 4 anos e onze meses e Pré-escolar de 5 anos de idade a 5 anos e 11 meses, observando a seguinte nomenclatura: Creche até 1 ano de idade, Creche de 1 ano, Creche de 02 anos, Creche de 03 anos, Pré - escolar de 04 anos e Pré - escolar de 05 anos completos até 31 de março do ano letivo para a qual for efetuada a matrícula, conforme Resolução CNE/SEB nº 07/2010 e Resoluções CME nº 01/2013 e 04/2019.

I - A matrícula dos estudantes na Educação Infantil modalidade Creche da faixa etária de até 1 ano de idade, 1 ano de idade a 1 ano e onze meses, 2 anos de idade a 2 anos e onze meses, Creche de 3 anos de idade a 3 anos e onze meses, na sede do Município será de competência:

a) Creche Municipal Professora Ester Viana de Vasconcelos;

II - A matrícula dos estudantes na Educação Infantil modalidade Creche da faixa etária de 1 ano de idade a 1 ano e onze meses, 2 anos de idade a 2 anos e onze meses, Creche de 3 anos de idade a 3 anos e onze meses, nos Distritos do Município de Triunfo será de competência:

b) Escola Municipal Maurício Cândido Ferreira - Distrito de Jericó;
c) Creche Municipal Vereador Paulo Bezerra- Distrito de Canaã.

III - A Rede Municipal de Ensino será responsável pela matrícula dos estudantes da Educação infantil, obedecendo a faixa etária de Creche de 2 anos de idade a 3 anos e onze meses, Pré- escolar de 4 anos de idade a 4 anos a onze meses e Pré-escolar de 5 anos de idade a 5 anos e onze meses, será atendida nas seguintes unidades:

a) Creche Municipal Professora Ester Viana de Vasconcelos;
b) Creche Municipal Vereador Paulo Bezerra – Distrito de Canaã;
c) Escola Municipal Maurício Cândido Ferreira;
d) Escola Municipal Higino Bezerra;
e) Escola Municipal João José da Silva - Comunidade Quilombola de Santa Rosa;
f) Escola Municipal Águas Claras – Comunidade Quilombola de Águas Claras;
g) Escola Municipal Fortaleza;
h) Escola Municipal Antônio Ferreira Tenório.

IV -Esta modalidade poderá ser atendida também pela Rede Privada de Ensino, respeitadas a Legislação do Sistema Municipal de Ensino .

V - É obrigatória a matrícula do estudante de Educação Infantil nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino que completar 4 anos de idade até 31 de março do ano letivo para qual for efetuada a matrícula, conforme Lei Federal nº 12.796/2013.

DA MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 25. O (a) estudante que está matriculado (a) na Educação Infantil em 2025 terá sua vaga garantida nas Instituições de Ensino de Rede Pública Municipal, no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos com 06 anos de idade completos ou a completar 06 anos de idade até 31 de março do ano letivo para o qual for efetuada a matrícula, conforme Resolução CNE/CEB nº 07/2010 e Resoluções CME nº 04/2013 e 04/2019.

Parágrafo único. Todo (a) o (a) estudante que, em 2025 estava devidamente matriculado (a) na Rede Municipal de Ensino, terá o direito à continuidade de estudos.

Art. 26. Cabe ao (a) Gestor (a) da SME realizar o planejamento do atendimento da demanda escolar para o Ensino Fundamental em conjunto com o(a) Diretor(a) da Instituição de Ensino as unidades escolares com oferta de anos iniciais:

a) Escola Municipal José Alves de Almeida 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
b) Escola Municipal João Henrique da Silva 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
c) EMEF Manoel Cândido Ferreira 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
d) Escola Municipal São Vicente de Paulo 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
e) Escola Municipal João Luiz de Carvalho 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
f) Escola Municipal Fortaleza 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
g) Escola Municipal Antônio Ferreira Tenório 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9anos;
h) Escola Municipal Higino Bezerra 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
i) Escola Municipal Águas Claras 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos – Comunidade Quilombola de Águas Claras;
j) Escola Municipal João José da Silva- Comunidade Quilombola de Santa Rosa.

Art. 27. O atendimento dos (as) estudantes concluintes dos Anos Iniciais para continuidade dos estudos na Rede Municipal, deverá seguir os critérios abaixo:

I – Matrícula na própria Instituição de Ensino, quando ofertar:
a) Escola Municipal João Henrique da Silva 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
b) Escola Municipal Higino Bezerra 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
c) Escola Municipal São Vicente de Paulo 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
d) EMEF Manoel Cândido Ferreira 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
e) Escola Municipal Milton Pessoa 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos;
f) EMEF Governador Eduardo Campos 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em 9 anos.

II -O cadastro do aluno para uso do transporte escolar será feito mediante registro do comprovante de residência no Sistema SETA do Ministério da Educação de acordo com as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

III - A oferta do transporte escolar será garantida ao estudante de acordo com os critérios estabelecidos pelo novo sistema do Ministério da Educação, priorizando a escola mais próximade sua residência.

IV - Os alunos da zona rural que solicitarem matrícula nas escolas da zona urbana deverão comprovar a proximidade com a escola da sede para sua residência ou a não existência de escolas próximas a sua localidade.

V - As solicitações de matrícula de alunos da zona rural nas escolas da sede terão itinerário medido pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação, a fim de atender o disposto do inciso anterior.

Parágrafo único: Cabe ao (a) Diretor (a) da Instituição de Ensino de origem organizar a listagem dos (a) estudantes a serem encaminhados (as) a atendimento sequencial, em conformidade com as orientações abaixo: **ANO E FASE DE ORIGEM**	**FASE E ANO DE DESTINO**
Do 5º ano	Para o 6º ano
1ª Fase da Educação de Jovens e Adultos - EJA do Ensino Fundamental.	Para a 2ª Fase da Educação dejovens e Adultos - EJA do Ensino Fundamental
2ª Fase da Educação de Jovens e Adultos - EJA do Ensino Fundamental.	Para a 3ª Fase da Educação deJovens e Adultos - EJA do EnsinoFundamental
3ª Fase da Educação de Jovens e Adultos - EJA do Ensino Fundamental	Para a 4ª Fase da Educação deJovens e Adultos - EJA do EnsinoFundamental
Do 9º ano	Para o 1º ano do Ensino Médio
4ª Fase da Educação de Jovens e Adultos -EJA do Ensino Fundamental	1º Módulo do EJA Médio ou 1ºAno do Ensino Médio.

MATRÍCULA NO PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO

Art. 28. Os Programa de Correção de Fluxo, tem como objetivo disponibilizar metodologias adequadas para aceleração de estudos para estudantes com distorção idade-série de 02 (dois) anos ou mais, com idade entre 09 (nove) e 14 (quatorze) anos, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (Instrução Normativa Conjunta SME/CME nº 03/2019).

Art. 29. Considera-se apto (a) a ingressar nas turmas de Correção de Fluxo o (a) estudante com distorção idade/série/ano de 02 (dois) anos ou mais, na faixa etária de 09 (nove) a 14 (quatorze) anos, conforme especificado abaixo:

I - Ciclo I do Programa Se Liga Triunfo (2º e 3º ano do Ensino Fundamental de 9 anos - dos 09 aos 11 anos);
II - Ciclo II do Programa Acelera Triunfo (4º ao 6º ano do Ensino Fundamental de 9 anos - dos 11 aos 14 anos).

Art. 30. A enturmação do (a) estudante nas turmas de Correção de Fluxo deverá ser realizada após a realização de diagnóstico inicial, visando identificar o perfil do (a) estudante e a matrícula nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, obedecendo aos seguintes critérios:

I - enturmação do (a) estudante não alfabetizado (a) com distorção idade/série, de 02 (dois) anos ou mais, com idade entre 09 (nove) e 11 (onze) anos;
II - enturmação do (a) estudante alfabetizado (a) com distorção idade/série, de 02 (dois) anos ou mais, com idade entre 11 (onze) e 14 (quatorze) anos.

Art. 31. O estudante com 15 (quinze) anos completos após 31/03/2025 poderá ser matriculado no Programa de Correção de Fluxo quando houver distorção.

DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem como público alvo os (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, observados o disposto no Decreto nº12.686/2025 de 20 de outubro de 2025 que institui a Política Nacional da Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional da Educação Inclusiva.

Art. 32. A Secretaria Municipal de Educação deverá planejar o atendimento da demanda para Educação Especial nas Instituições de Ensino sob sua jurisdição, obedecendo às diretrizes do Sistema Municipal de Educação e demais normas legais (Resolução CME nº 02/2019).

Art. 33. A matrícula na Educação Especial da Rede Pública para 2026, deverá ser efetivada em classes regulares de todas as Instituições de Ensino Municipais, observadas as diretrizes constantes nos incisos abaixo:

I -Devem ser matriculados (as) no Ensino Regular;
II -Devem ser matriculados (as) no Atendimento Educacional Especializado (AEE), este em turno diferente da escolarização;
III-no ato da matrícula no Atendimento Educacional Especializado, o (a) estudante ou o (a) seu (sua) responsável deverá apresentar documento comprobatório que o caracterize como público alvo da educação especial.

Parágrafo Único*. Caso a Escola do Ensino Regular que não disponha do serviço de Atendimento Educacional Especializado - AEE, a matrícula no AEE deverá ser efetivada em outra escola da Rede Municipal ou Estadual que disponha desse serviço.*

Art. 34. Cada Etapa, Modalidade e Programa com turma que possuam estudantes com Deficiência Intelectual ou Transtornos do Espectro Autista regularmente matriculados, poderão ter redução de até30% do efetivo de cada turma do ensino regular, conforme percentual de alunos matriculados, analisados laudos médicos, com os relatórios de acompanhamento da Equipe Multiprofissional e o parecer conclusivo da Equipe de Educação Especial Secretaria Muncipal de Educação conforme Resolução nº 01/2013 do CME.

Art. 35. Os estudantes com Deficiência Intelectual ou Transtornos do Espectro Autista matriculados na Instituição de Ensino, devem ser distribuídos entre as turmas existentes, de forma a garantir a inclusão, observadas as patologias, orientações clínicas e o Parecer da Equipe de Educação Especial,numa variável de 10% a 30% do efetivo da turma, na qual os estudantes estejam matriculados.

Art. 36. Para os (as) estudantes com Deficiência Intelectual e com Transtorno Global do Desenvolvimento será permitida a matrícula em Classe Especial, desde que seja comprovada a impossibilidade do mesmo ser incluído em turmas do Ensino Regular.

Art. 37. Aos (às) estudantes surdos (as), cegos (as), e com baixa visão será assegurado, respectivamente, de acordo com a deficiência, professor intérprete, professor brailista e guia intérprete.

DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJA)

Art. 38. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos tem por objetivo ofertar vagas àqueles que não tiveram acesso aos estudos na idade própria no Ensino Fundamental.

Art. 39. Cabe ao Gestor da SME e aos Diretores das Instituições de Ensino realizarem planejamento para o atendimento da demanda de Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Art. 40. A implantação da modalidade Educação de Jovens, Adultos e Idosos Ensino Fundamental, alfabetização de adultos, fases I, II, III e IV deverá ocorrer na Rede Municipal para atender a demanda, daqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade regular conforme Decreto Municipal nº 051/2019, Resolução CME nº01/ 2019 e Instrução Normativa SME nº 07/2019.

Art. 41. O (a) estudante a partir de 15 anos de idade completos, até 31 de março do ano letivo, terá garantido o direito à matrícula na Rede Municipal preferencialmente na Educação de Jovens, Adultose Idosos do Ensino Fundamental (alfabetização de adultos, fases I, II, III e IV) de acordo com seu histórico escolar.

Parágrafo único. Serão ofertadas vagas para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e Alfabetização de Adultos, no turno noturno, nas Instituições de Ensino abaixo relacionadas:

a) EMEF Manoel Cândido Ferreira (Distrito de Jericó);
b) Escola Municipal João Henrique da Silva (Distrito de Canaã);
c) EMEF Governador Eduardo Campos;
d) Escola Municipal Milton Pessoa.

DA MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Art. 42. A oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Campo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Triunfo/PE, obedecerá as normas da Resolução Normativa Nº 04/2013 de 04 de julho de 2013 e Resolução Nº 03/2019, homologada e publicada em 31 de outubro de 2019 pelo Conselho Municipal de Educação.

I - A Educação do Campo deverá atender a população do campo em suas mais variadas formas de produção de vida e abrangerá a Educação Infantil e o Ensino Fundamental em suas modalidades(regular e EJA), inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria.
II - A Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental serão ofertados preferencialmente nas próprias comunidades Rurais evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.
III - Em hipótese alguma serão agrupadas em uma mesma turma crianças de educação infantil e do ensino fundamental.
IV - Para os Anos Finais do Ensino Fundamental deverá ser ofertado prioritariamente nas Comunidades rurais de melhor localização e que ofereça as condições de deslocamento dos estudantes e com as melhores possibilidades de trabalho pedagógico .
V - O deslocamento dos estudantes deverá ser feito do campo para o campo, evitando-se ao máximo o deslocamento do campo para a cidade.
VI - A oferta de Educação de Jovens Adultos e Idosos também deve considerar que os deslocamentos sejam feitos nas menores distâncias possíveis, preservando o princípio intracampo.

Art. 43. Em comunidades com enorme dispersão geográfica, muito distante, isolada ou em de difícil acesso, a educação infantil, como os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente poderá ser ofertada em salas multiseriadas e/ou com professores uni docentes.

Parágrafo Único. A formação das turmas nas escolas do campo deverá levar em consideração a demanda da comunidade e as possibilidades de transporte escolar.

Art. 44. A inclusão de estudantes com deficiência(deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação) por turma deverá atender a Resolução CME Nº02/2019.

Parágrafo Ùnico. O atendimento Educacional Especializado deve ser garantido aos estudantes das escolas do campo, considerando a legislação específica (Resolução CME 02/2019).

Art. 45. As Escolas do Campo deverá adotar providências para que os estudantes com necessidades especiais, objeto da modalidade educação especial, possam ter acesso a educação infantil e ao ensino fundamental, garantindo qualidade, acessibilidade, salas multifuncionais, libras, intérprete de libras, professor brailista e profissionais de educação infantil e ensino fundamental.

Art. 46. O Ensino fundamental na modalidade Jovens Adultos e Idosos(EJA) deverá atender as normas fizadas na Resolução CME 01/2019, em sua conceituação e caracterização, na constituição das etapas e funções da oferta, na organização curricular e na estruturação dos cursos, mais atendendo-se, também, a especificidade da educação do campo, que requer uma pedagogia diferenciada e própria, de acordo com a realidade sócio-cultural, política, economica do território do municipio de Triunfo.

DA MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 47. A matrícula da Educação Escolar Indigena e da Educação Escolar Quilombola nos termos da Resolução CME Nº 04/2013 de 04 de julho de 2013, serão ofertadas em escolas inscritas em suas terras e culturas e para essas populações estão assegurados os direitos específicos na Constituição Federal, que lhes permitem valorizar e preservar suas culturas e reafirmar seru pertencimento ético.

I - As propostas pedagógicas das escolas que atendem estudantes dessas populações devem prever a utilização de pedagogias condizentes com a sua forma de produzir conhecimentos;
II - As escolas indígenas tem ensino intercultural e bilingue;
III - A Educação Escolar Quilombola deve observar o detalhamento das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para essa população, bem como a Resolução CME Nº 03/2021 de 21 de dezembro de 2021, que estabelece Normas Complementares as DCN para a inclusão da Educação das relaçoes Étnico Racionais e do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na organização curricular das instituições de ensino pertencentes ao Sitema Municipal de Ensino de Triunfo/PE.

DA MATRÍCULA PARA ESTUDANTES ESTRANGEIROS

Art. 48. A matrícula para os estudantes estrangeiros, com base na legislação do Sistema Municipal de Ensino (Resolução CME nº04/2013 de 04 de juho de 2013) que trata do atendimento de estudantes estrangeiros, deve proceder a matrícula desses estudantes, somente para as etapas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, ou que atendam aos critérios para matrícula na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, obedecendo as mesmas normas regimentais que disciplinam a matrícula de estudantes brasileiros.

DA MATRÍCULA PARA ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE ITINERÂNCIA

Art. 49. A matricula dos estudantes em situação de itinerância como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, artistas, trabalhadores em circos, parques de diversão e teatro mabembe(grupos teatrais/circenses, itinerantes que apresentam espetáculos populares sem recursos tecnológicos), que se auto reconheçam como tal ou assim sejam declarados pelo seu responsável legal, se encontram ness condição. Deve a escola observar as dietrizes da Resolução CME Nº04/2013 de 04 de julho de 2013, afim de garantir o direito a educação de estudantes em situação de itinerância.

DA MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 50. A oferta de vagas nas escolas que atenderão aos estudantes de acordo com as Diretrizes da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Triunfo/PE seguirão as diretrizes da Resolução CME Nº 01/2017 de 13 de abril de 2017.

I - As matrículas da Educação em Tempo Integral poderão ser ofertadas por zoneamento(escolas próximas), de forma que a educação infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental sejam oferecidos em uma escola e, os Anos Finais do Ensino Fundamental, em outra.
II - O atendimento aos estudantes, nas escolas em tempo integral dar-se-á em tempo contínuo, desde que seja cumprida a carga-horária mínima de 7 horas diárias, incluindo- se neste período o tempo destinado as atividades pedagógicas, alimentação, higiene, etc.
III - O calendário escolar para as escolas que ofertam Educação em Tempo Integral, observará o mínimo de 200 dias letivos e o cumprimento da totalidade da carga-horária definida, anualmente, pela mantenedora.
IV - A escola que oferece Educação Integral em Tempo Integral deve ter seu regimento e proposta pedagógica aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.
V - O currículo da Educação de Tempo Integral em Escola de Tempo Integral contemplará atividades educativas diferenciadas no campo das ciências, da cultura, da arte, do esporte e lazer, das tecnologias, do multiculturalismo, da preservação do meio ambiente, da promoção da saúde, entre outras, **articuladas as áreas do conhecimento e aos componentes curriculares,** bem como as vivências e as práticas socioculturais, que venham a contibuir para o desenvolvimento físico, cultural, afetivo, cognitivo e ético dos estudantes.

Art. 51. No ano letivo de 2026**,** serão ofertadas vagas do Programa Escola Integral em Tempo Integral, com jornada de 35 horas semanais, dois dias por semana, as terças e quintas-feiras nas escolas abaixo relacionadas:

I - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
a) Escola Municipal Fortaleza;
b) Escola Municipal Antônio Ferreira Tenório ;
c) Escola Municipal Higino Bezerra;
d) Escola Municipal Águas Claras- Comunidade Quilombola de Águas Claras;
e) Escola Municipal João José da Silva- Comunidade Quilombola de Santa Rosa;

II - Anos Finais do Ensino Fundamental:
a) Escola Municipal Milton Pessoa;
b) Educação Infantil:
c) Escola Municipal Maurício Cândido Ferreira- Distrito de Jericó;
d) Creche Municipal Vereador Paulo Bezerra- Distrito de Canaã.

DA MATRÍCULA PARA ESTUDANTES EM ATENDIMENTO DOMICILIAR

Art. 52. As matrículas para o atendimento de estudantes acometidos de síndrome do pânico, depressão ou outra manifestação psiquicae/ou física que lhes impossibilitem a frequência, as atividades escolares de forma sistemática, e estão regulamentadas pela Resolução CME Nº01/2023 de 08 de março de 2023 como ferramenta de orientação das Instituições de ensino, no sentido do atendimento aos casos.

Art. 53. Os estudantes de qualquer etapa ou modalidade de ensino, matriculados em instituição de ensino integrantes do Sistema Municipal de Educação de Triunfo/PE, portadores de afecções congénitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, incompatíveis com a frequência aos trabalhos escolares, terão direito ao tratamento excepcional nos moldes da Resolução CME Nº01/2023 de 08 de março de 2023.

Art. 54. O tratamento previsto, de forma excepcional, por esta resolução, deverá também ser dispensado a estudante em estado de gravidez que, a partir do 8º mês de gestação e durante os 4 meses após o parto, ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, conforme legislação pertinente.

I - Em casos excepcionais, a exemplo da gravidez de risco, devidamente comprovados por atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.
II - Em qualquer caso, é assegurado as estudantes em estado de gravidez o direito a prestação dos exames finais;
III - O início e o fim do período em que é permitido o afastamento da estudante gestante ou no período do puerpério, serão determinados, por atestado médico a ser apresentado a direção da instituição de ensino.

Art. 55. No caso do atendimento ao estudante hospitalizado, que ocorra fora de local do domicilio do estudante, caberá a Secretaria Municipal de Educação, indicar equipe docente de escola mais próxima da Unidade de Saúde onde o estudante estiver hospitalizado para assegurar o desenvolvimento das atividades escolares.

Art. 56. Caberá a Secretaria Municipal de Educação através da equipe técnico-pedagógica, orientar e acompanhar os casos de estudantes de instituições de ensino integrantes do Sistema Municipal de Educação que se encontre impossibilitados de frequentar temporariamente as atividades educacionais no recinto escolar.

DO PROGRAMA BUSCA ATIVA ESCOLAR

Art. 57. A plataforma Busca Ativa Escolar UNICEF foi institucionalizada pela Portaria Nº355/2025 do Gabinete do Prefeito, o qual é responsável por gerir todos os casos de crianças e adolescentes fora da escola, providenciando os encaminhamentos para os serviços públicos adequados, sendo responsável também pela rematrícula e pelo acompanhamento, durante o ano letivo, dos estudantes dentro da escola.

Art. 58. A intitucionalização do Busca Ativa Escolar, através do Plano de Ação ou Plano de Trabalho Municipal, contempla ações específicas para populações vulneráveis. É papel da escola, através da equipe gestora, docentes e corpo técnico, a realização sistemática de ações de campo, visitas domiciliares, contatos telefônicos, reuniões com familiares e campanhas de sensibilização(com registro e evidências), a fim de proporcionar a permanência do estudante na escola.

Art. 59. A escola será responsável por identificar de forma proativa, através do sistema eletrônico, crianças e adolescentes fora da escola e executar as ações previstas da Busca Ativa Escolar.

Art. 60. A gestão Escolar será responsável pelos procedimentos e ações no tocante a acionar o Conselho Tutelar nos casos de reinteração de faltas injustificadas acima de 30%, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Decreto Estadual Nº 56372/2024.

Art. 61. No ato da matrícula será exigida apresentação de documento formal, declaração ou histórico, para efetivar a transferência de aluno para outra Unidade Escolar, a fim de evitar evasões não registradas e a execução das ações do Busca Ativa Escolar.

Art. 62. As Unidades Escolares deverão elaborar relatórios de frequência semanal para identificar rapidamente os estudantes com frequência irregular e intervir de forma preventiva.

Art. 63. No Sistema Municipal de Ensino, será garantida a matrícula de estudantes em qualquer período do ano letivo, levando em consideração a existência de vagas ou a necessidade excepcional da criação de vagas adicionais ou procedimentos para a realização de matrículas fora do período regular.

Art. 64. Cabe a Secretaria Municipal de Educação orientar formalmente as Unidades Escolares na realização da matrícula de um estudante identificado(como fora da escola), mesmo na ausência temporária de documentação completa e apoiar a escola na obtenção dos documentos.

Art. 65. A Secretaria Municipal de Educação será responsável por definir e orientar as escolas no desenvolvimento de processos

pedagógicos para acolher os estudantes que ingressam tardiamente nas escolas(avaliação diagnóstica, plano de estudo individualizado, atividade de reforço escolar, reclassificação dos estudates).

Parágrafo Único. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação dar ciência dos casos de acompanhamento, evasão e rematricula dos estudantes acompanhados pela plataforma Busca Ativa Escolar ao Comitê do Busca Ativa Escolar.

ORIENTAÇÕES PARA OFERTA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR

Art. 66. As escolas que compõe o sistema Municipal de Ensino do município de Triunfo/PE, serão regidas pelo Decreto Nº 11821/2023 de 12 de dezembro de 2023 da Presidência da República que dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

Art. 67. A Secretaria Municipal de Educação tem a responsabilidade de divulgar e acompanhar a observância do disposto no Decreto Nº 11821/2023.

Art. 68. As Unidades Escolares terão por objetivo, proteger os estudantes contra a exposição, no ambiente escolar, de alimentos ultraprocessados, preparações e bebidas com altos teores de calorias, gordura saturada, gordura trans, açúcar adicionado e sódio ou com adição de edulcorantes e outros alimentos em desconformidade com o disposto no **Guia Alimentar para a População Brasileira** e no **Guia Alimentar para Crianças** Brasileiras menores de 02 anos de idade do Ministério da Saúde.

Parágrafo Único. As escolas serão responsáveis por desenvolver ações destinadas à comunidade escolar sobre a importância da alimentação adequada e saudável e em orientações sobre lanches levados para a escola.

Art. 69.A Secretaria Municipal de Educação será responsável por disponibilizar, no mínimo, uma opção de alimento ou preparação adequada aos estudantes com necessidades especiais, como pessoas com diabetes, doença celíaca, intolerância a lactose, alergias alimentares ou outras intolerâncias alimentares, cuja composição esteja em conformidade com o dispositivo do Descreto Federal.

Art.70.Não será permitida a comercialização de lanches ou produtos industrializados no ambiente escolar que venham contrariar as determinações do Decreto Federal.

Art.71. No ato da matrícula os pais ou responsáveis deverão ser orientados pela escola com relação as determinações do decreto Nº 11821/2023 com relação ao consumo de alimentos saudáveis e adequados no ambiente escolar, da oferta contínua da merenda escolar, desestimulando assim o envio de outros tipos de alimentos como proposição de lanche adicional.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72. A solicitação de transferência de estudante entre Instituições de Ensino Municipais é feita através de formulário expedido pela Instituição de Ensino, sob a coordenação da SME, e será deferida proporcionalmente à disponibilidade de vagas.

Art. 73. Os (as) estudantes que tiverem irmão/irmãs e morarem em uma mesma residência, deverão ter assegurada matrícula, preferencialmente, numa mesma Instituição de Ensino.

Art. 74. Ocorrendo a necessidade de comprovação de endereço do (a) estudante, as informações prestadas por ocasião de cadastro poderão ser verificadas pela Secretaria Municipal de Educação, a qualquer tempo.

Art. 75. Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão submetidos à apreciação da Comissão de Matrícula e da Secretaria Municipal de Educação ouvido o Conselho Municipal de Educação.

Art. 76. Anexo a esta Instrução Normativa, o Termo de Autorização do Uso de Imagem; o Termo de Compromisso e as Fichas de Saúde do Estudante, a serem preenchidos e assinados no ato da matrícula pelo responsável legal do estudante. As quais serão anexadas no prontuário do estudante.

Art. 77. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Triunfo/PE, 04 de novembro de 2025.

MIRIAM PEREIRA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação

IVANILDA VIANA SANTOS DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:639B65F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA – SME/CME- Nº 03/2025

Estabelece normas e diretrizes para a elaboração do Calendário Escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino, ano 2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação Municipal vigente, com base na Lei Federal nº 9.394/96,

CONSIDERANDO o princípio da gestão democrática e participativa e a progressiva autonomia das Escolas;

CONSIDERANDO o direito de todos os estudantes à educação com qualidade social com garantia de cumprimento da carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais;

CONSIDERANDO a garantia de formação continuada aos professores;

CONSIDERANDO que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do Sistema Municipal de Educação, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto no § 2º do Art. 23 da LDB;

CONSIDERANDO a observância da garantia dos 15 (quinze) dias de recesso escolar no ano letivo e as férias regulamentares;

CONSIDERANDO a fidedignidade e celeridade das informações fornecidas pelas escolas no cumprimento dos prazos bimestrais e anuais; e

CONSIDERANDO o respeito à diversidade social e cultural dos povos do campo, indígenas e quilombolas, em suas organizações próprias.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas e diretrizes para a elaboração do Calendário Escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Triunfo, para o ano de 2026.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação deverá articular-se junto à rede municipal de ensino a ela jurisdicionada para adequação do calendário escolar, observando as respectivas peculiaridades locais, sem com isso reduzir o número de horas letivas, garantindo início e término do ano letivo, conforme datas estabelecidas no Art. 5º desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Após adequação do calendário escolar e homologação pelo Conselho Municipal de Educação, este deverá ser inserido no Sistema de Informações da Educação de Triunfo – SIET, pela escola, viabilizando o preenchimento do quadro de horário.

Art. 3º Os gestores das Escolas deverão organizar os turnos e as turmas, observando as normas estabelecidas na Instrução Normativa Conjunta de Matrícula SME/CME nº 02/2020, na Instrução Normativa SME nº 06/2019 de Avaliação e na Lei Municipal nº 1098/2007 (Estatuto do Magistério).

Art. 4° Os gestores das Escolas em seu Plano de Ação para o ano de 2026, deverão:

I - assegurar ampla divulgação do Calendário Escolar 2026 junto à comunidade escolar e afixá-lo em quadro de aviso de fácil visibilidade nas escolas, conforme documento anexo a esta Instrução Normativa;
II - orientar, acompanhar e assegurar o preenchimento adequado dos Diários de Classe eletrônicos
III - assegurar o preenchimento da ficha individual do (a) estudante;
IV - garantir o cumprimento dos prazos bimestrais e a elaboração das atas de encerramento do ano letivo até 30 de dezembro de 2026, considerando a inserção dos dados no SIET;
V - assegurar os meios para obter e inserir dados com presteza e fidedignidade a fim de que seja garantida a celeridade na elaboração de informações a partir do SIET;
VI - cumprir os prazos e cronogramas do SIET definidos pela Secretaria de Educação de Triunfo; e
VII - organizar o quadro de horário dos professores, contendo:
a) a previsão da necessidade decorrente da demanda existente e das vagas disponibilizadas;
b) a relação nominal e matrícula do professor, adequando a habilitação do mesmo à área de conhecimento; e
c) a carga horária em regência e aula-atividade.

Art. 5° Deverão ser respeitados no Calendário Escolar, nos moldes do Anexo I desta Instrução Normativa, os seguintes eventos e períodos, descritos abaixo:

I - Início das atividades escolares - 02/02/2026; Planejamento e organização escolar , Revisão do PPP; 1ª Formação continuada na Escola (Formação em Rede): 03/02/2026; Início do ano letivo/acolhida 04/02/2026;
II - 1º Encontro Família/Escola, 25/02/2026, ou de acordo com o planejamento da escola;
III - Período de Recuperação Paralela, 13 a 17/04/2026;
IV - Plantão Pedagógico, 11/05/2026;
V - 2ª Formação continuada/planejamento (2ª unidade letiva) 30/04/2026;
VI - Recuperação Paralela de 29/06 a 03/07/2026;
VII - Encerramento do 1º Semestre Letivo, 08/07/2026;
VIII - Recesso escolar, 16/07/2026 a 30/07/2026;
IX - Início do 2º Semestre, 09/07/2026;
X - Plantão Pedagógico 15/07/2026;
XI - 3ª formação continuada/planejamento 31/07/2026;
XII - 2º Encontro Família/Escola, 06 de agosto de 2026, ou conforme o planejamento da escola;
XIII - 4ª Formação continuada/planejamento, 30/09/2026;
XIV - Recuperação Paralela 25,28 e 29/09 a 01/10/2026;
XV - Plantão Pedagógico 30/10/2026;
XVI - Recuperação Paralela de 14 a 18/12/2026;
XVII - Plantão Pedagógico 23/12/2026;
XVIII - Encerramento do 2º Semestre Letivo, 23/12/2026;
XIX - Novas oportunidades de aprendizagens e recuperação final, 28, 29 e 30/12/2026;
XX - Organização escolar e fechamento do diário de classe, 30/12/2026;
XXI - Término das atividades escolares/autoavaliação, 31/12/2026;
XXII - Períodos correspondentes aos bimestres letivos:
a) 1ª Unidade de didática: 04/02/2026 a 23/04/2026;
b) 2ª Unidade de didática: 24/04/2026 a 08/07/2026;
c) 3ª Unidade de didática: 09/07/2026 a 06/10/2026;
d) 4ª Unidade de didática: 07/10/2026 a 23/12/2026.

XXIII - Feriados nacionais e regionais:
a) 16 a 18/02(Carnaval);
b) 06/03 (Data Magna de Pernambuco);
c) 02 e 03/04 (Semana Santa);
d) 21/04 (Tiradentes);
e) 01/05 (Dia do Trabalhador);
f) 04/06 (Corpus Christi);
g) 13/06 (Emancipação do Município);
h) 24/06 (São João);
i) 07/09 (Independência do Brasil);
j) 15/09 (Nossa Senhora das Dores – Padroeira de Triunfo)
k) 12/10 (Padroeira do Brasil);
l) 15/10 (Dia do Professor);
m) 28/10 (Dia do Funcionário Público);
n) 02/11 (Finados)
o) 20/11(Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra);
p) 24 e 25/12 (Natal).

§1º Fica em destaque no Calendário Escolar a semana dedicada a realização da Semana Nacional de Valorização de Mulheres que fizeram história, e em cada bimenstre letivo a Semana de Recuperação Paralela.em destaque, os dias dedicados a realização do Encontro Família e Escola e o Plantão Pedagógico, a estes sendo permitido a alteração, podendo ser flexibilizado de acordo com a necessidade de cada escola.

§2º A Secretaria Municipal de Educação encaminhará as Unidades Escolares,Instrução Normativa referente ao desenvolvimento dos projetos didático-pedagógicos que deverão ser trabalhados na escola, durante todo o ano letivo.

Art. 6º Na organização do Calendário Escolar 2026, a Secretaria Municipal de Educação deverá observar o computo do Quadro de distribuição dia letivo x semana letivo x mês, num total de 40 segundas-feiras, 41 terças-feiras, 41 quartas-feiras, 39 quintas-feiras e 39 sextas-feiras, na composição total dos 201 dias letivos.

Parágrafo único: Para que a contagem das horas/aulas do professor do 6º ao 9º não seja prejudicada, deverá ser observado no Calendário Escolar 2025 a troca dos dias excedentes por outros onde não houve o atendimento dos 40 dias letivos anuais.

I - Quinta- feira: 39 dias, nos quais haverá a troca do dia letivo para equivalência dos 40 dias anuais, na seguinte data: 29/04/2026(quarta-feira).
II - Sexta-feira: 39 dias, nos quais haverá a troca do dia letivo para equivalência dos 40 dias anuais, na seguinte data: 23/11/2026 (segunda-feira) .

Art. 7º É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, providenciar o adequado provimento de professores de acordo com a necessidade de cada Escola.

Art. 8º Compete à equipe gestora da escola, juntamente com a coordenação pedagógica e professores, a elaboração do planejamento escolar bimestral das horas-aula atividade destinado à formação continuada, devendo o mesmo ser enviado à Secretaria Municipal de Educação, as quais deverão ser definidas no quadro de horários de cada professor por área de conhecimento dentro do seu horário ou no contraturno.

Parágrafo único: A Equipe Gestora deverá encaminhar até o dia 30 de janeiro de 2026 a distribuição da carga horária por área de conhecimento e o Quadro de Horário respectivo de cada professor, contendo horas/aulas letivas e horas/aulas atividade.

Art. 9º São considerados dias de efetivo trabalho escolar aqueles em que forem desenvolvidas atividades regulares, de cunho pedagógico, sob a orientação docente, programadas pela escola e incluídas no Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, em observância à Legislação Municipal vigente.

Art. 10 As atividades de que trata o artigo anterior poderão ser realizadas em sala de aula e/ou em outros locais adequados à

efetivação do processo de ensino e de aprendizagem, desde que sejam realizadas com o controle de frequência dos estudantes e com a presença do professor.

Art. 11 O Calendário Escolar do ano 2026 definido pela Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e validado pela Comunidade Escolar só poderá ser alterado no decorrer do ano letivo vigente, após autorização da Secretaria Municipal de Educação ouvido o Conselho Municipal de Educação.

Art. 12 As escolas que atendem às populações do campo levarão em conta o disposto no art. 28 da Lei Federal nº 9394/1996 e a Resolução CME nº 03/2019 no tocante a promoção das adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, respeitando as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Art. 13 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Conselho Municipal de Educação.

Art. 14 Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Triunfo/PE, 15 de dezembro de 2025.

MIRIAM PEREIRA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação Triunfo/PE

IVANILDA VIANA SANTOS DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal de EducaçãoTriunfo/PE

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:CBF950AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SME/CME Nº 01/2025

Reorganiza a Proposta de Formação Continuada do Sistema Municipal de Ensino do Município de Triunfo e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Município de Triunfo/PE, no uso das atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: os resultados das avaliações internas e externas;
CONSIDERANDO: a necessidade de organizar os processos de recuperação e fortalecimento das aprendizagens;

CONSIDERANDO: a garantia dos direitos de aprendizagem de todos os estudantes e a consolidação de aprendizagens, sobretudo, a alfabetização e a leitura e escrita em todas as áreas;

CONSIDERANDO: a perspectiva dos ciclos de aprendizagem como fator favorável à organização pedagógica, respeitando os distintos tempos e sujeitos das aprendizagens;

CONSIDERANDO: a necessidade de fortalecer os processos formativos realizados pela SME;

CONSIDERANDO: necessidade de fortalecer processos formativos na perspectiva Rede formando Rede;

CONSIDERANDO: as orientações pedagógicas que norteiam a organização e planejamento do trabalho educacional do Ciclo de Alfabetização e atribui competências aos Professores, Equipes Gestoras, Diretorias Regionais de Educação e Coordenadorias Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO: os princípios orientadores que fundamentam as concepções de alfabetização inicial do Currículo e as implicações didáticas de tais concepções, explicitadas nas Orientações Didáticas do Currículo, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes de se alfabetizarem na idade certa, por meio do acesso pleno aos conteúdos e às experiências de aprendizagem consideradas fundamentais para seu desenvolvimento;

CONSIDERANDO: o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, que estabelece a meta para todos os entes federados para que todos os estudantes estejam alfabetizados ao final do segundo ano, estabelecendo o padrão nacional de desempenho da criança alfabetizada em 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e do SAEPE – Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco;

RESOLVE:

Art. 1º Reorganizar a proposta de Formação Continuada nas Unidades Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino, visando assegurar o direito de aprendizagem dos estudantes, observadas as especificidades de tempos, espaços e materiais didáticos.

Parágrafo único. As ações no Ensino Fundamental serão organizadas e desenvolvidas de acordo com os ciclos de aprendizagem e desenvolvimento.

Art. 2º No **Ensino Fundamental**tem por**objetivo**:

I - Assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - Empreender ações para a concretização dos objetivos previstos no Currículo da Cidade para os 3 (três) ciclos do Ensino Fundamental;
III - investir na consolidação do trabalho em ciclos, garantindo o desenvolvimento de todos os estudantes, orientados pela concepção de Educação Integral, respeitadas as especificidades de cada sujeito;
IV - Utilizar os indicadores de acompanhamento das aprendizagens nos ciclos, como orientador para as ações de monitoramento e acompanhamento;
V - Subsidiar professores e estudantes oferecendo materiais pedagógicos específicos para cada ciclo;
VI - Proporcionar formação continuada aos professores da Rede Municipal de Ensino com foco nas questões didáticas e metodológicas de acordo com o Currículo da Cidade, planejada e articulada para cada ciclo.

Art. 3ºO Ensino Fundamental tem como**estratégias**:

I - Formação continuada;
II - Materiais didáticos;
III - Fortalecimento das Aprendizagens;
IV - Ações de Acompanhamento.

Art. 4ºSão**diretrizesda formação continuada dos profissionais do magistério público:**

I - O fortalecimento das ações de formação continuada em serviço, em que atuarão, como professores-formadores, os profissionais em exercício nas Unidades Educacionais;
II - O fortalecimento da formação continuada em serviço que acontece na escola em horários coletivos de estudo;
III - a consolidação das concepções do Currículo do Município e de seus princípios orientadores, que estabelecem a organização curricular do Ensino Fundamental;
IV - O aprimoramento dos saberes relativos às propostas didáticas e metodológicas presentes nos materiais orientadores, em cada ciclo de aprendizagem;
V - A reflexão sistemática sobre aspectos relacionados ao fortalecimento das aprendizagens nos diferentes ciclos de aprendizagem, em consonância com o Currículo, a fim de assegurar ações interdisciplinares que favoreçam a retomada dos objetos de conhecimento, assegurando aprendizagens efetivas aos estudantes;
VI - A reflexão sobre a prática como base para o planejamento dos processos formativos;
VII - a articulação da Equipe Gestora com o grupo docente em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP), considerando as especificidades de cada ciclo de aprendizagem;

VIII - a importância do trabalho articulado da equipe gestora a fim de potencializar as políticas públicas do município.

Art. 5ºA**formação continuada**dar-se-á nos termos desta instrução normativa, considerando as especificidades das funções dos profissionais, por meio das ações:

I - Formação específica para os professores alfabetizadores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental em suas modalidades (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola, EJA Fundamental) regentes do **Ciclo de Alfabetização**;
II - Formação específica para os professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental em suas modalidades (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola, EJA Fundamental) designados nas funções de: Profissional de Apoio Escolar e Professor de Atendimento Educacional Especializado;
III - formação para os professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental em suas modalidades (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola, EJA Fundamental), em todos os componentes curriculares com foco nas especificidades de ensino e aprendizagem para **fortalecer o processo de recomposição das aprendizagens**;
IV - Formação ara os professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental em suas modalidades (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola, EJA Fundamental) que articule as áreas do conhecimento **para fortalecimento da interdisciplinaridade**.
V - Formação mensal para os **Coordenadores Pedagógicos** (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola, EJA Fundamental);
VI – Formação mensal para os Gestores **escolares.**

Art. 6º Utilização de **material didático e de orientações** didáticas, impressos ou digitais, produzidos pela RME, articulados ao Currículo do Município, para potencializar os processos de ensino e aprendizagem, como:

I - Acervo literário;
II - Sequências Didáticas, Projetos e jogos educativos disponíveis na Plataforma do Currículo Digital.

Art. 7º As ações para **o fortalecimento das aprendizagens** se organizam em:

I - Recuperação Contínua;
II - Recuperação Paralela.

Art. 8ºA**Recuperação Contínua**será realizada pelos docentes das classes/turmas em todos os componentes curriculares/áreas, no horário regular dos estudantes em atividades presenciais, com uso de estratégias diversificadas que os levem a superar suas dificuldades, e considerando:

I - Diagnóstico da turma realizado periodicamente por meio das Sondagens, Avaliações Bimestrais e outros instrumentos próprios da Unidade Educacional;
II - Planejamento sempre direcionado pelos resultados dos estudantes nas avaliações e considerando os seus percursos singulares de aprendizagem;
III - registros sistematizados da progressão das aprendizagens dos estudantes;
IV - Replanejamento contínuo para atendimento das necessidades de aprendizagem apresentadas nos diagnósticos realizados periodicamente, utilizando metodologias diversificadas, com vistas a ampliar as oportunidades da aprendizagem dos objetos de conhecimento previstos em determinado período do ano letivo;
V - Trabalho colaborativo entre professores da sala regular e o Professor do AEE (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola, EJA Fundamental).

Art. 9ºA**Recuperação Paralela**será realizada por meio de ações específicas destinadas aos estudantes que apresentam dificuldades no alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos para cada ano e/ou ciclos no Currículo do Município e que correspondam a(o):

I - Diagnóstico por professor da sala regular e Conselho de Classe, realizado periodicamente, para encaminhamento à turma de recuperação, considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes e os registros do instrumento "Mapeamento dos Estudantes";
II - Acolhimento dos estudantes de forma integral, considerando suas cronologias de aprendizagem e histórias de vida;
III - levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes, consideração e compartilhamento das estratégias pessoais dos estudantes, com vistas à consolidação das aprendizagens, tendo os estudantes como sujeitos centrais em todo o processo;
IV - Atendimento por meio de intervenções didáticas planejadas e diversificadas às da sala regular, direcionado pelos resultados dos estudantes nas avaliações e considerando os seus percursos singulares de aprendizagem;
V - Acompanhamento periódico da progressão das aprendizagens e frequência dos estudantes com registros sistematizados, para manutenção ou não, do atendimento durante o ano letivo;
VI - Organização da Unidade Educacional, em seus diversos recursos, tempos, espaços e materiais didáticos, a fim de garantir o acesso e permanência dos estudantes atendidos.

Art. 10. As Unidades Educacionais, de acordo com as necessidades de aprendizagem apontadas pelas avaliações dos estudantes, realizarão**ações para o fortalecimento das aprendizagens por meio do atendimento**:

I - Pelo professor regente, por meio de ações de recuperação contínua;
II - Por Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, no contraturno do estudante do 1º e 2º anos do Ciclo de Alfabetização (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola);
III- Por Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, no contraturno do estudante do 3º,4º e 5º anos do Ciclo de Alfabetização (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola);
IV - Por Professores de Ensino Fundamental II das áreas de Língua Portuguesa e/ou Matemática do Ciclo Interdisciplinar, em projetos e Programa, no contraturno dos estudantes.
V - Por Professores de Ensino Fundamental II das áreas de Matemática, Geografia, História, Língua Portuguesa e Ciências Naturais, em Projeto de Fortalecimento do Ciclo, no contraturno dos estudantes.

Art. 11. O acompanhamento das aprendizagens deve ser configurado em**ação intencional e permanente que prevê planejamento, intervenção e registro qualificado**com o objetivo de**problematizar e sistematizar os avanços das aprendizagens, dificuldades superadas e o que permanece como desafio**e deve ocorrer por meio de:

I - Análise da distorção idade/série;
II - Análise dos dados de aprendizagem dos estudantes, considerando as avaliações externas e internas;
III - análise dos dados individuais dos estudantes, considerando suas necessidades de forma integral, suas cronologias de aprendizagem e histórias de vida;
IV - Análise, nas reuniões do Conselho de Classe, das avaliações dos estudantes;
V - Itinerâncias e visitas pelas equipes de supervisão escolar;
VI - Outras ações de acordo com os territórios e PPP das Unidades Educacionais (Educação Especial, Educação do Campo e Quilombola).

Art. 12. Constituem-se**instrumentos oficiais para o registro do Acompanhamento das Aprendizagens**, que devem ser**atualizados bimestralmente**:

I - Sistema de Gestão Pedagógica - para registro do cotidiano escolar e acompanhamento de frequência, planejamento docente, processos de recuperação paralela e continuada, processos de avaliação interna e histórico escolar;
II - Plataforma- para organização das informações do desempenho de estudantes nas avaliações externas da Rede Municipal de Educação;

III - plataforma de Sondagem - para registros internos dos dados de avaliações diagnósticas a partir do documento "Orientador de Sondagens do Ciclo de Alfabetização";
IV - Registro do instrumento "Mapeamento dos Estudantes", organizado pela Unidade Educacional, com relação nominal dos estudantes não alfabetizados e/ou estão no nível de proficiência abaixo do básico nos resultados da Prova do SAEPE;
V - Documento pedagógico "Indicadores de Acompanhamento por Ciclo de Aprendizagem";
VI - Livros oficiais da Unidade Educacional.

Art. 13. As Unidades Educacionais devem manter atualizado o instrumento**"Mapeamento dos Estudantes"**que foram retidos por aproveitamento de estudos, que se encontram não alfabetizados e/ou estão no nível de proficiência abaixo do básico nos resultados da Prova SAEPE, a fim de organizar os planejamentos que compõem o PPP.

Art. 14. Para o**acompanhamento das Aprendizagens dos Ciclos**, a Unidade Educacional deverá utilizar os dados dos instrumentos internos de avaliação, das Sondagens de Língua Portuguesa e Matemática no Ciclo de Alfabetização, das avaliações externas, dos registros do Conselho de Classe e dos Indicadores de Acompanhamento dos Ciclos visando o replanejamento das ações voltadas às aprendizagens dos estudantes articuladas a outras estratégias pedagógicas.

Art. 15. O**acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem**deve ser realizado pela equipe escolar de forma sistemática e periódica, a fim de acompanhar a progressão das aprendizagens dos estudantes ao longo do ano letivo.

Art. 16. A **Educação Infantil, ao Ciclo de Alfabetização, a Escola do Campo e Quilombola, as Modalidades de EJA e de Educação Especial serão ofertadas FORMAÇÃO ESPECÍFICA,** aos Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I regentes de turmas/classes do Ciclo de Alfabetização, com foco nas concepções e orientações didáticas presentes no Currículo da Cidade para este ciclo, considerando os pressupostos indicados nos termos pactuados em Programas Estaduais e Nacionais.

§1º A formação mencionada no "caput" será realizada em percurso anual entre os meses de março e dezembro, dez encontros, sendo 1(um) encontro presencial por mês, com carga horária de 8h/a;
§2º As pautas para professores regentes dos 1º e 2º anos tratarão das concepções e propostas didáticas para a alfabetização inicial em Língua Portuguesa e Matemática;
§3º As pautas para professores regentes dos 3º, 4º e 5º anos tratarão de concepções e propostas didáticas para a recomposição e consolidação dos processos de alfabetização.

Art. 17. A**participação dos Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I regentes de turmas/classes do Ciclo de Alfabetização** nos encontros de formação que dar-se-á:

I - Fora do horário de trabalho do docente, mediante o pagamento da Jornada Especial (horas aula atividades semanais), observando os limites estabelecidos na legislação vigente; ou
II - Utilizando parte das horas do horário coletivo da Jornada Especial Integral de Formação (horas aula atividades semanais), de acordo com a organização prevista no PPP da Unidade Educacional.

Parágrafo único. Caberá à Gerência Pedagógica da SME emitir, mensalmente, comprovante de participação do professor.

Art. 18. A**formação dos professores do Ciclo de Alfabetização**dar-se-á no contexto Rede formando Rede e será ministrada por professores indicados pela SME e Gerência Pedagógica.

§1º Os professores-formadores serão remunerados a título de bolsas pactuadas pelos programas de formação e ou gratificados, nos termos e limites previstos do Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 19. Ao**Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I regente de turma/classe do Ciclo de Alfabetização**, além da formação, será ofertada formação com dispensa das horas de trabalho, com foco na reflexão sobre a prática embasada no Currículo.

§1º Caberá à**Coordenação Pedagógica**prever no plano formativo momentos para a reflexão partilhada a partir das pautas vivenciadas pelos professores nos encontros da formação.
§2º As**ações de Fortalecimento das Aprendizagens/ Recuperação Paralela, para os 3º aos 5º anos do Ciclo de Alfabetização**, também podem ser desenvolvidas nos termos de Programas Municipais e fruto de ações pactuadas, por Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, preferencialmente no contraturno direto do estudante ou em horários articulados com outros projetos da escola evitando novo deslocamento do estudante.

Art. 20. Para contribuir nas ações de acompanhamento, o documento pedagógico**"Indicador de Acompanhamento dos Ciclos - Alfabetização"**, apresenta indicadores dos processos de ensino e aprendizagem desse ciclo, entre eles, a evolução das hipóteses de escrita das crianças, o aprendizado da leitura, da alfabetização matemática e científica, a organização do ambiente alfabetizador e planejamento da rotina, os usos dos materiais ofertados em consonância com a concepção do Currículo, as condições didáticas articuladas com as necessidades de aprendizagem, considerando as especificidades da fase

Art. 21. Ao**Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, regente de turma/classe de 4º ou 5º anos do Ciclo Interdisciplinar**, será ofertada formação com dispensa das horas de trabalho com foco na reflexão sobre a prática embasada no Currículo.

Parágrafo Único - Caberá à**Coordenação Pedagógica**prever no plano formativo momentos para a reflexão compartilhada a partir das pautas vivenciadas pelos professores nos encontros da formação.

Art. 22. A**formação destinada ao Professor de Ensino Fundamental II, regente de turmas do 6º aos 9º anos e EJA Fundamental, anos do Ciclo Interdisciplinar**dar-se-á em conformidade com as especificidades dos componentes curriculares.

Art. 23. As**ações de Fortalecimento das Aprendizagens para o Ciclo Interdisciplinar**devem ampliar as oportunidades de aprendizagem, realizadas de forma articulada com o trabalho desenvolvido em sala de aula, utilizando metodologias diversificadas que favoreçam a integração entre os componentes curriculares/áreas.

Art. 24. Para contribuir nas Ações de Acompanhamento, o documento**Indicador de Acompanhamento do Ciclo Interdisciplinar**apresenta indicadores dos processos de ensino e aprendizagem inerentes desse ciclo, dentre eles a conexão dos conhecimentos das áreas em uma perspectiva interdisciplinar por meio de processos investigativos, a consolidação da compreensão leitora, da produção escrita e resolução de problemas em todas as áreas, os usos dos materiais ofertados em consonância com a concepção do Currículo da Cidade, as condições didáticas articuladas com as necessidades de aprendizagem, considerando as especificidades da fase.

Art. 25. Para a**realização das ações indicadas Indicador de Acompanhamento do Ciclo Interdisciplinar**, caberá aos**Professores**em exercício nas Unidades Educacionais:

I - Participar do estudo, análise e elaboração das propostas para os percursos de aprendizagem dos estudantes, conjuntamente com a equipe gestora, considerando os resultados das avaliações internas e externas, registros sobre o processo de ensino e aprendizagem e observações e registros do Conselho de Classe;
II - Considerar os percursos pessoais dos estudantes e seus conhecimentos prévios como premissa para a elaboração dos planejamentos das aulas e ações de recuperação contínua, oportunizando estratégias diversificadas para a garantia dos direitos de aprendizagem de todos;

III - Acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes, prevendo instrumentos de avaliação e registros para cada uma das etapas da recuperação de aprendizagens, além da realização da intervenção pedagógica necessária, em conjunto com o Coordenador Pedagógico e com o coletivo de professores da Unidade;
IV - Utilizar todos os recursos e materiais disponibilizados pela SME, em seu planejamento e rotina, garantindo boas situações de interação do estudante com esses materiais;
V - Participar da elaboração e atualização do mapeamento das necessidades de aprendizagem dos estudantes com base nos registros realizados em sua atuação;
VI - Participar com frequência das atividades de formação continuada promovidas pelos órgãos regionais e central da Rede, com vistas ao constante aprimoramento da ação educativa.

Art. 26. Para a realização das ações indicadas **Indicador de Acompanhamento do Ciclo Interdisciplinar**, caberá aos**Coordenadores Pedagógicos**em exercício nas Unidades Educacionais:

I - Favorecer a implementação das diretrizes e Programas de Recomposição das Aprendizagens, no Ensino Fundamental;
II - Elaborar, em conjunto com os Professores, o levantamento das necessidades de aprendizagem dos estudantes a fim de organizar os processos de atendimento nas ações de recuperação contínua e paralela bem como acompanhar as ações indicadas, por meio do instrumento "Mapeamento dos Estudantes";
III - promover e acompanhar a utilização dos recursos e materiais oferecidos pela SME;
IV - Organizar momentos de estudo sobre o uso de **Experiências Pedagógicas Exitosas** e seu potencial didático para a construção de aprendizagens pelos estudantes em interação com tais recursos, em consonância com as concepções do Currículo;
V - Realizar acompanhamento sistemático da progressão das aprendizagens de cada turma/ estudante por meio de registros qualificados da Unidade e, com vistas a orientar os encaminhamentos necessários;
VI - Proceder o preenchimento, juntamente com a direção escolar, do Atestado de Mérito em Docência para o Ciclo de Alfabetização, Programa Pactuados no Ensino Fundamental.
VII - Organizar o plano formativo da Unidade Educacional garantindo espaço para o compartilhamento das reflexões, dos professores que participarem da formação.
VIII - Acompanhar os processos de ensino e ações docentes por meio do "Instrumentos de Acompanhamento dos Ciclos" com vistas a orientar os encaminhamentos necessários;
IX - Acompanhar os processos de ensino e aprendizagem, planejamentos e registros pedagógicos e demais ações de Fortalecimento das Aprendizagens.

Art. 27. Para a realização das ações indicadas **Indicador de Acompanhamento do Ciclo Interdisciplinar**, caberá aos**Diretores de Escola:**

I - Garantir a implementação das diretrizes **Indicador de Acompanhamento do Ciclo Interdisciplinar** no Ensino Fundamental;
II - Garantir a participação dos professores nas formações previstas neste Programa e nos Comunicados publicados pela SME que regulamentam as ações;
III - assegurar os recursos necessários para realização das ações elencadas a partir do mapeamento das necessidades de aprendizagem dos estudantes a fim de organizar e viabilizar os processos de atendimento de recuperação contínua e paralela;
IV - Acompanhar a utilização dos recursos e materiais oferecidos pela SME;
V - Realizar acompanhamento sistemático da progressão das aprendizagens de cada turma/ estudante por meio de registros qualificados da Unidade e, também, do documento Instrumento de Acompanhamento dos Ciclos com vistas a orientar e viabilizar os encaminhamentos necessários, por meio do instrumento "Mapeamento dos Estudantes";
VI - Analisar os Projetos de Fortalecimento das Aprendizagens de acordo com as necessidades da Unidade Educacional e encaminhar, para a SME;
X - Apoiar as ações pedagógicas no acompanhamento dos processos de ensino e ações docentes por meio do "Instrumentos de Acompanhamento dos Ciclos" com vistas a orientar os encaminhamentos necessários;
XI - apoiar as ações pedagógicas no acompanhamento os processos de ensino e aprendizagem, planejamentos e registros pedagógicos e demais ações de Fortalecimento das Aprendizagens.

Art. 28. Para a realização das ações indicadas **Indicador de Acompanhamento do Ciclo Interdisciplinar**, caberá a**Gerência Pedagógica**, assegurar os recursos necessários para a execução do Programa Aprender e Ensinar nas unidades educacionais, e em especial, a

a) orientar as Unidades Educacionais quanto às ações necessárias para a implementação do Programa Aprender e Ensinar no Ensino Fundamental;
b) acompanhar as Unidades Educacionais, inclusive por meio de itinerâncias, nas ações de fortalecimento das aprendizagens;
c) analisar, emitir parecer e encaminhar à Supervisão Escolar o Plano de Trabalho, para composição do PPP da Unidade;
d) realizar em parceria com a Supervisão Escolar a análise dos Projetos de Fortalecimento das Aprendizagens, quando necessário;
e) realizar a formação mensal e presencial de professores-formadores que farão a formação de professores alfabetizadores;
f) acompanhar a formação dos professores-formadores que farão a formação dos componentes curriculares de Educação Física, Arte e Língua Inglesa;
g) registrar o acompanhamento da frequência dos professores nas formações previstas que regulamentam as ações formativas;
h) realizar as formações organizadas pela SME;
i) compartilhar, com a Supervisão Escolar, a frequência dos educadores nos processos formativos ofertados.

Art. 29. Para a realização das ações indicadas **Indicador de Acompanhamento do Ciclo Interdisciplinar**, caberá a**Secretaria Municipal de Educação:**

a) subsidiar as Diretorias Regionais de Educação quanto às ações necessárias para a implementação do Programa Aprender e Ensinar no Ensino Fundamental;
b) organizar as ações formativas previstas neste Programa e proceder a publicação de Comunicados regulamentadores;
c) elaborar, por meio da Coordenadoria Pedagógica e em conjunto, os percursos e pautas formativas, materiais didáticos e orientadores pedagógicos para uso em todos os Ciclos e nas ações de fortalecimento das aprendizagens;
d) analisar e emitir parecer sobre a Proposta de Trabalho para providências de designação;
e) viabilizar os recursos necessários à efetivação dos planos de ação para a recuperação das aprendizagens;
f) formar as equipes para a realização dos processos formativos na perspectiva SME;
g) implementar os Indicadores de Acompanhamento dos Ciclos para subsidiar as ações de acompanhamento da progressão das aprendizagens dos estudantes com vistas a verificar as necessidades de criação de políticas públicas para a garantia dos direitos de aprendizagens de todos os estudantes do Ensino Fundamental.

Art. 30. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Triunfo, 30 de janeiro de 2025.

MIRIAM PEREIRA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Triunfo/PE

IVANILDA VIANA SANTOS DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Triunfo/PE

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:B7B21046

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA SME Nº 16/2025

Dispõe sobre o reconhecimento das práticas exitosas e alfabetizadoras desenvolvidas pelos (as) professores (as) no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Triunfo/PE, durante o ano letivo de 2025.

A Secretária Municipal de Educação, do Município de Triunfo/PE, no uso de suas atribuições legais: Considerando a importância de valorizar, reconhecer e divulgar as boas práticas desenvolvidas pelos (as) professores (as) das diversas etapas e modalidades de ensino da Rede Pública Municipal de Educação de Triunfo/PE; Considerando que a prática pedagógica exitosa é marcada pela reflexividade, criticidade, criatividade e dialogicidade, promovendo a aquisição de conhecimentos que vão além dos conteúdos curriculares; Considerando a contribuição dessas práticas para a aprendizagem significativa e para a socialização das diversas experiências exitosas que tomam forma no chão da sala de aula e reverberam no desenvolvimento educacional das nossas crianças e estudantes.

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer, através de certificação, as práticas exitosas e alfabetizadoras, planejadas e executadas pelos (as) professores (as) (contratados e/ou efetivos) em pleno exercício na rede pública municipal de ensino de Triunfo, no ano letivo de 2025.

Parágrafo único. A certificação terá caráter educacional e será a título de reconhecimento e valorização do trabalho pedagógico desenvolvido pelos (as) professores (as).

Art. 2º As Unidades de Ensino que compõe a Rede Pública Municipal, ficarão responsáveis por escolher junto aos (as) seus (suas) professores (as) as práticas que comprovadamente se destacaram no processo de ensino aprendizagem, considerando os direitos e objetivos de aprendizagem previstos no Currículo de Pernambuco, bem como os critérios pré-estabelecidos pela equipe técnica pedagógica da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 3º A equipe técnica pedagógica da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia será responsável por analisar as práticas enviadas pelas Unidades de Ensino e verificar se estas atendem aos critérios previstos, a saber:

I - componente curricular;
II - habilidades contempladas na didática docente;
III - objetivos;
IV - estratégias criativas e recursos didáticos utilizados;
V - cronograma de execução;
VI - resultados e evidências.

Art. 4º As práticas exitosas serão selecionadas de acordo com a sua etapa de ensino:

I - Professor(a) da educação Infantil – Creche e Pré-escola (urbano, campo e quilombola);
II - Professor(a) do Ensino Fundamental – 1º e 2º anos (alfabetização urbano, campo e quilombola);
III - Professor(a) do Ensino Fundamental – 3º ao 5º ano (urbano, campo e quilombola);
IV - Professor(a) do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano (urbano, campo e quilombola) ;
V - Professor(a) da Educação de Jovens e Adultos – 1º ao 4º Segmentos (urbano, campo e quilombola).

Art. 5º As práticas selecionadas pelas escolas após a conclusão dos projetos escolares, desenvolvidos ao longo do ano letivo, validadas pelas equipes escolares e técnica pedagógica da Secretaria de Educação, irão compor o rol das práticas exitosas, serão compartilhadas/apresentadas e premiadas através de certificação de reconhecimento.

Art. 6º A premiação acontecerá no Seminário de Práticas Exitosas que será o último evento do calendário escolar do ano de 2025 – Programa de Formação Continuada.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Triunfo, 18 de junho de 2025.

MIRIAM PEREIRA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Triunfo – PE

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:10C9024C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA SME Nº 17/2025

Dispõem sobre a aplicação das Avaliações Diagnósticas, de Recuperação e Avaliações Externas com foco no mapeamento da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Triunfo/PE, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade da coleta, sistematização e análise de informações significativas sobre a aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino;

- A utilização de instrumentos que subsidiem a análise dos resultados da aprendizagem;
- A necessidade de avaliar as habilidades adquiridas pelos alunos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular– BNCC (BRASIL, 2018);
- Artigo 13 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecem Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN), Art. 13 – IV;

RESOLVE:

Art. 1º A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o(a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito.

Art. 2º A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do (a) estudante em diferentes situações de aprendizagem.

Art. 3º As avaliações tem ainda como objetivo, identificar o nível de aprendizagem dos estudantes, mapear competências e habilidades desenvolvidas, subsidiar o planejamento pedagógico, promover as intervenções pedagógicas assertivas, diagnosticar desfasagens de aprendizagem, bem como criar estratégias de recuperação e nivelamento e acompanhar o desenvolvimento educacional municipal.

Art. 4º O Ciclo de alfabetização, ao fazer uso de mecanismo de avaliação, deve levar em consideração os princípios do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA:

I - A colaboração entre os entes federativos, observado o disposto no art. 211 da Constituição;

II - O fortalecimento das formas de cooperação previstas no inciso II do capitulo, art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
III - a garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;
IV - A promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
V - O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
VI- O respeito à liberdade, a promoção da tolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade;
VII - A valorização e o compromisso com a diversidade étnico-racial e regional;
VIII - O respeito à autonomia pedagógica do Professor e das Instituições de Ensino;
IX - A valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Da Análise de Resultados das Avaliações

Art. 5º - Os resultados das Avaliações Diagnósticas realizadas pela escola, das avaliações externas do CAED, SAEPE, SAEB, Fluência Leitora e CNCA serão disponibilizados para os gestores, equipes pedagógicas e professores.

I - A análise dos resultados e o desenvolvimento de ações pedagógicas serão realizadas para suprir as defasagens apresentadas pelos estudantes da rede.
II - As intervenções nas turmas que apontarem dificuldades no processo de ensino aprendizagem e a necessidade de apoio individualizado será disponibilizada para os alunos que demonstrarem um desempenho muito abaixo do esperado.

Art. 6º Caberá ao Gestor da Unidade Educacional adotar as providências necessárias para reunir a equipe docente da Unidade Escolar e proceder a análise e discussão dos resultados das avaliações aplicadas o êxito de cada aplicação, correção e análise dos resultados da Avaliação Diagnóstica, bem como, promover a ampla divulgação dos resultados obtidos pela Unidade Escolar das turmas avaliadas para as famílias e comunidade escolar.

Da Oferta de Apoio e Recomposição da Aprendizagem

Art. 7º Caberá a Secretaria da Educação juntamente com a Equipe Pedagógica implementar ações para estudo, análise e divulgação dos resultados das avaliações externas aplicadas nas turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais da seguinte forma:

I - Assessoramento com a equipe pedagógica de cada unidade escolar municipal;
II - Caixa de leitura e interpretação para os alunos do 1º e 2º ano;
III - Monitoramento do Cantinho da Leitura;
IV - Ações integradas ao Articulador Municipal RENALFA;
V - Formação continuada e capacitação de docentes;
VI - Avaliação e análise dos resultados de aprendizagem dos alunos segundo as orientações dos instrumentais do Programa CNCA;
VII - Apoio pedagógico para as turmas de alfabetização com defasagem, em contraturno ou em horários alternativos;
VIII - Elaboração de atividades diferenciadas conforme os níveis dos alunos.

Art. 8º Anexo a esta portaria, as escolas que participarão da implementação de estratégias focadas na discussão e apropriação dos resultados das avaliações CAED, SAEPE, SAEB, Fluência Leitora e CNCA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE CUMPRA-SE.

Triunfo/PE, 30 de janeiro de 2025.

MIRIAM PEREIRA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Triunfo – PE

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:3DC0ED7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA SME Nº 19/2025

Dispõem sobre a discussão e apropriação dos resultados das avaliações com gestores das Unidades Escolares e professores da Rede Municipal de Ensino.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Triunfo/PE, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade da coleta, sistematização e análise de informações significativas sobre a aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino;
- A utilização de instrumentos que subsidiem a análise dos resultados da aprendizagem;
- A necessidade de avaliar as habilidades adquiridas pelos alunos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular– BNCC (BRASIL, 2018).
- Artigo 13 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecem Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN), Art. 13 – IV;

RESOLVE:

Art. 1º A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o(a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito.

Art. 2º A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do (a) estudante em diferentes situações de aprendizagem.

Art. 3º As avaliações tem ainda como objetivo, identificar o nível de aprendizagem dos estudantes, mapear competências e habilidades desenvolvidas, subsidiar o planejamento pedagógico, promover as intervenções pedagógicas assertivas, diagnosticar desfasagens de aprendizagem, bem como criar estratégias de recuperação e nivelamento e acompanhar o desenvolvimento educacional municipal.

Art. 4º O Ciclo de alfabetização, ao fazer uso de mecanismo de avaliação, deve levar em consideração os princípios do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA:

I - A colaboração entre os entes federativos, observado o disposto no art. 211 da Constituição;
II - O fortalecimento das formas de cooperação previstas no inciso II do capitulo, art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
III - a garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;
IV - A promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
V - O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
VI - O respeito à liberdade, a promoção da tolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade;
VII - A valorização e o compromisso com a diversidade étnico-racial e regional;
VIII - O respeito à autonomia pedagógica do Professor e das Instituições de Ensino;
IX - A valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Da Análise de Resultados das Avaliações

Art. 5º Os resultados das Avaliações Diagnósticas realizadas pela escola, das avaliações externas do CAED, SAEPE, SAEB, Fluência

Leitora e CNCA serão disponibilizados para os gestores, equipes pedagógicas e professores.

I - A análise dos resultados e o desenvolvimento de ações pedagógicas serão realizadas para suprir as defasagens apresentadas pelos estudantes da rede.
II - As intervenções nas turmas que apontarem dificuldades no processo de ensino aprendizagem e a necessidade de apoio individualizado será disponibilizada para os alunos que demonstrarem um desempenho muito abaixo do esperado.

Art. 6º Caberá ao Gestor da Unidade Educacional adotar as providências necessárias para reunir a equipe docente da Unidade Escolar e proceder a análise e discussão dos resultados das avaliações aplicadas o êxito de cada aplicação, correção e análise dos resultados da Avaliação Diagnóstica, bem como, promover a ampla divulgação dos resultados obtidos pela Unidade Escolar das turmas avaliadas para as famílias e comunidade escolar.

Da Oferta de Apoio e Recomposição da Aprendizagem

Art. 7º Caberá a Secretaria da Educação juntamente com a Equipe Pedagógica implementar ações para estudo, análise e divulgação dos resultados das avaliações externas aplicadas nas turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais da seguinte forma:

I - Assessoramento com a equipe pedagógica de cada unidade escolar municipal;
II - Caixa de leitura e interpretação para os alunos do 1º e 2º ano;
III - Monitoramento do Cantinho da Leitura;
IV - Ações integradas ao Articulador Municipal RENALFA;
V - Formação continuada e capacitação de docentes;
VI - Avaliação e análise dos resultados de aprendizagem dos alunos segundo as orientações dos instrumentais do Programa CNCA;
VII - Apoio pedagógico para as turmas de alfabetização com defasagem, em contraturno ou em horários alternativos;
VIII - Elaboração de atividades diferenciadas conforme os níveis dos alunos.

Art. 8º Anexo a esta portaria, as escolas que participarão da implementação de estratégias focadas na discussão e apropriação dos resultados das avaliações CAED, SAEPE, SAEB, Fluência Leitora e CNCA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE CUMPRA-SE.

Triunfo/PE, 30 de janeiro de 2025.

MIRIAM PEREIRA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Triunfo – PE

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:F13B5126

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TUPARETAMA

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
ATO/PORTARIA N°419/2025, DE 29/12/2025.

ATO/PORTARIA n°419/2025, de 29/12/2025.

O Prefeito Constitucional do Município de Tuparetama, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **PENSÃO POR MORTE**, **a contar de 17 de dezembro de 2025**,à Sra. **ALZENALDA MARIA DA SILVA SOUZA**, beneficiária do ex-segurado **JACY VALENTIM DE SOUZA**, Vigilante/PE-I, aposentado, matrícula n°87-6, falecido em 17 de dezembro de 2025, nos termos do **art.40, § 7°, inciso I da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional n°41/2003, c/c arts. 8°, inciso I, 40, 41, inciso I e 42, inciso I, da Lei Municipal n°233/2005, de 27 de junho de 2005.**
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2025, sendo revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Tuparetama/PE, 29 de dezembro de 2025.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:D10C7082

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2025 – CONTRATO Nº 00065/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2025

Ementa: 1º Termo Aditivo que celebram a Prefeitura Municipal e a Empresa JOSE ELITON DOS ANJOS OLIVEIRA para Aquisição parcelada de Material de Construção e Material Elétrico, por período de 12 (doze) meses, visando atender diversas Secretarias Municipais de Tuparetama/PE.

Pelo presente instrumento de termo aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPARETAMA/PE, *já qualificado nos autos*, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, Sr. DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA, *já devidamente qualificado nos autos*, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa JOSE ELITON DOS ANJOS OLIVEIRA, *já qualificado nos autos*, na pessoa do representante legal que abaixo assina, doravante denominado CONTRATADO, *já qualificado nos autos*, decidiram as partes contratantes assinar o presente termo de aditivo, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este instrumento tem como fundamento o disposto na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente termo tem por objeto a alteração de Cláusulas dos Contratos acima numerados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:
Aditivo de 25% no VALOR de R$ 25.022,02 (vinte e cinco mil, vinte e dois reais e dois centavos), conforme dotações originárias.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Tuparetama/PE, 09 de dezembro de 2025.

DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito Municipal

JOSE ELITON DOS ANJOS OLIVEIRA
CNPJ nº 37.762.542/0001-01

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Iuri Roberto Pereira da Silva
Código Identificador:88D3809C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VENTUROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 0022/2025

O Município de Venturosa, Estado de Pernambuco, torna público que, nos termos do Parecer Jurídico e da Comissão de contratação , preenchidos os requisitos legais e observado que todas as fases pertinentes ao Processo Licitatório Nº 74/2025 foram alcançadas, Ratifica e Homologo a Inexigibilidade N° 022/2025 Fund. Legal: fundamento no inciso II do art. 74 do Estatuto Federal Licitatório, Lei 14.133/2021. Objeto: Contratação Da atração musical **LEONARDO SULLIVAN,** para realização de show no REVEILLON do município de Venturosa, que se realizará no dia 31 de DEZEMBRO de 2025.

Representante: Empresa **A.C.W SILVA PRODUÇÕES , CNPJ: CNPJ: 34.085.956/0001-55,** SITUADA NA AVENIDA FERNANDO SIMÕES BARBOSA,266, SALA 410,EDF WECON CENTER VI S-BOA VIAGEM-CEP.51.020.,390 Valor: R$ 30.000,00(Trinta mil reais), para que produza os efeitos legais pertinentes.

Venturosa, 23 de dezembro de 2025.

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:1E5DAB40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP N° 173/2025, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Venturosa, Estado de Pernambuco, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 80, inciso XXVIII da Lei Orgânica Municipal e disposições do Decreto Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Considerando a necessidade de declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel abaixo especificado;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Comissão Especial de avaliação composta por, **PALOMA VIANA DE OLIVEIRA**, **PAULO BARTOLOMEU DA SILVA FILHO** e **RINALDO ANTONIO DA SILVA**, objetivando avaliar e fixar o valor da indenização para fins de pagamento, devendo proceder aos trabalhos com isenção e imparcialidade para sob a presidência do primeiro, secretariado pelo segundo designado para:

§ 1º Avaliar uma parte de terra de um terreno rural de posse do Senhor SEVERINO LOPES DE ARAUJO, brasileiro, casado, agricultor residente no sitio Ouro Branco, zona rural do município de Venturosa, RG nº 4.403.263 SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 135.700.304-82, medindo 1.148,85 m2 (mil cento e quarenta e oito vírgula oitenta e cinco metros quadrados), parte de terra esta originária de uma posse de terras com área de 08 (oito) quadros e (cinquenta) braças, limitando-se, ao Norte, com terras de Francisco de Alfredo Melo, ao Poente, com terras dos herdeiros de Argemiro Bispo da Silva, ao Nascente, com terras de João Alves e ao Sul, com terras de Luiz de Oliveira Melo, contendo uma casa construída de tijolos e cobertura de telhas, contendo algumas benfeitorias. A parcela a ser desapropriada, cuja posse foi adquirida por certidão de herança do espólio de Aurelia de Oliveira Melo pelo Senhor SEVERINO LOPES DE ARAUJO foi registrada ás fls. 73 do Livro 3-C, sob nº 1.463 em 10/06/1974 do Cartório de Registro Geral de Imóveis de Venturosa - PE.

§ 2º A comissão poderá se assim entender, para efeito de fixação da justa indenização, solicitar auxílio de empresas ou pessoas relacionadas ao ramo imobiliário para que apresentem laudo de avaliação.

Art. 2º Os membros da comissão ora constituída não serão remunerados nem receberão qualquer tipo de gratificação, pois prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Recomendar que seja lavrado Laudo de Avaliação circunstanciado em até 30 dias a partir desta nomeação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Venturosa, em 15 de dezembro de 2025.

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
– Prefeito –

Publicado por:
Jones Daniel Felix Moreno
Código Identificador:88EAC20A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 025/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0025/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 002/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** serviços **OBJETO:** CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA ENCANADOR A AUXILIAR, OPERADOR DE TRATOR, OPERADOR DE ESCAVADEIRA E TRATORES DIVERSOS E ESTOFADOR E PEDREIRO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE VENTUROSA.
CONTRATO N. 0033/2025 - CONTRATADA: 60.616.867 LEONARDO TAVARES PINTO, CNPJ 60.616.867/0001-06, com sede no Sítio Angico, 45 – Boa Vista, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000
VALOR R$ 45.738,00 ;

CONTRATO N. 0034//2025 - CONTRATADA: 60.684.247 TARCISO DE LACERDA VAZ, CNPJ 60.684.247/0001-04, com sede na Tv. Vereador Moacir Teodoro Simão, 300 – Rio dos Bois, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000 .
VALOR R$ 83.943,00

CONTRATO N. 0035/2025 - CONTRATADA: 60.720.132 KENNY ROGER CAVALCANTE BEZRRA, CNPJ 60.720.132/0001-10, com sede na Fazenda Esperança, S/N – Zona Rural, Perda-PE, CEP: 55.280-000,
VALOR R$ 93.231,00;

CONTRATO N. 0036/2025 - CONTRATADA: 60.696.199 JOSÉ CARLOS DE LACERDA VAZ, CNPJ 60.696.199/0001-66, com sede na Tv. Vereador Moacir Teodoro Simão, 300 – Rio dos Bois, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000
VALOR R$83.943,00;

DATA DA ASSINATURA 23 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 23 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:BD6B69FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 025/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0025/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 009/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** serviços **OBJETO:** CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA ENCANADOR A AUXILIAR, OPERADOR DE TRATOR, OPERADOR DE ESCAVADEIRA E TRATORES DIVERSOS E ESTOFADOR E PEDREIRO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE VENTUROSA.
CONTRATO N. 0048/2025 - CONTRATADA: 59.450.307 GREGORIO LUIZ LEAL COSTA, CNPJ 59.450.307/0001-37, com sede na Rua Antonio Alexandre Silva, 54 – Centro, Venturosa-PE, CEP: 55.270-00060.616.867
VALOR R$ 81.756,00;

DATA DA ASSINATURA 26 de junho de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 26 de junho de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:5335034A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 028/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0028/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 0010/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** Compra. serviços **OBJETO:** Credenciamento de empresa especializada, transportador autônomo ou MEI – Micro Empreendedor Individual, para prestação de serviços de motorista - mediante execução indireta, POR DEMANDA para atender as necessidades da Secretaria de educação de VENTUROSA/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento 004/2025.

CONTRATO N. 0031/2025 - CONTRATADA: WENDEL NEVES DE OLIVEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.036.099/0001-38, com sede ao Sítio Pontais, S/N – Zona Rural, Venturosa-PE **.**
VALOR R$36.871,20 (trinta e seis mil oitocentos e setenta e um reais e vinte centavos).
Data DA ASSINATURA 27 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 27 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:A4C1A960

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 028/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0028/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 0010/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** Compra. serviços **OBJETO:** Credenciamento de empresa especializada, transportador autônomo ou MEI – Micro Empreendedor Individual, para prestação de serviços de motorista - mediante execução indireta, POR DEMANDA para atender as necessidades da Secretaria de educação de VENTUROSA/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento .

CONTRATO N. 0044/2025 - CONTRATADA: MARCOS ANTONIO BEZERRA DE OLIVEIRA 02849334499, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.393.547/0001-32, com sede ao Rua Júlia Maria da Conceição, 19 – Rio dos Bois, Venturosa-PE, VALOR R$36.871,20 (trinta e seis mil oitocentos e setenta e um reais e vinte centavos).
Data DA ASSINATURA 10 de JUNHO de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 10 JUNHO de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:A0462F00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 028/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0028/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 0010/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** Compra. serviços **OBJETO:** Credenciamento de empresa especializada, transportador autônomo ou MEI – Micro Empreendedor Individual, para prestação de serviços de motorista - mediante execução indireta, POR DEMANDA para atender as necessidades da Secretaria de educação de VENTUROSA/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento ..

CONTRATO N. 0050/2025 - CONTRATADA: 61.525.570 HUGO JOSÉ DE SOUZA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.525.570/0001-90, com sede a Rua José Alves Bezerra, 59 – Campo Grande, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000,
VALOR R$36.871,20 (trinta e seis mil oitocentos e setenta e um reais e vinte centavos).
Data DA ASSINATURA 09 de julho de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 09 de julho de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0051/2025 - CONTRATADA: 61.525.570 HUGO JOSÉ DE SOUZA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.525.570/0001-90, com sede a Rua José Alves Bezerra, 59 – Campo Grande, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000,
VALOR R$36.871,20 (trinta e seis mil oitocentos e setenta e um reais e vinte centavos).
Data DA ASSINATURA 11 de julho de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 11 de julho de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:36730B03

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 038/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0038/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** DISPENSA ELETRONICA n.º 0021//2025 **NATUREZA DO OBJETO:** Compra. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme termo de referencia

CONTRATO N. 0037/2025 - CONTRATADA: BEDA TRATORES LTDA,, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na R PROJETADA, S/N, QUADRA15 LOTE 11, GRACILIANO RAMOS, CEP: 57.604-816, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.657.384/0001-73
VALOR R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

DATA DA ASSINATURA 20 DE FEVEREIRO DE 2025.
VIGENCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
VENTUROSA, 30 de MAIO de 2025.

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:FFD18F9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 038/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0038/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 002/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** serviços **OBJETO:** O objeto do presente contrato consiste em apresentações **atrações artísticas**, destinados **à programação oficial do São João 2025 da Prefeitura Municipal de Venturosa**.
CONTRATO N. 0038/2025 - CONTRATADA: REGINALDO MONTEIR PEREIRA, pessoa física, com endereço no Sítio Mulungu, 111 – Zona Rural, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF nº 599.352.864-87, e da cédula de identidade nº 5710282.
VALOR R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais.)

CONTRATO N. 0039/2025 - CONTRATADA: SEBASTIÃO ALVES DE ALMEIDA, pessoa física, com endereço no Sítio Lagoa do Meio, 6500 – Zona Rural, Pedra-PE, CEP: 55.280-000, inscrito no CPF nº 876.585.698-8760.684.247 .
VALOR R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais.)

CONTRATO N. 0040/2025 - CONTRATADA: . **INALDO FELIX DE SOUSA JUNIOR**, pessoa física, com endereço no Rua José Alves Bezerra, 17 – Campo Grande, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF nº 142.477.494-20 e da cédula de identidade nº 9.251.692.
VALOR R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais.)

CONTRATO N. 0041/2025 - CONTRATADA: PAULO ARCANJO DA SILVA, pessoa física, com endereço no Rua 3, 73 – Loteamento Bacurau, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF nº 021.847.744-99 e da cédula de identidade nº 5.089.195
VALOR R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais.)

CONTRATO N. 0042/2025 - CONTRATADA: DJALMA RODRIGUES DE OLIVERA, pessoa física, com endereço no Sítio Mulungu, 262-A – Zona Rural, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF nº 072.218.064-03 e da cédula de identidade nº 8098584
VALOR R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais.)

CONTRATO N. 0043/2025 - CONTRATADA: ELISIO LOPES DA SILVA, pessoa física, com endereço no Rua São José, S/N – Zona Rural, Alagoinha-PE, CEP: 55.280-000, inscrito no CPF nº 343.279.018-06 e da cédula de identidade nº 7.257.948
VALOR R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais.)

DATA DA ASSINATURA 30 de maio de 2025
VIGENCIA: 60 dias

VENTUROSA, 30 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:E9C070B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO 047/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0047/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 0016/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** Compra. serviços **OBJETO:** O objeto do presente contrato consiste em contratação de maestro para ministrar os ensaios da fanfarra municipal e conduzir a mesma no desfile cívico em comemoração à independência do Brasil, conforme **termo de referência**

CONTRATO N. 0054/2025 - CONTRATADA: ADRIANO DOS SANTOS TENÓRIO, pessoa física, com endereço na Rua Rio dos Bois, 06 – Rio dos Bois, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF sob o nº 096.073.044-38O
VALOR R$25.380,00 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta reais 25.380,00 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta reais).

CONTRATO N. 0055/2025 - CONTRATADA: ADRIANA ATUNES DE OLIVEIRA, pessoa física, com endereço na Rua Rio dos Bois, 06 – Rio dos Bois, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF sob o nº 074.471.874-02,
VALOR R$8.460,00 (oito mil e quatrocentos e sessenta reais).

CONTRATO N. 0056/2025 - CONTRATADA: GENECI ANTONIO DA SILVA, pessoa física, com endereço na Rua Sítio Angico, 04S – Boa Vista, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF sob o nº 902.293.044-00
VALOR R$8.460,00 (oito mil e quatrocentos e sessenta reais 8.460,00 (oito mil e quatrocentos e sessenta reais).

CONTRATO N. 0057/-2025 - CONTRATADA: ALISSON ALVES GALINDO, pessoa física, com endereço na Av. Cel. Lumba Vaz, 1342 – Boa Vista, Venturosa-PE, CEP: 55.270-000, inscrito no CPF sob o nº 166.300.014-06
VALOR R$16.920,00 (dezesseis mil novecentos e vinte reais).

CONTRATO N. 0058/2025 MILSON JOSÉ FERREIRA BARROS, pessoa física, com endereço na Rua Dolores Duran, 74 – Massaranduba, Garanhuns-PE, CEP: 55.298-640, inscrito no CPF sob o nº 059.678.534-80
VALOR R$16.920,00 (dezesseis mil novecentos e vinte reais).

Data DA ASSINATURA 18 de julho de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 18 de julho de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:3739F183

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO 025/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0025/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 002/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** Compra. serviços **OBJETO:** CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA ENCANADOR A AUXILIAR, OPERADOR DE TRATOR, OPERADOR DE ESCAVADEIRA E TRATORES DIVERSOS E ESTOFADOR E PEDREIRO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE VENTUROSA.
CONTRATO N. 0012/2025 - CONTRATADA: RICARDO PEREIRA DEALBUQUERQUE, CNPJ 60.056.430/0001-57, com sede na R Ines Galindo, 10, Rio Dos Bois, Venturosa – PE.
VALOR R$ 73.267,20; DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 05 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0013/2025 - CONTRATADA: JARDIEDSON GUEDES DA SILVA, CNPJ 55.139.582/0001-83, com sede na R Antônio Cazuza de Almeida, 82, Rio Dos Bois, Venturosa – PE .
VALOR R$ 60.804,00 DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0014/2025 - CONTRATADA: JOSÉ MARIA DE LIRA PAES NETO, CNPJ 60.604.219/0001-21, com sede na Av. Vereador Moacir Teodoro Simão, 185, Centro, Venturosa – PE .
VALOR R$ 73.267,20; DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0015/2025 - CONTRATADA: MARCIO JOSÉ DE ALMEIDA, CNPJ 60.099.080/0001-06, com sede No Sítio Lagoa do Pé da Serra, SN, Zona Rural, Venturosa – PE
VALOR R$ 53.838,00; DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0016/2025 CONTRATADA: COSMO DA SILVA, CNPJ 60.101.926/0001-03, com sede na Vila Delmiro, 30, Boa Vista, Venturosa – PE

VALOR R$ 60.804,00 DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

N. 0017/2025 - CONTRATADA: ZILDEAN JANUÁRIO FERREIRA, CNPJ 60.103.384/0001-08, com sede na Av. Ozildo Lopes, 88, Boa Vista, Venturosa – PE

VALOR R$ 60.**804,00** DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0018//2025 - CONTRATADA: JEOVANDO VASCONCELOS FILHO, CNPJ 33.592.990/0001-53, com sede na R MANOEL MORENO, 34, CENTRO, VENTUROSA – PE
VALOR R$ 58.536,00;

DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses.
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0019//2025 - CONTRATADA: JEOVANDO VASCONCELOS FILHO, CNPJ 33.592.990/0001-53, com sede na R MANOEL MORENO, 34, CENTRO, VENTUROSA – PE
VALOR R$ 58.536,00;
DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0020/2025 - CONTRATADA: ALIFE FELISMINO SIQUEIRA, CNPJ 60.527.062/0001-88, com sede na TV LAURENTINO DE SOUZA, 07, CENTRO, VENTUROSA – PE
VALOR R$ 60.804,00

DATA DA ASSINATURA 05 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses
VENTUROSA, 01 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:37AD7A5B

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO 030/2025 PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 0030/2025. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** inexigibilidade n.º 002/2025 **NATUREZA DO OBJETO:** serviços **OBJETO:** contratação de prestação de serviços de credenciamento de empresa ou MEI – Micro Empreendedor Individual, para prestação de serviços de roço manual leve em estradas vicinais em diversas localidades do município de Venturosa, conforme condições, quantidades e exigências no termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Venturosa/PE.
CONTRATO N. 0029/2025 - CONTRATADA: 60.840.952 WALDERLANGIO DE LIMA ALMEIDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 60.840.952/0001-45, com sede a Rua Jeronimo Tenório de Siqueira, 44A – Centro, Venturosa-PE, CEP.: 55.270-000
VALOR R$72.481,20(Setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte centavos**)**

ASSINATURA 16 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 16 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

CONTRATO N. 0030/2025 - CONTRATADA: 660.729.505 LUCAS OLIVEIRA DE ALMEIDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 60.729.505/0001-13, com sede a Rua Projetada, S/N – Boa Vista, Venturosa-PE, CEP.: 55.270-000
VALOR R$ **74.647,20 (setenta e quatro mil seiscentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)**

ASSINATURA 23 de maio de 2025
VIGENCIA: 12 meses

VENTUROSA, 23 de maio de 2025

KELVIN DOUGLAS CAVALCANTI ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Isaac Luiz Libório Rocha
Código Identificador:F0C89EE3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VICÊNCIA

CENTRAL DE LICITAÇÕES
RESULTADO PARCIAL XIV - CREDENCIAMENTO I - ARTISTAS

PROCESSO Nº. 012/2025 – CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025

RESULTADO PARCIAL XIII - ARTISTAS

O Município de Vicência torna público, através da CPL, o resultado do Processo Licitatório n.º 012/2025 - Credenciamento n.º 01/2025, o qual tem como Objeto a Chamamento público para fins de credenciamento de artistas e cantores regionais para possível apresentação artística como pessoa física ou jurídica para abrilhantar todas as festividades a serem realizadas pelo município de Vicência/PE, conforme Calendário de Eventos e Festas do município, aprovado pela Lei nº 1.891/2023.

EVENTO: FESTEJOS DO REVEILLON

Data	Atração	CNPJ/CPF	Valor
31/12/2025	Associação de Mamulengos Flor do Jasmim	48.438.587/0001-41	R$ 3.000,00

Vicência/PE, 29 de dezembro de 2025.

EDER WALTTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Sabrina Ferreira Sabino
Código Identificador:CD5A2966

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 46/2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 46/2025

Dispõe sobre a premiação institucional e simbólica dos professores da rede municipal de ensino de Vicência/PE e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VICÊNCIA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de valorização dos profissionais da educação da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o reconhecimento institucional constitui importante instrumento de estímulo à melhoria da qualidade do ensino, sem gerar efeitos remuneratórios;

DECRETA:

CAPÍTULO I- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto institui a premiação institucional e simbólica dos professores da rede municipal de ensino de Vicência/PE, com o objetivo de reconhecer práticas pedagógicas relevantes, o compromisso profissional e a contribuição para o desenvolvimento educacional do Município.

Art. 2º A premiação terá caráter exclusivamente honorífico e institucional, sem natureza remuneratória, não gerando qualquer efeito financeiro, previdenciário ou trabalhista.

CAPÍTULO II- DOS CRITÉRIOS DE PREMIAÇÃO

Art. 3º A premiação observará critérios objetivos, previamente definidos, baseados nos seguintes eixos de avaliação:
I – Assiduidade e pontualidade, consideradas a regularidade da presença em sala de aula e o cumprimento da carga horária;
II – Comprometimento pedagógico, aferido pela execução adequada do plano de ensino, planejamento das aulas e cumprimento das diretrizes curriculares;
III – Boas práticas educacionais, compreendendo metodologias inovadoras, projetos pedagógicos, atividades interdisciplinares ou ações que contribuam para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
IV – **Participação institucional**, avaliada pela atuação em projetos da unidade escolar, programas educacionais do Município e ações de fortalecimento da comunidade escolar;
V – **Conduta ética e profissional**, observando o respeito às normas administrativas, à comunidade escolar e aos princípios da Administração Pública.
Parágrafo único. Os critérios previstos neste artigo deverão ser avaliados com base em registros administrativos, relatórios pedagógicos, frequência funcional e informações prestadas pela unidade escolar.

CAPÍTULO III - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Art. 4º A avaliação dos professores será realizada por **Comissão de Avaliação**, a ser designada por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, composta por servidores efetivos da área educacional.
Art. 5º Compete à Comissão de Avaliação:
I – aplicar os critérios previstos neste Decreto;
II – analisar a documentação e informações funcionais dos professores;
III – elaborar relatório fundamentado com a indicação dos profissionais a serem premiados;
IV – assegurar a observância dos princípios da impessoalidade, transparência e publicidade.
Parágrafo único. É vedado à Comissão criar, alterar ou ampliar critérios de premiação além dos expressamente previstos neste Decreto.

CAPÍTULO IV - DAS MODALIDADES DE PREMIAÇÃO

Art. 6º A premiação consistirá exclusivamente em:
I – **Certificado de Honra ao Mérito Educacional**;
II – **Menção honrosa institucional**, com registro nos assentamentos funcionais do servidor;

III – **Destaque em publicações oficiais do Município**, no sítio eletrônico ou em eventos educacionais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
IV – **Prioridade na indicação para cursos, capacitações e eventos educacionais**, observadas as normas administrativas aplicáveis.
Parágrafo único. As premiações previstas neste artigo **não implicam concessão de vantagem financeira, adicional, gratificação ou qualquer forma de remuneração**.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A periodicidade da premiação e a quantidade de professores homenageados serão definidas anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, mediante critérios administrativos e disponibilidade organizacional, respeitado o disposto neste Decreto.
Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto limitar-se-ão às estritamente necessárias à confecção de certificados, divulgação institucional e realização de eventos, desde que haja dotação orçamentária própria.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Vicência/PE, 29 de dezembro de 2025.

ÉDER WALTTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito do Município de Vicência

LENIRA JERONIMO PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Layne Karla Lemos Moura
Código Identificador:4396E2F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 358/2025

PORTARIA Nº 358/2025

Constitui Comitê Intersetorial para implementação da Equipe de Trabalho e do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do município de Vicência - PE

O PREFEITO MUNICIPAL DE VICÊNCIA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais e das que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a adesão do Município de Vicência à Edição 2025/2028 do Programa Prefeitos e Prefeitas Amigo da Criança, iniciativa da Fundação Abrinq, que visa fortalecer as políticas públicas voltadas à infância e à adolescência;

CONSIDERANDO a Constituição Federal, que, pelo art. 227, passa a garantir os direitos das crianças e dos adolescentes como absoluta prioridade em sua condição especial de desenvolvimento;

CONSIDERANDO os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, baseados nos fundamentos da proteção integral, que trata a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, garantidores de direitos "comuns" a todas as pessoas, além daqueles direitos especiais decorridos da condição especial;

CONSIDERANDO o compromisso assumido pelo Governo Municipal com a Agenda Municipal 2030 que traduz os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na diretriz das políticas públicas municipais;

CONSIDERANDO que o Município de Vicência/PE e a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente compartilham o objetivo comum de garantir os direitos integrais das crianças e dos adolescentes residentes na Cidade de Vicência/PE;

CONSIDERANDO o Termo de Compromisso assinado entre o Município de Vicência/PE e a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente em 14 de agosto de 2025, que formaliza a adesão do Município à agenda proposta pelo Programa, que tem como objetivo mobilizar, valorizar e apoiar tecnicamente prefeitas e prefeitos comprometidos com o fortalecimento das políticas públicas para infância e juventude,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comitê Intersetorial para implementação da Equipe de Trabalho do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, com a finalidade de nomear os responsáveis pela implementação e o monitoramento das atividades conjuntas e convergentes nas áreas contempladas pela iniciativa.

Art. 2º Fica designada o **Comitê Intersetorial para implementação da Equipe de Trabalho do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente Edição 2025/2028** no âmbito do Município de Vicência– PE, composta pelos (as) seguintes membros(as):

NOME	REPRESENTAÇÃO
HUMBERTO JOSÉ DE SANTANA	Articulador PPAC
ARLENE MARIA DOS SANTOS ARAÚJO	Mobilizadora Municipal do PPAC
Titular: LARYSSA VITÓRIA AQUILINO CORREIA **Suplente:** ALEXANDRE DE OLIVEIRA ANDRADE	Secretaria de Assistência Social
Titular: MARIA DA CONCEIÇÃO MORENO DE ANDRADE **Suplente:** JOSEFA ANDRÉ VICENTE DA SILVA	Secretaria de Educação
Titular: LAÍS ROBERTA NUNES DA SILVA **Suplente:**WALÉRIA SOARES DE AGUIAR	Secretaria de Saúde
Titular: GERLANE MARIA MARQUES DA SILVA GONÇALVES **Suplente:** FRANCILEIDE MARIA DE MELO	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA
Titular: HILDA BARBOSA RIBEIRO DA SILVA **Suplente:** FRANCISCO JOSÉ DE LEMOS COSTA	Conselho Tutelar
Titular: ROBERTA FABYAN DA SILVA **Suplente:** ATALIA RAYANE GOMES DE MELO	Secretaria de Finanças,Planejamento e Gestão

Art. 2º. O Comitê Intersetorial para implementação da Equipe de Trabalho do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente Edição 2025/2028, tem caráter intersetorial, devendo ser composta por atores sociais governamentais da rede de defesa e garantia de direitos e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente que têm relevância para a realização das ações propostas pela metodologia.

Art. 3º. O Comitê é operacional e tem por objetivo planejar, executar, monitorar e avaliar juntamente com o CMDCA, a Articulador, a Coordenadora Municipal do PPAC e as Secretarias Municipais, os Indicadores e as Ações previstas na metodologia do Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC) da Fundação ABRINQ - Edição 2025/2028**.**

§ 1º. O Comitê Intersetorial para implementação da Equipe de Trabalho do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente Edição 2025/2028,não substitui o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, o Conselho Tutelar e nem a Articulação e a Coordenação Municipal do PPAC.

Paragrafo 2º**:** Os membros do Comitê podem ser substituídos a qualquer tempo, respeitando, sempre, a representação dos diversos atores sociais da rede municipal.

Art. 4º. O trabalho realizado pelo Comitê Intersetorial para implementação da Equipe de Trabalho do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente Edição 2025/2028 é de caráter voluntário/gratuito, não cabendo, pois, qualquer repasse compensatório ou remuneratório a título de contraprestação, não

havendo vínculo trabalhista e nem obrigação de natureza laborais, previdenciária ou afim para participação na referida Comissão.

Art 5º O Comitê Intersetorial poderá convidar representantes de outros órgãos, conselhos de direitos e de controle social, entidades públicas e privadas, especialistas e adolescentes e jovens para contribuir na discussão, consecução e acompanhamento das ações executadas;

Art 6º Compete ao Comitê:

I - acompanhar e fortalecer a atuação da equipe de trabalho envolvida neste ciclo do programa;

II - coordenar e facilitar o planejamento e diagnóstico da infância e adolescência de acordo com a agenda do Programa;

III – monitorar o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis, implementadas de forma planejada, participativa e intersetorial;

IV – garantir alocação orçamentária para políticas voltadas à infância e adolescência;

V – fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos e a atuação dos Conselhos Municipais de Direitos, Conselhos Tutelares e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

VI – ampliar os mecanismos de transparência e controle social;

IV – promover a articulação intersecretarial e interinstitucional e o diálogo com as organizações da sociedade civil, comunidades locais e adolescentes necessários para o desenvolvimento e a implementação das ações pactuadas.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vicência, em 23 de dezembro de 2025.

ÉDER WALTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
-Prefeito-

Publicado por:
Layne Karla Lemos Moura
Código Identificador:68CFA677

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 359/2025

PORTARIA Nº 359/2025

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DE APURAÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE (OCA) do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do município de Vicência - PE

O PREFEITO MUNICIPAL DE VICÊNCIA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais e das que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo identificados para compor o **COMITÊ DE APURAÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE (OCA) DO MUNICIPIO DE VICÊNCIA/PE**, do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente EDIÇÃO 2025/2025.

NOME	REPRESENTAÇÃO
HUMBERTO JOSÉ DE SANTANA	Articulador PPAC
ARLENE MARIA DOS SANTOS ARAÚJO	Mobilizadora Municipal do PPAC
Titular: LARYSSA VITÓRIA AQUILINO CORREIA **Suplente:** ALEXANDRE DE OLIVEIRA ANDRADE	Secretaria de Assistência Social
Titular: MARIA DA CONCEIÇÃO MORENO DE ANDRADE **Suplente:** JOSEFA ANDRÉ VICENTE DA SILVA	Secretaria de Educação
Titular: LAÍS ROBERTA NUNES DA SILVA **Suplente:**WALÉRIA SOARES DE AGUIAR	Secretaria de Saúde
Titular: GERLANE MARIA MARQUES DA SILVA GONÇALVES **Suplente:** FRANCILEIDE MARIA DE MELO	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA
Titular: HILDA BARBOSA RIBEIRO DA SILVA **Suplente:** JOSÉ FRANCISCO DE LEMOS COSTA	Conselho Tutelar
Titular: ROBERTA FABYAN DA SILVA **Suplente:** ATALIA RAYANE GOMES DE MELO	Secretaria de Finanças, Planejamento e Gestão

Art. 2º. O Orçamento Criança e Adolescente - OCA é uma ferramenta que desagrega do Orçamento Público os gastos destinados à promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes. Dentre suas funcionalidades é possível utilizar a ferramenta para:

I.Gestão da Política Pública;
II.Gestão dos gastos;
III.Análise das prioridades no Orçamento Público;
IV.Análise de sobreposição de recursos;
V.Definição de diretrizes e parâmetros de investimentos;
VI.Monitoramento dos Gastos Governamentais.

Art. 3º. O Comitê OCA vai auxiliar a:

I.Criar as condições para levantar a base de dados e;
II.Resolver as dúvidas sobre a seleção de ações que irão compor o OCA.

Art. 4º. Atribuições do Comitê:

I.Participar de reuniões para tratar da Apuração do Orçamento Criança e Adolescente;
II.Propor atividades necessárias para Apuração do Orçamento Criança e Adolescente de acordo com publicação de apoio, disponível em:.https://prefeito.org.br/biblioteca/26;
III.Elaborar o cronograma de atividades do Comitê;
IV.O Comitê encerrará seus trabalhos após a conclusão das atividades propostas.

Art. 5º. Os indicados devem ter disponibilidade e compromisso para participação das reuniões e de todo o processo, evitando a substituição durante a realização das etapas. Em caso de substituições, informar oficialmente ao órgão criador, garantindo o processo de transição pelos representantes antecessores do órgão afim.

Art. 6º. O trabalho realizado pelo COMITÊ OCA é de caráter voluntário/gratuito, não cabendo, pois, qualquer repasse compensatório ou remuneratório a título de contraprestação, não havendo vínculo trabalhista e nem obrigação de natureza laborais, previdenciária ou afim para participação no referido Comitê.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Vicência, em 23 de dezembro de 2025.

ÉDER WALTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
-Prefeito-

Publicado por:
Layne Karla Lemos Moura
Código Identificador:70D73CB2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 361/2025

PORTARIA Nº 361/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VICÊNCIA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais e das que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a adesão do Município de Vicência-PE ao Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – PPAC, ciclo 2025-2028, promovido pela Fundação Abrinq pelos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO os compromissos assumidos pela gestão municipal com a adesão ao referido programa, particularmente no que tange à necessidade da nomeação de uma Mobilizadora municipal para auxiliar os trabalhos do Articulador Municipal e promover a interlocução com a Fundação Abrinq, a coleta de dados, o preenchimento de relatórios e fortalecer a articulação institucional local;

RESOLVE:

Art. 1º Designar **Sra. ARLENE MARIA DOS SANTOS ARAÚJO**, portador do **CPF: 026364634-37**, servidora pública desta municipalidade, como Mobilizadora do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – PPAC no âmbito do Município de Vicência.

Art. 2º Compete à Mobilizadora Municipal, no exercício desta função:

• Conectar diferentes secretarias (saúde, educação, assistência social) para criar políticas integradas, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
• Receber e aplica o suporte técnico da Fundação Abrinq para planejar e executar ações.
• Utilizar ferramentas como o Mapa PPAC para acompanhar indicadores e avaliar o progresso das políticas municipais.
• Ajudar a construir uma cultura de corresponsabilidade na gestão pública, priorizando a infância e adolescência.
• Garantir que as boas práticas do município sejam reconhecidas nacionalmente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º – Dê Ciência, Cumpra-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito de Vicência, em 23 de dezembro de 2025.

ÉDER WALTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
-Prefeito-

Publicado por:
Layne Karla Lemos Moura
Código Identificador:58A9BB24

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 360/2025

PORTARIA Nº 360/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VICÊNCIA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais e das que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a adesão do Município de Vicência-PE ao Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – PPAC, ciclo 2025-2028, promovido pela Fundação Abrinq pelos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO os compromissos assumidos pela gestão municipal com a adesão ao referido programa, particularmente no que tange à necessidade da nomeação de um articulador municipal para promover a interlocução com a Fundação Abrinq, a coleta de dados, o preenchimento de relatórios e a articulação institucional local;

RESOLVE:

Art. 1º Designar **Sr. HUMBERTO JOSÉ DE SANTANA**, portador do **CPF: 831.625.004-78**,servidor público desta municipalidade, como Articulador do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – PPAC no âmbito do Município de Vicência.

Art. 2º Compete à Articulador Municipal, no exercício desta função:

I. atuar como interlocutor direta entre o Município e a Fundação Abrinq;
II. coordenar, em âmbito local, a coleta, sistematização e envio de informações exigidas pelo Programa;
apoiar a execução da agenda de trabalho do PPAC no Município;
III. participar de reuniões, oficinas, formações de demais ações promovidas pelo Programa;
IV. contribuir para a mobilização de Secretarias, Conselhos e demais atores locais vinculados à política da infância e adolescência.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º – Dê Ciência, Cumpra-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito de Vicência, em 23 de dezembro de 2025.

ÉDER WALTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
- Prefeito-

Publicado por:
Layne Karla Lemos Moura
Código Identificador:AC794229

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Diante do resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO N° 051/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2025. Objeto:** Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de equipamentos, ferramentas e outros materiais para fazer face às demandas de poda, jardinagem e outros serviços vinculados às ações do programa de sustentabilidade da AMASVISA – Agencia de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Vitória de Santo Antão-PE. **ADJUDICO E HOMOLOGO** o resultado, em favor da empresa FERRAMAX COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 23.050.514/0001-57, localizada na R VERTENTES, 456 CASA CASA, BOA VISTA, CARUARU / PE, CEP: 55.038-500 Valor **R$ 3.513,90** (três mil e quinhentos e treze reais e noventa centavos); SANITOP COMERCIAL LTDA, CNPJ: 53.710.803/0001-04, localizada na AV OITOCENTOS, S/N, BOX 07 GALPAOG20 - MODULO 01, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, SERRA / ES, CEP: 29.161-389 Valor **R$ 7.284,12** (sete mil e duzentos e oitenta e quatro reais e doze centavos); NEW PLASTIC LTDA, CNPJ: 20.983.355/0001-55, localizada na R PROFESSOR ALGACYR MUNHOZ MADER, 3600, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA / PR, CEP: 81.350-010 Valor **R$ 850,00** (oitocentos e cinquenta reais); M TESTA ATACADO LTDA, CNPJ: 43.044.418/0001-03, localizada na AV GENEI UEHARA, 1263, SALA 02, RESIDENCIAL NOVA ITALIA, CIANORTE / PR, CEP: 87.203-196 Valor **R$ 4.598,00** (quatro mil e quinhentos e noventa e oito reais); SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ: 51.659.136/0001-49, localizada na R JOSE DEEKE, 197, SALA 01, ESCOLA AGRICOLA, BLUMENAU / SC, CEP: 89.031-400 Valor **R$ 20.110,38** (vinte mil e cento e dez reais e trinta e oito centavos); COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA, CNPJ: 10.942.831/0001-36, localizada na R FRITZ SPERNAU, 1000, FUNDOS, FORTALEZA, BLUMENAU / SC, CEP: 89.055-200 Valor **R$ 5.932,50** (cinco mil e novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos); SJS EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 48.462.984/0001-59, localizada na R VALDEMAR SCHWALBE, 133, CASA 02, AVENTUREIRO, JOINVILLE / SC, CEP: 89.226-203 Valor **R$ 5.959,98** (cinco mil e novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e

oito centavos); MARKET - COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA, CNPJ: 24.486.986/0002-09, localizada na R MARIA BENTO DO NASCIMENTO, 173, LETRA C, TIMBI, CAMARAGIBE / PE, CEP: 54.765-430 Valor **R$ 41.500,00** (quarenta e um mil e quinhentos reais); Ainda informamos que os itens 1, 2, 3, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 69, 75, 76, 79, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 98 e 99 foram declarados **DESERTOS**, e os itens 4, 5, 19, 21, 78, 94 e 95 foram declarados **FRACASSADOS.**

Vitória de Santo Antão-PE, 29 de dezembro de 2025.

ALBINO CARNEIRO DE ANDRADE
Diretor Presidente/AMASVISA

Publicado por:
David Albert Oliveira Guimarães
Código Identificador:DB3A4A9B

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N° 036/2025

EMENTA: Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento da Procuradoria-Geral do Município da Vitória de Santo Antão, disciplina o regime jurídico dos procuradores municipais e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL APROVOU** e este **SANCIONA** a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º A Procuradoria-Geral do Município da Vitória de Santo Antão constitui órgão essencial à função jurídico-institucional do Poder Executivo, incumbindo-lhe a representação judicial e extrajudicial do Município, bem como a prestação de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da Administração Direta.

§1º A Procuradoria-Geral será integrada por Procuradores do Município, aprovados em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pernambuco, organizados em carreira, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma estabelecida nesta Lei.

§2 São princípios institucionais da Procuradoria-Geral do Município a unidade, a indivisibilidade e a indisponibilidade da tutela do interesse público.

§3º Terão prioridade em sua tramitação, perante os órgãos da administração direta e indireta do Município, os pedidos de informações, requisições, ofícios e diligências formulados e expedidos pela Procuradoria-Geral do Município.

§4º Nas hipóteses em que a controvérsia o exigir, será disponibilizada equipe técnica e especializada para auxiliar a atuação do Procurador Municipal, a fim de garantir a efetividade de suas atribuições.

CAPÍTULO II

Da Estrutura Organizacional

Art. 2º A organização e funcionamento da Procuradoria-Geral do Município, sua competência e atribuições, bem como o regime jurídico dos Procuradores Municipais são disciplinados por esta lei complementar.

Art. 3º Integram a estrutura orgânica da Procuradoria-Geral do Município da Vitória de Santo Antão os seguintes cargos e funções:

I - Procurador-Geral do Município;
II - Subprocurador-Geral do Município;
III – Subprocurador;
IV – Subprocuradores de Assuntos Judiciais;
V – Procurador-Chefe da Fazenda Municipal;
VI – Procurador-Chefe do Consultivo;
VII – Procurador-Chefe do Contencioso Cível;
VIII – Procuradores do Município;
IX – Assessor de Assuntos Especiais;
X – Assessores Jurídicos;
XI – Assistentes de Procurador;
XII- Ouvidor;
XIII- Coordenador da Câmara de Conciliação;
XIV – Assessor de Imprensa;
XV – Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo:
a) Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral;
b) Diretor do Núcleo de Executivo de Cálculos e Perícias;
c) Técnicos-Jurídicos;
d) Motorista *e*
e) Estagiários.

§1º Os chefes de departamento especializado da Procuradoria-Geral do Município receberão gratificação correspondente a 30% (trinta por cento) sobre as respectivas remunerações, sendo a inerente nomeação ato privativo e discricionário do Prefeito, dentre os membros da carreira, após indicação do Procurador-Geral.

§ 2º O Procurador-Geral do Município poderá designar Procurador Municipal para desempenhar suas funções no âmbito do departamento especializado, não havendo direito adquirido à permanência em qualquer órgão.

CAPÍTULO III

Das Competências da Procuradoria-Geral

Art. 4º Compete à Procuradoria-Geral do Município:

I - representar judicial e extrajudicialmente o Município da Vitória de Santo Antão;
II - representar judicial e extrajudicialmente, mediante solicitação expressa, o Prefeito do Município da Vitória de Santo Antão, nas ações judiciais e nos processos administrativos em que figurem na posição de sujeito passivo ou investigado em razão de atos funcionais de gestão e atribuições de controle interno praticados no exercício de suas competências constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público;
III - exercer as funções de consultoria jurídica do Poder Executivo;
IV - promover a cobrança da dívida ativa do Município;
V - promover medidas de natureza jurídica objetivando proteger o patrimônio dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
VI - representar ao Prefeito e aos Secretários Municipais sobre providências de ordem jurídica, no interesse da Administração Pública Municipal;

VII - realizar estudos e pesquisas sobre matérias jurídicas, promovendo a sua divulgação;
VIII - desempenhar atribuições, de natureza jurídica, que lhe forem solicitadas pelo Prefeito Municipal, relacionadas aos órgãos da Administração Pública Direta;
IX - desempenhar atribuições, de natureza jurídica, que lhe forem requeridas pelo Prefeito Municipal ou pelo Procurador-Geral, relacionadas aos órgãos da Administração Pública Direta e entidades da Administração Indireta, quando houver interesse jurídico do Município que justifique a atuação;
X – prestar assessoramento ao chefe do Poder Executivo, em matéria legislativa, elaborando ou revendo projetos de lei, projetos de decreto, mensagens, veto e atos normativos;

XI – promover os processos administrativos disciplinares referentes a todos os servidores municipais do Poder Executivo Municipal e aplicar as sanções legalmente previstas em lei.

§ 1º A representação prevista no inciso II do *caput* deste artigo aplica-se aos ex-titulares do cargo nele referido.

§ 2º Compete ao Procurador-Geral expedir Orientações para a boa execução da representação judicial e extrajudicial prevista no inciso II do *caput* deste artigo, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Complementar Estadual nº 394, de 30 de novembro de 2018.

§ 3º Aos Procuradores Municipais, nomeados pelo Prefeito para cumprir especificamente as atividades referidas no art. 4º, II, desta lei, fica conferida verba de atividade judicial e extrajudicial com valor mensal correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento-base, aplicando-se o disposto na Lei Estadual nº 15.828, de 2 de junho de 2016.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições do Procurador-Geral do Município

Art. 5º Compete ao Procurador-Geral do Município:

I - chefiar e dirigir as atividades da Procuradoria-Geral do Município;
II - exercer todas as atribuições previstas nesta lei;
III - receber citações e notificações iniciais nas ações propostas contra o Município, bem como os mandados de intimação;
IV - confessar, transigir, desistir e firmar compromisso nas ações judiciais em que o Município seja parte, cabendo-lhe, privativamente, delegar os poderes a ele conferidos;
V – designar Procurador Municipal para desempenhar atribuições relacionadas aos órgãos da Administração Pública Direta e entidades da Administração Indireta, quando houver interesse jurídico do Município que justifique a atuação;
VI – disponibilizar Procurador do Município, a pedido do Chefe do Executivo, para Secretarias Municipais, ficando o primeiro, nestes casos, administrativamente subordinados ao respectivo Secretário Municipal;
VII - instaurar e julgar processos administrativos e disciplinares envolvendo qualquer servidor público municipal, aplicando as penalidades previstas, quando for o caso;
VIII - editar os atos normativos inerentes às atribuições do cargo;
IX- aprovar a edição, o cancelamento e a revisão de Súmulas Administrativas.
X. expedir carteiras de identificação funcional para procuradores, servidores e estagiários da Procuradoria, para todos os fins legais.

CAPÍTULO V

Das Atribuições do Subprocurador-Geral, do Subprocurador e dos Subprocuradores de Assuntos Judiciais

Art. 6º Compete ao Subprocurador-Geral do Município:

I - representar o Procurador-Geral interna e externamente sempre que por este for designado;
II - auxiliar o Procurador-Geral do Município no controle dos resultados das ações da Procuradoria em relação ao planejamento e recursos utilizados;
III – emitir pareceres e responder consultas nas demandas mais relevantes, quando designado pelo Procurador-Geral do Município;
IV – assessorar juridicamente o Prefeito e/ou os Secretários Municipais nas causas mais relevantes do Município, quando designado pelo Procurador-Geral;
V – assessorar diretamente o Procurador-Geral;
VI – despachar diretamente com o Procurador-Geral;
VII – definir, juntamente com os demais Procuradores, as atuações estratégicas a serem desenvolvidas nas causas relevantes da Procuradoria-Geral;
VIII – exercer outras funções que forem delegadas pelo Procurador-Geral;
IX – exercer a supervisão e a coordenação das atividades administrativas e as técnico-jurídicas da Procuradoria-Geral do Município;
X – supervisionar diretamente a atuação dos Procuradores integrantes do quadro da Procuradoria;
XI – acompanhar, fiscalizar e orientar a atuação da Procuradoria;
XII – monitorar e fiscalizar, periodicamente, as demandas judiciais relevantes da Procuradoria-Geral do Município;
XIII – auxiliar e promover a gestão jurídica interna da Procuradoria-Geral do Município;
XIV – atender às questões judiciais de representação do Município, quando especialmente designado pelo Procurador-Geral;
XV – substituir o Procurador-Geral do Município, nos casos de vacância, licença, férias ou afastamento legal;
XVI – supervisionar e coordenar as atividades de apoio técnico e administrativo concernentes à Procuradoria-Geral;
XVII – auxiliar na integração e articulação com as assessorias técnicas das Secretarias e dos demais órgãos da administração municipal;
XVIII – auxiliar na elaboração dos programas estratégicos, táticos e operacionais da Procuradoria-Geral do Município;
XIX – auxiliar na distribuição de processos e expedientes diversos, de natureza administrativa ou judicial, aos diversos setores da Procuradoria-Geral;

XX – analisar documentos e correspondências endereçadas à Procuradoria-Geral do Município, procedendo à distribuição e encaminhando para os registros necessários ao controle do trâmite interno;
XXI – minutar comunicados, ofícios, memorandos, circulares e outras correspondências internas e externas expedidas ou demandadas pelo Gabinete do Procurador-Geral do Município;
XXII – realizar a triagem prévia e posterior das demandas administrativas encaminhadas à apreciação do Procurador-Geral do Município;
XXIII – assessorar o Procurador-Geral do Município em atividades junto ao Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos da administração pública, sempre que solicitado;
XXIV – promover estudos e pesquisas solicitadas pelo Procurador-Geral do Município;
XXV – proferir, de ofício, despachos de mero encaminhamento de processos;
XXVI – em casos específicos e relevantes, auxiliar os Procuradores do Município nos trabalhos jurídicos, quando designado pelo Procurador-Geral;
XXVII – apresentar ao Procurador-Geral sugestões que possam auxiliar e melhorar a eficiência dos trabalhos da Procuradoria;
XXVIII – examinar os processos a serem despachados ou referendados pelo Procurador-Geral do Município, providenciando, antes de submetê-los à sua apreciação, a conveniente instrução dos referidos escritos;
XXIX – prestar ao Procurador-Geral do Município o apoio administrativo e operacional necessário ao desempenho das suas atribuições específicas;
XXX – instaurar e julgar processos administrativos e disciplinares envolvendo qualquer servidor público municipal, aplicando as penalidades previstas, quando autorizado pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 7º Compete ao Subprocurador do Município:

I – auxiliar o Procurador-Geral e o Subprocurador-Geral externamente sempre que por estes solicitados;
II – despachar diretamente com o Procurador-Geral e o Subprocurador-Geral;
III – auxiliar na elaboração dos programas estratégicos, táticos e operacionais da Procuradoria-Geral do Município;
IV – auxiliar na integração e articulação com as assessorias técnicas das Secretarias e dos demais órgãos da Administração Municipal.
V - instaurar e julgar processos administrativos e disciplinares envolvendo qualquer servidor público municipal, aplicando as penalidades previstas, quando autorizado pelo Procurador-Geral do Município.

Parágrafo único. O Subprocurador do Município de que trata o caput deste artigo fará jus aos auxílios descritos no artigo 64 desta lei.

Art. 8º Ficam criados 2 (dois) cargos comissionados de Subprocurador de Assuntos Judiciais.

Art.9º Compete ao Subprocurador de Assuntos Judiciais as atribuições de Assessoramento à Procuradoria do Município, podendo, ainda:

I - representar judicial e extrajudicialmente o Município da Vitória de Santo Antão;
II - promover medidas de natureza jurídica objetivando proteger o patrimônio dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
III - representar o Prefeito e aos Secretários Municipais sobre providências de ordem jurídica, no interesse da Administração Pública Municipal;
IV - desempenhar atribuições que lhe forem requeridas pelo Prefeito Municipal ou pelo Procurador-Geral, relacionadas aos órgãos da Administração Pública Direta;
V - interpor os competentes recursos dos despachos e sentenças judiciais que contrariarem os interesses do Município, sendo que, nos casos de apelações, recursos ordinários, especiais e extraordinários, a sua não interposição dependerá, sempre, de prévia e expressa autorização do Procurador-Geral;
VI - instaurar e julgar processos administrativos e disciplinares envolvendo qualquer servidor público municipal, aplicando as penalidades previstas, quando autorizado pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 10. A remuneração dos Subprocuradores de Assuntos Judiciais será equivalente àquela atribuída ao cargo comissionado **CC-1**, conforme a estrutura de cargos da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Os Subprocuradores do Município de que tratam o caput deste artigo farão jus aos auxílios descritos no artigo 64 desta lei.

CAPÍTULO VI

Das Atribuições dos Procuradores-Chefes e dos Procuradores do Município

Art. 11. Compete ao Procurador-Chefe da Fazenda Municipal:

I – promover a cobrança da dívida ativa, tributária e não tributária, do Município;
II – atuar nas ações judiciais que versem sobre matéria tributária;
III – realizar trabalhos concernentes ao estudo e à divulgação da legislação tributária;
IV – executar, em cooperação permanente com a Secretaria de Finanças, as ações de aperfeiçoamento dos procedimentos de cobrança da dívida ativa tributária e não tributária, para fins de incremento da receita municipal e redução da inadimplência relacionada aos tributos de competência do Município.
V – auxiliar a Secretaria de Finanças, nas questões relativas às dívidas ativa e passiva do Município, através da participação em comissões e da promoção de ações judiciais, medidas, defesas e recursos administrativos;
VI – executar outras tarefas de natureza jurídica que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e/ou pelo Procurador-Geral do Município.

§ 1º É vedada, sob qualquer forma, a terceirização da cobrança judicial da dívida ativa do Município, atribuição exclusiva da Procuradoria-Geral, sendo nulo todo ato administrativo que vise esvaziar essa competência institucional.

§ 2º Os acordos que gerem algum proveito econômico ao Município, inclusive os coletivos, devem ser submetidos a prévio exame da Procuradoria-Geral do Município.

§ 3º É vedado ao Procurador Municipal se eximir da cobrança dos honorários advocatícios ou desistir do prosseguimento de ação judicial que vise ao percebimento deles, sob pena de responsabilização civil, criminal e administrativa, salvo quando expressamente autorizado pela maioria absoluta dos integrantes da carreira, devidamente chancelada pelo Procurador-Geral.

§ 4º É igualmente vedado a qualquer servidor municipal, efetivo ou comissionado, praticar atos que impliquem renúncia dolosa ou culposa aos honorários advocatícios, ou autorizar cobrança inferior ao percentual legalmente devido.

§ 5º Os honorários advocatícios incidirão a partir da inscrição do crédito tributário em dívida ativa, a razão de 10% (dez por cento) ou no percentual arbitrado judicialmente.

§ 6º O descumprimento do disposto neste título ensejará apuração de responsabilidade do agente público em processo administrativo disciplinar, além da responsabilidade civil e criminal pelos danos causados.

Art. 12. Compete ao Procurador-Chefe do Consultivo:

I – realizar trabalhos concernentes ao estudo e à proposição de projetos de lei, decretos, instruções normativas e portarias municipais, inclusive sua alteração;
II – elaborar propostas de vetos a projetos de lei aprovados, em suas respectivas áreas de atuação, sempre que requeridos pelo Chefe do Poder Executivo e/ou Procurador-Geral;
III – emitir pareceres, sempre que solicitados, em processos que versem sobre matéria jurídica de interesse da Administração Direta do Município;
IV – executar outras tarefas de natureza jurídica que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e/ou pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 13. Compete ao Procurador-Chefe do Contencioso Cível:

I – atuar nas ações judiciais;
II – executar outras tarefas de natureza jurídica que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e/ou pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 14. Compete aos Procuradores do Município:

I - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, em conformidade com a lei, lhes forem atribuídos;
II - observar o sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;
III - zelar pelos bens confiados a sua guarda;
IV - interpor os competentes recursos dos despachos e sentenças judiciais que contrariarem os interesses do Município, sendo que, nos casos de apelações, recursos ordinários, especiais e extraordinários, a sua não interposição dependerá, sempre, de prévia e expressa autorização do Procurador-Geral do Município;
V – comparecer pontualmente no horário agendado para audiência ou sessão e não se ausentar injustificadamente antes de seu término, ressalvadas as permissões legais;
VI - emitir os pareceres que lhes forem solicitados no prazo estabelecido em regulamento expedido pelo Procurador-Geral do Município, contado da data de recebimento de todos os dados, informações e documentos necessários para a emissão;
VII - exercer vida pública e particular compatível com o decoro necessário às suas funções de representante legal do Município;
VIII - tratar com urbanidade os servidores municipais, as autoridades judiciárias, legislativas, policiais e administrativas e ainda os advogados, as partes, os auxiliares e servidores da justiça e os munícipes em geral;
IX - primar pela cooperação com seus colegas e superiores;
X - manifestar-se, no exercício das funções ou em qualquer ato público, com a elevação compatível ao cargo que exerce;
XI - fundamentar adequadamente sempre os seus requerimentos, pareceres, peças processuais e demais pronunciamentos;
XII - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos do Código de Processo Civil;

XIII - alimentar as bases de dados dos sistemas de informática da Procuradoria-Geral do Município;
XIV - apresentar relatórios e prestar informações solicitadas pelos órgãos da Procuradoria-Geral do Município;
XV - identificar-se em suas manifestações funcionais mediante assinatura, nome completo e cargo que ocupa em letra legível e número de matrícula funcional;
XVI - atender aos interessados, quando no exercício de suas funções, a qualquer momento, nos casos urgentes;
XVII - exercer permanente fiscalização sobre os servidores públicos subordinados;
XVIII - comparecer às reuniões dos colegiados da Procuradoria-Geral do Município, salvo por justo motivo;
XIX – cumprir carga horária semanal de 20 (vinte) horas.

CAPÍTULO VII

DOS CARGOS COMISSIONADOS, Das Funções DE CONFIANÇA E Gratificadas, dos Assessores DE ASSUNTOS ESPECIAIS, da Ouvidoria e do Apoio Técnico

Art. 15. Ficam criados, no âmbito da Procuradoria-Geral do Município da Vitória de Santo Antão:

I – cinco (5) cargos comissionados de Assessor Jurídico;
II – um (1) cargo comissionado de Assessor de Assuntos Especiais.

Parágrafo único. O requisito mínimo para provimento dos cargos referidos é a graduação em curso de Bacharelado em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Compete aos Assessores Jurídicos:

I - realizar pesquisas de jurisprudências nos órgãos colegiados judiciais e administrativos;
II - diligenciar quanto às respostas dos ofícios e demais expedientes emitidos;
III- instruir requerimentos e processos administrativos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais;
IV - organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos administrativos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações;
V - atender o público em geral, prestando-lhe informações que forem solicitadas;
VI- alimentar o sistema jurídico e bancos de dados da Procuradoria-Geral do Município;
VII- alimentar e organizar os arquivos da Procuradoria-Geral do Município;
VIII - realizar as mais diversas atividades administrativas da Procuradoria-Geral do Município e de secretaria jurídica.

Parágrafo único. É expressamente vedado aos Assessores Jurídicos o exercício de funções privativas dos Procuradores Municipais.

Art. 17. A remuneração do ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico se equipara àquela percebida pelos que ocupam o cargo efetivo de Técnico-Jurídico.

Art. 18. Compete ao Assessor de Assuntos Especiais:

I – realizar estudos e pesquisas sobre matérias jurídicas;
II – assessorar a Procuradoria-Geral;
III – representar a Procuradoria- Geral, quando expressamente autorizado;
IV – acompanhar movimentação processual;
V – monitorar o controle de prazos processuais.

Art. 19. A remuneração do cargo de Assessor de Assuntos Especiais equipara-se ao valor percebido pelos ocupantes do cargo comissionado CC-1 no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 20. Ficam criadas, no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, as seguintes funções de confiança:

I – Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral;
II – Diretor do Núcleo de Executivo de Cálculos e Perícias.

Parágrafo único. O requisito mínimo para provimento nas referidas funções é ser servidor efetivo ocupante do cargo de Técnico-Jurídico.

Art. 21. Compete ao Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral:

I – assistir diretamente ao Procurador-Geral, ao Subprocurador-Geral e aos Subprocuradores no exercício de suas atribuições;
II – coordenar as rotinas administrativas do Gabinete da Procuradoria-Geral;
III – supervisionar a tramitação de expedientes e documentos no âmbito do Gabinete;
IV – exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Procurador-Geral.

Art. 22. A remuneração da função de confiança de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral equipara-se ao valor percebido pelos ocupantes do cargo comissionado CC-1 no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 23. Compete ao Diretor do Núcleo de Executivo de Cálculos e Perícias:

I – prestar apoio técnico especializado aos Procuradores Municipais e às chefias da Procuradoria-Geral nas matérias que exijam perícia, cálculos ou análises operacionais;
II – elaborar e revisar planilhas, simulações, perícias e estudos técnicos necessários à atuação judicial e extrajudicial da Procuradoria;
III – acompanhar os processos judiciais e administrativos que demandem conhecimento técnico-operacional;
IV – executar outras tarefas correlatas, por delegação do Procurador-Geral, Subprocurador-Geral ou Subprocuradores.

Art. 24. Fará jus o servidor efetivo ocupante do cargo de Técnico-Jurídico que exercer a função de confiança de Diretor do Núcleo de Executivo de Cálculos e Perícias a uma gratificação correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento-base.

Art. 25. Instituem-se 05 (cinco) funções gratificadas de Assistente de Procurador, destinadas a servidores efetivos ocupantes do cargo de Técnico-Jurídico, que atuarão sob supervisão direta do Procurador-Geral e/ou Subprocurador-Geral.

Art. 26. Compete aos Assistentes de Procurador:

I - auxiliar e assistir aos Procuradores do Município quando do exercício de suas atribuições;
II - realizar pesquisas de jurisprudências nos órgãos colegiados judiciais e administrativos;
III - minutar ofícios, comunicações internas, peças jurídicas processuais, pareceres, cotas e demais expedientes jurídicos;
IV - auxiliar o Procurador do Município nas unidades do Poder Judiciário;
V- auxiliar nos processos disciplinares.

Art. 27. Fará jus o servidor efetivo ocupante do cargo de Técnico-Jurídico que exercer a função de confiança de Assistente de Procurador a uma gratificação correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento-base.

Art. 28. Fica criado 01 (um) cargo comissionado de Ouvidor, cujo requisito para nomeação é ser detentor de curso superior reconhecido pelo MEC.

Art. 29. Compete ao Ouvidor da Procuradoria-Geral do Município:
I - receber todas as manifestações referentes às reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de acesso à informação que lhe forem dirigidas, com presteza e imparcialidade, encaminhando aos respectivos setores responsáveis para os esclarecimentos necessários;

II - intermediar os interesses e necessidades dos cidadãos usuários dos serviços públicos junto aos gestores de suas instituições, quando formalizados através de manifestações;
III - identificar, através das manifestações recebidas, oportunidades de melhoria na prestação dos serviços públicos municipais e sugerir ações de melhorias, evitando a reincidência de manifestações pertinentes à ineficiência da máquina estatal, por meio de relatórios gerenciais;
IV - analisar os indicadores de avaliação da satisfação do cidadão quanto aos serviços prestados no âmbito da Procuradoria-Geral;
V - analisar/validar a pertinência do conteúdo das respostas conclusivas recebidas dos demandados;
VI - monitorar o prazo de resposta das manifestações, encaminhando despachos de cobrança, aos gestores, em busca de atender ao prazo estabelecido;
VII - resguardar a todos os usuários caráter de sigilo, discrição e fidelidade quanto ao conteúdo e providências de suas manifestações;
VIII - divulgar, de forma ampla e transparente, as ações desenvolvidas, inclusive internamente, para servidores do órgão/entidade, para uma melhor compreensão quanto ao papel da ouvidoria na instituição.

Art. 30. A remuneração do Ouvidor da Procuradoria-Geral do Município se equipara àquela percebida pelos que ocupam o cargo comissionado (CC-2).

CAPÍTULO VIII

a Câmara de Conciliação, da Arbitragem, da Comunicação Institucional e da assessoria de imprensa

Art. 31. Fica criado o cargo em comissão de Coordenador da Câmara de Conciliação, de livre nomeação e exoneração, cuja investidura exige a conclusão de curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Parágrafo único. Compete ao Coordenador da Câmara de Conciliação planejar, implementar e supervisionar as atividades desenvolvidas pela central de conciliação, com a finalidade de promover a resolução consensual de conflitos, no âmbito judicial e extrajudicial, por meio de métodos autocompositivos, assegurando maior celeridade, economicidade e efetividade na solução das demandas.

Art. 32. A remuneração do Coordenador da Câmara de Conciliação será equivalente à do cargo comissionado CC-1, conforme a estrutura remuneratória da Administração Pública Municipal.

Art. 33. Fica instituída a Central de Conciliação do Município da Vitória de Santo Antão, vinculada à Procuradoria-Geral, com a finalidade de fomentar a mediação e a composição consensual como instrumentos para a solução de controvérsias administrativas e judiciais que envolvam a Administração Municipal.

Art. 34. A central de Conciliação do Município da Vitória de Santo Antão terá como diretrizes:

I - a instituição de valores e de meios jurídicos que aprofundem o relacionamento de pessoas físicas e jurídicas com a Administração Municipal;
II- a prevenção e a solução de controvérsias administrativas e judiciais, entre pessoas físicas e jurídicas e a Administração Municipal;
III- a garantia da juridicidade, da eficácia, da estabilidade, da segurança e da boa-fé das relações jurídicas e administrativas;
IV- a celeridade e efetividade dos procedimentos de prevenção e de solução de controvérsias;
V- a racionalização da judicialização de litígios envolvendo a Administração Municipal;
VI - a busca pela redução de passivos financeiros decorrentes de controvérsias que envolvam a Administração Municipal.

Art. 35. Compete à Central de Conciliação do Município da Vitória de Santo Antão:

I- avaliar a admissibilidade, prevenir e solucionar os pedidos de resolução de conflitos, judicializados ou não, por meio de conciliação no âmbito da Administração Municipal;
II- dirimir, por meio de conciliação, as controvérsias entre órgãos e entidade da Administração Municipal;
III - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta, nos casos submetidos a procedimento conciliatório;
IV - requisitar aos órgãos e entidades da administração municipal, informações para subsidiar sua atuação.

§1° A Central de Conciliação será composta por Câmaras Temáticas, cuja composição, estrutura, funcionamento, procedimentos e limites serão fixados pelo Regulamento.

§2° A eficácia dos termos de transação administrativo, resultante dos processos submetidos a Central de Conciliação, dependerá de homologação do Procurador-Geral do Município.

Art. 36. Fica autorizada a arbitragem, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, nos termos da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, respeitado o art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º A Arbitragem será necessariamente institucional, sendo vedado o Julgamento por equidade.

§ 2° O Direito brasileiro regerá a convenção de arbitragem e a resolução da disputa.

§ 3º. Fica definido o foro da Comarca da Vitória de Santo Antão como o competente para o processamento e julgamento de qualquer ação oriunda ou relacionada com a arbitragem, inclusive a prevista no art. 7º, da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1966, e os pedidos de tutela provisória antecedente a instituição de arbitragem.

Art.37. A celebração de convenção de arbitragem e de compromisso arbitral, que poderá ser firmado independentemente de previsão contratual e editalícia, dependerá de parecer prévio da Procuradoria-Geral do Município.

§ l° A Procuradoria-Geral do Município manterá lista pública de procedimentos arbitrais que envolva a Administração Pública direta e indireta, contendo a data do requerimento de instalação de arbitragem, o nome das partes, o nome dos árbitros, a entidade arbitral responsável e o valor envolvido.

§ 2º Os atos do procedimento serão públicos, assim considerados as petições, o Termo de Arbitragem, os laudos periciais e todas as decisões adotadas pelo Tribunal Arbitral.

§ 3º Ficam ressalvadas, da publicidade, as hipóteses legais de sigilo, de segredo de justiça, de segredos comerciais ou industriais, de documentos de terceiros, de contratos com cláusula de confidencialidade e de matérias protegidas por direito de propriedade intelectual.

Art. 38. O Regulamento disporá, dentre outros, sobre:

I- parcerias e convênios com outras entidades;
II- os requisitos para a escolha das entidades de arbitragem e dos árbitros;
III - convenção de arbitragem, compromisso arbitral e normas procedimentais;
IV- despesas com a arbitragem;
V- criação de um cadastro de entidades de arbitragem, baseado em critérios de idoneidade, competência e experiência, na administração de procedimentos envolvendo o Poder Público, sem gerar qualquer direito subjetivo de escolha para as cadastradas.

Parágrafo único. A inexistência ou omissão de Regulamento não prejudicará a celebração de convenção de arbitragem, sequer sua instituição.

Art. 39. Fica criado o cargo comissionado de Assessor de Imprensa, cujo requisito para nomeação é ser detentor de curso superior reconhecido pelo MEC.

Art. 40. Compete ao Assessor de Imprensa da Procuradoria-Geral do Município:

I - produzir e gerir conteúdo institucional para divulgação em mídias sociais e canais de comunicação;
II - organizar entrevistas e coletivas de imprensa;
III - elaborar pautas de interesse do órgão jurídico;
IV – promover a interlocução entre a Procuradoria, a população e os demais órgãos municipais;
V – divulgar ações institucionais de relevância, com foco na transparência e valorização da Procuradoria-Geral.

Art. 41. A remuneração do Assessor de Imprensa será equivalente à do cargo comissionado CC-2, conforme a estrutura remuneratória da Administração Pública Municipal.

Art. 42. Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo são diretamente subordinados ao Procurador-Geral do Município, cabendo-lhes garantir suporte permanente às atividades funcionais, técnicas e operacionais da Procuradoria-Geral.

Art. 43. Compete à Equipe de Apoio Técnico e Administrativo:

I – auxiliar os membros da Procuradoria-Geral do Município;
II - proceder com o protocolo necessário ao registro de entrada e saída de todos os processos, documentos e demais expedientes na Procuradoria-Geral do Município, preferencialmente por meio eletrônico;
III – proceder com o armazenamento físico ou digital, temporário ou definitivo, de todos os documentos, processos administrativos e autos suplementares de processos judiciais da Procuradoria;
IV– realizar a distribuição de mandados, intimações, citações, notificações, demandas e consultas jurídicas aos Procuradores Municipais, prioritariamente por sistema informatizado.

Art. 44. O quadro administrativo da Procuradoria-Geral do Município, denominado técnico jurídico, possuirá a seguinte estruturação de carreira:

I - faixa temporal horizontal;
II - nível de escolaridade;
III – promoção de desempenho.

Art. 45. A progressão horizontal por faixa temporal será caracterizada pela elevação do servidor a padrão de vencimento imediatamente superior dentro da mesma faixa, com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação ao padrão anterior.

Parágrafo único. Os padrões de vencimento horizontal serão identificados pelas letras: A, B, C, D, E e F.

Art. 46. A progressão vertical por nível dar-se-á por titulação ou formação profissional, visando determinar o vencimento a ele correspondente, de acordo com os seguintes critérios:

I - o servidor portador de diploma do ensino médio se encontrará no nível inicial do padrão de vencimentos;
II - o servidor portador de diploma de curso de graduação, emitido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC, no percentual de 10% (dez por cento);
III - o servidor portador de diploma de curso de graduação, emitido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC, na área de Ciências Jurídicas, no percentual de 15% (quinze por cento);
IV - para o servidor portador de diploma de especialização *lato sensu*, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, emitido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC, no percentual de 20% (vinte por cento);
V - para o servidor portador de diploma de Mestre, emitido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento);
VI - para o servidor portador de diploma de Doutor, emitido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC, no percentual de 30% (trinta por cento);
VII - para o servidor portador de pós-doutorado, emitido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC, no percentual de 35% (trinta e cinco por cento).

§ 1º O incentivo ao desenvolvimento funcional, a que se refere o *caput* deste artigo, possibilitará ao servidor preocupado com sua atualização profissional atingir os valores constantes nos padrões finais de vencimento.

§ 2º Para fazer jus ao incentivo pleno a que se referem os níveis mencionados nos incisos IV, V, VI e VII devem fazer relação direta com a área jurídica e estreita ligação com as atribuições típicas do cargo.

§ 3º A relação entre o curso de pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu* concluído pelo servidor e sua área de atuação deverá ser atestada pela Procuradoria do Município por meio da emissão de parecer fundamentado.

§ 4º O comprovante do curso que habilita o servidor à percepção do incentivo mencionado no *caput* deste artigo é o diploma ou certificado expedido pela instituição formadora, registrado na forma da legislação em vigor.

§ 5º A progressão aqui instituída é prerrogativa do servidor efetivo e estável.

Art. 47. A promoção por desempenho funcional será concedida com base em merecimento, implicando elevação à classe imediatamente superior dentro da carreira, com acréscimo de 5% (cinco por cento) no vencimento-base, após avaliação e aprovação pela Procuradoria-Geral.

Parágrafo único. O formulário com os critérios, fatores e o método de avaliação será editado pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 48. São requisitos cumulativos para o servidor concorrer à promoção por desempenho:

I- ter cumprido interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício na classe atual
II-ter obtido, pelo menos, 70% (setenta por cento) na média de suas duas últimas avaliações de desempenho funcional;
III-estar no efetivo exercício do seu cargo; e
IV-não ter sofrido penalidade disciplinar nos últimos 2 (dois) anos.

Art. 49. O vencimento base do técnico jurídico corresponde ao valor previsto no Anexo I desta Lei.

Art. 50. Integram os rendimentos dos técnicos-jurídicos o somatório do vencimento base do cargo e as vantagens de caráter permanente adquiridas ao longo da vida funcional, sem prejuízo dos anuênios e progressões.

Parágrafo único .Fica facultado ao Chefe do Poder Executivo estender aos servidores efetivos do quadro administrativo da Procuradoria-Geral do Município aos auxílios descritos no art. 64 desta lei, mediante a edição de ato administrativo próprio.

CAPÍTULO IX

Da Unidade Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (UPPAD)

Art.51. Fica criada a Unidade Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – UPPAD, departamento integrante da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo Único. A UPPAD é composta por servidores públicos estáveis, integrantes da carreira de Procurador Municipal e de servidores integrantes da Procuradoria-Geral do Município,

designados mediante portaria do Procurador-Geral, que indicará, dentre os Procuradores Municipais, o Presidente.

Art. 52. Compete à Unidade Permanente de Processo Administrativo Disciplinar constituir comissões processantes para instaurar, por determinação do Prefeito ou do Procurador-Geral do Município, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, a fim de apurar a responsabilidade dos servidores públicos pela prática de atos contrários às normas de deveres e proibições funcionais previstas em lei.

Parágrafo único. A Unidade Permanente de Processo Administrativo Disciplinar seguirá o procedimento previsto no Estatuto dos Servidores.

TÍTULO II

DO REGIME JURÍDICO DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

Do Ingresso, Estrutura e Evolução da Carreira

Art. 53. A Procuradoria-Geral é composta de Procuradores do Município, organizados em carreira própria, investidos mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.
Parágrafo Único. A banca examinadora do Concurso para Procurador Municipal será integrada por 1/3 (um terço) dentre Procuradores Municipais indicados pelo Prefeito Municipal, 1/3 (um terço) dentre Procuradores Municipais indicados pelo Procurador-Geral e 1 (um) advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 54. O Concurso para ingresso no cargo inicial da carreira de Procurador do Município será realizado, a juízo do Prefeito Municipal, sempre que houver vaga e assim exigir o interesse público.

§ 1º O edital, aprovado pelo Procurador-Geral do Município, fixará as condições gerais do Concurso Público para o provimento do cargo de Procurador, especificando as matérias, programas, critérios de avaliação dos títulos e notas mínimas para aprovação.

§ 2º Na avaliação dos títulos, cuja nota não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do máximo atribuível à(s) prova(s) escrita(s), somente serão admitidos:

I - título de Doutor em Direito conferido ou reconhecido por instituição de ensino superior oficial ou reconhecida;
II - título de Mestre em Direito conferido ou reconhecido por instituição de ensino superior oficial ou reconhecida;
III - diploma ou certificado de conclusão de Curso de Especialização em Direito, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, emitido ou reconhecido por Faculdade de Direito oficial ou reconhecida.

§ 3º O prazo de validade do concurso de Procurador do Município será de até 2 (dois) anos, contados da data da respectiva homologação, podendo ser prorrogado, uma vez, por ato do Prefeito Municipal e/ou do Procurador-Geral, por igual período.

Art. 55. São requisitos para posse no cargo de Procurador do Município:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
II - ser Bacharel em Direito, com diploma expedido por instituição de ensino superior oficial ou reconhecida;
III - não possuir antecedentes criminais;
IV - ter aptidão física e psíquica, comprovada por laudo médico;
V - ter comprovada idoneidade moral atestada por Procuradores, membros da Magistratura, do Ministério Público e Defensoria;
VI - estar quite com o serviço militar, para pessoa do gênero masculino;
VII – achar-se no regular gozo dos direitos políticos.

Art. 56. A carreira de Procurador do Município compõe-se das seguintes categorias:

I - Procurador do Município, PR - I;
II - Procurador do Município, PR – II;
III- Procurador do Município, PR – III;
IV - Procurador do Município, PR – IV;
V - Procurador do Município, PR – V;
VI - Procurador do Município, PR – VI;
VII - Procurador do Município, PR – VII;
VIII - Procurador do Município, PR – VIII;
IX - Procurador do Município, PR – IX;
X - Procurador do Município, PR – X.

Art. 57. A progressão funcional dos Procuradores do Município consiste na movimentação de uma categoria para a imediatamente superior, no âmbito da mesma carreira, com acréscimo de vencimentos, sem alteração do cargo, mediante prévia avaliação funcional, observados os seguintes requisitos:
I – estar o servidor em efetivo exercício no último nível da categoria em que se encontrar há, no mínimo, 2 (dois) anos;
II – participação em cursos de capacitação profissional com conteúdo relacionado às atribuições do cargo, totalizando carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, realizados em instituição de ensino oficial ou devidamente reconhecida;
III – obtenção de resultado satisfatório nas 2 (duas) últimas avaliações anuais de desempenho individual, com base em metas previamente estabelecidas pelo órgão competente;
IV – estar em pleno exercício na Procuradoria-Geral do Município;
V – não ter sofrido sanção disciplinar nos 2 (dois) anos anteriores à avaliação;
VI – demonstrar interesse, dedicação e zelo no desempenho das atribuições inerentes ao cargo, devidamente atestados pela Procuradoria-Geral do Município.
§ 1º Somente serão considerados, para os fins desta Lei Complementar, os cursos concluídos nos 5 (cinco) anos anteriores à data da última progressão funcional.
§ 2º Não serão validados, para fins de progressão, os eventos de capacitação que não guardem relação com o cargo, a função ou a área de atuação do servidor.
§ 3º O formulário contendo os critérios, fatores e o método de avaliação funcional será instituído por ato do Procurador-Geral do Município.
§ 4º A progressão funcional para as categorias **PR-VII, PR-VIII, PR-IX e PR-X** será **privativa dos Procuradores investidos nos cargos de Procurador-Geral do Município e Subprocurador-Geral do Município.**
§ 5º O Chefe do Poder Executivo poderá, mediante decreto, estender a progressão funcional prevista no § 4º aos demais Procuradores do Município, observados o interesse público, a disponibilidade orçamentária e o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste artigo.
Art. 58. Não serão avaliados para fins de progressão e promoção os servidores que se encontrarem:
I – cedidos a outro órgão ou entidade, ainda que da administração municipal, a qualquer título;
II – no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;
III – em gozo de licença, a qualquer título;
IV – afastados do exercício do cargo por período superior a 12 (doze) meses anteriores à avaliação;
V – que tenham sofrido penalidade disciplinar nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à avaliação, contados da data da aplicação da sanção.
§ 1º Na hipótese de afastamento por período superior a 12 (doze) meses, ficará suspensa a contagem do tempo para fins de progressão e promoção, retomando-se a contagem a partir do retorno ao exercício do cargo, com aproveitamento do tempo anteriormente computado.
§ 2º O vencimento básico das categorias da carreira de Procurador do Município observará diferença de 10% (dez por cento) de uma categoria para a imediatamente subsequente.
§ 3º Os Procuradores integrantes do quadro de provimento efetivo do Município permanecerão, até a próxima progressão ou promoção, nas categorias em que se encontrem enquadrados na data da publicação desta Lei Complementar.
§ 4º O limite máximo da remuneração dos Procuradores do Município não poderá exceder o subsídio mensal dos Ministros do Supremo

Tribunal Federal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 59. Os cargos iniciais da carreira de Procurador do Município serão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público de que trata a presente lei.

Art.60. Os Procuradores do Município serão empossados pelo Prefeito Municipal e/ou pelo Procurador-Geral, em sessão solene, mediante assinatura do termo de compromisso em que o empossado prometa cumprir fielmente os deveres do cargo.

§ 1º É de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação, o prazo para a posse do Procurador do Município, prorrogável por igual período, a critério do Prefeito Municipal e/ou do Procurador-Geral, sob pena de ineficácia do ato de provimento.

§ 2º Os Procuradores do Município, uma vez empossados, deverão entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de perda do cargo.

§ 3º O prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Prefeito Municipal e/ou do Procurador-Geral.

§ 4° O Prefeito Municipal e/ou o Procurador-Geral, se o exigir o interesse do serviço público, poderá determinar que os Procuradores do Município entrem em exercício imediatamente após a nomeação.

Art. 61. Os 3 (três) primeiros anos de exercício do Procurador do Município servirão para verificar o preenchimento dos requisitos mínimos necessários à sua confirmação na carreira, notadamente a ilibada reputação, o cumprimento de seus deveres e obrigações.

§ 1º O Prefeito e/ou o Procurador-Geral, por ato próprio, instituirá comissão, de que trata o § 4º do art. 41 da Constituição Federal, para avaliação do desempenho dos Procuradores Municipais submetidos a estágio probatório, sob a presidência do Procurador-Geral do Município, para fim de aquisição ou não de estabilidade.

§ 2° Verificado o não cumprimento dos requisitos de que trata este artigo, o Procurador-Geral remeterá à comissão de que trata o parágrafo anterior, até 90 (noventa) dias antes do término do estágio, relatório circunstanciado sobre a conduta profissional do Procurador do Município, concluindo, fundamentadamente, sobre sua confirmação, ou não, no cargo.

§ 3º A comissão de que trata o parágrafo primeiro abrirá o prazo de 10 (dez) dias para a defesa do interessado e decidirá pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

§ 4º O Procurador-Geral encaminhará expediente ao Prefeito Municipal para efeito de exoneração do Procurador do Município em estágio probatório, quando a comissão de que trata o parágrafo primeiro manifestar-se contrariamente à aquisição da estabilidade.

CAPÍTULO II

Do Regime de Trabalho e das Vantagens Funcionais

Art. 62. A jornada de trabalho dos Procuradores Municipais é de 20 (vinte) horas semanais, cujo cumprimento poderá ser regulamentado pelo Prefeito e/ou pelo Procurador-Geral, em nome do interesse público.

Parágrafo Único. Os Procuradores Municipais não se sujeitam a controle de horário de trabalho, em virtude da particularidade de suas atribuições.

Art. 63. As férias do Procurador-Geral do Município e do Subprocurador-Geral dar-se-ão nos termos do artigo 27 da Lei Complementar Estadual nº 02/1990 c/c o inciso XVII, do artigo 7º, da Constituição da República.

§ 1º Após a saída dos cargos de Procurador-Geral do Município ou de Subprocurador-Geral, é assegurado aos respectivos ocupantes, até o advento da aposentadoria, o direito à percepção de duas férias anuais, observadas as demais normas aplicáveis à carreira.

§ 2º Fica facultado ao Chefe do Poder Executivo estender aos demais membros da carreira de Procurador do Município os benefícios descritos no caput deste artigo, mediante decreto.

Art.64. O Procurador-Geral e o Subprocurador-Geral do Município terão direito ao percebimento dos seguintes auxílios, aplicando-se o disposto na Lei Estadual nº 15.828, de 2 de junho de 2016:

I – auxílio-saúde, em pecúnia, na folha de pagamento, desde que em efetivo exercício na Procuradoria-Geral, no valor de 5% (cinco por cento) do vencimento base do servidor para o respectivo mês de apuração, excluídas as vantagens pessoais ou verbas indenizatórias;

II - auxílio-alimentação, em pecúnia, na folha de pagamento, desde que em efetivo exercício, no valor de 5% (cinco por cento) do vencimento base do servidor para o respectivo mês de apuração, excluídas as vantagens pessoais ou verbas indenizatórias.

§ 1º Os servidores que estiverem afastados, por licença, salvo por motivo de doença, não perceberão os auxílios.

§ 2º Os auxílios não poderão sofrer qualquer desconto.

§ 3º Os auxílios não serão incorporados ao vencimento, à remuneração, aos proventos ou à pensão, não constituindo salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*, não sofrendo incidência de contribuição para a Seguridade Social e não se configurando como rendimento tributável.

§ 4º Fica facultado ao Chefe do Poder Executivo estender aos demais membros da carreira de Procurador do Município os auxílios descritos no caput deste artigo, mediante a edição de decreto.

Art.65. As licenças e afastamentos dos Procuradores do Município reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos demais funcionários públicos do Município.

§1º Os afastamentos para missão, estudo, ou para exercício em entidades públicas somente poderão ocorrer após o período de estágio probatório.

§2º A licença para capacitação no Brasil ou no exterior será concedida mediante prévia autorização do Prefeito ou Procurador-Geral, de acordo com a conveniência e oportunidade, com ônus para o Município, contando como efetivo exercício para todos os efeitos legais.

§ 3º - Poderá ser concedida licença remunerada com todas as vantagens inerentes ao cargo, pelo Prefeito e/ou Procurador-Geral a integrante da carreira que ocupe direção e/ou Presidência de órgão de classe.

Art.66. Os Procuradores Municipais e os servidores lotados na Procuradoria-Geral do Município da Vitória de Santo Antão terão direito a utilizar, gratuitamente, as vagas de estacionamento rotativo público, denominadas “zona azul”, em todo o território do Município, visando facilitar o exercício de suas atribuições funcionais.

§1º O direito previsto no caput será exercido mediante apresentação de identificação funcional emitida pela Procuradoria-Geral do Município, fixada em local visível no interior do veículo.

§2º O Município adotará as providências necessárias junto à empresa responsável pela gestão do estacionamento rotativo para viabilizar o cumprimento deste artigo.

CAPÍTULO III

Das Prerrogativas, Deveres, Vedações e Fiscalização da Atividade Funcional

Art. 67. São prerrogativas do Procurador do Município, essenciais ao pleno exercício de suas funções:

I - não ser constrangido, por qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com a sua consciência ético-profissional;
II - requisitar auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;
III - requisitar, das autoridades competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções.

Art. 68. As solicitações dos Procuradores Municipais, encaminhadas a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal da Vitória de Santo Antão, deverão ser impreterivelmente atendidas:

I - em 24 (vinte e quatro) horas, quando se referir a pedido de tutela provisória, em ações judiciais;
II - em 10 (dez) dias úteis, quando se referir a respostas em ações judiciais;
IIII - em outro prazo a ser estipulado pelo Procurador Municipal, nas demais hipóteses.

Parágrafo único. As consequências processuais do descumprimento do prazo previsto neste artigo serão imputadas ao servidor municipal descumpridor da requisição no tempo hábil, independentemente das punições pela infração de caráter disciplinar.

Art. 69. Os Procuradores do Município, mediante a concordância do Procurador-Geral ou do Subprocurador-Geral, ficam dispensados de impugnar e interpor recursos, bem como podem pedir desistência dos já interpostos, quando o recurso for manifestamente inadmissível ou quando se tratar de questão sobre a qual exista jurisprudência pacífica, no mesmo sentido do pleito da parte adversa, entendendo-se os seguintes casos:

I – súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho;
II – acórdão do Plenário do Supremo Tribunal Federal, da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça ou das Seções de Dissídio Individuais ou Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho;
III – decisão proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal ou Pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco;
IV – decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática de repercussão geral ou de recurso repetitivo;
V – outras situações previstas em lei ou em ato do Procurador-Geral do Município.

Art. 70. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos Procuradores do Município é vedado:

I - aceitar cargo, exercer função pública ou mandato, fora dos casos autorizados na Constituição ou nas leis;

II - valer-se de seu cargo ou função para obter vantagem ilícita;
III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado;
IV - confessar, transigir ou desistir, exceto quando expressamente autorizado pelo Procurador-Geral do Município;
V - exercer advocacia privada em desfavor do Município da Vitória de Santo Antão;
VI - revelar assunto de caráter sigiloso, que conheça em razão do cargo ou função.

Art. 71. O Procurador Municipal será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

Art. 72. A atividade funcional dos Procuradores do Município está sujeita a fiscalização permanente, ordinária e extraordinária.

§ 1º Fiscalização permanente é a realizada diuturnamente pelos chefes dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral do Município sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Procurador-Geral.

§ 2º Fiscalização ordinária é a realizada anualmente pelo Procurador-Geral para verificar a regularidade e a eficiência dos serviços.

§ 3º Fiscalização extraordinária é a realizada a qualquer momento, pelo Procurador- Geral, de ofício ou por determinação do Prefeito Municipal.

§ 4º Qualquer pessoa poderá representar ao Procurador-Geral do Município sobre abusos, erros ou omissões de Procurador Municipal.

CAPÍTULO IV

Dos Registros, Comunicações e Distribuição das Demandas

Art. 73. A entrada e saída de documentos e expedientes da Procuradoria-Geral do Município se dará, exclusivamente, pela sua equipe de apoio, mediante procedimento de controle eletrônico, onde constará data e hora do ato.

Art. 74. Todos os pareceres jurídicos serão encaminhados através de ofício pelo Procurador-Geral do Município, permitida a delegação.

Parágrafo único. O parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de menor tempo.

Art. 75. Sempre que os demais órgãos da Administração Direta ou Indireta Municipal solicitarem formalmente à Procuradoria do Município qualquer atividade jurídica, ao final do cumprimento o membro deverá comunicar, ao solicitante, a providência adotada mediante expediente formal, quando anexará comprovante do ato efetivado.

Art. 76. Os Procuradores apresentarão relatórios gerenciais trimestrais de suas atividades.

Art.77. Os autos judiciais, procedimentos administrativos, ofícios, comunicações internas ou quaisquer documentos oficiais que necessitem a guarda em arquivo para futuras utilizações serão sempre digitalizados pelo setor competente, com disponibilização em rede interna e em programa de controle processual eventualmente existente, com exceção dos documentos que pela natureza, destaque ou necessidade de preservação necessitem do arquivo físico.

Art. 78. As diligências solicitadas pelos procuradores ao Órgão de Apoio Técnico e Administrativo devem ser realizadas com antecedência hábil para o respectivo cumprimento.

Art.79. A Procuradoria envidará esforços para que todas as comunicações efetivadas por seus integrantes sejam, paulatinamente, realizadas mediante sistema eletrônico, com vistas a aumentar a sua produtividade e agilidade, bem ainda reduzir gastos.

Art. 80. distribuição dos processos judiciais, com exceção do executivo fiscal, será realizada de forma automática, sem qualquer distinção quanto à matéria.

Parágrafo único. A distribuição automática ocorrerá de acordo com os critérios utilizados pelo Sistema utilizado pela Procuradoria-Geral.

Art. 81. A distribuição de mandados, intimações, citações, notificações e demandas jurídicas para os Procuradores do Município será efetuada pelo Procurador-Geral, podendo ser delegada a equipe de apoio técnico e administrativo.

Art. 82. A distribuição dos requerimentos e quaisquer pleitos administrativos formulados pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta do município, será realizada igualitariamente entre os procuradores em exercício, sem distinção quanto à matéria.

Art. 83. Os processos administrativos (PA), os processos administrativos disciplinares (PAD) e os processos administrativos de aplicação de penalidades (PAAP) serão igualmente distribuídos entre os procuradores em exercício.

CAPÍTULO V

Da Redistribuição de Demandas, dos Sistemas Eletrônicos e das Demandas Relevantes

Art. 84. A recusa quanto ao recebimento dos pleitos administrativos deverá ser requerida de forma escrita, indicando o fundamento respectivo.

Art. 85. A redistribuição das demandas judiciais e administrativas será feita, exclusivamente, em razão de férias, licença ou afastamento do Procurador do Município responsável.

Parágrafo único. É vedado, em qualquer hipótese, o pedido de redistribuição de demandas com prazo em curso, salvo em casos excepcionais, a critério do Procurador-Geral.

Art. 86. Nos 5 (cinco) dias corridos que antecedem o início das férias dos Procuradores, a distribuição das respectivas demandas e processos administrativos ficará suspensa, com a finalidade do primeiro cumprir todas as pendências até então existentes.

Parágrafo único. O prazo mencionado no *caput* deste artigo será de 3 (três) dias corridos para cada uma das parcelas quando o gozo das férias for parcelado, em períodos de 15 (quinze) dias.

Art. 87. É obrigatória a utilização do Sistema de Automação adotado pelo órgão por todos os membros da Procuradoria do Município nos processos da Justiça Estadual.

Art. 88. Nos processos de outras competências, não contemplados pelo Sistema interno, o Procurador Municipal deverá requerer sua habilitação nos autos.

Art. 89. Os Procuradores do Município deverão classificar, dentro de seus respectivos acervos, as causas ou demandas consideradas relevantes ou prioritárias, em razão de aspectos políticos, jurídicos, econômicos, sociais ou administrativos neles envolvidos.
§ 1º A discriminação das causas que mereçam a classificação de relevantes ou prioritárias será efetivada pelo Procurador-Geral do Município.

§2º A identificação da causa classificada como relevante ou prioritária se efetivará por intermédio de ofício, memorando ou e-mail e/ou, quando possível, no sistema de acompanhamento processual.

Art. 90. O Procurador-Geral poderá designar Procurador lotado na sua unidade para atuar, exclusivamente, nas causas relevantes ou prioritárias.

Art. 91. Todas as peças jurídicas relacionadas às causas ou demandas relevantes e/ou prioritárias serão assinadas pelo Procurador do Município titular do caso e revisadas anteriormente pelo Procurador-Geral.

Art. 92. O Procurador-Geral e o Subprocurador-Geral poderão, a qualquer tempo, avocar para seu gabinete a condução da causa que entender relevante e/ou prioritária para o Município.

CAPÍTULO VI

Da Unificação de Entendimentos e das Responsabilidades Funcionais

Art. 93. Os membros da Procuradoria do Município deverão unificar o entendimento quanto às solicitações de matéria administrativa, evitando a emissão de pareceres conflitantes que tratem de idêntico assunto.

§1º Identificada divergência entre pareceres, deverá, imediatamente, ser encaminhada ao Procurador-Geral, juntamente com proposta de edição e revisão, mediante manifestação fundamentada quanto ao entendimento.

§2º Caso o Procurador-Geral entenda indevida a edição e a revisão, dará ciência de sua manifestação ao proponente, que poderá fornecer novos elementos aptos a fundamentar a proposta.

Art. 94. Os Procuradores do Município são passíveis das seguintes sanções disciplinares:

I - advertência;
II - suspensão;
III –demissão;
IV-cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Art. 95. As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas:

I - a de advertência, reservadamente e por escrito, em caso de negligência no exercício das funções;
II - a de suspensão, até 30 (trinta) dias, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência;
III - a de suspensão, de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, em caso de inobservância das vedações impostas por esta lei ou de reincidência em falta anteriormente punida com suspensão até 30 (trinta) dias;
IV - a de demissão, nos casos de:
a)crime contra a administração pública;
b) abandono de cargo;
c) inassiduidade habitual;
d)improbidade administrativa;
e) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
f) insubordinação grave em serviço;
g) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
h) aplicação irregular de dinheiros públicos;
i)revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
j)lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
l) corrupção;
m) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, acaso intimado e não realizado a opção;
n)valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
o) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
p)receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
q)aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
r)praticar usura sob qualquer de suas formas;
s)proceder de forma desidiosa;
V - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, nos casos de falta punível com demissão, se praticada no exercício do cargo ou função.

§ 1º A suspensão importa, enquanto durar, na perda dos vencimentos e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, vedada a sua conversão em multa.

§ 2º Considera-se reincidência, para os efeitos desta Lei, a prática de nova infração, dentro de 2 (dois) anos quanto à penalidade de advertência e 4 (quatro) anos quanto à suspensão, após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto sanção disciplinar.

§ 3º Considera-se abandono do cargo a ausência do Procurador do Município ao exercício de suas funções, sem causa justificada, por mais de 30 (trinta dias) consecutivos.

§ 4º Equipara-se a abandono de cargo a falta injustificada, por mais de 60 (sessenta) dias intercalados, no período de doze meses.

Art. 96. Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultarem aos serviços ou a dignidade da Instituição.

CAPÍTULO VII

Do Processo Disciplinar, Prescrição e Garantias Estatutárias

Art.97. As penas de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e de suspensão por prazo superior a 30 (trinta) dias, serão impostas pelo Prefeito Municipal, mediante processo administrativo, assegurado à ampla defesa e o contraditório, e as de suspensão de até 30 (trinta) dias e de advertência serão impostas pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 98. A ação disciplinar prescreverá:

I-em 5 (cinco)anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;
II-em 2 (dois)anos, quanto à suspensão;
III-em 180 (cento e oitenta)dias, quanto à advertência.

§1oO prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§2oOs prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§3oA abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§4oInterrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 99. Para apuração de responsabilidade disciplinar através de sindicância e inquérito Administrativo, serão observados os procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável aos Servidores Públicos no Município.

Art. 100. Aos Procuradores Municipais aplicam-se as regras e garantias consignadas no Estatuto do Servidor Público Municipal, sempre que não houver disposição conflitante com a presente lei.

Art. 101. A aposentadoria dos Procuradores Municipais obedecerá ao disposto na legislação previdenciária do Município.

CAPÍTULO VIII

Da Nomeação do Procurador-Geral e das Gratificações por Responsabilidade e Aperfeiçoamento

Art. 102. O Cargo de Procurador-Geral do Município é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo, dentre os membros da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco anos) anos, com notável saber jurídico, mais de 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional, para um mandato de 4 (quatro) anos.

§ 1° Fará jus o Procurador-Geral do Município a uma gratificação de 100% (cem por cento) sobre o vencimento-base.

§ 2° Fará jus o Subprocurador-Geral do Município a uma gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento-base.

§ 3º Fará jus o Subprocurador do Município a uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento-base.

§ 4º O Procurador-Geral do Município poderá solicitar licença, mediante anuência do Prefeito, hipótese em que ficará suspenso o curso do mandato, o qual será retomado, após o retorno ao exercício do cargo, pelo tempo remanescente.

Art. 103. Fica instituída a Gratificação de Aperfeiçoamento – GA, aos Procuradores do Município aprovados em concurso público, nos percentuais abaixo indicados, incidindo sobre o vencimento base.

I - Para os Procuradores que possuírem pós-graduação *latu sensu (especialização)* - 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base;

II - Para os Procuradores que possuírem pós-graduação *stricto sensu (mestrado)* - 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento base;

III - Para os Procuradores que possuírem pós-graduação *stricto sensu (doutorado) – 50%* (cinquenta por cento) sobre o vencimento base.

IV- Para os Procuradores que possuírem pós-graduação *stricto sensu (pós-doutorado) – 60%* (sessenta por cento) sobre o vencimento base.

§ 1° A pós-graduação *latu* ou *stricto sensu* deverá guardar pertinência temática com o objeto da atividade cotidiana do Procurador.

§ 2° O Procurador que faça jus à percepção da Gratificação de Aperfeiçoamento - GA, deverá requerer ao Prefeito a concessão da Gratificação em tela através da apresentação do diploma, certidão e/ou declaração de conclusão da pós-graduação respectiva, emitida por instituição oficial ou reconhecida.

§ 3° O Prefeito concederá a Gratificação de Aperfeiçoamento – GA ao Procurador que comprovar possuir a titulação respectiva nos termos do parágrafo anterior e determinará a Secretaria pertinente que proceda a inclusão da gratificação em tela nos vencimentos de cada Procurador.

Art. 104. A Gratificação de Aperfeiçoamento instituída e concedida por esta lei será considerada para efeito de cômputo de quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive no cômputo do décimo terceiro salário, das férias e das licenças.

Art. 105. Sobre o valor da Gratificação de Aperfeiçoamento incidirão os descontos previdenciários devidos.

Art. 106. A Gratificação de Aperfeiçoamento será computada nos cálculos dos proventos dos inativos.

TÍTULO III

DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

CAPÍTULO I

Da Natureza, Destinação e Gestão dos Honorários

Art. 107. Os honorários de sucumbência são direito autônomo dos Procuradores Municipais e devem ser pagos por meio de documento de arrecadação separado da cobrança da dívida ativa, seja ela parcelada ou quitada à vista.

.**Art. 108**. Os honorários advocatícios de sucumbência pagos por litigantes condenados em processos judiciais contra o Município da Vitória de Santo Antão serão destinados à Associação dos Procuradores do Município da Vitória de Santo Antão (CNPJ 10.952.365/0001-70).

§1º A existência de discussão sobre honorários de sucumbência não impede a celebração de acordos para parcelamento da dívida ativa, seja ela tributária ou não, nem de outros processos em que o Município figure como parte.

§2º Os honorários não poderão ser parcelados e o rateio será realizado de acordo com o regulamento da Associação dos Procuradores do Município.

§3º Os honorários de sucumbência:

a) não são considerados despesa ou receita pública;
b) não geram efeitos previdenciários;
c) não se incorporam à remuneração para cálculo de 13º salário, férias e outras vantagens;
d) não configuram remuneração de qualquer espécie.

Art. 109. É proibida, sob qualquer hipótese, a dispensa ou redução dos honorários de sucumbência por pessoa que não seja Procurador efetivo e em exercício na Procuradoria-Geral do Município, conforme §4º do art. 24 da Lei Federal nº 8.906/1994.

Art. 110. Os honorários de sucumbência fixados judicialmente, por acordo ou em parcelamento administrativo pertencem a todos os Procuradores aprovados em concurso público e em efetivo exercício na Procuradoria do Município da Vitória de Santo Antão, nos termos

da Lei Federal nº 8.906/1994, do Regulamento Geral da OAB e desta Lei.

§1° - Considera-se em efetivo exercício para fins exclusivamente desta lei:

a) Licença médica a partir do 16° (décimo sexto) dia de afastamento;
b) Licença maternidade;
c) Licença remunerada para cuidar de familiar enfermo, durante o período do afastamento.

Art. 111. Os honorários são devidos, sem prejuízo de outras atividades atribuídas à Procuradoria, nas seguintes situações:

I – Parcelamento administrativo de débitos tributários e não tributários;
II – Quitação de débitos tributários e não tributários;
III – Transações judiciais ou extrajudiciais envolvendo débitos tributários e não tributários;
IV – Parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa;
V – Fixação de honorários sucumbenciais, inclusive em processos em que o Município seja vencido, mas tenha direito à verba honorária.

Parágrafo único. Nas hipóteses que não envolvam decisão judicial, os honorários corresponderão a 10% (dez por cento) do valor devido à Fazenda Pública Municipal.

Art. 112. Do total arrecadado a título de honorários, será destinado à **Associação dos Procuradores do Município da Vitória de Santo Antão** percentual **não inferior a 30%**, para aplicação nas seguintes finalidades:

I - Incremento da cobrança da dívida ativa;
II - Aquisição de livros, periódicos e publicação de revista jurídica institucional;
III- Realização de cursos, palestras e eventos ligados à atuação da Procuradoria;
IV- Financiamento de cursos de pós-graduação;
V- Estudos e pesquisas para melhoria da arrecadação da dívida ativa;
VI-Cursos e seminários de aperfeiçoamento profissional;
VII-Aquisição de equipamentos, móveis, imóveis, veículos, reforma estrutural e insumos de qualquer natureza para melhoria da Procuradoria;
VIII-Implementação de tecnologias, sistemas e inteligência artificial para aprimoramento da cobrança da dívida ativa;
IX- Contrapartida em projetos de modernização da estrutura da Procuradoria;
X-Outras ações e projetos aprovados pela maioria dos membros da Associação.

Art. 113.Os honorários pertencentes aos Procuradores Municipais, por se tratar de direito autônomo e privado, serão creditados em conta indicada pela Associação dos Procuradores do Município da Vitória de Santo Antão (CNPJ 10.952.365/0001-70), por meio de documento próprio ou determinação judicial.

Parágrafo único. Os valores já recebidos ou a receber pelo Poder Executivo referentes aos honorários previstos no art. 108 deverão ser transferidos à conta indicada no caput, sendo de responsabilidade da Associação a gestão e a aplicação desses recursos.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

Do Quadro de Estagiários e da Identificação Funcional

Art. 114.Fica autorizada a criação de quadro de Estagiários, que deverá ser regularizado por ato do Procurador-Geral do Município, atendendo a demanda e a necessidade do serviço.

Art. 115.Fica instituído o Quadro de Estagiários da Procuradoria-Geral do Município, cuja regulamentação competirá ao Procurador-Geral, conforme a necessidade do serviço.

Parágrafo único. A jornada de estágio será de 20 (vinte) horas semanais, com bolsa mensal fixada pela Administração Pública Municipal.

Art. 116.A Procuradoria-Geral será responsável pelo processo seletivo e pela definição do número de estagiários.

Art. 117.Constituem atribuições do estagiário da Procuradoria-Geral do Município:

I – auxiliar o Procurador-Chefe ao qual estiver vinculado, inclusive em diligências e rotinas administrativas;
II - colaborar na análise de processos, realização de pesquisas, organização de documentos e controle de tramitação de autos;
III – realizar pesquisas legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais;
IV – desempenhar outras atividades previstas em regulamento próprio.

Art. 118. A Procuradoria-Geral expedirá carteiras de identificação funcional para procuradores, servidores e estagiários, para todos os fins legais.

Art. 119. A Procuradoria-Geral disporá de símbolo próprio e exclusivo, de uso obrigatório em seus documentos oficiais, sendo vedada sua utilização para fins alheios ao interesse institucional.

CAPÍTULO II
DO NÚCLEO ESPECIAL JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Art. 120. Fica instituído o Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores, com sede em Brasília/DF, vinculado à Procuradoria-Geral do Município, com a finalidade de exercer a representação judicial e extrajudicial do Município perante os tribunais superiores e demais órgãos sediados na Capital Federal.
Art. 121. Compete ao Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores:
I – representar os interesses judiciais e extrajudiciais do Município de Vitória de Santo Antão perante os tribunais superiores, inclusive perante o Tribunal de Contas da União;
II – propor, acompanhar e atuar, perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral, nas ações, incidentes e recursos necessários à defesa dos interesses do Município;
III – acompanhar o andamento dos processos em que o Município figure em qualquer dos polos da relação processual, com tramitação nos tribunais superiores sediados em Brasília/DF, prestando informações técnicas e jurídicas aos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta;
IV – manter controle sistematizado e atualizado dos processos de interesse do Município em trâmite nos tribunais superiores;
V – atender às diligências, requisições e solicitações formuladas pelos órgãos da Procuradoria-Geral do Município;
VI – prestar assessoramento jurídico ao órgão de representação do Município em Brasília, quando solicitado e observado o interesse público municipal.
Parágrafo único. As despesas decorrentes da instalação, do funcionamento e do custeio do Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores, inclusive aquelas relativas a transporte para o desempenho de suas atribuições, **abrangendo deslocamentos aéreos e terrestres**, correrão à conta do Município, mediante **prévia autorização em ato administrativo competente**, com recursos provenientes de dotações orçamentárias próprias, na forma da legislação aplicável.
Art. 122.O Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores será composto por Procuradores do Município, de livre escolha do Prefeito, com atuação definida conforme a necessidade do serviço, mediante ato administrativo.
§ 1º No Núcleo Especial a atuação poderá ocorrer em caráter permanente ou temporário, observado o interesse público e as necessidades da Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º A designação para atuação no Núcleo Especial não implica criação de cargo, nem alteração da lotação originária do Procurador, salvo disposição expressa em ato próprio.

CAPÍTULO III

Das Disposições Transitórias e Finais

Art.123.Ficam igualmente criados por esta Lei todos os cargos e funções que integram a estrutura orgânica da Procuradoria-Geral do Município da Vitória de Santo Antão, nos termos do art. 3º.

Art.**124**.Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente:

I – as Leis n° 3.297/2008, n° 3.936/2014, n° 4.473/2021 e n° 026/2021;

II – os arts. 2º a 48 da Lei Complementar nº 01/2008.

Art.**125**.As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Município.

Art.126.Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitória de Santo Antão - PE, 22 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos de Fundação da Vitória de Santo Antão
380 Anos da Batalha das Tabocas

ANEXO I

CARGO	VENCIMENTO
Técnico Jurídico	R$ 6.500,00

Vitória de Santo Antão - PE, 22 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos de Fundação da Vitória de Santo Antão
380 Anos da Batalha das Tabocas

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:FF5AFA9F

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR NO 037/2025

EMENTA: Altera o art. 72 da Lei Complementar nº 3.270, de 2008, que institui o Código Tributário do Município.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL APROVOU** e este **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 72 da Lei Complementar nº 3.270, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72. Na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista constante do art. 66 da Lei Complementar nº 3.270/2008, a base de cálculo é o preço do serviço de construção civil contratado, não sendo possível deduzir os materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a comprovação da incidência do ICMS.

§ 8º (revogado)

§ 9º (revogado)

§ 10 - o Poder Executivo Municipal poderá disciplinar em Decreto formas complementares de controle e operacionalidade do disposto neste artigo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura da Cidade da Vitória de Santo Antão, 29 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos de Fundação da Vitória de Santo Antão.
380 Anos da Batalha das Tabocas.

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:7334D8D1

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 5.211 / 2025

Ementa: Dispõe sobre o Sistema de Incentivos Fiscais no Município da Vitória de Santo Antão a Projetos Habitacionais de interesse social, vinculados ao Programa "Minha Casa, Minha Vida'' – PMCMV do governo federal com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – DS e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL Aprovou** e este **Sanciona** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção fiscal de tributos municipais aos beneficiários e aos empreendedores diretos dos projetos habitacionais vinculados ao Programa "Minha Casa, Minha Vida" - PMCMV, Faixa I, instituídos pelo Governo Federal, através da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.

CAPÍTULO II DO INCENTIVO FISCAL

Art. 2º Os empreendimentos realizados no Município da Vitória de Santo Antão e a aquisição de unidades imobiliárias, no âmbito do Programa ''Minha Casa, Minha Vida" - PMCMV, Faixa I, gozarão de benefícios fiscais relativos aos seguintes tributos, nos termos e condições dispostos nesta lei.

Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI);
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
III.Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
IV. Taxas e emolumentos.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO ''INTER VIVOS'' DE BENS IMÓVEIS - ITBI

Art. 3º O benefício fiscal relativo ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) consistirá em:

Isenção total para as pessoas jurídicas, na aquisição do imóvel que será destinado à construção dos empreendimentos vinculados ao PMCMV, Faixa I;

Isenção para as pessoas físicas, na primeira aquisição de imóvel no âmbito do PMCMV.

CAPÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL E URBANA - IPTU

Art. 4º O benefício fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) consistirá em:

Isenção para as pessoas jurídicas, no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, relativo ao imóvel objeto do empreendimento enquadrado ao PMCMV, Faixa I, que perdurará até a emissão do certificado de conclusão da obra;

Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para beneficiários pertencentes à Faixa I, durante o financiamento, desde que atendidos os seguintes requisitos:

não ser proprietário ou promitente comprador de outro imóvel, nem seu cônjuge ou
companheiro;
não ser desviada a finalidade exclusivamente residencial do imóvel;
residir no imóvel.
Parágrafo Único. Os beneficiários das vantagens de que trata o inciso II deste artigo, deverão apresentar requerimento anual, nos termos do artigo 48 da Lei Municipal n.º 3.270/2007 (Código Tributário Municipal), à Secretaria da Fazenda comprovando a continuidade do enquadramento do imóvel no PMCMV.

CAPÍTULO V DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN, TAXAS E EMOLUMENTOS

Art. 5º Os empreendimentos vinculados ao Programa Federal "Minha Casa, Minha Vida" - PMCMV, Faixa I, destinados à construção de habitações populares de interesse social no Município da Vitória de Santo Antão, ficam isentos dos seguintes tributos:
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a prestação do serviço de execução de obras de construção civil, prevista no artigo 66, item 7.02 da lista de serviços da Lei Municipal n.º 3.270/2007.
Taxas e emolumentos incidentes sobre a expedição de diretrizes urbanísticas, de análises, aprovações de projetos e certificados de conclusão de obra.

CAPÍTULO VI DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS AOS EMPREENDIMENTOS

Art.6 º O enquadramento do empreendimento ou da unidade imobiliária no Programa dar-se-á pela aquisição de terreno para implantação de empreendimento habitacional na zona urbana deste Município, pela produção de unidades imobiliárias residenciais urbanas novas e pela aquisição dessas unidades pelas famílias beneficiárias com os recursos definidos na Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023 ou em outras normas que sejam editadas nesse sentido.

Art. 7º A comprovação do enquadramento do empreendimento ou da unidade imobiliária no PMCMV será realizada por meio da apresentação de contrato de financiamento com recursos do Programa, nos termos estabelecidos nesta Lei e nas normas correlatas.

Art. 8º Além dos requisitos estabelecidos nesta Lei, o gozo dos benefícios fiscais é condicionado à adimplência do beneficiário com as demais obrigações tributárias estabelecidas pela legislação do Município.

Art. 9º Os empreendedores que aderirem ao PMCMV, com terrenos localizados no perímetro urbano, para usufruírem dos benefícios deverão apresentar previamente seus projetos aos órgãos municipais responsáveis pela política urbanista, de meio ambiente e de serviços públicos.

Art. 10 Os terrenos localizados no perímetro urbano onde serão construídos conjuntos habitacionais destinados à moradia de população de baixa renda que ainda não estejam regularizados serão considerados como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, no âmbito do PMCMV.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 A concessão dos benefícios de que tratam esta Lei dependem de requerimento prévio.

Art. 12 Os critérios para usufruir dos incentivos previstos nesta Lei observarão as delimitações e a atualização dos valores de renda bruta contidas nos atos do Poder Executivo Federal.

Art. 13 Os benefícios previstos nesta Lei aplicam-se aos fatos geradores que ocorrerem após a data da sua publicação, não gerando direito à restituição ou à compensação das quantias pagas a título dos tributos beneficiados instruídos com os documentos exigidos.

Art. 14 Os incentivos concedidos com base nesta Lei poderão ser revistos de ofício, com o lançamento dos tributos devidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, na hipótese de verificação de não atendimento dos requisitos exigidos.

Art. 15 Os incentivos fiscais decorrentes desta Lei não poderão ser concedidos concomitantemente com outros programas de incentivos, exceto Programa de Regularização Fiscal - REFIS que estipule parcelamento de débitos vencidos e não pagos.

Art. 16 Os benefícios fiscais de que trata esta lei, não desobrigam o tomador e os prestadores de serviço do cumprimento de obrigações acessórias previstas na legislação tributária Municipal.

Art. 17 Os benefícios desta Lei não se aplicam aos casos de retransmissão.

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo poderá editar normas complementares necessárias à fiel execução desta Lei.
Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos de Fundação da Vitória de Santo Antão.
380 Anos da Batalha das Tabocas.

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:BF9A2367

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 5.210/2025

Ementa: Autoriza a abertura de Crédito Especial ao Orçamento Geral do Município de Vitória de Santo Antão, para fins de aquisição de imóvel destinado ao funcionamento de um Anexo à Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL Aprovou** e este **Sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.600.000,00 (Um Milhão e Seiscentos Mil Reais)** destinado à aquisição de imóvel para instalação e funcionamento de um anexo à Câmara Municipal de Vereadores de Vitória de Santo Antão, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Para acorrer às despesas com a abertura do Crédito Adicional Especial autorizado por esta Lei, serão utilizados recursos orçamentários provenientes da anulação parcial ou total de dotações existentes no Orçamento Municipal, discriminadas, detalhadamente, no Anexo II desta Lei, conforme disposições do § 1˚ do art. 43 da Lei Federal n˚ 4.320/64.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover os ajustes necessários no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), vigentes para compatibilização da presente Lei.

Art. 4º - A aquisição do imóvel deverá observar a legislação vigente, especialmente as normas aplicáveis à administração pública, quanto à avaliação prévia, interesse público, regularidade jurídica do bem e procedimentos legais de aquisição.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

ANEXO I
AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DOTAÇÕES QUE SERÃO INCLUÍDAS

Unidade gestora:	8 - Câmara Municipal de Vereadores de Vitória de Santo Antão	
Órgão orçamentário:	1000 - Câmara Municipal de Vereadores	
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Vereadores	
Função:	01 – Legislativa	
Subfunção:	031 - Ação Legislativa	
Programa:	0101 - Gestão Administrativa da Unidade	
Ação:	1.233 - Aquisição de Imóvel para Instalação de Anexo da Câmara Municipal	
Natureza da despesa:	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	**R$ 1.600.000,00**
Fonte de Recurso:	501 - MSC - 1501.0000 - Recursos Próprios	
	Total da abertura do Crédito Especial	**R$ 1.600.000,00**

ANEXO II

FONTE PARA ABERTURA DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade gestora:	8 - Câmara Municipal de Vereadores de Vitória de Santo Antão	
Órgão orçamentário:	1000 - Câmara Municipal de Vereadores	
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Vereadores	
Função:	01 – Legislativa	
Subfunção:	031 - Ação Legislativa	
Programa:	0101 - Gestão Administrativa da Unidade	
Ação:	**1.8001 Aquisição de Imóveis, máquinas e equipamentos diversos**	
Natureza da despesa:	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	**R$ 180.000,00**
Fonte de Recurso:	501 - MSC - 1501.0000 - Recursos Próprios	
Ação:	**1.8002 Construção, reforma, ampliação e/ou restauração da estrutura física do Poder Legislativo.**	
Natureza da despesa:	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	**R$ 320.000,00**
Fonte de Recurso:	501 - MSC - 1501.0000 - Recursos Próprios	
Ação:	**1.8003 Aquisição de veículos para o Poder Legislativo.**	
Natureza da despesa:	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	**R$ 300.000,00**
Fonte de Recurso:	501 - MSC - 1501.0000 - Recursos Próprios	
Ação:	**2.8001 Gestão Administrativa do Poder Legislativo.**	
Natureza da despesa:	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	**R$ 800.000,00**
Fonte de Recurso:	501 - MSC - 1501.0000 - Recursos Próprios	
	Total da Anulação	**R$ 1.600.000,00**

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:231D82F8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 5.212 / 2025

EMENTA: Dispõe sobre Patrocínio de Equipe Profissional de Futebol, nos termos do Art. 105 e Art. 107 inciso III da Lei Orgânica do município da Vitória de Santo Antão - PE, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL** **Aprovou** e este **Sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a patrocinar, no valor de até **R$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais)**, por ano, as Equipes Profissionais e Amadores do Futebol Vitoriense, as quais estejam a disputar a primeira e a segunda divisão do Campeonato Pernambucano, promovido pela Federação Pernambucana de Futebol.
Art. 2° - Para o recebimento do patrocínio de que trata esta Lei, será celebrado contrato com a equipe Profissional de Futebol.
Parágrafo Único – O contrato de que trata o *caput* deste artigo deverá obedecer aos preceitos legais.
Art. 3º - O patrocínio institucional esportivo poderá ser celebrado com agremiação esportiva regularmente constituída, inclusive associação privada sem fins lucrativos, desde que:

I – esteja regularmente filiada à Federação Pernambucana de Futebol;
II – dispute o Campeonato Pernambucano de Futebol – Série A1 e/ou Série A2;
III – comprove regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
IV – aceite integralmente as condições, contrapartidas e obrigações previstas nesta Lei e no Contrato.

Art. 4° - A título de contrapartida social, a Equipe de Futebol contemplada com o patrocínio mencionado no Art. 1º ficará obrigada a formar sua equipe de

jogadores do ano seguinte com, no mínimo, 10% (dez por cento) de atletas oriundos da base das Equipes patrocinadas
Art. 5° - As despesas decorrentes da execução do disposto nesta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos de Fundação da Vitória de Santo Antão.
380 Anos da Batalha das Tabocas.

MENSAGEM
PROJETO DE LEI Nº 219 / 2025

Senhor Presidente.
Senhores Vereadores.

Submeto à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato de patrocínio institucional esportivo, como instrumento de fomento às atividades desportivas e de fortalecimento da política municipal de esporte.
A proposta encontra fundamento no art. 217 da Constituição Federal e no art. 105 da Lei Orgânica do Município, que asseguram ao Poder Público o dever de promover o desporto, com prioridade ao desporto educacional e amador, admitindo ações complementares de incentivo ao esporte profissional.
O patrocínio institucional esportivo constitui mecanismo legítimo para estimular o desenvolvimento do esporte, ampliar sua visibilidade, fortalecer a identidade local e gerar reflexos positivos nas ações esportivas amadoras e de base, contribuindo para a inclusão social, a cidadania e o acesso da população às práticas esportivas.
Diante de sua relevância para o interesse público municipal, submeto o Projeto de Lei à apreciação dessa Casa Legislativa, confiante em sua aprovação.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos de Fundação da Vitória de Santo Antão.
380 Anos da Batalha das Tabocas.

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:62FFB969

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 069/2025

SECRETARIA DA MULHER

Comunico a todos os interessados que a **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 069/2025. Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E EMBALAGEM, EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, ELETROPORTÁTEIS, UTENSÍLIOS DE COZINHA E MATERIAL DE EXPEDIENTE, visando atender às necessidades do Projeto "Mulheres da Vitória", conforme Instrumento n.º 960249 firmando entre o Ministério das Mulheres e o Município da Vitória de Santo Antão. Teve o seu resultado como **FRACASSADO.**

Vitória de Santo Antão-PE, 29 de dezembro de 2025.

THAÍS KARINE DE LIMA XAVIER
Secretária da Mulher

Publicado por:
David Albert Oliveira Guimarães
Código Identificador:E49F52A4

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Diante do resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO N° 035/2025 - CONCORRÊNCIA N° 007/2025. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE

OBRAS A SER EXECUTADA POR EMPRESA NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DA PRAÇA DO ROTARY, LOCALIZADA NO BAIRRO DO LIVRAMENTO, NA RUA PADRE ANCHIETA, DA CIDADE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE. **ADJUDICO E HOMOLOGO** o resultado, em favor da empresa MGM EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ: 17.363.675/0001-06, localizada na R CAPITAO OSVALDO FREIRE, 482, CAJA, CARPINA/ PE, CEP: 55.813-550, Valor **R$** 429.429,91 (quatrocentos e vinte e nove mil e quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos).

Vitória de Santo Antão-PE, 29 de dezembro de 2025.

ARISTÓTELES ANTÔNIO DE LUCENA
Secretário de Infraestrutura

Publicado por:
David Albert Oliveira Guimarães
Código Identificador:93377E86

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Diante do resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO N° 049/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 038/2025. Objeto:** Formação de Registro de preços, com validade de 12(doze) meses destinada a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisição de pneus veiculares, protetores e câmaras de ar, visando atender as demandas das diversas secretarias que compõem a estrutura administrativa da prefeitura municipal da Vitória de Santo Antão, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência. **ADJUDICO E HOMOLOGO** o resultado, em favor da empresa PNEU10 PECAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ: 13.631.589/0001-78, localizada na ROD PE 60, 1015, GALPAO01, GARAPU, CABO DE SANTO AGOSTINHO / PE, CEP: 54.518-343 Valor **R$ 308.524,00** (trezentos e oito mil e quinhentos e vinte e quatro reais); RINAGRO IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ: 44.116.889/0001-42, localizada na ROD DEPUTADO ANTONIO HEIL SC 486, 5991, KM 23, LIMOEIRO, BRUSQUE / SC, CEP: 88.352-502 Valor **R$ 76.572,32** (setenta e seis mil e quinhentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos); AUTOLUK - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS LTDA, CNPJ: 20.063.556/0001-34, localizada na R HEITOR DE ANDRADE, 865, CASA 01 COND PAINEIRA RES, JARDIM DAS AMERICAS, CURITIBA / PR, CEP: 81.530-310 Valor **R$ 17.587,60** (dezessete mil e quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos); CPX DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ: 10.158.356/0001-01, localizada na ROD ANTONIO HEIL, 800, KM 01 SALA 02, ITAIPAVA, ITAJAI / SC, CEP: 88.316-001 Valor **R$ 31.680,00** (trinta e um mil e seiscentos e oitenta reais); Ainda informamos que o item 29, foi declarado **DESERTO**, e o item 31 foi declarado **FRACASSADO.**

Vitória de Santo Antão-PE, 29 de dezembro de 2025.

DARLAN DE MOURA LÚCIO
Secretário de Serviços Públicos

Publicado por:
David Albert Oliveira Guimarães
Código Identificador:54E70EB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Diante do resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 037/2025. Objeto:** Registro de Preços, visando a contratação de empresa de serviços de locação de caminhão tipo basculante, com motorista e combustível, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos da Prefeitura da Vitória de Santo Antão - PE, com todo o ferramental e equipamentos de segurança necessários, com assistência total, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência. **ADJUDICO E HOMOLOGO** o resultado, em favor da empresa MASTER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 12.292.128/0001-55, localizada na AV GILVAN LEONCIO MARQUES, 9 B, CENTRO, IPOJUCA / PE, CEP: 55.590-000 Valor **R$ 2.977.800,00** (dois milhões e novecentos e setenta e sete mil e oitocentos reais).

Vitória de Santo Antão-PE, 29 de dezembro de 2025.

DARLAN DE MOURA LÚCIO
Secretário de Serviços Públicos

Publicado por:
David Albert Oliveira Guimarães
Código Identificador:0473CD3D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DO PAULISTA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 287

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

PORTARIA Nº 287 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza o recredenciamento e funcionamento da Empresa Maria Cassia Gomes de Araújo Amorim denominada Escola Nilza Amorim, para oferta de Creche e Educação Infantil e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DE PAULISTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município do Paulista, com fundamento na Lei Municipal nº 4.088/2009, na Resolução CME/CEB nº 1/2010, Resolução CME/CEB nº 1/2017, Resolução CME/CEB nº 2/2017, em conjunto com o disposto no Art. 11, inciso IV da Lei Federal nº 9.394/1996, considerando o disposto no Parecer nº 03/2019 encaminhado em 01 de dezembro de 2025 pela Secretaria de Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação do Paulista em 20 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da empresa Maria Cassia Gomes de Araújo Amorim, inscrita no CNPJ nº 01.330.896/0001-30, doravante denominada ESCOLA NILZA AMORIM, situada à Rua Quarenta e Dois, nº 85, Bairro Jardim Paulista, CEP 53.409-650, no município de Paulista, Estado de Pernambuco, para a oferta de Educação Infantil, obtendo junto a este Município o Registro de Cadastro Escolar nº P-053.002/2020.

Art. 2º Fica aprovado por este instrumento, o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico, para a oferta da Educação Infantil, nos termos da Resolução CME nº 1/2010 e Resolução CME/CEB nº 1/2017.

Art. 3º As atividades educativas na Unidade de Ensino deverão ser articuladas às ações de cultura, lazer e saúde. Deve empenhar-se na promoção de uma cultura escolar acolhedora e respeitosa, que reconheça e valorize as experiências dos estudantes atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, de modo a contribuir para efetivar a inclusão escolar e o direito de todos à educação.

Art. 4º A carga horária mínima, oferecida na Unidade de Ensino, será de 800 horas, distribuídas por, no mínimo, 200 dias de efetivo trabalho educacional.

Art. 5º As turmas da Unidade de Ensino poderão ser organizadas da seguinte forma:

I – Berçário: com 6 (seis) a 8 (oito) crianças na faixa etária de zero a onze meses sob a responsabilidade de um professor formado no Curso de Pedagogia e/ou Normal Médio e um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), com Normal Médio e/ou Pedagogia;

II - Grupo I: com 8 (oito) a 10 (dez) crianças na faixa etária de um ano a um ano e onze meses, sob a responsabilidade de um professor formado no Curso de Pedagogia e/ou Normal Médio e um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), com Normal Médio e/ou Pedagogia;

III - Grupo II: com 10 (dez) a doze (12) crianças na faixa etária de dois anos a dois anos e onze meses, sob a responsabilidade de um professor formado no Curso de Pedagogia e/ou Normal Médio e um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), com Normal Médio e/ou Pedagogia;

IV - Grupo III: com 12 (doze) a 15 (quinze) crianças na faixa etária de três anos a três anos e onze meses, sob a responsabilidade de um professor formado no Curso de Pedagogia e/ou Normal Médio e um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), com Normal Médio e/ou Pedagogia;

V - Grupo IV: com 15 (quinze) a 20 (vinte) crianças com idade de quatro anos completos até o dia 31 de março, sob a responsabilidade de um professor formado no Curso de Pedagogia e/ou Normal Médio e um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), com Normal Médio e/ou Pedagogia;

VI - Grupo V: com 15 (quinze) a 20 (vinte) crianças com idade de cinco anos completos até o dia 31 de março, sob a responsabilidade de um professor formado no Curso de Pedagogia e/ou Normal Médio e um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), com Normal Médio e/ou Pedagogia.

Art. 6º O atendimento educacional especializado na unidade de ensino, deverá integrar a Proposta Pedagógica da unidade de ensino, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes,atender às necessidades específicas dos estudantes público-alvo da educação especial e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, em turno diferente ao da escolarização.

Art. 7º No tocante ao estabelecimento de ensino caberá a Secretaria Municipal de Educação do Paulista:

I - Solicitar informações quanto às instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias predial;

II - Promover sindicância para apurar possíveis irregularidades e aplicar as medidas administrativas cabíveis;

Art.8º Esta Portaria de autorização para funcionamento da etapa de Educação Infantil, tem como validade de 04 (quatro) anos, a contar da data da publicação. Após o término, deverá esta ser atualizada de acordo com a legislação vigente ou a partir de prorrogação da portaria de autorização com o fundamento do § 2º do artigo 1º 01/2010 CME/Paulista.

Art. 9º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulista, 23 de dezembrode 2025.

GILBERTO SABINO DOS SANTOS JÚNIOR
Secretário Municipal de Educação e Esportes.

Publicado por:
Juliana Sebastiana de Araujo Guedes
Código Identificador:A19236BC

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL - COMAGSUL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 034/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

CONTRATO Nº 034/2025

Que entre si celebram as Partes a seguir qualificadas:

I – De um lado, o **CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - COMAGSUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.753.868/0001-01, Associação Pública de natureza jurídica sob a forma de Autarquia Interfederativa, instituída consoante disposições da Lei Federal n.º 11.107 de 06 de abril de 2005, com regulamentação conferida pelo Decreto Federal n.º 6.107 de 17 de janeiro de 2007, sediada na Rua 11 de Setembro, 120, Rodovia BR104 – Km 87, Agrestina, Estado de Pernambuco, CEP 55.495-000, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **JOSUÉ MENDES DA SILVA**, brasileiro, casado, Servidor Público, Prefeito do Município de Agrestina - PE, portador da Cédula de Identidade n. º 1.XXX.201 SSP-PE, inscrito no CPF sob o n.º 212.XXX.XXX-87, residente na Rua João de Deus, n.º 136, Centro, Agrestina - PE, CEP 55.495-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e,

II – De outro lado, a empresa **RICARDO JOSE CAVALCANTI OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS**, firma individual, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.445.590/0001-40, com sede à Rua Fernando Griz, nº 22, Santo Antônio, Palmares-PE, CEP: 55.540-000, neste ato, representado por seu Diretor, o Sr. **RICARDO JOSÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA**, Brasileiro, Empresário, União Estável, portador da Cédula de Identidade n.º 5XXX004 SSP-PE, CPF sob o n.º 033.XXX.XXX-97, residente e domiciliado à Rua Petronilo Parisio, nº 398, Santo Antônio, Palmares-PE, CEP: 55.540-000, doravante denominado **CONTRATADO,** consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO
O presente Contrato Administrativo decorre da Dispensa de De Licitação nº 005/2025, portanto, subordina-se às regras de Direito Público, em especial as contidas na Lei Federal nº 14.133/21, aplicando-se lhe ainda supletivamente os Princípios Jurídicos da Teoria Geral dos Contratos, não gerando qualquer vínculo de natureza empregatícia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
Constitui-se obejto do presente certame a aquisição de 06 (seis) computadores tipo desktop com Gabinete do mini torre ATX, teclado, mouse; 05 (cinco) monitores de 24" (vinte e quatro polegadas) widescreen 16:9, full HD; 01 (hum) monitor de 27" (vinte e sete polegadas) widescreen 16:9, full HD; 05 (cinco) nobreaks de 600va; 01 (um) nobreaks de 1500va; 05 (cinco) impressoras tanque de tinta com alimentador automático ADF; 01 (uma) impressoras laser monocromática.

ITEM	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	UND. DE FORNECIMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CPU Core i5 mínimo 10ª geração, 08 Gb RAM ddr4 c/ 2 (dois) slots de 4 Gb, com capacidade de ampliação mínima de 32 GB (2 slots SO-DIMM com capacidade de no mínimo 16GB cada), HD do tipo SSD 480 Gb, HD tipo SATA 01Tb para servir como unidade de armazenamento, placa de vídeo on-board mínima de 8gb de memória, com ao menos 02 portas de saída (HDMI e VGA), placa mãe compatível com processador, Gabinete mini torre ATX, fonte ATX real, mouse e teclado ABNT;	UNIDADE	05	R$ 3.580,00	**R$ 17.900,00**

02	CPU Core I7 4.7 GHz mínimo 10ª geração, 32 GB de RAM DDR4 2 (dois) slots de 16 GB, com capacidade de ampliação de até 64 GB (2 slots SO-DIMM com capacidade máxima de 32GB cada), 01 HD do tipo SSD NVME 256 GB, 01 HD do tipo SATA 1 TB, gravador de DVD, placa de vídeo GeForce GTX com mínimo 8GB de memória DDR6 dedicada, Wireless padrão AX de alto desempenho, Bluetooth 4.0, 03 Portas de vídeo HDMI, DVI e Displayport;	UNIDADE	01	R$ 8.800,00	**R$ 8.800,00**
03	Monitores Full HD, widescreen 16:9 com 24" (vinte e quatro polegadas) com no mínimo 02 portas de entradas.	UNIDADE	05	R$ 1.550,00	**R$ 7.750,00**
04	Monitores Full HD, widescreen 16:9 com 27" (vinte e sete polegadas) com no mínimo 02 portas de entradas.	UNIDADE	01	R$ 2.160,00	**R$ 2.160,00**
05	Dispositivo de proteção NO BREAK mínimo de 600va 220v, com mínimo 4 tomadas.	UNIDADE	05	R$ 1.000,00	**R$ 5.000,00**
06	Dispositivo de proteção NO BREAK mínimo de 1500va 220v, com mínimo 4 tomadas.	UNIDADE	01	R$ 1.995,00	**R$ 1.995,00**
07	Impressora Multifuncional com tanque de tinta:	UNIDADE	05	R$	**R$**
08	Impressora Monocromática a laser	UNIDADE	01	R$ 3.860,00	**R$ 3.860,00**
VALOR GLOBAL					**R$ 63.414,50**

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
A fiscalização do presente instrumento contratual fica a cargo da Coordenadoria Projetos do Grupo Gestor do COMAGSUL, Bel. **Bartolomeu Pereira de Mendonça**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE PÚBLICA
A presente contratação tem por finalidade pública o fortalecimento da infraestrutura tecnológica para execução das atividades relacionadas aos Programas Governamentais desenvolvidos pelo consorcio, assegurando condições adequadas para o desempenho eficiente, contínuo e seguro das atividades dos Programas de Educação, Saúde e Meio Ambiente. A aquisição dos equipamentos de informática e periféricos visa modernizar o parque tecnológico, suprir demandas institucionais essenciais e garantir maior produtividade, qualidade e celeridade na prestação dos serviços públicos.
A contratação encontra-se alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como às diretrizes da boa gestão dos recursos públicos, contribuindo para a racionalização de custos, a segurança da informação, a continuidade dos serviços administrativos e o atendimento ao interesse público primário.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA
Este Contrato vigerá pelo período de 12 (doze) meses, iniciando com da data de sua assinatura, podendo ainda, ser prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS
O preço estimado para prestação dos serviços será de **R$ 63.414,50 (sessenta e três mil, quatrocentos e quatorze reais e cinquenta centavos),** que serão pagos à **CONTRATADA** conforme Cláusula Sexta deste Instrumento junto a efetiva execução contratual.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO
Os pagamentos serão efetuados pela Coordenadoria Financeira do COMAGSUL, no máximo, até trinta dias após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela autoridade competente, mediante depósito/transferência, na conta indicada de titularidade da Empresa Contratada.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA REAPRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL INCORRETA
Havendo erro na nota fiscal, essa será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DAS INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS
Correrão por conta exclusiva do CONTRATADO, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas, seguros entre outras, que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – DO NÃO REAJUSTE
Fica estabelecido que não haverá reajuste durante a vigência do contrato, sendo possível o reajuste com base no IGP-M, da FGV, no caso de renovação do presente pacto, mediante Termo Aditivo ao presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do COMAGSUL no exercício de 2025, consoante DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS transcritas no **Anexo Único** parte integrante e indissociável deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações da **CONTRATADA**:

I - Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência;

II - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

III - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;

IV - Responder por todas as despesas decorrentes de transporte dos equipamentos e materiais para o local de entrega;

V - Custear materiais necessários à execução dos serviços de instalação, tais como: mão-de-obra especializada (incluídas as obrigações sociais e trabalhistas), e quipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços (entre eles os EPI's e os EPC's);

VI - Arcar com as perdas que porventura ocorram até o efetivo recebimento pelo contratante;

VII - Entregar os equipamentos testados de acordo com o disposto no Termo de Referência;

VIII - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IX - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor;

X - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências do COMAGSUL;

XI - Cumprir e fazer cumprir todos os requisitos exigidos em Edital e seus anexos.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO CONTRATANTE
São obrigações da **CONTRATANTE**:

12.2.1 Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências da Autarquia para a entrega dos produtos;

12.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

12.2.3 Devolver os produtos que não apresentarem condições de serem utilizados;

12.2.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.2.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados; e

12.2.6 Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES E APOSTILAMENTO
O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo mediante a celebração de **TERMO ADITIVO**, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas e condições, desde que não seja modificado o seu objeto.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – DO APOSTILAMENTO
O apostilamento é o registro que não caracteriza alteração do contrato, podendo ocorrer nas hipóteses previstas no art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA UNADÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO
O presente CONTRATO poderá ser extinto nos termos dos incisos e parágrafos do art. 137 da Lei 14.133, de forma motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A extinção do Contrato poderá ser:

I - determinada por **ATO UNILATERAL** e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - **CONSENSUAL**, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por **DECISÃO ARBITRAL**, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por **DECISÃO JUDICIAL**.

§1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
§2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;
II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
III - pagamento do custo da desmobilização.

§3º A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLÁUSULA PENAL
Aplicar-se-á à CONTRATADA multa moratória diária de 0,05 % (cinco décimos por cento) do valor do contrato pelo não cumprimento dos prazos fixados neste Termo de Referência, ou pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual, assegurada ampla defesa, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista neste Edital, no instrumento contratual ou na Lei nº 14.133/21 e demais normas legais pertinentes.

Em caso de rescisão contratual, por culpa ou dolo da CONTRATADA, será aplicada à mesma, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, independentemente das penalidades previstas em lei.

Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas a seguir:

a) pelo atraso na entrega do objeto em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do objeto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do objeto;
b) pela recusa em efetuar fornecimento do objeto (= inadimplemento total), caracterizada em 2 (dois) dias úteis após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor total contratado;
c) pela demora em substituir o objeto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do item recusado, por dia decorrido;
d) pela recusa em substituir o objeto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do item rejeitado;
e) pelo inadimplemento parcial, execução imperfeita ou negligência no fornecimento do objeto: 5% (cinco por cento) do valor total contratado;
f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste documento e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência por escrito;
II – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o COMAGSUL, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
III – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

SUBCLÁUSULA ÚNICA – DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES
Considerar-se-á inexecução do contrato passível de penalidade o descumprimento das obrigações, o atendimento intempestivo das recomendações e/ou determinações emanadas pela Contratante, e ainda, outras situações apuradas mediante procedimento próprio, que poderá acarretar a rescisão do contrato sem prejuízo de cumulação com as penalidades previstas em caso de reincidência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
Fica expressamente vedado a possibilidade de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto derivado deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS
As partes acatam o foro da Comarca de Agrestina – PE, em razão da competência por sobre a matéria Sede da Autarquia, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam as partes o presente Instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para um só fim e efeito, juntamente com os membros do Grupo Gestor do COMAGSUL eleitos em Assembleia Geral, os quais o assinam por disposição normativa estatutária e na condição de testemunhas, comprometendo-se de boa-fé a cumprirem o transcrito no presente Pacto Negocial Público.

Sede do COMAGSUL em Agrestina - PE.
Em, 24 de dezembro de 2025.

GRUPO GESTOR DO COMAGSUL:

JOSÉ SÁVIO DE OMENA	***LUZIENE G. FERRAZ B. CARNEIRO***
Coordenador Administrativo	Coordenadora Financeira
BARTOLOMEU P. MENDONÇA	***BETÂNIA RIBEIRO COSTA***
Coordenador de Projetos e Programas	Coordenadora de Articulação Política e institucional
MARCELO ANTÔNIO DA SILVA	
Procurador Autárquico	
Visto e Aprovação Jurídica	

PARTES:

Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul de Pernambuco - COMAGSUL
Bel. Josué Mendes da Silva
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL
Contratante

RICARDO JOSE CAVALCANTI OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS
Ricardo José Cavalcanti de Oliveira
Contratada

CONTRATO Nº 034/2025

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

ANEXO ÚNICO
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 118, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS
1 CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE/MATA SUL-PE - COMAGSUL
02 PODER EXECUTIVO
02 01 CONSORCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL/PE -
020101 CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL/PE -
10 Saúde
10 122 Administração Geral
10 122 1002 PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA COMPLEMENTAR - PSCOM/NIGS
10 122 1002 2008 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PROGRAMA INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÚBLICA COMPLEMENTAR - PSCOM/NIGS
069 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Sede do COMAGSUL em Agrestina – PE.
24 de dezembro de 2025

BELA. LUZIENE BARBALHO FERRAZ
Coordenadora Financeira

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:571FCC25

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos, reenquadramento e convalidação do Quadro de Funções do Aterro Sanitário do COMAGSUL, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – COMAGSUL,

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização da política salarial do Aterro Sanitário do COMAGSUL;
CONSIDERANDO que a última atualização de vencimentos dos agentes públicos do Aterro Sanitário do COMAGSUL ocorreu no exercício financeiro de 2024;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição inflacionária e preservação do poder de compra dos agentes públicos em cumprimento ao disposto no art. 37, X, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a exigência de rigoroso controle no gasto público para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a efetiva gestão das despesas da Autarquia;
Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, *REFERENDOU*, aprovando e ratificando por dezesseis votos a zero, na sua integralidade a RESOLUÇÃO COMAGSUL *"AD REFEREDUM"* Nº 01/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o Quadro de Funções do Aterro Sanitário do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL, consoante nomenclaturas, símbolos, requisitos, atribuições básicas, quantitativos, carga horária e respectiva remuneração, consignadas no Anexo Único parte integrante e indissociável da presente Norma.

Art. 2º A fixação dos padrões remuneratórios no Aterro Sanitário do COMAGSUL obedecerá aos requisitos de natureza, da complexidade das atividades e grau de responsabilidade das funções exercidas, prevista no art. 99, § 1º e seus incisos, da Constituição do Estado de Pernambuco.

Art. 3º O Regime Previdenciário dos integrantes do Quadro de Funções do Aterro Sanitário Consorcial é o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
Art. 4º A massa salarial dos integrantes do Quadro Funcional do Aterro Sanitário poderá sofrer redução em até vinte e cinco por cento, para atendimento à Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal bem como em caso de incapacidade econômica do erário Consorcial, obedecendo ainda ao disposto previsto no art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º A implantação do reenquadramento salarial observará a disponibilidade financeira da Autarquia, considerando-se convalidados todos os atos de pessoal anteriormente praticados.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor quando de sua publicação na imprensa oficial, contando-se lhes seus efeitos a partir da data de sua assinatura.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

BETÂNIA RIBEIRO COSTA	***BARTOLOMEU P. MENDONÇA***
Coordenadora de Articulação	Coordenador de Projetos
LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO	***JOSÉ SÁVIO DE OMENA***
Coordenadora Financeira	Coordenador Administrativo
MARCELO ANTONIO DA SILVA	
Procurador Autárquico	

ANEXO ÚNICO - Quadro de Funções Comissionadas do Aterro Consorcial COMAGSUL

N° Ord.	Nomenclatura	Símbolo	Requisitos para Investidura	Atribuições Básicas	Qt de Vagas	Carga Horária	Valor dos Vencimentos R$	Tipo de Vencimentos
01	AGENTE AMBIENTAL	AA-1	Escolaridade mínima Nível Fundamental II, preferencialmente com experiencia em Aterro Sanitário.	a) auxiliar na operação da célula do aterro; b) manutenção das células de operação; c) conservação dos drenos fluviais e de chorume; d) operar as bombas para os ductos da lagoa de chorume; e) manutenção do cinturão verde; e f) outras tarefas correlatas.	01	44 horas semanais	1.900,00	Salário Base
02	AGENTE AMBIENTAL	AA-2	Escolaridade mínima Nível Fundamental I, preferencialmente com experiencia em Aterro Sanitário.	a) colaborar na limpeza dos entornos da célula de operação; b) capinação; c) manutenção do cinturão verde; d)pinturas de meio fio; d) suporte ao Agente Ambiental 1; e e) outras tarefas correlatas.	03	44 horas semanais	1.600,00	Salário Base
03	VIGIA	VG-1	Escolaridade mínima Nível Fundamental I.	a) responder pela vigilância da área administrativa do aterro sanitário; b) responder pela vigilância da entrada e saída de pessoas no aterro; c) vigiar as áreas do entorno do aterro; e d) outras tarefas correlatas.	03	44 Horas Semanais	1.600,00	Salário Base
05	SERVIÇOS GERAIS	SG-1	Escolaridade mínima Nível Fundamental I.	a) atividades de higiene limpeza, copeira, faxineira e lavanderia.	01	40 Horas Semanais	Salário Mínimo vigente	Salário Base
06	SERVIDOR CEDIDO	SC-1	Ato de Cessão do Órgão Originário	Atividades definidas pelo COMAGSUL.	02	40 horas Semanais	Conforme arts. 189 a 191 do Estatuto Social	Gratificação

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

ANEXO ÚNICO - Quadro de Funções Comissionadas do Aterro Consorcial COMAGSUL

N° Ord.	Nomenclatura	Símbolo	Requisitos para Investidura	Atribuições Básicas	Qt de Vagas	Carga Horária	Valor dos Vencimentos R$	Tipo de Vencimentos
07	BALANCEIRO	BC-1	Escolaridade mínima Nível Médio, e conhecimento básico de sistema de informática.	a) responsável pela operação da balança de pesagem do aterro; b) elaboração de relatórios de pesagens; c) controle de entrada e saída de veículos; d) demais tarefas de suporte administrativo.	02	44 horas semanais	2.700,00	Salário Base
08	FISCAL OPERACIONAL	FO-1	Portador de Diploma de Nível Superior, preferencialmente nas áreas de Engenharia Ambiental e/ou Engenharia Civil, com Registro no Conselho de Classe.	Atividades definidas em Instrução Normativa própria, observados os requisitos de funcionamento técnico de um Aterro Sanitário, consoante normas de Engenharia Civil e Ambiental.	01	30 Horas Presenciais Semanais.	4.500,00	Salário Base

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:9FC82C42

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 153, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 153, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a atualização dos valores constantes da Tabela de Atividades Acessórias Voluntárias dos Programas do Serviço Civil Voluntário, prevista na Resolução COMAGSUL nº 137 de 26 de dezembro de 2024, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 71, XII, do Estatuto da Autarquia,

CONSIDERANDO a atualização do valor do salário mínimo nacional a partir de janeiro de 2025;

CONSIDERANDO que o valor da hora-atividade dos agentes civis voluntários tem como referência o salário mínimo, impondo a necessidade de atualização dos valores da Tabela de Atividades Acessórias Voluntárias, para garantia do poder de compra,

Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, *REFERENDOU*, aprovando e ratificando por dezesseis votos a zero, na sua integralidade a RESOLUÇÃO COMAGSUL *"AD REFEREDUM"* Nº 02/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

R E S O L U Ç Ã O:

Art. 1º Esta Resolução atualiza os valores da Tabela de Atividades Acessórias Voluntárias dos Programas do Serviço Civil Voluntário desenvolvidos pelo Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco, previstos na Resolução COMAGSUL nº 137 de 26 de dezembro de 2024.

Art. 2ºA Tabela de Atividades Acessórias Voluntárias – ANEXO ÚNICO da Resolução COMAGSUL nº 137/2024 passa viger com a redação do ANEXO ÚNICO da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, contando-se-lhe seus efeitos a partir de 1º de abril de 2025.

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA	***BARTOLOMEU P. MENDONÇA***
Coordenador Administrativo	Coordenador de Projetos
BETÂNIA RIBEIRO COSTA	***LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO***
Coordenadora de Articulação	Coordenadora Financeira
MARCELO ANTONIO DA SILVA	
Procurador Autárquico	

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 153, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

ANEXO ÚNICO

Tabela de Atividades Voluntárias Acessórias

CÓD. DA ATIVID.	DENOMINAÇÃO DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACESSÓRIAS	VALOR R$ DA HORA-ATIVIDADE	ESCOLARIDADE
GRUPO DE ATIVIDADES ACESSÓRIAS Até R$ 1.518,00				
01.1	AGENTE AUXILIAR DE LIMPEZA DE PRÉDIOS	Atividades de limpeza e varrição, em prédios públicos.	15,18	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
01.2	AGENTE DE CARREGAMENTO E DESCARREGAMENTO	Atividades de carga e descarga de materiais.	15,18	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
01.3	AGENTE COLETOR DE RESÍDUOS	Atividades de coleta de resíduos hospitalar e varrição em vias e prédios das unidades de atendimento médico e ambulatorial;	15,18	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
01.4	AGENTE DE LIMPEZA E ESTERELIZAÇÃO	Atividades de organização, limpeza e esterelização de materiais de lavanderia não descartáveis utilizados nos leitos e unidades ambulatoriais.	15,18	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
01.5	AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO DE COZINHAS E REFEITÓRIOS	Atividades de coleta, limpeza e organização de utensílios de cozinha.	15,18	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
01.6	AGENTE DE NUTRIÇÃO	Atividades no preparo de alimentos sob orientação de profissional de nutrição.	15,18	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
GRUPO DE ATIVIDADES ASSESSÓRIAS 2 ATÉ R$ 1.897,00				
02.1	AGENTE AMBIENTAL	Atividades de cuidados e manutenção nas reservas florestais, matas ciliares, reservas e cursos d'água, incluindo observação e controle da poluição sonora, visual ambiental e resíduos diversos em vias e espaços públicos.	18,97	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
02.2	AGENTE CUIDADOR DE FAUNA	Atividades de recolhimento e cuidados, incluindo auxílio no tratamento veterinário, entrega e/ou devolução aos tutores de animais abandonados em vias e espaços públicos.	18,97	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
02.3	AGENTE DE PODAÇÃO E JARDINAGEM	Atividades de podação de árvores, plantas e tratamento de jardins em vias e espaços públicos.	18,97	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
02.4	AGENTE DE VIGÍLIA PATRIMONIAL E AMBIENTAL	Atividades de vigília, proteção e defesa do patrimônio público, histórico, cultural e ambiental.	18,97	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
GRUPO DE ATIVIDADES ASSESSÓRIAS 3 ATÉ R$ 2.371,00				
03.1	AGENTE AUXILIAR DE TRANSPORTE	Atividades eventuais auxiliar/folguista de transportes de pessoas e cargas, realizadas em veículos automotores.	23,71	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
03.2	AGENTE DE MANUTENÇÃO	Atividades de manutenção, retoques de pintura, pequenos reparos em móveis e imóveis pertencentes ou em posse do poder público e consertos de mobiliário.	23,71	Até 9º Ano do Ensino Fundamental
03.3	AGENTE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Atividades de apoio administrativo, incluindo serviços de cópias xerográficas e digitalização de documentos, digitação, coferência e encaminhamentos de correspondências e auxiliar de arquivo.	23,71	Nível Médio
03.4	AGENTE MONITOR ESCOLAR	Atividades de monitoramento presencial em escolas.	23,71	Nível Médio
03.5	AGENTE MONITOR SOCIAL	atividades de cadastramentos, monitoramento e execução de pesquisas basicas de dados.	23,71	Nível Médio
03.6	AGENTE DE ORNAMENTAÇÃO	Atividades auxiliares de ornamentação nos prédios e vias públicas, especialmente em eventos cívicos, festivos, e culturais.	23,71	Nível Médio
03.7	AGENTE CUIDADOR DE CRIANÇAS	Atividades assessorias de cuidados com crianças sob orientação de profissional da educação.	23,71	Nível Médio

03.8	AGENTE FACILIADOR DE ATENDIMENTO	Atividades assessórias de suporte em atimentos a pessoas	23,71	Nível Médio
GRUPO DE ATIVIDADES ASSESSÓRIAS 4 ATÉ R$ 2.656,00				
04.1	AGENTE AUXILIAR DE APRENDIZAGEM	Atividades de auxiliar em sala de aula, incluindo substituições eventuais de educador.	26,56	Nível Médio
04.2	AGENTE MONITOR AUDIOVISUAL	Atividades auxiliar de acompanhamento e monitoramento através de câmeras em salas de áudio e vídeo.	26,56	Nível Médio
04.3	AGENTE OFICINEIRO	Atividades em oficinas de recreação, manifestações artísticas, folclóricas, culturais, literárias, cênicas e esportivas.	26,56	Nível Médio
04.4	AGENTE AUXILIAR DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	Atividades auxiliares de programas governamentais em execução no município.	26,56	Nível Médio
GRUPO DE ATIVIDADES ASSESSÓRIAS 5 ATÉ R$ 2.922,00				
05.1	AGENTE ARTICULADOR ESCOLAR	Atividades auxiliares de articulação e coordenação em escolas da rede pública.	29,22	Nível Médio
05.2	AGENTE ARTICULADOR SOCIAL	Atividades auxiliares de articulação e coordenação na área da assistência social.	29,22	Nível Médio
GRUPO DE ATIVIDADES ASSESSÓRIAS 6 ATÉ R$ 3.036,00				
06.1	AGENTE DE SUPORTE A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	Atividades de acompanhamento, suporte e desenvolvimento de programas governamentais em execução no município.	30,36	Nível Superior

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA	***BARTOLOMEU P. MENDONÇA***
Coordenador Administrativo	Coordenador de Projetos P
BETÂNIA RIBEIRO COSTA	***LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO***
Coordenadora de Articulação	Coordenadora Financeira
MARCELO ANTONIO DA SILVA	
Procurador Autárquico	

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:5F09DCDA

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 154, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 154, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos do Quadro de Pessoal da Autarquia na forma do que dispõe o Art. 37, X da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DE PERNAMBUCO – COMAGSUL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 71, XII, do Estatuto da Autarquia,

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização da política salarial do COMAGSUL;
CONSIDERANDO a necessidade da recomposição inflacionária e preservação do poder de compra dos empregados públicos do COMAGSUL, em cumprimento ao disposto no art. 37, X, da Constituição Federal;
Faço saber que a 26ª Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2025, *REFERENDOU*, aprovando e retificando por dezesseis votos a zero, na sua integralidade a RESOLUÇÃO COMAGSUL *"AD REFEREDUM"* Nº 03/2025, e Eu em seu nome, nos termos do Art. 57 do Estatuto Social da Autarquia, mandei expedir a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Esta Resolução reajusta os vencimentos e verbas de representação do Quadro de Pessoal da Autarquia COMAGSUL, previsto no Anexo Único da Resolução COMAGSUL n.º 135 de 26 de dezembro de 2024, visando a recomposição inflacionária e preservação do poder de compra, em cumprimento ao disposto no art. 37, X, da Constituição Federal, no que pertine à revisão geral anual dos agentes públicos.

Parágrafo Único – O percentual utilizado para conceder o reajuste aos empregados do COMAGSUL será o acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no período de janeiro a dezembro de 2024, da ordem de quatro vírgula oitenta e três porcento, aplicando-se lhe técnica de arredondamento a menor e desprezando valores de pouca monta.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, operando-se seus efeitos financeiros a contar de 02 de janeiro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

JOSÉ SAVIO DE OMENA	***BARTOLOMEU P. MENDONÇA***
Coordenador Administrativo	Coordenador de Projetos
BETÂNIA RIBEIRO COSTA	***LUZIENE GOMES FERRAZ B. CARNEIRO***
Coordenadora de Articulação	Coordenadora Financeira
MARCELO ANTONIO DA SILVA	
Procurador Autárquico	

ANEXO ÚNICO - Quadro de Funções Comissionadas do COMAGSUL

N° Ord.	Nomenclatura	Símbolo	Requisitos para Investidura	Atribuições Básicas	Qt de Vagas	Carga Horária	Valor dos Vencimentos R$	Tipo de Vencimentos
01	PRESIDENTE	PR-1	Prefeito em exercício de qualquer Município Consorciado e Eleito em Assembleia Geral.	Atribuições definidas no Art. 71 e 72 do Estatuto Social do COMAGSUL.	01	Integral	11.000,00	Verba de Representação
02	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SEC-1	Portador de Diploma de Nível Superior.	Atribuições definidas no Art. 77 do Estatuto Social do COMAGSUL.	01	15 Horas Presencias Semanais, Art. 81, P. Único E.S.	8.700,00	Salário ou Verba de Representação
03	ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA	AEP-1	Livre Nomeação / Designação	Assessorar a Diretoria Executiva do COMAGSUL	03	40 Horas Semanais	4.900,00	Representação
04	ASSESSOR ESPECIAL DA SECRETARIA EXECUTIVA	AES-1	Livre Nomeação / Designação	Assessorar a Diretoria Executiva do COMAGSUL	02	40 Horas Semanais	4.700,00	Representação
05	PROCURADOR JURÍDICO	GG-1	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro na OAB e Eleito em Assembleia Geral.	Atribuições definidas no Art. 88 do Estatuto Social do COMAGSUL.	01	15 Horas Presencias Semanais, Art. 81, P. Único E.S.	8.407,00	Salário ou Verba de Representação
06	ASSESSOR JURÍDICO	AJU-1	Portador de Diploma em Ciências Jurídicas e Inscrição na OAB	Atividades inerentes à Advocacia.	02	20 Horas Semanais	3.450,00	Salário Base
07	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	AC	Portador de diploma de Nível Médio e Curso de Formação exigido pela Lei Federal nº 14.133/2021	Atribuições definidas na Lei 14.133/2021	01	40 Horas Semanais	5.450,00	Salário Base
08	COORDENADOR FINANCEIRO	GG-1	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no Órgão de Classe e Eleito em Assembleia Geral.	Atribuições definidas no Art. 96 do Estatuto Social do COMAGSUL.	01	15 Horas Presencias Semanais, Art. 81, P. Único E.S.	8.407,00	Salário ou Verba de Representação

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

ANEXO ÚNICO - Quadro de Funções Comissionadas do COMAGSUL

N° Ord.	Nomenclatura	Símbolo	Requisitos para Investidura	Atribuições Básicas	Qt de Vagas	Carga Horária	Valor dos Vencimentos R$	Tipo de Vencimentos
09	DIRETOR DE CONTABILIDADE	DIC-1	Portador de diploma de Nível superior nas áreas de Economia Contabilidade, Administração ou Direito com Registro no Órgão de Classe	Atividades de suporte técnico-operacional de Nível Superior na área financeira / contábil, especialmente a Coordenadoria Financeira do COMAGSUL.	01	40 Horas Semanais	6.550,00	Salário ou Verba de Representação
10	TESOUREIRO – NM	TES-1	Portador de Diploma de Nível Médio	Atividades da Tesouraria dos Programas desenvolvidos no COMAGSUL.	01	40 Horas Semanais	2.980,00	Verba de Representação
11	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	GG-1	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no Órgão de Classe e Eleito em Assembleia Geral.	Atribuições definidas no Art. 91 do Estatuto Social do COMAGSUL.	01	15 Horas Presencias Semanais, Art. 81, P. Único E.S.	8.407,00	Salário ou Verba de Representação
12	DIRETOR ADMINISTRATIVO		Portador de diploma de Nível superior nas áreas de Economia Contabilidade, Administração ou Direito com Registro no Órgão de Classe	Atividades de suporte técnico-operacional de Nível Superior na área Administrativa e Recursos Humanos e Patrimônio, especialmente a Coord. Administrativa - COMAGSUL.	01	40 Horas Semanais	6.550,00	Salário ou Verba de Representação
13	COORDENADOR DE ARTICULAÇÃO	GG-1	Preferencialmente c/ Formação Superior e Eleito em Assembleia Geral do COMAGSUL.	Atribuições definidas no Art. 102 do Estatuto Social do COMAGSUL.	01	15 Horas presencias Semanais, Art. 81, P. Único E.S.	8.407,00	Salário ou Verba de Representação
14	COORDENADOR DE PROJETOS	GG-1	Preferencialmente c/ Formação Superior e Eleito em Assembleia Geral.	Atribuições definidas no Art. 99 do Estatuto Social do COMAGSUL.	01	15 Horas presencias Semanais, Art. 81, P. Único E.S.	8.407,00	Salário ou Verba de Representação

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

ANEXO ÚNICO - Quadro de Funções Comissionadas do COMAGSUL

N° Ord.	Nomenclatura	Símbolo	Requisitos para Investidura	Atribuições Básicas	Qt de Vagas	Carga Horária	Valor dos Vencimentos R$	Tipo de Vencimentos
15	ASSESSOR DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – NS	APG-NS	Portador de Diploma de Nível Superior	Prestar suporte na coordenadoria de Projetos e Programas nas áreas administrativas e técnicas	02	40 Horas Semanais	2.500,00	Salário Base
16	ASSESSOR DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – NM	APG-NM	Formação Técnica ou de Nível Médio, e conhecimento em sistemas digitais	Prestar suporte na coordenadoria de Projetos e Programas nas áreas administrativas e técnicas	02	40 Horas Semanais	2.000,00	Salário Base
17	GERENTE DO NIGS	GN-1	Portador de Diploma de Nível Superior	Atribuições definidas no Art. 103 ss do Estatuto Social da Autarquia.	01	40 Horas Semanais	5.200,00	Salário Base

18	ASSESSOR TÉCNICO EM SAÚDE - NS	TSNS	Portador de Diploma de Nível Superior	Atividades de suporte técnico-operacional de Nível Superior na área de Saúde especialmente ao NIGS-COMAGSUL.	02	40 Horas Semanais	4.700,00	Salário Base
19	ASSESSOR TÉCNICO EM SAÚDE - NM	ATSNM	Portador de Diploma de Nível Médio	Atividades de suporte técnico-operacional na área de saúde especialmente ao NIGS-COMAGSUL.	02	40 Horas Semanais	3.450,00	Salário Base
20	GERENTE DE NÚCLEO TÉCNICO	GNT	Portador de Diploma de Nível Superior	Atribuições definidas no Art. 103 ss do Estatuto Social da Autarquia.	05	40 Horas Semanais	6.200,00	Salário Base
21	DIRETOR DA ESCOLA DE GOVERNO	DEG	Portador de Diploma de Nível Superior	Atribuições definidas em Resolução Específica.	01	40 Horas Semanais	5.200,00	Representação

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

ANEXO ÚNICO - Quadro de Funções Comissionadas do COMAGSUL

N° Ord.	**Nomenclatura**	**Símbolo**	**Requisitos para Investidura**	**Atribuições Básicas**	**Qt de Vagas**	**Carga Horária**	**Valor dos Vencimentos R$**	**Tipo**
22	ASSESSOR TÉCNICO - NS	TNS	Portador de Diploma de Nível Superior	Atividades de suporte técnico-operacional de nível superior em respectivas áreas de atuação do COMAGSUL.	02	40 Horas Semanais	4.920,00	Salário ou Verba de Representação
23	ASSESSOR TÉCNICO – NM	ATNM	Portador de Diploma de Nível Médio	Atividades de suporte técnico-operacional de Nível Médio.	04	40 Horas Semanais	2.985,00	Salário Base
24	COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO	CG-1	Portador de diploma de Nível superior nas áreas de Economia Contabilidade, Administração ou Direito	Atribuições de auxiliar o Conselho Fiscal definidas no Art. 121 do Estatuto Social.	01	40 Horas Semanais	6.550,00	Salário ou Verba de Representação
25	ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO	ACI-1	Formação Técnica ou de nível médio, preferencialmente superior nas áreas de Economia Contabilidade, Administração ou Direito e conhecimento em sistemas digitais	Atribuições definidas em Resolução Específica.	02	40 Horas Semanais	2.190,00	Salário ou Verba de Representação
26	COORDENADOR DE CÂMARA TEMÁTICA	CCT	Experiência comprovada na área de atuação da Câmara	Atividades de coordenação e orientação da respectiva Câmara Temática.	05	40 Horas Semanais	2.985,00	Salário ou Verba de Representação
27	ASSESSOR ADMINISTRATIVO – NM	ADM-1	Portador de Diploma de Nível Médio	Atividades de auxílio operacional na área administrativa no COMAGSUL.	06	40 Horas Semanais	2.200,00	Salário Base
28	ASSESSOR DE TRANSPORTE – NM	AT-1	CNH Categoria “B”	Atividades inerente ao exercício da profissão.	02	40 Horas Semanais	2.200,00	Salário Base

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

ANEXO ÚNICO - Quadro de Funções Comissionadas do COMAGSUL

N° Ord.	**Nomenclatura**	**Símbolo**	**Requisitos para Investidura**	**Atribuições Básicas**	**Qt de Vagas**	**Carga Horária**	**Valor dos Vencimentos R$**	**Tipo**
29	CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS	AS-1	Alfabetizado	Atividades de higiene limpeza, copeira, faxineira, lavanderia.	03	40 Horas Semanais	Salário Mínimo vigente	Salário Base
30	ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR – NS	ES-1	Estar Regularmente Matriculado em Curso de Nível Superior	Atividades de estágio na área que está em formação.	06	20 Horas Semanais	985,00	Bolsa
31	ESTAGIÁRIO NÍVEL TÉCNICO – NT	ET-1	Estar Regularmente Matriculado em Curso Técnico	Atividades de estágio na área que está em formação.	04	20 Horas Semanais	765,00	Bolsa

Sede do COMAGSUL, Agrestina-PE,
Em, 3 de dezembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina
Presidente do COMAGSUL

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:59499147

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE CUIDADOR ESCOLAR (PROFISSIONAL DE APOIO) PARA AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ALTINHO – PE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE CUIDADOR ESCOLAR (PROFISSIONAL DE APOIO) PARA AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ALTINHO – PE

HOMOLOGAÇÃO

CONSIDERANDO o resultado definitivo da Seleção Pública para Contratação Temporária de Cuidador Escolar (Profissional de Apoio) para as Instituições Educacionais Públicas Municipais de Altinho -PE , regida pelo Edital n° 03/2025, de 12 de novembro de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (ANO XVII - Nº 3970), de quarta-feira, 12 de novembro de 2025 e no e no site www.altinho.pe.gov.br

FICA DETERMINADO QUE:

1º Fica homologado o resultado definitivo da Seleção Pública para Contratação Temporária de Cuidador Escolar (Profissional de Apoio) para as Instituições Educacionais Públicas Municipais de Altinho -PE

RESULTADO GERAL

Nº DE ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)			CONCORRÊNCIA				
			NOTA	RESULTADO	AMPLA	PCD	COTAS		
							PESSOA PRETA OU PARDA	PESSOA QUILOMBOLA	PESSOA INDÍGENA
	21	JAYLKA WALKIRIA DE AMORIM SILVA	90,0	Aprovada	x				
	66	NATHALIE EVELYN SILVA DE MENDONÇA	80,0	Aprovada	x				
	58	MARIA APARECIDA DA SILVA	75,0	Aprovada	x				
	16	MARIA JOSEANE DA SILVA	75,0	Aprovada	x				
	40	GERLANE SOARES DOS SANTOS	75,0	Aprovada	x				
	15	DANIELA MARIA DA SILVA MARINHO	75,0	Aprovada	x				
	37	CÍNTHIA DOS SANTOS FREITAS	65,0	Aprovada	x				
	44	MARIA JUCIARA DA SILVA	65,0	Aprovada			x		
	46	FLÁVIA CRISTINA CORREA	60,0	Aprovada	x				
	24	JAILSON SEVERINO DA SILVA	60,0	Aprovado	x				
	77	ALLAN JOSÉ DA SILVA	60,0	Aprovado	x				
	43	LAÍS SILVA DE FARIAS	60,0	Aprovada	x				
	42	LETÍCIA MARIA DA SILVA	60,0	Aprovada			x		
	76	WELYS JOSÉ DE SOBRAL	60,0	Aprovado	x				
	61	JACELANE VITÓRIA SOARES DA SILVA	60,0	Aprovada			x		
	18	ANDRESA MARIA DA SILVA	55,0	Aprovada	x				
	56	JOELMA LUCIENE DA SILVA	55,0	Aprovada	x				
	67	CAMILA VITÓRIA BEZERRA DA SILVA	55,0	Aprovada	x				
	29	ARILSON GALDINO DE SOUZA SILVA	50,0	Aprovado			x		
	54	EVELIN SAMARA DA SILVA SOUZA	50,0	Aprovada	x				
	75	MARIA CAMILA DA SILVA	50,0	Aprovada	x				
	22	ANTONIA DALVA SILVA	45,0	Aprovada	x				
	99	JULIANA ROSINETE DE SOBRAL	45,0	Aprovada	x				
	47	JANDOVAL BATISTA DO NASCIMENTO JÚNIOR	45,0	Aprovada			x		
	28	LÍVIA GIOVANA DA SILVA	40,0	Aprovada	x				
	59	ROSÂNGELA MARIA DE LIMA	35,0	Aprovada	x				
	53	SIMONE GOMES DA SILVA	35,0	Aprovada	x				
	41	MARIA JANEALE DA CONCEIÇÃO	35,0	Aprovada			x		
	91	TAYARA PRISCILA SOUSA DA SILVA FREITAS	35,0	Aprovada	x				
	48	STEPHANIE VITÓRIA TORRES DOS SANTOS	35,0	Aprovada	x				
	25	REGINALDO AUGUSTO DA SILVA NETO	35,0	Classificado	x				
	33	FELIPE PEDRO DA SILVA SOBRAL	35,0	Classificado				x	
	38	DAIANE NATÁLIA ALVES BEZERRA	35,0	Classificada	x				
	74	JACQUELINE DOS SANTOS SILVA	30,0	Classificada	x				
	70	FILLIPY JOSÉ DA SILVA	30,0	Classificado	x				
	57	JOSEFA FERREIRA DA SILVA	25,0	Classificada			x		
	68	GABRIELLY OLIVEIRA GARCIA	25,0	Classificada	x				
	62	GILMÁRIA JUCÉLIA MONTEIRO DA SILVA	25,0	Classificada				x	
	85	MARIA LUIZA TORRES BARRETO	25,0	Classificada			x		
	17	MARCELY EDUARDA DA SILVA GALINDO	25,0	Classificada	x				
	49	ANA CLARA RODRIGUES DA SILVA	25,0	Classificada	x				
	80	LEONIA VALKIRIA DA SILVA	20,0	Classificada	x				
	65	CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ CHAVES	20,0	Classificado	x				
	64	ALDINE LAÍS DE ANDRADE SANTOS	20,0	Classificada	x				
	78	ALEXANDRO DAVID SOUSA DE OLIVEIRA	20,0	Classificado	x				
	63	JOSÉ LEONARDO TIMÓTEO DE OLIVEIRA	20,0	Classificado			x		
	93	RAIANE MICAELE DA SILVA	20,0	Classificada	x				
	51	RAYALE MIRELE DA SILVA	20,0	Classificada	x				
	94	VITÓRIA THAÍS DE SOBRAL SILVA	20,0	Classificada	x				
	69	ANA LUIZA DE ALMEIDA SOARES	20,0	Classificada	x				
	92	JOSÉ SILBVÂNIO DA SILVA BARROS	20,0	Classificado	x				
	45	ELIANE CIBELE SILVA PEREIRA DA MOTA	15,0	Classificada	x				
	06	IRIS MARIA DA SILVA	15,0	Classificada	x				
	90	EUGÊNIA IZABEL PEREIRA DE LIMA	15,0	Classificada			x		
	23	LEANDRO MANOEL DA SILVA	10,0	Desclassificado	x				
	52	EDUARDA DOS SANTOS DUARTE	10,0	Desclassificada			x		
	87	CLEDOILSON EUCLIDES DA SILVA	5,0	Desclassificado	x				
	73	KARLA LÚCIA DA SILVA	5,0	Desclassificada	x				
	81	MARIA DEISIANE BERNARDO DA SILVA	5,0	Desclassificada	x				
	84	AMANDA GABRIELA DE ARAÚJO BARBOSA	5,0	Desclassificada			x		
	95	BRUNA EMMYLI SANTOS PIMENTEL	5,0	Desclassificada	x				
	88	CARLOS HENRIQUE COSTA FERREIRA DA SILVA	5,0	Desclassificado			x		
	01	MARIA CLARA SUED DE ASSUNÇÃO FEITOSA	0,0	Desclassificada	x				
	02	LUANA MARIA DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				

	03	GILDA MARIA BEZERRA DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	04	MARIA ÁMILA CHAENE DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	05	MARIA WEDJA RODIGUES DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	07	EDLA ALVES DE HOLANDA E SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	08	MARIA EDUARDA HOLANDA DE MACÊDO	0,0	Desclassificada			x		
	09	MARIA ALLANE BEZERRA DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	10	YASMIM VICTÓRIA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	11	EVELI CRISTINA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	12	MARIA JOANA SOBRAL DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	13	JACQUELINE MARIA SOBRAL	0,0	Desclassificada			x		
	14	MÔNICA RENATA DE LIMA PEREIRA	0,0	Desclassificada	x				
	19	CAMILA VITÓRIA ALVES DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	20	DANIELA SOARES DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	26	MARIA VITÓRIA RODRIGUES ALVES	0,0	Desclassificada	x				
	27	BRUNO ANTONIO DA SILVA	0,0	Desclassificado	x				
	30	GISELI ROSILDA DE MELO SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	31	CINTIA FEITOSA SOARES DE SOBRAL	0,0	Desclassificada	x				
	32	SABRINA FEITOSA SOARES	0,0	Desclassificada	x				
	34	MICHELLE CRISTINA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	35	CRYSLAINE MARIA PEREIRA DE LIMA GOMES	0,0	Desclassificada			x		
	36	ANGELA CARLA SERAFIM DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	39	GABRIELA THAÍS DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	50	CAIO LEVI VENÂNCIO DA SILVA	0,0	Desclassificado	x				
	55	MÔNICA PATRÍCIA BEZERRA DO Ó	0,0	Desclassificada	x				
	60	MÀRCIA GREYCE DA SILVA OLIVEIRA	0,0	Desclassificada	x				
	71	SUANE MARIA SOARES	0,0	Desclassificada			x		
	72	ALANA KARLA SOUSA SOARES	0,0	Desclassificada	x				
	79	VERA LÚCIA PEREIRA DE LEMOS	0,0	Desclassificada	x				
	82	MARIA MILENA BELARMINO DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	83	ELIANE PATRÍCIA PEREIRA DE LIMA	0,0	Desclassificada	x				
	86	VÍVIAN DARLENNE SANTOS DE OLIVEIRA	0,0	Desclassificada	x				
	89	JACQUELINE MARIA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	96	WEVERTON JÚNIO DA SILVA SANTOS	0,0	Desclassificado	x				
	97	JAQUELINE FERNANDES DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				
	98	JOSELAINE CLARINDO DA SILVA	0,0	Desclassificada	x				

CONCORRÊNCIA PCD- AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO

Nº DE ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)			Concorrência				
			NOTA	RESULTADO	AMPLA	PCD	COTAS		
							PESSOA PRETA OU PARDA	PESSOA QUILOMBOLA	PESSOA INDÍGENA

CONCORRÊNCIA PESSOA QUILOMBOLA

Nº DE ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)			Concorrência				
			NOTA	RESULTADO	AMPLA	PCD	COTAS		
							PESSOA PRETA OU PARDA	PESSOA QUILOMBOLA	PESSOA INDÍGENA
1	33	FELIPE PEDRO DA SILVA SOBRAL	35,0	Aprovado				x	
2	62	GILMÁRIA JUCÉLIA MONTEIRO DA SILVA	25,0	Classificada				x	

CONCORRÊNCIA PESSOA INDÍGENA AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO

Nº DE ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)			Concorrência				
			NOTA	RESULTADO	AMPLA	PCD	COTAS		
							PESSOA PRETA OU PARDA	PESSOA QUILOMBOLA	PESSOA INDÍGENA

CONCORRÊNCIA PESSOA PRETA OU PARDA

Nº DE ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)			Concorrência				
			NOTA	RESULTADO	AMPLA	PCD	COTAS		
							PESSOA PRETA OU PARDA	PESSOA QUILOMBOLA	PESSOA INDÍGENA
	47	JANDOVAL BATISTA DO NASCIMENTO JÚNIOR	45,0	Aprovado			x		
	41	MARIA JANEALE DA CONCEIÇÃO	35,0	Aprovada			x		
	57	JOSEFA FERREIRA DA SILVA	25,0	Aprovada			x		
	85	MARIA LUIZA TORRES BARRETO	25,0	Aprovada			x		
	63	JOSÉ LEONARDO TIMÓTEO DE OLIVEIRA	20,0	Aprovado			x		
	90	EUGÊNIA IZABEL PEREIRA DE LIMA	15,0	Aprovada			x		
	52	EDUARDA DOS SANTOS DUARTE	10,0	Desclassificada			x		
	84	AMANDA GABRIELA DE ARAÚJO BARBOSA	5,0	Desclassificada			x		
	88	CARLOS HENRIQUE COSTA FERREIRA DA SILVA	5,0	Desclassificado			x		
	05	MARIA WEDJA RODIGUES DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	07	EDLA ALVES DE HOLANDA E SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	08	MARIA EDUARDA HOLANDA DE MACÊDO	0,0	Desclassificada			x		
	10	YASMIM VICTÓRIA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	11	EVELI CRISTINA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	12	MARIA JOANA SOBRAL DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	13	JACQUELINE MARIA SOBRAL	0,0	Desclassificada			x		
	34	MICHELLE CRISTINA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	35	CRYSLAINE MARIA PEREIRA DE LIMA GOMES	0,0	Desclassificada			x		
	36	ANGELA CARLA SERAFIM DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		

	71	SUANE MARIA SOARES	0,0	Desclassificada			x		
	82	MARIA MILENA BELARMINO DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		
	89	JACQUELINE MARIA DA SILVA	0,0	Desclassificada			x		

Altinho, 29 de dezembro de 2025.

MARIVALDO PENA
Prefeito

Publicado por:
Luis Henrique Gonçalves Alves
Código Identificador:3E23B34C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2025-FMS

Ata de Registro de Preços nº 085/2025 FMS. Processo Licitatório nº 0021/2025. Pregão Eletrônico nº 0010/2025 - SRP. Objeto: Registro de preços para a Aquisição de materiais médico-hospitalares diversos, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal, UPINHA de Umari, Unidades de Saúde da Família (USF) e demais setores de saúde do Município de Bom Jardim/PE**,** os quais serão utilizados no suporte assistencial aos pacientes em tratamento contínuo, em regime de urgência e emergência, através do Sistema de Registro de Preços - SRP.

Especificações, Quantitativos e Preços

VENCEDOR: CIRURGICA SERRA MAR LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **31.908.034/0001-02,** sediado(a) na Rod. BR 101 Sul, s/n, KM 80 GP A, Jardim Jordão, CEP: 54.320-230. Jaboatão dos Guararapes/PE. Representante Legal: **Carlos Eduardo Azevedo Pereira de Oliveira.**

Valor total R$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
170	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: EXTRA GRANDE, PESO USUÁRIO: ACIMA DE 120 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS, USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO CATMAT:616019	SOFT CARE– ULTRACARE (PE)	Unidade	11250	R$ 1,00	R$ 11.250,00
TOTAL						**R$ 11.250,00**

Período (validade): 12 meses. Data da Assinatura: 17/12/2025.
Bom Jardim, 17 de dezembro de 2025.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM-PE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2025-FMS

Ata de Registro de Preços nº 086/2025 FMS. Processo Licitatório nº 0021/2025. Pregão Eletrônico nº 0010/2025 - SRP. Objeto: Registro de preços para a Aquisição de materiais médico-hospitalares diversos, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal, UPINHA de Umari, Unidades de Saúde da Família (USF) e demais setores de saúde do Município de Bom Jardim/PE**,** os quais serão utilizados no suporte assistencial aos pacientes em tratamento contínuo, em regime de urgência e emergência, através do Sistema de Registro de Preços - SRP.

Especificações, Quantitativos e Preços

VENCEDOR: N & J DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **58.181.756/0001-64,** sediado(a) na rua Antônio Gomes de Lima, 299, Centro, CEP: 56.930-000. Calumbi-PE, Representante Legal: **Barbara Juliana Ferraz de Souza Lima**

Valor total R$ 17.550,00 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
32	EQUIPO DE INFUSÃO VENOSA GRAVITACIONAL MATERIAL: PVC TRANSPARENTE VOLUME BURETA: BURETA CERCA DE 150 ML CARACTERÍSTICAS BURETA: GRADUADA, C/ ALÇA, RESPIRO, INJETOR E FILTRO CÂMARA GOTEJAMENTO: MICROGOTAS, FLEXÍVEL, C/ FILTRO REGULADOR DE FLUXO MANUAL: PINÇA ROLETE COMPRIMENTO TUBO: ATÉ 180 CM, C/ PRIMING REDUZIDO TIPO INJETOR LATERAL: C/ 1 INJETOR, AUTOCICATRIZANTE CONECTOR PACIENTE: LUER ADICIONAL: C/ CLAMP ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO TIPO EMBALAGEM: INDIVIDUAL. CATMAT CATMAT:609710	TKL	Unidade	3000	R$ 5,85	R$ 17.550,00
TOTAL						**R$ 17.550,00**

Período (validade): 12 meses. Data da Assinatura: 17/12/2025.

Bom Jardim, 17 de dezembro de 2025.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM-PE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2025-FMS

Ata de Registro de Preços nº 087/2025 FMS. Processo Licitatório nº 0021/2025. Pregão Eletrônico nº 0010/2025 - SRP. Objeto: Registro de preços para a Aquisição de materiais médico-hospitalares diversos, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal, UPINHA de Umari, Unidades de Saúde da Família (USF) e demais setores de saúde do Município de Bom Jardim/PE**,** os quais serão utilizados no suporte assistencial aos pacientes em tratamento contínuo, em regime de urgência e emergência, através do Sistema de Registro de Preços - SRP.

Especificações, Quantitativos e Preços

VENCEDOR: ROCHA E GOES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **41.381.952/0001-80,** com sede na Rua Maceió, nº 10, Lot. Parque Alvorada, Lote 0910 A, Quadrat, Bairro Boa Vista, CEP: 55.292-055. Garanhuns/PE. Representante: **José Sandro Gomes Rocha.**

Valor total R$ 1.693.959,10 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 10 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT 628378	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	14063	R$ 1,99	R$ 27.985,37
2	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 15 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, CATMAT 628380	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	19688	R$ 1,99	R$ 39.179,12
3	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 20 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM, INDIVIDUAL. CATMAT 628381	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	20250	R$ 3,22	R$ 65.205,00
4	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 30 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL; CATMAT 628383	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	14063	R$ 3,14	R$ 44.157,82
5	ATADURA GESSADA, MATERIAL: GESSO C/ TECIDO 100% ALGODÃO, CARACTERÍSTICA: SECAGEM RÁPIDA, LARGURA: CERCA DE 10 CM, COMPRIMENTO: ROLO CERCA DE 3,0 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL CX C/20 UNIDADES CATMAT 628323	POLAR FIX – RG ANVISA 8003400048	Caixa	200	R$ 30,77	R$ 6.154,00
6	ATADURA GESSADA, MATERIAL: GESSO C/ TECIDO 100% ALGODÃO, CARACTERÍSTICA: SECAGEM RÁPIDA, LARGURA: CERCA DE 15 CM, COMPRIMENTO: ROLO CERCA DE 3,0 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL CX C/20 UNIDADES CATMAT 628325	POLAR FIX – RG ANVISA 8003400048	Caixa	200	R$ 46,22	R$ 9.244,00
7	AVENTAL, MATERIAL TNT, MODELO UNISSEX, TIPO DESCÁR–TAVEL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:MANGA LONGA, PU–NHO COM ELÁSTICO, TIRA NA CINTURA. TAMANHO ÚNI–CO. CATMAT 481513	AMPLAMED – RG ANVISA 82189770002	Unidade	8000	R$ 1,59	R$ 12.720,00
8	BOLSA DE COLOSTOMIA, FECHADA PARA ESTOMA INTESTINAL COM BARREIRA DE RESINA SINTÉTICA OPACA RECORTÁVEL DE 19 –64MM, ADESIVO MICROPORE DE TERCEIRA GERAÇÃO CAIXA C/10. CATMAT: 477273	CONVATEC – RG ANVISA 80523029009	caixa	500	R$ 9,09	R$ 4.545,00
9	CARVÃO ATIVADO FORMA FARMACÊUTICA: EM PÓ 1KG CATMAT:446251	POLAR FIX – RG ANVISA 8003400142	Unidade	10	R$ 32,00	R$ 320,00
10	CATETER OXIGENOTERAPIA MATERIAL TUBO: PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO: TIPO ÓCULOS, PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TAMANHO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: A PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO,2,10M, TIPO ADAPTADOR: CONECTOR UNIVERSAL CATMAT: 621731	BIOSANI – RG ANVISA 80286000007	Unidade	3000	R$ 0,98	R$ 2.940,00
11	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 14 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 50 MM, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX CATMAT:437181	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660066	Unidade	3000	R$ 0,81	R$ 2.430,00
12	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 16 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 50 MM, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX CATMAT: 437176	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660066	Unidade	2000	R$ 0,92	R$ 1.840,00
13	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 18 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 45 MM, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX CATMAT: 437183	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660066	Unidade	3000	R$ 0,86	R$ 2.580,00
14	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 20 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 30 MM, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX CATMAT:437178	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660066	Unidade	1200	R$ 0,89	R$ 1.068,00
15	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 22 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 25 MM, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX CATMAT: 437179	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660066	Unidade	20000	R$ 0,87	R$ 17.400,00
16	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 24 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 20 MM, COMPONENTE ADICIONAL: C, ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR C, CLAMP, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C, INJETOR LATERAL, COMPONENTE 2: C, SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR,32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438243	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660066	Unidade	20000	R$ 0,95	R$ 19.000,00
17	FIO DE SUTURA AGULHADO, MATERIAL FIO: CATGUT CROMADO, MODELO FIO: MULTIFILAMENTAR, DIÂMETRO FIO: Nº 1, COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 90 CM, TIPO AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO, MODELO AGULHA: CILÍNDRICA, COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 50 MM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APRESENTAÇÃO:	BIOLINE – RG ANVISA 10426020007	Caixa	20	R$ 29,72	R$ 594,40

	EMBALAGEM INDIVIDUAL CX C/24, UNIDADES. CATMAT: 487033					
18	CATGUT 2–0 CROMADO FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT CROMADO COM AGULHA, TIPO FIO: 2 –0, COMPRIMENTO: COMPR. MÍNIMO 70 CM, TIPO AGULHA: 3,8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA: 3,0 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL CX C/24 UNIDADES. CATMAT:487014	BIOLINE – RG ANVISA 10426020007	Caixa	20	R$ 84,30	R$ 1.686,00
19	FIO DE SUTURA AGULHADO, MATERIAL FIO: CATGUT CROMADO, MODELO FIO: MULTIFILAMENTAR, DIÂMETRO FIO: 3–0, COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 70 CM, TIPO AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO, MODELO AGULHA: CILÍNDRICA, COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 40 MM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL CX C/24 UNIDADES CATMAT:487001	BIOLINE – RG ANVISA 10426020007	Caixa	30	R$ 28,86	R$ 865,80
20	FIO DE SUTURA AGULHADO, MATERIAL FIO: CATGUT CROMADO, MODELO FIO: MULTIFILAMENTAR, DIÂMETRO FIO: 4–0, COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 70 CM, TIPO AGULHA: AGULHA 3/8 CÍRCULO, MODELO AGULHA: CILÍNDRICA, COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 20 MM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL CX C/24 UNIDADES CATMAT:486996	BIOLINE – RG ANVISA 10426020007	Caixa	30	R$ 29,01	R$ 870,30
21	CATGUT 2–0 SIMPLES FIO DE SUTURA, MATERIAL: CATGUT SIMPLES C, AGULHA, TIPO FIO: 2 –0, COMPRIMENTO: COMPR. MÍNIMO 70 CM, TIPO AGULHA: 3,8 CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPRIMENTO AGULHA: 3,0 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL.CX C/24 UNIDADES CATMAT:486960	SHALON – RG ANVISA 10243410012	Caixa	30	R$ 84,00	R$ 2.520,00
22	CLOREXIDINA DERGEMANTE 2% (1 LITRO) CLOREXIDINA DIGLUCONATO, DOSAGEM: 2%, APLICAÇÃO: DEGERMANTE. CATMAT:269876	VIC PHARMA – RG ANVISA ISENTO	Litro	1200	R$ 15,00	R$ 18.000,00
23	COLETOR (DRENADOR) DE URINA SISTEMA ABERTO TIPO GARRAFA COM VÁLVULA ANTI–REFLUXO TIPO MEMBRANA, CÂMARA DE PASTEUR FLEXÍVEL, COM FILTRO DE AR E TUBO EXTENSOR COM AMPLO DIÂMETRO. APRESENTAR GRADUAÇÃO NO FRASCO. CAPACIDADE PARA 1200 ML. A EMBALAGEM DEVE APRESENTAR IMPRESSO NO RÓTULO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE, REGISTRO E CADASTRO NA ANVISA	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570008	Unidade	500	R$ 3,74	R$ 1.870,00
24	COLETOR DE URINA MATERIAL*: PVC, TIPO*: SISTEMA FECHADO, MODELO: DIURESE HORÁRIA 500ML, CAPACIDADE*: CERCA DE 2000 ML, GRADUAÇÃO: GRADUADA, VÁLVULA: VÁLVULA ANTI–REFLUXO, PINÇA: CLAMP CORTA FLUXO, FILTRO: FILTRO HIDROFÓBICO/BACTERIOLÓGICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS*: CÂMARA PASTEUR FLEXÍVEL, CONECTOR: CONECTOR UNIVERSAL, COMPONENTES: ALÇA DE SUSTENTAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE, ESTERILIDADE*: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM*: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:432133	BIOBASE – RG ANVISA 80212340044	Unidade	2500	R$ 2,95	R$ 7.375,00
25	COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE, TIPO DE RESÍDUO: GRUPO E – RESÍDUO PERFUROCORTANTE INFECTANTE, TIPO RISCO: RISCO BIOLÓGICO, CAPACIDADE: CERCA DE 13 L, MATERIAL: CAIXA DE PAPELÃO C/ SACO PLÁSTICO, ADICIONAL: C/ ALÇA, USO: USO ÚNICO CATMAT:623109	DESCARBOX – RG ANVISA 80937630002	Unidade	1000	R$ 5,49	R$ 5.490,00
26	COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE, TIPO DE RESÍDUO: GRUPO E – RESÍDUO PERFUROCORTANTE INFECTANTE, TIPO RISCO: RISCO BIOLÓGICO, CAPACIDADE: CERCA DE 20 L MATERIAL: CAIXA DE PAPELÃO C/ SACO PLÁSTICO, ADICIONAL: C/ ALÇA, USO: USO ÚNICO CATMAT:623110	DESCARBOX – RG ANVISA 80937630002	Unidade	2000	R$ 6,57	R$ 13.140,00
27	DRENO CIRURGICO N2– MATERIAL: SILICONE ,8MMX30CM, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. CATMAT:438528	BIOTEC – RG ANVISA 80330630017	Unidade	100	R$ 7,13	R$ 713,00
28	DRENO CIRURGICO N3– MATERIAL: SILICONE ,10MMX30CM, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. CATMAT:438529	BIOTEC – RG ANVISA 80330630017	Unidade	100	R$ 6,62	R$ 662,00
29	DISPOSITIVO INTRA–UTERINO (DIU) FORMATO: EM "T", TIPO: FLEXÍVEL, MATERIAL: POLETILENO, ESTRUTURA: FIO COBRE ENROLADO HASTE, CONE COBRE NOS BRAÇOS "T", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 FIOS POLIETILENO BRANCO 2 A 3CM CATMAT:612010	INJEFLEX – RG ANVISA 80077400001	Unidade	300	R$ 71,00	R$ 21.300,00
30	ELETRODO USO MÉDICO MODELO: DE SUPERFÍCIE, APLICAÇÃO 1: P/ MONITORIZAÇÃO CARDÍACA – ECG, TAMANHOS: ADULTO, ADICIONAL 1: C/ GEL CONDUTOR, MATERIAL SENSOR: PRATA/PRATA CLORADA, ACESSÓRIO: S/ CABO, TIPO: ADESIVO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO CATMAT:461243	MEDIX – RG ANVISA 80495510048	Unidade	1200	R$ 0,21	R$ 252,00
31	EQUIPO DE INFUSÃO VENOSA GRAVITACIONAL, MATERIAL: PVC TRANSPARENTE, CÂMARA GOTEJAMENTO: MACROGOTAS, FLEXÍVEL, C/ RESPIRO E FILTRO, REGULADOR DE FLUXO MANUAL: PINÇA ROLETE, COMPRIMENTO TUBO: ATÉ 180 CM, TIPO INJETOR LATERAL: C/ 1 INJETOR, USO S/ AGULHA, CONECTOR PACIENTE: LUER, ADICIONAL: C/ CLAMP, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, TIPO EMBALAGEM: INDIVIDUAL CATMAT:609464	DESCARPACK – RG ANVISA 10330669151	Unidade	18750	R$ 0,71	R$ 13.312,50
33	EQUIPO DE NUTRIÇÃO ENTERAL, MATERIAL: PVC, C/ COR, TIPO: P/ BOMBA INFUSÃO, COM SEGMENTO DE SILICONE, 2 VIAS, CÂMARA GOTEJAMENTO: MACROGOTAS, FLEXÍVEL, REGULADOR DE FLUXO MANUAL: PINÇA ROLETE, CONECTOR DIETA: PONTA PERFURANTE C/ RESPIRO E FILTRO, CONECTOR VIA ADICIONAL: LUER, CONECTOR PACIENTE: ESCALONADO, COMPRIMENTO TOTAL DO TUBO: ATÉ 180 CM, ADICIONAL: C/ CLAMP, COMPATIBILIDADE: C/ EQUIPAMENTO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, TIPO EMBALAGEM: INDIVIDUAL CATMAT:610239	CIRURGICA FERNANDES – RG ANVISA 10150479140	Unidade	8000	R$ 0,89	R$ 7.120,00
34	EQUIPO DE BOMBA DE INFUSÃO MATERIAL: PVC TRANSPARENTE MATERIAL ADICIONAL: SEM SEGMENTO DE SILICONE VOLUME BURETA: BURETA CERCA DE 150 ML CARACTERÍSTICAS BURETA: GRADUADA, C/ ALÇA, RESPIRO, INJETOR E FILTRO CÂMARA GOTEJAMENTO: MACROGOTAS, FLEXÍVEL, C/ FILTRO REGULADOR DE FLUXO MANUAL: PINÇA ROLETE COMPRIMENTO TOTAL DO TUBO: ACIMA DE 181 CM TIPO INJETOR LATERAL: C/ 1 INJETOR, AUTOCICATRIZANTE CONECTOR SOLUÇÃO: PONTA PERFURANTE CONECTOR PACIENTE: LUER COMPATIBILIDADE: C/ EQUIPAMENTO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO TIPO EMBALAGEM: INDIVIDUAL CATMAT:610307	HARTMANN – RG ANVISA 10104480045	Unidade	400	R$ 4,28	R$ 1.712,00
35	ETER DIETÍLICO 35% – APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ALCOÓLICA CATMAT:437091	VIC PHARMA – RG ANVISA ISENTO	Litro	30	R$ 34,00	R$ 1.020,00
36	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO*: DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM TECIDO, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, TAMANHO: ADULTO CATMAT:432470	ACCUMED – RG ANVISA 80275310022	Unidade	120	R$ 74,00	R$ 8.880,00
37	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO*: DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM TECIDO, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, TAMANHO: INFANTIL CATMAT:432474	ACCUMED – RG ANVISA 80275310022	Unidade	30	R$ 74,00	R$ 2.220,00
38	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CMX4,5M FITA HOSPITALAR, TIPO: ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, MATERIAL: ALGODÃO,	CRAL – RG ANVISA 10379860120	Unidade	6000	R$ 7,50	R$ 45.000,00

	COMPONENTES: ADESIVO À BASE DE ZINCO, DIMENSÕES: CERCA DE 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: COM COR CATMAT:446603					
39	ESTETOSCÓPIO, TIPO: BIAURICULAR, ACESSÓRIOS: OLIVAS ANATÔMICAS SILICONE, HASTE: HASTE AÇO INOX, TUBO: TUBO "Y" PVC, AUSCULTADOR: AUSCULTADOR DUPLO AÇO INOX CATMAT CATMAT:438928	PREMIUM – RG ANVISA 80275310082	Unidade	150	R$ 17,93	R$ 2.689,50
40	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:2–0, COR:PRETA, COMPRIMENTO:CERCA DE 45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CORTE REVERSO, COMPRIMENTO AGULHA:CERCA 40 MM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL CX C/24 UNIDADES CATMAT:487454	PROCARE – RG ANVISA 10369460141	Caixa	50	R$ 2,51	R$ 125,50
41	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:3–0, COR:PRETA, COMPRIMENTO:CERCA DE 45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CORTE REVERSO, COMPRIMENTO AGULHA:CERCA 60 MM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL CX C/24 UNIDADES CATMAT:487436	PROCARE – RG ANVISA 10369460141	Caixa	100	R$ 2,33	R$ 233,00
42	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO: 4–0, COR: PRETA, COMPRIMENTO: 70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM AGULHA, TIPO AGULHA: 3,8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA: 60 MM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL.CX C/24 UNIDADES CATMAT:487421	PROCARE – RG ANVISA 10369460141	Caixa	35	R$ 12,96	R$ 453,60
43	FITA ADESIVA MATERIAL: PAPEL CREPADO, TIPO: TERMO–REATIVA, LARGURA: 19 MM, COMPRIMENTO: 30 M, CARACTERISTICAS: ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINA CATMAT:428150	ADERE – RG ANVISA ISENTO	Unidade	100	R$ 4,33	R$ 433,00
44	FIXADOR CITOLÓGICO À BASE DE PROPILENOGLICOL E ÁLCOOL SISTEMA TIPO AEROSSOL EM FRASCO COM 100ML COM PROPRIEDADES PARA FIXAÇÃO E SUSTENTAÇÃO PARA INTEGRIDADE. CATMAT:373715	KOLPLAST – RG ANVISA ISENTO	Unidade	300	R$ 8,55	R$ 2.565,00
45	FORMALDEÍDO (FORMOL) ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, CONCENTRAÇÃO: À 10%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EM SOLUÇÃO AQUOSA 345486	VIC PHARMA – RG ANVISA ISENTO	Litro	100	R$ 10,04	R$ 1.004,00
46	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: EXTRA GRANDE, PESO USUÁRIO: ACIMA DE 16 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USO: DIURNO CATMAT:616004	CAPRICHO – RG ANVISA ISENTO	Unidade	45000	R$ 0,55	R$ 24.750,00
47	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: EXTRA GRANDE, PESO USUÁRIO: ACIMA DE 120 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS, USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO CATMAT:616019	CONFORT CARE – RG ANVISA ISENTO	Unidade	33750	R$ 1,28	R$ 43.200,00
48	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: GRANDE, PESO USUÁRIO: ATÉ 15 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USO: DIURNO CATMAT:616003	CAPRICHO – RG ANVISA ISENTO	Unidade	25000	R$ 0,46	R$ 11.500,00
49	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: GRANDE, PESO USUÁRIO: ACIMA DE 70 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS, USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO CATMAT:616018	CAPRICHO – RG ANVISA ISENTO	Unidade	35000	R$ 1,13	R$ 39.550,00
50	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: MÉDIO, PESO USUÁRIO: ATÉ 10 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USO: NOTURNO CATMAT:616007	CAPRICHO – RG ANVISA ISENTO	Unidade	5000	R$ 0,41	R$ 2.050,00
51	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: MÉDIO, PESO USUÁRIO: DE 40 A 70 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USUÁRIO: ADULTO, USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO CATMAT:616017	CONFORT CARE – RG ANVISA ISENTO	Unidade	10000	R$ 1,20	R$ 12.000,00
52	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: PEQUENO, PESO USUÁRIO: ATÉ 5 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USO: NOTURNO CATMAT:616006	CAPRICHO – RG ANVISA ISENTO	Unidade	5000	R$ 0,36	R$ 1.800,00
53	FRALDA DESCARTÁVEL TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: PEQUENO, PESO USUÁRIO: ATÉ 40 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USUÁRIO: ADULTO, USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO CATMAT:616016	CONFORT CARE – RG ANVISA ISENTO	Unidade	5000	R$ 0,79	R$ 3.950,00
54	FRASCO – TIPO ALMOTOLIA MATERIAL: EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO: BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA: TAMPA EM ROSCA, COR: ÂMBAR, CAPACIDADE: 500 ML CATMAT:279889	J PROLAB – RG ANVISA ISENTO	Unidade	250	R$ 4,99	R$ 1.247,50
55	FRASCO – TIPO ALMOTOLIA MATERIAL: POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO: BICO CURVO, TIPO TAMPA: TAMPA EM ROSCA, COR: TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 500 ML, GRADUAÇÃO: GRADUADO CATMAT:420663	J PROLAB – RG ANVISA ISENTO	Unidade	250	R$ 5,35	R$ 1.337,50
56	RESERVATÓRIO COLETOR – USO MÉDICO MODELO: FRASCO APLICAÇÃO: UNIVERSAL MATERIAL: POLÍMERO RÍGIDO TRANSPARENTE, GRADUADO VOLUME: CERCA DE 100 MLFECHAMENTO: TAMPA PLÁSTICA ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO. CATMAT CATMAT:619133	CRAL – RG ANVISA 10379860094	Unidade	10000	R$ 0,39	R$ 3.900,00
57	GEL APLICAÇÃO: CONDUTOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH NEUTRO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁGUA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, EMBALAGEM DE 1L. CATMAT:475840	INOVATEX – RG ANVISA 80950310037	Litro	600	R$ 5,00	R$ 3.000,00
58	INDICADOR QUÍMICO CLASSE: CLASSE I, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: FITA ADESIVA, TIPO USO: EXTERNO. DIMENSÃO: 19MM X 30M. CATMAT:0332343	CLEAN UP – RG ANVISA ISENTO	Unidade	300	R$ 4,45	R$ 1.335,00
59	IODO FORMA FARMACÊUTICA: EM SOLUÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO A 50% V/V, CONCENTRAÇÃO: 0,1 % EM EMBALAGEM DE 1L. CATMAT:440573	VIC PHARMA – RG ANVISA ISENTO	Litro	100	R$ 26,81	R$ 2.681,00
60	IODOPOVIDONA (PVPI) CONCENTRAÇÃO: A 10% (TEOR DE IODO 1%), FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO DEGERMANTE EM EMBALAGEM DE 1L. CATMAT:398705	VIC PHARMA – RG ANVISA ISENTO	Litro	100	R$ 41,50	R$ 4.150,00
61	KIT PARA PAPANICOLAU COM ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES, LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO P CONJUNTO	CRAL – RG ANVISA 10379860165	Unidade	10000	R$ 2,85	R$ 28.500,00

	PARA PAPANICOLAU, TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL PEQUENO, 1 ESPÁTULA DE AYRES, OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON, EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT:406272					
62	KIT PARA PAPANICOLAU COM ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES, LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO M CONJUNTO PARA PAPANICOLAU, TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL MÉDIO, 1 ESPÁTULA DE AYRES, OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON, EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT:406273	CRAL – RG ANVISA 10379860165	Unidade	15000	R$ 2,94	R$ 44.100,00
63	KIT PARA PAPANICOLAU COM ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES, LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO G CONJUNTO PARA PAPANICOLAU, TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL GRANDE, 1 ESPÁTULA DE AYRES, OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON, EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT:406274	CRAL – RG ANVISA 10379860165	Unidade	15000	R$ 3,20	R$ 48.000,00
64	LÂMINA BISTURI MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 22, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CAIXA COM 100 UND. CATMAT:313630	MEDIX – RG ANVISA 80495510026	Caixa	40	R$ 16,50	R$ 660,00
65	LÂMINA BISTURI MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 24, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CAIXA COM 100 UND. CATMAT:299240	MEDIX – RG ANVISA 80495510026	Caixa	150	R$ 23,20	R$ 3.480,00
66	LANCETAS PICADORAS LANCETA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA, TRIFACETADA, USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:303151	MEDIX – RG ANVISA 80495519023	Caixa	2000	R$ 5,30	R$ 10.600,00
67	LENÇOL DESCARTÁVEL, MATERIAL:PAPEL, LARGURA:0,50 M, COMPRIMENTO:50 M, APRESENTAÇÃO:ROLO, COR:BRANCO, APLICAÇÃO:MACA HOSPITALAR CATMAT:481790	PÉTALAS – RG ANVISA ISENTO	Rolo	2000	R$ 6,25	R$ 12.500,00
68	LUVA CIRURGICA Nº 7,0 LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: 7, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO: LUBRIFICADA C, PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FORMATO: ANATÔMICO, EMBALAGEM: CONFORME NORMA ABNT C, ABERTURA ASSÉPTICA CATMAT:620076	ABL – RG ANVISA 81788089026	Par	10000	R$ 1,30	R$ 13.000,00
69	LUVA CIRURGICA Nº 7,5 LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: 7,50, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO: LUBRIFICADA C, PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FORMATO: ANATÔMICO, EMBALAGEM: CONFORME NORMA ABNT C, ABERTURA ASSÉPTICA. CATMAT:620077	ABL – RG ANVISA 81788089026	Par	15000	R$ 1,30	R$ 19.500,00
70	LUVA CIRURGICA Nº 8,0 LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: 8, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO: LUBRIFICADA C, PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FORMATO: ANATÔMICO, EMBALAGEM: CONFORME NORMA ABNT C, ABERTURA ASSÉPTICA CATMAT:620078	ABL – RG ANVISA 81788089026	Par	17000	R$ 1,30	R$ 22.100,00
71	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO. (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:619840	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	3000	R$ 16,20	R$ 48.600,00
72	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: ANTIDERRAPANTE, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO. (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:619841	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	2813	R$ 13,50	R$ 37.975,50
73	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: ANTIDERRAPANTE, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:619842	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	3375	R$ 16,20	R$ 54.675,00
74	MALHA TUBULAR – USO EM SAÚDE, MATERIAL: TECIDO DE FIBRAS SINTÉTICAS, LARGURA: CERCA DE 4 CM, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL 04X15 CATMAT:628510	MSO – RG ANVISA 80128000012	Unidade	60	R$ 6,95	R$ 417,00
75	MALHA TUBULAR – USO EM SAÚDE, MATERIAL: TECIDO DE FIBRAS SINTÉTICAS, LARGURA: CERCA DE 6 CM, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL 06X15 CATMAT:628511	MSO – RG ANVISA 80128000012	Unidade	60	R$ 8,50	R$ 510,00
76	MALHA TUBULAR – USO EM SAÚDE, MATERIAL: TECIDO DE FIBRAS SINTÉTICAS, LARGURA: CERCA DE 8 CM, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL 08X15 CATMAT:628512	MSO – RG ANVISA 80128000012	Unidade	90	R$ 8,60	R$ 774,00
77	MALHA TUBULAR – USO EM SAÚDE, MATERIAL: TECIDO DE FIBRAS SINTÉTICAS, LARGURA: CERCA DE 10 CM, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL 10X15 CATMAT:628513	MSO – RG ANVISA 80128000012	Unidade	90	R$ 6,55	R$ 589,50
78	MALHA TUBULAR – USO EM SAÚDE, MATERIAL: TECIDO DE FIBRAS SINTÉTICAS, LARGURA: CERCA DE 15 CM, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL 15X15 CATMAT:628515	MSO – RG ANVISA 80128000012	Unidade	90	R$ 14,15	R$ 1.273,50
79	MALHA TUBULAR – USO EM SAÚDE, MATERIAL: TECIDO DE FIBRAS SINTÉTICAS, LARGURA: CERCA DE 20 CM, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL 20X15 CATMAT:628516	MSO – RG ANVISA 80128000012	Unidade	90	R$ 15,56	R$ 1.400,40
80	MANTA TERMICA –TIPO DE AQUECIMENTO: ISOLANTE TÉRMICO, MATERIAL: PELÍCULA DE POLÍMERO ALUMINIZADO, TAMANHO: ADULTO, APLICAÇÃO: P/ CORPO INTEIRO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:613767	ORTOFEX – RG ANVISA 81094800002	Unidade	120	R$ 6,20	R$ 744,00
81	MÁSCARA GASOTERAPIA MATERIAL: PLÁSTICO, APLICAÇÃO: P/ ALTA CONCENTRAÇÃO DE NÃO REINALAÇÃO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE ADICIONAL: C/ VÁLVULAS E BALÃO RESERVATÓRIO, TAMANHO: ADULTO, TIPO FIXAÇÃO: C/ CLIPE NASAL E FIXADOR CEFÁLICO AJUSTÁVEL CATMAT:454574	FORMED – RG ANVISA 81395830017	Unidade	100	R$ 6,20	R$ 620,00
82	MÁSCARA CIRÚRGICA MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, FILTRO: ELEMENTO FILTRANTE INTERNO, EFICIÊNCIA: EFP MAIOR QUE 98% E BFE MAIOR QUE 95%, QUANTIDADE CAMADAS: MÍNIMO 3 CAMADAS, MODELO: AJUSTÁVEL, CLIPE NASAL, FORMATO: RETANGULAR, C/ PREGAS HORIZONTAIS, COR: C/ COR, TAMANHO: ADULTO, CAIXA COM 50 UND. ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL CATMAT:485312	MEDIX – RG ANVISA 80495510061	Caixa	22500	R$ 0,09	R$ 2.025,00
83	MÁSCARA VENTURI ADULTO MÁSCARA GASOTERAPIA, MODELO: VENTURI, MATERIAL: PLÁSTICO, ADICIONAL: C, TUBO CORRUGADO,	PROTEC – RG ANVISA 80435140025	Unidade	150	R$ 9,42	R$ 1.413,00

	TAMANHO: ADULTO, TIPO FIXAÇÃO: C, CLIPE NASAL E FIXADOR CEFÁLICO AJUSTÁVEL, TIPO EXTENSÃO: EXTENSOR CERCA DE 2,0 M, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAIS: JOGO C, 6 DILUIDORES P, FLUXO O2. CATMAT:454554					
84	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MODELO: RESPIRADOR TIPO CONCHA MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO COMPONENTE: CLIPE NASA TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA ADICIONAL 2: S/ VÁLVULACOR: C/ COR TAMANHO: ADULTO ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL. CATMAT:485531	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660022	Unidade	1200	R$ 1,00	R$ 1.200,00
85	MONITOR PORTÁTIL OPERAÇÃO: DIGITAL, TIPO AMOSTRA: SANGUE CAPILAR, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 600 MG/DL, TEMPO RESPOSTA: ATÉ 10 S, MEMÓRIA: 250 A 500 TESTES CATMAT:389556	ON CALL PLUS – RG ANVISA 80560310032	Unidade	1000	R$ 36,00	R$ 36.000,00
86	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO–MATERIAL: PAPEL CREPADO COMPOSIÇÃO: 1ª GERAÇÃO GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2APRESENTAÇÃO: FOLHA TAMANHO: CERCA DE 60 X 60 CM TIPO USO: USO ÚNICO. CATMAT:456905	POLAR FIX – RG ANVISA ISENTO	Rolo	20	R$ 111,51	R$ 2.230,20
87	BOMBINA PARA ELETRO 58MMX30M 438059	BIOMED – RG ANVISA 10195860018	Rolo	300	R$ 6,12	R$ 1.836,00
88	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL MODELO: COLAR CERVICAL, MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, REVESTIMENTO: ATOALHADO, ESTRUTURA: APOIO MENTONIANO, OPCIONAIS: FUROS DE VENTILAÇÃO, TIPO FECHO: TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, TAMANHO: PEQUENO CATMAT:455923	ORTOFEX – RG ANVISA 81094800010	Unidade	120	R$ 16,64	R$ 1.996,80
89	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL MODELO: COLAR CERVICAL, MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, REVESTIMENTO: ATOALHADO, ESTRUTURA: APOIO MENTONIANO, OPCIONAIS: FUROS DE VENTILAÇÃO, TIPO FECHO: TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, TAMANHO: MÉDIO CATMAT:455922	ORTOFEX – RG ANVISA 81094800010	Unidade	120	R$ 18,65	R$ 2.238,00
90	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL MODELO: COLAR CERVICAL, MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, REVESTIMENTO: ATOALHADO, ESTRUTURA: APOIO MENTONIANO, OPCIONAIS: FUROS DE VENTILAÇÃO, TIPO FECHO: TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, TAMANHO GARNDE. CATMAT:455921	ORTOFEX – RG ANVISA 81094800010	Unidade	120	R$ 18,65	R$ 2.238,00
91	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA) TIPO: 10 VOLUMES CATMAT:277319	RIOQUIMICA – RG ANVISA ISENTO	FRASCOS	500	R$ 4,60	R$ 2.300,00
92	PRESERVATIVO MASCULINO MATERIAL: LÁTEX, COMPRIMENTO MÍNIMO: 16 CM, LARGURA: 4,40 CM, ESPESSURA MÍNIMA: 0,045 MM, APLICAÇÃO: EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM LUBRIFICANTE CATMAT:332814	MADEITEX – RG ANVISA 80950310010	Unidade	500	R$ 0,45	R$ 225,00
94	RECIPIENTE NUTRIÇÃO ENTERAL MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 300 ML, COMPONENTES: COM TAMPA ROSQUEADA, ALÇA, ETIQUETA, BICO CONECTOR, GRADUAÇÃO: GRADUADO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, ATÓXICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:395537	BIOBASE – RG ANVISA 80212349002	Unidade	5000	R$ 1,02	R$ 5.100,00
95	SACO HOSPITALAR BRANCO 100 LITROS SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 100 L, COR: BRANCA, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA, LARGURA: 75 CM, ALTURA: 105 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LEITOSO, 3 MICRA, SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, APLICAÇÃO: HOSPITALAR (PACOTE COM 100 UNIDADES) CATMAT:296528	FIBRA INDUSTRIAL – RG ANVISA ISENTO	PACOTE	500	R$ 27,74	R$ 13.870,00
96	COBRE CORPO, MATERIAL:POLIETILENO BAIXA DENSIDADE, COMPRIMENTO:1,50M, LARGURA:0,60M, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:LINEAR, ZIPER EM TODA EXTENSAO, NÃO TRANSPARENTE CATMAT:387739	FLEXOR – RG ANVISA RESOLUÇÃO: RDC Nº 40	Unidade	120	R$ 9,51	R$ 1.141,20
97	SAPATILHA HOSPITALAR MATERIAL*: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO: TIPO BOTA, CANO LONGO, C/ ELÁSTICO, COR*: C/ COR, GRAMATURA*: CERCA DE 20 G/M2, TAMANHO*: ÚNICO, TIPO USO* CATMAT:600278	ANAPOLIS – RG ANVISA 81648610007	Unidade	6000	R$ 0,07	R$ 420,00
98	SCALP Nº 21 CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO: VENOSO, MODELO: TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 21 GAU, COMPONENTE ADICIONAL: C, ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C, TAMPA, COMPONENTE 2: C, SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR,32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT:437166	MEDIX – RG ANVISA 80495510093	Unidade	6000	R$ 0,97	R$ 5.820,00
99	SCALP Nº 23 CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO: VENOSO, MODELO: TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 23 GAU, COMPONENTE ADICIONAL: C, ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C, TAMPA, COMPONENTE 2: C, SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR,32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT:437167	MEDIX – RG ANVISA 80495510093	Unidade	8000	R$ 0,93	R$ 7.440,00
100	SCALP Nº 27– CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO: VENOSO, MODELO: TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 27 GAU, COMPONENTE ADICIONAL: C, ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C, TAMPA, COMPONENTE 2: C, SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR,32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT:441236	MEDIX – RG ANVISA 80495510093	Unidade	8500	R$ 0,96	R$ 8.160,00
101	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, CAPACIDADE: 1 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMERADA, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO AGULHA: C/ AGULHA 26 G X 1/2", ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL CATMAT:439654	MEDIX – RG ANVISA 80495519018	Unidade	30000	R$ 0,15	R$ 4.500,00
102	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL BR CATMAT:439625	MEDIX – RG ANVISA 80495519092	Unidade	35000	R$ 0,18	R$ 6.300,00
103	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 5 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,6 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, BR CATMAT:439624	MEDIX – RG ANVISA 80495519092	Unidade	35000	R$ 0,20	R$ 7.000,00
104	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 40 X 0,9 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL BR CATMAT:439626	MEDIX – RG ANVISA 80495519092	Unidade	40000	R$ 0,23	R$ 9.200,00
105	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, CAPACIDADE: 20 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER	MEDIX – RG ANVISA 80495519092	Unidade	40000	R$ 0,29	R$ 11.600,00

	LOCK OU SLIP, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO AGULHA: C/ AGULHA 22 G X 1", ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL CATMAT:439710					
106	SISTEMA FECHADO ASPIRAÇÃO TRAQUEAL APLICAÇÃO: P/ TUBO ENDOTRAQUEAL, TAMANHO: 6 FR, TIPO SONDA: SONDA GRADUADA E PROTEGIDA, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VIAS: VIA IRRIGAÇÃO ANTIRREFLUXO E AEROSSOLTERAPIA, VÁLVULA SUCÇÃO: VÁLVULA SUCÇÃO C/ TAMPA E TRAVA DE SEGURANÇA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:454396	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570005	Unidade	3000	R$ 3,49	R$ 10.470,00
107	SISTEMA FECHADO ASPIRAÇÃO TRAQUEAL APLICAÇÃO: P/ TUBO ENDOTRAQUEAL, VÁLVULA SUCÇÃO: VÁLVULA SUCÇÃO C/ TAMPA E TRAVA DE SEGURANÇA, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, VIAS: VIA IRRIGAÇÃO ANTIRREFLUXO, TIPO SONDA: SONDA GRADUADA E PROTEGIDA, TAMANHO: 8 FR, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:454406	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570005	Unidade	2500	R$ 3,49	R$ 8.725,00
108	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 10 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436008	MEDIX – RG ANVISA 80495510041	Unidade	500	R$ 2,70	R$ 1.350,00
109	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 12 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436009	MEDIX – RG ANVISA 80495510041	Unidade	500	R$ 2,59	R$ 1.295,00
110	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 14 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436002	MEDIX – RG ANVISA 80495510041	Unidade	600	R$ 2,59	R$ 1.554,00
111	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 16 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436007	MEDIX – RG ANVISA 80495510041	Unidade	1200	R$ 2,50	R$ 3.000,00
112	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 18 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436003	MEDIX – RG ANVISA 80495510041	Unidade	1200	R$ 2,50	R$ 3.000,00
113	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 20 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436010	MEDIX – RG ANVISA 80495510041	Unidade	1500	R$ 2,50	R$ 3.750,00
114	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 22 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436004	MEDIX – RG ANVISA 80495510041	Unidade	1200	R$ 2,50	R$ 3.000,00
115	SONDA TRATO DIGESTIVO APLICAÇÃO: ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO: LEVINE, MATERIAL: PVC, CALIBRE: Nº 06, TAMANHO: LONGA, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438981	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570003	Unidade	300	R$ 0,59	R$ 177,00
116	SONDA TRATO DIGESTIVO APLICAÇÃO: ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO: LEVINE, MATERIAL: PVC, CALIBRE: Nº 08, TAMANHO: LONGA, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438982	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570003	Unidade	300	R$ 0,64	R$ 192,00
117	SONDA TRATO DIGESTIVO APLICAÇÃO: ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO: LEVINE, MATERIAL: PVC, CALIBRE: Nº 10, TAMANHO: LONGA, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438983	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570003	Unidade	300	R$ 0,67	R$ 201,00
118	SONDA TRATO DIGESTIVO APLICAÇÃO: ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO: LEVINE, MATERIAL: PVC, CALIBRE: Nº 12, TAMANHO: LONGA, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438984	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570003	Unidade	300	R$ 0,78	R$ 234,00
119	SONDA TRATO DIGESTIVO APLICAÇÃO: ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO: LEVINE, MATERIAL: PVC, CALIBRE: Nº 14, TAMANHO: LONGA, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438985	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570003	Unidade	300	R$ 0,89	R$ 267,00
120	SONDA TRATO DIGESTIVO APLICAÇÃO: ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO: LEVINE, MATERIAL: PVC, CALIBRE: Nº 16, TAMANHO: LONGA, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438986	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570003	Unidade	300	R$ 0,96	R$ 288,00
121	SONDA TRATO DIGESTIVO APLICAÇÃO: ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO: LEVINE, MATERIAL: PVC, CALIBRE: Nº 18, TAMANHO: LONGA, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438987	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570003	Unidade	150	R$ 1,07	R$ 160,50
122	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 4 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 20 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	500	R$ 0,48	R$ 240,00

	EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:452538					
123	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 6 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 20 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436228	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	1200	R$ 0,48	R$ 576,00
124	124 SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 8 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 20 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436229	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	3000	R$ 0,51	R$ 1.530,00
125	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 10 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 20 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:438412	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	5000	R$ 0,52	R$ 2.600,00
126	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 12 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 20 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:436231	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	8000	R$ 0,53	R$ 4.240,00
127	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 14 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 40 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:435982	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	5000	R$ 0,55	R$ 2.750,00
128	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 18 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 40 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:435983	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	1200	R$ 0,56	R$ 672,00
129	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL, MATERIAL: PVC, CALIBRE: 20 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 40 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT435987	MEDSONDA – RG ANVISA 80163570001	Unidade	1200	R$ 0,57	R$ 684,00
130	TERMOMETRO DIGITAL FLEXIVEL TERMÔMETRO, TIPO: DIGITAL, APLICAÇÃO: HOSPITALAR, COMPRIMENTO: 120 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOTÃO LIGA, DESLIGA, MEMÓRIA, DESLIGAMENTO AUTO–, LARGURA: 17,5 MM, ESPESSURA: 8,5 MM, TIPO HASTE: FLEXÍVEL A UM ÂNGULO DE 4 A 5 GRÁUS., MATERIAL BULBO: METÁLICO CATMAT:257952	ACCUMED – RG ANVISA 80275310040	Unidade	120	R$ 11,00	R$ 1.320,00
131	TIRAS REATIVAS DE TESTE PARA GLICEMIA DIGITAL, COMPATIVEL COM APARELHO DO ITEM 85. EMBALAGEM TIPO FRASCO CONTENDO 50 TIRAS. NAS COMPRAS DE CADA 20 FRASCOS (1.000 TIRAS REATIVAS). A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ CEDER 01 APARELHOS GLICOSÍMETROS EM REGIME DE COMODATO, OS QUAIS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM AS TIRAS DE GLICEMIA CATMAT:339565	G–TECH – RG ANVISA 80275310027	Caixa	1000	R$ 17,96	R$ 17.960,00
132	TORNEIRINHA, VIAS: 3 VIAS, MATERIAL: POLÍMERO, TIPO CONECTOR: LUER LOCK, SLIP, PRESSÃO MÁXIMA: ALTA PRESSÃO ATÉ 1200 PSI, TIPO USO: ESTÉRIL, USO ÚNICO. CATMAT:457480	MEDIX – RG ANVISA 80495510050	Unidade	5000	R$ 0,63	R$ 3.150,00
133	TOUCAS DESCARTAVEIS TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO: COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR: SEM COR, GRAMATURA: CERCA DE 30 G, M2, TAMANHO: ÚNICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX. CATMAT:428620	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660175	Caixa	7500	R$ 3,54	R$ 26.550,00
134	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 2,5, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAL: C/ LÚMEN ADICIONAL P/ MONITORIZAÇÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451435	MEDIX – RG ANVISA 80495510045	Unidade	120	R$ 2,30	R$ 276,00
135	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 3,0, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAL: C/ LÚMEN ADICIONAL P/ MONITORIZAÇÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451434	MEDIX – RG ANVISA 80495510046	Unidade	120	R$ 2,30	R$ 276,00
136	TUBO ENDOTRAQUEAL MATERIAL: PVC, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 3,5, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAL: C/ LÚMEN ADICIONAL P/ MONITORIZAÇÃO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451436	MEDIX – RG ANVISA 80495510047	Unidade	120	R$ 2,30	R$ 276,00
137	TUBO ENDOTRAQUEAL MATERIAL: SILICONE, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 5,0, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAL: C/ GUIA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451399	MEDIX – RG ANVISA 80495510048	Unidade	120	R$ 3,12	R$ 374,40
138	TUBO ENDOTRAQUEAL MATERIAL: SILICONE, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 5,5, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAL: C/ GUIA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451403	MEDIX – RG ANVISA 80495510049	Unidade	120	R$ 3,12	R$ 374,40
139	TUBO ENDOTRAQUEAL MATERIAL: PVC, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 6,0, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAL: C/ GUIA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451420	MEDIX – RG ANVISA 80495510050	Unidade	120	R$ 3,12	R$ 374,40
140	TUBO ENDOTRAQUEAL MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 6,5, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451325	MEDIX – RG ANVISA 80495510051	Unidade	120	R$ 3,12	R$ 374,40

141	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 7,5, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CATMAT:451314	MEDIX – RG ANVISA 80495510052	Unidade	250	R$ 3,10	R$ 775,00
142	ALGODÃO USO EM SAÚDE, TIPO: HIDRÓFILO, MATERIAL: FIBRAS DE ALGODÃO PURIFICADO, APRESENTAÇÃO: ROLO, PACOTE COM 250G, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL CATMAT:628473	NATHY – RG ANVISA 81400090001	Pacotes	3000	R$ 6,60	R$ 19.800,00
143	ALGODÃO ORTOPEDICO 10CM, PACOTE COM 420G. CATMAT:448246	industria textil colina ltda – BRASIL – RG ANVISA	Pacotes	100	R$ 1,36	R$ 136,00
144	GAZE USO EM SAÚDE, MODELO: COMPRESSA C/ DOBRAS E CAMADAS, MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO, DENSIDADE: CERCA DE 13 FIOS / CM2, RADIOPACIDADE: SEM ELEMENTO RADIOPACO, DIMENSÃO FECHADA: CERCA DE 7,5 X 7,5 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PACOTE COM 10 UND CATMAT:269978	MAISMED – RG ANVISA 81996419005	Pacotes	225000	R$ 0,29	R$ 65.250,00
145	COMPRESSA HOSPITALAR EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS*: C/ FIO RADIOPACO, MATERIAL*: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: CERCA DE 45 X 50 CM, TIPO: CIRÚRGICA, ESTERILIDADE: USO ÚNICO, ACESSÓRIOS: C/ CORDÃO IDENTIFICADOR. EMBALAGEM 50 UND CATMAT:623071	MEDI HOUSE – RG ANVISA 10181829012	Pacotes	1407	R$ 49,64	R$ 69.843,48
146	ABAIXADOR DE LÍNGUA, MATERIAL: MADEIRA LISA, POLIDA, C/ BORDA ARREDONDADA, COMPRIMENTO: CERCA DE 14 CM, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, USO ÚNICO, LARGURA: 1,50 CM, PACOTE COM 100 UND. ESPESSURA: 2 M CATMAT:629305	MEDIX – RG ANVISA 80495510205	pacote	700	R$ 4,91	R$ 3.437,00
147	ABSORVENTE HIGIÊNICO TIPO: PÓS–PARTO, COMPRIMENTO: 45 CM, LARGURA: 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAMADA INTERNA ABSORVENTE, COMPONENTE ADICIONAL: CAMADA EXTERNA FILME PLÁSTICO RESISTE IMPERMEÁVEL, PACOTE COM 10 UND CATMAT:477522	MEGAFRAL – RG ANVISA ISENTO	PACOTE	100	R$ 4,30	R$ 430,00
148	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 13X0,45 CAIXA COM 100 UND. TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:397513	MEDIX – RG ANVISA 80495519017	Caixa	360	R$ 8,39	R$ 3.020,40
149	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO 20X0,55 CAIXA COM 100 UND. TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:397510	MEDIX – RG ANVISA 80495519017	Caixa	300	R$ 8,50	R$ 2.550,00
150	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO 25X0,6 CAIXA COM 100 UND. TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:397507	MEDIX – RG ANVISA 80495519017	Caixa	100	R$ 8,50	R$ 850,00
151	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO 25X0,70 CAIXA COM 100 UND. TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:397505	MEDIX – RG ANVISA 80495519017	Caixa	100	R$ 8,99	R$ 899,00
152	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO 25X0,80 CAIXA COM 100 UND. TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:397502	MEDIX – RG ANVISA 80495519017	Caixa	400	R$ 8,99	R$ 3.596,00
153	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES TIPO: ETÍLICO, APLICAÇÃO: LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: 70%, EMBALAGEM 1L. CATMAT:481012	PROLINK – RG ANVISA ISENTO	Litro	460	R$ 6,39	R$ 2.939,40
154	FITA HOSPITALAR TIPO: MICROPOROSA, MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO, COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES: CERCA DE 100 MM X 4,5M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: TRANSPARENTE 437884	CIEX – RG ANVISA 10332829016	Rolo	6000	R$ 4,38	R$ 26.280,00
155	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATERIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 10 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT:628378	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	6250	R$ 0,47	R$ 2.937,50
156	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATERIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 15 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, CATMAT:628380	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	8750	R$ 0,72	R$ 6.300,00
157	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATERIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 20 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALAGEM: EMBALAGEM, INDIVIDUAL. CATMAT:628381	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	9000	R$ 0,71	R$ 6.390,00
158	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATERIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 30 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL; CATMAT: 628383	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	6250	R$ 0,71	R$ 4.437,50
159	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CMX4,5M FITA HOSPITALAR, TIPO: ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, MATERIAL: ALGODÃO, COMPONENTES: ADESIVO À BASE DE ZINCO, DIMENSÕES: CERCA DE 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: COM COR CATMAT:446603	CRAL – RG ANVISA 10379860120	Unidade	2000	R$ 7,94	R$ 15.880,00
160	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: ANTIDERRAPANTE, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO. (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:619841	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	1250	R$ 17,00	R$ 21.250,00
161	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: ANTIDERRAPANTE, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO (CAIXA COM 100 UNIDADES)	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	1500	R$ 17,00	R$ 25.500,00

	CATMAT:619842					
162	MÁSCARA CIRÚRGICA MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, FILTRO: ELEMENTO FILTRANTE INTERNO, EFICIÊNCIA: EFP MAIOR QUE 98% E BFE MAIOR QUE 95%, QUANTIDADE CAMADAS: MÍNIMO 3 CAMADAS, MODELO: AJUSTÁVEL, CLIPE NASAL, FORMATO: RETANGULAR, C/ PREGAS HORIZONTAIS, COR: C/ COR, TAMANHO: ADULTO, CAIXA COM 50 UND. ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL CATMAT:485312	MEDIX – RG ANVISA 80495510061	CAIXAS	7500	R$ 4,35	R$ 32.625,00
163	SAPATILHA HOSPITALAR MATERIAL*: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO: TIPO BOTA, CANO LONGO, C/ ELÁSTICO, COR*: C/ COR, GRAMATURA*: CERCA DE 20 G/M2, TAMANHO*: ÚNICO, TIPO USO*: DESCARTÁVEL PACOTE C/100 UNIDADES. CATMAT:600278	ANAPOLIS – RG ANVISA 81648610007	PACOTE	2000	R$ 7,49	R$ 14.980,00
164	COMPRESSA HOSPITALAR EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS*: C/ FIO RADIOPACO, MATERIAL*: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: CERCA DE 45 X 50 CM, TIPO: CIRÚRGICA, ESTERILIDADE: USO ÚNICO, ACESSÓRIOS: C/ CORDÃO IDENTIFICADOR. EMBALAGEM 50 UND CATMAT:623071	MEDI HOUSE – RG ANVISA 10181829012	PACOTE	625	R$ 49,94	R$ 31.212,50
165	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 10 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL CATMAT 628378	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	4687	R$ 1,99	R$ 9.327,13
166	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 15 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, CATMAT 628380	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	6562	R$ 1,99	R$ 13.058,38
167	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 20 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM, INDIVIDUAL. CATMAT 628381	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	6750	R$ 3,22	R$ 21.735,00
168	ATADURA CREPOM, TIPO: CERCA DE 13 FIOS / CM², MATE–RIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO, LARGURA: CERCA DE 30 CM, COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, C/12 UNIDADES EMBALA–GEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL; CATMAT 628383	NEVE – RG ANVISA 81855830002	PACOTE	4687	R$ 3,14	R$ 14.717,18
169	EQUIPO DE INFUSÃO VENOSA GRAVITACIONAL, MATERIAL: PVC TRANSPARENTE, CÂMARA GOTEJAMENTO: MACROGOTAS, FLEXÍVEL, C/ RESPIRO E FILTRO, REGULADOR DE FLUXO MANUAL: PINÇA ROLETE, COMPRIMENTO TUBO: ATÉ 180 CM, TIPO INJETOR LATERAL: C/ 1 INJETOR, USO S/ AGULHA, CONECTOR PACIENTE: LUER, ADICIONAL: C/ CLAMP, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, TIPO EMBALAGEM: INDIVIDUAL CATMAT:609464	MEDIX – RG ANVISA 80495510033	Unidade	6250	R$ 0,71	R$ 4.437,50
171	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO. (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:619840	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	1000	R$ 16,20	R$ 16.200,00
172	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: ANTIDERRAPANTE, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO. (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:619841	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	937	R$ 13,50	R$ 12.649,50
173	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: ANTIDERRAPANTE, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO (CAIXA COM 100 UNIDADES) CATMAT:619842	MEDIX – RG ANVISA 80495510022	Caixa	1125	R$ 16,20	R$ 18.225,00
174	TOUCAS DESCARTAVEIS TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO: COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR: SEM COR, GRAMATURA: CERCA DE 30 G, M2, TAMANHO: ÚNICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX. CATMAT:428620	DESCARPACK – RG ANVISA 10330660175	Caixa	2500	R$ 3,54	R$ 8.850,00
175	ALGODÃO USO EM SAÚDE, TIPO: HIDRÓFILO, MATERIAL: FIBRAS DE ALGODÃO PURIFICADO, APRESENTAÇÃO: ROLO, PACOTE COM 250G, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL CATMAT:628473	NATHY – RG ANVISA 81400090001	Pacotes	1000	R$ 6,60	R$ 6.600,00
176	GAZE USO EM SAÚDE, MODELO: COMPRESSA C/ DOBRAS E CAMADAS, MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO, DENSIDADE: CERCA DE 13 FIOS / CM2, RADIOPACIDADE: SEM ELEMENTO RADIOPACO, DIMENSÃO FECHADA: CERCA DE 7,5 X 7,5 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PACOTE COM 10 UND CATMAT:269978	MAISMED – RG ANVISA 81996419005	Pacotes	75000	R$ 0,29	R$ 21.750,00
177	COMPRESSA HOSPITALAR EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS*: C/ FIO RADIOPACO, MATERIAL*: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: CERCA DE 45 X 50 CM, TIPO: CIRÚRGICA, ESTERILIDADE: USO ÚNICO, ACESSÓRIOS: C/ CORDÃO IDENTIFICADOR. EMBALAGEM 50 UND CATMAT:623071	MEDI HOUSE – RG ANVISA 10181829012	Pacotes	468	R$ 49,64	R$ 23.231,52
TOTAL						**R$ 1.693.959,10**

Período (validade): 12 meses. Data da Assinatura: 17/12/2025.

Bom Jardim, 17 de dezembro de 2025.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Publicado por:
Marcos Cristovão da Silva
Código Identificador:725FD4B4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
DECRETO N° 092, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025. FIXA VALORES DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N° 092, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

Fixa valores de diárias e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais de acordo com que dispõe o Art. 63, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDOa promulgação da Lei nº 1.431/2025, intitulada de Reforma Administrativa, que modificou profundamente a estrutura dos cargos comissionados na Administração Municipal, e
CONSIDERANDOa necessidade de reajuste dos valores pagos a título de diárias, levando-se em conta que o último Decreto regulamentando o tema é do ano de 2021, que gera uma defasagem real nos valores.

DECRETA:
Art. 1°. Ficam fixados, de acordo com o Anexo I deste Decreto, os valores das diárias a serem concedidas aos agentes políticos, agentes públicos, cargos comissionados e demais servidores da Administração Pública Municipal, quando do deslocamento para outros municípios, a serviço da Municipalidade.
Parágrafo Único: Nos casos de diárias com pernoite, em qualquer categoria, será acrescido ao valor 30%.
Art. 2°. Todas as solicitações de concessão de diárias deverão ser encaminhadas, por intermédio de comunicação interna, ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal que, concordando com a solicitação, encaminhará para a Secretaria de Finanças para pagamento.
Art. 3º. As diárias concedidas nos termos deste Decreto serão contabilizadas na forma de suprimento individual e correrão por conta das dotações próprias, constantes no Orçamento Geral do Município.
Art. 4º. Os técnicos em enfermagem, enfermeiros e motoristas que estejam lotados no Hospital Nair Alves Raimundo terão seus pagamentos de diárias regulados pelo Decreto nº 043, de 20 de junho de 2025, não se incluindo neste Decreto.
Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2026.
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeirinha/PE, em 29 de dezembro de 2025.

ANDRÉ PEDRO VALENÇA DE MELO RAIMUNDO
Prefeito

ANEXO I - TABELA DE DIÁRIAS

CATEGORIA FUNCIONAL	MUNICÍPIOS COM MENOS DE 150KM	MUNICÍPIOS ENTRE 150KM E 300KM	OUTROS MUNICÍPIOS DE ESTADOS DO NORDESTE, ACIMA DE 300KM	MUNICÍPIOS DE OUTRAS REGIÕES	DIÁRIAS COM PERNOITE
PREFEITO E VICE-PREFEITO.	R$ 200,00	R$ 500,00	R$ 700,00	R$ 1.700,00	ACRÉSCIMO DE 30%
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DIRETOR-PRESIDENTE DO CACHOEIRINHAPREV – SÍMBOLO CCD-1.	R$ 150,00	R$ 200,00	R$ 500,00	R$ 1.300,00	ACRÉSCIMO DE 30%
SECRETÁRIOS EXECUTIVOS E COORDENADORES PEDAGÓGICOS – SÍMBOLOS CCD-2 E SPE.	R$ 100,00	R$ 125,00	R$ 450,00	R$ 900,00	ACRÉSCIMO DE 30%
DIRETORES – SÍMBOLO CCD-3.	R$ 80,00	R$ 120,00	R$ 240,00	R$ 650,00	ACRÉSCIMO DE 30%
DEMAIS CARGOS COMISSIONADOS – SÍMBOLOS CCA-1, CCA-2 E CCA-3.	R$ 65,00	R$ 90,00	R$ 170,00	R$ 320,00	ACRÉSCIMO DE 30%
CONSELHEIROS TUTELARES, SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS EFETIVOS.	R$ 65,00	R$ 90,00	R$ 170,00	R$ 320,00	ACRÉSCIMO DE 30%
MOTORISTAS EFETIVOS E COMISSIONADOS (Que não estejam lotados no Hospital Nair Alves Raimundo).	R$ 50,00	R$ 70,00	R$ 120,00	R$ 150,00	ACRÉSCIMO DE 30%

Publicado por:
Thiago Guadagnano Almeida de Siqueira Vasconcelos
Código Identificador:52711E05

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAETÉS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉS/PE - DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
OFÍCIO Nº 053/2025 – DPC – CAETÉS/PE - CONVOCAÇÃO

À
Sra. LETÍCIA RABÊLO FERREIRA
Representante legal da empresa: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita sob o n° do CNPJ 53.571.459/0001-01.

REF: CONVOCAÇÃO – PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 005/2025 - FMAS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 – FMAS – LOTE 12 (REFRIGERADOR DUPLEX).

Prezado,

Cumprimentando cordialmente V. Sª., venho por meio do presente, em consonância com às disposições contidas na Lei Geral de Licitações – Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, CONVOCAR a vossa empresa, participante do Pregão Eletrônico supramencionado, cujo objeto destina-se à aquisição de mobiliário e eletroeletrônicos para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município de Caetés/PE.

Esta convocação se encontra amparada pelo item 21.0, subitem 21.1.4 do instrumento convocatório em conjunto com a disposição do art. 90, § 2º e § 7º da Lei 14.133/21, uma vez que o contrato no 019/2025 – FMAS, celebrado com a empresa **FRANCIELE ELETRO MÓVEIS**, inscrita sob o n° do CNPJ 47.646.580/0001-52 - classificada em primeiro lugar, teve seu contrato rescindido de forma unilateral pela secretaria demandante em virtude do descumprimento de cláusula contratual, especificamente, o prazo de entrega.

Dito isto, é crucial destacar que a rescisão parcial ou total do contrato tem o condão de ensejar a responsabilização a aplicação de sanções à empresa contratada, desde que seja previamente instaurado procedimento administrativo onde seja garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Nessa senda, diante da necessidade do fornecimento do objeto em estrita conformidade com as regras editalícias, particularmente o prazo de entrega, dado que os itens serão destinados à manutenção e continuidade dos programas de políticas públicas que são desenvolvidos através da Secretaria de Assistência Social, este ente procede a convocação dos licitantes remanescentes, conforme previsão contida no artigo retromencionado. Vejamos:

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

Cumpre ressaltar neste momento, a especificação dos itens que trata a convocação, os quais encontram-se descritos na tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	MODELO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	REFRIGERADOR DUPLEX CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO. 380 L TIPO PORTAS: REVERSÍVEIS SISTEMA DEGELO: FROST FREE. COR: BRANCA TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 4 RODÍZIOS TIPO: VERTICAL	UND	CRM44	5	R$ 2.600,00	R$ 13.000,00
TOTAL						**R$ 13.000,00**

Desta forma, ratifico os motivos do presente, e **CONVOCO** a empresa **ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita sob o n° do CNPJ 53.571.459/0001-01,** na pessoa de seu representante legal, para que anexe ao sistema BNC, ou envie no e-mail: cplcaetes@gmail.com, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas:

PROPOSTA DE PREÇOS REAJUSTADA REFERENTE AO LOTE 12 (REFRIGERADOR DUPLEX). NESSE SENTIDO, CONVÉM DESTACAR QUE A PROPOSTA DEVE ESTAR EM CONSONÂNCIA COM O PREÇO OFERTADO PELA EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.

Para tanto, ressalto que esta convocação deverá ser atendida, impreterivelmente, até às 16h00, do dia 30 de dezembro do ano em curso, em face da razoabilidade e celeridade pretendida. Outrossim, caso a empresa aceite a presente convocação, solicitamos que no momento da apresentação de sua anuência (proposta reajustada), apresente as certidões necessárias à comprovação da regularidade fiscal da empresa, consoante item 13.0, do instrumento convocatório.

Esperando contar com a atenção que esta solicitação merece receber, ressaltamos a razoabilidade do prazo estabelecido e a urgência no atendimento, por se tratar de procedimento acautelador e indispensável às atividades da administração, bem como não recairá maiores dificuldades da empresa em reproduzir tais informações, uma vez previstas inicialmente no edital.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

GEOPSON CLEBER DIAS DE QUEIROZ
Pregoeiro – Portaria N° 017/2025 - GP

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:F84258F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉS/PE - DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
OFÍCIO Nº 054/2025 – DPC – CAETÉS/PE - CONVOCAÇÃO

Ao
Representante legal da empresa: FERRUDO COMERCIAL LTDA, inscrita sob o n° do CNPJ 03.036.083/0001-67.

REF: CONVOCAÇÃO – PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 005/2025 - FMAS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 – FMAS – LOTE 33 (FREEZER HORIZONTAL).

Prezado,

Cumprimentando cordialmente V. Sª., venho por meio do presente, em consonância com às disposições contidas na Lei Geral de Licitações – Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, CONVOCAR a vossa empresa, participante do Pregão Eletrônico supramencionado, cujo objeto destina-se à aquisição de mobiliário e eletroeletrônicos para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município de Caetés/PE.

Esta convocação se encontra amparada pelo item 21.0, subitem 21.1.4 do instrumento convocatório em conjunto com a disposição do art. 90, § 2º e § 7º da Lei 14.133/21, uma vez que o contrato no 019/2025 – FMAS, celebrado com a empresa **FRANCIELE ELETRO MÓVEIS**, inscrita sob o n° do CNPJ 47.646.580/0001-52 - classificada em primeiro lugar, teve seu contrato rescindido de forma unilateral pela secretaria demandante em virtude do descumprimento de cláusula contratual, especificamente, o prazo de entrega.

Dito isto, é crucial destacar que a rescisão parcial ou total do contrato tem o condão de ensejar a responsabilização a aplicação de sanções à empresa contratada, desde que seja previamente instaurado procedimento administrativo onde seja garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Nessa senda, diante da necessidade do fornecimento do objeto em estrita conformidade com as regras editalícias, particularmente o prazo de entrega, dado que os itens serão destinados à manutenção e continuidade dos programas de políticas públicas que são desenvolvidos através da Secretaria de Assistência Social, este ente procede a convocação dos licitantes remanescentes, conforme previsão contida no artigo retromencionado. Vejamos:

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

Cumpre ressaltar neste momento, a especificação dos itens que trata a convocação, os quais encontram-se descritos na tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	MODELO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
33	FREEZER HORIZONTAL DE 534 LITROS DUAS PORTAS TIPO DE DEGELO MANUAL PORTA REVERSÍVEL. NÃO CONTROLE DE TEMPERATURA. SIM TIPO HORIZONTAL 220 EFICÁCIA ENERGÉTICA A GARANTIA DO FORNECEDOR (MÊS) 12. COR BRANCO. TIPO DO PRODUTO: FREEZER PLUGUE E TOMADA 10 A. PAINEL DE CONTROLE EXTERNO. NÍVEIS DE TEMPERATURA 6 POTÊNCIA 110 V (W) 160 CONSUMO APROXIMADO DE ENERGIA (KWH) 70,41W, PORTAS OU TAMPAS 2	UND	CHB53	4	R$ 3.400,00	R$ 13.600,00
TOTAL						**R$ 13.600,00**

Desta forma, ratifico os motivos do presente, e **CONVOCO** a empresa **FERRUDO COMERCIAL LTDA, inscrita sob o n° do CNPJ 53.571.459/0001-01,** na pessoa de seu representante legal, para que anexe ao sistema BNC, ou envie no e-mail: cplcaetes@gmail.com, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas:

PROPOSTA DE PREÇOS REAJUSTADA REFERENTE AO LOTE 33 (FREZER HORIZONTAL). NESSE SENTIDO, CONVÉM DESTACAR QUE A PROPOSTA DEVE ESTAR EM CONSONÂNCIA COM O PREÇO OFERTADO PELA EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.

Para tanto, ressalto que esta convocação deverá ser atendida, impreterivelmente, até às 16h00, do dia 30 de dezembro do ano em curso, em face da razoabilidade e celeridade pretendida. Outrossim, caso a empresa aceite a presente convocação, solicitamos que no momento da apresentação de sua anuência (proposta reajustada), apresente as certidões necessárias à comprovação da regularidade fiscal da empresa, consoante item 13.0, do instrumento convocatório.

Esperando contar com a atenção que esta solicitação merece receber, ressaltamos a razoabilidade do prazo estabelecido e a urgência no atendimento, por se tratar de procedimento acautelador e indispensável às atividades da administração, bem como não recairá maiores dificuldades da empresa em reproduzir tais informações, uma vez previstas inicialmente no edital.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

GEOPSON CLEBER DIAS DE QUEIROZ
Pregoeiro – Portaria N° 017/2025 - GP

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:DE7F9BFE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IATI

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 585/2025

LEI N° 585/2025.

EMENTA: "CRIA NOVOS CARGOS NO QUADRO EFETIVO GERAL PERMANENTE DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL."

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e Lei Orgânica do Município de Iati-PE, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Ficam criados cargos de provimento efetivo contidos no Anexo I desse projeto de lei, no qual constará as vagas, requisitos de investidura, atribuições, carga horária, vantagens e remuneração.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Iati/PE, em 23 de dezembro de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
Prefeita

LEI N° 585/2025
ANEXO I - DO QUADRO DE CARGOS E VAGAS

CARGO:	**PROFESSOR – INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS(LIBRAS)**				
REQUISITOS:	Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa ou Bacharelado em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou Bacharelado em Letras – Libras ou Licenciatura em Pedagogia, com especialização em Libras com carga horária mínima de 300 horas.				
VAGAS:	02	**REMUNERAÇÃO:**	PISO SALARIAL DA CATEGORIA	**CARGA HORÁRIA:**	40 horas semanais
ATRIBUIÇÕES:	Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino no nível fundamental, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; Realizar o atendimento em Libras, no contraturno em que o estudante com surdez está matriculado na sala regular, duas horas, duas vezes na semana; Participar das atividades extraclasse junto com a turma, quando necessário; Participar de cursos específicos na área e de informática com tecnologia assistiva; Participar das atividades, dos projetos e dos eventos relativos à efetivação de Políticas Públicas orientadas pela Gestão Escolar, Secretaria Municipal de Educação, órgãos de Controle Social e instituições competentes, inclusive na fase de proposição e elaboração; Participar da formação de intérpretes em Língua Brasileira de Sinais; Produzir e publicar textos pedagógicos; Participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos, eventos da área educacional e correlatas; Participar da elaboração e avaliação de propostas curriculares; Participar na escolha do livro didático; Participar de estudos e pesquisas da sua área de atuação; Participar da avaliação institucional do sistema educacional do município e estado; o) Executar outras atividades correlatas.				
CARGO:	**PROFESSOR – INSTRUTOR DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS(LIBRAS)**				
REQUISITOS:	Licenciatura em Letras com habilitação em Libras ou Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) com especialização em Libras com carga horária mínima de 300 horas ou Licenciatura em Pedagogia com especialização em Libras com carga horária mínima de 300 horas				
VAGAS:	01	**REMUNERAÇÃO:**	PISO SALARIAL DA CATEGORIA	**CARGA HORÁRIA:**	40 horas semanais
ATRIBUIÇÕES:	Ministrar aulas práticas de Língua Brasileira de Sinais; Apoiar o trabalho do professor na transmissão da Língua Brasileira de Sinais; Orientar a aplicação de metodologia no ensino de Língua Brasileira de Sinais; Participar na escolha do livro didático; Participar de estudos e pesquisas da sua área de atuação; Participar da avaliação institucional do sistema educacional do município e estado; Participar de cursos específicos na área e de informática com tecnologia assistiva; Participar das atividades, dos projetos e dos eventos relativos à efetivação de Políticas Públicas orientadas pela Gestão Escolar, Secretaria Municipal de Educação, órgãos de Controle Social e instituições competentes, inclusive na fase de proposição e elaboração; Executar outras atividades correlatas.				
CARGO:	**PROFESSOR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO(AEE)**				
REQUISITOS:	Licenciatura Plena Específica para atuação na Educação Especial para AEE ou Licenciatura em Pedagogia com especialização em Educação Especial para AEE com carga horária mínima de 300 horas				
VAGAS:	02	**REMUNERAÇÃO:**	PISO SALARIAL DA CATEGORIA	**CARGA HORÁRIA:**	40 horas semanais
ATRIBUIÇÕES:	Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial; Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; Elaborar planos de ação para eliminar as barreiras impostas pelas deficiências; Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais definindo cronograma e a carga horária individual ou em grupo; Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis e indicar a aquisição de: softwares, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos e não ópticos, dicionários e outros materiais que considerar necessário para o desempenho da habilidade dos estudantes; Elaborar e executar o Plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade; Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum e com os demais profissionais da escola; Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante e dar conhecimento à família da proposta do AEE e do desempenho do estudante; Organizar o tipo e o número de atendimentos educacional para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação; Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e das atividades de formação continuada organizadas pela Escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Organizar e manter atualizados os registros de avaliação do estudante; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis aos fins educacionais e ao processo de ensino e de aprendizagem. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino regular, bem como a outros ambientes da escola; Participar dos Conselhos de Classe, reuniões de professores, reuniões de pais da escola e outras atividades pedagógicas da Unidade Escolar; Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de saúde, assistência social e outros; Encaminhar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para realização de avaliações clínicas ou com equipes multidisciplinares, quando necessário; Elaborar relatório anual das atividades realizadas no AEE, com critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Executar outras atividades correlatas.				

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:CB66D080

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IGARASSU

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 379/2022 - DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
dotação orçamentária;
Inclui-se”

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0207	020702	2.058	33.90.39.00	1.500.0000

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:1711D22D

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 407/2022 - DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, PROCESSO Nº 002/2022, ATRAVÉS DA ADESÃO Nº 007/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Da dotação orçamentária;
Inclui-se“

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0206	020603	2.083	33.90.30.00	1.500.0000

”.
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:E43B756B

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 567/2022 - REALIZADA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2022 – CPL I, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI MUNICIPAL Nº 3.094/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Da dotação orçamentária;
Inclui-se“

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. ATIVIDADE	NATUREZA	FONTE
0206	020600	2.036	33.90.30.00 33.90.47.00	1.500.0000

”.
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:19E06365

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 105 DE 01 DE OUTUBRO DE 2025

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025),
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.170.086,44 (Doze milhões, cento e setenta mil, oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), destinado ao reforço da dotação orçamentária da seguinte unidade: Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde – FMS, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Defesa Social e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano.
§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada e as dotações que serão reduzidas estão especificados no quadro abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional Programática:	12.361.1301.2133	
Ação:	2.133 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 108	R$ 157.541,50
Despesa: Fonte:	3.1.910000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 171	R$ 2.578.138,62
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 171	R$ 812.964,73

Funcional Programática:	12.365.1301.2135	
Ação:	2.135 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 108	R$ 126.999,68
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 108	R$ 53.702,46
Despesa: Fonte:	3.1.90000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 19.045,61
Despesa: Fonte:	3.1.9100000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 744.121,21
Funcional Programática:	12.366.1301.2136	
Ação:	2.136 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 171	R$ 367.618,56
Despesa: Fonte:	3.1.910000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 76.002,10
Funcional Programática:	12.367.1301.2137	
Ação:	2.137 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Despesa:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R$ 100.000,00
Despesa: Fonte:	3.1.910000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 22.000,00
Unidade Orçamentária:	14.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Funcional Programática:	10.122.1407.2148	
Ação:	2.148 - GESTÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 8.017,22
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 1.372.692,50
Funcional Programática:	10.302.1405.1142	
Ação:	1.142 - CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE SAÚDE ESPECIALIZADA	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 172	R$ 155.621,00
Funcional Programática:	10.303.1404.2144	
Ação:	2.144 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 12.750,00
Funcional Programática:	10.304.1409.2145	
Ação:	2.145 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EM SAÚDE DO TRABALHADOR	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 149.867,99
Funcional Programática:	10.305.1409.1144	
Ação:	1.144 - ESTRUTURAÇÃO, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 172	R$ 100.000,00
Funcional Programática:	10.305.1409.2377	
Ação:	2.377 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 257.800,00
Unidade Orçamentária:	17.01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Funcional Programática:	04.121.1235.2171	
Ação:	2.171 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 101	R$ 7.018,65
Unidade Orçamentária:	19.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
Funcional Programática:	04.122.1235.2190	
Ação:	2.190 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 101	R$ 5.096,87
Unidade Orçamentária:	20.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Funcional Programática:	08.243.2002.2201	
Ação:	2.201 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DE IPOJUCA	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 101	R$ 7.220,85
Unidade Orçamentária:	22.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL	
Funcional Programática:	06.182.2202.2223	
Ação:	2.223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 101	R$ 4.739.206,57
Unidade Orçamentária:	23.01 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO	
Funcional Programática:	18.122.2301.2231	
Ação:	2.231 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 101	R$ 296.660,32

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÂO. . . . . R$ 12.170.086,44

ANULAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional Programática:	12.243.1302.2138	
Ação:	2.138 - INCENTIVO AOS ALUNOS NA ESCOLA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 2.505.754,23
Funcional Programática:	12.361.1301.2133	
Ação:	2.133 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa: Fonte:	3.1.910000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 194	R$ 842.123,31
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 194	R$ 19.045,61
Despesa: Fonte:	3.1.910000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 100.000,00
Funcional Programática:	12.361.1303.2016	

Ação:	2.016 - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 171	R$ 2.578.138,62
Funcional Programática:	12.361.1304.1132	
Ação:	1.132 - QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 108	R$ 338.243,64
Funcional Programática:	12.365.1301.2135	
Ação:	2.135 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 171	R$ 367.618,56
Unidade Orçamentária:	14.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Funcional Programática:	10.122.1407.2152	
Ação:	2.152 - PROMOÇÃO GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA NO ÂMBITO DA SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 8.017,22
Funcional Programática:	10.301.1402.2142	
Ação:	2.142 - MANUTENÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.500000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 1.302.525,98
Funcional Programática:	10.302.1405.2149	
Ação:	2.149 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE ESPECIALIZADA DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 590.584,51
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 172	R$ 155.621,00
Unidade Orçamentária:	15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática:	04.122.1235.2150	
Ação:	2.150 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E LOGÍSTICA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 7.018,65
Unidade Orçamentária:	18.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
Funcional Programática:	28.843.1802.9180	
Ação:	9.180 - ENCARGOS COM AMORTIZAÇÃO, INCLUSIVE JUROS E ENCARGOS COM O FINISA	
Despesa: Fonte:	3.2.900000 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 101	R$ 799.085,37
Unidade Orçamentária:	23.01 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO	
Funcional Programática:	18.541.2303.1232	
Ação:	1.232 - PROJETO DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL DE NASCENTES E CURSOS D'ÁGUA NA BACIA DO RIO IPOJUCA - NASCENTES IPOJUCA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 296.660,32
Unidade Orçamentária:	27.01 SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER	
Funcional Programática:	04.122.2701.2271	
Ação:	2.271 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 101	R$ 1.459.649,42
Unidade Orçamentária:	35.02 ENCARGOS GERAIS SOB SUPERVISÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática:	04.331.3512.2354	
Ação:	2.354 - ENCARGOS COM VALE-TRANSPORTE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 800.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO. . . . . R$ 12.170.086,44

§ 2º Essas alterações orçamentárias atendem ao que estabelece o Art. 11 da Lei Municipal nº 2.213/2024 (Lei Orçamentária Anual 2025).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 01 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:1646FD16

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 106 DE 01 DE OUTUBRO DE 2025

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025),
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.951.947,51 (Um milhão, novecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), destinado ao reforço da dotação orçamentária das seguintes unidades: Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Defesa Social, Secretaria Especial da Mulher e Secretaria Especial de Cultura.

§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada e as dotações que serão reduzidas estão especificados no quadro abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	16.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
Funcional Programática:	04.129.1601.2161	
Ação:	2.161 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 12.000,00
Unidade Orçamentária:	17.01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Funcional Programática:	04.121.1235.2171	
Ação:	2.171 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 306.900,00
Unidade Orçamentária:	18.01 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
Funcional Programática:	04.122.1805.2367	
Ação:	2.367 - MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 287.267,46
Funcional Programática:	15.451.1800.1181	
Ação:	1.181 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO, MUROS, ESCADARIAS, CANALETAS E OUTRAS OBRAS AFINS	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 101	R$ 369.344,41
Funcional Programática:	15.451.1801.2181	
Ação:	2.181 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, INCLUINDO PRAÇAS, PARQUES, JARDINS, CEMITÉRIOS, BANHEIROS PÚBLICOS, CLUBES SOCIAIS, ATERRO SANITÁRIO E OUTROS	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 253.915,95
Funcional Programática:	17.512.1804.2189	
Ação:	2.189 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 1.026,71
Unidade Orçamentária:	20.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
Funcional Programática:	08.245.2004.2362	
Ação:	2.362 - DESENVOLVIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 101	R$ 10.000,00
Unidade Orçamentária:	21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Funcional Programática:	20.122.2101.2210	
Ação:	2.210 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 108.312,42
Unidade Orçamentária:	22.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL	
Funcional Programática:	06.182.2205.2224	
Ação:	2.224 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALVAMAR DO MUNICÍPIO	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 80.000,00
Unidade Orçamentária:	27.01 SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER	
Funcional Programática:	14.422.2702.2272	
Ação:	2.272 - AÇÕES DE PROTEÇÃO À MULHER IPOJUCANA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 10.000,00
Unidade Orçamentária:	33.01 SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA	
Funcional Programática:	13.392.3302.2332	
Ação:	2.332 - APOIO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 513.180,56

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÂO. . . .. R$ 1.951.947,51

ANULAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática:	04.122.1235.2150	
Ação:	2.150 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E LOGÍSTICA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 300.000,00
Unidade Orçamentária:	18.01 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
Funcional Programática:	16.482.1808.1187	
Ação:	1.187 - EXECUÇÃO DE AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS NO MUNICÍPIO	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 101	R$ 584.829,16
Funcional Programática:	25.752.1803.1183	
Ação:	1.183 - AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DO IPOJUCA	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 101	R$ 326.725,37
Unidade Orçamentária:	20.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	

Funcional Programática:	08.122.2005.2363	
Ação:	2.363 - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 10.000,00
Unidade Orçamentária:	21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Funcional Programática:	20.608.2102.1211	
Ação:	1.211 - FOMENTAR E PROMOVER A PRODUÇÃO ANIMAL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 108.312,42
Unidade Orçamentária:	22.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL	
Funcional Programática:	06.122.2203.2220	
Ação:	2.220 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 80.000,00
Unidade Orçamentária:	26.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
Funcional Programática:	23.122.2601.2261	
Ação:	2.261 - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 284.494,28
Funcional Programática:	23.695.2602.2263	
Ação:	2.263 - APOIO AS AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 247.586,28
Unidade Orçamentária:	27.01 SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER	
Funcional Programática:	11.334.2703.2273	
Ação:	2.273 - APOIO E CAPACITAÇÃO AS MULHERES IPOJUCANAS	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 101	R$ 10.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO. . . . . R$ 1.951.947,51

§ 2º Essas alterações orçamentárias atendem ao que estabelece o Art. 10 da Lei Municipal nº 2.213/2024 (Lei Orçamentária Anual 2025).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 01 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:2E443C07

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 111 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025), DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.422.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil reais), destinado ao reforço da dotação orçamentária da seguinte unidade: Fundo Municipal de Saúde - FMS
§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada,é proveniente do Excesso de Arrecadação e está especificado nos quadros abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	14.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Funcional Programática:	10.301.1402.2142	
Ação:	2.142 - MANUTENÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 156	R$ 700.000,00
Funcional Programática:	10.302.1405.2149	
Ação:	2149 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE ESPECIALIZADA DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 126	R$ 200.000,00
	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 153	R$ 1.522.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTÃÇÃO. . . . . .R$ 2.422.000,00
§ 2º Essa alteração orçamentária atende ao que estabelece o Art. 11 da Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025), bem como ao disposto no Art. 43, § 1º, inciso II e §3º da Leinº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme memória de cálculo abaixo:

Fonte de Recurso	Previsão Inicial	Valor Arrecadado	Excesso de arrecadação apurado	Créditos já abertos no exercício	Crédito aberto neste decreto
156 - 1.600.3110 Recursos do SUS do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares Individuais	0,00	1.060.419,86	1.060.419,86	350.000,00	700.000,00
126 - 1.621.3210 Recursos do SUS Governo Estadual - Emendas Individuais	0,00	205.662,31	205.662,31	0,00	200.000,00

Fonte de Recurso	Meta de arrecadação estabelecida na programação financeira (4º Bimestre)	Valor Arrecadado até o (4º Bimestre)	Excesso de arrecadação apurado	Créditos já abertos no exercício	Crédito aberto neste decreto
153 - 1.600.0000 Recursos do SUS do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.152.000,00	15.225.171,49	2.073.171,49	0,00	1.522.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 15 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:D1CACE68

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 113 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025), DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.877.883,87 (Um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), destinado ao reforço da dotação orçamentária da seguinte unidade: Fundo Municipal de Saúde – FMS.
§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada e as dotações que serão reduzidas estão especificados no quadro abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	14.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Funcional Programática:	10.122.1407.2148	
Ação:	2.148 - GESTÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 327.674,63
Funcional Programática:	10.302.1405.2149	
Ação:	2.149 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE ESPECIALIZADA DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 1.374.513,59
Funcional Programática:	10.305.1409.2146	
Ação:	2.146 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 175.695,65

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÂO. . . . . R$ 1.877.883,87

ANULAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	14.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Funcional Programática:	10.301.1402.2142	
Ação:	2.142 - MANUTENÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	
Despesa: Fonte:	3.3.500000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$ 1.730.710,50
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 172	R$ 147.173,37

TOTAL DA ANULAÇÃO. . .. . R$ 1.877.883,87

§ 2º Essas alterações orçamentárias atendem ao que estabelece o Art. 11 da Lei Municipal nº 2.213/2024 (Lei Orçamentária Anual 2025).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 15 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:2205316D

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 117 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO IPOJUCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 62 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.198, de 29 de outubro de 2024 (LDO 2025), e Lei Municipal nº 2.213, de 30 de dezembro de 2024 (LOA 2025), DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento o crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.614.055,10 (Doze milhões, seiscentos e quatorze mil, cinquenta e cinco reais e dez centavos), destinado ao reforço da dotação orçamentária da seguinte unidade: Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O detalhamento da programação que será suplementada e as dotações que serão reduzidas estão especificados no quadro abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional Programática:	12.361.1301.2133	
Ação:	2.133 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 171	R$ 7.580.207,21
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 171	R$ 348.315,83
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 191	R$ 1.018.299,07
Funcional Programática:	12.365.1301.2135	
Ação:	2.135 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 194	R$ 150.306,66
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 2.453.385,85
Funcional Programática:	12.366.1301.2136	
Ação:	2.136 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 194	R$ 30.798,33
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 920.572,54
Funcional Programática:	12.367.1301.2137	
Ação:	2.137 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 196	R$ 112.169,61

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÂO. .. . . . . R$ 12.614.055,10

ANULAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional Programática:	12.361.1301.2133	
Ação:	2.133 - PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 194	R$ 3.546.367,83
Despesa: Fonte:	3.1.910000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 194	R$ 0,34
Despesa: Fonte:	3.3.900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 194	R$ 120.864,82
Funcional Programática:	12.361.1303.2016	
Ação:	2.016 - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Despesa: Fonte:	3.1.900000 PESSOAS E ENCARGOS SOCIAIS 171	R$ 7.928.523,04
Funcional Programática:	12.361.1304.1132	
Ação:	1.132 - QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa: Fonte:	4.4.900000 INVESTIMENTOS 192	R$ 1.018.299,07

TOTAL DA ANULAÇÃO. . . R$ 12.614.055,10

§ 2º Essas alterações orçamentárias atendem ao que estabelece o Art. 11 da Lei Municipal nº 2.213/2024 (Lei Orçamentária Anual 2025).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura.

Ipojuca, 22 de outubro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:
BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:D90E5856

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DEFINITIVO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2025

Comissão Técnica de Avaliação – COMTAV

RESULTADO DEFINITIVO FINAL DO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2025 CMDDCA, PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), APRESENTADOS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE MORENO-PE. PARA FINS DE CONCESSÃO DE RECURSOS FINANCEIROS. INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL 8069 DE 13 DE JULHO DE 1990 E REGULAMENTADO PELA LEI MUNICIPAL DE No 730 DE 07 DEJUNHO DE 2024.

DO RESULTADO DEFINITIVO FINAL

PROPOSTA	INSTITUIÇÃO/CNPJ	CLASSIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	CASA DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE–CACA 41.008.418/001-22	97,16	CLASSIFICADA
2	CENTRO DE ACOLHIMENTO E PAZ – CEO – 11.683.349/0001-91	95	CLASSIFICADA
3	CENTRO COMUNITARIO CRIANÇA FELIZCENTROLIZ- 41.008.772/0001-57	90,66	CLASSIFICADA
4	ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS DA PATRIA – AVOP – 03.259.290/0001-80	88,33	CLASSIFICADA
5	CENTRO COMUNITARIO XINGÚ 02.137.889/0001-89	88,33	CLASSIFICADA
6	ASSOCIAÇÃO ACOLHER 29.139.015/0001-17	85,16	CLASSIFICADA
7	INSTITUTO JUDÔ RESGATANDO VIDAS – 44.469.020/0001-81	84,83	CLASSIFICADA
8	ASSOCIAÇÃO MÃES AZUIS – 33.188.029/0001-06	83,33	CLASSIFICADA
9	ASSOCIAÇÃO PROJETO JORGE RALINE – 41.009.390/001-48	82,66	CLASSIFICADA
10	CENTRO COMUNITÁRIO MARIA GONZAGA – 05.853.73/0001-60	82,5	CLASSIFICADA
11	ASSOCIAÇÃO PROJETO INFANTIL DE FUTSA APIF – 20.148.278/0001-18	80,66	CLASSIFICADA
12	CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO 41.008.392/0001-12	79,66	CLASSIFICADA
13	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARIETA MATOS – 03.020.691/0001-83	79,5	CLASSIFICADA
14	ASSOCIAÇÃO LEVANDO SONHOS – 46.154.409/0001-63	74,66	ELIMINADA

O Município de Moreno-PE, por intermédio do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MORENO - CMDDCA, nos termos dos itens 4.4. e 8.4, torna público o resultado definitivo final do Edital de Chamamento Público no 001/2025-CMDDCA MORENO/PE, conforme tabela abaixo:
Tendo em vista o parecer da COMTAV, fica homologado o referido resultado nos termos da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e Lei Municipal nº 730 de 07 de Junho de 2024.

Moreno-PE, 29 de dezembro de 2025.

LARISSA RAFAELLY DE OLIVEIRA CAVALCANTI

TÁSSIA NATHALI MATOS DOS SANTOS

PATRÍCIA FERREIRA DA SILVA
COMTAV – Comissão Técnica de Avaliação

JOSÉ INALDO FILHO
Presidente do CMDDCA- Moreno-PE

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:6E998A65

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
RESULTADO FINAL HABILITADOS – PESSOA JURIDICA

CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 – CICLO ARTISTICO E CULTURAL DE OLINDA DE 2026			
ATRAÇÃO	**INSCRIÇÃO**	**PROPONENTE**	**CNPJ PROPONENTE**
PC SILVA	0001/2025	PC SILVA	10.426.137.0001/66
LUCIANO MAGNO	0002/2025	LUCIANO MAGNO COSTA TENÓRIO	13.262.966/0001-49
SAMBADEIRAS	0003/2025	GRUPO SAMBADEIRAS – SAMBA DE LADEIRA	10.386.731/0001-70
MARACATU ESTRELA DE OURO DE ALIANÇA	0006/2025	MARACATU ESTRELA OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13
CAVALO MARINHO DE MESTRE BATISTA	0007/2025	MARACATU ESTRELA OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13
CIRANDA ROSA DE OURO	0009/2025	MARACATU ESTRELA DE OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13
GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA PRETO VELHO	0010/2025	DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA	34.330.072/0001-19
BANDA D'VIROTE	0011/2025	VITTAL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	51.156.588/0001-08
YASMIN MARTINS	0012/2025	JOSÉ DAVIDSON MARTINS VITAL	51.156.588/0001-08
DAN GOMES	0013/2025	JOSÉ DAVIDSON MARTINS VITAL	51.156.588/0001-08
RAFA MAGALHÃES	0014/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
FÁBRICA DE SAMBA	0015/2025	ANDERSSON LUNA DA CUNHA	23.462.650/0001-54
LASSERRE	0016/2025	THIAGO LASSERRE FERREIRA	42.206.792/0001-03
PRETTO JAMAH	0017/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
FARINGES DA PAIXÃO	0018/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
AFOXÉ ALAFIN OYÓ	0019/2025	AYÒ PRODUÇÃO	25.317.473/0001-48
CAVALO MARINHO BOI MATUTO DE OLINDA	0020/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
CAVALO MARINHO BOI DA LUZ DE OLINDA	0021/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
CAVALO MARINHO FLOR DE MANJERONA DE OLINDA	0022/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
FAMILIA SALUSTIANO E A RABECA ENCANTADA	0023/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
GRUPO CULTURAL BOI MIMOSO	0024/2025	GRUPO CULTURAL BOI MIMOSO	12.771.111/0001-80
JUZÉ	0025/2025	ZN PRODUÇÃO MUSICAL	43.467.342/0001-29
BANDA PRAKTÁ	0026/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
GRUPO SOMBATUKI	0027/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19

ALLEJANDRO SWINGADO	0028/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
AGOSTINHO DO ACORDEON	0029/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
AFOXÉ ARÁ OMIM	0030/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
GAROTA TROPIKANA	0031/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
DERICO ALVES	0032/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
AFOXÉ OMO LUFAN	0033/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
DANIEL BENTO	0034/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
JUNIOR VILLA NOVA	0035/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
NEGO THOR	0037/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
ALMIR ROUCHE	0038/2025	ROUCHE PRODUÇÕES E EVENTOS	14.023.475/0001-08

O HOMEM DA MEIA-NOITE	0039/2025	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
CIRANDA TROPYCALHA	0040/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO-ACG	11.470.807/0001-04
SAÍDA OFICIAL DO HOMEM DA MEIA-NOITE	0041/2025	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
SESSÃO DE FOTOS O HOMEM DA MEIA-NOITE	0042/2025	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
O HOMEM DA MEIA-NOITE	0043/205	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
ENCANTARIA	0044/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
BANDA LANJERIE	0045/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
FAMÍLIA CHUMBAGO	0046/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
FORRÓ SENSAÇÃO	0047/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
FREDY E MARY	0049/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
ANY MELO	0050/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
IRAH CALDEIRA	0051/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38,
GRUPO PERCUSSIVO TAMBORES DE SAIA	0052/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
LOURENÇO GATO	0053/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
LUCIANO PADILHA	0054/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
ALLAN KA	0055/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA,	43.119.757/0001-01
CIA TRAPIÁ DE DANÇA	0056/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
MÁRCIA LIMA	0057/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
MEVINHA QUEIROGA	0058/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
LARA COUTO	0059/2025	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES EM DIREITOS HUMANOS – A - COLHER	07.817.329/0001-99
LUIZA PÉROLA	0060/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
GUMA	0061/2025	CARLOS EDUARDO FILIZOLA FILHO 09696034440	35.526.598/0001-31
LULINHA E OS BONECOS GIGANTES DE PERNAMBUCO	0063/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
COCO DAS ESTRELAS	0066/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
COCO JUREMADO	0067/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
RAMINHO DO ACORDEON	0068/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
ROGÉRIO RANGEL	0069/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
MARACATU FEMININO DE BAQUE SOLTO CORAÇÃO NAZARENO	0071/2025	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA - AMUNAM	12.813.226/0001-90
T.C.M. OLINDA FREVO E FOLIA	0072/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
COCO DAS MINAS	0073/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
AFOXÉ ARÁ OMIM	0074/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
ANGELO GABRIEL	0075/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
AFOXÉ OMO LUFAN	0076/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
BANDA VITRAIZ	0077/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
KAIO MAD	0078/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
BANDA LADY NEWTON	0079/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA PRETO VELHO	0080/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
GRUPO SOMBATUKI (2ª ENTRADA)	0081/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
CIRANDA SANT'ANNA	0083/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
CIA TRAPIÁ DE DANÇA (2ª ENTRADA	0084/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
COCO DAS ESTRELAS	0085/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-15
COCO JUREMADO	0086/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-16
NANNY ALVEZ	0087/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-17
COCO SANTIAGO	0088/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
CULÉ DE XÃ: NO RITMO DO FREVO	0089/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
BLOCO DE SAMBA A TURMA DO TRADIÇÃO	0090/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
KELLY BENEVIDES - CIGARRA KIKA (INFANTIL)	0091/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
ISA LIMA	0092/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
MARIA PAGODINHO	0093/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-43
MELL MOCIDADE DO SAMBA	0094/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-44
GERLANE GELL	0095/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-45
PAGODE DO DIDI	0096/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-46
SAYURI HEIWA	0097/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-47
ZÉ BROWN	0098/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-48
CIRANDA DAS FLORES DA AMUNAM	0099/2025	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA - AMUNAM	12.813.226/0001-90
MARACATU FEMININO DE BAQUE SOLTO CORAÇÃO NAZARENO	0100/2025	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA - AMUNAM	12.813.226/0001-91
AFOXÉ OXUM PANDÁ	0101/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80
JORGE RIBA	0102/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-81
AZUL OLIVEIRA	0103/2025	48.915.642 FABIANO BATISTA DE OLIVEIRA	48.915.642/0001-47
ALCYMAR MONTEIRO	0104/2025	AC PRIME PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.276.054/0001-17
MONICA FEIJÓ	0105/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80
VOZ NAGÔ	0106/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-81
AFOXÉ OMIM SABÁ	0107/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82
BLOCO AFRO DEUSAS DO ÉBANO	0108/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-17
DJ CABEÇA	0109/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-18
AFOXÉ POVO DE OGUIÃ	0110/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-19
COCO FULÔ DA MATA	0111/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-20
DJ CHELL	0112/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-21
AFOXÉ TELA OKO ARA EJIBO	0113/2025	PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80

NINHO E SUA ORQUESTRA	0114/2025	ATIVA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA	13.081.945/0001-27
MESTRES DO COCO PERNAMBUCANO	0115/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50

AS NETAS DE SELMA DO COCO	0116/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
BOI CALEMBA PERNAMBUCANO	0117/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
JUBA	0118/2025	JULIANO MIRANDA VALENÇA	51.672.537/0001-39
RICK BARÃO	0119/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
MAESTRO SPOK	0120/2025	PASSO DE ANJO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	13.982.184/0001-84
TRIO NORDESTINO (2ª ENTRADA)	0121/2025	AC PRIME PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.276.054/0001-17
BANDA DE PAU E CORDA	0122/2025	AMPLIAR – SERVIÇO DE CULTURA E ARTE	10.426.137/0001-66
DEEJAY NOVATO	0123/2025	21.844.853 HAMILTON DA SILVA TENÓRIO	21.844.853/0001-80
DJ NUNO	0124/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS,	47.631.457/0001-68
SÓ BREGA (CONDE)	0125/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001-00
AFOXÉ OGBON OBÁ	0126/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82
GRUPO SASSARICO	0127/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001=00
MARQUINHOS BALADA	0128/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001=00
SULTAKI DO SAMBA	0129/2025	31.644.352 FRANCISCO JOSE ALMEIDA RIBEIRO	31.644.352.0001-03
FINA TONELADA	0130/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
BOLSA DE MADAME	0131/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
DI ANGELO	0132/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
RAFA LIRA	0133/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001-00
ALINE BRANDÃO	0134/2025	AMUZZE ASSESSORIA E PRODUÇÕES DE EVENTOS,	59.864.513/0001-93
PATUSCO	0135/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001-00
ALINE BRANDÃO	0136/2025	AMUZZE ASSESSORIA E PRODUÇÕES DE EVENTOS,	59.864.513/0001-93
BLOCO OBIRIN	0137/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82
LÉO HITT	0138/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
RAYSSA BACELAR	0139/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
ANGÉLICA CRISS	0140/2025	PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82
VITOR KELSH	0141/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
BANDA PISTOLÃO	0142/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
TONHO MATERIA	0143/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
NOSSO SENTIMENTO	0144/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
ED MORENO	0147/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	35.154.821/0001-67
ELLY CARPER	0148/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	35.154.821/0001-67
FK FEITICEIRO	0145/2025	57.116.169 FELIX CLODOALDO CAVALCANTI	57.116.169/0001-29
SALATIEL DE CAMARÃO	0149/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
BARBARA AIRES	0150/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67

CLUBE DA LAMA	0151/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
LAIS SENNA	0152/2025	MAQUINA DISCOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	18.597.343./0001-40
MORIBUNDOS	0153/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
SEVY NASCIMENTO	0154/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
LIRINHA	0155/2025	MAQUINA DISCOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	18.597.343./0001-40
COSPEFOGO	0156/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
ZELYTO MADEIRA	0157/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
ANDRÉ MACAMBIRA	0158/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
SAMBADA DAS ACACIAS	0159/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
TRIO NORDESTINO	0160/2025	AC PRIME PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.276.054/0001-17
RODRIGUINHO DO ACORDEON	0161/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
JUNIOR SOULL	0162/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
GABRIEL SÁ	0163/2025	32.044.841 JOAO GABRIEL SA DE LIMA	32.044.841/0001-97
DORALYCE	0164/2025	COLMEIA 22 DORALYCE AUGUSTA R D S G 08110714480	14.542.333/0001-57
NETYNHO XOTE 10	0165/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
SOM DE RAIZ	0166/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
ALBERTO BAKANA	0167/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
RIKELMY T2	0168/2025	RIKELMY TAVARES ALENCAR	54.467.389/0001-09
CORDEL DO FOGO ENCANTADO	0169/2025	FOGO ENCANTADO INICIATIVAS CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA	29.321.117/0001-59
RODRIGO RAPOSO	0170/2025	GRAVIOLA PRODUÇÕES	35.365.538/0001-84
BANDA SOM DO AMOR	0172/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61,
BIG BAND A NORDESTINA	0173/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61,
FABINHO EXPRESSAMBA	0174/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61,
COCO DO PNEU	0175/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
CYBELLE DO CAVACO	0176/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
MILTON RAULINO	0177/2025	34.380.483 MILTON RAULINO DE SOUZA NETO	34.380.483/0001-19
JUNIOR & BANDA CANIBAL	0178/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
AFOXÉ OYÁ GUERÊ	0180/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
BANDA ARRECIFES	0181/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
O BONDE BLOCO CARNAVALESCO LÍRICO	0182/2025	O BONDE BLOCO CARNAVALESCO LIRICO	07.681.665/0001-57
DJ SPIDER LUNA	0183/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
CLEYTON MORENO	0184/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
ANGELA MORENITA	0185/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
PORTOZERO	0186/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78

BANDA 2SENTIDOS	0187/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BANDA FREVO S.A	0188/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
AFOXÉ OYÁ GUERÊ	0189/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
VICTOR LEÃO CANTOR	0190/2025	SOUZA LEÃO PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA ME	23.909.008/0001-70
APAIXONADO DO FORRÓ	0191/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
JEFFERSON SANTA ROSA	0192/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
EDUARDO MORENO	0193/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
ZINHO E PAULINA	0196/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
ORQUESTRA MESTRE CELIO	0197/2025	49.255.016 CELIO ROBERTO MARTIR RAMOS	49.255.016/0001-34
BANDA FORRO SEM FRONTEIRAS	0198/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES	14.027.275/0001-23

		PRODUÇÕES)	
ORQUESTRA ARRECIFES FREVO	0199/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
LUIZA KETILYN	0200/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
AS COMANDANTES	0201/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
DJ 440 (TERÇA DO VINIL)	0203/2025	55.339.529 JUNIANI MARZANI GONCALVES	55.339.529/0001-26
VANNESSA PORTO	0204/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
NATÁRIO	0205/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
MC MENOR	0206/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
ORQUESTRA METROPOLITAN	0208/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
ELAS CANTAM GONZAGA	0209/2025	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES EM DIREITOS HUMANOS – A - COLHER	07.817.329/0001-99
MALOU MARINHO	0210/2025	ALBÉRICO JOSÉ DA SILVA 54732492487	36.634.213/0001-12
BLOCO DA SAUDADE	0211/2025	BLOCO CARNAVALESCO MISTO SAUDADE	41.065.375/0001-50
OTTO	0213/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA,	30984565000111
MARIA CARMEM	0214/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
BANDA DELIKADA	0215/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
JEFFERSOM GÃO	0216/2025	42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES	42139384000178
PURA PAIXÃO	0217/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
GINO LIVER	0218/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
TRIO FORRÓ ARRECIFES	0219/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
BANDA CONQUISTA	0220/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
TRIO PÉ DE SERRA CANDINHEIRO	0221/2025	ATIVA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA	13081945000127
TRIO TARECO E MARIOLA	0222/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
VAI D3	0223/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
MC BARÃO	0224/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
GONZAGA LEAL	0225/2025	PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80

RECORDASAMBA	0226/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
FOGO DO AMOR	0227/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
BANDA PINGUIM	0228/2025	ITAMARACÁ PRODUÇÕES LTDA	69935237000160
NIEL BASTOS E BANDA	0229/2025	FREITAS PRODUCOES LTDA	9032427000146
AFOXÉ YAMIN BALÉ GILÊ	0230/2025	UNIÃO DOS AFOXÊS DE PERNAMBUCO,	09.032.427/0001-46,
AFOXÉ ALAFIN OYÓ- 2ª ENTRADA	0231/2025	UNIÃO DOS AFOXÊS DE PERNAMBUCO,	09.032.427/0001-46,
AFOXÉ OMO OBÁ DÊ	0232/2025	UNIÃO DOS AFOXÊS DE PERNAMBUCO,	09.032.427/0001-46,
NIEL BASTOS E BANDA 2° ENTRADA	0233/2025	FREITAS PRODUCOES LTDA	623115860001-62
PAULLA BADU	0234/2025	DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA PRODUCOES - BACO PRODUÇÕES CULTURAIS,	34.330.072/0001-19,
BANDA GAROTA ASSANHADA	0235/2025	PAULO ANTONIO DOS SANTOS ALVES PRODUCAO	38.143.209/0001-87,
BANDA VIBE MASSA	0236/2025	FREITAS PRODUCOES LTDA	623115860001-62
ANNY LOVE A GAROTA ASSANHADA	0237/2025	ARTHUR W P DOS SANTOS PRODUÇÃO	58.048.819/0001-09
CASADINHA DO SUCEDSSO	0238/2025	RAQUEL MELO PRODUCOES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
BANDA E ORQUESTRA NARA	0239/2025	RAQUEL MELO PRODUCOES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-66
MEG MONTEIRO	0240/2025	RAQUEL MELO PRODUCOES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-66
FERNANDEZ	0241/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22599895000165
ARI DE ARIMATÉA	0242/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22599895000165
ALLISON MARX	0244/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22599895000165
NESCAU & BIANCA MEL E BANDA TBT	0245/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22599895000165
DAY	0247/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22599895000165
ISAAC SETE CORDAS	0248/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22599895000165
LIA DI CARVALHO	0243/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22599895000165
CABOCLO MESTIÇO	0246/2025	21.844.853 HAMILTON DA SILVA TENORIO	21.844.853/0001-80
EDILZA AIRES	0249/2025	EDILZA A DOS SANTOS,	13.268.185/0001-61
A COCADA	0250/2025	ASSOCIACAO CULTURAL E MUSICAL A COCADA	09.541.416/0001-91
MESTRE BETO	0251/2025	ASSOCIACAO CULTURAL E MUSICAL A COCADA	09.541.416/0001-91
A COCADINHA0	0252/2025	ASSOCIACAO CULTURAL E MUSICAL A COCADA	09.541.416/0001-91
FORRO DA BANDOLEIRA	0253/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
TRIO NOSTALGIA DO FORRÓ	0254/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
GUABIRABA FREVO ORQUESTRA	0255/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
ENCONTRO DOS BONECOS GIGANTES DE OLINDA	0256/2025	TROÇA CARNAVLESCA MISTA A NORDESTINA	40.816.845/0001-74
DESFILE OFICIAL DO CARNAVAL DO BONECO GIGANTE DE OLINDA JOHN TRAVOLTA	0257/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA JOHN TRAVOLTA	40.813.859/0001-84
ORQUESTRA POPULAR DO RECIFE E MAESTRO ADEMIR ARAÚJO	0258/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/001-51
BELO XIS	0259/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
CARLINHOS MONTE VERDE	0260/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
WELLINGTON DO PANDEIRO	0261/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
BATERIA TOAÊ	0262/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48987414000182
BANDA D'ZUEIRA	0263/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48987414000182
ORQUESTRA MONETTE	0264/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
CILA DO COCO	0265/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19

ORQUESTRA PLURAL	0266/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
ORQUESTRA BRASILEIRA DO RECIFE(PALCO)	0267/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
ORQUESTRA TEMPESTADE	0268/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
TRIO PÉ DE SERRA É COM VOCÊ QUE EU VOU	0269/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
TRIO PÉ DE SERRA BEBERIBE	0270/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
TRIO MOINHO D'ÁGUA	0271/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	4797740000151
BANDA SERENA	0272/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48987414000182
BANDA FORRÓ 7	0273/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48987414000182
BANDA Q BREGA	0274/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48987414000182
BANDA RAIO X	0275/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48987414000182
KLARICE PRADO	0276/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48987414000182
SHOW THAÍDE - CORPO FECHADO, MENTE ABERTA	0277/2025	ENGRENAGEM URBANA LTDA,	17646760000173
LUCIANA BRANDYS	0278/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA,	43.119.757/0001-01
BLOCO URSO MALUCO BELEZA	0279/2025	JOSÉ SÉRGIO LUIZ BEZERRA	28.986.894/0001-50

ALEX PERNAMBUCO	0281/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
CARLA ALVES	0282/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
BANDA ACESSO	0284/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
BANDA BREGA.COM	0285/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA,	43.119.757/0001-01
BIA MARINHO	0286/2025	MARIA BEATRIZ MARINHO PATRIOTA DO NASCIMENTO – 45328641434	31.275.958/0001-19
NININHA DO COCO	0287/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
JUNINHO DO COCO	0288/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
EXCESSO DE BAGAGEM	0289/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
COCO DA RESISTÊNCIA	0290/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
COCO DE TORÉ PANDEIRO DO MESTRE	0291/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
GERVÁSIO DO COCO	0292/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
CIRANDA DO AMARO BRANCO	0293/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
BANDA MAGNATAS ELÉTRICO	0294/2025	ITAMARACÁ PRODUÇÕES LTDA	69.935.237/0001-60
ANDERSON MIGUEL E A CIRANDA RAIZ DA MATA NORTE	0295/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
MÁRCIO RASTAMAN	0296/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
BANDA É FARRA	0297/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11470807/0001-04
MARACATU DE BAQUE VIRADO NAÇÃO DE LUANDA	0298/2025	MARACATU DE BAQUE VIRADO NACAO DE LUANDA	02.965.506/0001-60
AFOXÉ FILHOS DE AYRÁ	0299/2025	53.292.133 CLEIBE LUIZ LEANDRO	53.292.133/0001-45
ANDRE E FORRÓ DOS ERRADOS	0300/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
ORQUESTRA BEBERIBE	0301/2025	PRISCILA MARIA DA SILVA 09156080492	18.426.269/0001-08
LAIS SENNA	0302/2025	MAQUINA DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	18.597.343/0001-40
LIRINHA	0303/2025	MAQUINA DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	18.597.343/0001-40
BANDA CAÇUÁ DE MANGAI	0304/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11470807/0001-04
MATHEUS DE BEZERRA	0305/2025	MAQUINA DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	18.597.343/0001-40

SEXTO SERENO	0306/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
CHICO VAQUEIRO	0307/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11470807/0001-04
ZECA CIRANDEIRO	0308/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
AFOXÉ AFEFÉ LAGBARÁ	0309/2025	NEGRAS SÃO PRODUÇÕES LTDA	53.816.485/0001-52
RODRIGO ALVES	0310/2025	18.897.139 DANIEL RODRIGO ALVES SILVA	18.897.139/0001-45
SEMENTE DE MARACÁ	0311/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
EDUARDO VELOSO E BANDA	0312/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
COCO DE PRAIA	0314/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
ORQUESTRA DE FREVO ZEZÉ CORRÊA	0315/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
BURRA TRADIÇÃO	0316/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
NENA QUEIROGA	0317/2025	SAME PROMOÇÕES E FOMENTO LTDA	11.716.848/0001-38
CIA DE DANÇA NORDESTE VIVO	0318/2025	L H DE C COSTA PRODUCOES E EVENTOS	60.339.848/0001-71
COCO DO MESTRE JUAREZ	0319/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
GRUPO INDÍGENA FULNI-Ô FLISHIMAYA	0320/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
ESCOLA DE CAPOEIRA ANGOLA IFÉ	0321/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
TIGER RAPPER E DJ	0322/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
GRUPO INDÍGENA FETXHA E MESTRE MATINHO	0323/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
COCO DE ENGENHO	0324/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
CASCABULHO	0325/2025	OROSKA PRODUCOES LTDA	57.205.315/0001-92
BANDA DE PÍAFANO FULNI-Ô	0326/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
GILMAR LEITE	0327/2025	SOCIAL:GILMAR LEITE DE ARAUJO PRODUCOES - ME	22.930.332/0001-08
BANDA MAGIA DO BREGA	0328/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BANDA BREGUETUDES	0329/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BAIÃO DE BARRO	0330/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
CIRCO GODOT	0331/2025	57.166.692 JUAN EDUARDO SAUCEDO ISAZA	57.166.692/0001-60
BONSUCESSO SAMBA CLUBE	0332/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA	57.205.315/0001-92
BBZÃO	0334/2025	C R S PRODUCOES E EVENTOS LTDA	48.687.085/0001-54
EMANUEL PONTUAL	0335/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
CLAUDIA LAUTERER	0336/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
ALIADOS CP	0338/2025	42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES - J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78,
DIVA DO BREGA	0339/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
DINAH SANTOS	0340/2025	ANTONIO CARLOS FARIAS FERRAZ	39.507.950/0001-42
JUNIOR IVO	0341/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
MARILIA MARQUES	0342/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42

SERGYNHO PIMENTA	0343/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
GAROTA NACIONAL	0344/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
BANDA BATEU A QUIMICA	0345/2025	PAULO ANTONIO DOS SANTOS ALVES PRODUCAO	38.143.209/0001-87
NEGA DO BABADO	0346/2025	TRAKEJO PRODUCAO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01,
BANDA FAZ A FARRA	0347/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
ORQUESTRA INDEPENDENTE	0348/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
KELVIS DURAN	0349/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
SKA MARIA PASTORA	0350/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA,	57.205.315/0001-92
BANDA OS PARALELOS	0351/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
CLAUDIO RABECA	0352/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA,	57.205.315/0001-92
PABLITTO	0353/2025	PABLO AGNELO DE MESQUITA PINTO	19.697.315/0001-68
BANDA XOTE 10	0354/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
GEO SALU	0355/2025	GB LEITE PRODUÇÕES	22930332000108
MIGUEL PANDEIRADA	0356/2025	MIGUEL ADELIO MARINHO PATRIOTA DO NASCIMENTO 07851929482	46.089.003/0001-44
COCO DE UMBIGADA	0357/2025	CENTRO CULTURAL COCO DE UMBIGADA	08.616.844/0001-73
YAGO SANTANA	0358/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
AFOXÉ BABÁ ORIXALÁ FUNFUN	0359/2025	CENTRO CULTURAL COCO DE UMBIGADA	08.616.844/0001-73
BÁRBARA LUNA	0360/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
AFOXÉ FILHOS DE XANGÔ	0361/2025	UNIÃO DOS AFOXÉS DE PERNAMBUCO,	09.032.427/0001-46,
BURRA UNIÃO	0362/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
BANDA VIRUZ	0363/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA,	19.939.528/0001-59
ROMULO SANTA RAY	0364/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
ORQUESTRA BEBERIBE - PALCO	0365/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
OVELHA NEGRA	0366/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
CAÇULINHA E BANDA RWC	0367/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
MOLEJO	0368/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42

ORQUESTRA ROCKFONICA DE FREVO - PALCO	0369/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
GUI MENEZES	0370/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
CEZAR PAREDÃO	0371/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
CARRANZA	0372/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
PRISCILA E SUA ORQUESTRA	0373/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
ERNANDINHO VAQUEIRO	0374/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
CIRANDA DOS CANGAÇEIROS	0375/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
FORRÓ NEON	0376/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
DENI SHOW	0377/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
SEM RAZÃO	0378/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42

ITALO PAY E A ZABUMBA MUNDI	0379/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
LÉO OLLIVER	0380/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
PERNAMBUCO SAMBA SHOW	0381/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
ORLANDO & CIA	0382/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
SOL NORDESTINO	0383/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
TÁ NA FARRA	0384/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
SANDRO BOLADÃO	0385/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
SANDY CHAMEGO A MIL	0386/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
STYLLO KENTE	0387/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
MÔNICA MARIA	0388/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
LÉO DA BODEGA	0389/2025	L AGUIAR DA SILVA PRODUCAO E EVENTOS LTDA,	44.678.268/0001-52
MARCIO AYALLA	0390/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
PATUSCO	0391/2025	GRUPO ANÁRQUICO MÍSTICO CARNAVALESCO PATUSCO	40.816.902/0001-15
BANDA PLUGINS	0392/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
RICO MELL	0393/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
TONY NETTO	0394/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
NK CUMBIA	0395/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582.000180
TRIO FORRÓ DA SERRA	0396/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
EDUARDO ROSSI	0397/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582.000180
APOLLO FREVO ORQUESTRA	0398/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
MURILO FRANÇA DJ	0399/2025	R C DA SILVA NEGOCIOS E SERVICOS	47.631.457/0001-68
PERFORMANCE FREVO ORQUESTRA	0400/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
BANDA CHAMA DO BREGA	0401/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
NATASCHA FALCÃO	0402/2025	CAJA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	10.673.790/0001-20
APOLLO FREVO ORQUESTRA	0403/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
BANDA THE ROSSI	0404/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
COCO DO AMARO BRANCO	0405/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
REGGAE PELO REGGAE SOUNDS	0406/2025	LUIZ GUILHERME MATOS COSTA DOS SANTOS	24.820.646/001-83
VIOLA LUZ	0407/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
WASHINGTON PAZ	0408/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
FORRÓ DA VAQUERAMA	0409/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/001-65
GRUPO BONGAR	0410/2025	CENTRO DE ARTE E CULTURA GRUPO BONGAR – GUITINHO DA XAMBÁ	10.392.473/00001-35
DUNAS DO BARATO	0411/2025	OROSKA PRODUCOES LTDA	57.205.315/0001-92
COCO DAS ARTES	0413/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
LAVÍNIA	0414/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA	30.984.565/0001-11,

TROÇA CARNAVALESCA DONZELINHOS DOS MILAGRES	0415/2025	30883476 MIGUEL ANGELO RAMOS	30883476000189
ALVORADA	0417/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
IMPÉRIO FREVO ORQUESTRA (PALCO)	0418/2025	C R S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA,	48.687.085/0001-54,
FILHAS DE BARACHO	0419/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
TAMBORES DE OGUN	0420/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-42
FARRA BOA	0421/2025	C R S PRODUCOES E EVENTOS LTDA	48.687.085/0001-54
LEGIÃO URBANA COVER RECIFE	0422/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES - 42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES	42139384000178
ANDREZZA FORMIGA	0423/2025	AR2 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20470793000110
D'BRECK	0425/2025	GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA D'BRECK	05.835.885/001-62
ESKROTA	0426/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
ROBERTO CRUZ	0427/2025	AR2 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20470793000110
DEVOTOS	0428/2025	M DE S SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL - ME	13.063.459/0001-86
TRIO PÉ DE SERRA ARAÇÁ	0429/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
MC AFALA	0430/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
ORQUESTRA POLIVALENTE	0431/2025	ASSOCIAÇÃO PRO-CIDADANIA	69.930.345/0001-40
TRIO NANDO DO ACORDEON	0432/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
VITIN DO ACORDEON	0433/2025	AR2 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20470793000110
BANDA PISA NO ESPINHO	0434/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
BANDA ETNIA	0435/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
CLAYTON BARROS	0436/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
PAULO NETTO	0437/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
BAYSIDE KINGS	0439/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
BANDA FICADA	0440/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
MARINHO DO RECIFE E BANDA	0441/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
TRIBO DE JAH	0443/2025	JAH SYSTEM	47.150.870/0001-34
RAMOS SILVA	0444/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
MARACATU CARNAVALESCO MISTO LEÃO COROADO	0445/2025	MARACATU CARNAVALESCO MISTO LEÃO COROADO	09.789.314/0001-90
LUIZINHO DE SERRA	0446/2025	PRIME BRASIL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	09.448.282/0001-69
GRIYO BANDA	0447/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	04.797.740/0001-51
CAFÉ PRETO	0448/2025	M DE S SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL - ME	13.063.459/0001-86
BLOCO EU QUERO MAIS	0449/2025	CORAL CARNAVALESCO EU QUERO MAIS – BLOCO EU QUERO MAIS	73.998.726/0001-39
MARACATU PIABA DE OURO	0450/2025	MARACATU PIABA DE OURO	24.135.253/0001-30
BANDA SUPREMA CORTE	0451/2025	SC PRODUÇÕES E EVENTOS	17.916.751/0001-55
MARACATU VÁRZEA DO CAPIBARIBE	0452/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
AFOXÉ ARA ODÉ	0453/2025	SC PRODUÇÕES E EVENTOS	17.916.751/0001-55
MARACATU NAÇÃO ESTRELA DE OLINDA	0454/2025	AGREMIAÇÃO CARNAVALESCA MARACATU NAÇÃO ESTRELA DE OLINDA	08.644.688/0001-54
LODO GROOVE	0455/2025	SC PRODUÇÕES E EVENTOS	17.916.751/0001-55

VINÍCIUS BARROS	0456/2025	LA ESENCIA EXPERIENCIAS CULTURAIS LTDA. ME	18.646.866/0001-30
DIEGO CABRAL	0458/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
IARA GOMES	0459/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
JORGE SILVA	0460/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
JOTA MICHILIS	0461/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
A BANDINHA	0462/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
LIV MORAES	0463/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
BANDA LOS CUBANOS	0464/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
RACINE NETO	0465/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
BANDA N'ZAMBI	0466/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
RUY ARAÚJO	0467/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
PASTORIL PROFANO DA VELHA BUCHECHA	0469/2025	L H DE C COSTA PRODUCOES E EVENTOS	60.339.848/0001-71
MARQUINHOS SHOW	0470/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
PASTORIL PROFANO MISTO DO VELHO TABICA	0471/2025	L H DE C COSTA PRODUCOES E EVENTOS	60.339.848/0001-71
TONHO E TONHA	0472/2025	L H DE C COSTA PRODUCOES E EVENTOS	60.339.848/0001-71
JUNIO BARRETO	0474/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA	30.984.565/0001-11
AFOXÉ YLÊ XAMBÁ	0475/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CIEL	0476/2025	CIEL SANTOS PRODUÇÕES LTDA	22.094.523/0001-87
RAPHA COSTA	0478/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
CLUBE CARNAVALESCO VASSOURINHAS DE OLINDA	0479/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
3 SEM FREIO	0480/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
ORQUESTRA HENRIQUE DIAS	0481/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
RED MOSKITO	0483/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
ORQUESTRA DO MAESTRO CARLOS	0484/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
NUNO ALLVES	0485/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
BLOCO LÍRICO SERESTEIROS DE SALGADINHOS	0486/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
PRISCILA SILVA	0487/2025	T. M. PRODUÇÕES ARTÍSTICAS - ME	41.256.317/0001-70
THE LIVERY'S	0488/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
TAGORE	0489/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
BLOCO LÍRICO FLOR DA LIRA DE OLINDA	0490/2025	JADION HELENA SANTOS PRODUÇÕES ME	14.915.628/0001-21
TCM MENINO DA TARDE	0491/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90,
TRIBUTO A LUIZ GONZAGA (CANTIGAS DO SOL)	0492/2025	L H DE C COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS,	60.339.848/0001-71
MESTRA CÉLIA DO COCO	0493/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
GRAZI ALMEIDA	0494/2025	T. M. PRODUÇÕES ARTÍSTICAS - ME	41.256.317/0001-70
FORRÓ PERCUTRÔNICO	0495/2025	SF PODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52111400000178

PACUA E VIA SAT	0496/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
MC TOCHA	0497/2025	T. M. PRODUÇÕES ARTÍSTICAS - ME	41.256.317/0001-70
GRUPO AFRO LEÕES NEGROS	0498/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS,DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA PRODUCOES	34.330.072/0001-19
PACUA E VIA SAT	0499/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
COCO DOS GUARÁS	0500/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
AVE SANGRIA	0501/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
MESTRE PARAÍZO DO COCO	0502/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
GABI DO CARMO	0503/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS,DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA PRODUCOES	34.330.072/0001-19
GRUPO DE COCO RAÍZES DE MÃE BIU	0504/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
ANDREIA LUIZA	0505/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES,	34.085.956/0001-55
AS MARI'S DO SAMBA	0506/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES,	34.085.956/0001-55
BANDA LEVA	0507/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES,	34.085.956/0001-55
MARACATU NAÇÃO MARACAMBUCO	0509/2025	MARACAMBUCO FÃ CLUBE BATUQUE DA NAÇÃO	01.949.530/0001-43
IRAH CALDEIRA	0510/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
BANDA ROSSI ORIGINAL	0511/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
ORQUESTRA DE ZUZA MIRANDA E THAIS	0512/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
QUADRILHA JUNINA CORAÇÃO MIRIM	0513/2025	57.684.114 ALLYSSON CESAR ANACLETO DE OLIVEIRA - ME	57.684.114/0001-15
CEZZINHA	0514/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
SIBILA - O MISTÉRIO DAS COISAS	0515/2025	57.166.692 JUAN EDUARDO SAUCEDO ISAZA	57.166.692/0001-60
VALDINHO PAES	0516/2025	EUDES DA SILVA PEREIRA FILHO PRODUÇÃO MUSICAL (SEU JOÃO EVENTOS)	26.746.227/0001-74
LENO SIMPATIA	0517/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
ORQUESTRA ZEN	0518/2025	DANIEL GOMES DE ATAIDE	24.744.648/0001-30
LUCIANO FERRAZ	0519/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	0520/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
FORRO ZEM	0521/2025	DANIEL GOMES DE ATAIDE	24.744.648/0001-30
SIBILA, O MISTÉRIO DAS COISAS	0522/2025	57.166.692 JUAN EDUARDO SAUCEDO ISAZA	57.166.692/0001-60
CAPIM SANTO	0524/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
MESTRE GENNARO	0525/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
BANDA SWINGNOVO	0526/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
ORQUESTRA ACORDA GENTE	0527/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
ORQUESTRA DE FREVO ARRASTA PÉ	0528/2025	PAULO SANTOS DO NASCIMENTO	18.296.191/0001-46

AUGUSTO SILVA & FREVO NOVO	0530/2025	20.744.502 AUGUSTO CESAR DA SILVA	20.744.502/0001-34
CAROÇO DE MANGA	0531/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
FILIPE TOCA	0532/2025	CACHOEIRA MUSIC PRODUÇÕES LTDA	05.343.664/0001-45
MARACATU NAÇÃO TIGRE	0533/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MARACATU NAÇÃO TIGRE	11.104.182/0001-67
TROÇA CARNAVALESCA PITOMBEIRA DOS 4 CANTOS	0534/2025	PITOMBEIRA DOS QUATRO CANTOS	11.163.946/0001-95
ROMERO FERRO	0535/2025	R B CAVALCANTI NETO PRODUÇÕES	31.541.573/0001-56

ORQUESTRA DO BAOBÁ	0536/2025	FABIANO SANTOS DA SILVA	25.317.473/0001-48
BARRO	0537/2025	LA ESENCIA EXPERIÊNCIAS CULTURAIS LTDA-ME	18.646.866/0001-30
ANDRÉ RAIZEIRO	0538/2025	SF PODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78
MARACATU NAÇÃO CAMALEÃO	0539/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
JULIÃO E O FORRÓ DO SUCO ELÉTRICO	0541/2025	L&M EVENTOS E PRODUÇÕES	01.712.846/0001-17
QUINTAL DO MUNDO	0542/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
TROÇA CARNAVALESCA CAVALO BRANCO	0544/2025	23474010 TERESINHA LOURENÇO DA SILVA,	23.474.010/0001-64
GERLANE LOPS	0545/2025	GL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS BRASIL LTDA	17.176.559/0001-70
RIVA LE BOSS	0546/2025	SEMEANDO ARTES PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	47.538.672/0001-19
GRUPO SAMBSTAR	0547/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78
DONA DEL DO COCO E CIRANDA	0548/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
UNA DO COCO	0549/2025	17.854.847 ELAINE CONCEICAO GOMES DA SILVA	17.854.847/0001-36
BARBARIZE	0550/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA,	44.462.409/0001-03
CLUBE CARNAVALESCO A BURRA DO ROSÁRIO	0551/2025	CLUBE CARNAVALESCO A BURRA DO ROSARIO	00.312.313/0001-85
COCO DA LIBERDADE	0552/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
BIA VILLA CHAN	0553/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA,	13.444.210/0001-10
DIABLO ANGEL	0554/2025	SEMEANDO ARTES PRODUCOES DE EVENTOS LTDA	47.538.672/0001-19
CIRANDA COBIÇADA DO MESTRE WALTER	0555/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
MAURINHO	0556/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA,	13.444.210/0001-10
ORQUESTRA FREVYBE (PALCO)	0557/2025	FURACÃO PROMOÇÕES	61.330.740/0001-80
CIA DE DANÇAS PASSOS DA LADEIRA DE OLINDA	0558/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
GRUPO PURAÊ	0559/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
ESCALETADO	0560/2025	57.564.894 ICARO GABRIEL ANES DA GAMA	57.564.894/0001-60
GUEGUE MELODIA	0561/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
BOI BABÃO	0562/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
BANDA RABO DA GATA	0563/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
ORQUESTRA 100% MULHER (PALCO)	0564/2025	W CUNHA DA SILVA & CIA LTDA	14.363.822/0001-41,
É DE DENDÊ	0565/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
PEGADA PRIME	0567/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS (PALCO)	0568/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61,
JOSILDO SA	0569/2025	SAMBA DE LATADA PRODUÇÕES,	10.831.577/0001-07
SAMBA SOUL DELAS	0570/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97

ORQUSTRA DO AXÉ(PALCO)	0571/2025	PAULO SERGIO RENNE GOMES SILVA 00991952405 / SC PRODUÇÕES E EVENTOS	17.916.751/0001-55
GRUPO DE DANÇA EM MOVIMENTO	0572/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
ORQUESTRA ARRASTA PÉ	0573/2025	ESCOLA PROFISSIONALLZANTE VILLA LOBOS	18.296.191/0001-46
BANDA BREGUEÇO	0574/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
BANDA MARACATUDO PERCUSSÃO PESADA	0575/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
BANDA AMARULA	0576/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
GAEL VILA NOVA	0577/2025	45933193 GABRIEL GOMES VILA NOVA	45.933.193/0001-71
EDU ALVES	0578/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
TAUA CORDEL	0579/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
TRIBO DE ÍNDIO TUPINAMBÁ	0580/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
JEFFERSON MOURA	0581/2025	JUBA PRODUÇÕES	28.575.679/0001-66
CONJUNTO MARAVILHA	0582/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
MAESTRO ISRAEL DE FRANÇA	0583/2025	JUBA PRODUÇÕES	28.575.679/0001-66
MACUMBIA	0584/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
EUCLIDES ANDRADE BARROS NETO (KID ANDROID)	0585/2025	47.355.707 ROUSEANE PEREIRA ALVES	47.355.707/0001-84
MALICIA CHAMPION	0586/2025	52.544.197 MARIO DANIEL DE BARROS DA SILVA GOMES JUNIOR	52.544.197/0001-23
BARTHEL	0587/2025	LUIZ FERNANDO BARTHEL VELLOSO	58.985.064/0001-79
BARTHEL	0587/2025	58.985.064 LUIZ FERNANDO BARTHEL VELLOSO	58.985.064/0001-79
FITTI	0588/2025	LUIZA FITTIPALDI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	25.340.028/0001-07
SOFIA FREIRE	0589/2025	PEDRA ONZE LTDA	13.934275/0001-44,
BANDA BRUCELOSE	0590/2025	BRUCELOSE PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	01.764.160/0001-70
GANGA BARRETO	0591/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
ALMÉRIO	0592/2025	ATOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	03.290.395/0001-00
MARTINS	0593/2025	ATOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	03.290.395/0001-00
SOB EFEITO Q66	0594/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
MALAKOFF	0595/2025	LUIZ FERNANDO BARTHEL VELLOSO	58.985.064/0001-79
ORQUESTRA MARACAFREVO (ITINERANTE)	0597/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
ANDRÉ VIANA	0598/2025	MEGA MIDIA EMPREENDIMENTOS LTDA	54.043.803/0001-52
BATUKETU	0599/2025	GUILHERME REGIS GONZAGA 42.329.147/0001-70	42.329.147/0001-70
ORQUESTRA ARA FREVO	0600/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21,
BANDA LABAREDAS	0601/2025	DESTAK SERVICOS E PROMOCOES ARTISTICAS LTDA	43.453.655/0001-28
JONATAS ONOFRE E NANDO ZÉ (DUO) - OLHO D'ÁGUA	0602/2025	JONATAS ONOFRE TEIXEIRA JUNIOR	45.779.829/0001-72
ORQUESTRA SONORA	0603/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME,	19.298.036/0001-21,
COCO DOS PRETOS	0604/2025	CENTRO CULTURAL CAMBINDA ESTRELA	08.798.225/0001-47

PALOMA ALVES	0605/2025	MEGA MIDIA EMPREENDIMENTOS LTDA	54.043.803/0001-52
GRUPO MARACAFREVO	0606/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
EDUARDO CARLOS DA SILVA	0607/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
GUSTAVO DA LUA	0608/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
BANDA METADE	0609/2025	DESTAK SERVIÇOS E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.453.655/0001-28
ANDRÉ VIANA	0610/2025	MEGA MIDIA EMPREENDIMENTOS LTDA	54.043.803/0001-52
MOMBOJÓ	0611/2025	APEPUPONGA EDUCACIONAL LTDA	48.041.135/0001-21
BANDA DEBORA FORTUNATO	0612/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
MARACATU NAÇÃO CAMBINDA ESTRELA	0613/2025	CENTRO CULTURAL CAMBINDA ESTRELA	08.798.225/0001-47
SAMBA DECENTE	0614/2025	ASSOCIACAO CULTURAL DE GOIANA - ACG	11.470.807/0001-04
MESA DE SAMBA	0615/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
SURRA	0616/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
ORQUESTRA DO MAESTRO OSÉAS LEÃO	0617/2025	OZEAS LEAO DE SOUZA 27288358453	27.114.573/0001-00
AFOXÉ OMOLU PA KÉRÙ AWO	0619/2025	CENTRO CULTURAL CAMBINDA ESTRELA	08.798.225/0001-47
KELLY ROSA	0620/2025	KELY C DA ROSA ESPINDOLA	20.630.974/0001-66
BANDA OZZ CUECAS	0621/2025	TRAKEJO PRODUCAO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
BANDA KEBRAEW	0622/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVICOS EPP	14.027.275/0001-23
SANTROPPÊ	0623/2025	3L PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	55.910.630/0001-96

LOIRÃO	0625/2025	FORROZAO DO LOIRAO LTDA	20.430.668/0001-86
TRIO ZOI DE GATO	0626/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVICOS EPP	14.027.275/0001-23
ORQUESTRA MARACAFREVO (ITINERANTE)	0627/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME,	19.298.036/0001-21,
CIA ACAUÃ DE DANÇA	0628/2025	CENTRO CULTURAL E CIDADANIA ARTE HUMANA MACASSAR	43.811.186/0001-71
DOSE	0629/2025	58.985.064 LUIZ FERNANDO BARTHEL VELLOSO	58.985.064/0001-79
GUSTAVO TRAVASSOS	0630/2025	AMUZZE ASSESSORIA E PRODUCOES DE EVENTOS LTDA	59.864.513/0001-93
VAGI ROSSI	0631/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
BATUCADA ATÔMICA	0632/2025	PARA-RHAIO PRODUÇÕES	47.585.662/0001-34
LUCA DE MELO	0633/2025	JB PRODUTORA LTDA	51.034.132/0001-75
MESTRA ANA LÚCIA	0634/2024	QUILOMBO CULTURAL CASA COLETIVO	17.854.847/0001-36
SERGINHO DE OLINDA	0635/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
NELSON BREDERODE	0636/2025	PAREIA CULTURAL PRODUÇÕES CRIATIVAS LTDA	35.197.010/0001-43
KAIO MACHADO	0637/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
ORQUESTRA MARACAMINAS (ITINERANTE)	0638/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
DEL REY	0641/2025	PEDRA ONZE LTDA	13.934.275/0001-44
SERGINHO E BANDA SIMBORA	0642/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
GRUPO AKODA OJISELORUN	0643/2025	LONAN - PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS LTDA	46.181.195/0001-14

KARINA BUHR	0644/2025	MAQUINA DISCOS E PRODUÇÕES ARTISTICAS	18.597.343/0001-40
ORQUESTRA MARACAFREVO (PALCO)	0645/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
TROÇA CABO GATO EM FOLIA	0646/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
CAVALO MARINHO ESTRELA DE OURO	0647/2025	CAVALO MARINHO ESTRELA DE OURO	08.491.745.0001-02
CHINA INA	0648/2025	PEDRA ONZE LTDA	13.934.275/0001-44
NONO GERMANO	0649/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.95/00001-42
ORQUESTRA MARACAMINAS (PALCO)	0650/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
FLAIRA FERRO	0651/2025	FLAIRA FERNANDA CARDOSO FERRO08152485470 (SINA PRODUCOES ARTISTICAS)	30.211.857/0001-11
DEBORA FORTUNATO	0653/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
BANDA EXTASY	0654/2025	A TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA ME	43.119.757/0001-01
MINI JÓIA	0656/2025	EMPRESA PEDRA ONZE LTDA	13.934.275/0001-44
SERGINHO NASCIMENTO	0658/2025	GLAUCO ANTONIO NEVES MENEZES	11.470.807/0001-04
MARACATU LEÃO DE OURO	0657/2025	MARACATU LEÃO DE OURO	12.813.127/0001-09
BATERIA CABULOSA	0659/2025	BATERIA CABULOSA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	19.570.020/0001-26
CARLA RIO	0660/2025	CARLA RIO L M DE MELO	34.713.216/0001-16
TALITA GOMES	0661/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01
CHAMA DE GRIÔ: CORAGEM DE SER QUEM SE É	0662/2025	MAITE SANTOS DE LIMA	59.952.849/0001-08
AFOXÉ OYÁ ALAXÉ	0663/2025	AFOXÉ OYÁ ALAXÉ	52.352.021/0001-70
ALBINO BARU	0664/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
BATERIA AUÊ	0665/2025	W2 PROMOÇÕES, SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA	34.163.880/0001-39
BANDA SHAKSPEARE	0668/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
MARTINA	0669/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BREGGAE	0670/2025	WANDERSON LUIZ BATISTA DE LIMA 08658947440	36.203.247/0001-52
IZABEL BENNING	0671/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01
QUADRILHA JUNINA CORAÇÃO MIRIM	0672/2025	ALLYSSON CESAR ANACLETO DE OLIVEIRA - ME	57.684.114/0001-15
MÁRCIO OLIVEIRA	0673/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA	43.214.400/0001-02
GRUPO XAMBA DAS YABÁS	0674/2025	CENTRO DE ARTE E CULTURA GRUPO BONGAR (CAC – GB)	10.392.473/0001-35
GRUPO PIRÃO BATEU DA XAMBÁ	0675/2025	CENTRO DE ARTE E CULTURA GRUPO BONGAR (CAC – GB)	10.392.473/0001-35
TONFIL	0676/2025	9.932.492 ANTONIO JOSÉ DE LIMA FILHO	39.932.492/0001-99
ORQUESTRA ASA BRANCA	0678/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESORIA LTDA	43.119.757/0001-01
BANDA MASCATES	0679/2025	JB PRODUTORA LTDA	51.034.132/0001-75
BANDA TOA TOA	0682/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESORIA LTDA	43.119.757/0001-01,
MARACATU DE BAQUE SOLTO GALO DOURADO	0683/2025	MARACATU DE BAQUE SOLTO GALO DOURADO	35.655.580/0001-30
LADY FALCÃO	0684/2025	W2 PROMOÇÕES, SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA	34.163.880/0001-39

SUDA SHOW	0685/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
DAN SANTTOS	0686/2025	W2 PROMOÇÕES, SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA	34.163.880/0001-39
ORQUESTRA ASA BRANCA(PALCO)	0687/2025	PUDIM PRODUÇÕES LTDA	34.764.778/0001-99
BANDA INOVE	0688/2025	PONTES PRODUCOES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
BANDA TENTAÇÃO	0689/2025	PONTES PRODUCOES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
O BIRITA DE OLINDA	0690/2025	CENTRO CULTURAL O BIRITA DE OLINDA	58.096.401/0001-77
BANDA CARTA VIRADA	0691/2025	PONTES PRODUCOES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
BANDA KY PEGADA	0693/2025	PONTES PRODUCOES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
O REI DO CABARÉ	0694/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
MARIANA AYDAR	0695/2025	BRISA RECORDS PRODUTORA LTDA	22.419.336/0001-26
JÉSSICA EMANUELLE	0696/2025	PONTES PRODUCOES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
SHENYA LAURA	0697/2025	PONTES PRODUCOES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
AZAFE	0698/2025	FABRICA DE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	49.865.930/0001-05
BANDA XINELO RASGADO	0699/2025	WELLINGTON FRANCISCO DA SILVA	29.981.051/0001-23
ERIKA SILVA	0700/2025	ERICA CRISTINA SANTOS SILVA DE LIMA 08519789404	25.292.252/0001-62
HENRIQUE BRANDÃO	0701/2025	ASSOCIAÇÃO SERRA CULTURAL - ASC	51.660.182/0001-68
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL BLOCO LÍRICO CARNAVALESCO DAMAS E VALETES	0705/2025	L & A PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	10.864.263/0001-00
TCM O FAZENDÃO	0707/2025	TROCA CARNAVALESCA MISTA O FAZENDAO	01.621.169/0001-21
ORQUESTRA MISTURA FINA	0709/2025	33.515.249 MONACITA GOMES FERREIRA	33.515.249/0001-99
ROSA MAIA	0711/2025	JB PRODUTORA LTDA	51.034.132/0001-75
DIZMAIA	0712/2025	52.544.197 MARIO DANIEL DE BARROS DA SILVA GOMES JUNIOR	52.544.197/0001-23
CHRISTIANO DINIZ	0713/2025	26.792.534 CHRISTIANO DINIZ SILVA	26.792.534/0001-91
MESTRE LUA	0714/2025	A J DA SILVA PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS	16.603.205/0001-00
MESTRE LUA (2º ENTRADA)	0715/2025	A J DA SILVA PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS	16.603.205/0001-00
RABECA ROOTS	0716/2025	61.614.936 TAYNAN RAFAELA SANTOS SOARES	61.614.936/0001-05
TEMPERO DE RABECA	0717/2025	61.614.936 TAYNAN RAFAELA SANTOS SOARES	61.614.936/0001-05
MAMULENGO DO RECANTO CULTURAL	0718/2025	61.614.936 TAYNAN RAFAELA SANTOS SOARES	61.614.936/0001-05
ENRAIZANDO	0720/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
AS YABÁS DO SAMBA	0721/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CIA DE DANÇA FREVANÇA	0722/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
ALBINO BARU	0723/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59

DON TRONXO	0724/2025	T J PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME	07.261.572/0001-73
ORQUESTRA ARRASTA FREVO	0725/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
FORROZAO ZERO BOI	0726/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA ME	43.119.757/0001-01

ORQUESTRA MANDA FREVO	0727/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
FORRÓ CARICIAR	0728/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
ALICE NOVAIS	0729/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
RANNY MATTOS	0730/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
GRUPO SAMBAÊ	0731/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA ME	43.119.757/0001-01
MAMULENGO ÁGUA DE CACIMBA	0732/2025	56.895.657 MARIANA ACIOLI DE SIQUEIRA AGUIAR,	56.895.657/0001-19
XANDE ESTILIZADO	0733/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA ME	43.119.757/0001-01
PISADA DE BAKANA	0734/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
ORQUESTRA SUPER OARA	0735/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59,
BANDA SENTIMENTOS	0737/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
DJ SALVADOR	0738/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
SHELDON	0739/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
ANDINHO SAFADINHO	0740/2025	FORRÓ DOS BACKS	47.810.934/0001-52
ZENDO	0741/2025	52.444.853 WILLIAM ROZENDO CAMPOS	52.444.853/0001-16
MECK GIBIZINHO	0742/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
CLUBE DE BONECO O GAROTO DA ILHA DO MARUIM	0744/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	0745/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
MESTRE NININHO DO BATE LIVRE	0746/2025	ROUSEANE PEREIRA ALVES MEI	47.355.707/0001-84
GABRIEL GOUVVEIA	0747/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
CLUBE DE BONECO GAROTA DA ILHA DO MARUIM	0748/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
MARACATU RURAL DRAGÃO DEVORADOR DE IGARASSU	0749/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
NATALIA ROSA	0750/2025	VINIL PRODUÇÕES FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
PRISCILA CAROLYNNE	0751/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
KELLY OLLIVEIRA A RAINHA DA SOFRÊNCIA	0752/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
BANDA SEMEIAPAZ	0753/2025	KATIA DA PAZ ALVES 26570165453	30.994.157/0001-40
GAL MENEZES	0754/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
MARCELA SOUZA	0755/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
FORRÓ DOS BACKS	0756/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
TROÇA CARNAVALESCA MISTA MULHER DO DIA	0757/2025	40.059.430 CRISTIANE MICHELLE DAS NEVES MIGUEL COSTA - MM GESTÃO, ASSESSORIA E PRODUÇÃO CULTURAL	40.059.430/0001-01
LUCA HUNTER	0758/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
AUGUSTO CESAR FILHO	0759/2025	H PRODUCOES LTDA	48.987.414/0001-82
SIBA	0760/2025	MATA NORTE PRODUCOES E EVENTOS LTDA	07.413.733/0001-05
BANDA EXPRESSO DO RECIFE	0761/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51

ORQUESTRA EXPRESSO DO RECIFE (PALCO)	0762/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
ORQUESTRA M MAIA	0763/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
HARRY DU DENDÊ	0764/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	43.586.688/0001-46
TRIO DANADOS DO FORRÓ	0765/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	43.586.688/0001-46
COCO DE FULÔ	0766/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20453780000132
JOÃO MARLEVOU	0767/2025	52.426.869 JOAO BATISTA FERREIRA	52.426.869/0001-04
MARACATU CARNEIRO DA SERRA (GLORIA DO GOITÁ)	0768/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20453780000132
MINHOCÃO DE OLINDA	0769/2025	ASSOCIACAO CARNAVALESCA MINHOCAO DE OLINDA	07.901.704/0001-84
PABLLO MORENO	0770/2025	28.236.975 PABLLO MORENO BARBOSA MAGALHAES	28236975000132
ALENCAR	0771/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
TCM SEU NEKINHO	0772/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41082582000180
CARLINHOS KAETES	0773/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVICOS EPP	14027275000123
BLOCO LIRICO MISTO FOLGUEDOS DE SURUBIM	0774/2025	R S DOS SANTOS PRODUCAO MUSICAL	20453780000132
MAURICIO LEMOS	0775/2025	M. LEMOS PRODUÇÕES MUSICAIS,	24519660/0001-41
MARACATU LEÃO DE OURO DE NAZARÉ DA MATA	0776/2025	R S DOS SANTOS PRODUCAO MUSICAL	20453780000132
OS CABOCLINHOS DOS COITÉS DE TRACUNHAÉM	0777/2025	CABOCLINHO DOS COITÉS DE TRACUNHAÉM	14334100000169
AFOXÉ AXÉ SABÁ	0778/2025	LONAN PRODUÇÃOE E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
MARI E RAYANE	0779/2025	AL PRODUCOES LTDA	57.226.399/0001-40
CAPITAL DO FREVO	0780/2025	VINIL PRODUCOES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
BANDA EDDIE	0781/2025	FRUTA PÃO PRODUÇÃO LTDA	08.878.752/0001-61
PASTORIL LUZ DO AMANHECER	0782/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
ORQUESTRA GALO FREVO	0783/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	27.837.803/0001-51
CANÁ CAIANA	0784/2025	55.345.900 LEILA MARIA FERREIRA CHAVES VAINER	55.345.900/0001-62
BLOCO DAS FLORES	0785/2025	BLOCO DAS FLORES	037655100001-48
ORQUESTRA FOLIA NO PÉ	0786/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
SEVANNE DO CAVACO	0787/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
BANDA VINIL	0788/2025	VINIL PRODUCOES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
JOANAH FLOR	0789/2025	19.647.727 JOANNETH CONCEICAO LIMA MENDONCA	19647727000193
NONO GERMANO	0790/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39507950000142
BANDA SENSAÇÃO	0791/2025	ARGOS PRODUÇÕES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
GRAMOPHANTE	0792/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
KANANDA PX	0793/2025	KANANDA MARIA CORREIA DA SILVA - PX PRODUTORA	48.975.732/0001-23
MESTRE AMBRÓSIO	0794/2025	FINA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	11.868.892/0001-63
SEU JANUÁRIO	0795/2025	VINIL PRODUCOES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
MARACATU LEÃO MISTERIOSO DE TRACUNHAÉM	0796/2025	MARACATU LEÃO MISTERIOSO DE TRACUNHAÉM	01.010.873/0001-48
PASTORIL ESTRELA DE BELÉM	0798/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTCAS	10.864.263/0001-00
PASTORIL TIA NININHA	0799/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00

RENATA ANJOS	0800/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01
PASTORIL TIA NININHA 3A IDADE	0801/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
TRIBO DE ÍNDIO TUPI-GUARANI	0802/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BATERIA DA CHARANGA DO BIÉ	0804/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
KATYUCIA	0805/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CINHO DO CAVACO	0806/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
NILL RIBEIRO	0807/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
MARACATU DE BAQUE SOLTO ESTRELA BRILHANTE	0808/2025	MARACATU DE BAQUE SOLTO ESTRELA BRILHANTE	04.703.437/0001-42
TCM O RAPARIGUEIRO DE OLINDA	0809/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TCM CAÇULINHA DO 7O RO	0810/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BANDA SOM DA TERRA	0811/2025	J & R PRODUÇÕES	2193239000150
TCM ARTUZÃO	0812/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TCM BUCHECHA DE OLINDA	0813/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
MARCELO BRAGATO	0814/2025	MB PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA.	329871420001/80
BANDA AFRO ABÉ ADÚ LOFÉ	0815/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
AMANDA LIMA	0816/2025	MB PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA.	329871420001/80
CLUBE CARNAVALESCO MIXTO LENHADORES OLINDENSE	0817/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS	34330072000119
MARACATU RURAL BEIJA-FLOR DA MATA NORTE DE AÇUDINHO	0818/2025	MARACATU RURAL BEIJA-FLOR DA MATA NORTE	51741870000152
TCM A BURRINHA DE J.R EM FOLIA	0819/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
MARACATU ÁGUIA FORMOSA DE TRACUNHAÉM	0820/2025	MARACATU RURAL AGUIA FORMOSA	55.017.570/001-82
GRUPO DE PASSISTAS LUZ DO AMANHECER	0821/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
MAESTRO DANDA E ORQUESTRA	0822/2025	DANDA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.437.285/0001-65
MARACATU ÁGUIA MISTERIOSA DE NAZARÉ DA MATA	0823/2025	MARACATU AGUIA MISTERIOSA	12.813.739/0001-00
BANDA TERCINA	0824/2025	PAREIA CULTURAL PRODUÇÕES CRIATIVAS LTDA	35.197.010/0001-43
SEU MANOEL DE DONA FLOR	0825/2025	57.166.692 JUAN EDUARDO SAUCEDO ISAZA	57.166.692/0001-60
MACIEL SALÚ	0826/2025	PAJEÚ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME	14.761.677/0001-57
KARLA KAROLLA	0827/2025	MARLIO AVILA DE C NEVES JUNIOR	28.575.679/0001-66
ORQUESTRA EXPRESSO	0829/2025	MEXE COM TUDO PRODUÇÕES ME	19.367.589/0001-99
EMPADA FREVO ORQUESTRA	0830/2025	MEXE COM TUDO PRODUÇÕES ME	19.367.589/0001-99
EDÚN ÀRÁ SANGÔ	0831/2025	GIOVANNA TELES DE SOUZA	36.862110/0001-00
DESALMA	0832/2025	ROUSEANE PEREIRA ALVES MEI	47.355.707/0001-84
FORRÓ SAIA DE MENINA	0833/2025	LAPADA PRODUÇÕES ME	17.340.655/0001-01
JUNIOR MARANHÃO	0834/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01
TÁSSIA REIS	0835/2025	FINA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	11.868.892/0001-63

ORQUESTRA SANTA CECÍLIA	0836/2025	LAPADA PRODUÇÕES ME	17.340.655/0001-01
SOM BRASILEIRO	0837/2025	C R S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	48.687.085/0001-54
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	0838/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS E ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
DANDA E SEU REGIONAL DE OURO	0839/2025	DANDA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.437.285/0001-65
TROÇA CARNAVALESCA MIISTA A BELA DA TARDE E SEUS BONECOS GIGANTES	0840/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA-ME	07.105.452/0001-87
ORQUESTRA DE FREVO ARRASTA PÉ	0841/2025	ORQUESTRA ARRASTA PÉ	18.296.191/0001-46
UANA	0842/2025	FABRICA ESTUDIOS LTDA	03.767.725/0001-06
T.C.M ZEBRA	0844/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA ZEBRA	11.573.359/0001-74
TROÇA CARNAVALESCA MISTA MORENA TROPICANA DA RIBEIRA	0845/2025	SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
CAMILA MOURA	0846/2025	M L SOARES DA FONSECA	47.810.934/0001-52
O CALUNGUINHA	0847/2025	CLUBE DE ALEGORIA E CRÍTICA O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
ORQUESTRA SUPER OARA	0848/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
ORQUESTRA NORDESTINA DE FREVO	0849/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
BANDA IMPÉRIO	0850/2025	M L SOARES DA FONSECA	47.810.934/0001-52
TROÇA CARNAVALESCA MISTA PAPANGUS GIGANTES	0852/2025	SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
JAQUELINE LEITE	0853/2025	SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
COCO FLOR QUE SE CHEIRA	0854/2025	SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
O CALUGUINHA	0855/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA O CALUNGUINHA	62.245.779/0001-62
BLOCO LÍRICO FLOR DO EUCALÍPTO	0856/2025	BLOCO LÍRICO FLOR DO EUCALÍPTO	04.823.082/0001-25
DANDA E SUA ORQUESTRA (ITINERANTE)	0857/2025	DANDA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.437.2850001/65
CIA BRINCANTEAR	0858/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
OS MAGNATAS DA BEIRA MAR	0859/2025	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62
QUINTETO VIOLADO	0860/2025	GRUPO MUSICAL QUINTETO VIOLADO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	10.636.665/0001-40
DANY MYLER	0861/2025	FURACÃO PROMOÇÕES	61.330.740/0001-80
GRUPO SHOW & FECHANTE D´BRISON	0863/2025	33.146.589 RODRIGO FERREIRA SIMÕES	33.146.589/0001-90
ORQUESTRA MOTO FREVO	0864/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
MÁRCIA PEQUENO	0865/2025	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62
ELIAS AHUR	0867/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
COCO ZECA DO ROLETE	0869/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA - SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
GILU AMARAL	0870/2025	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62
BLOCO AFRO SENZALA	0872/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
ISAAR	0873/2025	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62
COLETIVO PERNAMBUCAFRO	0874/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90

MARACATU NAÇÃO SOL BRILHANTE DE OLINDA	0875/2025	MARACATU NAÇÃO SOL BRILHANTE DE OLINDA	63.057.409/0001-64
MARACATU LEÃO FORMOSO DE TRACUNHAÉM	0876/2025	MARACATU DE BAQUE SOLTO LEÃO FORMOSO DE TRACUNHAÉM	3767674000104
FACES DO SUBÚRBIO	0877/2025	AURORA PEODUTORA E PROJETOS LTDA	16704673000162
DU SODRÉ	0878/2025	ETNIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	45.173.755/0001-26
GERA BAMBA	0879/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E	47.810.934/0001-52

		PUBLICIDADE	
PAULA BUJES	0880/2025	AURORA PRODUTORA E PROJETOS LTDA	16.704.673/0001-62
NEW FREVO	0881/2025	VINIL PRODUCOES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
BANDA LUXURIA	0883/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
EDUARDA ALVES	0884/2025	G2 PROMOÇÕES LTDA,	00.714.836/0001-58
TAIGUARA BORGES	0885/2025	55.393.062 TAIGUARA BORGES PAULINO	55.393.062/0001-00
BANDA MANCHA DE BATOM	0886/2025	G2 PROMOÇÕES LTDA,	00.714.836/0001-58
BRASILNAMBUCO	0887/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
SANGUE DE BARRO	0888/2025	23.930.824 IVAN MÁRCIO LIMA DE BULHÕES	23.930.824/0001-66
CHEILA SWING DO PARÁ	0889/2025	PRIME BRASIL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	09.448.282/0001-69
MARRON BRASILEIRO	0890/2025	KNR PRODUCOES E EVENTOS LTDA	00.604.473/0001-06
MARACATU LEÃO TEIMOSO	0891/2025	MARACATU LEAO TEIMOSO	05.426.414/0001-09
PASTORIL PERIGOSAS PASTORAS	0892/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
JONATHAN FERR	0893/2025	TÂNIA ARTUR DE O SILVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20.393.291/0001-32
BANDA DENGOSA	0894/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58
SENHORA	0895/2025	54.384.275 LARISSA HELENA DE ARAUJO PINHEIRO	54.384.275/0001-03
FORRÓ FAMOSO	0896/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58
AFOXÉ YLÊ DE EGBÁ	0897/2025	YLE ASE AYRA ADJAOSI	97.370.076/0001-40
SAMBARRASTA	0899/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
QUADRILHA ESTRELA MATUTA	0900/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
SEU PEREIRA E COLETIVO 401	0901/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
FORRÓ FEIJÃO COM ARROZ	0902/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58
LARA ACIOLY	0903/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
CLÁUDIA MORAIS	0904/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58
SOPHIE DRAG	0905/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
TCM O DONO DO MUNDO	0907/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
ESCOLA DE SAMBA GALERIA DO RITMO	0909/2025	ESCOLA DE SAMBA GALERIA DO RITMO	08.797.631/0001-95
RITA RIVOTRIL	0910/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
MAESTRO FORRÓ E ORQUESTRA POPULAR DA BOMBA DO HEMETÉRIO	0912/2025	ASSOCIACAO CULTURAL ESCOLA COMUNITARIA DE MUSICA DA BOMBA DO HEMETERIO	10.359.195/0001-14
CENTRO CULTURAL E SOCIAL CORAÇÃO - GRUPO DE CAPOEIRA INFANTIL TEIMOSO KIDS	0916/2025	ALLYSSON CESAR ANACLETO DE OLIVEIRA - ME	57.684.114/0001-15
BLOCO NYAMAKARÉ	0917/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BLOCO AFRO ODÚ ORI	0919/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA,	23.862.700/0001-90
BLOCO AFRO BALÉ	0922/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
PASTORIL JARDIM ENCANTADO	0923/2025	L & A PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	10.864.263/0001-00
MARACATU ESTRELA BRILHANTE DE IGARASSU	0926/2025	MARACATU ESTRELA BRILHANTE DE IGARASSU	02.321.085/0001-35
KIRA CAIROSHEL	0928/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
MÁRCIA SAMPPAYO	0932/2025	NEWS PRODUCOES LTDA	55.076.127/0001-86
JENYFFER STRONG	0933/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
CAVALO MARINHO ESTRELA BRILHANTE	0934/2025	CAVALO MARINHO ESTRELA BRILHANTE	10.201.602/0001-60
RHAYANNA FOX	0938/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
RAYMILE BLOON	0939/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
SAMBA DECENTE	0940/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA	11.470.807/0001-04
TROÇA CARNAVALESCA MISTA CARIRI OLINDENSE	0941/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA CARIRI OLINDENSE	11.260.897/0001-97
THIAGO KEHRLE	0942/2025	44.296.217 THIAGO FRANCA KEHRLE CARVALHO	44.296.217/0001-66
CLUBE CARNAVALESCO MISTO ELEFANTE DE OLINDA	0943/2025	CLUBE CARNAVALESCO MIXTO ELEFANTE DE OLINDA	10.400.356/0001-76
ED CARLOS	0946/2025	EDILSON C. CASSEMIRO ME	12.568.851/0001-14
TROÇA CARNAVALESCA A CADEIRADA	0948/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
DJ PEPE JORDÃO	0949/2025	12.042.795 PEPE LENIRIO RODRIGUES JORDÃO JUNIOR	12.042.795/0001-80
MARCELO SANTANA	0950/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
CUBANA RASTA	0951/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
MEU GAROTO BLUE	0952/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
TCM MANGUEBOYS	0953/2025	S.R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
DJ ARMANDINHO	0954/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
MANO DE BAÉ	0955/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
MEMORIAL FREVO ORQUESTRA (PALCO)	0956/2025	ÁGAPE RUAH PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	35.843.557/000179
MARACATU NAÇÃO PERNAMBUCO	0957/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
TROÇA CARNAVALESCA CAMAROTE DO GUI	0959/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
LARISSA LISBOA	0961/2025	LISBOA PRODUÇÕES LTDA	28.748.462/0001-00
LUAN DOUGLAS	0962/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
SILVANA SALAZAR	0963/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
ROGÉRIO SOM	0964/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
SANTA DOSE	0965/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
CAPIM COM MEL	0966/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
VILÕES DO FORRÓ	0967/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
NANARA BELLO	0968/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
ALESSANDRA LEÃO	0969/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA	57.205.315/0001-92
ORQUESTRA BACKSTAGE	0970/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA	57.205.315/0001-92
CRIS GALVÃO	0971/2025	CRISTIANO DE LIMA GALVÃO77969731449,	12.544.199/0001-06
ELYS VIANA	0974/2025	55.959.252 ELYS VIANA IZIDORO	55.959.252/0001-34
ORQUESTRA DE BOLSO(PALCO)	0975/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14915628000121
BANDA CARRANZA	0976/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14915628000121
FLAVIA SOARES	0977/2025	55.345.114 FLAVIA ROBERTA LEITE SOARES	55.345.114.0001/65
GETULIO CAVALCANTI	0978/2025	GETSCAL LTDA	48.916.740/0001-07
LELECÃO BRASIL	0979/2025	TIAGO ALEIRO FONSECA PRODUÇÕES LTDA,	37.305.110/0001-71
LAMENTO NEGRO	0980/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14915628000121
MAGO DE TARSO	0981/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14915628000121
BANDA BASE SAMBINHA DA BRAÇA	0982/2025	TIAGO ALEIRO FONSECA PRODUÇÕES LTDA,	37.305.110/0001-71
LULLY QUEIROZ	0984/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA_-ME	7105452000187
MARACATU ESTRELA DE TRACUNHAEM	0985/2025	MARACATU ESTRELA DE TRACUNHAÉM,	70.181.334/0001-94

BANDA FORRÓ ASA BRANCA	0986/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS,	18.426.269/0001-08
CANDEEIRO ENCANTADO	0987/2025	KATIA DA PAZ ALVES (AMIGOS DA CULTURA),	30994157/0001-40
ÍRIS NEGRA	0988/2025	32.643.665 SERENA REGINA DE MORAES LIMA,	32.643.665/0001-00
MARACATU RURAL LEAO VENCEDOR DE CHA DE ALEGRIA	0989/2025	MARACATU RURAL LEÃO VENCEDOR DE CHÃ DE ALEGRIA - PR	41008541000143
MARACATU PANTERA NOVA DE ARAÇOIABA	0991/2025	R S DO SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL,	20453780000132
CLARINS DE OLINDA	0993/2025	55.514.666 ANDRE LUIZ DE MELO NETO	55.514.666/0001-50
MC REINO	0994/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
KATIA SANTOS - KY BABY	0995/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
PEDRINHO DO RECIFE	0996/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
VITINHO POLÊMICO	0997/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
T.C.M. O BAGULHO É LOKO	0998/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42139384000178
FORRÓ DOS CAETÉS	0999/2025	53.927.720 RANNIER VENANCIO DE ASEVEDO SILVA	53.927.720/0001-63
GILDO BRASAFRICA	1000/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
LUANA TAVARES	1001/2025	48.412.777 LUANA GOMES TAVARES	48412777000190
DINHO ANDRADE	1002/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
LUIZ HENRIQUE	1003/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
EDSON ARAÚJO	1004/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
VALDIR AFONJAH	1005/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
DO RAMOS	1006/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90

REVOREDO	1007/2025	ASSOCIAÇÃO DA CULTURA REGIONAL NORDESTINA (ACRENOR)	26.122.442-0001/02
GABI DA PELE PRETA	1008/2025	ASSOCIAÇÃO DA CULTURA REGIONAL NORDESTINA (ACRENOR)	26.122.442-0001/02
BANDO PÉ DE BODE	1009/2025	ACAAP - ASSOCIACAO CULTURAL, ARTISTICA E AMBIENTAL DO PINA	16.935.259/0001-64
JADER	1010/2025	JADER CABRAL DE MELLO ADM E MUSICA LTDA	37.483.400.0001-05
COCO SAMBA DE MARIA	1011/2025	KATIA DA PAZ ALVES 26570165453	30.994.157/0001-40
GAEL	1012/2025	60.637.715 GAEL TERENCE WALLACE GOMES DA SILVA	60.637.715/0001-81
TROÇA CARNAVALESCA MISTA O PENEIRÃO	1013/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA O PENEIRÃO	58.094.280/0001-24
SAMBAQUI O SAMBA DO MAR	1014/2025	KATIA DA PAZ ALVES 26570165453	30.994.157/0001-40
CHEILA SWING DO PARÁ - 2ª ENTRADA	1016/2025	PRIME BRASIL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA,	09.448.282/0001-69
CÔCO DA RIBEIRA	1017/2025	C L PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS - 53.292.133 CLEIBE LUIZ LEANDRO	53.292.133/0001-45
BOI DA MACUCA	1018/2025	INSTITUTO BOI DA MACUCA - IM	41.752.322/0002-55
RAPHA SANTACRUZ	1019/2025	RAPHA SANTACRUZ PRODUÇÕES ART´STICAS,	17.001.040/0001-50
VICTOR MOURY	1021/2025	30.206.586 VICTOR JOSE MOURY FERNANDES	30.206.586/0001-06
CANTORA ELETRA	1024/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
GRUPO KALLINAS	1025/2025	36.862.110 GIOVANNA TELES DE SOUZA	36.862.110/0001-00
BILÉ ARES & BANDA	1026/2025	CLAUDINE LUNA DE ABREU 69893420482	38.430.899/0001-55

Olinda, 29 de dezembro de 2025

MARILIA BANHOLZER
Secretária de Patrimônio, Cultura e Turismo

ALEXANDRE MIRANDA
Secretário Executivo de Cultura

LUIZ CARLOS DA SILVA
Diretor de Cultura

Publicado por:
Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa
Código Identificador:5F72B072

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
RESULTADO FINAL – INABILITADOS – PESSOA JURIDICA

CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 – CICLO ARTISTICO E CULTURAL DE OLINDA DE 2026			
ATRAÇÃO	**INSCRIÇÃO**	**PROPONENTE**	**CNPJ PROPONENTE**
COCO POPULAR DE ALIANÇA	0008/2025	MARACATU ESTRELA OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13
FABIANA PIMENTINHA	0036/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
DEDO BEZERRA	0048/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
ORQUESTRA FANTASY(PALCO)	0062/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
BANDA PEXERA	0065/2025	42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES	42.139.384/0001-78
NANNY ALVEZ	0070/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
GRUPO PERCUSSIVO TAMBORES DE SAIA	0082/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
CIRANDA SANT'ANNA	0083/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
MAY VIANA	0171/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BANDA FARRA DAS PODEROSAS	0195/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
GRUPO CULTURAL RAÍZES DO XAXADO	0202/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
PAVILHÃO 9	0207/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
SIMPLES OLHAR	0212/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
PE ALEX BRUNO & BANDA	0280/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
ARNALDO DO COCO	0283/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
BANDA ACESSO	0284/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
CHAPÉU DE TRÊS	0337/2025	15.356.865 ITAMIS ALVES TENORIO DA SILVA	15.356.865/0001-62
BANDA CARAMUJO	0412/2025	48.915.642 FABIANO BATISTA DE OLIVEIRA	48.915.642/0001-47
PASTORIL ESTRELA DO NORTE	0416/2025	JOAO CABRAL DE SOUZA JUNIOR 05480203452	26.767.463.0001/77
SAGA HC	0442/2025	43.027.624 ANDRE LUIZ DE ARRUDA	43.027.624/0001-05
VITORIA DO PIFE	0457/2025	48.432.481 VITORIA MARYELLEN BATISTA SANTOS	48.432.481/0001-30
NENAS FARIAS	0468/2025	ASSOCIACAO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
GRUPO CULTURAL EXPLOSÃO DO FORRÓ	0508/2025	57.096.822 JOSE RICARDO FRANCISCO DA SILVA	57.096.822/0001-35
BANDA CANARINHOS DO FORRÓ	0540/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78
WALKÍRIA MENDES	0543/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78

RODRIGO MEDEIROS	0566/2025	MARLIO AVILA DE C. NEVES JÚNIOR	28.575.679/0001-66
MAZULI	0596/2025	ATOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	03.290.395/0001-00
BANDA DRY ALVES	0618/2025	CARANGUEIJAL PRODUCOES LTDA	54.672.095/0001-19
ARARA AZUL	0624/2025	LUIS EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS 08246859463	33.622.138/0001-81
TÁ COM A MULINGA	0640/2025	LUÍS EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS	33.622.138/0001-81
PRETA GG	0652/2025	AMUZZE ASSESSORIA E PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	59.864.513/0001-93
ISABELA DE HOLANDA	0655/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
BANDA ROCKOUT	0666/2025	RAFAEL DOS ANJOS BARKOKEBAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	13.315.838/0001-16
BANDA VAMBORA	0667/2025	RAFAEL DOS ANJOS BARKOKEBAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	13.315.838/0001-16
MARIA - LUMINOSA	0680/2025	49.636.813 MARIA ALICE PONTES DE CARVALHO	49.636.813/0001-61
TROÇA CARNAVALESCA MÍSTICA, LÍTERA, ANÁRQUICA E GREIANTE A CORDA	0692/2025	57.926.275 SILAS RIBEIRO E SILVA	57.926.275/0001-78
LUIZ LINS	0703/2025	29.667.320 LUIZ GUSTAVO SOARES LINS	29.667.320/0001-81
MARACATU RURAL ÁGUIA FORMOSA DE TRACUNHAÉM	0704/2025	MARACATU RURAL ÁGUIA FORMOSA DE TRACUNHAÉM	05.501.757/0001-82
CASACA DE COURO	0708/2025	CASACA DE COURO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	22.946.788/0001-66
RAIMUNDO SANTOS E O FORRÓ DO RALA BUCHO	0719/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
MAMULENGO ÁGUA DE CACIMBA	0732/2025	56.895.657 MARIANA ACIOLI DE SIQUEIRA AGUIAR	56.895.657/0001-19
BANDA LORRAINE AZEVEDO	0736/2025	54.624.576 LETICIA DA SILVA AZEVEDO	54.624.576/0001-59
MICHELLE MELO	0797/2025	MICHELLE DE MELO BORBA PRODUÇÕES	39.778.953/0001-10
RENATA ANJOS	0803/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
ANJO GABRIEL - SHOW AUTORAL	0851/2025	COTIDIANA PRODUÇÕES LTDA	29.858.177/0001-05
GABRIEL VAQUEIRO	0862/2025	M L SOARES DA FONSECA	47.810.934/0001-52
BANDA EXPRESSO DO FORRÓ RECIFE	0866/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
ZÉ MANOEL - DO SAMBALANÇO AO PAGODE 90	0868/2025	NOVA RAIZ LTDA	31.689.306/0001-20
O VELHO CATUABA E SUAS QUERIDAS PASTORAS	0871/2025	38.430.899 CLAUDINE LUNA DE ABREU	38.430.899/0001-55
GRUPO TURMA DA GIULINHA	0882/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA - SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
BADI ASSAD	0898/2025	TÂNIA ARTUR DE O SILVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20.393.291/0001-32
ORQUESTRA PLUMAS E PAETES	0906/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
CHARLES THEONE	0913/2025	INTERSAT COMUNICAÇÃO E MARKETING	03.511.881/0001-01
MEGAN THE DRAG QUEEN	0914/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
MARACATU LEÃO FORMOSO DE NAZARÉ DA MATA	0915/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32
EVELLI ELLER	0918/2025	ERIKA PATRICIA COSTA GONCALVES ALVES - ME	37.903.444/0001-47
MESTRE BI E A CIRANDA BELA ROSA	0920/2025	RICARDO SERAFIM DOS SANTOS	20.453.780/0001-32
CIRANDA IMPERIAL	0924/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32
CIRANDELAS	0929/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32
ZAMBO	930/2025	CENTRO DO CORPO MR LTDA	55.752.472/0001-92
ORQUESTRA TANGA DE SIRI	931/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
DUDU SACANINHA	936/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
QUE HISTÓRIA DA MULINGA	937/2025	LUÍS EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS 08246859463	33.622.138/0001-81
CYLENE ARAUJO	944/2025	MULTI GRAFE PRODUÇÕES LTDA	14.731.957/0001-12
GEORGE LUIZ	945/2025	MULTI GRAFE PRODUÇÕES LTDA	14.731.957/0001-12
SANGUE DE BARRO	947/2025	23.930.824 IVAN MARCIO LIMA DE BULHOES	23.930.824/0001-66
ORQUESTRA OMEGA	958/2025	F. MIX EMPREENDIMENTOS LTDA	14.651.898/0001-72
SAMBA DA AMIZADE	960/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
COCO DE MULHERES	972/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14915628000121
ABISAL E REAL DA VARZEA	973/2025	ASSOCIAÇÃO DOS MARACATUS NAÇÃO DE PERNAMBUCO - AMANPE	11188966000110
ROBELLY RAMOS	983/2025	C R S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	48687085000154
MARACATU CANARINHO DE OURO	990/2025	R S DO SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20453780000132
REISADO IMPERIAL	992/2025	R S DO SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20453780000132
NERIS RODRIGUES E O TROMBONANDO	1015/2025	NERISVANDA ARAUJO RODRIGUES DA SILVA 06565880476	46.632.424/0001-70
CACAU E LULU E O MANGUEBITINHO	1020/2025	CARACAXÁ PRODUÇÕES CULTURAIS EIRELI	31.611.594/0001-09
MINI ROCK	1022/2025	CARACAXÁ PRODUÇÕES CULTURAIS EIRELI	31.611.594/0001-09
COMPANHIA DE DANÇA OLINDARTE	1023/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.104.452/0001-87

Olinda, 29 de dezembro de 2025

MARILIA BANHOLZER
Secretária de Patrimônio, Cultura e Turismo

ALEXANDRE MIRANDA
Secretario Executivo de Cultura

LUIZ CARLOS DA SILVA
Diretor de Cultura

Publicado por:
Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa
Código Identificador:3D024CF9

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE AUTUAÇÃO

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE OLINDA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO

A Autoridade de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana de Olinda, em conformidade com as suas competências estabelecidas pelo CTB e regulamentações do Contran, após esgotadas as tentativas de notificação do infrator ou o proprietário de veículo por meio postal ou pessoal, e considerando os autos de infração de trânsito registrados, pelo presente edital notifica os proprietários dos veículos abaixo relacionados da autuação por infração de trânsito, os quais terão o prazo de 30(trinta) dias contados a partir da data da publicação deste edital para interpor a Defesa de Autuação e/ou identificar o condutor infrator neste órgão autuador ou em qualquer posto do Detran/PE ou enviar via remessa postal para o endereço: Av. Joaquim Nabuco, nº 475, Varadouro, Olinda-PE. CEP. 53.020-310.
Para detalhamento das autuações pelo site www.detran.pe.gov.br ou www.gov.br

O padrão de sequência para identificação dos dados das autuações a seguir relacionadas será: PLACA/UF, DATA DA INFRAÇÃO, Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO, CÓDIGO DA INFRAÇÃO COM DESDOBRAMENTO (AMPARO LEGAL).

HCY3G53	PE	12/11/2025	VD	1474692	6050	1	Art. 208
HMI7A49	PE	10/11/2025	TE	871276	5487	0	Art. 181, Inc. XI
HOD3465	PE	09/11/2025	RD	1842895	7455	0	Art. 218, Inc. I
HWD6056	PE	11/11/2025	RD	1846882	7455	0	Art. 218, Inc. I
HXM4J94	PE	13/11/2025	FS	1808796	6041	2	Art. 207
IZO8H63	RS	10/11/2025	TE	870920	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
JOO6G67	PE	13/11/2025	FS	1808176	6050	3	Art. 208
JQN6914	PE	08/11/2025	FS	1786920	5673	2	Art. 183
BAH5835	PE	06/11/2025	RD	1839495	7455	0	Art. 218, Inc. I
BDV3C90	PE	06/11/2025	RD	1838430	7455	0	Art. 218, Inc. I
BTL3A57	PE	06/11/2025	RD	1839169	7463	0	Art. 218, Inc. II
EJF5I42	PE	13/11/2025	FS	1809598	6050	3	Art. 208
EKX1133	PE	10/11/2025	VD	1470689	6041	2	Art. 207
ELR5C74	PE	10/11/2025	VD	1463836	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
EOF4F93	AL	12/11/2025	TE	864814	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
EYI1E88	PE	11/11/2025	TE	858652	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
FFH0C28	PE	09/11/2025	TE	857990	5460	0	Art. 181, Inc. IX
FHB8A26	PR	09/11/2025	RD	1843727	7455	0	Art. 218, Inc. I
FNA3J52	PE	11/11/2025	FS	1802216	5673	2	Art. 183
FQM7732	SP	06/11/2025	RD	1838669	7455	0	Art. 218, Inc. I
FQM7732	SP	07/11/2025	RD	1842089	7463	0	Art. 218, Inc. II
FZP8G85	PE	10/11/2025	TE	865357	6599	2	Art. 230, Inc. V
GCP8H34	PR	02/11/2025	RD	1827489	5819	2	Art. 193
GCU5B65	PR	13/11/2025	TE	859381	7684	2	Art. 244, X
JUO4J13	PE	12/11/2025	VD	1474064	6050	1	Art. 208
KFO1897	PE	09/11/2025	FS	1797700	6050	3	Art. 208
KFO9159	PE	09/11/2025	FS	1796607	6050	3	Art. 208
KFW6A28	PE	10/11/2025	RD	1842356	7455	0	Art. 218, Inc. I
KFY5984	PE	13/11/2025	FS	1808214	5673	2	Art. 183
KGL6C93	PE	12/11/2025	FS	1806157	6050	3	Art. 208
KGO2441	PE	06/11/2025	RD	1838367	7455	0	Art. 218, Inc. I
KGP4160	PE	09/11/2025	RD	1843263	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHI4E99	PE	12/11/2025	RD	1848842	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHJ5363	PE	13/11/2025	FS	1810081	6050	3	Art. 208
KHN2343	PE	10/11/2025	VD	1463860	6050	1	Art. 208
KHU5025	PE	08/11/2025	FS	1786091	6050	3	Art. 208
KHU5025	PE	10/11/2025	FS	1800809	6050	3	Art. 208
KHU9034	PE	09/11/2025	FS	1793217	6050	3	Art. 208
KHY8198	PE	09/11/2025	RD	1843301	7455	0	Art. 218, Inc. I
KIC2298	PE	10/11/2025	FS	1800167	5673	2	Art. 183
KIF8D32	PE	13/11/2025	FS	1808133	6050	3	Art. 208
KIJ6G10	PE	10/11/2025	FS	1797760	6050	3	Art. 208
KIR9B81	PE	07/11/2025	RD	1841244	7463	0	Art. 218, Inc. II
KIW3A72	PE	06/11/2025	RD	1839142	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJI0287	PE	09/11/2025	RD	1842747	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJJ1G44	PE	08/11/2025	RD	1837158	7463	0	Art. 218, Inc. II
KJJ2831	PE	12/11/2025	RD	1848176	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJJ2831	PE	12/11/2025	RD	1848451	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJZ5F17	PE	10/11/2025	TE	870911	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
KKG4499	PE	10/11/2025	RD	1843972	7463	0	Art. 218, Inc. II
KKJ4A10	AL	03/11/2025	FS	1773623	6050	3	Art. 208
KKK2I11	PE	10/11/2025	FS	1798510	5673	2	Art. 183
KKT3625	PE	10/11/2025	FS	1795791	6050	3	Art. 208
KKW1286	PE	08/11/2025	FS	1785699	5673	2	Art. 183
KLG3482	PE	08/11/2025	FS	1786431	6050	3	Art. 208
KLM3A92	PE	13/11/2025	VD	1473483	6050	1	Art. 208
KMC7549	PE	12/11/2025	TE	862684	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
KMD7I35	PE	07/11/2025	FS	1789619	6041	2	Art. 207
KME1535	PE	07/11/2025	RD	1840710	7455	0	Art. 218, Inc. I
LCL9J66	PE	12/11/2025	TE	862668	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
MNI1C53	PB	02/11/2025	RD	1827926	7455	0	Art. 218, Inc. I
MNW4A05	PE	12/11/2025	VD	1469788	6050	1	Art. 208
MOD7B70	PB	02/11/2025	RD	1832270	7455	0	Art. 218, Inc. I
MOF6J96	PE	06/11/2025	RD	1838448	7455	0	Art. 218, Inc. I
MOS6D36	PB	14/11/2025	VD	1475125	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
MVF1E36	PE	09/11/2025	RD	1843859	7455	0	Art. 218, Inc. I
NMF6191	PE	09/11/2025	RD	1843247	7463	0	Art. 218, Inc. II
NPY1450	PB	02/11/2025	RD	1822614	7455	0	Art. 218, Inc. I
NPZ4I07	RN	12/11/2025	TE	864822	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
NWM2J04	GO	13/11/2025	VD	1436456	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
OHE0C81	PE	13/11/2025	RD	1850189	7455	0	Art. 218, Inc. I
OXO4886	PE	07/11/2025	RD	1839827	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYL4H42	PE	10/11/2025	RD	1845460	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYL9I01	PE	07/11/2025	RD	1841414	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYN1F02	PE	07/11/2025	RD	1841678	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYN5H09	PE	09/11/2025	TE	865306	7340	0	Art. 252, Inc. IV
OYO2D29	PE	12/11/2025	RD	1848281	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYQ8C27	PE	14/11/2025	RD	1850642	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYR0H58	PE	12/11/2025	VD	1474650	6050	1	Art. 208
OYR7076	PE	06/11/2025	RD	1838049	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYR8962	PE	09/11/2025	RD	1844715	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYT2D29	PE	08/11/2025	FS	1785796	6050	3	Art. 208
OYT7G86	PE	11/11/2025	RD	1848060	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYU1E81	PE	09/11/2025	RD	1843603	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYX1C07	PE	09/11/2025	FS	1793519	6050	3	Art. 208

OYX3I50	PE	03/11/2025	RD	1829937	7463	0	Art. 218, Inc. II
OYY5J17	PE	10/11/2025	RD	1845886	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYY7D34	PE	10/11/2025	RD	1844146	7455	0	Art. 218, Inc. I
PAK5J60	PE	10/11/2025	RD	1844936	7455	0	Art. 218, Inc. I
PAK5J60	PE	10/11/2025	RD	1845452	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCA0771	PE	07/11/2025	RD	1840230	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCD6F39	PE	11/11/2025	RD	1846904	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCE6I65	PE	09/11/2025	RD	1843956	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCE7A76	PE	12/11/2025	FS	1805460	5673	2	Art. 183
PCE9875	PE	13/11/2025	RD	1849512	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCF3C53	PE	13/11/2025	VD	1475958	6050	1	Art. 208
PCF5629	PE	06/11/2025	RD	1838758	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG4312	PE	11/11/2025	FS	1792504	6050	3	Art. 208
PCG7E26	PE	07/11/2025	RD	1840817	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8G34	PE	12/11/2025	RD	1848133	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8G34	PE	13/11/2025	RD	1849440	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCI5I49	PE	10/11/2025	FS	1798391	6050	3	Art. 208
PCI7J74	PE	13/11/2025	TE	865381	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PCI9549	PE	14/11/2025	TE	868291	7684	2	Art. 244, X
PCI9549	PE	14/11/2025	TE	870199	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PCJ4593	PE	10/11/2025	FS	1797883	5673	2	Art. 183
PCK2749	PE	08/11/2025	RD	1840426	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCM0H73	PE	12/11/2025	VD	1470166	5452	1	Art. 181, Inc. VIII
PCM5059	PE	07/11/2025	RD	1841597	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCN7J64	PE	09/11/2025	RD	1844480	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCO3C58	PE	11/11/2025	RD	1846831	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCO3C58	PE	12/11/2025	RD	1847749	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCP5156	PE	07/11/2025	FS	1788000	6050	3	Art. 208
PCQ0H32	PE	09/11/2025	RD	1843522	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCQ2029	PE	09/11/2025	FS	1797174	6050	3	Art. 208
PCQ5107	PE	12/11/2025	VD	1470115	5991	0	Art. 206, Inc. I
PCR1466	PE	12/11/2025	RD	1849296	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCR1E49	PE	11/11/2025	RD	1848109	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCS4F16	PE	10/11/2025	RD	1846580	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCS5F08	PE	09/11/2025	FS	1796402	5673	2	Art. 183
PCS9D54	PE	12/11/2025	TE	862692	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PCT1B83	PE	13/11/2025	RD	1849083	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCT7418	PE	06/11/2025	RD	1839533	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCT8C36	PE	13/11/2025	RD	1850219	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCU5103	PE	09/11/2025	RD	1843794	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCW2H28	PE	02/11/2025	RD	1826849	5819	2	Art. 193
PCW9E49	PE	10/11/2025	FS	1800655	5673	2	Art. 183
PCX2J06	PE	09/11/2025	RD	1843298	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCX5I25	PE	09/11/2025	RD	1843565	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCX6C78	PE	08/11/2025	FS	1786989	6050	3	Art. 208
PCX8B25	PE	09/11/2025	TE	877924	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PCZ1A09	PE	13/11/2025	TE	855815	7684	2	Art. 244, X
PCZ1A09	PE	13/11/2025	TE	855823	7714	2	Art. 244, XI
PCZ4F79	PE	11/11/2025	FS	1802623	6050	3	Art. 208
PDA2C94	PE	07/11/2025	RD	1841074	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDA3822	PE	09/11/2025	RD	1843204	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDA7151	PE	12/11/2025	VD	1474781	6050	1	Art. 208
PDB4F08	PE	11/11/2025	FS	1801805	5673	2	Art. 183
PDB4I79	PE	13/11/2025	RD	1851088	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDB5G96	PE	08/11/2025	FS	1789511	6050	3	Art. 208
PDC7G63	PE	09/11/2025	VD	1473610	6050	1	Art. 208
PDC8I07	PE	10/11/2025	RD	1845622	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDD2H59	PE	07/11/2025	FS	1789627	5673	2	Art. 183
PDD9I72	PE	10/11/2025	RD	1843689	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDE6B40	PE	06/11/2025	RD	1838499	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDF6D79	PE	09/11/2025	FS	1794086	6050	3	Art. 208
PDG0408	PE	12/11/2025	FS	1805550	5673	2	Art. 183
PDG8G03	PE	13/11/2025	RD	1850740	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDG9900	PE	09/11/2025	FS	1796208	6050	3	Art. 208
PDH5C21	PE	14/11/2025	VD	1460942	6050	1	Art. 208
PDH7I72	PE	07/11/2025	FS	1790366	6050	3	Art. 208
PDH8A00	PE	07/11/2025	RD	1841090	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDI0D27	PE	13/11/2025	TE	850724	7684	2	Art. 244, X
PDI5H56	PE	10/11/2025	RD	1846157	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDJ4A99	PE	07/11/2025	RD	1839738	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDJ6J32	PE	07/11/2025	RD	1841490	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDK3495	PE	09/11/2025	TE	865314	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PDL5C97	PE	10/11/2025	RD	1846122	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDM9476	PE	13/11/2025	FS	1809539	6041	2	Art. 207
PDN6I05	PE	10/11/2025	RD	1845134	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDN7C80	RN	06/11/2025	FS	1783653	6050	3	Art. 208
PDO3E48	PE	08/11/2025	RD	1837620	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDP1B55	PE	07/11/2025	FS	1791176	6050	3	Art. 208
PDQ0112	PE	14/11/2025	RD	1850685	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDR4B12	PE	09/11/2025	VD	1469400	6050	1	Art. 208
PDR4G45	PE	07/11/2025	FS	1788680	6050	3	Art. 208
PDS5B64	PE	12/11/2025	VD	1474595	6050	1	Art. 208
PDT4049	PE	11/11/2025	RD	1846815	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDW4F38	PE	07/11/2025	RD	1839975	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDW5A64	PE	06/11/2025	RD	1839363	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDW6I99	PE	09/11/2025	FS	1797239	6050	3	Art. 208
PDX4G21	PE	11/11/2025	RD	1847137	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDX6A66	PE	06/11/2025	RD	1838154	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEA3H81	PE	12/11/2025	VD	1474587	6050	1	Art. 208

PEB6D82	PE	14/11/2025	VD	1460977	6050	1	Art. 208
PEC8D56	PE	10/11/2025	RD	1845096	7455	0	Art. 218, Inc. I
PED8B85	PE	09/11/2025	RD	1843875	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEJ7571	PE	12/11/2025	FS	1803271	5673	2	Art. 183
PEM1490	PE	09/11/2025	VD	1469370	6050	1	Art. 208
PER3H59	PE	08/11/2025	RD	1837395	7455	0	Art. 218, Inc. I
PET6G66	PE	10/11/2025	FS	1794400	6050	3	Art. 208
PEV4503	PE	13/11/2025	TE	849980	7684	2	Art. 244, X
PEV7687	PE	10/11/2025	FS	1799029	5673	2	Art. 183
PEV8F34	PE	13/11/2025	VD	1474366	6050	1	Art. 208
PEW3792	PE	11/11/2025	RD	1847498	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEY1880	PE	10/11/2025	RD	1846262	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEY2D80	PE	09/11/2025	FS	1794795	6050	3	Art. 208
PFA8A15	PE	11/11/2025	RD	1848010	7471	0	Art. 218, Inc. III
PFB5320	PE	12/11/2025	FS	1806530	6050	3	Art. 208
PFB8081	PE	07/11/2025	FS	1791796	5673	2	Art. 183
PFE2468	PE	10/11/2025	RD	1846165	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFF5922	PE	08/11/2025	RD	1837344	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFG9F09	PE	07/11/2025	RD	1841384	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFI2510	PE	12/11/2025	RD	1849415	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFJ7B69	PE	06/11/2025	RD	1839401	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFL3I78	PE	11/11/2025	VD	1469680	6050	1	Art. 208
PFL4429	PE	12/11/2025	RD	1848516	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFM4334	PE	09/11/2025	FS	1797654	6050	3	Art. 208
PFP6516	PE	06/11/2025	RD	1839509	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFT1E10	PE	12/11/2025	TE	867600	5452	3	Art. 181, Inc. VIII
PFV0A68	PE	02/11/2025	RD	1825583	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFV9056	PE	09/11/2025	FS	1793080	6050	3	Art. 208
PFY4D35	PE	13/11/2025	FS	1806351	6041	2	Art. 207
PFZ2355	PE	06/11/2025	RD	1838120	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGC3525	PE	09/11/2025	RD	1844472	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGC3525	PE	09/11/2025	RD	1844022	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGC6566	PE	09/11/2025	FS	1794272	6050	3	Art. 208
PGD1276	PE	13/11/2025	VD	1473467	6050	1	Art. 208
PGD2343	PE	06/11/2025	RD	1839282	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGD9199	PE	12/11/2025	FS	1806998	6050	3	Art. 208
PGH8668	PE	13/11/2025	TE	873473	7684	2	Art. 244, X
PGI6B74	PE	13/11/2025	VD	1475907	5991	0	Art. 206, Inc. I
PGK1C82	PE	11/11/2025	RD	1847536	7463	0	Art. 218, Inc. II
PGK5H20	PE	06/11/2025	RD	1838227	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGK8G21	PE	10/11/2025	FS	1799053	5673	2	Art. 183
PGN1840	PE	13/11/2025	TE	863192	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PGN5618	PE	10/11/2025	RD	1846459	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGO3A88	PE	10/11/2025	VD	1463828	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PGP0231	PE	07/11/2025	RD	1840965	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGP8G18	PE	05/11/2025	RD	1836810	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGQ2663	PE	12/11/2025	VD	1470131	6041	2	Art. 207
PGQ6D18	PE	12/11/2025	VD	1473912	5720	0	Art. 186, Inc. I
PGR0G76	PE	13/11/2025	VD	1311530	6050	1	Art. 208
PGR4G64	PE	10/11/2025	RD	1842305	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGS4D06	PE	03/11/2025	RD	1833098	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGS4D11	PE	02/11/2025	FS	1765388	6050	3	Art. 208
PGV1B63	PE	10/11/2025	VD	1463801	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PGW3I86	PE	12/11/2025	RD	1849024	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGW9I71	PE	11/11/2025	RD	1848052	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGX3A23	PE	09/11/2025	RD	1842836	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGX3D77	PE	10/11/2025	RD	1846564	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGX5G30	PE	09/11/2025	VD	1469460	6050	1	Art. 208
PGY1F54	PE	12/11/2025	VD	1474579	6050	1	Art. 208
PGZ0440	PE	08/11/2025	RD	1837239	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGZ0440	PE	10/11/2025	RD	1846394	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGZ1G91	PE	12/11/2025	VD	1474102	6050	1	Art. 208
PGZ8A59	PE	13/11/2025	RD	1849989	7455	0	Art. 218, Inc. I
PHA6047	PB	02/11/2025	RD	1826156	7455	0	Art. 218, Inc. I
PKR0E10	PE	09/11/2025	RD	1842917	7455	0	Art. 218, Inc. I
PYO2I85	PE	07/11/2025	RD	1840744	7455	0	Art. 218, Inc. I
PYW7501	PE	08/11/2025	FS	1786571	6050	3	Art. 208
PZI6710	PE	12/11/2025	FS	1806564	5673	2	Art. 183
PZP0208	PE	11/11/2025	VD	1469672	6050	1	Art. 208
QFG6J98	PE	12/11/2025	VD	1474706	6050	1	Art. 208
QFI0G26	PE	09/11/2025	TE	865268	5568	0	Art. 181, Inc. XIX
QFM8729	PB	04/11/2025	FS	1775332	6050	3	Art. 208
QFT6H01	PB	10/11/2025	FS	1799584	5673	2	Art. 183
QFT6H01	PB	10/11/2025	FS	1799592	6050	3	Art. 208
QFZ9710	PB	06/11/2025	RD	1839460	7463	0	Art. 218, Inc. II
QGC9A17	PE	07/11/2025	RD	1841996	7455	0	Art. 218, Inc. I
QGQ2526	RN	14/11/2025	VD	1475265	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QLI0D63	PE	13/11/2025	RD	1849687	7455	0	Art. 218, Inc. I
QLI8D32	AL	05/11/2025	FS	1778056	5673	2	Art. 183
QPM9B63	PE	09/11/2025	FS	1793845	5673	2	Art. 183
QPO3J00	PE	14/11/2025	VD	1460888	6050	1	Art. 208
QQQ6C65	PE	06/11/2025	RD	1838510	7455	0	Art. 218, Inc. I
QWY2H65	PE	09/11/2025	RD	1844499	7455	0	Art. 218, Inc. I
QXT8J95	ES	14/11/2025	VD	1475206	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QYA2321	PE	10/11/2025	RD	1845959	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYA3151	PE	12/11/2025	RD	1849229	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYA4F68	PE	09/11/2025	RD	1842690	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYB3562	PE	10/11/2025	RD	1845380	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYB4G39	PE	07/11/2025	RD	1841279	7455	0	Art. 218, Inc. I

QYB5E59	PE	08/11/2025	RD	1837450	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYB9J99	PE	13/11/2025	VD	1473572	6050	1	Art. 208
QYC4G18	PE	13/11/2025	RD	1850502	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYD3D59	PE	07/11/2025	FS	1790706	5673	2	Art. 183
QYD7053	PE	11/11/2025	TE	871772	7234	0	Art. 250, Inc. I, alínea a
QYD9347	PE	11/11/2025	RD	1847234	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYE0J30	PE	13/11/2025	VD	1311521	6050	1	Art. 208
QYE2160	PE	10/11/2025	RD	1843514	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYE2D61	PE	08/11/2025	RD	1840558	7471	0	Art. 218, Inc. III
QYE8G88	PE	11/11/2025	RD	1847641	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYH2F85	PE	07/11/2025	RD	1841295	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYH7G29	PE	11/11/2025	RD	1847927	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYI5B70	PE	10/11/2025	FS	1799762	5673	2	Art. 183
QYJ0A71	PE	12/11/2025	VD	1474846	5592	0	Art. 182, Inc. III
QYK6A54	PE	09/11/2025	RD	1844260	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYL1B18	PE	12/11/2025	VD	1469966	6050	1	Art. 208
QYL7D40	PE	11/11/2025	RD	1845290	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYL8E50	PE	09/11/2025	RD	1843220	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM1G91	PE	13/11/2025	VD	1436235	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QYM9A01	PE	13/11/2025	TE	868224	6599	2	Art. 230, Inc. V
QYN4H13	PE	14/11/2025	VD	1460950	6050	1	Art. 208
QYN8B26	PE	09/11/2025	FS	1795708	6041	2	Art. 207
QYO5C41	PE	14/11/2025	RD	1850693	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYQ8I33	PE	13/11/2025	RD	1849750	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYQ9J10	PE	13/11/2025	RD	1849784	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYR9H92	PE	12/11/2025	FS	1803417	6041	2	Art. 207
QYS2F89	PE	10/11/2025	RD	1845487	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYS3B61	PE	10/11/2025	RD	1845967	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYT3I81	PE	04/11/2025	RD	1834701	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYT3I81	PE	06/11/2025	RD	1839347	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYT9A95	PE	13/11/2025	VD	1475893	6050	1	Art. 208
QYU1F74	PE	10/11/2025	RD	1844944	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYU7G95	PE	07/11/2025	RD	1840388	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYU9I43	PE	13/11/2025	FS	1809393	5673	2	Art. 183
QYW8H07	PE	13/11/2025	TE	862587	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QYX2A37	PE	09/11/2025	RD	1842577	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYX9B93	PE	13/11/2025	VD	1474196	6050	1	Art. 208
QYZ2C51	PE	11/11/2025	VD	1467173	6050	1	Art. 208
QYZ7J20	PE	12/11/2025	VD	1474749	5592	0	Art. 182, Inc. III
RCP0E92	BA	09/11/2025	VD	1473807	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RFH4I10	PE	13/11/2025	RD	1849954	7455	0	Art. 218, Inc. I
RGK6G35	PE	02/11/2025	FS	1771752	6050	3	Art. 208
RGX6B08	PE	10/11/2025	VD	1470646	6041	2	Art. 207
RIY5E14	PE	09/11/2025	VD	1473840	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RKH3A92	BA	02/11/2025	FS	1767178	6050	3	Art. 208
RLX1G89	PE	09/11/2025	RD	1844324	7455	0	Art. 218, Inc. I
RMS4J07	PE	06/11/2025	RD	1838588	7463	0	Art. 218, Inc. II
RMW6I45	PE	08/11/2025	FS	1785850	5673	2	Art. 183
RNA4F04	PE	13/11/2025	FS	1807803	6050	3	Art. 208
RTN1H56	PE	09/11/2025	VD	1473750	6050	1	Art. 208
RTO1F30	PE	10/11/2025	RD	1843573	7455	0	Art. 218, Inc. I
RVU1D41	PE	10/11/2025	FS	1792350	5673	2	Art. 183
RZE0A68	PE	09/11/2025	RD	1844340	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZE0A68	PE	09/11/2025	RD	1844570	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZF1F21	PE	13/11/2025	FS	1809695	6050	3	Art. 208
RZF3J63	PE	10/11/2025	RD	1842348	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZG0E39	PE	12/11/2025	FS	1805851	6050	3	Art. 208
RZH0G47	PE	12/11/2025	VD	1474099	5991	0	Art. 206, Inc. I
RZH2A01	PE	10/11/2025	TE	866370	7684	2	Art. 244, X
RZH2A01	PE	10/11/2025	TE	866388	7714	2	Art. 244, XI
RZH9A48	PE	13/11/2025	TE	863940	6041	2	Art. 207
RZI3A17	PE	10/11/2025	RD	1845843	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZI5D28	PE	09/11/2025	TE	858008	5819	4	Art. 193
RZI5D28	PE	09/11/2025	TE	858628	7340	0	Art. 252, Inc. IV
RZJ9D41	PE	13/11/2025	RD	1849946	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZK6I13	PE	06/11/2025	RD	1838952	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZK7A71	PE	10/11/2025	RD	1844960	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZN1H80	PE	09/11/2025	RD	1843417	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZN8H96	PE	08/11/2025	RD	1837298	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZO9A94	PE	10/11/2025	RD	1842224	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZP0G50	PE	09/11/2025	RD	1842933	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZP4G85	PE	13/11/2025	TE	850716	7684	2	Art. 244, X
RZQ5F35	PE	09/11/2025	FS	1796763	6050	3	Art. 208
RZQ6J84	PE	06/11/2025	RD	1838359	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZR4H22	PE	08/11/2025	FS	1786679	6050	3	Art. 208
RZR7G33	PE	13/11/2025	VD	1473530	5991	0	Art. 206, Inc. I
RZT1J22	PE	12/11/2025	TE	862676	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RZT5B11	PE	13/11/2025	VD	1475915	6050	1	Art. 208
RZU2G91	PE	09/11/2025	RD	1842755	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZV8H44	PE	09/11/2025	RD	1842461	7471	0	Art. 218, Inc. III
RZV8H44	PE	10/11/2025	RD	1843980	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZW7A79	PE	12/11/2025	FS	1804944	6050	3	Art. 208
RZW7A93	PE	12/11/2025	TE	867716	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RZX2C74	PE	12/11/2025	VD	1470190	6050	1	Art. 208
RZX8I75	PE	12/11/2025	VD	1470158	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SBP3F78	CE	13/11/2025	TE	866779	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SCO7B56	PE	13/11/2025	RD	1850618	7471	0	Art. 218, Inc. III
SCW1B40	PE	08/11/2025	RD	1837387	7455	0	Art. 218, Inc. I
SDU4I90	PE	12/11/2025	RD	1848966	7455	0	Art. 218, Inc. I

SJK0D44	BA	12/11/2025	VD	1474609	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SNK3E10	PE	10/11/2025	RD	1845398	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNK7C94	PE	07/11/2025	RD	1841082	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNL1G59	PE	06/11/2025	RD	1840337	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNM3E85	PE	13/11/2025	VD	1476008	6050	1	Art. 208
SNM8A56	PE	09/11/2025	FS	1793071	6050	3	Art. 208
SNM8A56	PE	09/11/2025	FS	1797182	5673	2	Art. 183
SNO2C74	PE	12/11/2025	RD	1849237	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNO6D12	PE	13/11/2025	VD	1315128	5991	0	Art. 206, Inc. I
SNP4B86	PE	12/11/2025	FS	1803301	6050	3	Art. 208
SNP7H63	PE	12/11/2025	VD	1470212	6050	1	Art. 208
SNQ0I87	PE	12/11/2025	TE	868992	7684	2	Art. 244, X
SNQ1D80	PE	09/11/2025	FS	1795384	6050	3	Art. 208
SNQ4J48	PE	12/11/2025	VD	1474129	6050	1	Art. 208
SNQ8H11	PE	12/11/2025	FS	1805630	6050	3	Art. 208
SNR4B23	PE	12/11/2025	VD	1473882	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNS1I80	PE	11/11/2025	VD	1469656	6050	1	Art. 208
SNS5C70	PE	09/11/2025	TE	850066	7340	0	Art. 252, Inc. IV
SNS5C70	PE	09/11/2025	TE	850074	7684	2	Art. 244, X
SNS7G73	PE	07/11/2025	RD	1841899	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNS8I98	PE	11/11/2025	RD	1846750	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNT6E29	PE	01/11/2025	RD	1820786	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNT7H06	PE	07/11/2025	FS	1788469	6050	3	Art. 208
SNU0F61	PE	11/11/2025	FS	1801155	5673	2	Art. 183
SNU4B24	PE	07/11/2025	FS	1790544	6050	3	Art. 208
SNV4J32	PE	08/11/2025	RD	1840400	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNV7H40	PE	12/11/2025	RD	1848362	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNX0C82	PE	10/11/2025	FS	1792490	5673	2	Art. 183
SNX2C55	PE	12/11/2025	FS	1805150	6050	3	Art. 208
SNY1F91	PE	11/11/2025	VD	1469630	6050	1	Art. 208
SNY1H17	PE	12/11/2025	FS	1806734	6041	2	Art. 207
SNZ7A15	PE	12/11/2025	RD	1848583	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOA2D84	PE	09/11/2025	FS	1794370	6050	3	Art. 208
SOA4E93	PE	09/11/2025	VD	1469435	6050	1	Art. 208
SOA8J29	PE	13/11/2025	RD	1850359	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOB0F83	PE	07/11/2025	RD	1840736	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOC2E62	PE	09/11/2025	RD	1843921	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOE0G52	PE	10/11/2025	FS	1797743	5673	2	Art. 183
SOE2F49	PE	12/11/2025	TE	869042	7684	2	Art. 244, X
SOF5D16	PE	08/11/2025	FS	1786008	6050	3	Art. 208
SOF5D16	PE	08/11/2025	FS	1786024	5673	2	Art. 183
SOF5D16	PE	08/11/2025	FS	1787926	6050	3	Art. 208
SOF9B09	PE	10/11/2025	RD	1845576	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOG0C12	PE	13/11/2025	VD	1473580	6050	1	Art. 208
SOG1A69	PE	12/11/2025	VD	1474820	6050	1	Art. 208
SOG1A83	PE	07/11/2025	RD	1841201	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOH3J04	PE	07/11/2025	FS	1790560	6050	3	Art. 208
SOH6I41	PE	13/11/2025	VD	1394605	5991	0	Art. 206, Inc. I
SOH7B19	PE	10/11/2025	RD	1844952	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOH8I03	PE	13/11/2025	VD	1474382	6050	1	Art. 208
SOH9C13	PE	07/11/2025	FS	1790790	6050	3	Art. 208
SOH9C84	PE	13/11/2025	RD	1849180	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOI1H58	PE	13/11/2025	RD	1850391	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOI2F99	PE	13/11/2025	RD	1851045	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOI8H36	PE	14/11/2025	VD	1475141	6050	1	Art. 208
SOJ9D57	PE	07/11/2025	FS	1787918	6050	3	Art. 208
SOK1A57	PE	09/11/2025	RD	1844030	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOK1J31	PE	06/11/2025	RD	1838529	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOK2C63	PE	09/11/2025	FS	1793403	6050	3	Art. 208
SOK5E33	PE	06/11/2025	RD	1839568	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOK8H16	PE	11/11/2025	RD	1847200	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOL1D78	PE	10/11/2025	RD	1845975	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOL3A23	PE	07/11/2025	FS	1791427	6050	3	Art. 208
SON8I68	PE	10/11/2025	RD	1845657	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOO3D96	PE	07/11/2025	FS	1790439	6050	3	Art. 208
SOO4G69	PE	13/11/2025	VD	1473602	6050	1	Art. 208
SOO5C12	PE	11/11/2025	FS	1802470	6050	3	Art. 208
SOP2A98	PE	12/11/2025	RD	1849091	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOP6C11	PE	10/11/2025	RD	1845711	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOQ3D31	PE	12/11/2025	TE	862714	7340	0	Art. 252, Inc. IV
SOQ6A69	PE	12/11/2025	RD	1849377	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOQ7B51	PE	12/11/2025	VD	1473939	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOR3I89	PE	13/11/2025	RD	1850138	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOR6H13	PE	12/11/2025	FS	1805258	6050	3	Art. 208
SOS4D31	PE	06/11/2025	RD	1838472	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOS5G61	PE	09/11/2025	FS	1792865	5673	2	Art. 183
SOT1G30	PE	08/11/2025	RD	1840256	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOT3B16	PE	11/11/2025	RD	1847072	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOT3B81	PE	13/11/2025	RD	1849970	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOU5F31	PE	12/11/2025	VD	1469753	6050	1	Art. 208
SOU9C99	PE	13/11/2025	FS	1807358	6050	3	Art. 208
SOV1E55	PE	11/11/2025	VD	1469559	6050	1	Art. 208
SOW1I30	PE	10/11/2025	RD	1845088	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOW2I53	PE	12/11/2025	VD	1470220	6050	1	Art. 208
SOW5H36	PE	11/11/2025	RD	1847161	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOW6B94	PE	06/11/2025	RD	1838855	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOW9F93	PE	08/11/2025	RD	1837255	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOW9F93	PE	08/11/2025	RD	1837280	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOX3G09	PE	07/11/2025	RD	1841171	7463	0	Art. 218, Inc. II

SOX4D41	PE	09/11/2025	FS	1794957	6050	3	Art. 208
SOY3C42	PE	10/11/2025	FS	1799720	6050	3	Art. 208
SOY6A29	PE	09/11/2025	RD	1844251	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOY9E69	PE	12/11/2025	FS	1804863	6050	3	Art. 208
SOY9I59	PE	09/11/2025	RD	1843778	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOZ7H42	PE	06/11/2025	RD	1840183	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOZ8F71	PE	11/11/2025	RD	1847650	7455	0	Art. 218, Inc. I
SPA6E09	PE	03/11/2025	RD	1833810	7463	0	Art. 218, Inc. II
SPA7H16	PE	09/11/2025	FS	1794442	6050	3	Art. 208
SPB2A99	PE	09/11/2025	RD	1843395	7463	0	Art. 218, Inc. II
SPB5A23	PE	10/11/2025	RD	1842372	7455	0	Art. 218, Inc. I
SPB9D47	PE	02/11/2025	RD	1823513	7455	0	Art. 218, Inc. I
SUP5A89	PR	11/11/2025	RD	1842453	7455	0	Art. 218, Inc. I
SVJ8C08	SP	07/11/2025	RD	1841376	7455	0	Art. 218, Inc. I
SYA5C70	PE	13/11/2025	RD	1850146	7455	0	Art. 218, Inc. I
TAM8D31	PR	13/11/2025	TE	856153	7684	2	Art. 244, X
TAT2H60	PR	13/11/2025	VD	1474153	6050	1	Art. 208
TAT2H67	PR	05/11/2025	RD	1836410	7455	0	Art. 218, Inc. I
TAT2H83	PR	02/11/2025	RD	1831559	7455	0	Art. 218, Inc. I
TAT2H83	PR	02/11/2025	FS	1767046	6050	3	Art. 208
TBE8A44	PR	03/11/2025	RD	1833977	7463	0	Art. 218, Inc. II
TBE8A44	PR	06/11/2025	RD	1838561	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBG6G71	PR	09/11/2025	TE	850520	7684	2	Art. 244, X
TBG6G71	PR	09/11/2025	TE	850511	7340	0	Art. 252, Inc. IV
TBH8I76	PR	09/11/2025	TE	876855	7366	2	Art. 252, Inc. VI
TBJ6J67	PR	11/11/2025	VD	1469699	6050	1	Art. 208
TBP1B42	PR	13/11/2025	VD	1474161	6050	1	Art. 208
TBQ4D81	PR	04/11/2025	RD	1834140	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBR6J61	PR	03/11/2025	RD	1828728	7463	0	Art. 218, Inc. II
TBS0D83	PR	03/11/2025	FS	1769316	6050	3	Art. 208
TBS0E81	PR	02/11/2025	RD	1827292	7463	0	Art. 218, Inc. II
TBU7E05	PR	12/11/2025	VD	1474773	6050	1	Art. 208
TBW3D36	PR	05/11/2025	RD	1836313	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBY9D45	PR	06/11/2025	RD	1839703	7463	0	Art. 218, Inc. II
TBZ4I47	PR	09/11/2025	TE	850082	7048	1	Art. 244, Inc. II
TBZ4I47	PR	09/11/2025	TE	850104	7684	2	Art. 244, X
TBZ4I47	PR	09/11/2025	TE	850090	7340	0	Art. 252, Inc. IV
TNH4B99	AL	13/11/2025	TE	866787	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
UAS2G67	PR	02/11/2025	FS	1772830	6050	3	Art. 208
UAT7D44	PR	04/11/2025	FS	1774891	6050	3	Art. 208
UHJ4A70	PE	09/11/2025	RD	1842615	7455	0	Art. 218, Inc. I
UHJ5F94	PE	09/11/2025	VD	1473726	6050	1	Art. 208
UHJ7B91	PE	07/11/2025	RD	1839924	7455	0	Art. 218, Inc. I
UHJ8E48	PE	09/11/2025	RD	1842801	7455	0	Art. 218, Inc. I
UHK0C25	PE	13/11/2025	RD	1849911	7455	0	Art. 218, Inc. I

ERIVALDO JOSÉ COUTINHO DOS SANTOS
Secretário de Mobilidade de Olinda e Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Marilene de Almeida Gomes
Código Identificador:2F1A06CF

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE PENALIDADES

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE OLINDA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE

A Autoridade de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana de Olinda, em conformidade com as suas competências estabelecidas pelo CTB e regulamentações do Contran, após esgotadas tentativas de notificação do infrator ou proprietário de veículo por meio postal ou pessoal, e considerando os autos de infração de trânsito registrados, pelo presente edital notifica os proprietários dos veículos abaixo relacionados da imposição de penalidade por infração de trânsito, os quais terão o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação deste edital para interpor seu recurso neste órgão autuador ou em qualquer posto do Detran/PE ou enviar via remessa postal para o endereço: Av. Joaquim Nabuco, n° 475, Varadouro, Olinda-PE, CEP 53.020-310.Caso já tenha ocorrido o pagamento da multa, desconsiderar o valor informado. Para detalhamento das infrações e maiores informações acessar o site www.detran.pe.gov.br ou www.gov.br. O padrão da sequência para identificação dos dados das autuações a seguir relacionados será: PLACA/UF, DATA DA INFRAÇÃO, N° DO AUTO DE INFRAÇÃO, CÓDIGO DA INFRAÇÃO COM DESDOBRAMENTO (AMPARO LEGAL). VALOR DA MULTA.

AYD3566	PE	16/03/2025	RD	865166	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
BCK4A13	PR	25/08/2025	VD	1384456	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
BER8B47	PE	13/03/2025	RD	830435	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
CBR5E84	PE	25/08/2025	FS	1481169	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
DID4683	SP	15/03/2025	RD	860423	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
DNA5H72	PE	16/03/2025	RD	865255	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
EBO2E32	BA	06/09/2025	FS	1535684	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
EDR0J31	PE	13/09/2025	FS	1567934	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
EJG0F16	PE	09/09/2025	TE	837094	7633	2	Art. 252, §único	R$ 293,47
EWD1F73	SP	16/03/2025	RD	862582	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
EWY0A24	PE	24/08/2025	FS	1475959	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
FAL0C25	SP	26/08/2025	RD	1584195	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
FBY6A14	PR	10/09/2025	VD	1403230	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
FCA1E51	SP	16/03/2025	RD	846242	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
FKI4D89	PE	16/03/2025	RD	852820	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
FKT2D82	PE	05/09/2025	RD	1611575	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
FMD8E64	PE	19/08/2025	RD	1556302	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

FRG1A22	PE	20/08/2025	FS	1458051	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
FVM3G01	PR	07/09/2025	RD	1618391	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
FXX9A27	PE	21/03/2025	VD	1195530	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
FYJ1A42	PR	09/09/2025	FS	1552325	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
FYX0C42	PR	13/09/2025	RD	1642705	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
GFJ4C11	PR	09/09/2025	RD	1628125	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
GHZ8G54	PR	10/09/2025	RD	1632335	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
GKD1B34	PR	10/09/2025	VD	1403515	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
HCG8B57	PE	14/03/2025	RD	831628	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
HJH0C67	PE	14/03/2025	RD	823730	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
HJJ0368	PE	15/03/2025	RD	867550	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
HMP3193	PE	22/03/2025	TE	755004	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
HPY7E11	PE	26/08/2025	RD	1585469	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
HVV6957	RN	27/08/2025	VD	1388826	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
HVV6957	RN	25/08/2025	VD	1378464	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
HYA6B43	PE	07/09/2025	FS	1542427	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
HYE7918	PE	23/03/2025	VD	1203087	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
HZC4B59	PE	22/08/2025	FS	1466127	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
IAG8236	PE	25/08/2025	FS	1481827	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
IAH2G23	PB	23/08/2025	RD	1567886	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
JBE0E37	RS	24/08/2025	VD	1385541	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
JDG4G79	RS	08/09/2025	RD	1623824	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
JOI1F81	PE	19/08/2025	RD	1555063	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
JPG4004	PE	16/03/2025	RD	851157	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KFL2G59	PE	19/08/2025	RD	1557937	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KFW0671	PE	08/09/2025	FS	1543822	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KFX7E85	PE	23/08/2025	RD	1571140	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KGB6465	PE	16/03/2025	RD	851262	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KGD7A44	PE	20/08/2025	RD	1558380	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KGF4J73	PE	19/08/2025	RD	1557961	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KGH8901	PE	24/08/2025	FS	1478532	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KGM7455	PE	26/08/2025	FS	1489003	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KGT7B27	PE	20/08/2025	RD	1560121	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KGX3466	PE	27/08/2025	RD	1584977	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
KGY7743	PE	15/03/2025	RD	866766	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KGY9503	PE	20/08/2025	RD	1560172	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHC0E69	PE	20/03/2025	FS	789836	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KHD8313	PE	07/09/2025	RD	1619037	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHD8313	PE	13/09/2025	FS	1565958	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KHF5J50	PE	23/08/2025	FS	1475177	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KHG1154	PE	23/03/2025	TE	760911	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KHG3I34	PE	15/03/2025	RD	835097	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHH7J13	PE	21/08/2025	FS	1463934	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KHH8I24	PE	23/08/2025	RD	1568092	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHM6420	PE	15/03/2025	RD	841194	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHM6420	PE	16/03/2025	RD	865832	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHS2327	PE	14/03/2025	RD	824745	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHW5J01	PE	16/03/2025	RD	849110	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHX8E33	PE	23/08/2025	RD	1569463	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KHY7007	PE	22/08/2025	RD	1564461	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHY7A42	PE	24/08/2025	RD	1576451	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KHY7A42	PE	24/08/2025	RD	1582290	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KHY8636	PE	25/08/2025	RD	1580610	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIA6E52	PE	22/03/2025	TE	771603	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KIC6322	PE	06/09/2025	RD	1613691	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIH5521	PE	27/08/2025	FS	1487663	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KII3E61	PE	21/08/2025	RD	1562043	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KII4H73	PE	06/09/2025	FS	1534980	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KII8C94	PE	11/09/2025	FS	1561227	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLD8H14	PE	26/08/2025	FS	1491237	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KII9E54	PE	08/09/2025	VD	1401300	5665	0	Art. 182, Inc. X	R$ 130,16
KIJ2767	PE	11/09/2025	RD	1627293	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIL3G43	PE	17/03/2025	RD	855080	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KIN6H12	PE	20/03/2025	RD	869102	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KIO3G18	PE	15/03/2025	RD	838843	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIP4G41	PE	15/03/2025	RD	835690	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIP4G41	PE	15/03/2025	RD	840813	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIP7670	PE	21/08/2025	FS	1457594	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KIS9D55	PE	08/09/2025	RD	1623875	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIU6F69	PE	24/08/2025	RD	1582419	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJC7J24	PE	23/03/2025	TE	764453	5738	0	Art. 186, Inc. II	R$ 293,47
KJE8986	PE	22/03/2025	TE	771808	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KJE9944	PE	23/03/2025	VD	1203036	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KJF0599	PE	26/08/2025	RD	1584314	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KJF4465	PE	23/08/2025	RD	1569200	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJG5988	PE	15/03/2025	RD	867673	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJH9823	PE	21/08/2025	RD	1564291	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJI3431	PE	24/08/2025	FS	1479660	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KJI5765	PE	16/03/2025	RD	865778	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJI8607	PE	20/08/2025	RD	1557635	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJL9844	PE	16/03/2025	RD	853206	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJM7I61	PE	11/09/2025	RD	1637280	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJN1985	PE	22/08/2025	FS	1466410	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KJS9056	PE	15/03/2025	RD	836905	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
KJT3910	PE	11/09/2025	RD	1634966	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJT9C10	PE	23/08/2025	RD	1569498	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KJW8J26	PE	21/03/2025	FS	796093	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KJY4989	PE	12/09/2025	RD	1643949	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KKB7G61	PE	14/03/2025	RD	826756	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

KKD8F80	PE	20/08/2025	RD	1557481	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KKL7H65	PE	21/03/2025	TE	772642	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
KKL9D19	PE	22/08/2025	RD	1566200	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KKO2699	PE	23/08/2025	RD	1566618	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KKQ2D27	PE	13/09/2025	FS	1567896	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KKS4A51	PE	26/08/2025	RD	1587372	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KKT7B39	PE	10/09/2025	VD	1403884	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KKV4E80	PE	21/08/2025	RD	1562574	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KKX4D57	PE	13/03/2025	RD	831920	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KKY9E81	PE	21/08/2025	RD	1562884	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KKY9E81	PE	21/08/2025	RD	1563619	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KLA6F31	PE	15/03/2025	RD	834686	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KLB3176	PE	23/08/2025	FS	1469282	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLC2E85	PE	26/08/2025	RD	1587224	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLC3198	PE	16/03/2025	RD	859484	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLH2359	PE	07/09/2025	RD	1619053	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLJ4012	PE	20/08/2025	FS	1458094	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLK8075	PE	22/03/2025	VD	1200126	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
KLL0F52	PE	23/08/2025	RD	1568300	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KLN0759	PE	20/08/2025	RD	1557546	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLO3719	PE	15/03/2025	RD	834880	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLT6516	PE	16/03/2025	RD	842891	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KLV0B44	PE	23/03/2025	VD	1201726	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KLV8043	PE	19/08/2025	RD	1555403	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLW8771	PE	13/09/2025	FS	1564730	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLX8G88	PE	24/08/2025	FS	1484303	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLY4363	PE	13/09/2025	RD	1639992	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KLY4F68	PE	22/03/2025	VD	1192450	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KLY6773	PE	06/09/2025	FS	1534661	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KLY6773	PE	06/09/2025	FS	1534670	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLZ1312	PE	25/08/2025	RD	1583407	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLZ5386	PE	23/03/2025	VD	1201785	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KLZ5386	PE	23/03/2025	VD	1202382	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KMC7549	PE	11/09/2025	FS	1559249	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KMD5B41	PE	16/03/2025	RD	863074	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KME1535	PE	24/08/2025	RD	1571778	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KME5A26	PE	16/03/2025	RD	865484	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KMT3627	RJ	24/08/2025	RD	1581404	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KYD1I60	MT	11/09/2025	RD	1635660	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KZM4E78	PB	27/08/2025	VD	1385940	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
LUB9E10	SP	21/08/2025	FS	1462695	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
MNH6935	PB	22/08/2025	FS	1473190	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MNS0038	PB	19/08/2025	FS	1454617	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MNS0038	PB	21/08/2025	FS	1461656	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MNS0038	PB	21/08/2025	FS	1463276	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MOB2H38	PB	12/09/2025	TE	848240	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
MOF8369	PB	05/09/2025	FS	1537679	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
MXU3E24	PE	26/08/2025	RD	1587500	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
MYC3809	PE	19/08/2025	RD	1557740	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
MYX5296	PE	25/08/2025	RD	1580432	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NHW3E39	PE	15/03/2025	RD	837820	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NME4334	PE	12/09/2025	VD	1398457	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
NMI8259	AL	16/03/2025	RD	864445	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NMJ2A09	BA	23/08/2025	RD	1571212	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
NQB4F41	PB	15/03/2025	RD	858739	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NQD5I21	PB	27/08/2025	VD	1385690	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
NQE5003	PB	16/03/2025	RD	842662	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NQF7G43	PE	23/08/2025	RD	1569005	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
NQN3B71	PE	24/08/2025	FS	1475614	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
NSJ9964	PA	26/08/2025	RD	1586031	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NTG5I09	PE	24/08/2025	FS	1475630	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
NYO2D71	PE	09/09/2025	RD	1630987	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NZN1737	BA	12/09/2025	TE	848223	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
NZS9B15	BA	26/08/2025	RD	1585973	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OCB2818	PE	16/03/2025	RD	850037	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OEX1615	PB	25/08/2025	TE	840842	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OFH2C98	PB	08/09/2025	VD	1400648	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
OGG8J21	PE	13/09/2025	TE	835741	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
OHK7J46	RN	08/03/2025	RD	785685	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OIA1J48	RN	11/09/2025	RD	1635997	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OJR7080	RN	14/09/2025	TE	841547	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
OLW1927	PE	16/03/2025	RD	849225	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OSB5E54	RN	17/03/2025	RD	857392	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OSJ6G51	PE	15/03/2025	RD	838959	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OSP8F96	RN	23/03/2025	VD	1193596	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OUU8H12	BA	14/03/2025	RD	826519	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OWD2H87	PE	17/03/2025	RD	856078	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OWN4C65	PE	20/08/2025	RD	1557708	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OWN4C65	PE	26/08/2025	RD	1587348	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OXZ7I88	PE	16/03/2025	RD	849608	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYL0A97	PE	21/03/2025	VD	1199381	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OYL4E95	PE	21/03/2025	VD	1199420	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OYL6279	PE	14/03/2025	RD	829100	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYM3D11	PE	23/03/2025	FS	799130	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYM5J11	PE	11/09/2025	RD	1634907	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYN1E00	PE	15/03/2025	RD	837910	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYN6016	PE	07/09/2025	RD	1620949	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYN7431	PE	21/08/2025	FS	1462792	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYN7A18	PE	22/03/2025	VD	1196200	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16

OYN8H88	PE	13/09/2025	RD	1640079	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYO1120	SP	21/08/2025	FS	1461176	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYP5B80	PE	10/09/2025	VD	1404570	5487	0	Art. 181, Inc. XI	R$ 195,23
OYQ1264	PE	14/03/2025	RD	830605	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYQ1I62	PE	16/03/2025	RD	864267	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYQ3I81	PE	15/03/2025	RD	836042	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYQ4F94	PE	19/08/2025	RD	1555225	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYQ8276	PE	24/08/2025	RD	1578012	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYR1B83	PE	19/08/2025	RD	1555322	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYS0I63	PE	25/08/2025	FS	1480685	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYS4203	PE	15/03/2025	RD	840090	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYS5439	PE	11/09/2025	RD	1636748	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYS7H89	PE	26/08/2025	RD	1587488	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYS8I63	PE	11/09/2025	RD	1635792	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYS9A95	PE	17/03/2025	RD	858178	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYU3287	PE	24/08/2025	FS	1477870	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYU9F30	PE	14/03/2025	RD	826659	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYW1A72	PE	17/03/2025	RD	859956	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYW1I00	PE	16/03/2025	RD	843260	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYW6B92	PE	16/03/2025	RD	833280	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYW6B92	PE	16/03/2025	RD	833329	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYW6G05	PE	20/03/2025	RD	869315	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYW6H68	PE	17/03/2025	RD	857384	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYW8H21	PE	15/03/2025	RD	839661	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYX2A32	PE	06/09/2025	RD	1615546	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYX5D16	PE	15/03/2025	RD	838541	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYX7625	PE	22/03/2025	TE	771689	7633	1	Art. 252, §único	R$ 293,47
OYX8H02	PE	08/09/2025	RD	1622860	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYY0522	PE	08/09/2025	FS	1547429	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYY0522	PE	26/08/2025	FS	1486454	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYY0F51	PE	16/03/2025	RD	865921	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYZ2A10	PE	19/08/2025	RD	1557368	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYZ3630	PE	20/08/2025	RD	1555721	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYZ6463	PE	15/03/2025	RD	838096	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PAR3C73	PE	14/03/2025	RD	827175	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PAV9J64	PE	24/08/2025	RD	1573843	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCA0I85	PE	22/08/2025	FS	1468146	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCA4862	PE	17/03/2025	RD	854083	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCA6I65	PE	15/03/2025	RD	832764	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCB8617	PE	23/08/2025	RD	1569374	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCC2H39	PE	23/08/2025	FS	1469452	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCC2H39	PE	23/08/2025	FS	1469460	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCC2H39	PE	26/08/2025	FS	1488333	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCC5833	PE	17/03/2025	RD	833540	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCC5F69	PE	16/03/2025	RD	863163	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCD2419	PE	12/09/2025	FS	1569279	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCD5062	PE	24/08/2025	RD	1575404	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCD7443	PE	14/03/2025	RD	825679	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCD9400	PE	12/09/2025	FS	1563041	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCE0522	PE	24/08/2025	RD	1574432	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCE3I02	PE	21/03/2025	FS	797880	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCE9310	PE	17/03/2025	RD	856850	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCF2H70	PE	23/03/2025	TE	772740	7048	1	Art. 244, Inc. II	R$ 293,47
PCF4363	PE	19/08/2025	RD	1555438	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCF4738	PE	24/08/2025	RD	1576702	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCG7E26	PE	14/03/2025	RD	831466	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCG7E26	PE	25/08/2025	RD	1581218	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCG9I68	PE	23/08/2025	RD	1571115	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCH2J73	PE	23/08/2025	RD	1561519	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCH4639	PE	16/03/2025	RD	862523	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCH9856	PE	16/03/2025	RD	864356	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PCH9I15	PE	23/03/2025	VD	1202919	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCI2317	PE	22/08/2025	FS	1464787	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCI3488	PE	24/08/2025	RD	1583164	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCI7832	PE	22/03/2025	VD	1199454	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCI8061	PE	16/03/2025	RD	859662	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCJ1B77	PE	24/08/2025	RD	1573061	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCJ2068	PE	17/03/2025	RD	834120	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCJ4A58	PE	07/09/2025	RD	1621872	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCJ8186	PE	23/08/2025	FS	1472615	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCK0B63	PE	12/09/2025	RD	1643990	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCK1F13	PE	15/03/2025	RD	834783	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCK4D50	PE	17/03/2025	RD	856728	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCK6G11	PE	07/09/2025	FS	1541943	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCL0063	PE	21/03/2025	TE	770046	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PCL2I84	PE	23/08/2025	RD	1569943	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCL6E83	PE	22/08/2025	RD	1564755	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCL7F49	PE	22/03/2025	TE	771859	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
PCM0A16	PE	24/08/2025	RD	1576680	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCM5C44	PE	10/09/2025	VD	1403051	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCM8D56	PE	23/03/2025	VD	1204032	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCN7J64	PE	24/08/2025	RD	1582400	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCO6A35	PE	07/09/2025	RD	1621511	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCO6B53	PE	17/03/2025	RD	861144	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCO8F18	PE	17/03/2025	RD	857759	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCO9I35	PE	13/09/2025	RD	1639755	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCU6F45	PE	12/09/2025	FS	1563068	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCO9I35	PE	25/08/2025	RD	1579752	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCP9B36	PE	17/03/2025	RD	854687	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

PCQ5748	PE	23/03/2025	VD	1203338	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PCR1466	PE	21/08/2025	FS	1465023	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCS1862	PE	23/03/2025	VD	1199861	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCS2B76	PE	20/08/2025	RD	1558631	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCS2B76	PE	21/08/2025	RD	1561144	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCS2B76	PE	25/08/2025	RD	1581919	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCS2B76	PE	20/08/2025	FS	1456270	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCS4F04	PE	11/09/2025	VD	1406131	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PCT0J25	PE	11/09/2025	VD	1406921	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PCT6794	PE	21/03/2025	VD	1197338	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PCT7418	PE	09/09/2025	RD	1631576	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCU1G30	PE	15/03/2025	RD	841615	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCU8540	PE	23/08/2025	RD	1569730	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCU8F64	PE	14/03/2025	RD	831083	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCV6459	PE	20/08/2025	FS	1455150	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCW1A87	PE	15/03/2025	RD	840392	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCW2G92	PE	24/08/2025	RD	1575587	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PCW2H99	PE	24/08/2025	FS	1478893	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCW6029	PE	20/08/2025	RD	1560334	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCW7I85	PE	06/09/2025	RD	1613659	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCW9C04	PE	23/08/2025	RD	1568572	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCY1137	PE	16/03/2025	RD	853230	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCY1137	PE	17/03/2025	RD	860458	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCZ5F89	PE	08/09/2025	VD	1403728	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCZ8721	PE	16/03/2025	RD	849390	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCZ8938	PE	16/03/2025	RD	864348	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCZ9F08	PE	12/09/2025	VD	1341749	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDA0F35	PE	14/03/2025	RD	831709	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDA3544	PE	23/03/2025	VD	1202560	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDB2186	PE	21/03/2025	TE	759883	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PDB2J64	PE	17/03/2025	RD	854334	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDB8G05	PE	15/03/2025	RD	835089	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDC2C06	PE	26/08/2025	FS	1490079	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PDC6D86	PE	15/03/2025	RD	832829	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDC7496	PE	23/08/2025	FS	1471317	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDC7496	PE	25/08/2025	FS	1485032	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDC7496	PE	26/08/2025	FS	1491210	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDD1466	PE	19/08/2025	RD	1557821	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDD6F15	PE	23/03/2025	VD	1203931	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PDD7302	PE	13/09/2025	RD	1643124	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDD7D41	PE	23/03/2025	VD	1202030	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
PDE0A88	PE	24/08/2025	FS	1479342	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDE6B37	PE	15/03/2025	RD	835151	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDE6C00	PE	17/03/2025	RD	834058	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDE6D70	PE	22/08/2025	FS	1468197	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDE9535	PE	14/03/2025	RD	830729	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDG5J14	PE	24/08/2025	RD	1573940	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDG6B04	PE	07/09/2025	FS	1540297	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDG6B04	PE	10/09/2025	VD	1404384	5592	0	Art. 182, Inc. III	R$ 130,16
PDG9900	PE	24/08/2025	RD	1574742	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PDH2B79	PE	07/09/2025	FS	1545930	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDH3622	PE	23/03/2025	VD	1193588	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
PDH6B69	PE	06/09/2025	RD	1616950	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDK2632	PE	23/03/2025	VD	1203419	5827	0	Art. 194	R$ 195,23
PDK3C36	PE	13/09/2025	VD	1408649	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PDL0B75	PE	15/03/2025	RD	834236	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDL2D18	PE	22/08/2025	RD	1564941	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDL3G60	PE	24/08/2025	FS	1484060	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDL3H95	PE	21/03/2025	VD	1195610	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDL6E12	PE	15/03/2025	RD	832845	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDM1F29	PE	24/08/2025	RD	1578314	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDM9879	PE	13/09/2025	VD	1409645	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PDM9I05	PE	09/09/2025	FS	1551728	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDN0B13	PE	12/09/2025	RD	1638481	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDN5823	PE	23/08/2025	RD	1568653	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDN8267	PE	13/09/2025	VD	1409637	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PDO1C36	PE	24/08/2025	RD	1575099	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDO6G81	PE	14/03/2025	RD	831296	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDO8149	PE	18/03/2025	RD	859000	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDO8780	PE	26/08/2025	RD	1586708	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDO8C19	PE	24/08/2025	RD	1575137	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDO9H97	PE	10/09/2025	RD	1631886	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDP1I58	PE	16/03/2025	RD	862329	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDP2F24	PE	11/09/2025	RD	1635806	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDP3808	PE	10/09/2025	TE	826858	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDP4J63	PE	24/08/2025	FS	1477358	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDP7J90	PE	23/03/2025	VD	1202846	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDQ1770	PE	11/09/2025	RD	1636861	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDQ1D30	PE	13/09/2025	FS	1566393	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDQ4G47	PE	24/08/2025	RD	1574475	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDQ5A04	PE	13/09/2025	RD	1642462	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDR0009	PE	14/03/2025	RD	827205	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDR2275	PE	08/09/2025	RD	1623301	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDR2275	PE	27/08/2025	RD	1587135	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDR3B57	PE	23/03/2025	FS	797120	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDR5H10	PE	15/03/2025	RD	840910	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDR7282	PE	23/08/2025	FS	1470930	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDR8J70	PE	11/09/2025	VD	1406522	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDR9A89	PE	26/08/2025	RD	1585159	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23

PDS0269	PE	25/08/2025	FS	1488163	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDS0527	PE	15/03/2025	RD	867487	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDS0759	PE	06/09/2025	RD	1614051	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDS3027	PE	16/03/2025	RD	849403	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDS3D01	PE	23/08/2025	RD	1571271	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDS5A76	PE	10/09/2025	FS	1556134	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDS6230	PE	19/08/2025	RD	1556175	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDS6C16	PE	26/08/2025	FS	1489143	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDS7G20	PE	15/03/2025	RD	867762	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
PDS8190	PE	06/09/2025	RD	1614434	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDT0F05	PE	09/09/2025	RD	1629113	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDT0H26	PE	23/03/2025	FS	798843	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDT2395	PE	21/08/2025	RD	1561578	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDT6H75	PE	22/03/2025	VD	1196102	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PDT6H75	PE	17/03/2025	RD	861500	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDT9A46	PE	24/08/2025	RD	1575170	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PDU0720	PE	20/08/2025	RD	1558607	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDU0D14	PE	12/09/2025	TE	834249	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDU3945	PE	06/09/2025	RD	1613632	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDU6I65	PE	15/03/2025	RD	834481	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDU7A25	PE	12/09/2025	RD	1638600	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDV4E33	PE	19/08/2025	RD	1556760	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDV5F08	PE	17/03/2025	RD	857090	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDV7596	PE	17/03/2025	RD	856671	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDW4H15	PE	15/03/2025	RD	841976	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDW6H45	PE	17/03/2025	RD	854997	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDW7G13	PE	22/03/2025	TE	771557	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDW9C35	PE	05/09/2025	FS	1533665	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDX2B11	PE	11/09/2025	RD	1635890	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDX7C13	PE	26/08/2025	RD	1585647	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDY1058	PE	05/09/2025	RD	1611419	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDY3B38	PE	24/08/2025	FS	1478591	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDY5H69	PE	16/03/2025	RD	842719	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDZ3J03	PE	13/09/2025	RD	1643493	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDZ4I80	PE	14/03/2025	RD	824940	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDZ8H35	PE	15/03/2025	RD	832330	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEB6069	PE	14/03/2025	RD	831547	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEB6H49	PE	14/03/2025	RD	825385	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEB6H49	PE	14/03/2025	RD	829429	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEB7B61	PE	13/09/2025	VD	1408665	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PEB9305	PE	10/09/2025	FS	1556304	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEB9E33	PE	11/09/2025	RD	1636543	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEC3088	PE	20/03/2025	RD	869552	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEC3358	PE	24/08/2025	RD	1578454	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEC6B69	PE	16/03/2025	RD	853532	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEC9340	PE	15/03/2025	RD	867266	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PED5C13	PE	16/03/2025	RD	865239	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PED5H33	PE	21/03/2025	VD	1197257	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PEF5B85	PE	15/03/2025	RD	868084	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEF7840	PE	08/09/2025	RD	1623310	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEG2J54	PE	25/08/2025	RD	1579620	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEH3B62	PE	13/09/2025	RD	1639763	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEH6J42	PE	18/03/2025	FS	792233	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEI4B80	PE	11/09/2025	RD	1634702	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEI8J87	PE	07/09/2025	FS	1541455	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PEJ8B93	PE	24/08/2025	RD	1579167	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEK1789	PE	23/08/2025	RD	1571166	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEL1J90	PE	08/09/2025	FS	1543580	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEL7499	PE	15/03/2025	RD	835968	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEL7E70	PE	25/08/2025	FS	1475673	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEM4426	PE	25/08/2025	FS	1482424	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PEN0D05	PE	21/08/2025	RD	1562744	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEN7H93	PE	13/09/2025	VD	1406034	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PEN9B04	PE	24/08/2025	RD	1578632	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEO1I80	PE	19/08/2025	RD	1557252	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEO3J69	PE	11/09/2025	RD	1627315	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEO5I17	PE	15/03/2025	RD	840848	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEO7975	PE	07/09/2025	RD	1620710	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEP0E04	PE	15/03/2025	RD	839394	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEP1C73	PE	15/03/2025	RD	839920	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEQ8008	PE	09/03/2025	RD	768292	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PER1930	PE	19/08/2025	RD	1555900	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PER5J34	PE	14/03/2025	RD	830486	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PER6E90	PE	23/08/2025	FS	1474847	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PES0B69	PE	22/03/2025	VD	1189564	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PES0B69	PE	22/03/2025	VD	1194029	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PES2C38	PE	19/08/2025	RD	1557074	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PES3747	PE	25/08/2025	RD	1581455	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PET2G79	PE	22/08/2025	RD	1566197	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PET4F08	PE	20/08/2025	RD	1558755	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PET9A08	PE	16/03/2025	RD	843421	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PET9A08	PE	17/03/2025	RD	868564	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEU3082	PE	07/09/2025	RD	1618154	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEV5260	PE	13/09/2025	RD	1640524	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEW1E24	PE	25/08/2025	FS	1481444	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEW3478	PE	06/09/2025	RD	1612865	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEW4E23	PE	17/03/2025	RD	853982	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEY0279	PE	21/08/2025	RD	1562035	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEY5I29	PE	07/09/2025	RD	1620477	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41

PEY9A02	PE	20/03/2025	FS	795763	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEY9G39	PE	14/03/2025	RD	830842	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEZ0A78	PE	14/03/2025	RD	830966	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEZ0A78	PE	15/03/2025	RD	840023	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEZ3G57	PE	23/03/2025	VD	1202889	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEZ6J86	PE	16/03/2025	RD	864925	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFB4233	PE	16/03/2025	RD	843529	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFB4233	PE	16/03/2025	RD	863791	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFC1J98	PE	07/09/2025	FS	1540300	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFC4D93	PE	22/03/2025	VD	1199586	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PFC6B73	PE	17/03/2025	RD	860466	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFC8B79	PE	20/08/2025	RD	1560741	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFE9F69	PE	23/03/2025	VD	1202501	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFF2827	PE	15/03/2025	RD	840228	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFF9169	PE	15/03/2025	RD	829038	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFF9G60	RN	25/08/2025	RD	1579841	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFG6I40	PE	17/03/2025	RD	862248	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFH3761	PE	06/01/2025	RD	590710	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFH3B88	PE	14/03/2025	RD	823463	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFH4I32	PE	16/03/2025	RD	849276	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFI0789	PE	15/03/2025	RD	867134	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFK7412	PE	23/03/2025	VD	1199829	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFL0A37	PE	07/09/2025	RD	1620655	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFM3A72	PE	16/03/2025	RD	849500	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFM8D30	PE	21/08/2025	RD	1561675	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFM9I22	PE	24/08/2025	RD	1573274	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFN1E03	PE	23/08/2025	RD	1566774	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFN7672	PE	15/03/2025	RD	838436	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFO9A04	PE	23/08/2025	RD	1567150	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFO9A04	PE	26/08/2025	RD	1587259	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFP4C92	PE	19/08/2025	FS	1452312	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PFP8A47	PE	06/09/2025	FS	1537776	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFP9936	PE	24/08/2025	RD	1577199	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PFP9D77	PE	19/08/2025	FS	1456210	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFQ2166	PE	23/08/2025	FS	1471104	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PFQ3G61	PE	21/08/2025	RD	1564380	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFS4I68	PE	16/03/2025	RD	863708	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFS4I68	PE	15/03/2025	RD	867681	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFS7D32	PE	23/08/2025	FS	1470248	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFT4G85	PE	15/03/2025	RD	866677	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFU5728	PE	21/08/2025	RD	1563716	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFU7C55	PE	20/08/2025	FS	1455451	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PFY7G81	PE	23/03/2025	VD	1193600	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PGA0265	PE	21/08/2025	RD	1563708	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGA3641	PE	23/08/2025	FS	1472526	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGA6319	PE	14/03/2025	RD	823846	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGB1609	PE	16/03/2025	RD	849039	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGB3730	PE	14/03/2025	RD	826004	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGB5072	PE	05/09/2025	RD	1611389	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGB7135	PE	25/08/2025	RD	1580360	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGB9247	PE	23/03/2025	TE	765867	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
PGD9C58	PE	21/03/2025	VD	1197273	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PGD9J90	PE	15/03/2025	RD	836140	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGE4D60	PE	25/08/2025	RD	1579396	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGF1H05	PE	21/08/2025	RD	1563430	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGF2B13	PE	23/03/2025	VD	1202927	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGF6J43	PE	13/09/2025	RD	1644600	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGG3371	PE	17/03/2025	RD	862361	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGG3371	PE	24/08/2025	RD	1575048	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGG4A55	PE	15/03/2025	RD	840007	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGG5A23	PE	25/08/2025	RD	1580785	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGG8760	PE	22/03/2025	TE	771875	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
PGH0957	PE	06/09/2025	RD	1613284	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGH9406	PE	06/09/2025	RD	1613926	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGJ4682	PE	15/03/2025	RD	867509	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGK9H33	PE	07/09/2025	RD	1617336	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGL1539	PE	06/09/2025	RD	1612768	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGL6177	PE	09/09/2025	RD	1629059	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGM4727	PE	06/09/2025	RD	1613241	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGM7115	PE	17/03/2025	RD	857961	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGM7620	PE	20/08/2025	RD	1559441	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGM7620	PE	25/08/2025	RD	1580696	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGM9554	PE	22/08/2025	RD	1564860	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGN5028	PE	23/03/2025	VD	1193685	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
PGN5047	PE	15/03/2025	RD	837375	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGN7G50	PE	19/08/2025	RD	1556469	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGO5654	PE	26/08/2025	FS	1490192	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGO8H73	PE	15/03/2025	RD	867983	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGO8I04	PE	11/09/2025	RD	1637540	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGP5D38	PE	14/03/2025	RD	826209	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGP6514	PE	14/03/2025	RD	828996	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGP7035	PE	15/03/2025	RD	839866	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGQ1G18	PE	23/03/2025	VD	1203400	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PGQ5E10	PE	11/09/2025	RD	1636152	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGR2387	PE	14/03/2025	RD	825407	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGR6074	PE	24/08/2025	RD	1581340	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PGS7182	PE	24/08/2025	RD	1578462	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGS7182	PE	24/08/2025	RD	1578489	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGT2B44	PE	20/03/2025	FS	789704	5673	2	Art. 183	R$ 130,16

PGT5192	PE	23/03/2025	VD	1203117	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGT6B28	PE	15/03/2025	RD	836344	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGT6F71	PE	16/03/2025	RD	860334	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGT7179	PE	24/08/2025	FS	1484648	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PGT8C19	PE	21/08/2025	RD	1563333	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGT8C19	PE	22/08/2025	RD	1565395	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGT8C19	PE	22/08/2025	RD	1570313	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGU8142	PE	23/03/2025	TE	762345	7625	2	ARt. 181, inc. XX	R$ 293,47
PGV3H52	PE	17/03/2025	RD	868726	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGV8A53	PE	17/03/2025	RD	860814	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGW2B40	PE	24/08/2025	RD	1581080	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PGW5910	PE	14/03/2025	RD	831890	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGW9A21	PE	22/03/2025	VD	1199489	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PGX3922	PE	20/08/2025	FS	1452126	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PGX8J11	PE	19/08/2025	RD	1556426	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGY7H16	PE	22/03/2025	VD	1194118	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PGZ2E23	PE	13/09/2025	RD	1640508	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGZ2H83	PE	22/03/2025	VD	1189475	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PGZ5314	PE	17/03/2025	RD	854199	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGZ6C18	PE	15/03/2025	RD	838312	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGZ8H61	PE	21/03/2025	VD	1199225	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGZ9A99	PE	20/08/2025	FS	1456350	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PIZ4F96	PE	20/08/2025	FS	1456873	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PKF7G18	BA	19/08/2025	RD	1555535	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PMN1G95	PE	23/08/2025	FS	1471511	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PMX2F76	PE	25/08/2025	RD	1584039	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PNB1D24	CE	15/03/2025	RD	839998	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PNB1D24	CE	16/03/2025	RD	853249	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PNB1D24	CE	16/03/2025	RD	850371	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PNG0F85	PE	24/08/2025	RD	1582478	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PNP0J25	PE	16/03/2025	RD	863635	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PSD3292	PE	21/03/2025	TE	770003	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PTT2J42	MA	16/03/2025	RD	852200	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PVM6I45	PE	24/08/2025	RD	1574599	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PVS8934	PE	22/03/2025	TE	762680	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
PVT6G21	PE	22/03/2025	FS	797944	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PXE4769	PE	16/03/2025	RD	842395	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PYR6F13	SC	07/09/2025	RD	1620426	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PYS8A22	PE	24/08/2025	RD	1583121	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PZF3169	PE	20/08/2025	FS	1458973	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QFB4H09	PE	24/08/2025	RD	1579000	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFD9F55	PE	14/03/2025	RD	824397	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFF9A71	PB	20/08/2025	RD	1561110	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFJ2I61	PB	15/03/2025	RD	841062	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFJ4J74	PE	18/03/2025	RD	868815	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFL3B25	PE	13/03/2025	RD	829569	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFP0H51	PB	27/08/2025	TE	834982	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
QFT6H01	PB	22/08/2025	RD	1566049	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFT6H01	PB	22/08/2025	FS	1467867	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QFV8A62	PB	23/08/2025	RD	1568718	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFV9D75	PB	16/03/2025	RD	863120	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFW3F09	PE	15/03/2025	RD	832748	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QOF8G51	PE	24/08/2025	FS	1477374	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QFW6565	PB	26/08/2025	RD	1586783	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QGF3576	RN	16/03/2025	RD	848610	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QKV3G89	SE	08/09/2025	RD	1622429	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QLK5J39	PE	15/03/2025	RD	838010	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
QMB8F37	PE	17/03/2025	RD	855713	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QMS5I94	PE	15/03/2025	RD	836158	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QMU1J82	PE	17/03/2025	RD	856272	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QMW3302	PE	15/03/2025	RD	841372	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QND7J58	PE	21/03/2025	VD	1199373	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QNE2D94	PE	19/08/2025	RD	1556710	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QNL0F64	PE	16/03/2025	RD	853265	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QNQ3E45	PE	14/03/2025	RD	825539	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QOB9666	PE	17/03/2025	RD	859239	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QOD9I24	PE	23/03/2025	VD	1200339	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QOM3I55	BA	22/03/2025	VD	1192255	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QOM5G38	PB	14/03/2025	RD	823030	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QOQ7F91	PR	23/03/2025	VD	1202536	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QOT1E93	MG	24/08/2025	TE	831053	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
QPJ2A42	PE	16/03/2025	RD	842727	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QPM9A95	PE	22/08/2025	FS	1463110	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QPT5B21	PE	25/08/2025	FS	1480987	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QPT5B21	PE	25/08/2025	FS	1481029	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QPU2F00	PE	23/08/2025	RD	1566812	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QPW1C69	PE	23/08/2025	FS	1471899	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QPW2C27	PE	11/09/2025	VD	1406506	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QPZ5G58	PE	14/03/2025	RD	826810	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QQM3A40	PE	11/09/2025	RD	1637450	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QQM3A40	PE	12/09/2025	RD	1638473	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QQN5H46	PE	15/03/2025	RD	841453	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QQQ7G25	PE	18/05/2025	FS	1000527	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QQQ7G25	PE	18/05/2025	FS	1000535	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QQT6F41	PE	23/03/2025	VD	1202781	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QRW8F18	PI	22/03/2025	VD	1192280	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QSC0J35	PB	17/03/2025	RD	857082	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QSE9A09	PE	22/03/2025	VD	1189483	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
QTU7A07	PE	16/03/2025	RD	859107	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

QUC9C41	PE	14/03/2025	RD	824966	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QUE0D82	RJ	26/08/2025	RD	1584047	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QUR0G16	PE	14/03/2025	RD	823870	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QUT3F56	PE	16/03/2025	RD	850070	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QUT3F56	PE	24/08/2025	RD	1579019	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QUU2J21	BA	05/09/2025	FS	1534246	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QUU2J21	BA	05/09/2025	FS	1534238	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QUU2J21	BA	05/09/2025	FS	1538233	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QUU2J21	BA	09/09/2025	FS	1550101	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QUU7H98	PE	27/08/2025	RD	1585051	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QWH5H77	PE	06/09/2025	RD	1614744	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QWH5H77	PE	13/09/2025	RD	1641580	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QWS0D26	PE	16/03/2025	RD	864321	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QWW1I27	PE	10/09/2025	RD	1632483	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QXG1D53	PE	24/08/2025	RD	1573258	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QXK8H97	PE	19/08/2025	RD	1558003	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QXN4J71	PE	15/03/2025	RD	867541	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QXS4D16	PE	17/03/2025	FS	789356	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QXT7F32	PE	15/03/2025	RD	859719	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYA3589	PE	14/03/2025	RD	825059	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYA5253	PE	20/08/2025	RD	1559239	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYA6E42	PE	14/03/2025	RD	825563	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYA7360	PE	11/09/2025	RD	1636926	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYB1H74	PE	15/03/2025	RD	828830	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYB8G20	PE	22/03/2025	VD	1200061	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
QYB9A43	PE	17/03/2025	RD	862124	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYC2530	PE	05/09/2025	FS	1533630	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYC4784	PE	26/08/2025	RD	1587739	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYC6H72	PE	17/03/2025	RD	857244	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYC9148	PE	20/08/2025	RD	1559484	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYD1456	PE	19/08/2025	RD	1555861	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYD2G23	PE	16/03/2025	RD	832926	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYD7982	PE	22/03/2025	VD	1200169	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
QYE1D60	PE	23/08/2025	RD	1568726	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYE3048	PE	23/03/2025	VD	1202994	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYE5G38	PE	22/08/2025	RD	1565689	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYE6D34	PE	15/03/2025	RD	834864	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYE7732	PE	15/03/2025	RD	839475	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYF2408	PE	16/03/2025	RD	864151	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYF2A03	PE	16/03/2025	RD	862256	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYF3A41	PE	26/08/2025	RD	1584772	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYF6957	PE	06/09/2025	RD	1615589	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYG6H92	PE	14/03/2025	RD	826144	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYH2D16	PE	12/09/2025	VD	1361677	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QYI1D84	PE	05/09/2025	RD	1611761	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYI2D46	PE	15/03/2025	RD	868289	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYI4F44	PE	14/03/2025	RD	824338	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYI6J21	PE	17/03/2025	RD	856361	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYI8D21	PE	20/08/2025	RD	1558658	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYJ0H20	PE	05/09/2025	RD	1614663	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYJ4J18	PE	24/08/2025	RD	1577598	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYK4B82	PE	17/03/2025	RD	862760	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYK7D62	PE	13/09/2025	FS	1565443	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYK8G13	PE	09/09/2025	TE	834206	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
QYK8G13	PE	09/09/2025	TE	834214	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
QYK9F88	PE	12/09/2025	TE	844481	5037	1	Art. 162, Inc. III	R$ 586,94
QYL5E02	PE	12/09/2025	RD	1643817	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYL7B88	PE	24/08/2025	RD	1581820	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYL9F76	PE	07/09/2025	RD	1620582	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYM1E82	PE	21/08/2025	RD	1563996	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYM4A67	PE	13/09/2025	RD	1640346	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYM5F47	PE	23/03/2025	TE	759360	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
QYM7E61	PE	13/03/2025	RD	829453	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYM7E61	PE	21/08/2025	RD	1562329	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYM7E61	PE	25/08/2025	RD	1580947	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYM7F57	PE	17/03/2025	RD	860598	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYM9D72	PE	20/08/2025	RD	1560199	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYN3B18	PE	23/03/2025	VD	1201572	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYN8B26	PE	25/08/2025	FS	1480537	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
QYO1G15	PE	24/08/2025	RD	1571743	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYO2A00	PE	23/08/2025	RD	1567070	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYO3C20	PE	22/03/2025	VD	1194045	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
QYO7A19	PE	22/08/2025	RD	1561438	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYO7A19	PE	21/08/2025	RD	1563570	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
QYO8A62	PE	23/08/2025	RD	1569153	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYO9D20	PE	17/03/2025	RD	854784	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYO9H37	PE	24/08/2025	FS	1479857	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYO9H93	PE	25/08/2025	RD	1580173	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYP5D14	PE	06/01/2025	VD	1096078	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYP7D99	PE	22/08/2025	RD	1565948	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYQ1G70	PE	23/03/2025	VD	1204008	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QYQ5E56	PE	16/03/2025	RD	865298	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYQ5F97	PE	22/03/2025	TE	766308	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
QYQ5F97	PE	11/03/2025	RD	775540	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYQ5F97	PE	16/03/2025	RD	851688	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYQ5H08	PE	17/03/2025	RD	855373	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYQ8E17	PE	23/08/2025	RD	1569382	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYR0G64	PE	08/09/2025	TE	838821	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
QYR1H08	PE	21/03/2025	VD	1199640	6050	1	Art. 208	R$ 293,47

QYR3I19	PE	17/03/2025	RD	860229	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYS2B02	PE	08/09/2025	RD	1623743	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYS2E10	PE	05/09/2025	FS	1533398	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYS3I35	PE	08/09/2025	RD	1626750	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RTK7G34	PE	19/08/2025	FS	1455540	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYS4B07	PE	16/03/2025	RD	850363	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYS4F86	PE	13/09/2025	TE	845097	7366	2	Art. 252, Inc. VI	R$ 130,16
QYS7F77	PE	11/09/2025	RD	1634737	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYT3B93	PE	24/08/2025	RD	1571727	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYT3I81	PE	17/03/2025	RD	861926	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYT5F44	PE	16/03/2025	RD	864860	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYT6C83	PE	20/08/2025	RD	1558194	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYT8J82	PE	17/03/2025	RD	855802	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYU2A11	PE	23/08/2025	RD	1569129	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYU4H99	PE	12/09/2025	RD	1638325	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYU5G87	PE	10/09/2025	VD	1402411	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
QYU6F88	PE	23/03/2025	VD	1203001	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYU9H15	PE	24/08/2025	FS	1478281	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYU9H16	PE	17/03/2025	RD	858828	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYU9H16	PE	17/03/2025	RD	861039	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYV5G94	PE	05/09/2025	FS	1538543	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYW1A01	PE	16/03/2025	RD	852722	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYW3A83	PE	23/08/2025	FS	1470345	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYW3C17	PE	15/03/2025	RD	839637	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYW4J64	PE	20/03/2025	RD	869560	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYX3C90	PE	16/03/2025	RD	850983	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYX4D32	PE	26/08/2025	FS	1488457	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYX4E30	PE	07/09/2025	RD	1619568	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
QYX4F14	PE	26/08/2025	RD	1587607	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYX5D27	PE	15/03/2025	RD	838460	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYX5D27	PE	15/03/2025	RD	867517	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYX5D27	PE	25/08/2025	RD	1580882	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYX7H07	PE	26/08/2025	RD	1584853	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYX8H37	PE	17/03/2025	RD	833922	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYX8H37	PE	16/03/2025	RD	850720	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYY3B58	PE	13/09/2025	FS	1569678	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYY3D28	PE	24/08/2025	RD	1579302	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYY5C06	PE	16/03/2025	RD	850142	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYY5I45	PE	21/03/2025	VD	1197109	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QYY8E68	PE	17/03/2025	RD	861675	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYY8E68	PE	25/08/2025	RD	1581188	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYZ2B79	PE	15/03/2025	RD	868165	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYZ5H56	PE	15/03/2025	RD	833434	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RBK1G39	PE	17/03/2025	RD	856680	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RBU5E50	GO	08/09/2025	TE	842799	5460	0	Art. 181, Inc. IX	R$ 130,16
RBV9C52	PE	18/01/2025	FS	633917	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RCU2I91	BA	22/08/2025	RD	1566065	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RFB3H74	PE	10/09/2025	RD	1633137	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RFK1C70	PE	15/03/2025	RD	867177	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RFN9E03	PE	14/03/2025	RD	830583	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RFU7C52	PE	21/03/2025	TE	764348	7625	2	ARt. 181, inc. XX	R$ 293,47
RFV2J26	PE	24/08/2025	FS	1479695	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RFX2D27	PE	15/03/2025	RD	838916	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RGA4H18	PE	22/08/2025	RD	1566324	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RGD7B49	SP	13/09/2025	VD	1405470	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RGU1G93	AL	23/03/2025	TE	772790	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RGU1G93	AL	13/03/2025	RD	832098	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RGU1G93	AL	20/08/2025	FS	1457845	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
RIF4H40	CE	23/08/2025	TE	837698	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RJG3C35	MG	17/03/2025	RD	858305	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RLR9B93	PE	15/03/2025	RD	841623	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RLU0B54	CE	13/09/2025	VD	1407278	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RLZ7C26	PE	09/09/2025	RD	1628087	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RME5J33	PE	23/03/2025	FS	797103	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RMT8B31	PE	12/09/2025	FS	1567853	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RMZ1I97	PE	19/08/2025	RD	1555101	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RNE3G43	PE	14/03/2025	RD	830494	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RNE5C40	PE	14/03/2025	RD	824494	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RNN6J16	PE	20/08/2025	RD	1558526	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RNO1I69	PE	23/03/2025	VD	1202641	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
RNQ5D21	PE	25/08/2025	FS	1481851	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RNT7C28	PE	16/03/2025	RD	851580	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RNZ5H87	PE	16/03/2025	RD	850118	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RPM9B61	PE	22/03/2025	VD	1196188	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
RQB4C31	RN	17/03/2025	RD	857929	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RQC2A18	RN	23/08/2025	RD	1567711	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RTG6C37	PE	13/09/2025	RD	1641466	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RTM2H88	PE	19/08/2025	RD	1555802	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RTM2I08	PE	12/09/2025	RD	1644198	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RTO1H83	PE	24/08/2025	RD	1581137	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RUI3B63	PE	23/08/2025	RD	1568157	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RUP0F11	PE	14/03/2025	RD	829712	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RUQ9D41	PE	20/08/2025	RD	1559417	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RUU1F89	PE	26/08/2025	RD	1584225	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RUX2I14	PE	24/08/2025	RD	1577180	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RVI0B69	PE	07/09/2025	RD	1625827	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RVO4H85	PE	17/03/2025	RD	860881	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RVT6B01	PE	16/03/2025	RD	849934	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RVU1D41	PE	23/08/2025	FS	1469592	6050	3	Art. 208	R$ 293,47

RZE0D52	PE	09/09/2025	RD	1628583	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZE0E85	PE	16/03/2025	RD	862809	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZE4A99	PE	07/09/2025	RD	1621929	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZE8C07	PE	15/03/2025	RD	841267	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZE8I73	PE	22/03/2025	VD	1193480	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RZE9E88	PE	15/03/2025	RD	835658	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZF1B95	PE	08/09/2025	FS	1544080	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZF4E17	PE	10/09/2025	VD	1403752	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
RZF7F52	PE	26/08/2025	RD	1586937	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZF7J51	PE	15/03/2025	RD	832713	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG2A79	PE	15/03/2025	RD	835780	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG3H49	PE	23/08/2025	RD	1567614	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG5C68	PB	06/09/2025	RD	1616852	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG5E11	PE	24/08/2025	RD	1577296	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG7D00	PE	14/03/2025	RD	825954	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG7F20	PE	27/08/2025	FS	1491520	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZP8D51	PE	06/09/2025	FS	1536842	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZG7J13	PE	17/03/2025	RD	833604	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG8H25	PE	12/09/2025	RD	1639534	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZG9F33	PE	21/08/2025	RD	1563813	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZH0G31	PE	16/03/2025	RD	849900	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZH0I19	PE	17/03/2025	RD	833841	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZI1G72	PE	23/08/2025	RD	1571220	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZI1G72	PE	24/08/2025	RD	1578470	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZI8B25	PE	16/03/2025	RD	833299	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZI8J94	PE	25/08/2025	FS	1480839	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZI9I14	PE	17/03/2025	RD	861438	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZJ0J48	PE	19/08/2025	RD	1555616	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZJ1H64	PE	09/09/2025	RD	1631568	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZJ5C94	PE	21/03/2025	TE	768092	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
RZJ6G66	PE	24/08/2025	RD	1575722	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
RZJ7H31	PE	15/03/2025	RD	866596	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZJ8C27	PE	14/03/2025	RD	825270	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZJ9I20	PE	14/03/2025	RD	826101	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZK1G92	PE	14/03/2025	RD	825083	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZK1G92	PE	15/03/2025	RD	835313	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZK2A27	PE	24/08/2025	FS	1484567	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZK4H67	PE	14/03/2025	RD	827310	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZK5G42	PE	06/09/2025	FS	1536311	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZK5H53	PE	18/03/2025	RD	868807	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZL2H45	PE	26/08/2025	RD	1585345	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZL6I86	PE	19/08/2025	RD	1555608	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZM2D54	PE	20/08/2025	RD	1560725	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZM3A72	PE	15/03/2025	RD	866790	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZM3D98	PE	15/03/2025	RD	827400	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZM8D79	PE	25/08/2025	RD	1579400	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZQ1D81	PE	21/03/2025	VD	1195602	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZN1B42	PE	06/09/2025	RD	1612695	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZN4F55	PE	06/09/2025	RD	1614140	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZN4F80	PE	17/03/2025	RD	857872	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZN5H62	PE	16/03/2025	RD	850681	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZO3H06	PE	23/08/2025	FS	1470299	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZO4H53	PE	24/08/2025	FS	1477528	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZO5J00	PE	26/08/2025	RD	1585299	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZO7A70	PE	16/03/2025	RD	850517	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZP0F39	PE	16/03/2025	RD	850487	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZP0H46	PE	17/03/2025	RD	854792	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
RZP0H56	PE	12/09/2025	RD	1638848	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZP5B78	PE	13/09/2025	RD	1643400	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZP5G35	PE	15/03/2025	RD	836824	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZP6C52	PE	24/08/2025	RD	1574378	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZP7E17	PE	26/08/2025	FS	1488104	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZQ4J14	PE	19/08/2025	RD	1556930	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZQ7B84	PE	16/03/2025	RD	834074	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZQ7C03	PE	21/08/2025	RD	1562981	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZQ9B63	PE	22/08/2025	RD	1570780	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZQ9D78	PE	22/03/2025	VD	1189440	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
RZR4D47	PE	10/09/2025	VD	1403892	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZR8H64	PE	16/03/2025	RD	850924	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZS4H21	PE	06/09/2025	RD	1614973	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
RZS7C05	PE	23/03/2025	VD	1202838	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZS7I61	PE	13/09/2025	VD	1407235	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RZS9C37	PE	14/03/2025	RD	827302	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
RZT0A54	PE	13/03/2025	RD	830001	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZT1G40	PE	15/03/2025	RD	833396	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZT8E30	PE	20/08/2025	RD	1559638	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZT9I07	PE	22/08/2025	RD	1566340	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZU3H10	PE	22/03/2025	FS	798207	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZU4A78	PE	17/03/2025	RD	855250	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZU7F05	PE	27/08/2025	FS	1491814	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZU8E44	PE	07/09/2025	RD	1621562	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZU9I32	PE	20/08/2025	RD	1561292	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZV5D78	PE	17/03/2025	RD	856213	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZV6D60	PE	14/03/2025	RD	830192	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZV9J14	PE	26/08/2025	RD	1584373	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZW1H95	PE	13/03/2025	RD	830427	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZW6B94	PE	21/03/2025	VD	1195289	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
RZW7A93	PE	20/08/2025	FS	1456814	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
RZW9H15	PE	05/09/2025	RD	1615805	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

RZX3F15	PE	15/03/2025	RD	839955	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZX8C08	PE	17/03/2025	RD	862116	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZY0H66	PE	16/03/2025	RD	848970	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZY5C61	PE	15/03/2025	RD	841003	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZY8H45	PE	13/09/2025	RD	1642519	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZZ0J54	PE	14/03/2025	RD	826640	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
RZZ1H89	PE	19/08/2025	RD	1556132	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZZ3C80	PE	19/08/2025	RD	1557295	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZZ4H66	PE	08/09/2025	VD	1402314	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZZ6G45	PE	13/09/2025	VD	1405488	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SAF3H23	AL	23/08/2025	RD	1568637	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SCB9D83	DF	16/03/2025	RD	859786	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SDW7H13	PE	27/08/2025	RD	1586520	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SHH7F93	PE	11/09/2025	FS	1559478	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SHU6B41	PE	25/08/2025	RD	1580025	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SHU6B41	PE	26/08/2025	RD	1584071	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SJR9B46	PE	08/09/2025	VD	1400699	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNK0H68	PE	16/03/2025	RD	864283	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNK2I36	PE	24/08/2025	RD	1578985	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNK4B05	PE	21/08/2025	RD	1564313	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNK9D88	PE	21/08/2025	RD	1562140	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNL2E20	PE	14/03/2025	RD	826276	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNL6F11	PE	22/08/2025	RD	1570500	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNM4B34	PE	15/03/2025	RD	868157	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNM9J52	PE	21/08/2025	RD	1561632	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
SNN0B19	PE	17/03/2025	RD	859280	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNN0E58	PE	10/09/2025	RD	1632823	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNN0F13	PE	17/03/2025	RD	856574	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNN2A93	PE	07/09/2025	RD	1620205	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNN2E43	PE	14/03/2025	RD	830990	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNN2H17	PE	17/03/2025	RD	833612	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNN4D56	PE	15/03/2025	RD	834988	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNN5E28	PE	23/03/2025	TE	762310	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SNN7C62	PE	13/09/2025	VD	1408592	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SNN7D85	PE	14/03/2025	RD	823587	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNN7G82	PE	22/03/2025	VD	1194487	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SNN9H41	PE	16/03/2025	RD	851530	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO1A70	PE	17/03/2025	RD	834392	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO1E97	PE	19/08/2025	RD	1556078	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO2C74	PE	22/08/2025	RD	1564992	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO3F66	PE	07/09/2025	RD	1619398	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO5E09	PE	11/09/2025	RD	1636896	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO5G89	PE	17/03/2025	RD	854202	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNO6B72	PE	15/03/2025	RD	841100	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO6B72	PE	17/03/2025	RD	857953	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO6J15	PE	25/08/2025	RD	1583997	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO9J22	PE	21/08/2025	RD	1562256	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNP5I26	PE	21/03/2025	VD	1199330	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNQ2B44	PE	19/08/2025	RD	1557732	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNQ3B54	PE	24/08/2025	RD	1574688	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
SNQ4A52	PE	24/08/2025	RD	1577768	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNQ7D23	PE	08/09/2025	TE	838813	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
SNQ7H10	PE	13/09/2025	VD	1409629	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SNR0C18	PE	16/03/2025	RD	842999	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNR4B23	PE	15/03/2025	RD	868130	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNR5C59	PE	17/03/2025	RD	861276	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNR6H50	PE	14/03/2025	RD	829631	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNR9B84	PE	19/08/2025	FS	1452800	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNS0E71	PE	14/03/2025	RD	825091	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNS0G95	PE	15/03/2025	RD	835496	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNS2H08	PE	16/03/2025	RD	866065	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNS2H49	PE	15/03/2025	RD	837308	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNS4C31	PE	17/03/2025	RD	860873	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
SNS4D35	PE	20/08/2025	RD	1560350	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNS6H52	PE	21/03/2025	TE	761276	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SNS8I71	PE	14/03/2025	RD	831040	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNS8I98	PE	22/08/2025	RD	1570453	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNT0F32	PE	15/03/2025	RD	865999	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNT0G11	PE	14/03/2025	RD	826152	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNT4G28	PE	11/09/2025	FS	1557068	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNU1G77	PE	24/08/2025	RD	1582770	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNU4I29	PE	26/08/2025	FS	1490788	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNU5H04	PE	11/09/2025	RD	1634656	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNU7D85	PE	13/09/2025	VD	1408371	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOA0J83	PE	24/08/2025	FS	1477820	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNU8B03	PE	15/03/2025	RD	839980	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNV1H43	PE	23/08/2025	FS	1470531	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNV4G19	PE	23/03/2025	VD	1200010	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNV7B89	PE	25/08/2025	RD	1580483	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNW1A22	PE	13/09/2025	VD	1409092	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNW1C56	PE	26/08/2025	RD	1584250	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW2C93	PE	07/09/2025	RD	1618022	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW4G56	PE	09/09/2025	RD	1630111	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW6B96	PE	14/03/2025	RD	824893	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNW7H49	PE	25/08/2025	RD	1580114	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNW8A29	PE	14/03/2025	RD	830273	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW8F86	PE	17/03/2025	RD	857279	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW9F04	PE	14/03/2025	RD	825750	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW9H19	PE	16/03/2025	RD	848830	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

SNX5D80	PE	25/08/2025	FS	1481673	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNY4B70	PE	15/03/2025	RD	839270	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNY6B99	PE	17/03/2025	RD	860660	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNY6B99	PE	20/08/2025	RD	1560946	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNY6B99	PE	22/08/2025	RD	1565980	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNY7D80	PE	24/08/2025	RD	1575862	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
SNY7J86	PE	26/08/2025	RD	1586872	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNY8H03	PE	18/03/2025	FS	792381	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNY8I28	PE	25/08/2025	FS	1484907	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SNZ1I06	PE	24/08/2025	RD	1578438	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNZ3H11	PE	16/03/2025	RD	842468	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNZ4E66	PE	21/03/2025	TE	770020	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SNZ6E95	PE	15/03/2025	RD	836832	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNZ8E82	PE	16/03/2025	RD	849675	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNZ8G22	PE	19/08/2025	RD	1557341	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNZ9I76	PE	21/08/2025	RD	1562477	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOA5J77	PE	23/03/2025	VD	1201769	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOA6H13	PE	13/09/2025	VD	1408444	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOA6H99	PE	24/08/2025	RD	1576753	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOA8H44	PE	23/03/2025	TE	764461	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
SOA9G70	PE	07/09/2025	RD	1620841	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOA9G70	PE	09/09/2025	FS	1549472	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOB0I57	PE	20/03/2025	RD	869285	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOB5E80	PE	20/08/2025	RD	1561322	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOB8C13	PE	15/03/2025	RD	829275	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC1F10	PE	21/03/2025	TE	767177	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOC1F10	PE	21/03/2025	VD	1195432	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOC1J42	PE	17/03/2025	RD	859735	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC2B12	PE	14/03/2025	RD	831423	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC3H88	PE	21/03/2025	TE	772499	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOC3H88	PE	21/03/2025	VD	1195572	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOC3H88	PE	14/03/2025	RD	830672	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC3H88	PE	16/03/2025	RD	851017	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC4D11	PE	14/03/2025	RD	830524	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC4I58	PE	21/03/2025	VD	1195203	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SOC4I84	PE	20/08/2025	RD	1558089	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC6B28	PE	15/03/2025	RD	840309	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOC6G49	PE	20/08/2025	RD	1559026	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC6G69	PE	26/08/2025	RD	1584349	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOC7B55	PE	07/09/2025	RD	1620043	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
SOD0A44	PE	21/03/2025	VD	1195319	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOD2D01	PE	22/08/2025	RD	1570925	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOD2E09	PE	15/03/2025	RD	868270	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOD2E09	PE	20/08/2025	RD	1559948	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOD3B09	PE	08/09/2025	VD	1398201	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOD3H33	PE	10/09/2025	RD	1632416	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOD3H33	PE	13/09/2025	RD	1640559	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOD6D76	PE	16/03/2025	RD	863473	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOE1I75	PE	14/03/2025	RD	823994	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOE2G20	PE	17/03/2025	RD	860792	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOF1C78	PE	16/03/2025	RD	853583	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOF8C29	PE	26/08/2025	RD	1586619	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOF8H09	PE	20/08/2025	FS	1459007	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SOF8H26	PE	25/08/2025	FS	1482076	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOG1C30	PE	19/08/2025	RD	1556477	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOG3A30	PE	21/08/2025	RD	1563538	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOG4G30	PE	07/09/2025	FS	1542303	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOG4G91	PE	19/08/2025	RD	1557929	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOG4H71	PE	23/08/2025	RD	1567347	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOG6E56	PE	16/03/2025	RD	865328	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOG8A04	PE	06/09/2025	RD	1616267	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOG8H95	PE	19/08/2025	RD	1557058	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOG9B23	PE	26/08/2025	RD	1587747	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOH1F63	PE	18/03/2025	FS	792209	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOH2G63	PE	21/08/2025	RD	1563082	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOH2G63	PE	19/08/2025	FS	1454110	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SOH4B55	PE	22/03/2025	VD	1194401	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SOH8A41	PE	10/09/2025	RD	1630804	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOI2D51	PE	17/03/2025	RD	856280	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOI3B37	PE	11/09/2025	VD	1388397	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOI3B61	PE	13/03/2025	RD	829860	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOI3H66	PE	22/03/2025	TE	773231	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
SOI4E56	PE	15/03/2025	RD	839505	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOI4E56	PE	16/03/2025	RD	851629	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOI4E56	PE	17/03/2025	RD	857767	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOI4F11	PE	10/09/2025	VD	1404376	5401	0	Art. 181, Inc. III	R$ 195,23
SOI5H21	PE	13/09/2025	VD	1404635	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOI6J08	PE	17/03/2025	RD	854881	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOI9H42	PE	16/03/2025	RD	852463	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOJ0E31	PE	05/09/2025	RD	1612148	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOJ0E31	PE	08/09/2025	RD	1631185	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOJ1I93	PE	15/03/2025	RD	859700	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
SOJ2J33	PE	23/03/2025	VD	1202447	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOJ3F96	PE	11/09/2025	RD	1637493	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOJ6J74	PE	17/03/2025	RD	854431	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOJ7J67	PE	20/08/2025	RD	1560261	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOK2C63	PE	27/08/2025	RD	1585671	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOK4D16	PE	17/03/2025	RD	858011	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOK7C33	PE	24/08/2025	FS	1480049	6050	3	Art. 208	R$ 293,47

SOK7G34	PE	17/03/2025	RD	855853	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOK8B92	PE	17/03/2025	RD	833620	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOM1C23	PE	11/09/2025	VD	1397272	7030	1	Art. 244, Inc. I	R$ 293,47
SOM1C23	PE	11/09/2025	VD	1397280	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
SOM3E00	PE	20/08/2025	FS	1458108	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOM4B38	PE	20/08/2025	RD	1558720	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOM5C30	PE	14/03/2025	RD	823781	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOM9I84	PE	15/03/2025	RD	841364	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SON3I36	PE	22/08/2025	RD	1565719	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SON4C39	PE	06/09/2025	RD	1614280	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SON6A46	PE	15/03/2025	RD	835666	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SON6G07	PE	21/03/2025	VD	1195548	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SON8J61	PE	16/03/2025	RD	852153	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SON9C25	PE	15/03/2025	RD	867916	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOO1B25	PE	21/03/2025	VD	1199276	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOO6H51	PE	24/08/2025	RD	1582524	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOO7E46	PE	17/03/2025	RD	858119	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOO7J38	PE	08/09/2025	RD	1624677	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOP1D65	PE	06/09/2025	RD	1615511	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOP1I63	PE	15/03/2025	RD	838290	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOP2G64	PE	15/03/2025	RD	838851	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOP3I33	PE	13/09/2025	RD	1639801	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOP3I55	PE	26/08/2025	RD	1586791	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOP6C11	PE	20/08/2025	RD	1559743	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOP6H86	PE	20/08/2025	FS	1455443	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOQ3B35	PE	25/08/2025	RD	1579817	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOQ3I12	PE	25/08/2025	RD	1580246	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOQ6D40	PE	07/09/2025	RD	1617816	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOQ6E39	PE	10/09/2025	RD	1633064	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOQ6I56	PE	11/09/2025	TE	848142	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SOQ8A88	PE	10/09/2025	RD	1632505	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOQ8B59	PE	11/09/2025	RD	1634834	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOQ9A71	PE	08/09/2025	VD	1400737	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOR3C77	PE	12/09/2025	VD	1405828	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOR3C77	PE	24/08/2025	RD	1577229	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOR7G09	PE	24/08/2025	RD	1573428	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
SOT4C69	PE	22/08/2025	RD	1565344	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOT7I46	PE	22/08/2025	RD	1565450	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOT9G56	PE	06/09/2025	RD	1615449	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOU1E87	PE	07/09/2025	RD	1619371	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOU8F61	PE	06/09/2025	RD	1613187	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOV8H39	PE	07/09/2025	RD	1619061	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOW3E28	PE	19/08/2025	RD	1556787	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOW7A58	PE	10/09/2025	VD	1403957	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOX2I47	PE	10/09/2025	RD	1633226	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOX3F94	PE	06/09/2025	RD	1616402	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOX4D41	PE	23/08/2025	FS	1474804	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOX8C21	PE	22/08/2025	RD	1569366	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOX8C21	PE	22/08/2025	RD	1570577	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOX8F72	PE	20/08/2025	RD	1560105	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOX8G68	PE	26/08/2025	RD	1584705	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
SOY7C63	PE	19/08/2025	RD	1557678	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SQS5E93	AC	24/08/2025	RD	1581226	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SRE9B07	RJ	26/08/2025	RD	1584470	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SSP5D65	DF	15/03/2025	RD	838746	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
STQ2C89	PR	10/09/2025	VD	1404457	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
STW4C49	PR	04/09/2025	FS	1530887	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SVH1J48	PR	10/09/2025	VD	1403531	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
TAO8G65	PR	07/09/2025	RD	1617832	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TAP8C16	PR	13/09/2025	VD	1408487	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
TAP8C30	PR	11/09/2025	RD	1634362	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TAP8D18	PR	07/09/2025	RD	1620906	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TAS7E50	PR	10/09/2025	VD	1403523	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
TAT2H37	PR	14/09/2025	VD	1367225	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TAT2H89	PR	07/09/2025	RD	1625444	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
TAV0E31	PR	14/09/2025	VD	1367314	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TAV0E57	PR	07/09/2025	RD	1620345	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TAV0E95	PR	14/09/2025	VD	1409220	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TBC1H86	PR	10/09/2025	VD	1403930	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TBC1I15	PR	10/09/2025	VD	1404490	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TBE7J87	PR	08/09/2025	VD	1402551	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TBE8A98	PR	09/09/2025	FS	1549766	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
TBG3F46	PR	07/09/2025	RD	1620515	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
TBG3F83	PR	07/09/2025	FS	1541234	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
TBG6G48	PR	12/09/2025	VD	1405682	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
TBG6G97	PR	07/09/2025	RD	1619517	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
TBH8H95	PR	11/09/2025	RD	1636977	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBL4E65	PR	10/09/2025	VD	1403248	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TBL4E83	PR	10/09/2025	FS	1555936	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
TBL4E85	PR	07/09/2025	RD	1621368	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBL4E85	PR	07/09/2025	RD	1619363	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TBP0F16	PR	10/09/2025	VD	1403965	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
TBP1C46	PR	11/09/2025	RD	1635822	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBR1H78	PR	10/09/2025	RD	1632130	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TBR1I76	PR	09/09/2025	RD	1631681	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBR6I71	PR	06/09/2025	RD	1612571	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBR6I71	PR	06/09/2025	RD	1612830	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBS0D47	PR	10/09/2025	RD	1632815	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBS0D56	PR	10/09/2025	VD	1397124	6050	1	Art. 208	R$ 293,47

TBS0D79	PR	07/09/2025	RD	1619444	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TBT3I69	PR	10/09/2025	RD	1633153	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TBT3I69	PR	11/09/2025	RD	1635067	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TBT3J59	PR	14/09/2025	TE	845364	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
TBT4A41	PR	09/09/2025	RD	1628559	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TBU7E22	PR	05/09/2025	RD	1611931	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TBV2G95	PR	07/09/2025	RD	1625509	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TIF8A25	CE	24/08/2025	RD	1576516	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
TNN6F94	AL	24/08/2025	RD	1573401	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

ERIVALDO JOSÉ COUTINHO DOS SANTOS
Secretário de Mobilidade de Olinda e Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Marilene de Almeida Gomes
Código Identificador:D8A42BE9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2025 - PROC. LICIT. 053/2025 - PREG. ELET. 013/2025 - SEC. FINANÇAS - PREF.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 051/2025:

Pregão Eletrônico nº: 013/2025
Processo Lic. Nº: 053/2025

Aos 23 (vinte e tres) dias do mês de dezembro do ano de 2025, O MUCÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça Historiador Adalberto Paiva, 01, Centro – São Bento do Una – PE, inscrita no CNPJ sob nº 10.091.577/001-00, representado pela Secretária, a Sra. **KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO**, brasileira, casada, residente na Rua Arnaldo Acacio Guimarães, nº 204, inscrita no RG nº 6291917 SDS/PE e CPF/MF sob o nº 032.285.594-24, doravante **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº 013/2025, que, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, RESOLVE lavrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** conforme as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição, parcelada, de materiais de limpeza, higiene e descartáveis**, destinados a suprir, de maneira regular e eficiente, as demandas da Prefeitura Municipal de São Bento do Una e de suas Secretarias. A contratação visa assegurar o abastecimento contínuo desses insumos, essenciais para a manutenção das atividades administrativas, a conservação dos espaços públicos e a garantia de condições adequadas de higiene, organização e salubridade nos ambientes utilizados pela Administração Pública Municipal.

DADOS DA FORNECEDORA REGISTRADA
RAZÃO SOCIAL: **CONCEITTO - DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA**
INSCRIÇÃO NO CNPJ: **26.659.188/0001-78**
ENDEREÇO COMPLETO: **RUA NOVA, Itaíba–PE, CEP: 56550000**
e-mail: **cttoconceitto@gmail.com**

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: **ALEX LARRY VIEIRA NUNES**
CARGO QUE OCUPA: **SÓCIO ADM** NACIONALIDADE: **BRASILEIRA**
RG Nº: **5797599** CPF Nº: **030.145.194-05**
ENDEREÇO: **RUA NOVA, Itaíba–PE, CEP: 56550000**

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 013/2025, acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de 15 de dezembro de 2025, que, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:
Assinar o contrato de fornecimento/serviço com **O MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO UNA** e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.
Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.
Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado acima.
Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.
Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes ás leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:
Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.
Possibilitar o **Município de São Bento de Uma/PE,** em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:
Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.
Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razoes justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:
Substituir, sempre que exigida pelo município e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.
A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do município, inerente ao objeto deste termo de referência.
Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.
Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
15	CX	20	DESINFETANTE LÍQUIDO –APRESENTAR NA EMBALAGEM 3EM1 (LIMPA, PERFUMA E DESINFETA). PARAUSOEMGERAL EMBALAGEM DE 2LT, CAIXA COM 06 UND FRAGRÂNCIA JASMIM, PINHO, FLORAL, LAVANDA. FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE COMPOSIÇÃO MÍNIMA: CLORETO DE DIDECIL, DIMETIL, AMÔNIO/CLORETO DE ALQUIL, BENZI, ISOTIAZOLINONA, FRAGRÂNCIAS, CONTROLADOR DE PH, CORANTE E ÁGUA	EDILIMP	R$ 43,70	R$ 874,00
20	CX	10	DETERGENTE LÍQUIDO-LAVALOUÇA, CONCENTRADO,500ML, FRAGRÂNCIA NEUTRA. COMPOSIÇÃO, TENSOATIVO, ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVENTE, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, COMPONENTEATIVOEOUTROS.CONTEM TENSOATIVOBIODEGRADÁVEL.DATADE FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZODEVALIDADE24 MESESAPARTIRDADATADEFABRICAÇÃO, NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE/AUTORIZAÇÃO/MS; CAIXA COM 24 UNIDADES	EDILIMP	R$ 43,32	R$ 433,20
25	UN	50	ESPONJA - EM ESPUMA DUPLA FACE, PARA LIMPEZA, DIMENSÕES MÍNIMA 110MM X 73MM X 22 MM. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: ESPUMA DE POLIURETANO, FIBRA SINTÉTICA COM MATERIAL ABRASIVO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO / MARCA DO FABRICANTE;	ESFRE BOM	R$ 1,01	R$ 50,50
45	FD	10	PAPEL HIGIÊNICO - FOLHA SIMPLES PICOTADA, EM ROLO, NA COR BRANCA, DIMENSÕES 30MX10CM. EMBALAGEM 16 PCT C/ 4 UNIDADES CADA. COMPOSIÇÃO 100% CELULOSE VIRGEM	FAMILIAR	R$ 69,34	R$ 693,40
53	CRT	10	PILHA - ALCALINA PEQUENA AA: CARTELA COM 4 UND 1,5V;	RAYOVAC	R$ 7,51	R$ 75,10
81	CX	10	COPO PARA ÁGUA EM PLÁSTICO DESCARTÁVEL(PP)-CAPACIDADE 200ML, EM RESINA TERMOPLÁSTICA DESTINADA AO CONSUMO DE BEBIDAS, NÃO TÓXICA, BRANCO, ISENTODE:MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS E REBARBAS.O PESO POR 100 UNIDADES (CENTO)DO COPO DEVERÁ SER IGUAL OU SUPERIOR A 180 GRAMAS, DEVE ESTAR GRAVADO EM ALTO RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE E SÍMBOLO DE MATERIAL RECICLÁVEL, DE ACORDO COM AS NORMAS NBR14.865. CAIXA COM 2.500 UNIDADES;	MARATA	R$ 151,00	R$ 1.510,00
TOTAL R$ 3.636,20						

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO GERENCIADOR (O MUNICIPÍO DE SÃO BENTO DO UNA)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:
I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;
II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;
IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.
CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga **O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA** /ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:
a) **os pagamentos serão realizados Contra-apresentação:** Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e Secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una - PE.
b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:
Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;
Certificado de regularidade de situação com o FGTS;
Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)
O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:
Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;
Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;
Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.
CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:
Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;
Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;
Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:
Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.
O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:
Houver interesse público, devidamente fundamentado
Descumprir as condições da ata de registro de preços;
Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido
Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor
O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado.
Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo **MUNÍCIPIO DE SÃO BENTO DO UNA.**
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:
As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento das secretarias Municipais de São Bento do Una, sendo:

787-134001-4000-4001-4-123-403-2.34.3.3.90.30 – RECURSO PRÓPRIO

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:
I. advertência;
II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noart. 155 da Lei 14.133/21;
III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21;
IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a

penalidade no caso de ocorrência do previsto nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do mesmo diploma.

Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:

Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;

Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e a secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o Município de São Bento do Una;

II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCUMA SETIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 013/2025, **que** conforme decisão do Pregoeiro do Município de SÃO BENTO DO UNA, lavrada em Ata datada de 23/12/2025 que, e posterior homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCUMA NOTA: Caberá ao Órgão Gerenciador do Município de São Bento do Una, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Bento do Una-PE., 23 de dezembro de 2025.

KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO
Secretária de Finanças
Órgão Gerenciador

CONCEITTO - DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA
26.659.188/0001-78
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:8E0A22AC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2025 - PROC. LICIT. 053/2025 - PREG. ELET. 013/2025 - SEC. FINANÇAS - PREF.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 052/2025:

Pregão Eletrônico nº: 013/2025
Processo Lic. Nº: 053/2025

Aos 23 (vinte e tres) dias do mês de dezembro do ano de 2025, O MUCÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça Historiador Adalberto Paiva, 01, Centro – São Bento do Una – PE, inscrita no CNPJ sob nº 10.091.577/001-00 representado pela Secretária, a Sra. **KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO**, brasileira, casada, residente na Rua Arnaldo Acacio Guimarães, nº 204, inscrita no RG nº 6291917 SDS/PE e CPF/MF sob o nº 032.285.594-24, doravante **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº 013/2025, que, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, RESOLVE lavrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** conforme as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição, parcelada, de materiais de limpeza, higiene e descartáveis**, destinados a suprir, de maneira regular e eficiente, as demandas da Prefeitura Municipal de São Bento do Una e de suas Secretarias. A contratação visa assegurar o abastecimento contínuo desses insumos, essenciais para a manutenção das atividades administrativas, a conservação dos espaços públicos e a garantia de condições adequadas de higiene, organização e salubridade nos ambientes utilizados pela Administração Pública Municipal.

DADOS DA FORNECEDORA REGISTRADA
RAZÃO SOCIAL: **JMG COMERCIO PAPELARIA E LIMPEZA EIRELI**
INSCRIÇÃO NO CNPJ: **43.052.849/0001-11**
ENDEREÇO COMPLETO: **AV PEDRO DE SOUZA FREIRE, Petrolândia–PE, CEP:56460000**
e-mail: **jmgguilherme@hotmail.com**

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: **GUILHERME ARTHUR CARVALHO SILVA**
CARGO QUE OCUPA: **SÓCIO ADM** NACIONALIDADE: **BRASILEIRA**
RG Nº: **2239961902** CPF Nº: **142.617.724-00**
ENDEREÇO: **RUA MARIA DO CARMO D NUNES, 161, CENTRO, PETROLANDIA-PE, CEP 56460000**

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 013/2025, acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de 15 de dezembro de 2025, que, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:
Assinar o contrato de fornecimento/serviço com **O MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO UNA** e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.
Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.
Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado acima.
Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.
Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes ás leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:
Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.
Possibilitar o **Município de São Bento de Uma/PE,** em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:
Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.
Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razoes justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.
Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:
Substituir, sempre que exigida pelo município e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.
A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do município, inerente ao objeto deste termo de referência.
Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.
Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
DO REGISTRO DE PREÇOS
CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CX	25	ÁGUA SANITÁRIA-COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0 A 2,5% P/P. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01 LITRO, COM DADOS DE USO DOMÉSTICO, À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE NÃO SUPERIOR A 06 MESES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE; CAIXA COM 12 UND	Igual	R$ 27,98	R$ 699,50
8	UN	5	BALDE ESCORREDOR DE MOP – MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE,	Perfect	R$ 87,69	R$ 438,45

			CAPACIDADE DE 16 LITROS COM CABO ROSQUEÁVEL MOP ÚMIDO;			
11	UN	2	BALDE MATERIAL PLÁSTICO - CAPACIDADE PARA 100 LITROS, COM TAMPA MATERIAL RESISTENTE;	Arqplast	R$ 60,38	R$ 120,76
18	UN	50	DESODORANTE EM PEDRA - ASPECTO FÍSICO: TABLETE SÓLIDO, APLICAÇÃO COM ALÇA PLÁSTICA + UMA PEDRA + REDE PROTETORA PARA VASO SANITÁRIO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ NOTIFICADO NA ANVISA;	Desodor	R$ 2,27	R$ 113,50
29	PC	2	LÃ DE AÇO - FINA, AÇO CARBONO, PARA LIMPEZA EM GERAL, PESO LIQUIDO NÃO INFERIOR A 60 GRAMAS, MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM: 14 PACOTES COM 8 UNIDADES. FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE 36 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO;	Bombril	R$ 21,40	R$ 42,80
31	CX	2	LIMPA VIDRO - TIPO LÍQUIDO COM PULVERIZADOR. COR INCOLOR/AZUL. FRASCO PLÁSTICO CAIXA COM 12 UND DE 500ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE 36 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. PRODUTO NOTIFICADO NA ANVISA/ REGISTRADO;	Radiante	R$ 55,63	R$ 111,26
34	UN	2	CONTENTOR DE LIXO 120 LITROS: CARRINHO COLETOR DE LIXO CAPACIDADE MÍNIMA 120 LITROS, MATERIAL INJETO POR MÁQUINA INJETORA; PESO APROXIMADO 9 KG, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA 45 KG ,DIMENSÕES ALTURA 980 MM, LARGURA 480 MM E COMPRIMENTO DE 550 MM , COM DUAS RODAS COM 200 MM X 25 MM CADA. PARA ARMAZENAR DE FORMA SEGURA O LIXO RESIDENCIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL, HOSPITALAR OU DE VIAS URBANAS.	Tonk	R$ 266,40	R$ 532,80
35	UN	2	LIXEIRA - MATERIAL POLIETILENO, CAPACIDADE 100 LITROS, COM TAMPA E PEDAL (ACIONAMENTO DA TAMPA POR PEDAL), FORMATO CILÍNDRICO OU QUADRADO	Arqplast	R$ 282,11	R$ 564,22
37	PAR	10	LUVAS - PARA LIMPEZA COMPOSIÇÃO LÁTEX NATURAL, COM REVESTIMENTO INTERNO COM FLOCOS DE ALGODÃO SIMILAR, ANATÔMICAS, CANO LONGO CONFORTÁVEIS E RESISTENTE TAMANHO P. APRESENTAR FICHA TÉCNICA JUNTO COM AMOSTRA	Volk brasil	R$ 6,92	R$ 69,20
38	PAR	10	LUVAS - PARA LIMPEZA COMPOSIÇÃO LÁTEX NATURAL, COM REVESTIMENTO INTERNO COM FLOCOS DE ALGODÃO OU SIMILAR, ANATÔMICAS, CANO LONGO CONFORTÁVEIS E RESISTENTE TAMANHO M, FICHA TÉCNICA JUNTO COM AMOSTRA;	Volk brasil	R$ 7,51	R$ 75,10
41	UN	10	MULTI INSETICIDA - LÍQUIDO EM AEROSSOL, FRASCO, A BASE DE ÁGUA. INGREDIENTES ATIVOS: PRALETINA, SIPERMETRINA, SOLVENTE, PROPELENTES E OUTROS. FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM MÍNIMA DE 360ML	SBP	R$ 12,31	R$ 123,10
47	UN	20	PANO DE CHÃO – TIPO FLANELADO, DIMENSÕES MÍNIMAS 55 X 80CM	Tecipan	R$ 4,36	R$ 87,20
62	KG	10	SACO DE LIXO - 200 LITROS, PRETO, 90X115PCT C/100 UNIDADES;	Papelial	R$ 23,04	R$ 230,40
71	UN	10	SODA CÁUSTICA EM ESCAMAS EMBALAGEM DE 1 KG	Staert	R$ 12,06	R$ 120,60
75	UN	15	VASSOURA CERDAS DE NYLON - VASSOURA COM CERDAS EM NYLON PONTAS PLUMADAS PARA QUALQUER TIPO DE PISO – LARGURA DE 30CM E CABO PLÁSTICO	Filhos do Rei	R$ 7,10	R$ 106,50
76	UN	10	VASSOURA DE PELO NATURAL - VASSOURA COM CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,10CM;	Filhos do Rei	R$ 20,66	R$ 206,60
82	CX	2	COPO PARA ÁGUA EM PLÁSTICO DESCARTÁVEL (PP) - CAPACIDADE 300 ML, EM RESINA TERMOPLÁSTICA DESTINADA AO CONSUMO DE BEBIDAS, NÃO TÓXICA, BRANCO, ISENTO DE: MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS E REBARBAS. O PESO POR 100 UNIDADES (CENTO) DO COPO DEVERÁ SER IGUAL OU SUPERIOR A 230 GRAMAS, DEVE ESTAR GRAVADO EM ALTO RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE E SÍMBOLO DE MATERIAL RECICLÁVEL, DE ACORDO COM AS NORMAS NBR 14.865;	copobras	R$ 149,34	R$ 298,68
89	FD	50	PAPEL TOALHA - FARDO COM 12 PACOTE COM 2 ROLOS, ALTA ABSORÇÃO NA COR BRANCA, NEUTRO, MACIO, DIMENSÕES MÍNIMAS 18 CM X 20 CM, 100% CELULOSE VIRGEM. PAPEL TOALHA FOLHA DUPLAS COM NO MÍNIMO 60 TOALHAS EM ROLO NÃO RECICLADO;	absoluto	R$ 65,61	R$ 3.280,50
93	PC	100	PRATO DESCARTAVEL PR 21 - PACOTE CONTENDO 10 UND;	Ultra	R$ 3,79	R$ 379,00
101	UN	20	PROTETOR SOLAR FATOR 60 FPS - COMPOSIÇÃO ISENTA DE INGREDIENTES PERIGOSOS À SAÚDE EFICAZ CONTRA AS RADIAÇÕES UVA E UVB 60 X UVB PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES 20 X UVA PROTEÇÃO CONTRA ENVELHECIMENTO SOLAR DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO, NÃO COMEDOGÊNICO: EMBALAGEM 200ML;	Sunday	R$ 48,41	R$ 968,20
112	CX	2	TOUCA DE REDE - PARA CABELOS, ESPECIAL PARA MERENDEIRAS NA COR BRANCA, COM PROTETORES, COM MICRO POROS FECHADOS QUE PERMITAM A OXIGENAÇÃO DO COURO CABELUDO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO; CAIXA COM 100 UNIDADES	Descarpack	R$ 18,63	R$ 37,26
114	UN	6	AVENTAIS FRENTE ÚNICA - NA COR BRANCA. AVENTAL DE FRENTE (MERENDEIRA), DE TECIDO NÃO INFLAMÁVEL, SEM BOLSO ABERTURA NA PARTE TRASEIRA E TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA	Clean capas	R$ 16,37	R$ 98,22
116	UN	1	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA COMPLETO - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARRO FUNCIONAL PARA LIMPEZA, MATERIAL POLIPROPILENO RESISTENTE, CANTOS ARREDONDADOS, COM TRÊS PRATELEIRAS, LIXEIRA COM RETIRADA FRONTAL DO LIXO,	Bralimpia	R$ 1.678,05	R$ 1.678,05

			DISPLAY PARA FIXAÇÃO DO PROGRAMA DE LIMPEZA, HASTE FIXADORA DO SACO DE LIXO, ESPAÇO PARA CADERNO E CANETA, COR PREDOMINANTE CINZA, SACO DE POLIÉSTER CAPACIDADE 90 L, COR AMARELA. ACOMPANHA O PRODUTO 01 CARRO FUNCIONAL, CONJUNTO ESPREMEDOR DOBLO DE 50 L COM 02 (DOIS) BALDES DE 25L CADA, 01 (UM) CONJUNTO MOP LIQUIDO COM 01 (UM) CABO DE ALUMÍNIO, 01 (UMA) HASTE E 01 (UM) REFIL MOP LIQUIDO 320G TIPO ESFREGÃO, 01 (UMA) PLACA DE SINALIZAÇÃO PISO MOLHADO, 01 (UMA) PÁ COLETORA POP, 01 (UM) CONJUNTO MOP PÓ COM 01 (UM) CABO DE ALUMÍNIO, 01 (UMA) ARMAÇÃO 01 (UM) E UM REFIL MOP PÓ 60CM, COR PREDOMINANTE AMARELA.			
118	UN	1	BALD E ESPREMEDOR DOBLÔ 30L – DE 2 ÁGUAS, O BALDE DOBLÔ 30L SEPARA A ÁGUA LIMPA DA SUJA, EVITANDO A PROLIFERAÇÃO DE BACTÉRIAS E OTIMIZANDO A LIMPEZA. COM ESPREMEDOR COMPRESSÃO SUPERIOR PARA GARANTIR QUE O MOP FIQUE QUASE SECO, REDUZINDO O TEMPO DE SECAGEM DO PISO E EVITANDO ESCORREGÕES, COM: DRENO PARA ESCOAMENTO DE ÁGUA SUJA: PARA FACILITAR O DESCARTE DA ÁGUA SUJA SEM PRECISAR LEVANTAR O BALDE, MESMO QUANDO CHEIO, SEM ESFORÇO E SEM DANIFICAR O PISO. MATERIAL RESISTENTE: FABRICADO EM POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE, O BALDE DURÁVEL RESISTENTE À QUEDA, ALÇA CONFORTÁVEL PARA FACILITAR O TRANSPORTE DO BALDE, PROPORCIONANDO CONFORTO E PRATICIDADE, MOP MICROFIBRA 60 CM COM MICROFIBRA DE ALTA QUALIDADE: PERMITINDO CAPTURAR SUJEIRA E POEIRA COM EFICIÊNCIA, INCLUSIVE PARTÍCULAS MICROSCÓPICAS. COM BASE GIRATÓRIA 360°: QUE PERMITE ALCANÇAR CANTOS E LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO COM FACILIDADE. LAVÁVEL NA MÁQUINA: PRÁTICO E HIGIÊNICO, PODE SER LAVADO NA MÁQUINA DE LAVAR ROUPA QUANTAS VEZES FOREM NECESSÁRIAS. CABO TELESCÓPICO: AJUSTÁVEL À SUA ALTURA, PROPORCIONANDO ERGONOMIA E CONFORTO DURANTE A LIMPEZA. KIT COM BALDE DE 30 LITROS, MOP, CABO.	Bralimpia	R$ 745,30	R$ 745,30
TOTAL R$ 11.127,20						

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO GERENCIADOR (O MUNICIPÍO DE SÃO BENTO DO UNA)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:

I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga **O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA** /ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:

a) **os pagamentos serão realizados Contra-apresentação:** Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e Secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una - PE.

b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;

Certificado de regularidade de situação com o FGTS;

Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)

O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:
Houver interesse público, devidamente fundamentado
Descumprir as condições da ata de registro de preços;
Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido
Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor
O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado.
Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo **MUNÍCIPIO DE SÃO BENTO DO UNA.**
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:
As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento das secretarias Municipais de São Bento do Una, sendo:

787-134001-4000-4001-4-123-403-2.34.3.3.90.30 – RECURSO PRÓPRIO

DAS PENALIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:
I. advertência;
II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noart. 155 da Lei 14.133/21;
III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21;
IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade no caso de ocorrência do previsto nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do mesmo diploma.
Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:
Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.
Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;
Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e a secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o Município de São Bento do Una;
II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;
DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCUMA SETIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 013/2025, **que** conforme decisão do Pregoeiro do Município de SÃO BENTO DO UNA, lavrada em Ata datada de 23/12/2025 que, e posterior homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCUMA NOTA: Caberá ao Órgão Gerenciador do Município de São Bento do Una, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Bento do Una-PE., 23 de dezembro de 2025.

KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO
Secretária de Finanças
Órgão Gerenciador

JMG COMERCIO PAPELARIA E LIMPEZA EIRELI
43.052.849/0001-11
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:3C83D21F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 053/2025 - PROC. LICIT. 053/2025 - PREG. ELET. 013/2025 - SEC. FINANÇAS - PREF.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 053/2025:

Pregão Eletrônico nº: 013/2025
Processo Lic. Nº: 053/2025

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de 2025, O MUCÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça Historiador Adalberto Paiva, 01, Centro – São Bento do Una – PE, inscrita no CNPJ sob nº 10.091.577/001-00, representado pela Secretária, a Sra. **KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO**, brasileira, casada, residente na Rua Arnaldo Acacio Guimarães, nº 204, inscrita no RG nº 6291917 SDS/PE e CPF/MF sob o nº 032.285.594-24, doravante **ÓRGAO GERENCIADOR**, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº 013/2025, que, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, RESOLVE lavrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** conforme as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição, parcelada, de materiais de limpeza, higiene e descartáveis**, destinados a suprir, de maneira regular e eficiente, as demandas da Prefeitura Municipal de São Bento do Una e de suas Secretarias. A contratação visa assegurar o abastecimento contínuo desses insumos, essenciais para a manutenção das atividades administrativas, a conservação dos espaços públicos e a garantia de condições adequadas de higiene, organização e salubridade nos ambientes utilizados pela Administração Pública Municipal.

DADOS DA FORNECEDORA REGISTRADA
RAZÃO SOCIAL: **BATISTA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA**
INSCRIÇÃO NO CNPJ: **59.139.711/0001-94**

ENDEREÇO COMPLETO: **Rua Manoel vieira de Melo, 12, Centro, Poção–PE, CEP: 55.240-000**
e-mail: lucasbatista2024bezerra@gmail.com

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: **LUCAS BATISTA BEZERRA**
CARGO QUE OCUPA: **SÓCIO ADM** NACIONALIDADE: **BRASILEIRO**
ESTADO CIVIL: **SOLTEIRO** PROFISSÃO: **EMPRESÁRIO**
RG Nº: **9414255SDS-PE** CPF Nº: **114.724.394-81**
ENDEREÇO: **Rua Manoel Vieira de Melo, nº 12, Centro, Poção - PE, CEP: 55.240-000, Brasil.**

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 013/2025, acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de 15 de dezembro de 2025 , que, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:

Assinar o contrato de fornecimento/serviço com **O MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO UNA** e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.

Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado acima.

Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.

Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes ás leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:

Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.

Possibilitar o **Município de São Bento de Uma/PE,** em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:

Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.

Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razoes justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:

Substituir, sempre que exigida pelo município e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.

A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do município, inerente ao objeto deste termo de referência.

Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.

Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.

Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
86	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO - 100 GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO - 100%CELULOSE, DIMENSÕES 20 CM X 23 CM CONTENDO NO 50 FOLHAS, TIPO FOLHAS SIMPLES;	MALU	30 UN	R$ 1,20	R$ 36,00
90	PAPEL TOALHA - INTERFOLHADAS: BRANCO 100% CELULOSE VIRGEM, CONTENDO 1000 FOLHAS EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA CONTENDO 4 PACOTES, EM DOBRAS. DIMENSÕES MÍNIMA 19CMX 19 CM;	ECOPAPER	50 PC	R$ 16,70	R$ 835,00
VALOR TOTAL: R$ 871,00					

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO GERENCIADOR (O MUNICIPÍO DE SÃO BENTO DO UNA)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:

I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga **O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA** /ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:

a) **os pagamentos serão realizados Contra-apresentação:** Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e Secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una - PE.

b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;

Certificado de regularidade de situação com o FGTS;

Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)

O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

Houver interesse público, devidamente fundamentado

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor

O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado.

Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo **MUNÍCIPIO DE SÃO BENTO DO UNA.**

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento das secretarias Municipais de São Bento do Una, sendo:

787-134001-4000-4001-4-123-403-2.34.3.3.90.30 – RECURSO PRÓPRIO

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:

I. advertência;

II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noart. 155 da Lei 14.133/21;
III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21;
IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade no caso de ocorrência do previsto nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do mesmo diploma.
Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:
Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.
Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;
Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e a secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o Município de São Bento do Una;
II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;
DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCUMA SETIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 013/2025, **que** conforme decisão do Pregoeiro do Município de SÃO BENTO DO UNA, lavrada em Ata datada de **_23/12/2025 que**, e posterior homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCUMA NOTA: Caberá ao Órgão Gerenciador do Município de São Bento do Una, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Bento do Una- PE, 23 de dezembro de 2025.

KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO
Secretária de Finanças

BATISTA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
59.139.711/0001-94
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:931062F7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2025 - PROC. LICIT. 053/2025 - PREG. ELET. 013/2025 - SEC. FINANÇAS - PREF.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 061/2025:

Pregão Eletrônico nº: 013/2025
Processo Lic. Nº: 053/2025

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de 2025, O MUCÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça Historiador Adalberto Paiva, 01, Centro – São Bento do Una – PE, inscrita no CNPJ sob nº 10.091.577/001-00, representado pela Secretária, a Sra. **KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO**, brasileira, casada, residente na Rua Arnaldo Acacio Guimarães, nº 204, inscrita no RG nº 6291917 SDS/PE e CPF/MF sob o nº 032.285.594-24, doravante **ÓRGAO GERENCIADOR**, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº 013/2025, que, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, RESOLVE lavrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** conforme as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição, parcelada, de materiais de limpeza, higiene e descartáveis**, destinados a suprir, de maneira regular e eficiente, as demandas da Prefeitura Municipal de São Bento do Una e de suas Secretarias. A contratação visa assegurar o abastecimento contínuo desses insumos, essenciais para a manutenção das atividades administrativas, a conservação dos espaços públicos e a garantia de condições adequadas de higiene, organização e salubridade nos ambientes utilizados pela Administração Pública Municipal.

DADOS DA FORNECEDORA REGISTRADA
RAZÃO SOCIAL: **UNICA SANEANTES LTDA**
INSCRIÇÃO NO CNPJ: **43.392.983/0001-61**
ENDEREÇO COMPLETO: **RUA FREI CANECA, 11 ENGENHO MARANGUAPE, PAULISTA - PE, CEP: 53.423-623**
e-mail: unicasaneantes@hotmail.com

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: **CLEIDE JANE FERREIRA**
CARGO QUE OCUPA: **REPRESENTANTE LEGAL** NACIONALIDADE: **BRASILEIRA**
PROFISSÃO: **EMPRESÁRIA** ESTADO CIVIL**: CASADA**
CNH Nº: **05100526743** CPF Nº: **906.618.344-68**
ENDEREÇO: **RUA ALFA, 607, NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, PAULISTA, PE, CEP 53429530**

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 013/2025, acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de 15 de dezembro de 2025, que, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:
Assinar o contrato de fornecimento/serviço com **O MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO UNA** e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.
Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.
Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado acima.
Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.
Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes ás leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:
Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.
Possibilitar o **Município de São Bento de Uma/PE,** em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:
Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.
Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razoes justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.
Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:
Substituir, sempre que exigida pelo município e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.
A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do município, inerente ao objeto deste termo de referência.
Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.
Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	BALDE MATERIAL PLÁSTICO - CAPACIDADE DE 15 LITROS, COM ALÇA;	ICASA	5 UN	R$ 9,38	R$ 46,90
10	BALDE MATERIAL PLÁSTICO - CAPACIDADE DE 10 LITROS, COM ALÇA;	ICASA	5 UN	R$ 6,30	R$ 31,50
16	FRASCO PET 250 ML COM VÁLVULA BORRIFADORA - CARACTERÍSTICA DE TRANSPARÊNCIA PARA LÍQUIDOS COLORIDOS E FACILITA MUITO A VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL FRASCO USADO PARA PULVERIZAR ÁLCOOL ENTRE OUTROS PRODUTOS LÍQUIDOS, COM VÁLVULA BORRIFADORA / GATILHO	NOBRE	10 UN	R$ 6,97	R$ 69,70
32	LIMPADOR MULTIUSO - DE USO DOMÉSTICO. AROMAS DIVERSOS. FRASCO PLÁSTICO CAIXA COM 12 UND DE 500ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. PRODUTO NOTIFICADO NA ANVISA;	LIMPA JÁ	2 CX	R$ 40,48	R$ 80,96
42	PÁ COLETORA LIXO - MATERIAL GALVANIZADO COM CABO DE MADEIRA, TAMANHO GRANDE;	PERNAMBUCANAS	10 UN	R$ 8,77	R$ 87,70
49	PANO DE COPA - COM OU SEM ESTAMPA, ALVEJADO, DIMENSÕES MÍNIMAS 40 X 68 CM;	TECELAGEM SÃO JOSÉ	20 UN	R$ 2,17	R$ 43,40
59	SABÃO EM PÓ - COM TENSOATIVO ANIÔNICO, SINERGISTA, TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, COADJUVANTE, BRANQUEADOR ÓPTICO, CORANTE, FRAGRÂNCIA, TEMPONANTE, CARGA E AGUA, ALQUIL, BENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, EMBALAGEM FARDO COM 24 PACOTES COM 500G. PRODUTO NOTIFICADO NA ANVISA/MS;	STARPLUS	5 FD	R$ 51,35	R$ 256,75
64	SACO DE LIXO - 30 LITROS, AZUL, PCT C/100 UNIDADES	RAVA	10 PC	R$ 16,78	R$ 167,80
78	COLHER PARA REFEIÇÃO - DESCARTÁVEL TAMANHO MEDIA, PLÁSTICO, TRANSPARENTE. PACOTES COM 50 UND;	STRAWPLAST	30 PC	R$ 3,64	R$ 109,20
79	COLHER PARA SOBREMESA - DESCARTÁVEL TAMANHO MEDIA, PLÁSTICO, TRANSPARENTE. PACOTES COM 50 UND;	STRAWPLAST	50 PC	R$ 2,73	R$ 136,50
84	GARFO PARA SOBREMESA - DESCARTÁVEL TAMANHO MEDIA, PLÁSTICO, TRANSPARENTE. PACOTES COM 50 UND;	STRAWPLAST	100 PC	R$ 3,00	R$ 300,00
85	GARFO PARA REFEIÇÃO - GARFO PLÁSTICO REFORÇADO REFEIÇÃO DESCARTÁVEL, PODE SER UTILIZADO EM ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS, RESISTENTES E DURÁVEIS. PACOTE COM 50 UND;	STRAWPLAST	50 PC	R$ 3,68	R$ 184,00
91	PANO PARA LIMPEZA MULT USO - 30 X 25 CM COM 50 UNIDADES	NOBRE	5 RL	R$ 26,32	R$ 131,60
92	PRATO DESCARTAVEL PR 15 - PACOTE CONTENDO 10 UND;	COPOBRAS	100 PC	R$ 1,65	R$ 165,00
94	PAPEL ALUMINIO - ROLO 7,5M X 30 CM: IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO	WYDA	10 RL	R$ 4,31	R$ 43,10
TOTAL DO VENCEDOR; R$ 1.854,11					

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO GERENCIADOR (O MUNICIPÍO DE SÃO BENTO DO UNA)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:

I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga **O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA** /ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:

a) **os pagamentos serão realizados Contra-apresentação:** Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e Secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una - PE.

b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;

Certificado de regularidade de situação com o FGTS;

Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)

O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;
Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;
Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

Houver interesse público, devidamente fundamentado

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor

O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado.

Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo **MUNÍCIPIO DE SÃO BENTO DO UNA.**

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento das secretarias Municipais de São Bento do Una, sendo:

787-134001-4000-4001-4-123-403-2.34.3.3.90.30 – RECURSO PRÓPRIO

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:

I. advertência;

II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noart. 155 da Lei 14.133/21;

III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade no caso de ocorrência do previsto nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do mesmo diploma.

Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:

Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;

Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a secretaria de Administração, Finanças, Infraestrutura, Assistência Social e a secretaria de Desenvolvimento Rural de São Bento do Una poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o Município de São Bento do Una;
II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCUMA SETIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025, e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 013/2025, **que** conforme decisão do Pregoeiro do Município de SÃO BENTO DO UNA, lavrada em Ata datada de **_23_/_12_/ 2025 que**, e posterior homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCUMA NOTA: Caberá ao Órgão Gerenciador do Município de São Bento do Una, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Bento do Una - PE, 23 de dezembro de 2025.

KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO
Secretária de Finanças

UNICA SANEANTES LTDA
43.392.983/0001-61
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:1C2C45D3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TABIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 02/2025 - PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA COMPOSIÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL PROF. JOSÉ ODANO DE GÓES PIRES-CMADI

A Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Tabira – SMEE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em consonância com as diretrizes estabelecidas para a reorganização administrativa e pedagógica da Rede Municipal de Ensino, torna pública a abertura do Processo Seletivo Interno destinado à composição do Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires – CMADI, unidade estratégica vinculada à Política Municipal de Alfabetização e às ações de recomposição, monitoramento e fortalecimento da aprendizagem nos anos iniciais da Educação Básica.

A criação e o fortalecimento do CMADI integram o conjunto de medidas estruturantes adotadas no processo de reestruturação da Rede Municipal de Ensino, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, fundamentado em estudos técnicos, diagnósticos situacionais, projeções de matrícula, análises de fluxo escolar e avaliação das condições estruturais das unidades. Esse processo resultou na redefinição do perfil das escolas, na reorganização do atendimento, na redistribuição de turmas e na adoção de parâmetros pedagógicos mais consistentes para a oferta da Educação Infantil, do Ciclo de Alfabetização.

Nesse contexto, o CMADI assume papel central na execução do novo desenho pedagógico da rede, atuando diretamente no fortalecimento da alfabetização no 1º e 2º anos, na qualificação da Educação Infantil (Pré I e Pré II) e na recomposição das aprendizagens comprometidas pelo fluxo escolar, assegurando ações articuladas de formação, acompanhamento técnico especializado, intervenções pedagógicas planejadas e monitoramento contínuo de indicadores.

O presente edital disciplina o processo de seleção interna, define critérios técnicos de ingresso, permanência e desligamento, estabelece parâmetros de avaliação de desempenho e institui mecanismos de valorização profissional, em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública, com a legislação municipal em vigor e com as diretrizes nacionais expressas na BNCC, na Política Nacional de Alfabetização, no Programa Educação Infantil: Aprender e Brincar, e no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

A participação no CMADI constitui atribuição estratégica da Política Municipal de Alfabetização e integra o conjunto de ações prioritárias decorrentes da reconfiguração pedagógica da rede municipal, que, a partir do ano letivo de 2026, passa a priorizar o acompanhamento sistemático das aprendizagens, a atuação docente especializada e a implementação de práticas verificadas como eficazes para garantir o direito de aprender nos anos mais determinantes do percurso escolar.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto selecionar professores efetivos da Rede Municipal de Ensino de Tabira para composição do quadro docente do Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires (CMADI) durante o ano letivo de 2026, considerando as necessidades técnicas e pedagógicas definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SMEE no processo de reorganização da Rede Municipal de Ensino.

1.2. A seleção ora instituída não cria novos vínculos funcionais, tampouco altera a natureza do cargo ocupado pelo servidor. Trata-se de processo de realocação interna, mediante adesão voluntária, destinado a identificar professores com perfil compatível para atuar especificamente nas turmas de Pré I, Pré II, 1º e 2º anos, consideradas estratégicas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.

1.3. A participação neste processo seletivo não é obrigatória, não gera qualquer prejuízo funcional, financeiro ou administrativo ao servidor que optar por não concorrer, e não implica risco de perda do vínculo efetivo, assegurando-se, ao candidato não selecionado ou não inscrito, sua permanência ou redistribuição regular em outra unidade escolar do município, conforme necessidade da rede e critérios estabelecidos pela SMEE.

1.4. A atuação no CMADI envolve:

a) acompanhamento pedagógico sistemático, com observação, análise e intervenção contínua da aprendizagem das crianças, em consonância com a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os parâmetros definidos pela Política Municipal de Alfabetização;

b) monitoramento contínuo dos indicadores de aprendizagem, incluindo registros individuais, análise de desempenho por habilidade, uso de instrumentos avaliativos formativos e aplicação de protocolos de acompanhamento, conforme orientações do MEC, CNCA e SMEE;

c) elaboração e execução de planos de intervenção, recomposição e aceleração da aprendizagem, alinhados às diretrizes da Política de Recuperação das Aprendizagens e às normativas recentes de recomposição adotadas no âmbito federal, estadual e municipal;

d) desenvolvimento de práticas pedagógicas qualificadas na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização, fundamentadas em evidências científicas, metodologias ativas, abordagem equilibrada de leitura e escrita, atividades estruturadas e rotinas pedagógicas compatíveis com os referenciais da BNCC e do PNA;

e) participação efetiva em formações continuadas, encontros técnicos, seminários, reuniões pedagógicas, momentos de planejamento, grupos de estudo, oficinas e demais processos formativos promovidos pela SMEE ou por instituições parceiras, conforme previsto no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

f) entrega de relatórios pedagógicos, evidências de aprendizagem, registros periódicos, planos de aula, devolutivas avaliativas e demais instrumentos oficiais de monitoramento, assegurando periodicidade, consistência e alinhamento às orientações da SMEE e às exigências dos sistemas oficiais de acompanhamento;

g) implementação de práticas de observação e devolutiva pedagógica, incluindo participação em processos de acompanhamento em sala, visitas técnicas, registros reflexivos e devolutivas de formação;

h) adoção de práticas de cuidado, acolhimento e desenvolvimento integral na Educação Infantil, em conformidade com as DCNEIs e com as orientações nacionais para o desenvolvimento de competências socioemocionais, motoras, cognitivas e linguísticas;

i) utilização de recursos pedagógicos estruturados, materiais orientadores e instrumentos oficiais, conforme disponibilizados pela SMEE no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, garantindo fidelidade às rotinas e consistência metodológica.

1.5. A atuação no CMADI constitui função estratégica, sem caráter de cargo ou função gratificada permanente, sendo vinculada exclusivamente ao exercício docente em turmas da Educação Infantil (Pré-escolar l, Pré-escolar ll) e do Ciclo de Alfabetização (1º e 2º ano), alinhada às diretrizes da BNCC, à Política Nacional de Alfabetização e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, não gerando direito adquirido à permanência, a qual ficará condicionada ao desempenho e ao cumprimento das metas estabelecidas pela SMEE.

2. DA VIGÊNCIA E NATUREZA DO PROCESSO SELETIVO

2.1. O presente Processo Seletivo Interno possui vigência para o ano letivo de 2026, vinculando-se ao calendário escolar oficial e às diretrizes pedagógicas instituídas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SMEE.

2.2. O exercício das funções no CMADI será limitado ao ano letivo de 2026 e ficará condicionado ao cumprimento integral das atribuições, metas e critérios técnicos estabelecidos neste edital e nas orientações da SMEE, sendo o desempenho acompanhado de forma contínua por meio de registros, monitoramentos e indicadores de aprendizagem.

2.3. A continuidade do docente no CMADI em anos posteriores poderá ocorrer mediante recondução, desde que o professor atenda plenamente aos critérios de desempenho, participação, responsabilidade e resultados pedagógicos pactuados. A recondução será autorizada pela SMEE, com base em avaliação técnica do ciclo anterior.

2.4. A permanência durante o ano letivo de 2026 e eventual recondução não constituem direito adquirido, podendo o docente ser substituído caso não apresente desempenho satisfatório, não cumpra as atribuições estabelecidas ou não se adeque às orientações técnicas definidas pela SMEE.

2.5. O desligamento do CMADI poderá ocorrer a qualquer momento do ano letivo, mediante avaliação fundamentada da SMEE que identifique o não atendimento às exigências técnicas, pedagógicas ou administrativas. Nessas situações, o professor será realocado para outra unidade escolar, sem qualquer prejuízo ao seu vínculo efetivo ou aos direitos funcionais, mediante registro formal e ciência do servidor, garantindo-se a transparência do procedimento.

2.6. A seleção disciplinada por este edital possui natureza interna e caracteriza processo de realocação de professores efetivos, não implicando criação de cargo ou função permanente e preservando integralmente o vínculo estatutário do servidor com o Município.

3. DAS VAGAS

3.1. O presente Processo Seletivo Interno ofertará 22 (vinte e duas) vagas para atuação no Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires – CMADI, distribuídas entre turmas de Educação Infantil, Pré I, Pré II, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, conforme organização pedagógica definida pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SMEE para o ano letivo de 2026.

3.2. A distribuição das vagas por etapa (Pré I, Pré II, 1º e 2º anos) poderá ser ajustada pela SMEE em função do quantitativo de matrículas, da reorganização da rede, da demanda de turmas e das necessidades técnicas identificadas, devendo tais ajustes ser formalizados em ato administrativo próprio.

3.3. As vagas serão preenchidas por ordem de classificação dos candidatos aprovados nas etapas previstas neste edital, observando-se o número máximo de 22 (vinte e dois) docentes para composição do CMADI.

3.4. Poderá ser formado cadastro de reserva com os demais candidatos classificados, o qual poderá ser utilizado pela SMEE em caso de desistência, desligamento, afastamento ou necessidade superveniente de substituição durante o ano letivo de 2026, respeitada a ordem de classificação final.

3.4.1. Caso as 22 (vinte duais) vagas previstas neste edital não sejam preenchidas por professores efetivo da rede municipal de educação, as vagas remanescentes serão suplementadas mediante seleção específica e destinada para esse fim.

3.5. A lotação do docente em turmas de Pré I, Pré II, 1º ou 2º ano será definida pela SMEE, considerando critérios pedagógicos, organizacionais e de demanda da rede, não constituindo direito adquirido do candidato à escolha de turma, incluindo-se eventuais remanejamentos necessários ao longo do ano letivo, quando justificados pela organização pedagógica.

3.6. Em caso de empate na classificação final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) cursos de especialização na área de alfabetização e letramento;

b) que comprovadamente tiver obtido bons índices nas avaliações internas e externas, SAEB, SAEPE, CAEd.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas presencialmente, no período de 5 a 16 de janeiro de 2026, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, na sede da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Tabira – SMEE, situada à Rua Eduardo Domingos de Lima, nº 455, Centro, Tabira/PE. Não serão aceitas inscrições fora do prazo estabelecido.

4.2. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada (ANEXO I);

b) Curriculum Vitae atualizado, com cópias dos certificados, declarações, comprovantes de experiência e demais documentos que comprovem as informações apresentadas;

c) Apresentar plano de trabalho voltado para a alfabetização e desenvolvimento infantil;

d) Documento oficial com foto.

4.3. Não serão homologadas as inscrições que apresentarem documentação incompleta, ilegível, inconsistências ou ausência de comprovação das informações declaradas, sendo facultado à SMEE solicitar complementações documentais quando necessário para fins de conferência e autenticidade.

4.4. Ao efetuar a inscrição, o candidato declara ciência e concordância integral com todas as normas e condições deste edital.

4.5. Poderão participar exclusivamente professores efetivos da Rede Municipal de Ensino de Tabira que se encontrem em pleno exercício de suas funções, sem afastamentos ou licenças de qualquer natureza, nos termos do item 9 deste edital.

5. DO CRONOGRAMA

O Processo Seletivo Interno para composição do Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires – CMADI seguirá o cronograma abaixo estabelecido. Todas as datas, prazos e etapas deverão ser rigorosamente observados pelos candidatos, não sendo admitidas solicitações fora dos períodos estipulados.

Etapa	Data
Publicação do Edital	26/12/2025
Período de Inscrições	05 a 16/01/2026
Análise Curricular	19/01/2026
Divulgação das Inscrições Válidas e Resultado da Análise Curricular	20/01/2026
Período para Recursos – Inscrições/análise curricular	21 a 22/01/2026
Resultado Definitivo das Inscrições/análise curricular	23/01/2026
Entrevistas Técnicas	26 e 27/01/2026
Resultado Preliminar	28/01/2026
Período para Recursos – Resultado Preliminar-Entrevistas Técnicas	29 e 30/01/2026
Resultado Final	05/02/2026

5.1. A Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SMEE poderá, mediante necessidade administrativa devidamente justificada, alterar datas, horários ou procedimentos, devendo tais modificações ser divulgadas formalmente nos canais oficiais da SMEE.

5.2. É responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações relativas ao processo seletivo, não cabendo alegação posterior de desconhecimento.

5.3. Todos os atos administrativos previstos neste edital, inclusive este edital, serão divulgados no site da Prefeitura Municipal de Tabira, diário da AMUPE e na sede da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

6. DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS DOCENTES DO CMADI

Os profissionais selecionados para atuar no Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires – CMADI desempenharão funções técnico-pedagógicas estratégicas, diretamente relacionadas à garantia do direito de aprender, ao fortalecimento da alfabetização, ao desenvolvimento integral na Educação Infantil e à recomposição das aprendizagens, em consonância com a Política Municipal de Alfabetização e com as normativas nacionais vigentes.
Constituem atribuições do professor do CMADI:

6.1. No âmbito da Alfabetização e do Letramento

a) Desenvolver práticas pedagógicas sistemáticas e estruturadas de alfabetização e letramento, em alinhamento à BNCC, à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e às orientações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

b) Implementar rotinas pedagógicas diárias, incluindo momentos de leitura, escrita, consciência fonológica, fluência, vocabulário, produção textual e letramento matemático inicial;

c) Utilizar metodologias baseadas em evidências científicas, adotadas pela SMEE, garantindo padronização e coerência pedagógica no ciclo de alfabetização.

d) Participar das devolutivas e das observações de sala, implementando integralmente as orientações técnicas emitidas pela equipe do CMADI e pela SMEE.

6.2. No âmbito da Recomposição das Aprendizagens

a) Realizar intervenções pedagógicas planejadas, visando recompor aprendizagens essenciais não consolidadas pelas crianças;

b) Empregar instrumentos oficiais de avaliação diagnóstica e formativa, interpretando resultados para definir estratégias de intervenção;

c) Elaborar e aplicar atividades específicas para estudantes com defasagens, considerando ritmo, nível e necessidade individual.

d) Registrar sistematicamente a evolução dos estudantes, garantindo organização, clareza e rastreabilidade dos dados pedagógicos.

6.3. No âmbito da Educação Infantil (Pré I e Pré II)

a) Desenvolver práticas que assegurem o desenvolvimento integral da criança, conforme as DCNEI e a BNCC da Educação Infantil;

b) Garantir experiências pedagógicas nas dimensões, interações, brincadeiras, linguagem oral e escrita, psicomotricidade, música, artes visuais, natureza e sociedade;

c) Elaborar relatos de desenvolvimento, registros contínuos e documentação pedagógica.

d) Organizar ambientes alfabetizadores e espaços de aprendizagem adequados, conforme orientações pedagógicas da SMEE.

6.4. No âmbito da Avaliação Pedagógica e Monitoramento

a) Aplicar, registrar e analisar instrumentos oficiais de avaliação diagnóstica, processual e somativa;

b) Manter registros contínuos de aprendizagem por habilidade, com acompanhamento individualizado;

c) Utilizar plataformas, formulários, mapas de habilidade e indicadores disponibilizados pela SMEE, CNCA e programas parceiros.

d) Entregar registros, relatórios e evidências nos prazos estabelecidos pela SMEE, constituindo requisito para permanência no CMADI.

6.5. Planejamento e Intervenção

a) Elaborar planos de aula e intervenções pedagógicas estruturadas, com base no Currículo Municipal e na BNCC;

b) Construir Planos de Ação Individualizada (PAI) e planos de recomposição para estudantes com indicadores de risco de não alfabetização;

c) Atualizar semanalmente os registros pedagógicos, de acordo com os fluxos e orientações estabelecidos pela equipe técnica do CMADI.

d) Participar de planejamentos coletivos e momentos de estudo orientados pela equipe técnica.

6.6. Participação em Formações e Acompanhamentos

a) Participar efetivamente de formações continuadas, oficinas, grupos de estudo, reuniões técnicas, seminários e encontros pedagógicos promovidos pela SMEE;

b) Receber acompanhamento pedagógico em sala, participar de devolutivas e implementar as orientações registradas;

c) Contribuir para pesquisas pedagógicas, ciclos reflexivos e processos avaliativos da Política Municipal.

d) Cumprir integralmente a carga horária de 180 horas aula formativa definida para o CMADI, condição indispensável para continuidade no programa.

6.7. Responsabilidades Institucionais e Éticas

a) Garantir frequência, pontualidade, assiduidade e cumprimento rigoroso do calendário escolar e das rotinas do CMADI;

b) Manter postura ética, colaborativa e corresponsável com a equipe multiprofissional envolvida no centro;

c) Zelar pelo uso adequado dos materiais didáticos, recursos estruturados e equipamentos pedagógicos.

d) Respeitar as normas institucionais e os fluxos administrativos estabelecidos pela SMEE, preservando a integridade das informações e dos instrumentos pedagógicos.

6.8. Comunicação e Relação com Famílias

a) Realizar atendimentos individuais às famílias, quando solicitado pela gestão ou equipe técnica, assegurando devolutivas claras e fundamentadas;

b) Participar de reuniões, encontros e ações institucionais que envolvam comunidade escolar e responsáveis.

c) Registrar formalmente orientações e encaminhamentos realizados às famílias, quando necessário, conforme diretrizes da SMEE.

6.9. Articulação com a SMEE

a) Cumprir integralmente as orientações pedagógicas, administrativas e técnicas emitidas pela SMEE;

b) Alimentar sistemas, mapas, relatórios e documentos oficiais;

c) Participar de ações municipais de monitoramento dos indicadores da Educação Infantil , Pré I e II, 1º e 2º, dos Anos Iniciais.

d) Colaborar com processos de avaliação institucional e com a implementação de melhorias pedagógicas propostas pela SMEE.

8. DAS ETAPAS DA SELEÇÃO

O Processo Seletivo Interno para composição do CMADI será composto por duas etapas, devidamente articuladas, destinadas a identificar o perfil técnico-pedagógico necessário ao exercício das funções estratégicas do Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires-CMADI.

As etapas são:

a) Análise Curricular – eliminatória e classificatória;

b) Entrevista Técnica – eliminatória e classificatória;
Cada uma das etapas será conduzida pela SMEE, assegurando transparência, impessoalidade, critérios objetivos e aderência às diretrizes da Política Municipal de Alfabetização.

8.1. Análise Curricular (eliminatória e classificatória)
A Análise Curricular tem por objetivo verificar a formação, trajetória, competências profissionais e aderência técnico-pedagógica do candidato às funções desempenhadas no CMADI.

A avaliação considerará a experiência do docente, sua participação em programas estruturantes de alfabetização, qualificação profissional recente, produção pedagógica e evidências do trabalho desenvolvido em alfabetização.

A pontuação será atribuída conforme ANEXO II – Matriz de Avaliação Curricular, observando:

a) Formação continuada realizada nos últimos 24 (vinte e quatro) meses nas áreas de Alfabetização, Educação Infantil, recomposição das aprendizagens, neurociência, avaliação formativa, educação integral e áreas correlatas;

b) Experiência profissional comprovada em turmas de Pré I, Pré II, 1º ou 2º anos, ou atuação em programas/projetos de alfabetização, recomposição, monitoramento pedagógico, acompanhamento de indicadores ou intervenções educacionais;

c) Participação em programas estruturantes: CNCA, Projetos Municipais de Alfabetização, Programas de Recomposição das Aprendizagens, metodologias estruturadas e formações oficiais da SMEE;

d) Produção pedagógica, incluindo planos de intervenção, sequências didáticas estruturadas, relatórios técnicos, registros avaliativos, portfólios, práticas exitosas, participação em feiras pedagógicas, apresentação de experiências e projetos documentados;

Será eliminado o candidato que obtiver pontuação inferior a 7,0 pontos, conforme ANEXO II.

8.2. Entrevista Técnica (eliminatória e classificatória)
A Entrevista Técnica tem por finalidade avaliar, em situação dialogada, a capacidade do candidato de atuar em contextos reais de alfabetização, recomposição das aprendizagens e Educação Infantil, verificando o domínio teórico-metodológico, a clareza pedagógica, a competência técnica, a capacidade reflexiva e a adequação ao perfil requerido pelo CMADI.

8.2.1. A entrevista será realizada individualmente, em data e horário previamente divulgados pela SMEE, perante banca examinadora a ser designada pela SMEE.

8.2.2. A avaliação observará os descritores, indicadores e faixas de pontuação constantes no ANEXO III – Matriz de Entrevista Técnica, considerando, entre outros, os seguintes eixos:

a) Domínio teórico-prático da alfabetização, incluindo conhecimento da BNCC, PNA, CNCA, habilidades essenciais, rotinas pedagógicas, abordagem equilibrada de leitura e escrita e uso de práticas baseadas em evidências;

b) Estratégias de intervenção pedagógica, capacidade de propor ações de recomposição, planos individualizados, uso de instrumentos de diagnósticos, organização de rotinas de apoio e adequação às necessidades dos estudantes;

c) Capacidade de análise de dados educacionais, interpretação de indicadores de aprendizagem, leitura de relatórios pedagógicos, identificação de habilidades fragilizadas e coerência na proposição de estratégias de superação;

d) Planejamento didático e organização metodológica, contemplando progressão de aprendizagens, uso do tempo pedagógico, seleção de recursos, articulação entre atividades e adequação às condições reais da sala de aula;

e) Postura profissional e competências socioemocionais, incluindo comunicação clara, ética, responsabilidade, colaboração, abertura a orientações técnicas, compromisso com a Política Municipal e alinhamento às diretrizes da SMEE.

8.2.3. A entrevista poderá envolver situações-problema, análise de casos, questionamentos sobre práticas reais, leitura de dados de aprendizagem, elaboração verbal de estratégias pedagógicas e outros instrumentos que permitam avaliar o raciocínio profissional do candidato.

8.2.4. A nota da entrevista será atribuída em escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando a soma dos eixos avaliativos descritos no ANEXO III, sendo 7,0 (sete) pontos a pontuação mínima exigida para aprovação nesta etapa.

8.2.5. O candidato que obtiver pontuação inferior a 7,0 (sete) na Entrevista Técnica será eliminado do certame, independentemente do resultado obtido na Análise Curricular.

8.2.6. A pontuação da Entrevista Técnica será somada à pontuação da Análise Curricular para fins de classificação final dos candidatos aprovados em ambas as etapas, observados os critérios de desempate previstos neste edital.

9. DOS IMPEDIMENTOS

9.1. Não poderá participar do Processo Seletivo Interno para composição do CMADI o servidor que se enquadrar em qualquer das seguintes condições:

a) estiver afastado do exercício de suas funções, por motivo de licença médica, licença prêmio, licença gestante, licença maternidade/paternidade ampliada, licença por interesse particular, readaptação temporária, afastamento judicial ou qualquer outra modalidade prevista na Legislação Municipal;

b) estiver em licença-prêmio, usufruindo ou com período já autorizado para usufruto dentro do ano letivo;

c) estiver em licença sem vencimento ou afastamento para tratar de interesses particulares;

d) responder, como acusado, a processo administrativo disciplinar ou sindicância instaurada, até decisão final;

e) não apresentar a documentação obrigatória exigida no ato da inscrição, nos termos do item 3.2 deste edital;

f) estiver cumprindo sanção administrativa, penalidade disciplinar aplicada ou decisão de suspensão temporária de funções pedagógicas;

g) não se encontrar em pleno exercício funcional, conforme verificado pela SMEE junto ao setor de Gestão de Pessoas;

h) apresentar informações falsas ou documentos inautênticos, situação que implicará indeferimento imediato e comunicação formal aos setores competentes.

i) encontrar-se em situação funcional que impeça o exercício das atribuições do CMADI, conforme verificação técnica da SMEE, ainda que não expressamente contemplada nos itens anteriores.

9.2. O atendimento a todos os requisitos funcionais será verificado pela SMEE no momento da homologação das inscrições, podendo o candidato ser excluído a qualquer tempo caso seja constatada irregularidade, omissão de informação ou descumprimento das condições deste edital.

10. DO DESLIGAMENTO

O desligamento do docente do CMADI poderá ocorrer a qualquer momento do ano letivo, mediante avaliação fundamentada da Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SMEE, quando verificado que o professor não atende às exigências técnicas, pedagógicas, administrativas ou comportamentais estabelecidas neste edital. O desligamento não acarretará qualquer prejuízo ao vínculo estatutário do servidor, que será realocado para outra unidade escolar da Rede Municipal, conforme necessidade da organização pedagógica.

Serão motivos para desligamento:

a) o descumprimento dos critérios de permanência, metas e obrigações funcionais previstas nas orientações do CMADI e da SMEE;

b) o não atingimento dos resultados mínimos anuais pactuados no âmbito da Política Municipal de Alfabetização;

c) a ocorrência de faltas reiteradas ou injustificadas a formações, reuniões, monitoramentos, devolutivas pedagógicas, atendimentos e demais atividades oficiais do CMADI;

d) a adoção de condutas incompatíveis com as atribuições da função, incluindo postura antiética, insubordinação, resistência às orientações técnicas ou comprometimento inadequado das rotinas pedagógicas;

e) a solicitação formal do próprio servidor, desde que não comprometa a organização pedagógica da unidade para o período letivo;

f) o não cumprimento dos registros pedagógicos, instrumentos avaliativos, planos, relatórios e documentação mínima exigida para o acompanhamento das aprendizagens;

g) a ausência reiterada de evolução ou entrega pedagógica consistente, conforme monitoramentos realizados pela equipe técnica da SMEE;

h) a constatação de atitudes que prejudiquem o clima organizacional, a cooperação entre profissionais ou o funcionamento do Centro.

10.1. O desligamento não gera direito a recurso administrativo, por se tratar de realocação funcional de natureza interna, vinculada ao interesse público e ao desempenho técnico-pedagógico, conforme previsto neste edital.

11. DOS RESULTADOS E RECURSOS

11.1. Os resultados parciais e finais das etapas do Processo Seletivo Interno serão divulgados exclusivamente nos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Tabira – SMEE, observando rigorosamente o cronograma estabelecido neste edital. Caberá ao candidato acompanhar todas as publicações, não sendo aceita alegação posterior de desconhecimento ou não visualização das informações liberadas.

11.2. O candidato terá direito de interpor recurso administrativo contra qualquer etapa do processo seletivo, desde que fundamentado e apresentado exclusivamente por meio do formulário oficial constante no ANEXO IV – Formulário de Recurso, devidamente preenchido, assinado e acompanhado de documentos comprobatórios, quando necessário.

11.3. Os recursos deverão ser entregues presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SMEE, dentro dos prazos previstos no cronograma oficial do edital. Não serão aceitos recursos encaminhados por e-mail, aplicativos de mensagens, telefone, protocolo informal ou qualquer outra modalidade distinta da prevista neste item.

11.4. Não serão conhecidos os recursos que:

a) forem apresentados fora do prazo;

b) não utilizarem o formulário oficial;

c) estiverem desacompanhados de fundamentação pertinente;

d) forem assinados por terceiros ou apresentarem inconsistências;

e) tiverem caráter genérico, emocional ou não técnico;

f) solicitarem revisão de critérios não previstos no edital.

11.5. A Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SMEE analisará os recursos com base nas normas deste edital, nas evidências apresentadas e nas orientações pedagógicas da SMEE, podendo:

a) manter o resultado;

b) retificar pontuação ou classificação;

c) anular ato administrativo, quando comprovado erro material.

11.6. A decisão da SMEE sobre o recurso possui caráter definitivo, não cabendo nova contestação na esfera administrativa, por tratar-se de seleção interna vinculada ao interesse público e às necessidades pedagógicas da rede.

11.7. A SMEE poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos adicionais, declarações, registros pedagógicos ou informações suplementares para subsidiar a análise dos recursos e garantir a lisura do processo.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As situações omissas, dúvidas interpretativas, casos excepcionais e demais aspectos não previstos expressamente neste edital serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Tabira – SMEE, responsável pela condução integral do processo seletivo, observando-se a legislação municipal vigente, os princípios da administração pública e a Política Municipal de Alfabetização.

12.2. A inscrição no processo seletivo implica plena ciência e aceitação integral e irrestrita de todas as regras, prazos, critérios, condições e etapas estabelecidas neste edital e em seus anexos, não cabendo alegação posterior de desconhecimento.

12.3. A SMEE poderá expedir orientações complementares, emitir comunicados, retificações ou ajustes operacionais sempre que necessário ao fiel cumprimento deste edital, desde que devidamente publicados nos canais oficiais da Secretaria.

12.4. Para os professores selecionados neste processo e que estejam em efetivo desempenho das funções no CMADI será concedida uma vantagem pecuniária que será fixada em ato próprio do chefe do poder executivo municipal, respeitando o equilíbrio orçamentário e financeiro, bem como as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12.5. A aprovação no processo seletivo não gera direito adquirido à permanência no CMADI nem à recondução, sendo todas as decisões vinculadas ao desempenho, às metas pactuadas e ao interesse público educacional.

12.6. Os anexos que integram este edital possuem caráter normativo e complementar, devendo ser observados integralmente pelos candidatos e pela banca avaliadora.

12.7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação oficial, produzindo efeitos imediatos para o processo seletivo referente ao ano letivo de 2026.

Tabira/PE, 26 de dezembro de 2025

ARACELIS BATISTA AMARAL
Secretária Municipal de Educação e Esportes

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO INTERNO – CMADI 2026
Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires
Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Tabira – SMEE

Nome completo	
Data de nascimento	
CPF	
RG/Órgão expedidor/UF	
Endereço completo	
Telefone/WhatsApp	
E-mail	

1. Dados Pessoais

2. Dados Funcionais

Matrícula	
Cargo efetivo	
Tempo de serviço na Rede Municipal	
Unidade escolar de lotação atual	

3. Documentação Apresentada - (Assinale com X)
( ) Curriculum Vitae atualizado
( ) Cópias dos certificados e comprovantes de experiência
( ) Cópia de documento oficial com foto

4. Manifestação de Interesse
Declaro que desejo participar do Processo Seletivo Interno para atuação no CMADI – Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires, para o ano letivo de 2026, estando ciente das atribuições, requisitos e critérios estabelecidos no edital.

5. Declaração do Candidato

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do processo seletivo, que todas as informações e documentos apresentados são verdadeiros e autênticos. Estou ciente de que a falsificação ou omissão de informações implicará indeferimento da inscrição ou exclusão do processo.

Tabira/PE, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do candidato: _____

ANEXO II – MATRIZ DE AVALIAÇÃO CURRICULAR

Pontuação Total: 10,0 pontos
Pontuação mínima exigida: 7,0 pontos
A análise curricular considerará exclusivamente documentos comprobatórios, dentro dos prazos estabelecidos e relacionados às funções do CMADI.

Eixo Avaliativo	Exemplos de Documentos Aceitos	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima por Eixo
1. Formação Continuada (últimos 24 meses)	Certificados de cursos em alfabetização ou em educação infantil, presenciais ou em plataformas oficiais (MEC/AVAMEC, Escola de Formadores, entre outros).	0,5 ponto por curso (até. 40h)	2,0 pontos
2. Experiência em Alfabetização/Educação Infantil (últimos 4 anos)	Declaração ou portaria comprovando atuação em Pré I, Pré II, 1º ou 2º ano;	0,25 ponto por ano completo de experiência	1,0 pontos
	Atuação em projetos de alfabetização com evidências;	0,5 ponto por projeto	1,0
3. Participação em Programas Estruturantes	Participação registrada em formações estruturadas ou materiais orientadores da SMEE (CNCA 1º e 2º ano, Com Creche e LEEI);	0,5 ponto por participação comprovada	2,0 pontos
4. Produção Pedagógica	Plano de trabalho apresentando material estruturado produzido para turmas de alfabetização.	2,0 pontos	2,0 pontos
5. Histórico Profissional	Habilitação em nível, superior em Pedagogia, ministrada por instituição reconhecida pelo MEC. Curso de especialização em Pedagogia, Alfabetização ou Educação Infantil, em instituição reconhecida pelo MEC.	1,0 ponto por critério atendido	2,0 pontos
TOTAL MÁXIMO			10,0

ANEXO III – MATRIZ DE ENTREVISTA TÉCNICA

Pontuação Total: 10,0 pontos
Pontuação mínima exigida: 7,0 pontos
Cada eixo deverá receber nota entre 0,0 e 2,0 pontos, podendo ser atribuídas pontuações intermediárias (0,5; 1,0; 1,5), de acordo com a qualidade, precisão, profundidade e coerência das respostas.

Eixo Avaliativo	Descrição / Foco do Questionamento	Exemplo de Evidências na Resposta	Pontuação Máxima
1. Domínio teórico-prático da alfabetização	Verifica o conhecimento do candidato sobre BNCC, PNA, CNCA, habilidades essenciais de leitura e escrita, rotinas de alfabetização, princípios de abordagem equilibrada e práticas baseadas em evidências.	Cita corretamente referências (BNCC, PNA, CNCA), descreve habilidades prioritárias, explica rotinas diárias de alfabetização, demonstra compreensão de práticas efetivas e fundamentadas.	2,0 pontos
2. Estratégias de intervenção e recomposição	Analisa a capacidade de planejar ações de intervenção para estudantes com dificuldades, uso de instrumentos diagnósticos, elaboração de planos individualizados e recomposição de aprendizagens.	Apresenta exemplos concretos de intervenções, descreve uso de avaliações diagnósticas, explica como organiza grupos de apoio, relata experiências com planos individualizados ou recomposição.	2,0 pontos
3. Análise de dados e indicadores de aprendizagem	Avalia a habilidade de interpretar dados (relatórios, gráficos, planilhas, avaliações), identificar habilidades fragilizadas e propor ações coerentes com os resultados.	Demonstra leitura crítica de dados, identifica padrões de dificuldade, relaciona indicadores às práticas de sala, propõe ações específicas com base nos resultados apresentados.	2,0 pontos
4. Planejamento didático e organização pedagógica	Observa a capacidade de organizar o trabalho pedagógico, estruturar sequências didáticas, organizar o tempo de aula, articular atividades e recursos para Educação Infantil e Ciclo de Alfabetização.	Descreve rotinas pedagógicas claras, estrutura sequências com início–meio–fim, integra leitura, escrita, oralidade e brincadeiras, organiza o tempo de forma coerente com o perfil das turmas.	2,0 pontos
5. Postura profissional, comunicação e alinhamento institucional	Analisa aspectos de ética, responsabilidade, compromisso com formação, abertura a orientações técnicas, trabalho em equipe e alinhamento às diretrizes da SMEE e do CMADI.	Mantém postura respeitosa, comunica-se com clareza, demonstra compromisso com formação continuada, aceita feedbacks, mostra alinhamento às políticas da SMEE e disponibilidade para o trabalho colaborativo.	2,0 pontos

ANEXO IV – FORMULÁRIO PADRÃO DE RECURSO

PROCESSO SELETIVO INTERNO – CMADI 2026
Centro Municipal de Alfabetização e Desenvolvimento Infantil Prof. José Odano de Góes Pires
Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Tabira – SMEE

1. Identificação do Candidato

Nome completo	
Matrícula	
Telefone	

2. Tipo de Recurso
(assinale a etapa a que se refere)
( ) Homologação das Inscrições /Análise Curricular
( ) Entrevista Técnica
( ) Resultado Preliminar

3. Fundamentação do Recurso
(Descrever de forma clara, objetiva e embasada, apresentando argumentos técnicos e apontando os critérios do edital que embasam a contestação.)

4. Documentos / Evidências Anexadas
(Descrever quais documentos estão sendo anexados para comprovar a argumentação.)
( ) Certificados
( ) Declarações
( ) Registros pedagógicos

( ) Plano
( ) Outros:

5. Declaração do Candidato
Declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas neste recurso e reconheço que a apresentação de dados falsos poderá resultar em indeferimento do pedido ou outras medidas administrativas cabíveis.
Tabira/PE, ____ de _____ de 2026.
Assinatura do Candidato: _____

Publicado por:
Ivoneide Simões Silva
Código Identificador:E1DD30F7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA PROFESSOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ESCOLA MUNICIPAL MARIA LUIZA DA SILVA PEREIRA

A Secretária Municipal de Educação de Tacaimbó – PE, por intermédio da **Comissão Coordenadora**, instituída pelo **Decreto Municipal nº 41, de 1º de agosto de 2025**, torna público o **RESULTADO FINAL** do Processo de Seleção Pública Simplificada para a função de Professor da Escola de Educação em Tempo Integral - Escola Municipal Maria Luiza da Silva Pereira, conforme relação apresentada na tabela abaixo, organizada em ordem alfabética.

OD	CANDIDATO	CPF	QUADRO FINAL DE PONTUAÇÃO			
			Dinâmica de grupo	Entrevista	Análise Curricular	NOTA FINAL
01	CRISTINA TEIXEIRA VITOR	858.438.144-91	85	97	100	**92,8**
02	DIEGO MORGAN FERREIRA DO NASCIMENTO	055.403.434-41	91	92	80	**89,2**
03	ELISÂNGELA IRACEMA DA SILVA SANTOS	072.873.574-10	83	98	100	**92,4**
04	ELTON DE MELO LIMA	055.781.824-96	88	100	60	**87,2**
05	FERNANDA VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS	074.412.144-24	91	99	64	**88,8**
06	JUSCELINY ALVES DOS SANTOS LIMA	011.597.334-65	88	98	89	**92,2**
07	MÁRCIA MARIA DE MELO NUNES	857.672.984-91	87	99	89	**92,2**
08	MARIA NATALIA DE LYRA SILVA	059.798.254-60	83	100	64	**86,0**
09	SARAH ALVES CAMPOS PEREIRA	058.390.484-02	88	100	89	**93,0**
10	WÉDJA ARAUJO DOS PRAZERES	034.804.664-27	83	90	10	**71,2**

Tacaimbó – PE, 29 de dezembro de 2025.

SÔNIA MARIA SANTOS PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rafaela Simone Santos de Souza
Código Identificador:BE05CAF6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE

SECRETARIA DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 00077/2025

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2025, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE, Estado de Pernambuco, com sede na Rua Padre Berenguer, S/N - Centro - Taquaritinga do Norte - PE, CNPJ nº 10.091.593/0001-00, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00029/2025 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para eventos, incluindo palcos, sistemas de som, iluminação, geradores, tendas, grades de contenção, banheiros químicos, painéis de LED, e demais equipamentos necessários à realização de eventos públicos promovidos pelo Município de Taquaritinga do Norte - PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:
Órgão integrante da presente Ata de Registro de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 10.091.593/0001-00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 06.085.415/0001-91
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ nº 12.028.723/0001-88
FUNDAÇÃO TAQUARITINGUENSE DE ARTES E TURISMO	CNPJ nº 51.139.746/0001-11

1 - EQUIPE DE PRODUÇÃO EXECUTIVA						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNITÁRIO**	**P. TOTAL**
1	ORIENTADOR DE PÚBLICO: Responsável em atuar de forma preventiva, promovendo o controle e disciplinamento público nos locais de realização de eventos, auxiliando a fiscalização do patrimônio, recepção de autoridades e convidados. Os orientadores deverão estar devidamente uniformizados com identificação, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, ter no mínimo a 4ª série do ensino fundamental, não ter antecedentes criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.	**PROPRIA**	DIÁRIA	450	125,00	56.250,00
2	BOMBEIRO CIVIL: Equipe de Bombeiros devendo ser composta por pessoas devidamente fardadas, com identificação, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, não ter antecedentes	**PROPRIA**	DIÁRIA	70	125,00	8.750,00

	criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.					
3	PRODUTORES: Responsável pelos horários, materiais e necessidades técnicas das ações. Devidamente identificado, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, ter no mínimo 2º grau completo, não ter antecedentes criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.	**PROPRIA**	DIÁRIA	30	270,00	8.100,00
4	COORDENADORES: Responsável por todo o funcionamento das necessidades técnicas de equipamento e de pessoal diretamente ligado à execução do evento. Devidamente identificados, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, ter no mínimo 1º grau completo, não ter antecedentes criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.	**PROPRIA**	DIÁRIA	50	170,00	8.500,00
5	STAFFS: Responsável pelo ordenamento do público através do fechamento de ruas, controle do fluxo em áreas de acesso restrito, tais como cancelas, monitoramento dos acessos e difusão de informações. Os staffs deverão estar devidamente uniformizados com identificação, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, ter no mínimo 1º grau completo, não ter antecedentes criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.	**PROPRIA**	DIÁRIA	300	115,00	34.500,00
6	ROADIE: Responsável pela alocação dos equipamentos dos artistas no palco e viradas de atração. Devidamente identificado, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, ter no mínimo a 4ª série do ensino fundamental, não ter antecedentes criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.	**PROPRIA**	DIÁRIA	100	115,00	11.500,00
7	RECREADORES: Responsável pelos ordenamentos das atividades e recreação. Devidamente uniformizados com identificação, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, ter no mínimo 1º grau completo, não ter antecedentes criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.	**PROPRIA**	DIÁRIA	50	140,00	7.000,00
8	DIRETORES DE PALCO: Responsável pela coordenação do palco, ordem e tempo das apresentações. Devidamente identificado, ser maior de 18 anos, não estar gestante, gozar de boa saúde física e mental, ter no mínimo 2º grau completo, não ter antecedentes criminais e estar em dia com a justiça eleitoral, criminal e militar.	**PROPRIA**	DIÁRIA	20	220,00	4.400,00
				Total do Lote:		139.000,00
				Total:		R$139.000,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através da respectiva Ordem de Fornecimento, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00029/2025, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

2.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

2.1.2. Pelo seguinte Órgão participante do presente certame:

ÓRGÃO PARTICIPANTE	CNPJ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE	06.085.415/0001-91
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.028.723/0001-88
FUNDAÇÃO TAQUARITINGUENSE DE ARTES E TURISMO	51.139.746/0001-11

2.2. Por órgãos da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00029/2025, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador;

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

2.4. As aquisições adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

2.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.8. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

3.1. As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio da:

3.2. Ordem de Fornecimento quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.

3.3. Ordem de Fornecimento e Contrato, quando presentes obrigações futuras.

3.4. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento, será de 05 (cinco) dias úteis, considerados da data da convocação.

3.5. O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado na correspondente Ordem de Fornecimento e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

3.6. Não atendendo à convocação para retirar a Ordem de Fornecimento, e ocorrendo está dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

3.7. É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso de o licitante vencedor não comparecer para retirar a Ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.
3.8. O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.
3.9. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
4.1. A contratada será responsabilizada administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:
a. Advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
d. Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
f. Aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.
4.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação a contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
5.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00029/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- M H SANTANA BEZERRA.
CNPJ n°: 50.860.637/0001-26
Valor: R$ 139.000,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
6.1. Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Taquaritinga do Norte.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:587FE6E0

SECRETARIA DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 00078/2025

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2025, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE, Estado de Pernambuco, com sede na Rua Padre Berenguer, S/N - Centro - Taquaritinga do Norte - PE, CNPJ nº 10.091.593/0001-00, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00029/2025 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para eventos, incluindo palcos, sistemas de som, iluminação, geradores, tendas, grades de contenção, banheiros químicos, painéis de LED, e demais equipamentos necessários à realização de eventos públicos promovidos pelo Município de Taquaritinga do Norte - PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:
Órgão integrante da presente Ata de Registro de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 10.091.593/0001-00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 06.085.415/0001-91
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ nº 12.028.723/0001-88
FUNDAÇÃO TAQUARITINGUENSE DE ARTES E TURISMO	CNPJ nº 51.139.746/0001-11

11 - PAVILHÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Pavilhão em estrutura de TRELIBOX de alumínio com 500 m², pé direito de 4,00 m a 5,00 m de altura, colunas laterais a cada 10,00 m, fixada ao solo par sapatas metálicas ou hastes de fixação. Cobertura em lona vinilo com blackout, na cor branca; fixada à estrutura com sistema de encaixe, devidamente tensionada. Aterramento conforme as normas técnicas da ABNT.	**PROPRIO**	DIÁRIA	12	7.350,00	88.200,00
				Total do Lote:		88.200,00

20 - TIPOS DE CADEIRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	CADEIRA PLÁSTICO – Em polipropileno na cor branca, suporta até 15 KG, medida 52 cm de comprimento x 44 cm de largura x 89 cm de altura (pé ao encosto).	**PROPRIO**	DIÁRIA	3000	1,87	5.610,00
2	CADEIRA TIFANY – Em policarbonato, na cor transparente, suporta até 80 kg, medindo 32 cm de largura por 40 cm de profundidade por 62cm de altura.	**PROPRIO**	DIÁRIA	500	7,00	3.500,00
				Total do Lote:		9.110,00

	Total:	R$97.310,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através da respectiva Ordem de Fornecimento, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00029/2025, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

2.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

2.1.2. Pelo seguinte Órgão participante do presente certame:

ÓRGÃO PARTICIPANTE	CNPJ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE	06.085.415/0001-91
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.028.723/0001-88
FUNDAÇÃO TAQUARITINGUENSE DE ARTES E TURISMO	51.139.746/0001-11

2.2. Por órgãos da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00029/2025, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador;

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

2.4. As aquisições adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

2.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.8. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

3.1. As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio da:

3.2. Ordem de Fornecimento quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.

3.3. Ordem de Fornecimento e Contrato, quando presentes obrigações futuras.

3.4. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento, será de 05 (cinco) dias úteis, considerados da data da convocação.

3.5. O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado na correspondente Ordem de Fornecimento e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

3.6. Não atendendo à convocação para retirar a Ordem de Fornecimento, e ocorrendo está dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

3.7. É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso de o licitante vencedor não comparecer para retirar a Ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.

3.8. O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

3.9. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

4.1. A contratada será responsabilizada administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a. Advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d. Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;

f. Aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.
4.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação a contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
5.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00029/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- W3 EVENTOS & ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ n°: 55.102.335/0001-02
Valor: R$ 97.310,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
6.1. Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Taquaritinga do Norte.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:88992FA5

